**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ENERGIA E AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA AMBIENTAL**

RODRIGO MACHADO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONTRA-HEGEMONIA NA GESTÃO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci

**SÃO PAULO
2020**

RODRIGO MACHADO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONTRA-HEGEMONIA NA GESTÃO DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências – Programa Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Sorrentino

Versão Corrigida

SÃO PAULO
2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FICHA CATALOGRÁFICA

Machado, Rodrigo.

Educação Ambiental e Contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação: contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci. / Rodrigo Machado; orientador: Marcos Sorrentino. -- São Paulo, 2020.

391 f.: il., 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

1. Educação ambiental. 2. Antonio Gramsci. 3. Áreas de conservação. I. Título

Nome: MACHADO, Rodrigo

Título: Educação Ambiental e contra-hegemonia na gestão de unidades de conservação
– contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: 08 de fevereiro de 2021

Banca Examinadora

Prof. ^a Dr. ^a Sueli Ângelo Furlan Julgamento: Aprovado	FFLCH-USP-PROCAM Assinatura:
Prof. Dr. Sidnei Raimundo Julgamento: Aprovado	EACH-USP-PROCAM Assinatura:
Prof. ^a Dr. ^a Lúcia da Costa Ferreira Julgamento: Aprovado	IFCH-UNICAMP Assinatura:
Prof. ^a Dr. ^a Lúcia Helena Manzochi Julgamento: Aprovado	CEA-SIMA Assinatura:
Prof. ^a Dr. ^a Carmen Sylvia Vidigal Moraes Julgamento: Aprovado	FE-USP Assinatura:
Prof. Dr. Marcos Sorrentino Presidente	ESALQ-USP-PROCAM Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família: minha mãe Sonia, meu pai Zé Carlos, minha companheira Ana Carolina, minhas irmãs Maricy, Cyntia e Heloiza, meu filho João Pedro e minha filha, Mariana.

Aos meus amigos e minhas amigas; a todos os companheiros e companheiras militantes que tenham a sensibilidade de compreender que não há perspectiva de sustentabilidade e justiça no capitalismo. A Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo está repleta desses amigos e amigas, embora alguns e algumas tenham ido parar lá na Agricultura ou estejam militando em outras trincheiras e na universidade, nos coletivos educadores, movimentos e partidos.

Especial agradecimento ao Professor, orientador - também amigo - Marcos Sorrentino, cujo acolhimento da proposta de pesquisa e orientação generosa, atenta e compreensiva agregam à minha formação como pessoa, como militante, pesquisador e profissional.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – PROCAM – que em sua busca por consolidar-se cada vez mais como um programa interdisciplinar proporcionou momentos e situações extremamente provocativas às reflexões sobre a pesquisa e sua conformação em tese de doutorado. Ao Instituto de Energia e Ambiente – IEE-USP – por dar não somente abrigo, como também apoio substantivo ao PROCAM.

Agradeço a todos e todas com que tive alguma convivência no Laboratório de Educação e Política Ambiental, a Oca Esalq-USP. Isa, Kátia, Luã, João, Bruno Oliveira e Bruno Fernandes, Rachel, Vívian, Rafael, Simone, Ana Clara, Ana Paula, Júlia, Anna Fridha, Nádia, André, Thaís, Ernesto, Aico, Ísis, Semíramis, Henriqueta e tantos outros e tantas outras. Pessoas especiais, militantes certamente – para mim intelectuais orgânicos contemporâneos porque socioambientalistas - que produzem cotidianamente contra-hegemonia. Nas suas relações, nos seus modos de auto-organização e em sua dedicação às iniciativas de extensão e de pesquisa direcionadas e destinadas a servir de referência a transformações materiais e simbólicas que são chave para o imprescindível acúmulo de forças políticas na busca por superar este estado de coisas em que vivemos.

Aos professores e professoras das disciplinas que cursei ao longo da pós-graduação. No Instituto de Energia e Ambiente (IEE), na Faculdade de Educação (FEUSP), na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). A formação que obtive com subsídios dessas unidades da USP agregou não apenas à pesquisa, mas à minha condição de agente público, certamente dialogando e contribuindo com o universo de ações educadoras no âmbito do trabalho profissional.

Aos também professores da banca de qualificação: Prof.^a Dr.^a. Sueli Furlan e Prof.^o Dr. Sidnei Raimundo. Suas observações críticas naquele momento do caminho, somadas à análise realizada pelo Prof. Sorrentino sobre o potencial visto na pesquisa, foram fundamentais ao direcionamento definitivo e amadurecimento do trabalho.

Outro agradecimento se dirige àquelas pessoas com que atuo já há mais de dez anos – como profissional e militante da conservação – na gestão ambiental pública do estado de São Paulo.

Bea, Lúcia, Aline, Ju, Wagnão. Que seguem atribuindo algum sentido à tarefa cotidiana de buscar ampliar o espaço institucional da Educação Ambiental transformadora; de pessoas, de posturas, de atuação política, de territórios. E a outras e outros que lutam diariamente por uma gestão pública digna desse nome na área ambiental. Simone, Adriana, Marlene, Cláudia, Carol, Ceci, Isadora, Pri, Vivi, Ana Theresa, Rachel, Dani, Malu Palmieri, Kátia, Sandra, Helinho, Alê, Beto, Ocimar, Elaine, Maurício, Wagner, Guará, Kênia, Mayumi, Borgiani, André “Mamute”, Camila, Rafa, Maíra, Marina, Victor, Tati, Maria, Silmara, Damares. Àqueles e àquelas colegas que forneceram leituras importantes para dar segurança tanto a uma leitura como uma proposta de se trabalhar a EA na fiscalização ambiental. Sérgio Murilo, Gustavo, Bia e Clarissa. Aos gestores e gestoras – e equipes - das UC com que tive a honra de trabalhar e contribuir com uma gestão articulada com sua realidade territorial a partir de processos educadores socioambientalistas. Chico, Ana Lúcia, Danilo, Jessie, Galo, Jeferson, Valdir Joel, André, João Paulo, Miguel, Carlão, Lafayete, Luiz Fernando, Mário, Letícia, Joaquim, Thiago Miranda, Vladimir, Rodrigo, Thiago Conforti, Maia e Pietro. A todas conselheiras, conselheiros e demais participantes que cederam os espaços dos Conselhos à ação de EA aqui pesquisada. Sem essa generosidade e engajamento não teria havido ação nem reflexão, incidência política nem pesquisa.

Aos meus amigos e amigas de mais longa data. Estes, há mais de vinte anos, seguem renovando meus compromissos com a busca, permanente, de superar expressões injustas e insustentáveis desse mundo hegemônico pelo modo de vida capitalista, hiperconsumista e predatório.

Somália, Maia, Antônia, Dani, Ana Paula, Weber, Floriano, Manoel, Maurício, Mário.

Àqueles dirigentes que, de alguma forma e por alguma razão, deram espaço para o desenvolvimento da ação de EA examinada e permitiram o envolvimento na pós-graduação.

Ricardo, Romeu, Sérgio, Naiana, Rachel, Thaís.

Às trabalhadoras e trabalhadores da Secretaria da Pós-graduação do IEE e da Biblioteca, que desde minha integração no Programa de Ciência Ambiental prestaram esclarecimentos e forneceram subsídios importantes para atender a formas, regras e prazos; Maria de Fátima,

Maria Penha, Juliana, Adriana, Renata, Raphael.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.

(Marx; Engels. A Ideologia Alemã, 2007)

Quando a verdade for flama

*As colunas da injustiça
sei que só vão desabar
quando meu povo, sabendo
que existe, souber achar
dentro da vida, o caminho
que leva à libertação.
Vai tardar, mas saberão
que este caminho começa
na dor que acende uma estrela
no centro da servidão.
De quem já sabe, o dever
(luz repartida) é dizer.
Quando a verdade for flama
nos olhos da multidão,
o que em nós hoje é palavra
no povo vai ser ação.*

(Thiago de Mello, Mormaço na Floresta, 1981)

MACHADO, Rodrigo. **Educação Ambiental e contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação:** contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci. 2020. 383 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental – Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A presente tese resulta de pesquisa sobre aproximações com categorias conceituais de Antonio Gramsci e possíveis contribuições à Educação Ambiental (EA) na gestão de Unidades de Conservação (UC). Perguntou-se: como subsidiar a EA para que compreenda a UC como espaço de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica e incida na regulação e emancipação desses territórios? Hipoteticamente, a EA pode contribuir para a UC se tornar um vértice de transformações socioambientais no território. Subsidiada por categorias analíticas presentes na obra de Gramsci qualificaria a participação social nos Conselhos de UC para: apreensão crítica da realidade socioambiental; elaboração de perspectiva contra-hegemônica; incidência em políticas públicas. Metodologicamente houve: pesquisa teórica sobre categorias gramscianas; e sobre a potência da EA contribuir para a atribuição de sentidos críticos à atuação das UC e seus Conselhos; pesquisa *ex post facto* (documental, observação participante, grupo focal) sobre experiência de EA na gestão de UC. Identificou-se evidências de contribuições da EA para se desenvolver práxis contra-hegemônica a partir dos Conselhos que também expressam desafios no âmbito do Estado Integral, partindo da inspiração do pensamento gramsciano.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; Educação Ambiental; Contra-hegemonia; Unidades de Conservação; Conselhos Gestores

MACHADO, Rodrigo. **Environmental Education and Counter-hegemony in the management of Protected Areas:** contributions in dialogue with categories by Antonio Gramsci. 2020. 383 f. Doctorate Thesis. Graduate Program of Environmental Science, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The present thesis results from research on approximations with conceptual categories by Antonio Gramsci and possible contributions to Environmental Education (EE) in the management of Protected Areas (AP). It was asked: how to subsidize the EE to understand the AP as a teaching-learning space in a critical perspective and interfere on the regulation and emancipation of these territories? Hypothetically, EE can contribute to AP becoming a vertex of social and environmental transformations in the territory. Subsidized by analytical categories present in the Gramsci's work would qualify social participation in the AP Councils for: critical apprehension of the social and environmental reality; elaboration of a counter-hegemonic perspective; impact on public policies. Methodologically, there was: theoretical research on Gramscian categories; and on the power of EE to contribute to the attribution of critical meanings to the performance of the AP and their Councils; *ex post facto* study (documentary, participant observation, focus group) on EE experience in AP management. Evidence of EE contributions was identified to develop counter-hegemonic praxis from the Councils that also express challenges within the scope of the Integral State, starting from the inspiration of Gramscian thinking.

Key words: Antonio Gramsci; Environmental Education, Counter-hegemony; Protected Areas; Management Councils

Lista de figuras

Figura 1 - Localização desta investigação no contexto e percurso do desenvolvimento de política em meio ambiente no Estado de São Paulo.....	38
Figura 2 - – Demonstração da possibilidade – e necessidade – de atuação em mais de uma frente.....	198
Figura 3 – Processo de elaboração da proposta de se trabalhar a EA no contexto de um plano de fiscalização de UCPI.....	226
Figura 4 – Escalas de reconhecimento e legitimação da proposta em seu início de elaboração.....	230
Figura 5 – Formato previsto inicialmente para a Formação Socioambiental ...	237
Figura 6 - “Localização” da proposta de Formação Socioambiental.....	240
Figura 7 – Slide utilizado na FS para representar o processo de definição de um problema prioritário (caso do Parque Estadual Lagamar de Cananeia, no Mosaico Jacupiranga, Vale do Ribeira)	251
Figura 8 - Simulação prévia à segunda rodada de encontros da FS inspirada no método MAPP	253
Figura 9 - Representação do exercício de apontamento de descritores e causas de problema priorizado. Destaques às causas consideradas críticas pelos participantes reunidos nos Conselhos do polo 14	254
Figura 10 - Simulação do mapeamento de agentes sociais tendo como causa crítica “hábitos culturais de grupos sociais da região”	256
Figura 11 - Mapeamento de agentes sociais em torno de causa considerada crítica do problema prioritário de extração de palmito.....	257
Figura 12 - Representação gráfica do cenário decorrente da análise situacional (no quadro tracejado) do problema “uso e ocupação do solo no entorno da UC” (Parque Estadual da Cantareira) e de ação, meta e agentes a serem articulados na direção da situação idealizada (simulação dos educadores para preparação da oficina)	260
Figura 13 - Ilustração de parte de agenda construída no espaço do Conselho em oficina do terceiro momento da FS no Parque Estadual da Cantareira	260

Lista de tabelas

Tabela 1 – Fases, estratégias e indicadores de efetividade na incidência em políticas públicas.....	197
Tabela 2 - Polos e UC trabalhadas no início da FS em 2013.	242

Lista de siglas e Abreviaturas

Acadebio – Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade

AP – Área Protegida

APA – Área de Proteção Ambiental

Arie- Área de Relevante Interesse Ecológico

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CBRN - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

CEA – Coordenadoria de Educação Ambiental

Cepam- Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal/Fundação Prefeito Faria Lima

Cetesb– Companhia Ambiental Paulista

CFA – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

CFB – Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade

CG – Conselho(s) Gestor(es)

Ciea-SP – Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de São Paulo

Cotec-IF - Comissão Técnica Científica do Instituto Florestal

DPM – Departamento de Planejamento e Monitoramento

DDS – Departamento de Desenvolvimento Sustentável (CBRN)

EA – Educação Ambiental

EEc – Estação Ecológica

Elahp– Escola Latinoamericana de História e Política

Esalq-USP – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo

Fapesp– Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo

FF – Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Flona- Floresta Nacional

FS – Formação Socioambiental

FZSP – Fundação Zoológico de São Paulo

GEF – Global Environment Facility

Ibama- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

IBt – Instituto de Botânica

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IF – Instituto Florestal

Mapp- Método Altadir de Planificación Popular

MMA – Ministério do Meio Ambiente

OCA – Laboratório de Educação e Política Ambiental
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSC - Organização da Sociedade Civil
PCI – Partido Comunista Italiano
PE – Parque Estadual
PEC – Parque Estadual da Cantareira
Petar– Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira
PMA – Polícia Militar Ambiental
Pnap- Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PPMA - Projeto de Preservação da Mata Atlântica
ProFEA - Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais
PSA – Pagamento por Serviços Ambientais
PSI – Partido Socialista Italiano
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Refau- Reserva de Fauna
Resex– Reserva Extrativista
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RQA - Relatório de Qualidade Ambiental
Sema– Secretaria Especial de Meio Ambiente
Siefloor– Sistema Estadual de Florestas
Sigam- Sistema de Informações de Gestão Ambiental
SIM/SIM-UC – Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação
SIMMar – Sistema Integrado de Monitoramento Marítimo
SMA – Secretaria do Meio Ambiente
Snuc- Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SP – São Paulo
UC – Unidade(s) de Conservação
UCPI – Unidade(s) de Conservação de Proteção Integral
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UICN - União Internacional para Conservação da Natureza
Unesco- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

<i>Apresentações</i>	16
<i>Introdução</i>	27
1. Antonio Gramsci: contribuições para um campo ambiental contra-hegemônico.....	48
2. Bloco Histórico, Estado Integral e Hegemonia: subsídios a uma análise sobre o campo ambiental, o debate sobre conservação e as políticas decorrentes	72
2.1 <i>O campo ambiental: sociedade civil, sociedade política, intelectuais orgânicos e guerra de posições na busca por hegemonia</i>	74
2.2 <i>O debate sobre conservação ambiental e a necessária reflexão acerca da superação do capitalismo</i>	83
2.3 <i>A política ambiental no Brasil e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos: tendência ao alinhamento e reprodução do capital</i>	91
2.4 <i>Fases e tendências nas políticas de áreas protegidas e de unidades de conservação: possibilidades à condição de antítese ao modelo hegemônico</i>	102
2.4.1 <i>Dinâmica na atribuição de sentidos às áreas protegidas</i>	105
2.4.2 <i>Deslocamentos na compreensão sobre áreas protegidas e implicações na noção de unidades de conservação no Brasil</i>	109
3. Educação Ambiental: contra-hegemonia como sentido, participação social na gestão pública como estratégia pedagógica e incidência política como horizonte...	131
3.1 <i>Educação Ambiental como campo em formação</i>	132
3.2 <i>A gestão ambiental pública a contextualizar a Educação Ambiental</i>	151
3.3 <i>Conselhos gestores, participação social e incidência política: estratégias e horizonte de intervenção socioambiental da Educação Ambiental em perspectiva crítica</i>	157
3.3.1 <i>Conselhos gestores como espaços de ensino-aprendizagem</i>	158
3.3.2 <i>Participação social como estratégia pedagógica</i>	181

3.3.3 <i>Incidência política como horizonte da prática pedagógica da Educação Ambiental</i>	188
3.4 <i>Antonio Gramsci, contra-hegemonia e contribuições para uma Educação Ambiental em perspectiva crítica e transformadora</i>	201
4. Potencial contra-hegemônico da Educação Ambiental na gestão de unidades de conservação	216
4.1 <i>A construção de situações educadoras no contexto da fiscalização ambiental em unidades de conservação</i>	219
4.2 <i>Evidências empíricas: contribuições educadoras, socioambientais e potencialmente contra-hegemônicas</i>	262
<i>Considerações finais</i>	285
<i>Referências</i>	302
<i>Apêndice A - Contribuições e desafios da Educação Ambiental na gestão de UC e de Conselhos gestores</i>	324
<i>Apêndice B - Análise do diálogo com agentes públicos formuladores e implementadores da ação de EA examinada em grupo focal</i>	336
<i>Apêndice C - Transcrição do grupo focal com agentes públicos formuladores e implementadores da ação de EA</i>	356
<i>Apêndice D - Tratamento e análise dos registros da observação participante</i> ...	387

Apresentações

Do pesquisador

Meu percurso até aqui é marcado pela intenção constante de pensar sobre o que faço, seja na condição de cidadão engajado em alguma causa, seja profissionalmente, seja em ambos articulados em um projeto de vida. Com cerca de onze anos de idade acompanhava meu pai em sua militância de apoio logístico em campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores. Campanhas de Lula à presidência, Suplicy ao governo do estado e Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo estavam entre elas. Com 22 anos filiei-me ao Partido dos Trabalhadores, no diretório do distrito onde morava: Casa Verde, Zona Norte de São Paulo. Um bairro conservador, no qual predominava política e eleitoralmente uma família conservadora de dentistas bastante identificados com o assistencialismo, que os sustentava eleitoralmente de forma bastante concentrada em termos de território eleitoral. Esses detalhes serviram para compreender de forma aproximada e ainda intuitiva essas questões como hegemonia e disputa política, àquela época. A experiência com o partido ainda me divide até os dias atuais. Militar em um partido ou não. Gramsci, provavelmente, afirmaria categoricamente que sim.

Minha aproximação com o partido, repleta de expectativas associáveis à formação política popular em perspectiva crítica, acabou por ser motivo de meu afastamento – não desligamento total – de atividades partidárias poucos anos depois. Esse afastamento teria sido de atividade partidária, mas não de militância política, uma vez que dirigi minhas energias e ímpeto por atuar politicamente em movimentações coletivas concretas, às quais a experiência e formação informal no Partido dos Trabalhadores foram essenciais.

Posso dizer que desde o final da graduação em Turismo (2002) já esboçava algumas reflexões – não devidamente registradas, mas certamente ressonantes – sobre questões ambientais em sentido amplo e Unidades de Conservação mais especificamente. Problemas ambientais me chamavam a atenção pela contradição na expressão “desenvolvimento sustentável”, bastante em voga à época. Unidades de Conservação porque me perguntava quais as razões de sociedades humanas protegerem de si mesmas uma natureza idealizada.

Em uma pós-graduação em planejamento turístico (2003 - 2004) já me encontrava envolvido com um movimento auto-organizado em um bairro periférico de

Guarulhos, no entorno imediato de um dos núcleos do Parque Estadual da Cantareira (PEC). Ali, no Cabuçu (bairro de mesmo nome do núcleo do PEC e do principal corpo d'água), estávamos um grupo de jovens universitários, estudantes de ensino médio, lideranças comunitárias e religiosas às voltas com o que entendíamos ser tão importante quanto as obras de instalação do núcleo de visitação do PEC. Queríamos construir um processo de desenvolvimento local que alinhasse a perspectiva de visitação ao parque com as possibilidades de turismo de base local (ainda não tão discutidas ou mesmo aceitas no campo do turismo naquela época). Isso poderia, no processo, desenvolver politicamente os grupos de moradores que se empoderavam e se apropriavam do próprio bairro e o colocavam no mapa do município, reivindicando o governo local, demandando e incidindo em políticas municipais. E esse foi o contexto de pesquisa dessa pós-graduação, para a construção de um método participativo de planejamento do turismo de base local.

No mesmo período cursei outra pós-graduação, em Gestão Ambiental (2004 - 2005), inserida num contexto de programa da FAPESP para subsidiar a criação do que veio a ser a Área de Proteção Ambiental Cabuçu-Tanque Grande. O tema da monografia, orientada por um professor – Antônio Manoel dos Santos Oliveira, fonte de inspiração profissional, científica e política - que coordenava o também denominado Projeto Cabuçu (este acadêmico; o outro político-comunitário) foi sobre as possibilidades de ali haver um sistema de gestão ambiental participativo, contando com o envolvimento direto daqueles que viviam nas inúmeras microbacias daquele território.

Dessas experiências de engajamento comunitário e de pesquisa houve o convite para lecionar em um curso superior de Turismo, numa faculdade isolada, particular (2004 - 2007). A condição precária de professor, os laços com o processo no Cabuçu e o contato com alunos muito interessados e que acessavam o ensino superior pela primeira vez na família me levaram a querer estudar, de novo, o que eu estava a fazer. Daí o mestrado em Educação (2007 a 2010), estudando as relações recíprocas entre as dimensões formal e não formal de um mesmo processo educador: o contato entre alunos que começaram a produzir conhecimento próprio no curso superior em diálogo com a problemática socioambiental compartilhada pelos moradores residentes no Cabuçu, no entorno de um parque. A “pesquisa como recurso pedagógico e a extensão como diálogo”, dizia o subtítulo da dissertação.

Simultaneamente, um desafio significativo. Administrar um parque urbano em expansão, na zona norte de São Paulo (Parque Vila Guilherme – Trote) entre 2005 e

2008. Essa experiência possibilitou contrastar com a realidade reflexões feitas para a monografia sobre gestão ambiental com participação social. Projetando isso sobre o Conselho do parque urbano, pude vivenciar e refletir sobre a relação das pessoas com um espaço “verde” e dele com a cidade “cinza”. O investimento de tempo e trabalho no Conselho proporcionou desdobramentos politicamente instigantes: uma mega incorporadora imobiliária havia “bancado” os custos de implantação de parte do projeto de ampliação do parque, em acordos pitorescos com dirigentes da administração pública, dissonantes dos gabaritos previstos pelo zoneamento (em oportuna revisão, à época). Em troca, havia explícito interesse no imenso terreno ao lado, para construir o que jornais da época¹ diziam ser o maior empreendimento imobiliário da América Latina (34 torres de 18 andares cada).

O trabalho de formação em perspectiva crítica com os conselheiros e inúmeros convidados a participar daquele espaço público e já politizado, no bom sentido e pelo diálogo, levou a uma articulação daqueles grupos de moradores que pressionaram a Subprefeitura, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente e o Departamento do Patrimônio Histórico do município a se posicionarem, engavetando – ao menos até hoje – a ideia de construir o “supercondomínio” ao lado do investimento feito no parque.

Esse conjunto de experiências formou um repertório apto para ser disponibilizado à minha atuação na Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do estado. Desde 2009, quando assumi uma vaga na carreira de Especialista Ambiental², me envolvi com o desenvolvimento de experiências de turismo de base local nos Bairros Cota de Cubatão, de pesquisa-ação na formação de jovens e de participação social na gestão ambiental pública como estratégia pedagógica de uma Educação Ambiental em perspectiva crítica e complexa.

Devido a desentendimentos e o que se pode chamar de derrota política na Coordenadoria de Educação Ambiental, fui removido para a de Fiscalização Ambiental em 2012, onde começa a história que serve de base empírica a esta pesquisa de doutorado. Ali, numa coordenadoria recém-criada e sendo recebido respeitosamente por colegas e superiores, pude me envolver com uma experiência que até hoje reverbera em minha atuação na SMA. Ao ser demandado para desenvolver algo de Educação

¹ O Jornal “O Estado de São Paulo” noticiou parte desse episódio em matéria de 2008, que pode ser acessada aqui: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,parque-do-trote-pode-ser-cercado-por-34-torres,191527>>.

² Carreira pública criada originalmente com quadro da SMA por meio da Lei Complementar n° 996, de 23 de maio de 2006.

Ambiental em planos de fiscalização que estavam em elaboração, mais uma vez o itinerário ativista e profissional foi mobilizado. Desta vez, entendo, de maneira mais organizada. Inclusive ignorando menos como se joga o jogo na estrutura do serviço público, sem prescindir da necessária instituição de instrumentos de política pública.

Essa experiência da Formação Socioambiental no contexto da Fiscalização envolve Educação Ambiental, gestão de Unidades de Conservação, Conselhos gestores e participação política. Pelo reconhecimento proporcionado em diferentes atores do sistema ambiental e de fora dele, pelo potencial percebido de efetivar-se como uma política pública de Educação Ambiental comprometida com a ideia de sociedades sustentáveis e pelos desdobramentos que observei dali em diante, considere essa experiência digna de constituir objeto de estudo, com mais fôlego e mais densidade teórica e conceitual, no âmbito acadêmico. Por isso o doutorado. Para estabelecer um debate que fizesse, mais uma vez, emergir a práxis de pensar, realizar, refletir, amadurecer, fazer novamente e continuar caminhando em direção à utopia de uma sociedade mais justa e mais sustentável, dialeticamente de dentro do Estado e em permanente busca de diálogo com setores da sociedade civil identificados com projetos societários mais sustentáveis e efetivamente democráticos.

Mais tarde (2018), de volta à Coordenadoria de Educação Ambiental – a convite - todo esse itinerário, somado à formação proporcionada pelo próprio percurso do doutorado (disciplinas, debates, reflexões no grupo de pós-graduandos e com meu orientador Prof. Dr. Marcos Sorrentino) geraram um “caldo de formação” capaz de dar maior segurança às minhas contribuições para a construção de uma agenda de políticas públicas em Educação Ambiental que tem a participação social na gestão ambiental pública como um dos principais sentidos à EA como potencializadora de formação e engajamento político socioambientalista. Essas contribuições foram materializadas na organização de uma agenda programática de EA orientada a incidir no conjunto de instrumentos da política de meio ambiente e em políticas setoriais – visando a desenvolver e efetivar mecanismos de participação qualificada em suas formulações e implementações. Incluiu-se nessa agenda a criação da Comissão Interinstitucional de EA, a CIEA-SP (colegiado voltado a subsidiar o desenvolvimento de políticas de EA no estado).

Com a dinâmica característica da gestão pública no Brasil, novas agendas surgiram em trocas de governos e proporcionaram “soterramentos” dessa agenda programática, ocasionando em nova remoção. Um afastamento intempestivo e à revelia.

Dessa vez, para a agenda de “fomento à proteção da biodiversidade”, novamente na fiscalização ambiental. Contudo, em cenário diferente: em um centro técnico de ações preventivas, criado na esteira do conjunto de experiências iniciadas na ação de EA examinada nesta tese.

Nesses últimos quatro anos (2017-2020), a experiência do doutorado possibilitou aproximação, diálogo e mesmo envolvimento com outros espaços e experiências. A primeira delas ocorreu pelo contato com diferentes disciplinas, docentes, pesquisadores e colegas de diálogos, ações, angústias e produções compartilhadas. Isso tudo nutriu de maneira significativa exercícios profícuos de reflexões e práticas no campo profissional, numa permanente relação dialógica e dialética entre o pensar subsidiado e o fazer consciente, coletivo, organizado.

As disciplinas cursadas foram: “Antonio Gramsci: a educação como hegemonia” com a professora Carmem Sylvia Vidigal Moraes, na Faculdade de Educação; “Estado, Instituições e Políticas Públicas”, com os professores Cristiane Kerches e Arnaldo Lanzara; “Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil: Dimensões Nacional, Regional e Local da Ação do Estado”, com o professor Eduardo Caldas; “Tópicos Avançados em Ciência Ambiental”, com os professores Ana Paula Fracalanza, Tatiana Rotondaro e Pedro Jacobi; “Pesquisa Interdisciplinar Ambiental”, com Pedro Jacobi, Silvia Zaniratto e Tatiana Rotondaro; finalmente, a disciplina “Teoria das Ciências Humanas (Método, Diagnóstico de Época e Política em Habermas)”, com o professor Luiz Sérgio Repa.

Houve outras formações em paralelo à institucionalidade universitária, mas associadas ao conjunto da pesquisa. Foram cursos, condicionados já pela fase de quarentena em função da pandemia COVID-19, sobre o livro I de O Capital de Karl Marx (conduzido pela professora da UFRJ Marina Gouvêa Machado) e sobre vida e obra de Antonio Gramsci, assim como sobre a obra do pensador greco-francês Nicos Poulantzas, e mais outro sobre a leitura de O Capital – também o volume 1 - com o professor Valter Pomar, pela Escola Latinoamericana de História e Política (ELAHP), respectivamente com os professores Valter Pomar e Breno Altman; Armando Boito, Francisco Farias, Caio Bugiato dentre outros. Outro curso, mais identificado regionalmente com o sul do mundo, foi “Domenico Losurdo e Frantz Fanon: introdução ao marxismo anticolonial”, com o professor Jones Manoel da plataforma de formação política denominada “Classe Esquerda”. Foram importantes para incrementar um processo de amadurecimento de compreensões e ideias sobre o referencial desta tese.

Todas provocaram reflexões e incidências diretas e indiretas na pesquisa e na práxis do trabalho educador na Secretaria do Meio Ambiente. Seja promovendo alterações em ações em curso, seja subsidiando contribuições na estruturação de políticas públicas de Educação Ambiental no âmbito governamental, evidenciando uma práxis em torno da relação dos conteúdos trabalhados em aulas com o desenvolvimento de políticas públicas em conjunto com outros agentes sociais. Aqueceram debates no âmbito da CEA, na medida em que eram compartilhados. Em função do próprio trabalho, com colegas do ambiente profissional. Em diferentes instâncias, como os comitês de Educação Ambiental e de Planos de Manejo de UC, o processo de criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental em diálogos e debates com representantes do gabinete da SMA, dentre outros.

Outro espaço e experiência foi o convívio com a Oca, Laboratório de Educação e Política Ambiental da ESALQ-USP, sob coordenação emancipadora do professor Marcos Sorrentino. Embora mais distante do que o almejado inicialmente, esse convívio possibilitou contatos, conversas, reflexões e contribuições mútuas fundamentais a esta tese. Seja para a compreensão de questões afetas ao movimento de pesquisa, seja, de forma mais ampla, para a organização da forma de ler o mundo em uma chave crítica do ponto de vista da razão e ao mesmo tempo otimista do ponto de vista da vontade. Essa vontade é observada em sua versão materializada nas inúmeras iniciativas proporcionadas pelos diferentes atores associados à Oca, concretizando sonhos e utopias que, uma vez articulados em projetos de sociedade alternativos ao capitalismo, potencializam sobremaneira a busca.

Da tese

Ao longo desta tese será possível observar dois aspectos relativos à investigação e o pensador que configura o referencial teórico de longo alcance utilizado. O primeiro é o caráter aproximativo, exploratório, com a obra gramsciana. Visou-se a uma apreensão contextualizada por questões contemporâneas, como o quadro de crises no qual figura com destaque sua dimensão ambiental. Portanto, desde aqui se assume uma leitura e diálogo das categorias tratadas no capítulo um com dado recorte da realidade presente. O segundo aspecto decorre do anterior. Ressalta uma possibilidade de uso aplicado em um contexto – ainda que restrito a tal recorte - do “arsenal” gramsciano nesse cenário marcado pela problemática socioambiental.

A tese se desenvolveu em torno de três grandes eixos: 1) sobre categorias gramscianas úteis para se construir sua principal perspectiva teórica; 2) sobre as noções e expressões da conservação ambiental e como tendem a conformar-se, insustentavelmente, ao *status quo*; 3) sobre a EA em sua perspectiva crítica, apta a processar e trabalhar os aportes gramscianos trazidos pela pesquisa e direcioná-los a uma das “trincheiras”, aqui tomada como potencialmente antagônica ao capital: a conservação da sociobiodiversidade em sua materialização mais conhecida como UC.

Sua estrutura, como se verá, contém esta apresentação do pesquisador e respectiva obra, ambos tendo em vista familiarizar a leitora e o leitor com a inevitável perspectiva de quem investiga, seus condicionamentos resultantes das experiências ao longo de trajetórias, carreiras e experiências precedentes.

Na sequência, uma introdução ao trabalho organizado em tese. Contém desde a proposta de investigação, com a exposição de seus antecedentes, intenções e o itinerário de pesquisa realizado, com destaque aos aspectos que a caracterizam como uma pesquisa apoiada num processo de reflexão, ação, reflexão. Uma práxis dialeticamente reconhecida como uma espiral que avança em termos de consciência e graus de organização tanto do pensamento, como também da ação política.

Também faz parte desta introdução a exposição do objeto da pesquisa, constituído, conforme anunciado, por Educação Ambiental e a participação social na gestão de UC, no quadro das políticas de conservação, bem como o anúncio das contribuições da EA – pensada e praticada – às funções das UC e aos papéis dos Conselhos, sob a perspectiva das categorias gramscianas (aproximações e distanciamentos entre a dimensão empírica da investigação e Gramsci). Daqui decorre a compreensão de que se tratou não de um “objeto fixo de pesquisa”, mas sim em permanente movimento, desde seus antecedentes até os dias atuais, passando, claro, por sua realização. Essa compreensão contribuiu à definição da abordagem metodológica, exposta mais à frente.

A tese conta com quatro capítulos. O primeiro trata do reconhecimento de categorias gramscianas como chaves para subsidiar análises dos objetos de estudos materializados nos capítulos seguintes.

O segundo capítulo tratará de reflexões sobre os campos ambiental e da conservação, das políticas ambientais como sua decorrência política instituída na busca, limitada, de incidir no ordenamento da vida social e o desafio de também buscar projetar outras sociedades, outros modelos de desenvolvimento, outros modos de

produção, diante do risco de estagnar-se como negação daquilo que é hegemônico, mas sem consciência disso.

De forma mais recortada, a reflexão parte para as áreas protegidas e como estas guardam a potência de, além de configurarem negação, serem também vértices de transformações de compreensões, narrativas e ações políticas concretas.

Na sequência a tese trata especialmente da Educação Ambiental. Em torno desse “objeto de pesquisa”, o diálogo com a gestão ambiental pública como contexto privilegiado e estratégico, a participação como recurso pedagógico, os Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem e a incidência política como horizonte. Tudo isso a reforçar sentidos políticos e comprometidos com transformações de ordem cultural e socioeconômicas da realidade.

O quarto capítulo trata de um conjunto de experiências que conformam uma base empírica sobre a qual a tese também se debruça para apontar pontos de aproximação e desafiadores distanciamentos em relação às reflexões anteriores. Ainda assim, se aponta esse “objeto” (que deve contar com inúmeras iniciativas similares pela Brasil) como carregada de potência.

Neste capítulo quatro se descreve uma ação concreta de EA ocorrida na gestão de UC no estado de São Paulo. Além da descrição, se discorre sobre os resultados alcançados ao longo de sua realização entre 2013 e 2016, apoiando-se em registros públicos, perspectivas e evidências colhidas entre seus desenvolvedores e implementadores. Observações participantes e o diálogo com agentes públicos envolvidos com essa ação de EA também fazem parte dos procedimentos de pesquisa para este capítulo quatro, estendendo o recorte da dimensão empírica da pesquisa até os dias atuais (2020).

Por fim, as considerações finais, que retomam cada um dos capítulos visando a expor destaques e resultados principais dos estudos realizados.

De Antonio Gramsci

O pensador italiano Antonio Gramsci, por constituir o principal referencial conceitual e teórico desta tese, recebe aqui nas apresentações uma breve seção, à guisa de promover alguma familiaridade com o personagem italiano mais lido no mundo depois de Dante e Maquiavel. Embora de origem popular, meridional na Itália (sul pobre do país e da Europa), encarcerado em parte significativa de sua curta vida, Gramsci conquistou um espaço na galeria dos grandes pensadores marxistas do século

XX que ainda reverberam na atualidade. Basicamente, a fonte utilizada é a “cronologia da vida de Antonio Gramsci” constante do primeiro volume de Os Cadernos do Cárcere (COUTINHO, 1999).

Nascido em 22 de janeiro de 1891 no distrito de Ales, ilha (e região autônoma) da Sardenha, Antonio Gramsci descende de uma família albanesa, cujo pai – Francesco - foi funcionário de um cartório local e cuja mãe – Giuseppina - dedicou-se a cuidar dos sete filhos (Gennaro, Grazietta, Emma, Antonio, Mario, Teresina, Carlo). Teria contraído na infância uma doença crônica, uma espécie de tuberculose óssea (atualmente reconhecida como “doença de Pott”), dando-lhe a aparência de um corcunda. Isso estaria associado à sua saúde frágil por toda a vida.

Após dificuldades financeiras da família e prejuízos aos estudos devido à necessidade de trabalhar, Antonio retoma as aulas do então ensino ginásial escolar com a ajuda das irmãs e da mãe, em uma escola a quinze quilômetros de distância. Ao dirigir-se ao ensino colegial em Cagliari vivendo com seu irmão mais velho, Gennaro, também passa a ter contato com o mundo do trabalho nas fábricas, a organização de trabalhadores e o Partido Socialista Italiano (PSI). O orgulho regionalista na juventude fermenta um sentimento rebelde com relação às desigualdades sociais, especialmente às classes mais ricas. A proximidade com o PSI o leva às primeiras leituras de Marx.

Aos vinte anos parte para Turim, cidade industrial ao norte da Itália, para estudar na Faculdade de Letras da Universidade com uma modesta bolsa por dez meses do ano. Sofre materialmente, isolado e com crises nervosas recorrentes. Nesse período conhece Palmiro Togliatti, de quem se torna amigo. Togliatti seria posteriormente dirigente do Partido Comunista Italiano e principal responsável pela guarda, cuidado e organização inicial da obra de Gramsci.

Ainda que impedido de completar seus compromissos acadêmicos em função de seu esgotamento nervoso, Gramsci envolve-se com movimentos estudantis e operários, alinhando-se a socialistas libertários, numa frente de esquerda revolucionária. Abandona a universidade em 1915 dedicando-se posteriormente a uma intensa atividade jornalística, escrevendo crônicas teatrais, costumes e temas que iam desde a Revolução Francesa até Marx.

Chega a dirigir o jornal socialista turinense *Il Grido del Popolo*. Crítico da posição massimalista do partido (uma espécie de postura radical quase imobilizadora), em fins de 1917, propõe a criação de uma associação proletária de cultura, afirmando a necessidade de se complementar as ações de caráter político e econômico com aquelas

de ordem cultural. Nesse mesmo período redige no jornal milanês *Avanti!* ligado ao PSI um artigo denominado “A Revolução contra O Capital”. Nele pontuava que a ação revolucionária não pode se prender exclusivamente às condições de desenvolvimento do capitalismo, demandando ação politicamente consciente e organizada.

Com Angelo Tasca, Umberto Terracinni e Palmiro Togliatti cria a revista *L'Ordine Nuovo*, dedicada a resenhas culturais. É por esse veículo que Gramsci irá dedicar-se a reflexões sobre os conselhos e comissões de fábrica como portadores de sentido político e filosófico propondo outro modo de produção, aproximando-os dos soviets do início da revolução russa. No Biênio Vermelho (1919-1920), Gramsci dedica-se às ocupações de fábricas em Turim, mesmo sem o devido apoio do PSI e dos sindicatos.

Em 1921, assume lugar no Comitê Central do recém fundado Partido Comunista da Itália (PCI). Em maio desse ano, se candidata a deputado em Turim, sem sucesso. Seria eleito deputado pelo distrito do Vêneto em 1924, em meio à consolidação do fascismo de Mussolini na posição de primeiro-ministro, que já havia prendido dirigentes do PCI enquanto Gramsci encontra-se em Moscou, onde conheceu sua companheira Júlia Schultz, também internada na mesma clínica de saúde.

Em um ambiente político tenso e de enfrentamento aberto do fascismo por socialistas e comunistas – esses também em disputas políticas –, Gramsci é preso em 1926 pelo regime fascista. Ainda que gozando de imunidade parlamentar, a adoção de medidas excepcionais pelo governo na sequência de um suposto atentado a Mussolini faz com que Gramsci inicie seu périplo por diferentes cárceres. Em nome da segurança pública, é condenado a cinco anos de prisão.

Em Ústica, ao norte da Sicília, no Mar Tirreno, organiza uma escola para os presos, recebendo livros de Piero Sraffa, amigo que se tornaria um importante interlocutor e fornecedor de livros no cárcere, além de autor de significativa contribuição à economia, com o texto “Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias”. Gramsci deixa a ilha de Ústica no ano seguinte, pernoitando em diferentes prisões por dezenove dias até chegar a Milão. Aqui começa a receber livros e jornais, além de escrever cartas. Seria o início de seu plano de estudos, os quais pretendia que fossem *für ewig* (para sempre). Algo que fosse consistente o suficiente para configurar-se uma contribuição ao pensamento ocidental.

Em 1928, Antonio Gramsci é definitivamente condenado a mais de vinte anos de prisão. Os registros do julgamento tornariam famosa a frase de um dos promotores de

acusação: “devemos impedir esse cérebro de funcionar por vinte anos”. É enviado a uma prisão em Bari em função de doença detectada em visita médica especial. De Roma, onde foi condenado, levou mais doze dias até chegar à Casa de Pena Especial de Turi, ao sul da Itália.

Finalmente, em 1929 recebe permissão para escrever, obtendo os materiais necessários pela direção da prisão: cadernos com folhas pautadas nos quais inicia o registro de notas, apontamentos, reflexões, traduções. A primeira anotação é datada de 8 de fevereiro de 1929. Chegou a escrever 21 cadernos entre 1929 e 1933, quando é transferido, novamente, agora a uma clínica em Civitavecchia.

Em 1935, após ter escrito seus 33 cadernos do cárcere e passado por outra clínica em Fómia, ao norte de Roma (centro da Itália), Gramsci é conduzido em liberdade condicional (requerida) e vigilância policial à capital italiana para a clínica ironicamente chamada *Quisisana* (Aqui se Cura). Em 1937, ao término da liberdade condicional, Antonio Gramsci está livre da prisão. Tão logo é solto e planeja retornar a Sardenha, sofre um derrame cerebral e morre dois dias depois, aos 46 anos, em 27 de abril.

Introdução

Os relatos de experiências e a produção teórica sobre Educação Ambiental (EA) oferecem elementos que permitem identificá-la como um campo social emergente, composto por grupos sociais que nele disputam simbólica e materialmente hegemonia. Observam-se macrotendências à direita e à esquerda de um espectro ideológico marcado, respectivamente, por orientações culturalmente conservadoras e economicamente liberais, naturalizadas em discursos e práticas de EA conservacionistas e pragmáticas (LIMA; LAYRARGUES, 2016); e perspectivas críticas, emancipatórias e transformadoras. A macrotendência da EA à esquerda caracteriza-se, assim, por enfatizar uma “[...] revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” (ibid.: 33).

Os mesmos autores também associam essa macrotendência crítica às orientações conceituais e epistemológicas históricas observadas por Tozoni-Reis (2004) no campo da EA. E ainda, ao ecologismo popular (MARTINEZ-ALIER, 2012), já no campo da gestão ambiental e respectivas correntes ecológicas reconhecidas por esse economista catalão: Sacralização da Natureza e Ecoeficiência ajustados à reprodução do capital; Ecologismo Popular contra-hegemônico. Assim, diferentes campos, áreas, contextos e realidades servem como espaços de disputas simbólica, material e política.

Um dos espaços dessa disputa é o da conservação ambiental. Esta tese destaca mais especificamente a estratégia de criação e gestão de Unidades de Conservação (UC) e seus Conselhos gestores (CG). Como a EA contribui ou poderia contribuir para a compreensão sobre os papéis e finalidades das UC e CG e principalmente, como lida ou pode lidar com a práxis contra-hegemônica decorrente dessa compreensão? Daí a busca no pensamento de Antonio Gramsci para identificar subsídios a tais contribuições da EA.

Tal entendimento a ser trabalhado por intervenções de EA em Conselhos de UC parte do reconhecimento de que o atual modelo hegemônico de desenvolvimento torna insuficiente a criação de áreas protegidas como estratégia de conservação ambiental apoiada na reserva estrita de espaços naturais. No debate sobre conservação ambiental há o reconhecimento dessa insuficiência³, oscilando entre vertentes tradicionais da

³ Abramovay (2019) expõe essa insuficiência da seguinte forma: se expressaria em termos de escala da proteção como UC, devendo haver estratégias efetivas (dos pontos de vista normativo e político-prático)

Biologia da Conservação (SOULÉ, 1985), advogando pela maior criação possível de UC, e da autodenominada “Nova Conservação” (MARVIER, 2013), apoiada em uma leitura que naturaliza o capitalismo e supõe o mercado como “aliado” da proteção da biodiversidade.

A primeira vertente sugere o reconhecimento do potencial destrutivo e praticamente inevitável do desenvolvimento capitalista, embora não desenvolva nem politize essa discussão. Ainda assim, subsidia a compreensão das áreas protegidas como antítese do modo capitalista de apropriação e transformação da natureza, mesmo que não aponte ou se comprometa com qualquer síntese que supere o capitalismo. Já a nova conservação demonstraria resignação em relação ao capital, naturalizando-o e subordinando-se à sua lógica. Sandbrooke et al. (2019) investigam esse campo da conservação observando que, ainda que o debate emergente se concentre nessas duas correntes (conservação tradicional e nova conservação), ele tem sido criticado por diferentes razões por aqueles e aquelas que pensam e atuam no campo.

Primeiro porque tal debate, segundo esses autores, restrito a duas linhas promove radicalizações nos desacordos entre as perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica. Ao pretensiosamente apresentar a relação entre conservação e desenvolvimento como “nova”, expressaria uma falsa divisão no movimento conservacionista ao submeter a uma lógica essencialmente econômica a premissa básica que é a conservação ambiental.

Segundo, por sugerir falsamente que o debate realmente se restringe a duas correntes, ocultando linhas alternativas e contra-hegemônicas, como a denominada pelos pesquisadores como “ciência social crítica”, que advogaria pela conservação em benefício das pessoas, sem, no entanto, recorrer ao capitalismo.

Terceiro, porque tal concentração limita a participação no debate, havendo espaço privilegiado a um grupo não representativo de conservacionistas: homens, brancos e de países centrais, notadamente estadunidenses. Outra razão se apoia em uma característica atribuída a esse debate restrito: seu tom agressivo e insultuoso e a hostilidade a alternativas às duas linhas hegemônicas (SANDBROOKE, et al. 2019).

voltadas àquelas áreas localizadas fora das UC; e também como ausência da necessária complementaridade às políticas de comando e controle que, embora sejam responsáveis pelos 80% de redução do desmatamento na Amazônia entre 2004 e 2012, não teriam como resultar em mudanças culturais e políticas quanto ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Por isso, infere-se que os registros de desmatamento registrados principalmente de 2014 em diante seriam subsidiados por uma mentalidade controlada pela fiscalização ambiental que trata como meros desvios morais grande parte das incompatibilidades com as normas.

Esta tese exporá argumentos e evidências que demandam e apontam para a premência e possibilidade da busca por meios de superação de sentidos atribuídos às UC relacionados a preservar atributos naturais dentro da ordem econômica hegemônica. As UC podem agregar elementos à crítica radical a respeito das relações sociais concretas, na medida em que reivindicam a urgência de se conhecer as dinâmicas ecossistêmicas, de modo a desenvolver uma compreensão de totalidade mais complexa, associando dinâmicas sociais àsquelas naturais.

Por outro lado, buscará sustentar a negação da noção segundo a qual um modelo autofágico (quanto às bases sociais e naturais de sua reprodução) como o capitalismo – e sua lógica intrínseca – seja capaz de incorporar a necessidade de transformar os atuais padrões de relação sociedade/natureza. Assim, o entendimento de que é preciso “mudar o sistema” e desnaturalizar um modelo de desenvolvimento predatório e injusto para conservar a biodiversidade precisa ser construído e compartilhado tanto no âmbito da sociedade civil, como do Estado (em sentido estrito), podendo obter contribuições significativas das UC e respectivos CG por meio de processos educadores de uma EA comprometida com transformações sociais subsidiadas por consciência crítica.

A partir daqui, entende-se “modelo de desenvolvimento hegemônico” como aquele associado ao que se reconhece por “neoextrativismo” que, por seu turno, se associa a uma compreensão, *lato sensu*, identificada com o produtivismo e consumismo, conforme explica Abramovay (2019). A socióloga argentina Maristella Svampa (2019), que resume a expansão do neoextrativismo no subcontinente apoiando-se em diferentes autores como Acosta (2012)⁴, Machado Araóz (2013)⁵, Terán (2016)⁶ e Gudynas (2015)⁷, o define como:

[...] uma categoria analítica nascida na América Latina e que possui uma grande potência descritiva e explicativa, assim como um caráter denunciativo e um amplo poder mobilizador. Às vezes aparece como categoria analítica e como conceito fortemente político, já que não ‘fala’ de forma eloquente acerca das relações de poder e das disputas em jogo, e remete, para além das assimetrias existentes, a um conjunto de responsabilidades compartilhadas e

⁴ ACOSTA, Alberto. **Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición**, Ecoportal, 2012. Disponível em: <https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/>. Acesso em abr. 2019.

⁵ MACHADO ARÁOZ, Henrique. **Naturaleza mineral**. Uma ecología política del colonialismo moderno. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Faculdade de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, Argentina, 2012.

⁶ TERÁN, Emiliano. Las nuevas fronteras de las commodities em Venezuela: extractivismo, crisis histórica y disputas territoriales. **Ciencia Política**, v. II, n. 21, pp.251-85, 2016.

⁷ GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos**. Ecología, economía y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaliza. Cochabama, Claes/Cedib, 2015.

ao mesmo tempo diferentes entre o Norte e o Sul globais, entre os centros e as periferias. Além disso, na medida em que alude a padrões de desenvolvimento insustentáveis e adverte sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio, tem a particularidade de iluminar um conjunto de problemáticas multiescalares, que definem diferentes dimensões da crise atual (SVAMPA, 2019:24).

Gudynas (2017) apresenta o debate em torno do “neoextrativismo” na América Latina como expressão, seja em governos à direita, seja naqueles supostamente à esquerda, da depredação de recursos naturais e modos de vida em nome de uma noção de desenvolvimento alinhada a um inviável crescimento infinito e à reprodução do capital. Ambos não apontariam à superação do modelo injusto e insustentável de desenvolvimento sobre uma base finita de recursos naturais.

Na mesma esteira de problematização da atual fase do capitalismo financeiro (ou improdutivo) em nível global, Dowbor (2018) conclui que tal modelo consome irracionalmente recursos naturais em benefício de apenas 1% da população mundial. Para Gudynas (2019) é estratégico o desenvolvimento de contra-narrativas que enfrentem o senso comum forjado em torno de um modelo de desenvolvimento insustentável. Da mesma forma, autores como Mézáros (2001), Layrargues (1997), dentre outros, explicitamente definem o modelo de desenvolvimento hegemônico como associado intrinsecamente ao modo de produção capitalista. Este, inexoravelmente insustentável e origem da crise que se convencionou denominar ecológica ou ambiental.

É preciso buscar outras concepções e sentidos ao termo desenvolvimento⁸. Outro modelo de governança apoiado em outras bases políticas (DOWBOR, 2018). Para Boaventura de Santos (2002; 2016), é o caso de “democratizar a democracia”. Para Archon Fung e Eric Olin Wright (2003), Wright (2010; 2019), trata-se de “aprofundar a democracia” e “erodir o capitalismo” como modo de produção dominante, hegemônico.

Daí a centralidade de se construírem perspectivas contra-hegemônicas, que apontem a outras hegemonias. Essa construção, invariavelmente, tem em sua dimensão cultural a disputa mais complexa. Não porque exclusivamente abstrata e subjetiva, mas sim porque apoiada na dialética entre material e simbólico, subjetivo e objetivo, concreto e abstrato, essência e aparência, estrutura e superestrutura. É nessas relações que se encontrariam elementos que subsidiam a formulação e aplicação de sentidos à

⁸ Porto-Gonçalves (2004) problematiza, inclusive, o próprio termo “desenvolver” nas sociedades “moderno-coloniais”, associando-o a um processo de alienação entre as pessoas, delas com sua cultura e com seu meio.

EA, para que esta, por seu turno, contribua política e efetivamente à gestão de UC e de CG.

Especialmente no caso da EA em UC, Sorrentino (2019: 156) traz a seguinte provocação: “Todo o patrimônio natural e cultural pode e deve cumprir um papel educador para formar humanos comprometidos com outro tipo de sociedade”. Antes, o autor sinaliza uma contribuição de relevo da EA para trabalhar e desenvolver uma potência que estaria latente nas UC.

Áreas destinadas à proteção do patrimônio natural e cultural, por exemplo, as Unidades de Conservação, podem, por meio da Educação Ambiental, contribuir para uma melhor percepção e compreensão sobre a necessidade de mudanças culturais capazes de impactar uma humanidade domesticada pelo ter e acumular bens materiais como horizonte de felicidade. Mudanças culturais que levem ao questionamento das necessidades materiais simbólicas e propiciem a emergência de um novo ou antigo compromisso com o bem comum (ibid: 154).

O tema desta pesquisa remete às contribuições da EA – inspirada por aportes com origem na obra do filósofo político Antonio Gramsci – para i) reforçar as UC como negação consciente do modelo hegemônico de desenvolvimento e ii) fortalecer a capacidade de resistência político-democrática dos Conselhos gestores na gestão ambiental pública e como espaços de elaboração de sínteses que subsidiem engajamento político para a construção de sociedades sustentáveis e, portanto, também mais democráticas e justas.

Para tanto, a pesquisa parte da pergunta sobre quais contribuições teria a EA para fortalecer i) a gestão de UC como espaço de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica e ii) a participação social na regulação de territórios via CG como forma de resistência político-democrática e construção de contra-hegemonia (seja no campo da conservação, seja na acepção de desenvolvimento e mesmo de gestão pública). Em outras palavras, como trabalhar com as UC para que se efetive seu papel educador? Como conceber e trabalhar a EA para que subsidie a construção do bem comum? Como realizar isso também política e institucionalmente?

Outras questões, amplas e com orientação política similar à desta tese, também contribuíram para orientar a pesquisa. Têm sido desenvolvidas no âmbito da discussão sobre políticas públicas para a construção de sociedades sustentáveis. Seria possível forjar e fortalecer comunidades educadoras na sociedade, partindo de espaços de gestão participativa da sociobiodiversidade e comprometidas com a transição às sociedades sustentáveis? Poderia o Estado com isso comprometer-se? Na condição de agentes

sociais sem hegemonia em distintos setores do Estado e na sociedade civil, como contribuir para o acúmulo de forças que propiciará transformações socioambientais em cada município, região, país e planeta? (RAYMUNDO, BRIANEZI, SORRENTINO, 2015).

Além de agregar questionamentos à própria pesquisa, sobretudo à construção de uma concepção contra-hegemônica de gestão pública, essas perguntas impõem o reconhecimento da política pública em três dimensões afirmadas por Frey (2000): *polity*, *policy* e *politics*⁹ apoiando-se em autores como Windhoff-Héritier (1987)¹⁰, Jann (1994)¹¹, Schubert (1991)¹² e Prittwitz (1994)¹³. Nas políticas de EA, a elas é acrescida uma quarta dimensão por Biasoli (2015), a da *política do cotidiano*. Segundo a autora, a política do cotidiano advém de motivações subjetivas para o engajamento e organização política das chamadas “forças ou movimentos instituintes” (aqui nesta tese associados com o “momento” gramsciano da sociedade civil, não para emitir sinais ao Estado, mas para ser Estado) para o diálogo/debate/embate com os “poderes instituídos” (aqui aproximados à “sociedade política” gramsciana).

Hipótese

A EA, subsidiada por categorias conceituais desenvolvidas pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci, pode contribuir para as UC se tornarem vértices de transformações socioambientais nos territórios no sentido de fortalecer: i) a compreensão crítica da realidade socioambiental, ii) a elaboração de compreensões e agendas contra-hegemônicas, iii) o engajamento político para incidir em políticas públicas que regulam a vida coletiva nos territórios de influência delas. Como já apontado, as UC podem, em processos de EA, agregar elementos a uma crítica radical das relações sociais de produção concretas e que as pressionam e, inclusive, potencializar a incidência política nelas. Nesse sentido, deve qualificar a participação social nos Conselhos gestores de UC para a construção cotidiana de outros projetos societários a partir de outras hegemonias.

⁹*Polity* se refere à dimensão institucional, *policy* aos conteúdos e formatos das políticas públicas e *politics* à dimensão processual de formulação e desenvolvimento das políticas.

¹⁰ WINDHOFF-HÉRITIER, Adrienne. **Policy-Analyse: eine Einführung**. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

¹¹ JANN, Werner. Politikfeldanalyse. In: Jürgen Kriz et al. (orgs.): **Politikwissenschaftliche Methoden**. Lexikon der Politik (org. por Dieter Nohlen), v. 2, München: Beck, 1994, p. 308-314.

¹² SCHUBERT, Klaus. **Politikfeldanalyse: Eine Einführung**. Opladen: Leske + Budrich, 1991.

¹³ PRITTWITZ, Volker von. **Politikanalyse**. Opladen: Leske + Budrich, 1994.

A EA contribuiria, portanto, atribuindo sentidos contra-hegemônicos às próprias UC, reforçando-as como materialização da negação, no campo da conservação ambiental, de um modelo de desenvolvimento hegemônico, injusto e insustentável. Em sendo as UC potenciais antíteses de tal modelo, outra contribuição da EA se dirige aos seus Conselhos, tomando-os como vetores de engajamento consciente e incidência política, potencialmente contra-hegemônica. Nesse reforço, a EA apoiar-se-ia em fundamentos filosóficos, epistemológicos e metodológicos já consolidados no campo da Educação, a partir de pensadores de referência no Brasil e no mundo como Dermeval Saviani e Paulo Freire.

Saviani com sua pedagogia histórico-crítica de inspiração nitidamente gramsciana, expõe o percurso do “senso comum à consciência filosófica” (SAVIANI, 1996), em que o cotidiano concreto das pessoas em situações educadoras é compreendido com base em um consenso constituído de forma desarticulada. Uma “colcha de retalhos” composta com noções de diferentes origens e formulado de maneira desorganizada, difusa, sincrética. O processo educador, em perspectiva crítica, seria o responsável pela transformação desse conhecimento sincrético do concreto, do empírico, em conhecimento sintético, organizado e coerente. De concreto empírico em “concreto pensado”; uma concepção de mundo elaborada (SAVIANI, 1980).

Freire por sua pedagogia libertadora, emancipatória, como prática da liberdade, em que o aprendizado é um modo de tomar consciência da realidade, na qual também é possível observar o diálogo com Gramsci e sua concepção de educação crítica para consolidar outra hegemonia. Uma educação que, segundo Francisco Weffort prefaciando a obra do pedagogo pernambucano, contribui inclusive a uma política popular. Ainda que sendo pedagogia (não sendo, portanto, político-partidária), promove uma conscientização que abre à compreensão das estruturas sociais como modo de dominação e de violência (FREIRE, 1967). Uma Educação que torna homens e mulheres politicamente ativos e preparados para a participação social. “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 1967: 35).

Objetivo geral

Contribuir para a produção de conhecimentos críticos no campo da Educação Ambiental e da gestão de Unidades de Conservação e Conselhos gestores e para transformações socioambientais à luz de categorias gramscianas.

Objetivos específicos

- i) Analisar como a EA, inspirada por categorias do teórico político Antonio Gramsci, pode incidir na gestão de UC tendo os Conselhos gestores como espaços de ensino-aprendizagem, visando a constituírem-se como vértice de transformações socioambientais em seus territórios;
- ii) Contribuir para a compreensão sobre a articulação entre os campos da conservação, da EA, da participação social em Conselhos e das políticas públicas à luz de categorias conceituais gramscianas;
- iii) Expor evidências empíricas que subsidiem resposta à pergunta sobre as contribuições da EA à construção de contra-hegemonia a partir das UC e CG.

Antecedentes

A dimensão empírica da investigação foi uma ação de EA no âmbito do Sistema Ambiental Paulista. Um conjunto de práticas que serviu de base material para análises que utilizam categorias desenvolvidas por Gramsci e dedicadas às relações entre “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” tendo como horizonte a superação do capitalismo, aqui tidas também como condição histórica para a conservação ambiental e sustentabilidade. Essa ação de EA configura o ponto de partida do processo reflexivo, prático e investigativo que culmina, neste momento histórico, nesta tese.

Assim, mediando o fato da ação de EA ser ponto de partida e, também, “objeto” de exame à luz de reflexões teóricas que subsidiam diferentes ângulos de análise, destaca-se duas opções. A primeira é por tecer algumas considerações prévias sobre essa ação de EA examinada antes do conjunto de reflexões acumuladas ao longo da investigação. A intenção é localizá-la nessa condição de “ponto de partida”. A segunda constitui um reexame dessa mesma ação a partir desse acúmulo e, portanto, localizando-a ao final da tese, onde também há subsídios não somente para essa ação examinada, mas também para a EA na gestão de UC e, ainda, para a EA na gestão ambiental e no conjunto de políticas que ordenam e regulam a vida em sociedade e suas relações com a natureza não-humana.

O conjunto de experiências antecedentes - desenvolvidas concreta e contraditoriamente dentro de um aparelho do Estado (*strictu sensu*) - se deu no seio de

um governo conservador e no interior de uma política de comando e controle¹⁴. Foi denominado “Formação Socioambiental no contexto da fiscalização de Unidades de Conservação” (FS). Nessa composição de trabalhos junto a Conselhos de UC os problemas de fiscalização foram tomados como temário gerador de processos educadores em perspectiva crítica, pretensamente assentados na construção coletiva e dialogada de compreensões sobre a problemática socioambiental e conflitos que envolveriam as UC, os agentes associados e qual agenda de atuação política e tipo de engajamento seriam vislumbrados a partir do espaço de gestão denominado Conselho gestor. No horizonte desse trabalho de EA, uma agenda política dos CG voltada ao desenvolvimento de abordagens preventivas àqueles problemas de fiscalização, compreendendo prevenção como o enfrentamento das causas complexas – e estruturais – de tais vetores de pressão sobre a biodiversidade

A ação de EA analisada exercitou uma ampliação da noção de proteção da UC que demanda a incidência política, via Conselhos, na regulação dos territórios de influência da UC, tendo no horizonte alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. A experiência prática despertou, pelo contato direto do pesquisador com a referida ação de EA, questões sobre se seria aquele trabalho um processo, não formal, de EA em perspectiva crítica. Mais ainda, se seria possível vislumbrar as UC como uma possível antítese do capitalismo e seus CG como potenciais espaços políticos produtores de sínteses e sujeitos políticos promotores de contra-hegemonia a partir de processos de EA. Ao menos territorialmente, serem resistência não só como proteção da natureza, mas como modelo de desenvolvimento. Enfim, uma busca por reconhecer o sentido de haver e se trabalhar com UC.

Desde 2013 a FS alcançou 24 UC e respectivos CG no Estado de São Paulo (quase um quarto do total de UC estaduais), além de outras 23 UC abrangidas pelos territórios de influência das unidades trabalhadas. Essas unidades formaram 16 polos (territórios de conservação a partir de UC de proteção integral), com mais de 50 encontros realizados e cerca de mil participações de diversos agentes sociais. Como resultados se observam 13 planos de ação de Conselhos visando a intervir na realidade apreendida ao longo das oficinas de EA, mais os significativos deslocamentos de

¹⁴ Políticas ambientais caracterizadas pela definição de regras de natureza usualmente preservacionista (comando) e pela vigilância e punição por meio de fiscalização (controle).

compreensão dos participantes¹⁵ quanto às questões estruturais de uma sociedade desigual e suas relações com as pressões e ameaças à sociobiodiversidade protegida pelas UC. Tais deslocamentos podem caracterizar que os processos voltados a pensar sobre as causas dos “problemas de fiscalização” foram educadores e associaram questões ambientais a outras dimensões, como a econômica, social, cultural, política, histórica¹⁶.

Uma premissa do trabalho foi a noção ampliada de proteção transcendendo a ideia de monitoramento, vigilância e punição (comando e controle). Nela, é atribuída importância estratégica à identificação e problematização das origens, causas e motivações da incompatibilidade entre ações humanas, social e historicamente localizadas, e a intenção de conservação ambiental, sobremaneira circunscrita à preservação em sentido estrito.

No processo com fortes marcas de aprendizagem social e auto-organização observaram-se elementos que apontam para Conselhos que atuam para além da cogestão estrita das UC com restrições predefinidas (limites físicos da UC e natureza consultiva do Conselho). Tais elementos fizeram emergir o sentido de arenas públicas nas quais os conflitos ambientais e suas raízes estruturais em termos socioeconômicos e culturais vieram à tona e foram crítica e complexamente apreendidos e analisados de diferentes ângulos, sendo conscientemente abordados em termos de atuação política observando, ainda que tangencialmente, o modelo hegemônico de organização econômica e social da produção e do consumo.

Desse movimento de “pessimismo da razão”, decorria outro, de “otimismo da vontade”¹⁷, no qual se percebia o exercício da capacidade auto-organizativa dos participantes dos Conselhos (não exclusivamente conselheiros) em construir caminhos possíveis e necessários, estratégicos e táticos, visando ao enfrentamento de causas (essência) de problemas sensíveis por suas manifestações ou fenômenos (aparência). O faziam apoiados, também, em reflexões sobre o alcance de sua função política.

¹⁵ A serem expostos como evidências do potencial contra-hegemônico tanto da EA como dos próprios Conselhos Gestores no capítulo quatro da tese.

¹⁶ A experiência foi razoavelmente descrita e registrada por este pesquisador e seus companheiros e companheiras de trabalho desde seu início, na forma de apresentações, relatórios, resumos, artigos, capítulos de livros e outras publicações, servindo de material para esta pesquisa e respectiva tese, no que se referiu à busca por evidências sobre a possibilidade da EA contribuir à construção de contra-hegemonia a partir de CG de UC.

¹⁷ Expressões do intelectual francês do século XIX Romain Rolland, utilizadas por Antonio Gramsci como inerentes ao movimento, aqui tomado como pedagógico, de compreensão crítica da realidade concreta e construção de meios de sua superação, tendo no horizonte transformações significativas na mesma realidade apreendida.

Questões sobre recategorização de UC, sua gestão compartilhada com comunidades, alternativas pautadas pela agroecologia articulada à economia solidária, reorientação de políticas de desenvolvimento local, de habitação e premência por reorientação e articulação entre diferentes políticas públicas setoriais do território de influência das UC chamaram a atenção deste pesquisador. Subsidiariam o potencial do papel político a ser exercido pelas UC a partir de seus Conselhos, bem como a contribuição da obra de Antonio Gramsci para o desenvolvimento deste papel e para a necessária relação com questões estruturais em nível regional, nacional e global/planetária.

Além disso, insinuavam uma função das UC que transcenderia a figura de antítese do modelo hegemônico de desenvolvimento. Provocava reflexões sobre a potência de a UC configurar-se como um ponto de inflexão no território, no que diz respeito a como as sociedades se relacionam com diferentes espaços e fazem uso de seus atributos naturais. Não prescindindo de pensar, dialeticamente, sobre como se organizam em sociedade e, já no âmbito da cultura, sobre que valores e ética a orientam. Para tanto, devido às limitações inerentes aos instrumentos à disposição da gestão das UC – como os planos de manejo, por exemplo – os Conselhos emergiram na referida experiência como sujeitos para expressar, politicamente e “para fora” das UC, a função de ponto de inflexão. CG como sujeitos produtores de “sínteses” da relação dialética entre a “tese” representada pelo modelo de desenvolvimento insustentável hegemônico e sua “antítese”, representada pelas UC protegendo o que restou de biodiversidade no território.

Um destaque merece atenção

Esta pesquisa se localiza em um percurso de reflexão e ação, conforme apontado nos parágrafos anteriores. De uma reflexão preliminar e no campo profissional sobre como a EA poderia ser situada num contexto de gestão ambiental pública, especialmente na fiscalização ambiental em UC, seguiu-se à realização prática com o devido registro. Este se organizou na forma de apresentações, descrições gravadas em uma página virtual, relatório de pesquisa realizada no âmbito dos órgãos estatais¹⁸ que conduziram a experiência e artigos decorrentes, além de uma publicação que expressa um dos pontos culminantes do trabalho, amadurecido em razão do movimento de

¹⁸ Órgãos do então denominado Sistema Ambiental Paulista, no qual havia, entre outras instituições, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica.

reflexão-ação-reflexão que permeou o itinerário percorrido. Portanto, esta investigação, já no âmbito acadêmico, faz parte do mesmo movimento, com o diferencial de maior fôlego, verticalidade e rigor na análise, maior liberdade de referencial conceitual, teórico e metodológico. A figura 1 ilustra a localização desta pesquisa, subsidiando esta parte da justificativa, também demarcando sua finalidade de manter o movimento prático, subsidiando o trabalho concreto no âmbito profissional, observado desde o início da pesquisa.

Figura 1 - Localização desta investigação no contexto e percurso do desenvolvimento de política em meio ambiente no Estado de São Paulo

Fonte: Elaboração própria, 2019

Há, portanto, experiências concretas de trabalhos de EA junto a CG de UC em São Paulo que apontam outros sentidos para estas áreas protegidas e seus Conselhos – para além da preservação estrita de atributos naturais e para além de colegiados consultivos, respectivamente. No entanto, carecem de maior profundidade na análise de seu potencial para contribuir à construção de sociedades sustentáveis, conforme a “utopia” orientadora da construção de projetos societários afirmada por Diegues (1992; 2003).

As categorias em Antonio Gramsci

Conforme apontam Freitas (et al., 2012), são diversos os autores contemporâneos dedicados às relações entre natureza, marxismo e desenvolvimento, problematizando sob uma perspectiva crítica o modelo de desenvolvimento hegemônico como cerne do que se denomina por crise ambiental ou crise ecológica. Segundo as

autoras, são estudiosos de tendências e abordagens diferentes entre si. Os meios convencionais pelos quais se expressam são revistas acadêmicas como *Capitalism, Nature and Socialism*, *Ecologia Política*, *Montly Review* e *Crítica Marxista*.

Importante ressaltar que, embora Marx não tenha amadurecido reflexões acerca das implicações de um suposto desenvolvimento eterno das forças produtivas à natureza - influenciado pelas condições materiais de seu próprio tempo - apontou aspectos que tomam como “fraturas no metabolismo” esse desequilíbrio que, contemporaneamente, se faz muito claro. Na esteira desses aspectos, mas, sobretudo, do diálogo metodologicamente fundamental do pensador alemão com o conhecimento acumulado em diferentes campos na segunda metade do século XIX, é preciso reconhecer a urgência de seu legado filosófico, econômico e político ser posto em diálogo também profícuo com o acúmulo de conhecimento acerca de nossos desafios hodiernos relativos a crises que têm se manifestado ecológica e ambientalmente. Como a ideia de Antropoceno, por exemplo.

Uma das razões é a de que há um risco sempre presente de se promover reformas parciais no capitalismo, dados os limites da democracia burguesa. Reconhecer isso é passo fundamental para se manter no horizonte a transformação do Estado em sua integralidade gramsciana, almejando sua superação como forma de organização das sociedades. Daí, portanto, a necessidade de inspiração em uma referência tida como revolucionária como Antonio Gramsci, no sentido de construir projeto próprio de outra hegemonia (em perspectiva brasileira, latina, socioambientalista).

No que pode ser compreendido como uma espécie de “trincheira” em termos gramscianos, no campo da conservação as UC guardam o potencial de representar dialeticamente, na gestão ambiental pública, a negação de tal modelo, protegendo a biodiversidade e se projetando politicamente para territórios além de suas demarcações formais, apontando para a premência de outros projetos de sociedade e de relação com a natureza. Já os Conselhos, por serem atrelados às UC, podem assumir-se como espaços de participação social ampliada (portanto não restritos exclusivamente àqueles que possuem cadeiras formalmente) na elaboração de narrativas e agendas contra-hegemônicas que tenham no horizonte outros projetos societários, justos e sustentáveis socioambientalmente. Conselhos são aqui tomados como espaços públicos, abertos à participação política na gestão ambiental pública. Espaços a serem disputados, reivindicados tanto para mediar visões de mundo, interesses e conflitos, como para

tomar posição sobre a regulação contra-hegemônica dos territórios de influência das UC.

A construção de contra-hegemonia¹⁹ tem na Educação sua mais fecunda estratégia, como promotora de deslocamentos de compreensão sobre a realidade – do senso comum a uma consciência crítica e emancipadora (de ingênua para problemática e desta para transformadora ou revolucionária, conforme perspectiva freireana de Educação). Diante da crise que se expressa em problemas de natureza socioambiental, a Educação Ambiental guarda em si a potência de promover deslocamentos de compreensão sobre as raízes dessa problemática contemporânea, alcançando o que se entende por crise ambiental à condição de crise civilizatória. Também detém em seu campo social repertório capaz de subsidiar, como processo formativo, a elaboração de narrativas e engajamento político contra-hegemônico.

A busca de subsídios a possíveis contribuições na obra de Antonio Gramsci se justifica pela capacidade de sustentarem tanto a compreensão de que as políticas ambiental e de conservação não podem se limitar a negar ou conter o capital, ainda que isso represente um passo significativo. Precisam ser compreendidas como expressões do “Bloco Histórico” burguês e apontar, portanto, para sua superação.

Justifica-se Gramsci a começar pela valorização dos conceitos de sociedade civil e de cultura, que compõe a própria noção de Estado do autor. Com isso, amplia-se o potencial de compreendê-los como chaves à construção, desenvolvimento e consolidação de transformações sociais sob o prisma da justiça ambiental que aponte, inclusive, a outra concepção do próprio Direito. Outro aspecto valorizado do repertório gramsciano é a magnitude atribuída ao caráter formativo e emancipatório da relação entre filosofia e política (o qual se buscou, na pesquisa, pôr em diálogo com as concepções e sentidos atribuídos à EA).

A opção por Gramsci como referencial filosófico, conceitual, teórico e político justifica-se também pela consideração significativa do pensador marxista (não dogmático) e militante político italiano à importância da luta por hegemonia, material e simbólica, na sociedade civil e no interior da sociedade política, na direção de superar o modelo de desenvolvimento vigente sob uma perspectiva – atualizada historicamente – socioambientalista.

¹⁹ Vale aqui a observação de que o uso do termo “contra-hegemonia” ocorre no sentido de fortalecer resistências anticapitalistas. De desnaturalizar aspectos consolidados pelo senso comum que justificam culturalmente injustiças concretas. O horizonte utópico que inspira, motiva e engaja esse tipo de luta política configura-se como outra(s) hegemonia(s).

Procedimentos metodológicos

Este derradeiro trecho da introdução, sobre o método, apresenta a definição do tema e objeto de estudo, a dimensão empírica da pesquisa, a natureza da investigação (qualitativa e descritiva) e a abordagem definida como dialética devido às características tanto do objeto, como também dos campos mobilizados e a conjuntura em que a dimensão empírica aconteceu. Seus eixos de investigação ajudaram a organizar as frentes de trabalho de exploração dos campos e do objeto e os procedimentos de pesquisa, que delineiam os recursos e técnicas mobilizados.

As contribuições da EA à gestão de UC e seus Conselhos constituem o tema de pesquisa. Portanto, os sentidos atribuídos à EA articulada transversalmente às funções das UC e seus CG configuram o objeto de estudo. Uma vez colocada a potencialidade da EA para subsidiar a construção de contra-hegemonia no contexto da gestão de UC e de Conselhos, revela-se outra pergunta de pesquisa: *que tipo de trabalho e como desenvolvê-lo com os Conselhos?* Assim, lidou-se com uma questão de método de intervenção. Uma pesquisa sobre algo concreto que dialogou com as reflexões mais abstratas, a fim de captar evidências de suas possibilidades, alcances e limitações.

A pesquisa, embora significativamente teórica e de corte bibliográfico, contou com aspectos de natureza descritiva, em virtude do viés de observação de características de determinado fenômeno, no caso, um trabalho com Conselhos de UC que intenta contribuir à atribuição de novos sentidos às funções e papéis de ambos. De acordo com Gil (2008: 28), “As pesquisas deste tipo [descritivas] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Observar-se-á também elementos evidentes de pesquisa exploratória. Esse caráter exploratório se deve ao exame da obra de Antonio Gramsci e observação de suas categorias conceituais, trazidas nesta tese à condição de chaves analíticas fundamentais para demarcar contribuições de uma EA à gestão de UC como antítese do modelo desenvolvimento e de seus Conselhos como sujeitos portadores de capacidade de síntese. Para Gil (2008), as pesquisas exploratórias têm como característica a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. Subsidiar, portanto, a formulação de problemas mais precisos e hipóteses a serem pesquisadas em estudos posteriores. Esta tese, assim, apontará as possíveis contribuições de categorias

gramscianas a uma EA em perspectiva crítica, assim como à compreensão das UC como negação do *status quo*, mesmo que contraditoriamente forjadas por ele.

Portanto, tratou-se de pesquisa essencialmente qualitativa, devido ao grau de subjetividade intrínseca à atribuição de sentidos buscada pela investigação. Ainda que significativamente subjetiva, partiu-se do pressuposto de que, dialeticamente relacionando-se com a realidade material e experiências concretas, a subjetividade condiciona formas de compreensão da realidade vivida e de intervenção nessa realidade apreendida, sendo também reciprocamente condicionada por essa mesma realidade, tanto materialmente como a partir de outras subjetividades, de outros atores e grupos.

Diante disso, o método de abordagem escolhido foi dialético (LAKATOS, MARCONI, 1992; DINIZ, SILVA, 2008) devido ao cunho processual do objeto de pesquisa e das relações – interdependentes (noção de totalidade), conflituosas (noção de contradição) e dinâmicas (noção de mudança) – inerentes aos campos a serem abordados. Devido também à busca sobre como são compreendidos por diferentes grupos sociais ao longo do tempo considerando aspectos aparentes e essenciais, condicionamentos culturais, históricos, sociais. Outra característica que aponta ao uso dessa abordagem na pesquisa se remete à construção e desconstrução do objeto de pesquisa, observando as contradições associadas a esse objeto que demandam ser exploradas. Como exemplos, as UC como elemento que potencialmente nega o modelo de desenvolvimento que as justifica; os Conselhos gestores como elementos que potencialmente contradizem a normatividade que os criou; a política potencialmente educadora em perspectiva crítica – que servirá aqui de base empírica *ex post facto* – que contraditoriamente emerge de dentro de uma orientação de comando e controle. A própria experiência empírica traz esforços de criação de situações educadoras que visariam a construir compreensões sobre o que estaria “por trás” de problemas que exercem pressões sobre as UC. Entender a essência por detrás das aparências.

O percurso metodológico e procedimental foi iniciado pela construção de um quadro referencial, a partir de levantamento bibliográfico e revisão de literatura e pesquisa documental, sobre o contexto marcado por debates sobre as políticas ambientais e de proteção da biodiversidade no Brasil, pela participação social na gestão pública a partir de instituições como os CG e acerca da incidência na formulação e implementação de políticas públicas como meio inicial e estratégico de buscar transformações culturais e socioambientais nos territórios de influência das UC.

Outro componente desse quadro se debruça sobre o campo da EA, buscando em vertentes com perspectiva crítica contribuições que dialoguem com uma noção de Educação emancipatória e transformadora, assim como de gestão ambiental orientada pela necessidade de enfrentar causas estruturais de problemas ambientais. O desenvolvimento de tal quadro permitiu observar os Conselhos de UC como estratégicos em um contexto de gestão pública da biodiversidade – no caso, representada pela gestão dessas áreas protegidas. A base empírica da pesquisa foi ancorada no conjunto de experiências levadas a cabo com participação do pesquisador desde 2013 em Conselhos de UC em São Paulo.

Portanto, o movimento de investigação foi marcado pela inicial construção de quadro conceitual nos campos da gestão de UC, de Conselhos e participação social, Educação Ambiental e políticas públicas, à luz de categorias gramscianas tomadas como chaves analíticas.

Em síntese, a pesquisa percorreu o seguinte itinerário:

- Revisão de literatura sobre a obra de Antonio Gramsci;
- Revisão de literatura sobre sentidos atribuídos às UC e Conselhos gestores (análise a partir de categorias gramscianas);
- Revisão de literatura sobre a potência da Educação e da EA contribuírem à atribuição de sentidos às UC e aos Conselhos alinhados à promoção de projetos societários sustentáveis e justos;
- Exposição de experiência sobre um trabalho de EA com Conselhos de UC (*ex-post facto*, observação participante e grupo focal).

Quanto a esses dois últimos procedimentos de pesquisa, vale explicitá-los e justificá-los. Segundo Marconi e Lakatos (1992), a observação participante define-se pela condição de quem pesquisa. Segundo as autoras, consiste na observação real do pesquisador ou pesquisadora com aquele grupo ou comunidade que se está a investigar. Ao mesmo tempo em que pesquisa, está a participar, junto com os(as) pesquisados(as). Nessa condição aceita-se a dificuldade com a obtenção e tratamento de informações com objetividade, uma vez que se assume que há condicionamentos recíprocos entre quem pesquisa e quem está sob “escrutínio”. No

caso da presente pesquisa esse risco tornou-se inerente em função do envolvimento do pesquisador com seu “objeto” de pesquisa.

Para Marques (2016), o uso da observação participante implica na definição, por quem pesquisa, de procedimentos metodológicos considerados apropriados à situação examinada. Assim, para esta pesquisa se considerou adequado o uso das condições profissionais de acompanhamento previstas ao longo do desenvolvimento da ação de EA. Essas situações de acompanhamento proporcionaram a participação do pesquisador como observador dos desdobramentos de sua ação anterior (como técnico/educador da SMA). Para o autor, “a ‘observação participante’ não significa transformar-se em ‘nativo’, mas sim tentar colocar-se no lugar do outro, no seu ambiente social natural” (MARQUES, 2016: 283). O pesquisador pôde acompanhar os desdobramentos da ação de EA em dois espaços de participação criados e/ou fortalecidos pela intervenção educadora. O fez como observador das reuniões, da dinâmica dos diálogos e evolução dos trabalhos dos conselheiros e outros agentes sociais envolvidos. No apêndice D constam os registros feitos nesse acompanhamento e respectivo tratamento analítico, usado no capítulo quatro.

Já o grupo focal foi também considerado importante para captar diferentes perspectivas de outros personagens que, de alguma forma e lugar institucional na SMA, se envolveram com o desenvolvimento da ação de EA que serviu de base empírica. O levantamento a partir do diálogo com esse grupo mostrou-se fundamental para fazer emergir informações não possibilitadas pelo levantamento documental, tais como avaliações e análises em perspectiva institucional sobre a ação de EA, lacunas do ponto de vista político e seu alcance em termos de incidência na gestão ambiental pública como um todo. O grupo focal também proporcionou uma extensão do recorte temporal em relação ao objeto de pesquisa - de 2012 a 2017 para 2012 a 2020 – além de alçar a ação de EA em específico a uma categoria acima, ou seja, de estritamente FS para ação de EA em sentido mais amplo.

Para Trad (2009: 779) “[...] a utilização dos grupos focais, de forma isolada ou combinada com outras técnicas de coleta de dados primários, revela-se especialmente útil na pesquisa avaliativa”. A escolha metodológica pelo grupo focal se deu em função da consideração da disposição e importância dada à compreensão de servidores a partir de suas impressões e avaliações sobre a ação de EA em tela,

assim como a validade de opiniões e leituras de profissionais responsáveis por seu desenvolvimento.

Barbour (2009) chama atenção ao reconhecimento de que os grupos focais, assim como outros métodos e técnicas qualitativos, apresentam bom desempenho no que se refere ao que denomina como *insights* dos processos, em vez de resultados. No caso dessa pesquisa, o percurso de captação de tais *insights* já é importante, uma vez que o debate entre os presentes, ao revelar suas compreensões sobre o trabalho feito, configura em resultados da pesquisa.

O grupo focal pode ser utilizado no entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviço. O grupo focal, em geral, não é considerado adequado para estudar a frequência com que determinados comportamentos ou opiniões ocorrem. Pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não no sentido de ser um processo onde se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes (IERVOLINO e PELICIONI, 2001: 116).

Conforme Trad (2009), considerou-se adequada e especialmente útil a utilização da técnica de grupo focal, de forma combinada com as outras técnicas de coleta de dados primários. A mesma autora, apoiando-se em diferentes autores que tratam dos grupos focais, apresenta um conjunto de definições sobre a técnica.

Morgan (1997)²⁰ define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000)²¹, o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados. Ele busca colher informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços (TRAD, 2009: 780).

Outra justificativa dessa técnica é sua diferença em relação às entrevistas individuais. Para Trad o grupo focal promove a interação entre as pessoas sobre um mesmo elemento. Isso torna as informações mais ricas e o resultado, por si, decorre de um diálogo.

Quanto às questões práticas para a realização de um grupo focal, Barbour (2009) recomenda desde o reconhecimento e preparo de um ambiente confortável, acolhedor e que proporcione condições para que todos dialoguem, passando pela gravação e anotações – “[...] é recomendável registrar suas observações imediatas sobre a discussão do grupo focal, anotando qualquer característica saliente da

²⁰ MORGAN, David L. **The Focus Group Guidebook**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

²¹ KITZINGER, Jenny. Focus groups with users and providers of health care. In: POPE, C.; MAYS, N. (Org.). **Qualitative research in health care**. 2. ed. London: BMJ Books, 2000.

dinâmica do grupo [...]” (BARBOUR, 2009: 109) – até culminar na necessária atenção devida sobre como iniciar e conduzir a dinâmica do grupo focal.

Como o grupo focal para esta pesquisa ocorreu em meio à pandemia da COVID-19 e respectiva quarentena, não foi possível ir além do uso de ferramentas que estavam em uso para o teletrabalho das pessoas envolvidas. Portanto, em meados de abril de 2020 foi utilizado um aplicativo para reuniões a distância. Ele permitiu não apenas o contato, mas também a observação de reações dos participantes, a gravação de toda a reunião e anotações ao longo dela. Na sequência do grupo focal houve a opção pelo envio dos registros às pessoas que participaram do grupo, a fim de colher o reconhecimento e a confirmação dos registros.

Esse mesmo grupo focal deu origem a dois movimentos metodológicos de pesquisa empírica, estes inspirados em métodos participantes (FARIA, 2016) e colaborativos não extrativistas (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018). Com base nessa noção de método participante a pretensão foi tornar aqueles tidos originalmente como “fontes de evidências” em “sujeitos de evidências”. Ou seja, atores também produtores do conhecimento que agregaram à pesquisa seus aportes com base em suas informações, perspectivas, interpretações, avaliações e análises. A forma para que isso ocorresse se deu em três passos posteriores ao diálogo em grupo; i) envio dos registros coletados no grupo focal aos participantes, para que lessem e indicassem eventuais adequações ou discordâncias em relação às análises feitas pelo pesquisador; ii) uma devolutiva do conjunto da pesquisa em sua fase mais amadurecida àqueles mesmos participantes do grupo focal, de forma a contextualizar o retorno sobre o tratamento dado aos depoimentos, momento também aberto a considerações desses “sujeitos de evidências”; iii) envio do capítulo quatro, que incorpora e dialoga com as participações como fontes válidas de conhecimento sobre o fenômeno – ação de EA – observado, para análise e avaliação dos participantes.

A busca por aproximação com a ideia de metodologia não extrativista, nesta pesquisa, foi motivada pela intenção de tratar ao menos aqueles e aquelas com os quais se promoveu um diálogo objetivo sobre o tema da investigação como produtores de conhecimento. Embora tal metodologia direcione-se sobremaneira às relações entre pesquisadores e pesquisadoras com grupos sociais usualmente alijados de processos de construção e produção de conhecimento (do “sul do

mundo”²²), esta pesquisa tomou o que pode ser compreendido como um princípio seu: o do “[...] conhecer ‘com’ e não ‘sobre’, base da ideia de uma metodologia colaborativa, não extrativista [...]” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018:401).

Daí o movimento procedimental de um grupo focal reunindo agentes públicos e seguidas devolutivas escritas e dialogadas, tanto com sujeitos associados à gestão de UC como aqueles e aquelas atuantes com a EA. Contudo, assume-se que esse movimento se restringiu a uma das três técnicas de levantamento recorridas - o grupo focal - sendo a maior parte do conhecimento e análise das informações mantidas sob responsabilidade deste pesquisador²³. Afinal, como apontam os autores já citados,

Um desafio central das metodologias colaborativas é a criação de subjetividades e espaços de interações que transformem objetos em sujeitos, ou seja, conhecer não os outros, e não apenas para os outros, mas sim junto com os outros. Trata-se de tarefa extremamente complexa e difícil, e exige um exercício de tradução intercultural que crie os espaços de diálogo e inteligibilidade quando os grupos sociais que interagem possuem culturas, linguagens e histórias distintas (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018:402).

Tendo por base a transcrição na íntegra, os apêndices B e C expressam o tratamento dados às informações colhidas no grupo focal e pela observação participante, sendo utilizado na redação do capítulo quatro.

Com relação aos recortes da pesquisa, partiu-se dos seguintes: i) quanto ao objeto, se concentrou a um conjunto de experiências contidas em ação de EA junto a Conselhos gestores, levada a cabo no âmbito de uma determinada política ambiental (de fiscalização na gestão de UC); ii) em termos temporais o recorte abordou o período entre 2012 (início da elaboração da ação examinada) e 2020 (em função de desdobramentos observados pela mesma ação de EA e das contribuições do grupo focal já apontadas).

²² Fasanello, Nunes e Porto (2018) partem do que é denominado como “linha abissal” para trazer à tona a urgência de deslocamentos metodológicos radicais. “A linha abissal é simultaneamente radical, invisível e invisibilizadora, e se encontra por detrás de fenômenos como o racismo, a xenofobia e outras formas de violência contra indígenas, favelados, mulheres e homossexuais, entre outros grupos presentes no ‘Sul Global’” (FASANELLO; NUNES; PORTO, 2018:400).

²³ Ainda assim, mesmo que assumidas as restrições que permitem afirmar apenas aproximações desta pesquisa com metodologia colaborativa não extrativista, é possível reconhecer aspectos de construção e mesmo elaboração de conhecimento “co-laborativo e inter-ativo” com aqueles e aquelas participantes do referido grupo focal. A razão dessa afirmação é que todos e todas atuam no âmbito das ações de EA na gestão de UC. Portanto, o próprio grupo focal assumiu aspectos de “conversa de trabalho”, no sentido de servir, também, a reflexões que incidem sobre a prática profissional, sem exclusiva utilidade à pesquisa.

***1. Antonio Gramsci: contribuições para um
campo ambiental contra-hegemônico***

“Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política [...] e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas), [...] é precisamente na sociedade civil, nomeadamente, [em que] operam os intelectuais”.
(Antonio Gramsci, Carta a Tatiana²⁴, 1931)

Este capítulo da tese é dedicado a tecer ponderações sobre categorias desenvolvidas por Gramsci – “Bloco Histórico”, “Estado Integral” (“Sociedade Civil” + “Sociedade Política”), “Hegemonia”, “Intelectuais Orgânicos”, “Senso Comum” e “Bom Senso”, “Catarse” e “Guerra de Posição” e de “Movimento” – úteis para uma compreensão em perspectiva do campo ambiental, da gestão pública do meio ambiente refletindo também no campo da EA. Trata-se de uma aproximação que adquiriu contornos mais definidos e consistentes ao longo da pesquisa. Com base em interpretações de autores dedicados à obra de Antonio Gramsci e, também, a partir dos textos do pensador sardo, oferecem pistas sobre o percurso metodológico de investigação da obra de Gramsci e seus aportes e subsídios ao objeto de pesquisa.

* * *

Para um dos principais intérpretes da obra de Antonio Gramsci, o francês Hughes Portelli (1977), a mais importante e central categoria desenvolvida pelo pensador italiano é a que dispõe sobre “Bloco Histórico”. Segundo Gramsci (1999: 245) no “Bloco Histórico”,

[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

Trata-se da unidade dialética das forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura. Para Alvaro Bianchi (2008), originalmente o conceito de “Bloco Histórico” teria sido pensado como uma ferramenta visando à interpretação das relações históricas. Estas, por serem concretas e moventes, existiriam entre estrutura e superestrutura²⁵, condições objetivas e condições subjetivas, forças materiais de

²⁴ Tatiana Schultz, irmã de sua companheira, Giulia, que o visitava no cárcere quando da permanência de Giulia na Rússia em tratamento de saúde.

²⁵ Como será observado nas páginas seguintes, por *estruturas* nomeia-se a produção, o modo de produção de uma sociedade; por *superestrutura* as formas de compreensão, justificação e organização delas.

produção e ideologias. Mais adiante, o autor afirma que a noção de ‘Bloco Histórico’ permite a análise crítica e histórica dos processos de reprodução social, tanto das relações políticas como do padrão de relações sociais. A noção de “Bloco Histórico” se relaciona com a “grande política”, isto é, com a busca por se construir uma nova hegemonia.

O “Bloco Histórico” expressa o padrão de relações entre a estrutura e a superestrutura, no qual o conteúdo econômico-social e a forma ético-política se identificam e se reforçam mutuamente. Na medida em que há uma forte relação de reciprocidade entre as forças produtivas e as condições superestruturais para sua reprodução, percebe-se o ‘Bloco Histórico’. “A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999: 250). Portanto, as contradições existentes nas relações econômicas da estrutura também podem estar refletidas na superestrutura, isto é, no Estado. Liguori e Voza (2017), no Dicionário Gramsciano, apontam a inspiração soreliana (do anarcossindicalista francês Georges Sorel) e a apropriação gramsciana para o desenvolvimento da categoria de “Bloco Histórico”.

“As superestruturas do Bloco Histórico formam um conjunto complexo, em cujo seio Gramsci distingue duas esferas essenciais: a sociedade política, que agrupa o aparelho de Estado, e a sociedade civil, isto é, a maior parte da superestrutura” (PORTELLI, 1977: 19). A sociedade civil talvez seja a dimensão mais valorizada na obra de Gramsci em sua inovadora concepção de Estado. Afinal, se em Marx observa-se a relação dialética entre estrutura e superestrutura erguida a partir da primeira, estando a sociedade civil na base das relações econômicas e, assim, na esfera estrutural (BOBBIO, 1982), Gramsci amadurece a teoria destacando o “lugar” à sociedade civil, localizando-a na superestrutura²⁶.

Portanto, a superestrutura, em Gramsci, compõe-se de duas esferas, momentos ou dimensões: a “Sociedade Política” e a “Sociedade Civil” (GRUPPI, 1978; BUCI-GLUKSMANN, 1980; COUTINHO, 1999; COUTINHO e NOGUEIRA, 1993; PORTELLI, 1977; BIANCHI, 2008; LIGUORI, 2007, dentre outros autores).

²⁶ Quando se menciona “destaque” não se pretende dizer prevalência, predominância, muito menos separação. Trata-se de uma questão metodológica, analítica; quando se diz “lugar na superestrutura” não se está sobrevalorizando o campo das ideias, da metafísica, o idealismo, em prejuízo da filiação materialista histórica do autor italiano.

À medida que se desenvolve a denominada “socialização da política” em sociedades tidas como “ocidentalizadas”²⁷ e mais complexas, amplia-se a capacidade de formação de grupos e movimentos sociais – práticos - (“Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia”) com relativa autonomia em relação à “Sociedade Política” no que diz respeito à construção e afirmação de valores, ideias, concepções de mundo e ideologias, além de organização política, partidos em sentido ampliado.

Inferese-se que quanto mais efetiva a existência da socialização da política, mais se consolida a “Sociedade Civil”, corroborando a noção de “Estado Ampliado” de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Parte-se da relação entre essa dimensão e outra, da “Sociedade Política”. Esta é descrita como constituída pelos mecanismos a partir dos quais uma classe é dominante porque detém o monopólio legal da repressão e da violência para garantir o funcionamento do Estado (*lato sensu*) com base na compreensão hegemônica acerca do modo de produção²⁸ e modelo de desenvolvimento.

A “Sociedade Política” se manifesta a partir da atuação da burocracia e dos aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado²⁹ (COUTINHO; NOGUEIRA, 1993). Já a sociedade civil é constituída por organizações privadas capazes de dirigir o Estado Integral produzindo discursos, ações e práticas, difundindo visões de mundo (ideologias), tais como igrejas, associações, partidos, escolas, meios de comunicação. Buscam conquistar e exercer hegemonia, por meio da direção política e produção de consensos (GRUPPI, 1978).

Gramsci não desenvolve uma concepção de estrutura com a mesma profundidade, complexidade e inovação dedicados à superestrutura e ao “Estado

²⁷ Para Gramsci, “sociedades ocidentalizadas” são aquelas onde a luta de classes se manifesta principalmente por meio dos aparelhos privados de hegemonia, na medida em que visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso. E assim a noção de Estado se amplia e a luta de classe se desenvolve através do que Gramsci denomina “Guerra de Posição”, em que se visa conquistar progressivamente, em um processo de médio e longo prazo, espaços estratégicos na sociedade civil para a construção histórica de hegemonia (COUTINHO, 1999).

²⁸ Considera-se pertinente oferecer alguma definição a essa expressão, a fim de tornar mais clara sua dimensão e alcance. Os professores Eduardo Pinto e Paulo Balanco (2014: 40) apresentam a seguinte, apoiando-se no filósofo e sociólogo grego Nicos Poulantzas e que se coaduna à discussão trazida nesta tese: “O modo de produção representa uma combinação de diversas estruturas e práticas que compreende diversos níveis, tais como o econômico, o político e o ideológico, com dominância, em última instância, do econômico”.

²⁹ Uma ilustração que aproxima tais reflexões do objeto da pesquisa encontra-se na formulação de políticas ambientais, em específico de criação de áreas protegidas e fiscalização – ou de proteção da biodiversidade, por exemplo. Tanto a dimensão de “comando” como a de “controle” carecem de debates mais plurais, principalmente considerando a participação de grupos sociais com menos recursos cognitivos (no que diz respeito à “gramática” utilizada no campo ambiental), econômicos e políticos, mais afetadas por tais políticas e sua execução. São nítidas as expressões da hegemonia exercida por grupos ainda dominantes na superestrutura.

Integral”. É importante situar a reflexão que o político sardo elabora a respeito da estrutura.

Gramsci procurou desenvolver os conceitos de estrutura e superestrutura e estabelecer a relação precisa entre ambos, aproximando-os do conceito de bloco histórico [...]. Tal conceito era reinterpretado à luz do ‘Prefácio de 1859’ [de Para a Crítica à Economia Política, de Karl Marx] e da afirmação de que os **homens adquirem consciência da própria posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas**. Para Gramsci, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexos necessário e vital (BIANCHI, 2008: 136-137, grifo nosso).

Galastri (2014) contribui à compreensão sobre a estrutura em Gramsci. Segundo o autor, a alteração das estruturas, de uma perspectiva histórica, é possibilitada pelo próprio ato de conhecê-la. Assim, esse ato de conhecimento configura-se em intervenção, viabilizando alterações na compreensão e mesmo na própria escrita da história, uma vez que a intervenção política não é exclusividade do presente. “Não é apenas o passado que interfere no presente. Pode-se interferir, a partir do presente, no passado” (GALASTRI, 2014: 07).

Não se trata, obviamente, de afirmar que os fatos históricos seriam alterados; que a estrutura seria modificada pelo simples ato de reinterpretá-la. Trata-se, isto sim, de destacar a possibilidade – e necessidade – de transformar a forma de compreendê-las culturalmente. Não mais como algo dado ou naturalizado, mas sim histórico e passível de alterações, inclusive, radicais. Observa-se a partir da contribuição do autor citado a possibilidade de “desnaturalizar” as relações sociais de produção capitalistas, dar-lhes historicidade em perspectiva crítica. O trecho citado também ajuda a perceber a relação implícita da estrutura com a superestrutura, especialmente com o campo das ideias, fundamental para se desenvolver uma compreensão sobre as estruturas que fundamentem tanto o entendimento de que são injustas e insustentáveis sob o capitalismo, como subsidiem interferências de ordem filosófica e política. Ou seja, a explicação sobre a estrutura implica, e demanda, a revelação de sua relação de reciprocidade com a superestrutura que a justifica e a reproduz; a condiciona e por ela é condicionada.

Esse movimento de estranhamento da realidade, de desnaturalização do padrão de relações sociais de produção e de elaboração e organização de formas de compreender e de se relacionar com a realidade – esta, também construída e reconstruída – depara-se, desde seu início, com a noção de “Hegemonia”. Para Gramsci (1999: 104)

[...] se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Segundo outro conhecido intérprete de Gramsci, o italiano Guido Liguori, o sentido mais condizente com a ideia de “Hegemonia”, oscila entre um significado mais objetivo de “direção” (pelo consenso) em oposição a “domínio” (pela força), e outra significação, mais ampla e compreensiva de ambos (subsidiando o entendimento de “direção” mais “domínio”).

Com efeito, ele [Gramsci] escreve que ‘uma classe é dominante em dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua sendo também ‘dirigente’” (LIGUORI, 2017: 365-366).

“Com o termo hegemonia, Gramsci quer sobretudo sublinhar o momento da ‘ditadura do proletariado’, a capacidade de guiar um sistema de alianças. Para Gramsci, hegemonia compreende, em geral, o de direção e de domínio ao mesmo tempo” (GRUPPI, 1978:78). Um dos aspectos mais relevantes aqui tem dimensões estratégicas, ou seja, anuncia e sustenta que tomar de assalto o Estado não é suficiente para superar o capitalismo sem antes conquistar posições de direção ética e moral, dirigindo culturalmente a sociedade, consolidando a predominância de um modo de pensar e se relacionar com o mundo. O sujeito, seja da tomada do Estado, seja da direção cultural não pode se restringir a um grupo, mas deve se estender a uma classe fundamental, a classe trabalhadora e real produtora de riqueza.

Para Bianchi (2008) no que se relaciona à “alta política”, está em jogo a construção de uma nova “Hegemonia” (uma concepção de mundo, nova filosofia, nova mentalidade etc., mas também uma nova maneira de produzir, de distribuir, de consumir, de viver). A construção processual e histórica da “Hegemonia” não pode prescindir de sua dimensão econômica. Se deve haver uma reforma intelectual e moral que se traduz como uma “elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade”, ela teve ser iniciada nas lutas travadas pelo partido que pretende representar e organizar a massa de explorados pelo capital. Para desenvolver-se plenamente, fundamenta-se em uma nova forma estatal e após “uma precedente reforma econômica e uma transformação nas posições sociais e no mundo econômico” (BIANCHI, 2008:169).

“Hegemonia” pressupõe, portanto, a predominância de uma forma de compreender o mundo, de produzir e de expressar tal modo de produção nos campos ético e moral, político e ideológico e, enfim, jurídico. Não se restringe ao consenso – ao convencimento de outros grupos sociais por um determinado grupo, ou apenas ao desenvolvimento efetivo da possibilidade de grupos subalternos construírem uma leitura própria do mundo a partir da crítica à economia política; nem exclusivamente à coerção – submissão relativamente forçada de grupos dissonantes³⁰.

Portanto, “Hegemonia” não substitui o enfrentamento. Deve ser compreendida como condição substancial de preparo para o enfrentamento, que certamente vem na medida em que a classe fundamental não mais hegemônica tende a buscar reorganizar-se. É, portanto, uma combinação de consenso e coerção, sendo o primeiro mais relacionado à esfera da “Sociedade Civil” (sobretudo pela função dos intelectuais orgânicos e os “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia”) e, o segundo, à da “Sociedade Política” (pela via dos aparelhos coercitivos do Estado em sentido estrito – polícia, órgãos de controle, judiciário).

[...] o ‘princípio teórico-prático da hegemonia’ deve ser entendido como ‘síntese de desenvolvimento econômico e de consciência crítica’, numa perspectiva em que a economia não é mais um objeto reificado, mas, dependendo de escolhas humanas, torna-se, de vários modos e mesmo entre vários obstáculos, uma atividade consciente. A teoria da hegemonia assim delineada é apreendida como algo polivalente, não predefinido, aberto às mais variadas declinações (LIGUORI, 2007: 217).

Para Giuseppe Vacca (1991, citado por Liguori, 2007), “Hegemonia” implica, inclusive, numa nova concepção da própria política. Na esfera da “Sociedade Civil” e, assim, na superestrutura gramsciana, a disputa por hegemonia é marcada por uma complexidade de atores e de “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia”, em que o termo “privado” é registrado entre aspas devido à capacidade de interferência, de desenvolvimento e, principalmente, de publicização de concepções de mundo que tais aparelhos, não estatais ou não governamentais, carregam. Contribuiriam tanto para transformações no âmbito das estruturas como na esfera das superestruturas,

³⁰ Essa coerção não se reduz ao uso da violência ou aparato repressivo, mas sim em instrumentos que definem opções políticas que beneficiam uns em detrimento de outros grupos, influenciando em diferentes gradações as dinâmicas sociais (ABREU, 2017). Demarca um posicionamento político de governo não deliberado sem conflito e sugere a disputa por hegemonia do Estado em perspectiva gramsciana. Segundo Abreu, é preciso considerar “[...] as diversas formas de organização da administração pública, suas agências e autarquias, que muitas vezes são responsáveis pela escolha dos instrumentos [instituições, normas, procedimentos institucionalizados etc.] de maneira insulada ou em coordenação com outros órgãos. Estes atores da burocracia cultivam e defendem seus próprios interesses” (ibid.: 32).

ocasionando alterações inclusive no próprio aparato estatal (jurídico, coercitivo). Essas conquistas no aparato estatal visariam a garantia de condições subjetivas que expressam gestos, posturas, políticas etc. que mantenham o *status quo* (no caso de classes dominantes e dirigentes) ou visem sua superação.

Os “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia” são, na análise gramsciana a partir da sociedade de seu tempo, órgãos, instituições, organizações, enfim, espaços sociais de alcance público. Produzem e reproduzem concepções de mundo alinhadas aos interesses da classe fundamental com a qual se identificam – ou, ao menos os valores nos quais se reconhecem.

Conforme Bianchi (2008), a contraposição de hegemonias não se restringe a concepções de mundo antagônicas. Também se configura como luta dos aparelhos que têm seu funcionamento marcado pelo suporte à organização e disseminação dessas ideologias. E observa-se uma lista significativa de “Aparelhos de Hegemonia”, como igrejas, escolas, associações privadas, sindicatos, partidos, imprensa, abrindo margem a atualizações no tempo histórico presente. Tomando-se a crise civilizatória que se apresenta como concreta e inevitável, atualizações possíveis se remetem à percepção de contribuições significativas trazidas por diferentes movimentos que, conscientes e articulados, identificam-se como lutas anticapitalistas. Casos dos movimentos socioambientalistas alinhados àqueles que lutam contra qualquer forma de opressão (binário generificada, racializada, pela concentração da terra, que ameaçam a conservação de modos de vida e territorialidades, que negam habitação e trabalho dignos dentre tantos outros que caracterizam as sociedades contemporâneas).

Esses aparelhos têm como função articular o consenso de grandes parcelas da sociedade, independentemente de classes sociais (mas, sobretudo, a partir de uma classe fundamental), promovendo e propagando valores, concepções de acordo com orientações de grupos dominantes ou com aspirações contra-hegemônicas, visando a dirigir culturalmente a sociedade. Daí a noção de disputa por hegemonia. Disputa de narrativas, de concepções de mundo e, sobretudo, disputa política.

É presente no repertório gramsciano passagens que afirmam tal adesão cultural a compreensões naturalizadas sobre o mundo, o trabalho, as relações entre indivíduos, grupos e classes, mesmo que sequer possam corresponder – pelo contrário, serem inclusive antagônicas – a interesses de trabalhadores, assalariados, funcionários e toda sorte de não proprietários de meios de produção. Ainda assim, “os cortes classistas e as

lutas entre os diferentes grupos sociais atravessam os aparelhos hegemônicos e contrapõem uns aos outros” (BIANCHI, 2008: 179).

Gramsci (1999: 318) afirma que

A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, e um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem croceana³¹: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica.

Torna-se evidente a possibilidade de inserir-se no debate público a partir de maneiras contra-hegemônicas de conceber os problemas, suas causas e efeitos e, consequentemente, as maneiras de enfrentá-los.

Bianchi (2008: 298) ressalta que “o senso comum ‘gramsciano’ encontra seu habitat em aparelhos de hegemonia: centros de pesquisa, universidades, organizações não-governamentais e partidos políticos”. Assim, torna-se importante reconhecer, no âmbito da “Sociedade Civil” e, também, da “Sociedade Política”, aqueles espaços sociais e respectivos “Aparelhos de Hegemonia” que são estratégicos para serem disputados – no caso de já existirem – e aqueles a serem desenvolvidos. O motivo também é estratégico à construção e consolidação da “Hegemonia”: a partir deles se desenvolve a reforma filosófica, novas concepções de mundo, novas mentalidades, sempre com base na materialidade e em relações sociais concretas, a partir da práxis. Aqui, a filosofia da práxis é fundamental, uma vez que não dissocia a filosofia da política, a teoria da prática, o ser pensante do ser produtor.

Antonio Gramsci afirma todos os homens como intelectuais, estendendo o que se pode definir como intelectual para além daquele personagem com formação erudita, enciclopédica, capaz de se resolver descolado de qualquer classe ou grupo social, pairando acima da sociedade e, assim, desvinculando-se de qualquer ideologia. “Todos os homens são filósofos” (GRAMSCI, 1978: 11). Em outra passagem, que parece ser determinante à reflexão desenvolvida posteriormente, Gramsci questiona:

[...] é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar sua própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho próprio do cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia

³¹ Benedetto Croce, filósofo italiano bastante referido por Gramsci; tido como um exemplo de intelectual tradicional e presente na formação intelectual de Gramsci em sua juventude e expressão política inicial.

de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1978: 12).

Não haveria, segundo o pensador sardo, nenhuma prática ou mesmo discurso, desvinculados de uma concepção de mundo alinhada a interesses de uma classe fundamental. “Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação?” (GRAMSCI, 1978: 14).

Dada a impossibilidade de compreender o ser humano apenas como produtor ou somente como pensador, todos são capazes de refletir, mesmo quando são submetidos à mais alienante atividade. Contudo, não são todos que exercem o papel de intelectual na sociedade. Ou seja, Gramsci reconhece a necessidade de haver pessoas mais dedicadas ao exercício de produção intelectual, profissionalmente.

Esses intelectuais teriam uma função estratégica, que é a de estarem na “Sociedade Civil” e na “Sociedade Política” (portanto, atuando em ambas as esferas da superestrutura), elaborando/legitimando a ideologia da classe dominante, tornando-a a uma concepção de mundo que lhe fornece sua consciência de classe. Teriam, ainda, a função não menos estratégica de fazer permear em todo o corpo social tal ideologia e concepção de mundo (inclusive àquelas classes contrariadas, não dominantes nem dirigentes) – pela via do consenso, fazendo com que classes não dominantes aceitem e reproduzam a ideologia dominante.

Os intelectuais não constituem uma classe autônoma e desvinculada das demais classes sociais. São grupos originados e identificados com uma classe fundamental, mesmo que não tenham consciência disso ou não o desejem. Assim posto, todas as classes sociais “produzem” intelectuais, seja para manter o *status quo*, seja para enfrentá-lo visando à sua transformação e superação. Para Gramsci, toda classe tida como fundamental (detentores e não detentores dos meios de produção) desenvolve, em seu próprio âmbito, camadas de intelectuais identificados com seus valores, concepções de mundo, filosofia, ideologia, enfim, com uma mentalidade, um discurso e prática políticos.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001: 15).

Daí a compreensão do uso do termo “orgânico”. Os intelectuais são organicamente ligados a um modo de pensar e, portanto, compreender e reproduzir/problematizar o mundo. Ao passo que contribuem fundamentalmente para o desenvolvimento de tal filosofia (forma de entender o mundo), reciprocamente são demandados a desenvolver valores que reforçam seu vínculo a determinada classe fundamental. A atuação dos “Intelectuais Orgânicos” se dá nas relações recíprocas na superestrutura (sociedade civil mais sociedade política) e entre essa e a estrutura (relações sociais de produção).

Na esfera da “Sociedade Civil”, elaborando uma nova concepção de mundo (no caso de “Intelectuais Orgânicos” ligados à classe não detentora dos meios de produção) ou mantendo e reforçando a hegemonia da ideologia burguesa vigente nas relações sociais de produção capitalistas (no caso de “Intelectuais Orgânicos” identificados com a classe dominante que, então, caracteriza-se também como dirigente por sua capacidade de dirigir ética e moralmente o Estado em sentido ampliado). Na esfera da “Sociedade Política”, a atuação dos “Intelectuais Orgânicos” é mais perceptível pelo papel desempenhado pelas camadas intelectuais vinculadas à classe dominante e dirigente no campo jurídico (legal), na burocracia e engendramento de normas³², na produção de discursos oficiais que servem de base para interpretações de fenômenos de diferentes naturezas e que orientam a ação de diferentes aparelhos do Estado, desde aqueles voltados à formação dos sujeitos até aqueles essencialmente coercitivos.

Como já mencionado, todas as classes tomadas como fundamentais “produzem” seus intelectuais, o que não significa, necessariamente, que intelectuais ligados às classes subalternas tenham sua origem nas camadas operárias ou camponesas exclusivamente. É sua função – e não sua origem – que define sua orientação. A origem social é secundária, principalmente para as camadas médias e inferiores, e o vínculo orgânico depende da estreiteza da relação entre o intelectual e a classe que representa (PORTELLI, 1977).

O papel dos intelectuais é exercer a função de desenvolver processos formativos direcionados a “uma nova consciência, de uma nova forma de pensar e agir na vida social por parte das classes subalternas” (DURIGUETTO, 2014:273). Há um vínculo estreito e orgânico quando o intelectual se origina na classe que traduz. Suas

³² A produção de normas, ocorrendo também nos parlamentos, propiciam a incidência de aspectos ligados a outras hegemonias, outras concepções de mundo ou ideologias na esfera da “Sociedade Política”. Trata-se de uma arena em que ambas as esferas da superestrutura se relacionam diretamente, embora num formato burguês alinhado com a ideia de representação política e, portanto, com limitações.

funções seriam, basicamente, diretiva, organizativa e educativa. Assim como as classes burguesas não exclusivamente “produzem” intelectuais voltados a reproduzir e garantir a hegemonia de seus valores, mentalidade, ideologia, é comum as classes trabalhadoras produzirem intelectuais que são absorvidos pelas classes dirigentes (PORTELLI, 1977). É também corrente que intelectuais nascidos e “formados” no âmbito das classes dominantes se identifiquem e se solidarizem com anseios, necessidades e interesses de classes populares e, com isso, dediquem-se a cerrar fileiras ao lado dessas. Nesse caso, especialmente, há uma passagem sobre essa atuação organicamente vinculada entre intelectuais e classes subalternas. Segundo Gramsci (2001: 221), “o elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, muito menos, sente”. Daí a necessidade do vínculo orgânico.

A camada de intelectuais, embora não seja absolutamente autônoma, possui relativa autonomia em relação à classe fundamental que representa. Esta relativa autonomia ocorre na medida em que tem o papel de elaborar a ideologia, desenvolver a concepção de mundo em relação recíproca com a estrutura e com a classe com que se identifica, sempre elevando o desenvolvimento da consciência de classe desses grupos (no caso de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora), nunca se descolando totalmente. Há um nível de elaboração mais elevado, mas que não se desprende das demais camadas da classe fundamental. Quando há esse descolamento, tem-se uma crise que frequentemente na história se manifesta pela coerção com tons mais fortes de repressão e violência como sustentáculo da dominação e que perdeu a capacidade de liderar, de dirigir.

Como se dá a relação entre a camada de intelectuais orgânicos e a estrutura? Como seria a “relação mediata” a que se refere Hugues Portelli (1977)? Duriguetto (2014) contribui a uma resposta ao afirmar, apoiando-se em Gramsci, que a elaboração intelectual não é meramente abstrata, mas sim construída de modo concreto, com base no real e na experiência efetiva dos trabalhadores. Outra característica da concepção de intelectual de Gramsci é que essa função, de elaborar, produzir e organizar ideias, não se restringiria a escritores, artistas ou professores. Se estende a qualquer atividade profissional que demande racionalização do pensamento e da ação. Assim, envolve engenheiros, médicos, advogados, jornalistas, agentes públicos e quaisquer profissionais que atuam na construção, reprodução, consolidação de uma maneira hegemônica de organizar as sociedades, (re)produzir informações e mentalidades que as naturalizem.

Em divergência com os intelectuais orgânicos, os intelectuais tradicionais, vinculados a um modo de produção anterior ou em vias de superação, podem exercer a função de retardar o processo de conquista da hegemonia na superestrutura dos intelectuais orgânicos vinculados à classe em ascensão. O modo de exercer tal função é suspender ou impedir a elaboração e disseminação de uma nova concepção de mundo. A diferença entre intelectuais tradicionais e orgânicos fica mais evidente quando há uma espécie de sedimentação da hegemonia dos últimos. Assim seriam hoje considerados tradicionais aqueles intelectuais que, antes vinculados à ideologia hegemônica, começam a se “descolar” da classe que já representaram, considerando-se autônomos, no caso de haver uma nova hegemonia sendo forjada.

Existiria, para Gramsci, marcas ou modalidades qualitativas³³ entre os intelectuais. Num nível de funções e responsabilidades, os intelectuais responsáveis pela elaboração da concepção de mundo, da ideologia em diferentes campos: nas ciências, nas artes, na filosofia, no direito, na cultura, na educação. Em outro nível, aqueles que têm a função de absorver e disseminar esta ideologia. Funções criadora, organizadora e educadora. Portelli (1977) demonstra que Gramsci recorre a comparações com a organização e graduações militares para explicar as diferenças qualitativas entre os intelectuais: estado-maior, oficiais superiores e oficiais subalternos. Comparando também com o partido, distingue a massa dos militantes e um elemento intermediário responsável por organizar a massa militante e disseminar a ideologia formulada e desenvolvida por um núcleo de dirigentes.

Martins (2011, 2013) busca sintetizar em três as tarefas dos “Intelectuais Orgânicos”. A primeira, científico-filosófica, é desenvolver sua capacidade de compreender a dinâmica da sociedade e da economia, assim como da cultura e da política, e desenvolver a partir desse substrato uma concepção de mundo alinhada aos interesses da classe à qual estariam vinculados tais intelectuais. A segunda tarefa é educativa-cultural e se refere à capacidade de disseminar e consolidar tais concepções de mundo, em diálogo com os repertórios, por vezes sincréticos, de interlocutores dessa mesma classe. A tarefa ético-política se remete à ampliação da capacidade de mobilização, articulação e auto-organização em torno da concepção de mundo formulada e compartilhada, adequando subjetividades às funções práticas.

³³ O uso do termo qualitativo, nesse caso, se refere à quantidade de tempo dedicado às atividades intelectuais, e não à possibilidade ou qualidade da elaboração intelectual.

Se prevê uma “mobilidade” ou trânsito entre as camadas, uma vez que, por exemplo, na camada de organizadores intermediários da massa militante se encontraria algo como um “reservatório” de futuros dirigentes. “O partido é o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos” (DURIGUETTO, 2014: 288). Uma das principais funções da noção de partido seria, com a atuação estratégica dos intelectuais, contribuir para elevar o patamar de consciência dos trabalhadores, daquele mais econômico e corporativo àquele de classe, ético-político, em função da necessidade de superação de movimentos espontâneos, mirando o patamar de direção política consciente.

Quanto aos intelectuais do partido – este como “intelectual coletivo” com uma função histórica – Gramsci adverte que

[...] a filosofia da práxis não busca manter os ‘simplórios’³⁴ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela [a filosofia da práxis] afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os ‘simplórios’ não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1978: 20).

Dáí uma diferença significativa entre intelectuais da burguesia e aqueles de classes subalternas: enquanto uma das funções dos primeiros é controlar as massas disseminando sua ideologia e impedindo ou limitando as possibilidades de camadas populares construir uma perspectiva própria de leitura do mundo, a principal função do segundo é desenvolver outra hegemonia a partir da elaboração de outra concepção mundo desenvolvida pela filosofia da práxis com as massas das classes subalternas, elevando-as em termos do nível de consciência de classe e capacidade de participar da elaboração dessa nova concepção de mundo e hegemonia. Observa-se nesse ponto o compromisso emancipatório na função de intelectuais orgânicos associados a estratos sociais explorados e “subalternizados”. No campo da Educação, há Paulo Freire e sua fundamental contribuição de Educação para a Liberdade como tributários desse pensamento. Sua sintonia com Marx especialmente aqui ocorre em relação à XI Tese sobre Feuerbach, segundo a qual é papel urgente dos filósofos, e de todos e todas, transformar o mundo, para além de interpretá-lo.

³⁴ Gramsci se refere àquela parcela majoritária da população da Itália de sua época, especialmente meridional – e coincidentemente maioria também em países em desenvolvimento como o Brasil – caracterizados por sua simplicidade no que se refere à ausência de criticidade na compreensão do mundo, principalmente nas relações entre sua classe (das pessoas mais “simples” – tradução dada para *semplice*) e a classe exploradora de seu trabalho.

Nesse desafio aos “Intelectuais Orgânicos” das classes subalternas, a questão de método para tal elevação de consciências e concepções de mundo e da vida tem como um dos pontos de partida principais a capacidade de observar, identificar e trabalhar o que é filosofia, o que é “Senso Comum” e, neste, o que vem a ser o que Gramsci trata como “Bom Senso”. Liguori (2007) destaca dois modos de compreender “Senso Comum” em Gramsci. Um se refere à concepção de mundo de determinado grupo, disseminada conscientemente ou mesmo implícita ao grupo e território. Outra remete à oposição a uma concepção de mundo organizada e coerente. Sobre o “Bom Senso”, há passagens na obra de Gramsci que apontam a uma conotação positiva. Tratam o “Bom Senso” como um “núcleo sadio” do “Senso Comum”, ou seja, seriam compreensões sobre algum fenômeno da realidade vivida que guardam algum esforço de afastamento de concepções naturalizadas e previamente aceitas. Tais núcleos de “Bom Senso” demandam desenvolvimento e transformação em algo unitário e coerente, em perspectiva crítica.

Todo estrato social tem seu ‘senso comum’ e seu ‘bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de ‘senso comum’: é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O ‘senso comum’ é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (GRAMSCI, 2001: 209).

Para o autor, sendo a filosofia fundamental para a crítica e superação da religião e do “Senso Comum”, nisso coincide com o “Bom Senso”. Percebe-se, assim, que o senso comum constitui algo como uma “colcha de retalhos”, fragmentos que mesclam conhecimentos científicos, de economia, valores, opiniões de caráter filosófico, posturas e posicionamentos perante o mundo com grande diversidade de origens, desde a religião, a convivência com o grupo social de que se faz parte. O “Senso Comum” seria algo similar a ideologia, entendida por Gramsci como concepção do mundo. Concepção de mundo de um estrato social, frequentemente marcada como momento de recepção passiva em comparação com alguma elaboração ativa do grupo dirigente-intelectual desse mesmo estrato.

Por sua passividade, esse “Senso Comum” traz à tona atrasos, assim como momentos elementares de elaboração. Ainda assim, o fato de que “todo senso comum [tenha] o seu senso comum” afasta a possibilidade de que seja definido apenas como um

nível qualitativamente mínimo de determinada concepção do mundo. “Em geral, trata-se da ideologia mais difundida e com frequência implícita de um grupo social, de nível mínimo” (LIGUORI; VOZA, 2017:723).

Segundo Liguori (2007), o “Senso Comum” não configura um “inimigo a ser vencido”; é preciso estabelecer com esse senso comum uma “[...] relação dialética e maiêutica para que seja transformado e, ao mesmo tempo, se transforme, até a conquista de um novo ‘senso comum’, a que é necessário chegar no âmbito da luta pela hegemonia” (ibid.:102). Observa-se aqui que o senso comum ou a compreensão distorcida, incoerente, desorganizada que se tem sobre determinado fenômeno é ponto de partida para o processo verdadeiramente emancipatório (intelectual e politicamente), organizador, intelectual, cultural, enfim, educador da filosofia da práxis ao qual intelectuais orgânicos se entregam. É desse “Senso Comum” e aproveitando seus “núcleos sadios de Bom Senso” que se extraem elementos a serem “estranhados”, problematizados e questionados à luz da crítica à economia política, do materialismo histórico, pela filosofia da práxis. Algo como a palavra geradora de Paulo Freire.

Nesse processo, os intelectuais orgânicos personificariam o que Gramsci compreende como “Catarse”, outra categoria conceitual aqui tomada como essencial e inspiradora à própria EA para compor alternativas contra-hegemônicas no interior do próprio campo ambiental, assim como na relação deste com outros campos sociais, na busca por projetos societários também contra-hegemônicos a priori; que apontem a outra “Hegemonia”. “Catarse” como manifestação de um percurso marcado por deslocamento expressivo de compreensão sobre a realidade complexa.

Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento ‘catártico’ torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (Recordar os dois pontos entre os quais oscila este processo: que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam ou estejam em vias de aparecimento, as condições necessárias e suficientes; — e que nenhuma sociedade deixa de existir antes de haver expressado todo o seu conteúdo potencial.) (GRAMSCI, 1999: 315).

“Catarse” como o movimento de transformação do ser em si ao ser para si, do espontâneo para o intencional, que advém da tese hegeliana – em que o psicólogo

socialista Lev Vygotsky fundamentou parte de sua psicologia histórico-social (DUARTE, 2013) – segundo a qual há uma conversão de um ser/grupo social/classe/sociedade em si a um ser/grupo/classe/sociedade livre, racional, emancipado. Para Cardoso (2014), “Catarse” configura uma categoria central de Gramsci, especialmente no campo da Educação e, mais especificamente, da Pedagogia. Seguindo Coutinho (2011) em sua interpretação sobre a definição de *khatarsis* dada por Aristóteles, Cardoso associa “Catarse” à ideia de “superação” e de “elevação”. Ao analisar essa categoria gramsciana juntamente com sua incorporação à Pedagogia Histórico Crítica de Dermeval Saviani, o pesquisador pondera que

[...] o que nos parece importante reter ao estudar o significado da catarse em Aristóteles como forma de compreender o uso que Gramsci faz dela em sua obra é o fato do movimento catártico da tragédia [grega] ser um momento que transforma os homens e seus sentimentos, movendo-os de uma vivência passiva para algo que os liberta, dando condições de uma nova postura e ação diante daquela situação vivenciada. A paixão e o medo que antes os dominavam através da tragédia, pela catarse passam a ser incorporados pelos espectadores como elementos constitutivos de um novo modo de sentir, de ver e de agir. Aquilo que os oprimia começa a ser depurado, e os elementos e as contradições que o acompanham começam a ser revelados, levando aqueles que o vivenciaram de um modo passivo a tonarem-se ativos, expressando uma nova postura (CARDOSO, 2014: 43).

Martins (2011) assinala outra característica marcante da “Catarse”: um processo mediado pela razão e voltado a atingir a felicidade. Para o autor, a felicidade não se confundiria, a partir de Aristóteles, “[...] com gozo físico resultante dos prazeres do corpo, mas constitui-se como aperfeiçoamento racional do homem, que se materializa na ação como justo meio entre os excessos e as faltas (vícios da ação humana)” (ibid.: 542). A natureza coletiva desse percurso catártico também deve ser posta em relevo na concepção gramsciana. Semeraro (2007: 99, grifo nosso) o afirma como “[...] a transformação do indivíduo passivo e dominado pelas estruturas econômicas em sujeito ativo e **socializado** capaz de tomar iniciativa e se impor com um projeto próprio de sociedade”.

Nota-se, ainda, o movimento catártico como uma passagem do objetivo ao subjetivo e seu retorno a um objetivo racionalizado, compreendido criticamente e em sua complexidade. Da vivência das condições materiais e concretas à compreensão em perspectiva crítica e ação política sobre elas. Movimento, portanto, eminentemente educador, cultural e político, sobre a relação dialética entre estrutura e superestrutura na consciência de mulheres e homens. Coutinho (2017: 94), registra o movimento

catártico, a partir de Gramsci, como: “passagem do saber ao compreender, ao sentir, e vice-versa, do sentir ao compreender, ao saber”.

A transformação da sociedade passa a ser compreendida como um processo histórico/cultural, objetivo/subjetivo, econômico/ideológico. A construção de “Hegemonia” demanda desenvolvimento constante e “em escala” de capacidade analítica e organizativa, principalmente em sociedades que, mesmo com toda desigualdade, injustiça e formas diversas de opressão, têm como mentalidade predominante sua naturalização, aceitação e busca permanente de adequação à realidade tida como inexorável. Segundo Coutinho (1999), a teoria ampliada do Estado é fundamental para permitir a Gramsci responder de maneira inovadora a questão sobre as razões dos fracassos das revoluções socialistas no ocidente na segunda metade do século XIX e no início do século XX.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se discernir imediatamente uma estrutura robusta da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas isso exatamente exigia um reconhecimento acurado do caráter nacional (GRAMSCI, 1988:75).

Com essa passagem Gramsci traz outras questões essenciais à compreensão de seu pensamento, tais como “Ocidente/Oriente”, “sociedade civil primitiva e gelatinosa” e Estado como uma “trincheira avançada” cercado por uma “cadeia de fortalezas e casamatas”.

“Oriente” e “Ocidente” não têm aqui conotação exclusivamente geográfica, mas sim econômica, social, política, histórica podendo haver territórios que se localizam em longitudes negativas, mas contam com sociedades “primitivas e gelatinosas”, nas quais o Estado “é tudo”, ou seja, em que a sociedade civil é ainda imatura, desorganizada e altamente dependente do Estado, em decorrência de um grau de desenvolvimento das forças produtivas ainda incipiente. Portanto, a noção de “Oriente/Ocidente” serve ao fim de análise da relação entre sociedade, Estado e estrutura econômica.

Segundo Bianchi (2008), tal noção de “Ocidente” utilizada nos Cadernos do Cárcere não sugerem qualquer modelo, programa ou mesmo ideal. Se direcionaria tão somente a expressar uma situação histórico-política marcada pela existência de uma sociedade civil mais adensada, organizada e ativa por um lado e, contraditoriamente, de obstáculos mais substantivos a qualquer ideia de revolução socialista por configurar-se como um grande complexo portador e reproduzidor de uma compreensão de mundo

legitimadora de desigualdades e injustiças, operando suas relações sociais de produção e, inclusive, naturalizando-as.

Assim como as noções de “Guerra de Movimento” e “Guerra de Posição” (a ser abordadas adiante), os conceitos de “Oriente” e “Ocidente” ganham significado mais complexo. “Somente nessa articulação torna-se possível à pesquisa reconhecer a distinção necessária entre o tempo das formas estatais e o tempo da luta de classes” (BIANCHI, 2008: 216). Em sociedades tidas como ocidentais, se observa um patamar superior de desenvolvimento do próprio capitalismo, uma maior “socialização da política” (COUTINHO, 1999) e, em decorrência, uma sociedade civil mais robusta em termos de autonomia relativa e organização. Daí o uso da expressão “Estado como trincheira avançada cercado por uma cadeia de fortalezas e casamatas”. Aqui, as tais “fortalezas e casamatas” podem ser lidas como os conjuntos de aparelhos de hegemonia, produtores e disseminadores de ideologia no âmbito da superestrutura, mais precisamente em sua esfera de sociedade civil.

A existência dessa sociedade civil mais amadurecida, complexa e significativamente organizada e politicamente ativa, faz com que as sociedades ocidentais expressem um diferencial em relação às estratégias revolucionárias com orientação socialista. Se nas tais sociedades orientais a tomada do Estado significaria a tomada do poder para transformar a estrutura, a superestrutura e, assim, construir uma nova sociedade, naquelas tidas como ocidentais a estratégia deveria ser outra: uma combinação de “Guerra de Movimento (ou de Manobra)” e “Guerra de Posição”.

“A guerra de movimento, ou guerra manobrada – metáfora de uma luta revolucionária do século XIX e não adaptada às sociedades desenvolvidas do Ocidente – é considerada por Gramsci uma forma inadequada do moderno conflito político”. (LIGUORI; VOZA, 2017: 355). Seria mais aplicável àquelas sociedades cujo Estado é absolutista ou despótico (“de tipo oriental”) e Estados liberais elitistas característicos do século XIX (COUTINHO, 1999). Citando o próprio Gramsci, Ciccarelli (2017: 356-357) expõe que haveria uma inadequação do conceito de “Guerra de Movimento”. Tal incorreção “[...] se manifesta somente para os Estados modernos e ‘não para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas’”.

“Em comparação com a guerra de movimento, a guerra de posição é preparada minuciosamente pelos Estados e pelas classes sociais em tempo de paz” (CICCARELLI, 2017: 358). À natureza do conflito social no âmbito da sociedade civil

de tipo ocidental não cabe o combate aberto de uma guerra manobrada, em um enfrentamento direto do Estado-coerção. Demanda, pelo contrário, movimentações táticas visando à conquista de posições, de “casamatas” e “fortalezas” avançando por diferentes trincheiras, até se criarem condições mais objetivas – e subjetivas – de se conquistar o Estado (em sentido ampliado). Portanto, a “Guerra de Posições” é válida para os Estados democráticos modernos (COUTINHO, 1999). Para Ciccarelli (2017) são prerrogativas da política moderna acumular condições econômicas, sociais e políticas visando à promoção da conquista, pelas classes populares, das tais fortalezas ideológicas criadas pelas classes tomadas como dominantes, assim como a destruição da “frente” criada pelas trincheiras do exército inimigo.

Gramsci observa que, nas sociedades ocidentais, a tomada do poder pelo assalto ao Estado tende a não se sustentar politicamente, dada a hegemonia consolidada pela classe dominante/dirigente no âmbito da superestrutura. É preciso, antes, conquistar espaços e posições estratégicas, construir outra “Hegemonia”. Na “Guerra de Posições” as batalhas são, sobretudo, políticas e fortemente ideológicas, embora não se reduzam a isso e mantenham a dimensão econômica e material.

Bianchi ressalta a importância de não confundirmos ou simplificarmos como opções entre “Guerra de Movimento” e “Guerra de Posições”. O autor busca tornar clara a intenção de Gramsci em não propiciar a leitura dessas noções “Oriente/Ocidente e Guerra de Movimento/Guerra de Posição” como opostas, diacrônicas ou excludentes. “Os conceitos de Oriente e Ocidente, guerra de movimento e guerra de posição tinham para Gramsci um valor metodológico, na medida em que por meio deles procurava distinguir diferentes realidades nacionais, bem como diferentes etapas da luta de classes” (BIANCHI, 2008: 213). E, conforme destacado por Ciccarelli ao final do verbete “Guerra de Posição” do Dicionário Gramsciano,

Deste modo, o esquema guerra de posição-guerra de movimento é aplicado à inteira história cultural e política continental e às relações internacionais entre os Estados. Assiste-se contextualmente ao crescimento da economia capitalista e à sua industrialização, à formação de um bloco social que renuncia ao ‘jacobinismo’ e adota definitivamente a estratégia da guerra de posição e da revolução passiva” (2017: 360).

Outra categoria gramsciana a servir de chave analítica para buscar contribuições da EA à gestão de UC e funções dos seus Conselhos é a de “Partido”. Há significativa relação entre esta categoria e Educação. Afirma Gramsci que o “Partido”,

independentemente de sua qualidade intelectual, exerce uma função que é diretiva, organizativa, educadora. Em suma, intelectual.

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual (GRAMSCI, 1999: 24).

Depreende-se uma função importante de condução de processos formadores que se somam à elaboração de novas concepções de mundo, contra-hegemônicas. Se os “Aparelhos Privados de Hegemonia” fornecem apoio substancial à disseminação e consolidação de uma nova ética, de uma nova mentalidade nas relações entre humanos – em sociedade – e desta com o que se entende por natureza – ou não humano, a noção de “Partido” cumpriria a função de elaboração intelectual e de formação. Uma função, em última instância, educadora e formadora de novas culturas.

Mas o que viria a ser um partido? Segundo Filippini (2017), a reflexão de Gramsci sobre os partidos ocorre em muitas vertentes. “Na política moderna, nota Gramsci, a função diretiva passa dos indivíduos aos organismos coletivos” (Ibid.: 604). Ao passo que os partidos desenvolvem seus intelectuais, estes se responsabilizam pela organização dos partidos, criando situações de formação de mais indivíduos e grupos como também dirigentes. Essa estrutura partidária se engajará pelo desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política, condizente com as necessidades históricas da classe social³⁵ a que está vinculada.

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções. Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada (GRAMSCI, 2007: 201-202).

³⁵ Embora não se dedique a explorar categorias conceituais de outros autores, esta pesquisa compartilha da leitura de Aníbal Quijano, intelectual peruano também contemporâneo. Quijano argumenta que, dado o grau de eurocentrismo na busca por compreensões, mesmo críticas, da sociedade e economia modernas, a categoria marxista de “classes sociais” não seria suficiente para dar conta da situação latino-americana, pois aqui não se trataria, simplesmente, do homem trabalhador branco explorado pelo capitalista (também branco). Haveria que se considerar, também, diferenças e brutais desigualdades entre matrizes étnicas e origens socioculturais. Neste quadrante do mundo há, para além das classes sociais exploradas e oprimidas pelo Capital, uma maioria étnica de matriz predominantemente africana e indígena, às quais recentemente intelectuais feministas acrescentam a questão de gênero.

Dessa citação direta dos Cadernos do Cárcere, é possível interpretar que podem ser considerados partidos organizações ou entidades nas quais existe um empenho de elaboração intelectual que subsidia e potencializa funções organizativas, dirigentes (do ponto de vista cultural) e, por consequência, educadoras tendo em vista a formação de dirigentes em ambos os momentos do “Estado Integral” (sociedade política + sociedade civil).

E é nessa interpretação que reside a potência dos Conselhos compreenderem-se e serem compreendidos e trabalhados de forma a assumirem funções semelhantes³⁶. Atuarem inspirados por essa noção de articular diferentes lutas, organizar uma frente, um bloco, tornando-se estratégicos à gestão de UC compreendida como antítese do desenvolvimento capitalista, consumidor sequioso de recursos, espaços, territórios. Não necessariamente como partidos políticos em sentido estrito (embora estes sejam essenciais como estrutura organizacional estratégica e capaz, ainda hoje, de levar adiante um projeto de sociedade). Mas sim pela possibilidade de configurarem-se como espaços – e entidades – que atuam politicamente em dado território na elaboração, intelectual e ancorada na realidade, de contra-hegemonia a partir de processos educadores socioambientalistas.

Uma categoria que pode ser associada àquela de “Partido” é a de “Vontade Coletiva” em Gramsci. Como já mencionado na apresentação desta tese, Gramsci escreve em sua juventude, precisamente no ano revolucionário de 1917, um artigo chamado “A Revolução contra O Capital”. Refere-se tanto à revolução bolchevique, como também à força que a vontade coletiva de trabalhadores organizados exerceu sobre a História, em um país predominantemente agrário. Ou, como associa Turgatto (2018), educação da vontade coletiva como tomada de consciência de classe e como força organizada. Essa leitura de Gramsci se contrapôs àquelas mais ortodoxas sobre a

³⁶ Sobre esse aspecto da inspiração que a categoria “Partido” oferece, torna-se importante ressaltar dois elementos nesta tese. O primeiro relativo à natureza exploratória desta pesquisa com relação à obra de Antonio Gramsci, não pretendendo, portanto, transpor mecanicamente conceito e definições a dada realidade (no caso, aos Conselhos de UC). Segundo, à necessidade de observar a advertência que representa a análise de Bráz (2013) (ao analisar o mecanismo de “candidatura cívica independente” de um partido brasileiro - Rede Sustentabilidade) a respeito da atuação de partido e sua imprescindível atuação na escala da “grande política”, ou seja, das questões relativas a “estruturas orgânicas econômico-sociais”, apoiando-se em outra noção gramsciana para a categoria “Partido”: o centralismo democrático, ou seja, a necessidade de um organismo democrático que centralize a representação de um conjunto de posicionamentos políticos por ele catalisados. Movimentos, redes etc. são fundamentais devido à capilaridade e organicidade que têm e promovem. Contudo, é preciso canalizar essa energia política em uma direção comum e estabelecer uma relação dialética com uma estrutura partidária capaz de catalisar, unificar e disputar politicamente em maior escala, no campo da grande política gramsciana. Vale a leitura de Danielle Cristina Braz, “análise gramsciana do estatuto do partido Rede Sustentabilidade: candidatura cívica independente”.

obra mais madura de Marx, segundo as quais somente nas sociedades de capitalismo mais avançado e com a agudização das contradições intrínsecas ao modo de produção, emergiriam as condições para a revolução socialista.

Citando diretamente Gramsci, Coutinho (2009) lembra que o pensador sardo afirmava em 1917 que não seriam os fatores econômicos brutos que definiriam, por si – ou da primeira à última instância – o surgimento ou não das condições revolucionárias. Seria, também e talvez, sobretudo, os homens e mulheres. A “Vontade Coletiva”. A capacidade de compreender criticamente a realidade, interpretar a conjuntura e – ainda que em condições históricas já dadas ou herdadas – organizar-se e incidir politicamente na realidade buscando transformá-la.

Coutinho (2009, 2011) aponta que essa sobrevalorização da vontade humana em contraposição às condições objetivas pode ser tachada de idealismo juvenil de Gramsci certamente inspirado por Rousseau e sua “Vontade Geral”, bem como pelo neo-idealismo do proeminente filósofo italiano Benedetto Croce. Há mais do que idealismo aparente nessa posição voluntarista de Gramsci. Ele estaria, para Coutinho, reagindo a “incrustações positivistas” no pensamento de Marx. Esse positivismo estaria mais como fator diferenciador do marxismo da Segunda Internacional, não na obra marxiana.

Se Gramsci se mantivesse fiel a esta ‘onipotência’ da vontade, não iria além de Rousseau e nem além do neo-idealismo de Croce e Gentile, devedor, este último, não da dialética objetiva de Hegel, mas sim da subjetiva de Fichte. No seu pensamento maduro, nos *Cadernos*, Gramsci completa a sua assimilação do materialismo histórico, que nomeará mais tarde de ‘filosofia da práxis’ (COUTINHO, 2009:34).

Com essa “conquista teórica” Gramsci teria, segundo Coutinho, associado o momento teleológico humano com aquele “causal-genético”. Ou seja, a “Vontade Coletiva” manteria sua importância na construção da ordem social, mas articulada com as condições objetivas e determinações da realidade.

Na maturidade refletida nos *Cadernos*, Gramsci ressalta uma “dupla determinação da vontade”, partindo da seguinte pergunta: “quando é possível dizer que existem condições para que se possa criar e desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” (GRAMSCI, 2007:57).

Em decorrência, a reflexão aponta a uma vontade não apenas advinda da ética, deontologicamente daquilo que “deve ser”, mas também da concretude da realidade, objetivamente compreendida, originando ações também concretas e objetivas, ou ontologicamente daquilo “que é” ou daquilo “que está sendo” como diria Paulo Freire

sobre a realidade. Uma articulação dialética entre teleologia e causalidade, conforme registra Carlos Nelson Coutinho. “Gramsci adverte que as metas da vontade devem ser ‘concretas’ e ‘racionais’, ou seja, devem ser teleologicamente planejadas a partir de, e tendo em conta as condições causais postas objetivamente pela realidade histórica” (COUTINHO, 2009:35). Ou então, a “vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2007:57).

Sob o modo de produção capitalista a democracia burguesa é uma idealização, ou “[...] o Estado concebido como algo abstraído da coletividade dos cidadãos, como um pai eterno que tinha pensado em tudo, providenciado tudo etc.” (GRAMSCI, 2001:232). Sendo assim, não se trata de uma “democracia real”, à qual Gramsci associa a noção de “Vontade Coletiva”. Ou seja,

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares [...] (Ibidem).

***2. Bloco Histórico, Estado Integral e
Hegemonia: subsídios a uma análise sobre o
campo ambiental, o debate sobre
conservação e as políticas decorrentes***

*“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.
(Antonio Gramsci, Passado e Presente, Cadernos do Cárcere, vol.3)”*

O propósito deste segundo capítulo é apresentar uma revisão geral sobre cada um dos campos conceituais abordados e alinhar elementos entre eles, cotejando em perspectiva analítica o referencial gramsciano.

Iniciar-se-á com apontamentos sobre os campos ambiental e da conservação em especial, de forma a tecer um panorama sobre o seu surgimento, consolidação e características. Aponta para sua compreensão como “trincheiras” a ser disputadas em termos de hegemonia não somente com relação à problemática socioambiental, mas, sobretudo, à necessária construção de alternativas anticapitalistas.

As políticas ambientais tornam-se objeto de análise na evolução deste capítulo dois. A intenção é apontar e problematizar uma tendência de alinhamento ao capital, na medida em que as políticas ambientais se concentram sobremaneira em agendas negativas de neutralização de impactos negativos, mais do que na busca por transformações efetivas nas bases infra e superestrutural do modo de produção e respectivo modelo de desenvolvimento hegemônico. Estes sim, tomados como principais vetores de uma crise que, para além de ser ecológica ou mesmo ambiental, deve ser considerada civilizatória.

O mesmo movimento ocorre em relação à discussão que encerra o capítulo, sobre as áreas protegidas ou, no caso brasileiro, especificamente Unidades de Conservação. Na respectiva seção, buscou-se expor quais e como têm ocorrido deslocamentos significativos naquilo que pode se compreender como sentido, ou finalidade, dessa estratégia mundial de conservação ambiental. Na esteira desses deslocamentos de sentidos, a identificação do potencial das UC serem tidas como vértices de negação do modelo de desenvolvimento hegemônico. Potenciais antíteses que contam com espaços que também podem ser aproveitados como sujeitos políticos produtores de sínteses, espaços de ensino-aprendizagem e eixos de organização política: os Conselhos gestores.

2.1 O campo ambiental: sociedade civil, sociedade política, intelectuais orgânicos e guerra de posições na busca por hegemonia

O campo ambiental no Brasil começa a se formar ainda na década de 1970, no período da ditadura militar, tracionado por grandes eventos internacionais sobre as percepções – então emergentes – sobre a crise ambiental planetária. Mas é nas décadas seguintes, 1980 e 1990, que o campo ambiental brasileiro terá maior desenvolvimento, incidindo na criação de agências governamentais, políticas públicas, cobertura midiática e, principalmente, na proliferação de organizações na sociedade civil, expressando o movimento que culminou em capítulo especial de meio ambiente na Constituição de 1988 (LOUREIRO; PACHECO, 1995).

De acordo com Viola e Leis (1995), o campo ambiental no Brasil recebe condicionamentos do contexto histórico nacional e mundial, expressando-se em organizações localizadas tanto no âmbito da sociedade tomada aqui como política, quanto aquela já consagrada como civil. A “bissetorialidade” atestada pelos autores.

A rigor, a emergência do ambientalismo no país não aparece como um fenômeno isolado, ainda que faça parte de um amplo processo de mudanças políticas, econômicas e sociais. [...] Essas circunstâncias marcam simultaneamente a força e a origem do ambientalismo no Brasil que, promovido por ‘cima’ e por ‘baixo’, estrutura-se no seu período formativo como um movimento bissetorial constituído por associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente. Estes dois atores terão uma relação simultaneamente complementar e contraditória, **concluindo ambos na definição da problemática recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela conservação dos ecossistemas naturais** (VIOLA; LEIS, 1995: 81-82, grifo nosso).

É possível depreender que os órgãos ambientais governamentais têm lastro em movimentos civis e cristalizam-se, ao longo do tempo, em agendas de controle, de proteção e preservação de remanescentes naturais. De busca por controle da lógica incontrolável do capitalismo, não necessariamente projetando alternativas societárias, embora as tenham em suas origens histórico-culturais. Ainda que os mesmos autores, na obra citada, afirmem que essa bissetorialidade teria evoluído a uma multissetorialidade orientada por uma agenda positiva que tivesse em seu horizonte o desenvolvimento sustentável, seria necessário submeter tal “evolução” a questionamentos sobre se desenvolvimento sustentável sugere alternativa ou não ao capitalismo, em termos de projeto societário.

Loureiro e Pacheco (1995) registram a formação do campo ambiental com o que é possível, a partir de Gramsci, compreender como “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia” se constituindo em diferentes “espaços sociais”: a *sociedade civil*, com

organizações não-governamentais que adquirem maior complexidade e amadurecem no sentido de tornarem-se organizações que problematizam também os sistemas sociais conjugando-os com sistemas ecológicos); o *espaço acadêmico*, no qual a questão ambiental começa a ser abordada por diferentes áreas do conhecimento, expandindo, portanto, as concepções de problemática ambiental, acrescentando o prefixo “sócio” ao termo e, conseqüentemente, produzindo novos discursos sobre as origens da crise ambiental; o *aparato jurídico* que, considerando a compreensão proporcionada pela leitura das referidas autoras, surge da contradição entre desenvolvimento do capital e os “recursos” naturais, visando a frear o ímpeto consumidor degradante de recursos e territórios. Todavia, acaba por reproduzir a mesma capacidade de manutenção do *status quo* de qualquer legislação produzida pela predominantemente e ideológica – no sentido marxiano - concepção burguesa de mundo.

Observa-se significativa heterogeneidade de grupos e movimentos no campo ambiental que atravessa diferentes espaços sociais, havendo relevância naqueles que dialogam com a crítica materialista histórica dialética em termos de método de compreensão da realidade (sem restringir-se dogmaticamente a ela) e se orientam para a superação do modo de produção e consumo e modelo de desenvolvimento hegemônicos. Podem ser reconhecidos em diferentes denominações e períodos, tais como a Ecologia Socialista (DUMONT, 1980), o Ecosocialismo (LÖWY, 2005, 2009; RODRIGUES, 2015), o Bem Viver (ACOSTA, 2016). Mesmo o Socialismo Indo-americano de Mariátegui (1986), com inspiração nas comunidades andinas e avesso às interpretações e dogmáticas do legado marxiano e análises mecanicistas da realidade.

Tais reflexões sobre alternativas urgentes ao capitalismo podem ser postas em diálogo com outras, sobre a Racionalidade Ambiental (LEFF, 2000), a Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2010), o Marxismo Ecológico³⁷ (FOSTER, 2012; ALTVATER, 2006), o Ecomarxismo (O’CONNOR, 1988), o Ecologismo Popular (MARTINEZ ALIER, 2012), o Ecodesenvolvimento (SACHS, 1986) entre outras utopias militantes (SINGER, 1998) ou utopias concretas (BLOCH, 2005) tais como o próprio socialismo de maneira geral, críticas das experiências atroz de que a História é testemunha. Em sendo a esfera da sociedade civil bastante abrangente, na medida em que constitui o domínio da ideologia (PORTELLI, 1977), haver heterogeneidade no

³⁷ John Bellamy Foster resgata, em Marx, os apontamentos feitos por este às “falhas metabólicas” ou “fendas irreparáveis” nas relações entre a sociedade e a natureza. Relações mediadas pela categoria trabalho sob o capitalismo. Para Foster, estariam nessas falhas metabólicas o cerne do que contemporaneamente se reconhece por “crise ecológica”, conforme pontua, a priori, Campos (2012).

campo ambiental sugere, no mínimo, que a busca por hegemonia talvez tenha como importante, em um plano mais tático, a disputa nos espaços sociais constituintes desse campo, anunciando uma “Guerra de Posições” em seu âmbito e da “Sociedade Civil” como um todo, além da própria “Sociedade Política”.

Na esteira da reflexão sobre hegemonia em Gramsci, a legislação ambiental não se configura essencialmente como negação do capital – ainda que seja periodicamente alvo de ataques. Antes, pode ser compreendida como, no máximo, uma espécie de trava, uma baliza a colocar limitações a um avanço descontrolado do capital sobre recursos naturais estratégicos. Contudo, é possível observar, na dinâmica da estrutura da sociedade brasileira mais recentemente (2012 em diante, tendo por base as mudanças no Código Florestal), um acento à agressividade do capital contra a legislação ambiental – sem contar a legislação trabalhista, outra trava “civilizadora” à bestialidade capitalista³⁸.

Em função da já conhecida “tendência de queda da taxa de lucro”³⁹, o capital demanda expandir sua capacidade de exploração e extração de mais-valia. E trabalho não remunerado é uma das características da natureza em sua relação preponderantemente desvantajosa com o capital, conforme explica Montibeller-Filho (2000). Em meio a essa dinâmica que se movimenta em direção a uma maior exploração de recursos reservados – porque antes protegidos – é possível perceber experiências que dialogam com conceitos atrelados a concepções de mundo contra-hegemônicas e que apostam em processos autogeridos de desenvolvimento local ou endógeno e economia solidária. Como propostas gestadas pelo ideário da permacultura⁴⁰ (e, mais

³⁸ Essa agressividade anti-civilizatória pode ser observada com base nas evidentes regressões no campo ambiental com alterações no licenciamento ambiental (relatório final do PL 3.729/2004), investidas contra o Código Florestal (aprovação da Lei 12.651/12), procedimentos de demarcação de terras indígenas (PEC 215/2000), dentre outros, inclusive no campo do trabalho, como se constata na reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e na busca intermitente por acabar com a Previdência Social sob o regime de solidariedade (PEC 287/2016, PEC 6/2019, Emenda Constitucional n.º 103 de 2019), dentre outras investidas “autorizadas” pela predominância – expressa alienada e eleitoralmente – de mentalidade avessa a quaisquer garantias mínimas de conservação ambiental (PL 1.551/2019 para extinguir as reservas legais), além das denúncias e reportagens atestando a desestruturação da gestão ambiental pública no Brasil, desde o início de 2019. Ainda assim, é relevante observar que há “aparelhos” na superestrutura – associados aos marcos legais que permitem ao capital se reproduzir com um mínimo de preocupação ambiental – que conseguem se colocar como casamatas e trincheiras a algumas das investidas anti-civilizatórias, com sensível desvantagem e derrotas políticas colecionadas.

³⁹ Alto e extensivo desenvolvimento das forças produtivas alcançado pelo conjunto das organizações produtivas capitalistas, ampliando sua proporção como capital constante ou “trabalho morto” em relação àquele capital variável (força de trabalho ou “trabalho vivo”) na composição orgânica do capital. Esse mesmo desenvolvimento contraditoriamente diminui a autovalorização que caracteriza o capitalismo – possibilitada pela produção de “mais valor” pela força de trabalho – e, por consequência, restringe as taxas médias de lucro, alimentando as crises periódicas do capitalismo.

⁴⁰ Coimbra (2020) e Menezes (et al., 2020) apresentam a permacultura como relevante recurso pedagógico da EA, com contribuições significativas à construção de projetos societários.

especificamente no campo da produção agrícola, da agroflorestal e da agroecologia⁴¹) que apontam para outras hegemonias a partir da mesma estrutura. Olin Wright (2019) as reconhece como “fugas da realidade”, mas com um sentido e uma contribuição política significativa: experimentam possibilidades e subsidiam parametrizando outras hegemonias, devendo ser articuladas politicamente a outras estratégias apontadas pelo autor, como domesticação do capitalismo e sua erosão por dentro (como, por exemplo, por dentro do Estado em sentido estrito).

São outras maneiras de organizar a produção, a distribuição e o consumo. Em suma, outra forma de pensar e se relacionar concretamente com o mundo, a sociedade, a economia. Outras relações sociais de produção, como se pode verificar em experiências de redes cooperativas, ecovilas, incubadoras sociais, arranjos produtivos solidários e, principalmente, em todo o referencial paradigmático ainda mantido por comunidades tradicionais e povos indígenas. Sobre essas,

É aí onde reside um repositório importante não apenas de biodiversidade, mas também de conhecimento valiosos sobre a natureza, paradigmas de vida alternativos aos que hoje em dia regulam o mundo⁴² (QUEIROZ, 2011: 07).

No caso da legislação ambiental, se desenvolve a aptidão de esclarecer e organizar, no campo jurídico, os limites da propriedade privada, os beneficiários e prejudicados por danos ambientais e definir as punições à altura das expectativas colocadas por diferentes grupos sociais. Seja diante do reconhecimento tanto das agressões ao meio ambiente, como de suas consequências à qualidade de vida de toda a sociedade, em especial de porções mais pobres e com menor capacidade de lidar com alterações ambientais negativas.

No entanto, ainda que signifique um relevante avanço em termos de institucionalização de demandas oriundas de movimentos preocupados com a questão ambiental, a mesma legislação ambiental não parece ter se tornado capaz de considerar aspectos de natureza social, sendo aplicada rigorosamente da mesma forma a toda e qualquer classe social, ao igualar todos e todas como ideologicamente iguais.

⁴¹ Na obra “A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimento sem veneno” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), os autores expõem argumentos que buscam sustentar a tese de que é possível alimentar a população humana a partir da agroecologia em escala, abrindo mão de expedientes que, até o presente momento histórico, somente serviram para reproduzir o Capital, inutilizar extensas porções de terras antes agricultáveis, expulsar grandes contingentes humanos e concentrar renda, condenando a grande maioria da humanidade à morte, seja por contaminação e envenenamento, seja por falta de alimentos ou condições de vida digna.

⁴² No original, em espanhol: “Es ahí donde reside um repositorio importante no solo de biodiversidad, sino también de culturas diversas que conservan además de conocimientos valiosos sobre la naturaleza, paradigmas de vida alternos a lo que hoy día rige en el mundo”.

Desconsidera-se, aparentemente, as origens estruturais, de natureza cultural, socioeconômica e política, dos diferentes graus de agressão ambiental (por exemplo, a mesma legislação incide sobre corporações e sobre parcelas marginalizadas da população com pretensão de ser justa, isonômica. Isso quando não incide com maior frequência e intensidade ao segundo grupo, já que este não disporia, a princípio, das mesmas condições de reconhecer e corresponder à legislação, bem como recorrer juridicamente ao contraditório; menos ainda de incidir nessa normatividade). Para tanto, se funda, se produz e se consolida sobre a igualdade civil em uma democracia burguesa (ficcional e ideologicamente independente de desigualdades sociais, econômicas e políticas).

Ainda assim, da legislação ambiental emergem contradições, uma vez que ela própria resulta de conflitos e controvérsias, dando margem a interpretações que apontam para garantias políticas, controle e direitos sociais. Observa-se, com auxílio da noção de campo social de Bourdieu (1983) que o campo ambiental enseja a compreensão de disputas em torno do que configura a questão ambiental, suas origens e as respostas necessárias para lidar com elas. Martinez Alier (2012) também oferece subsídios a um entendimento sobre o campo ambiental, trazendo definições acerca de três correntes fundamentais do pensamento ecológico: a de sacralização da natureza⁴³, a da ecoeficiência (ambas naturalizando, desistoricizando e despolitizando o modo de produção capitalista) e o ecologismo popular, surgido de lutas de grupos sociais de classes subalternas que resistem às investidas do capital sobre seus modos de vida.

As referidas obras e autores oferecem pistas importantes para se identificar quais podem ser tomados como “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia” no campo ambiental e sinalizam, também, que a construção de hegemonia tem como desafio, talvez inicial, o próprio campo que demonstra ser eivado de diferentes concepções de mundo, ideologias, discursos e práticas que se alimentam da hegemonia burguesa (e a retroalimentam reforçando-a e legitimando-a) e, também, de propostas que partem da crítica à economia política e à sociedade burguesa e, inclusive, moderna: de Martinez Alier a partir das correntes do pensamento ecológico e de Loureiro e Pacheco com base dos diferentes espaços sociais formadores do campo ambiental. Assim, pode-se

⁴³ O autor não se refere, necessariamente, à noção de sacralização associada à espiritualidade característica de movimentos contraculturais desde meados do século XX ou à “natureza” deificada por povos originários, mas sim àquela que, justamente de forma oposta, dissocia cultura de natureza, reafirmando a dicotomia entre espécie humana e natureza, que lastreia a preservação da segunda, inclusive em detrimento da primeira.

observar os diferentes espaços sociais no campo ambiental como constituídos por aparelhos produtores de hegemonia e, portanto, também abrigo de intelectuais organicamente vinculados a alguma classe fundamental.

Layrargues (2006: 179) apresenta como se deram mudanças ocorridas na disputa existente no campo ambiental sobre o que caracteriza e em que se origina a crise ambiental. O autor aponta, ainda, o alcance político e respectivas ameaças ao *status quo* ideológico.

Na medida que a busca da compreensão das causas da crise ambiental foi rápida e gradativamente deslocando-se do terreno natural para o social, tecendo vínculos explícitos com o modelo de organização social, as relações sociais, o sistema econômico e os meios de produção, afastando-se assim da perspectiva meramente naturalista da questão ambiental, o que aparece para explicar a ‘crise ambiental’ se torna, na verdade, um ‘dilema civilizacional do sistema capitalista’, cujo pano de fundo encontra-se não nas relações estabelecidas entre a sociedade e a natureza, mas no seio da própria sociedade. A crise ambiental aparece então como uma das inúmeras manifestações do dilema civilizacional que o capitalismo enfrenta, que principia a ser identificado. Evidentemente, esse novo panorama explicativo da ‘crise ambiental’ tornou-se insuportavelmente ameaçador para a ideologia dominante (LAYRARGUES, 2006: 179).

Considerando a exposição de Loureiro (2006) sobre o movimento ambientalista no Brasil, percebe-se que aqueles grupos ambientalistas que localizam-se mais distantes de movimentos sociais populares acabam por reproduzir, mesmo inconsciente ou involuntariamente, valores, posturas e, enfim, o modo hegemônico de pensar a sociedade (perspectiva essencialmente burguesa) com uma espécie de invólucro “verde” (discursos convergentes com as correntes de pensamento que sacralizam a natureza ou que creem na correção do mercado motivada por preocupações ecológicas e adequações tecnológicas). Talvez sem o saber, atuam como parte integrante do bloco intelectual de uma classe dirigente, orgânico às relações sociais de produção hegemônicas ao não realizar a crítica à economia política.

Por ser considerado multicêntrico (VIOLA; LEIS, 1995), o campo ambientalista conta com um histórico de resistência por parte de grupos que aqui podem ser considerados contra-hegemônicos em relação àquilo que entendem ser estratégico para a conservação ambiental (transformar a sociedade). Tanto no interior do próprio campo, como também na sociedade como um todo.

Sorrentino (1988) traz evidências dessa contra-hegemonia ao analisar o percurso de entidade ambientalista no estado de São Paulo. Em sua dissertação de mestrado em Educação, o autor já apontava elementos sobre organizações “ecologistas” que podem ser aqui aproximados àqueles aparelhos produtores de contra-hegemonia. Esses teriam a

potência de, inclusive, formar intelectuais comprometidos com, no mínimo, alternativas anticapitalistas, em uma outra chave paradigmática que serviria também para problematizar valores essencialmente materialistas (no sentido informal, de apego excessivo a bens) que, mesmo em outros modos de produção, podem incorrer nos mesmos equívocos nas relações entre sociedades e natureza. Em suma, intelectuais orgânicos comprometidos não apenas com determinada classe social, mas também com outra mentalidade, outros valores e outra ética nas relações entre as pessoas e dessas, enquanto sociedades, com o que compreendem como natureza.

A existência da APASC [Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos] e das entidades ambientalistas é um fato social que deflagra diversos outros acontecimentos, como a formação dos indivíduos que dela participam. Diga-se de passagem são pessoas pertencentes (em sua maioria), à classe média, que apesar de não ser a ‘classe escolhida’ para liderar a transformação social para o socialismo, é justamente a classe donde saem os trabalhadores dos meios de comunicações, professores das escolas, e diversos papéis de liderança comunitária. A sua participação nesse tipo de organização contribui para que reflitam sobre as causas dos problemas que enfrentam, para que entendam melhor a estrutura do sistema e assumam o papel de animação cultural da comunidade onde venham a atuar (SORRENTINO, 1988: 278).

No campo ambiental - por esse não se encontrar acima da luta de classes, mas, pelo contrário, ser também atravessado por ela - é preciso identificar quais são os grupos sociais mais prejudicados dos pontos de vista cognitivo, social, econômico, político e, por consequência, ambiental. São esses os grupos aos quais se refere Martinez Alier (2012) quando aponta ao “ecologismo popular”, substancialmente diferente daquelas correntes do pensamento ecológico que insistem ora em separar ser humano e natureza, ora em compreender o segundo como recurso de uso exclusivo de um modo de produção.

O que marca a diferença entre o ecologismo que nasce da abundância e aquele que surge da pobreza é que o segundo é praticado por grupos sociais atingidos diretamente por medidas unilaterais, seja em nome do “progresso” econômico, seja em defesa exclusiva de remanescentes ecossistêmicos, em detrimento da preexistência de grupos sociais com poucos recursos econômicos e políticos, dependentes da terra e dos bens naturais, suas tradições culturais e mesmo étnicas. Para Martinez Alier (1998: 31), “[...] resulta absurdo pensar que a consciência ecológica é uma novidade nascida nos círculos ricos dos países ricos”.

Refletindo sobre o campo ambiental e considerando o objeto desta pesquisa, uma questão primária é: de acordo com determinada configuração do campo ambiental/ambientalista, e já partindo do pressuposto de que nossa sociedade se

apresenta como significativamente complexa e repleta de aparelhos de hegemonia, como se configuraria uma “Guerra de Posições”?

No capítulo anterior apresentaram-se reflexões sobre categorias ou noções elaboradas por Gramsci quanto à construção permanente de condições políticas para o desenvolvimento de uma nova hegemonia capaz de transformar o “Bloco Histórico” como um todo. Com base nelas, os intelectuais têm um papel estratégico, principalmente por poderem responder pela relação orgânica entre estrutura e superestrutura, assim como organicidade entre as esferas da sociedade civil e sociedade política. Dada a complexidade da sociedade civil hodierna e o acirramento da disputa ideológica que tem no ambientalismo uma de suas manifestações, percebe-se que o campo ambiental não é suficiente, sozinho, para configurar uma resposta aos desafios colocados pelo pensamento hegemônico que orienta a dinâmica econômica e política, seja em nível nacional ou mundial.

O campo ambiental precisa reforçar sua capacidade de consolidar uma visão de mundo, partindo tanto da perspectiva, como das condições materiais daqueles grupos e segmentos aliados do desenvolvimento hegemônico e oprimidos por ele. Com isso, fazê-la permear processual e organicamente – ou de forma “molecular” como registraria Gramsci – por toda a sociedade, material e simbolicamente, na estrutura econômica e nas relações sociais de produção; nos valores e na ética que sustentam uma visão de mundo. Para tanto, compreender-se como concepção de mundo e projeto societário que atravessa as várias maneiras como se expressa o modelo de desenvolvimento. Como nos organizamos enquanto sociedade para produzir, para distribuir, para consumir a partir da base material – natural – de que se dispõe desde cada território até o planeta.

No entanto, ao passo que a questão ambiental é crivada por esses elementos culturais, econômicos e políticos, também penetra ambas as dimensões do “Estado Integral”, demandando respostas e condicionando os diferentes debates sobre política, economia e assim, conseqüentemente, sobre modo de produção, modelo de desenvolvimento. Enfim, trata-se de um campo também produtor de ideologia. Em síntese, ressalta-se aqui a relação dialética entre o campo ambiental – e sua heterogeneidade ideológica, discursiva e, também, política – e o “Bloco Histórico” de que também é parte, já que se percebe sua presença em alguma medida nas experiências concretas que disputam espaço no âmbito das relações econômicas (aparentemente dispersas e sem algum tipo de “aglutinação”, unidade, organização), bem como no âmbito da superestrutura, em ambas as esferas destacadas por Gramsci.

No que concerne à sociedade civil, há uma constelação de organizações que podem ser mapeadas como atuantes no campo ambiental, demonstrando a heterogeneidade, tanto quanto a aparente ausência de uniformidade ou algo que identifique alguma de suas correntes como um “Partido” (*lato sensu*). Há, aparentemente uma aceitação generalizada - e em alguma medida cristalizada no aparato de Estado - de ideias de preservação total de bens naturais e a compreensão de que basta avançar tecnologicamente para se garantir condições “sustentáveis” para a reprodução do capital. Não sem disputa de narrativas e como estas incidem na normatividade vigente, assim como em sua operacionalização concreta⁴⁴.

Quanto à “Sociedade Política”, além de organismos e aparelhos estatais voltados à questão ambiental (alguns com agendas positivas, mas em que ainda predomina uma política ambiental de comando e controle, inclusive com maior ímpeto sobre grupos sociais mais vulneráveis), é possível perceber traços da luta de classes nas disputas que ali ocorrem. Elas estão nos órgãos que disputam hegemonia em seus nichos e no próprio interior das instituições; também estão nas normativas, uma vez que existem espaços de interlocução e de conflito entre perspectivas galvanizadas pelo Estado em sentido estrito e aqueles grupos sociais contrários, como comissões, fóruns, comitês, Conselhos dentre outras arenas previstas, inclusive na legislação ambiental a regulamentar preceitos constitucionais. Emerge, assim, a possibilidade de vislumbrar uma estratégia política de construção de hegemonia (que contemple a reflexão e o debate socioambientalista) e de atuação política pela filosofia da práxis, a partir desses espaços de interlocução na superestrutura que se dedicam a questões públicas e fazem parte do objeto desta pesquisa.

⁴⁴ Episódios como o corrido em meados de 2019 no Rio Verde, Juréia, demonstram a disputa entre as concepções que pautam a atuação de grupos na sociedade civil e como isso se expressa - ou conflita - com perspectivas e posturas ainda predominantes na sociedade política. Nesse caso há evidências dessa disputa de compreensões sobre objetos e estratégias de conservação. De um lado, aparelhos repressivos cujas normas e posturas são fincadas em uma leitura sobre conservação que aparta agrupamentos humanos e modos de vida (históricos ou potenciais) daqueles atributos naturais que se deseja proteger. De outro lado, comunidades tradicionais ou com laços históricos e predisposição a desenvolverem-se de forma contra-hegemônica, aliados a pesquisadores, ONG e outros atores de diferentes campos sociais produzindo narrativas contrárias àquelas ainda dominantes (na noção de Estado gramsciano) no campo da conservação. Ainda que sem predominância, a disputa demonstra-se viva. Outra disputa ainda viva se refere à concepção de planos de manejo em casos como UC de uso sustentável, especialmente RDS e RESEX no estado de São Paulo. Como a intenção - entre 2018 e 2020 - é que se componha orientações em roteiro metodológico para elaboração desse instrumento de gestão, torna-se objeto de disputa o horizonte dessas categorias de UC e seus sentidos. Se tendem mais à proteção de atributos naturais, se caminham na direção de integrar suas comunidades à lógica de acumulação capitalista ou se afirmam como estratégicas à elaboração dialogada de outros projetos societários e modelos de desenvolvimento (alternativa tida aqui como contra-hegemônica).

2.2 O debate sobre conservação ambiental e a necessária reflexão acerca da superação do capitalismo

Como já anunciado anteriormente, é possível observar, no campo da conservação ambiental, correntes que exercem certa hegemonia, assim como perspectivas alternativas ou contra-hegemônicas. Todas elas com potencial, por vezes efetivado, de influenciar a orientação de políticas de conservação, sobretudo quanto à definição do que se convencionou denominar como sua “principal estratégia”: a criação de áreas protegidas. Vão desde uma perspectiva biocêntrica, tendo a natureza não-humana como valor em si e o bem-estar humano não configurando um objetivo de conservação, até a naturalização e aceitação do modelo de desenvolvimento hoje predominante, apoiado em mecanismos de mercado, como aquilo que irá dar o “verdadeiro sentido” à conservação de recursos naturais. No meio disso, há a identificação de posições mais complexas (embora não figurem de maneira relevante no debate acadêmico e do campo da conservação), que reconhecem a importância das áreas protegidas, não exclusivamente criadas para restringir o acesso aos recursos naturais, mas para conservá-los em benefício de espécies não humanas e das sociedades humanas, rejeitando a naturalização do capital ou a aposta em sua reprodução.

Nesse debate sobre o que é conservação e como efetivá-la, duas correntes se impuseram no campo. Uma alinhada à Biologia da Conservação (SOULÉ, 1985); outra que, por ser mais recente, se apresenta como a “Nova Conservação” (MARVIER, 2012) ou mesmo como a própria Ciência da Conservação (KAREIVA; MARVIER, 2012).

Soulé definiu a Biologia da Conservação como um novo estágio na aplicação da Ciência para problemas associados à conservação. Pretende fornecer princípios e ferramentas para a preservação da biodiversidade. Segundo o autor, tratar-se-ia de uma “disciplina da crise” e, por esta razão, assumiria a necessidade de diálogo interdisciplinar para responder a questões sobre como lidar com a degradação da natureza. Reconhece também a preexistência de valores a orientar escolhas na definição de objetos e objetivos de pesquisa, não havendo isenção ou neutralidade do conhecimento. No caso, mesmo não havendo informação suficiente para estabelecer relações de causa e efeito, a prevenção adquire a condição de valor.

Santos (2008) atribui à Biologia da Conservação o amadurecimento do que denomina “[...] série de estratégias de conservação, que visam combater as principais causas de perda da biodiversidade do planeta, além de outros problemas ecológicos e sociais” (op. cit.: 41). Nessa série de estratégias, estariam, para o pesquisador, tanto as

UC quanto os Conselhos gestores e os planos de manejo, tomados como instrumentos de gestão. Na sequência de breve exposição visando a justificar a Biologia da Conservação como filiada a um “Novo Paradigma Científico⁴⁵”, afirma:

As unidades de conservação, portanto, juntamente com seus instrumentos de gestão, compartilham o mesmo destino da ciência que lhes orienta, qual seja, promover a proteção da vida em todas as suas formas, descobrindo e promovendo, para tanto, a construção de novos valores sociais e a adoção de novos padrões de vida para a sociedade atual, seja no campo tecnológico, seja no campo das relações humanas (ibid.: 41).

Para definir o que compreendem como “Nova Conservação”, Kareiva e Marvier (2012) sugerem a necessidade de atualização da disciplina de crise de Soulé. Lançam mão de axiomas que, a princípio, chamam a atenção pelas preocupações com direitos humanos e com a sobrevivência de comunidades que vivem dos recursos que são objeto de proteção. Contudo, ao final da lista de postulados, demonstram seu alinhamento ideológico ao capitalismo e uma de suas grandes expressões contemporâneas, as corporações, demonstrando um pragmatismo que levanta suspeições de seus críticos.

O primeiro postulado da Nova Conservação compreende a ideia de “natureza intocada” como um mito, subsidiando compreensões sobre conservação da natureza que sustentariam – talvez equivocadamente – modelos como o *fortress conservation*⁴⁶. O segundo associa o bem-estar humano à conservação da biodiversidade, tomando a noção de “serviços ecossistêmicos” como expressão recente disso. O terceiro trata de uma “surpreendente” resiliência da natureza, mesmo diante e após graves agressões. O quarto postulado se utiliza da tese da economista Elinor Ostrom (2009), que reconhece a capacidade auto-organizativa e autorreguladora de comunidades com relação aos recursos naturais de que dependem. Até aqui, tais postulados demonstram um legítimo, coerente e fundamentado esforço de reconhecimento de que a preservação em sentido

⁴⁵ Segundo Santos, apoiando-se em autores como Boaventura de Souza Santos e Enrique Leff, o Novo Paradigma Científico se define como ancorado em quatro características básicas. Primeiro, funda-se na ideia de que todo conhecimento científico-natural é também científico-social (quebrando a dicotomia “humano-natureza”; depois, todo conhecimento é ao mesmo tempo local e total (evitando a excessiva fragmentação do conhecimento e especialização do saber); todo conhecimento é autoconhecimento (afastando-se da pretensão de neutralidade; os valores de quem pesquisa e quem incentiva a pesquisa são variáveis a serem consideradas); finalmente, todo conhecimento científico visa transformar-se em senso comum (buscando dialogar com outros conhecimentos, democratizar o saber como potencialidade à evolução cultural humana).

⁴⁶ Em tradução livre, “conservação de fortalezas”. Tal modelo tende a tomar os recursos naturais cercados pela UC como devidamente guardados e protegidos tais como aqueles de uma fortificação. Por vezes reforçariam desigualdades econômicas, sociais e políticas preexistentes naqueles territórios que abrigam UC (BÜSCHER, 2016), excluindo diferentes grupos sociais do acesso àqueles recursos naturais (VACCARI; BELTRAN; PAQUET, 2013). Essas desigualdades podem ser contextualizadas por desequilíbrios socioeconômicos regionais, nacionais e globais.

estrito, por si, não teria conseguido deter a perda de biodiversidade com que se lida atualmente em escala planetária.

Sendo mais claros sobre intenções, interesses e alinhamentos ideológicos (ainda que se utilizando de uma suposta preocupação com o bem-estar de comunidades locais), Kareiva e Marvier (2012) também expõem o que chamam de “postulados normativos à Ciência da Conservação”. Compreendendo-os como orientações práticas, os autores apontam que a conservação deve ocorrer em paisagens alteradas pelo ser humano e recorrentemente negligenciadas pelos conservacionistas (há também a indicação de manejo de espécies que sejam interessantes do ponto de vista econômico, incluindo exóticas, mesmo em detrimento de outras que, ainda que sem interesse imediato, cumprem funções ecológicas fundamentais). Outra orientação prática é reconhecer que a relação entre comunidades humanas e ecossistemas pode promover a conservação. Um dos postulados se refere à narrativa a ser construída para fazer com que as pessoas adiram aos objetivos de conservação. “[...] a conservação será um sucesso duradouro apenas se as pessoas apoiarem os objetivos de conservação⁴⁷” (KAREIVA; MARVIER, 2012: 966). Até aqui, novamente, se demonstram preocupações que poderiam ser vinculadas a uma perspectiva humanista⁴⁸ de conservação.

No entanto, um terceiro postulado normativo dos autores evidencia seu caráter ou perspectiva ideológica de forma mais explícita. “[...] os conservacionistas precisam trabalhar com **corporações**” (KAREIVA; MARVIER, 2012: 967⁴⁹, grifo nosso). O pressuposto de que partem é que, uma vez que as corporações existem e causam grandes danos, é preciso trabalhar com elas para que não os causem mais e, ainda, configurem-se como “forças positivas na conservação”. Em síntese, além de não demonstrar capacidade crítica em relação à dinâmica e à lógica de acumulação, centralização e reprodução do capital em que operam as corporações, os autores postulam que sem elas (as corporações) não será possível conservar a biodiversidade.

É bastante claro o uso de argumentos que podem ser vinculados seja a axiomas (como o de que não haveria “natureza intocada”), seja a valores humanistas (como “as comunidades que vivem dos recursos naturais teriam interesse em conservá-los como uma questão de sobrevivência”). Contudo, tal uso é relacionado automaticamente para

⁴⁷ No original, em inglês: “[...] conservation will be a durable success only if people support conservation goals.”

⁴⁸ Entende-se por perspectiva humanista aquela que, no campo da conservação, não reconhece a dicotomia ser-humano/natureza. Portanto, apostas em estratégias de conservação apoiadas em interesses humanos podem ser tomadas como legítimas.

⁴⁹ No original, em inglês: “[...] conservationists must work with corporations”.

legitimar a adequação da conservação à reprodução do capital. Para Holmes (et al., 2016), os defensores da Nova Conservação guardam a posição de efetivamente envolver a conservação com o capitalismo. Como se houvesse lógica ou alguma racionalidade em esperar que um modo de produção permanentemente em crise e respectivo modelo de desenvolvimento dependente de crescimento infinito sobre uma base de recursos fisicamente finita possam ser realmente parceiros da proteção da biodiversidade.

Miller (et al., 2014) também problematizam essa perspectiva, registrando contrapontos a cada um dos seus postulados e compreendendo a nova conservação como rendição ao desenvolvimento capitalista. Uma das considerações finais dos autores chama a atenção tanto pela disseminação dessa narrativa liberal – tratando-a como ideologia – da Nova Conservação em aparelhos de hegemonia na sociedade civil, como também pelo caráter dialético na relação entre a tese do modelo de desenvolvimento e sua antítese representada pelas áreas protegidas (que seriam, para estes autores, uma estratégia fundamental de proteção da integridade dos ecossistemas).

A ética da ideologia [da Nova Conservação] é utilitária e às vezes paralela à filosofia econômica neoliberal. Cada vez mais, os conselhos das maiores ONG ambientais são dominados por interesses financeiros e corporativos cujos valores são antitéticos à proteção da integridade do ecossistema (ver os *sites* de ONG)⁵⁰ (MILLER, et al., 2014: 04).

Soulé (2013: 895), denomina a compreensão defendida pela Nova Conservação, alinhada a interesses corporativos, como “quimérica”. Para ele, os proponentes da “Nova Conservação”

[...] alegam que ajudar pessoas economicamente desfavorecidas a alcançar um padrão de vida mais alto despertará sua simpatia e afeição pela natureza. Como seu objetivo é suplantiar o modelo de conservação tradicional baseado na diversidade biológica com algo totalmente diferente, a saber, um movimento baseado em crescimento econômico ou humanitário, ele não merece ser rotulado como conservação⁵¹.

Afirmando-se chocado com a rejeição, pelos novos conservacionistas, do conhecimento ecológico já acumulado, Soulé (2013) alerta que o desenvolvimento nos

⁵⁰ No original, em inglês: “The ethic of the ideology is utilitarian and sometimes parallels neoliberal economic philosophy. Increasingly, the boards of the larger environmental NGOs are dominated by financial and corporate interests whose values are antithetical to the protection of ecosystem integrity (view the NGO websites)”.

⁵¹ No original, em inglês: “[...] it promotes economic development, poverty alleviation, and corporate partnerships as surrogates or substitutes for endangered species listings, protected areas, and other mainstream conservation tools. Its proponents claim that helping economically disadvantaged people to achieve a higher standard of living will kindle their sympathy and affection for nature. Because its goal is to supplant the biological diversity-based model of traditional conservation with something entirely different, namely an economic growth-based or humanitarian movement, it does not deserve to be labeled conservation.”.

moldes da globalização do capital acelerou uma corrida frenética por energia e matérias primas. Tal corrida teria ocorrido pelo avanço predatório sobre os últimos remanescentes da natureza. Isso para atender a expansão do consumo de novos grupos sociais e sua intensificação nos países centrais.

Por fim, Soulé faz uma espécie de apelo, no qual se observa sua dificuldade em buscar articular conservação e superação da pobreza, como se fizessem parte de contextos distintos e inexoravelmente apartados. Essa dificuldade, no campo da conservação, evidencia a ausência da perspectiva de superação do capitalismo nas reflexões mais proeminentes sobre conservação. A associação entre conservação e bem-estar humano torna-se capturada ideologicamente por uma única posição nesse campo da conservação, justamente aquela que se coloca à disposição do capitalismo e dos interesses corporativos em sua versão mais agressiva.

Os **conservacionistas tradicionais** não exigem que os humanitários parem de ajudar os pobres e os menos favorecidos, mas os novos conservacionistas, humanitários, exigem que a natureza não seja protegida por si mesma, mas que ela seja protegida apenas se beneficiar materialmente os seres humanos⁵² (SOULÉ, 2013: 896, grifo nosso).

Ainda que Soulé desvele as intenções suspeitas e incoerentes da Nova Conservação, não aponta – tomando por base a citação acima – que os seres humanos de que trata podem ser recortados em cerca de 1% da população mundial (DOWBOR, 2017).

Diante disso e motivadas por essa tendência a uma falsa polarização da discussão que sugere a necessidade de maior compreensão sobre as causas estruturais da perda de biodiversidade, há pesquisas que buscam oxigenar o debate e suas eventuais compreensões sobre o campo da conservação. Identificam posições com representação significativa, mas ainda sem proeminência ou expressão política nesse mesmo debate. Vão além daquelas que se restringem à posição que opõe natureza e sociedades humanas e àquela que propaga uma visão positiva sobre as corporações e o capitalismo.

Holmes (et al.2016) apontam em sua abordagem sobre esse debate sintetizado acima ao menos três posições distintas. Suas fontes de evidências foram representantes oficiais de seus países e atores no âmbito da sociedade civil, delegados para uma grande conferência acadêmica sobre conservação. Uma posição (fator 1) vincula-se à conservação voltada a beneficiar pessoas, mas sem aderir e reproduzir o capital, muito

⁵² No original, em inglês: “Traditional conservationists do not demand that humanitarians stop helping the poor and underprivileged, but the humanitarian-driven new conservationists demand that nature not be protected for its own sake but that it be protected only if it materially benefits human beings”.

menos associando-se a corporações; outra (fator 2) a favor de abordagens biocêntricas; uma terceira (fator 3) que relativiza a relação entre desenvolvimento capitalista e objetivos de conservação.

Nesse terceiro posicionamento os pesquisadores identificaram respostas que sugerem uma crença segundo a qual, por um lado, a conservação não deve prejudicar populações pobres e marginalizadas; por outro lado, sua inserção socioeconômica e política somente seria possível em sociedades capitalistas. Observa-se o restrito espaço para alternativas ao capital, o que indica a hegemonia do pensamento sobre conservação de ecossistemas afastado de reflexões em perspectiva crítica com relação à organização das sociedades, o funcionamento do capitalismo e suas relações com o decrescimento permanente do número de espécies no planeta.

Uma das “descobertas” dos autores: é “[...] surpreendente que tenhamos encontrado uma posição (fator 1) que está quase completamente ausente na nova literatura de conservação⁵³” (HOLMES, et al., 2013: 361). Essa posição é justamente a que trata de defender a conservação de ecossistemas, associando-a aos objetivos de bem-estar humano e afastando-se de naturalizar o capitalismo como modelo desistoricizado de desenvolvimento.

Outra pesquisa similar (SANDBROOKE, et al. 2019) corrobora essa conclusão de Holmes e seus colegas pesquisadores. Para Sandbrooke (et al., 2019), o debate se concentra nas posições dos fatores 2 e 3 por motivos econômicos e geográficos nesse campo da conservação. O fator 1, que defende a conservação que seja benéfica às pessoas, mas sem reproduzir o capital, se encontra entre acadêmicos e pessoas que atuam com conservação em países periféricos. Aqui se evidencia o capital político acumulado nesse campo da conservação por aqueles residentes e atuantes em países centrais.

[...] entrevistados da África, Ásia e América do Sul e Central (onde a maioria da biodiversidade está localizada) tenderam a ser mais favoráveis à conservação centrada nas pessoas e menos a favor do ecocentrismo liderado pela ciência do que os entrevistados da Europa, América do Norte e Oceania⁵⁴ (SANDBROOKE, et al. 2019: 320).

⁵³ No original, em inglês: “[...] it is striking that we found a position (factor 1) that is almost completely absent from the newconservation literature”.

⁵⁴ No original, em inglês: “[...] respondents from Africa, Asia and South and Central America (where most biodiversity is located) tended to be more in favour of people-centred conservation and less in favour of science-led ecocentrism than respondents from Europe, North America and Oceania”.

Em reflexão a respeito do que denominou “paradigmas da conservação”, Pisciotta (2019) reconhece duas grandes linhas discursivas e, também, de ações e práticas. A primeira, o paradigma da ciência moderna; o segundo, de superação da dicotomia natureza/cultura. Ambas aparentemente disputando posições. A primeira visando à manutenção de sua hegemonia, sobretudo no que se refere à atuação dos aparelhos coercitivos no âmbito da sociedade política.

Segundo Pisciotta (2019: 121),

O paradigma da ciência, hegemônico no sistema-mundo é, em boa medida, determinante dos ajustes contemporâneos do sistema de unidades de conservação paulista. Por esta razão foi eleito entre os paradigmas da conservação. Entretanto, a razão primordial de seu delineamento é a possibilidade de ser confrontado por um outro: o paradigma da superação da dicotomia natureza-cultura.

Esse segundo busca, portanto, firmar posições nesse “território” da conservação como paradigma emergente, conforme Sousa Santos (2008). Associa-se, por vezes, à necessidade de problematizar não apenas a conservação em si e suas estratégias, transcendendo até mesmo a superação do modo de produção hegemônico: identifica como estrutural as cosmovisões que sustentam a separação cultural entre humano e natureza.

Esse paradigma conta, por exemplo, com significativas contribuições advindas da identificação das chamadas “florestas culturais” (FURLAN, 2006). Tal concepção apoia-se na afirmação contundente do antropólogo estadunidense Willian Bale, segundo o qual “todas as florestas são culturais” (FURLAN, 2018). Todas teriam sido habitadas e manejadas por humanos, em diferentes períodos históricos. Ainda que se refiram a povos originários e comunidades tradicionais, são efetivamente grandes repositórios de conhecimentos e saberes úteis para a superação de crises. Portanto, estratégicos às disputas por hegemonia no campo da conservação e, também, de projetos societários e concepções de desenvolvimento.

Em palestra proferida em maio de 2018, Sueli Furlan expõe características que podem ser associadas ao primeiro paradigma. Considerando a abordagem da professora e pesquisadora, esse paradigma possuiria, de partida, alguns valores fundamentais de uma concepção de mundo que condiciona a forma como nos relacionamos enquanto sociedade com os bens ambientais: o individualismo, o progresso material. O controle da natureza vista como recurso e uma renúncia a pensar a terra como finita (FURLAN, 2018). Uma concepção hegemônica de natureza, associada a um modelo de

desenvolvimento a que estariam submetidas as políticas ambientais, especialmente de conservação.

Utilizando-se de categorias gramscianas como a de “Bloco Histórico”, “Estado Integral” (sociedade política + sociedade civil) e “Hegemonia”, é possível destacar seu caráter conservador do ponto de vista político e liberal da perspectiva socioeconômica, em que se acentuam posições que tomam o modo de produção capitalista que depende de seu modelo de desenvolvimento insustentável como algo naturalizado, sequer imaginando sua superação. Ambas as posições que dominam o debate com a capacidade de expressar suas reflexões e posicionamentos podem ser localizadas como expressões do “Bloco Histórico” capitalista. O reproduzem à medida que restringem a conservação à imposição de limitações ao capital, ou mesmo defendem abertamente sua reprodução acrítica.

Com isso hegemonomizam o debate e, a partir dessas posições localizadas no bloco histórico capitalista, influem tanto nas políticas de grandes organizações conservacionistas da sociedade civil, quanto naquelas que orientam políticas governamentais (porque se relacionam, se condicionam, se interpenetram). Consolidam uma concepção de mundo e de como a questão da conservação ambiental e sua estratégia, as áreas protegidas, nela se inserem. Evidenciam a hegemonia, o consenso quanto à naturalização do capitalismo e não apontam a premência de sua superação. Essa hegemonia se expressa nos comandos materializados nas políticas ambiental e de conservação.

Vaccari, Beltran e Paquet (2013) evidenciam essa concepção liberal de mundo e, especialmente, de gestão ambiental, hegemônica quanto à conservação de recursos naturais. Ao abordar o que consideram ser uma fase do pensamento conservacionista moderno, afirmam que a conservação neoliberal (mais recente porque decorrente da crise econômica global de 2008), acompanha ideologicamente uma neoliberalização generalizada das sociedades que vinham financiando a conservação em todo o mundo. Por um lado, há a privatização; por outro, o dismantelamento da capacidade pública, estatal, de formulação e execução de políticas públicas de conservação⁵⁵. As consequências disso estariam ainda por ser mais bem estudadas e compreendidas.

⁵⁵ Em agosto de 2020, um burocrata responsável pelas finanças e orçamento público do estado de São Paulo veio a público comunicar a intenção de extinguir a Fundação Florestal, órgão responsável pela gestão de mais de cem UC, como resposta a uma expectativa de redução na arrecadação em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia COVID-19. Dias depois, o que aparecia como algo pontual apresentou-se no Diário Oficial do Estado como estrutural para o campo ambiental e outras políticas

2.3 A política ambiental no Brasil e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos: tendência ao alinhamento e reprodução do capital

Da mesma forma que as posições hegemônicas no campo da conservação, não se deve observar a política ambiental brasileira⁵⁶ e um de seus instrumentos, a criação, planejamento e gestão de áreas protegidas ou Unidades de Conservação (UC), como incoerentes ao modo de produção capitalista. Menos ainda ao modelo de desenvolvimento urbano industrial (DIEGUES, 1996). Embora possam ser compreendidas como respostas ao ímpeto capitalista e mesmo que devam ser tomadas como negação do modelo de desenvolvimento (BRITO, 1995), a criação de “ilhas” protegidas acaba, em última instância, por legitimar ambos (ímpeto e modelo). Ao se restringirem a antítese e havendo a carência histórica e política por quem faça alguma síntese, tendem a reproduzir, mais do que negar.

Tal leitura se apoia na conformidade entre a criação de UC e a manutenção do *status quo* capitalista, apesar de tensões e conflitos existentes, desde comunidades e pequenos agricultores até grandes proprietários e corporações rurais e urbanas⁵⁷. Algo como: ao ser criadas UC, principalmente as mais restritivas, permite-se involuntária e indiretamente que o alto de grau de consumo e desenvolvimento a qualquer custo se mantenha, desde que fora de seus limites. Não haveria, aparentemente, uma contestação explícita da estrutura da sociedade, mas sim a premência em se reservar porções dos territórios da reconhecida capacidade destrutiva inerente ao modo de produção capitalista. O que poderia configurar-se como um “primeiro passo”, urgente, de proteger algo para na sequência histórica apontar à superação das condições que o gerou, acaba por tornar-se um fim em si, esvaziando-se do sentido amplo ao qual deveria ter-se apegado.

Esse raciocínio pode ser estendido à legislação ambiental como um todo, observando-se principalmente os aparelhos coercitivos da sociedade política

sociais. A FF permaneceria (aparentemente em decorrência de pronta mobilização da sociedade civil em bloco heterogêneo). Contudo, os Institutos Florestal, Geológico e de Botânica foram extintos, junto com uma série de outras instituições representativas de conquistas sociais antes e pós Constituição de 1988.

⁵⁶ “A política ambiental no Brasil é orientada por leis, decretos e resoluções e é composta por políticas públicas, planos e programas. Ela regula e orienta o uso adequado dos recursos naturais por atividades humanas e processos econômicos, visando o bem-estar da sociedade” (ABICHARED; TALBOT, 2014: 14). Segundo Ramos (2012), para analisar a Política Ambiental no Brasil é preciso atentar às questões conjunturais de cada período, tais como contexto internacional e político-institucional no país.

⁵⁷ Não obstante, as UC, junto às Terras Indígenas, ainda têm se caracterizado por ser um efetivo meio de proteção de importantes bens naturais frente aos avanços das fronteiras agrícolas e urbanas organizadas pela lógica capitalista. A questão que se coloca aqui é sua suficiência e a necessidade fundamental de não ser caracterizada e gerida como fim em si mesma.

(fiscalização policial militarizada, predominância do “comando e controle”, normatividade e aparato jurídico ainda distantes da necessária consideração às assimetrias sociais, políticas, econômicas). Em suma, ao passo que servem de freio à característica autofágica do capital (que consome suas próprias condições de existência), as UC não necessariamente conseguem apontar efetivamente para sua superação. Pelo contrário, sugerem que em determinados locais e condições, é possível adotar uma postura mais ou menos ecologicamente aceita.

A título de compreensão mais objetiva de como isso se materializa em posturas e mesmo políticas que sedimentam tais compreensões, Saori (2020) analisa dois “objetos”: i) o Projeto Conexão Mata Atlântica, elaborado e conduzido por aparelhos governamentais e financiados com recursos do BID, disponibilizados pelo Global Environment Facility (GEF); ii) O Projeto Vale do Futuro, também do governo do estado de São Paulo. O primeiro destinado à proteção pelo investimento na lógica de pagamento por serviços ambientais (PSA).

PSA: Os serviços ambientais são entendidos, no âmbito do mercado, como os produtos que a natureza gera para sustentabilidade de seus próprios ciclos e para a manutenção da vida dos seres vivos: água, madeira, alimentos, etc. Já a ideia de pagamentos pelos serviços ambientais envolve a ideia de que estes serviços podem ser precificados, aliando prestadores de serviços e também consumidores para estes produtos. A natureza, desta maneira, é fragmentada, e seus ciclos são transformados em ativos que possuem um valor no mercado e são vendidos para quem precisa compensar danos ambientais em outro lugar. As negociações desses serviços são feitas através do mercado financeiro (SAORI, 2020:74).

O segundo, também financiado pelo BID, recorre à mesma lógica de desenvolvimento alinhada à exploração financeirizada de territórios, do trabalho de grupos sociais e de bens tomados como recursos disponíveis à reprodução do capital⁵⁸. Ambas as políticas analisadas pela pesquisadora estariam intrinsecamente vinculadas a princípios de gestão ambiental razoavelmente caros àqueles agentes sociais que lucram com o que se denomina Economia Verde: princípios como de “poluidor pagador” e, assim, da compensação ambiental.

A partir deles a criação, planejamento e gestão de UC, sobretudo aquelas de proteção integral, subsidiam a reprodução do capital pela legitimação da compensação.

⁵⁸ “Sabemos que a instalação de projetos que envolvem a financeirização da natureza se segura em falácias e mitos, que discursam sobre a importância dos trabalhos de preservação das comunidades a favor do clima (WRM, 2020a). Já é constatado que estas propostas de lucrar com o território do Vale do Ribeira surgem através de ONGs e do próprio conselho do Parque como projetos de conservação, onde as informações sobre a origem dos recursos e o impacto social para as comunidades não são transparentes. É comum a omissão de informações e o uso de metodologias não participativas nas reuniões, restringindo a fala das comunidades” (SAORI, 2020:76-77).

Ocorre que usualmente seus impactos preservacionistas compensatórios recaem sobre grupos sociais com recursos econômicos e políticos infinitamente menores no jogo democrático liberal. Nesse cenário as UC são tomadas como motivo de tais iniciativas que contraditoriamente reproduzem um modo de produção e respectivo modelo de desenvolvimento que geram a urgência de se preservar porções e fragmentos naturais restantes. Ao mesmo tempo, podem ser compreendidas, por si, como grandes compensações desse mesmo modelo. O que não se permite realizar nelas, diretamente – nem mesmo por aqueles grupos e povos que ali já habitavam – é inclusive incentivado fora delas, devidamente licenciado pela política ambiental, recurso normativo bem manejado por corporações.

Essas políticas ambientais, como as ilustradas acima (dentre outras), insinuam, da perspectiva das categorias conceituais “Hegemonia” e “Estado Integral”, a predominância no âmbito das “Sociedades Política” e “Civil” de mentalidades que não permitem a incidência de elementos alinhados a outro projeto societário. Sequer guardam graus significativos de associação com os grupos sociais existentes nos territórios a ser conservados. Teriam absorvido e materializado nos instrumentos coercitivos tão somente aqueles elementos alinhados ao consenso de que o desenvolvimento capitalista não pode nem deve ser superado. Apenas poderia ser limitado, e em alguns casos específicos como na criação de UC.

Isso posiciona não somente a estratégia de proteção da biodiversidade (criação de UC) no seio do “Bloco Histórico”, mas também sua perpetuação. Há uma relação coerente entre o modo de produção concentrador de riqueza, seu imprescindível modelo insustentável de desenvolvimento de alto consumo de energia e matérias primas e a legislação que acaba por legitimá-los. Em relação de reciprocidade com uma elaboração intelectual, ideológica, de concepção de mundo, reconhece a necessidade de preocupação com a “questão ambiental”. Não há síntese, mas incorporação pelo capital daquilo que potencialmente o negaria. Por isso, não há, necessariamente, a superação do capitalismo no horizonte⁵⁹.

Quanto à proteção ambiental, no que diz respeito à esfera da sociedade política, há um conjunto de agendas predominantemente negativas, ou seja, pautadas pelo

⁵⁹ Aqui vale retomar aquelas “correntes ecológicas” que Martinez-Alier (2012) apresenta no relevante debate que também identifica uma corrente crítica no campo da gestão ambiental quanto às suas linhagens na Ecologia Política. Duas – de três – além de não questionarem o *status quo*, o reproduzem. As três correntes dialogam com as posições identificadas no campo da conservação, sendo a terceira, do ecologismo popular, evidentemente contra-hegemônica.

domínio do “comando e controle” direcionado a “vigiar e punir” aqueles em desacordo com as regras ambientais. Há ainda a marca da desigualdade na capacidade de adequação e defesa de grupos sociais majoritários (em termos demográficos; minorias do ponto de vista do poder político) que, não por coincidência, são aqueles também com menores recursos econômicos e políticos. Essa agenda marca a limitação da política ambiental e uma incapacidade de expressar outro projeto societário, por este não ser objeto de consenso desde a sociedade civil.

Aqui cabe um reforço: nesta sociedade civil atuam, de forma a construir e manter consensos elaboradores, de formas de justificação e normatização desse projeto liberal, que se materializam no momento sociedade política. Portanto, não se trata de limitar a sociedade civil a um conjunto de organizações civis bem-intencionadas. Grandes *think tanks*⁶⁰ liberais financiadas por frações do bloco dominante, sobretudo aquelas que apontam no horizonte as soluções tecnológicas para sustentabilidade - via grande mídia e outros canais - também são sociedade civil.

Tal concepção de problema ambiental e respectiva solução, desconectada de reflexão e problematização de suas motivações radicais, orienta o desenvolvimento de aparelhos repressivos voltados tanto à elaboração de normas (projetos de lei, decretos, resoluções, portarias), quanto à gestão dos processos administrativos gerados. Em síntese, todo um aparelho burocrático, jurídico e coercitivo desenvolvido e voltado ao controle e à repreensão, com relações significativamente próximas entre grandes corporações (nos campos agrícola, industrial, imobiliário, da construção civil) e os postos dirigentes na superestrutura, conforme já apontava de maneira geral Ralph Miliband (1970). Essa coerção é “encouraçada” – nos termos de Gramsci – pelo consenso sobre o alcance das expressões das preocupações ambientais: impor limites bem localizados e seguros ao capital (por vezes absorvidos e tornados oportunidades de negócios, como consultorias, serviços em geral e tecnologias), no lugar de insinuar e delinear transformações estruturais.

Tais limitações tornam possíveis – porque não antagonizam o capital – iniciativas governamentais mais alinhadas com a posição, no debate sobre conservação,

⁶⁰ Verdadeiros aparelhos produtores de hegemonia que realizam o *advocacy* (conceito a ser tratado no capítulo três). Adianta-se aqui que exercem papel substantivo no desenvolvimento de políticas públicas, desde a compreensão sobre qual é e como se conforma o problema público, até a construção de respostas na forma de políticas. Tendo acentuado viés liberal, fazem esse *advocacy* sob essa orientação, o que induz a pensar em versões antipatistas desses aparelhos na “Guerra de Posições” e busca por “Hegemonia”, seja em campos sociais diversos – como o ambiental -, seja operando no terreno da “Grande Política”, dos projetos de sociedade.

de apostar em mecanismos de mercado para proteger. Haja vista a Lei Estadual n.º 16.260/2016, no Estado de São Paulo, que “autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que específica e dá outras providências correlatas” (SÃO PAULO, 2016). Essa Lei chama a atenção por permitir a concessão de áreas (não apenas serviços ligados ao turismo), mesmo em parques estaduais. Os “próprios estaduais” que a lei especifica encontram-se em uma lista de vinte UC, mais cinco Estações Experimentais. Dessas áreas, treze são Parques Estaduais, muitos reconhecidamente de grande visitação pública. Portanto, atraentes à lógica do capital de reprodução, acúmulo e concentração de valor.

Iniciativas como essa expressam, no âmbito da sociedade política, a associação entre uma perspectiva hegemônica na sociedade civil sobre a privatização na forma de concessões de serviços públicos e, aqui, no caso da conservação ambiental, a entrega à lógica de mercado de áreas de UC paulistas. Há instituições já mencionadas que funcionam como *think tanks* nesse campo – verdadeiros “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia” -, também advogando que a melhor alternativa a uma suposta crise de financiamento dos serviços públicos de conservação ambiental (e de gestão de UC) estaria na privatização e nas concessões⁶¹.

Já nesse âmbito da sociedade civil é possível perceber forte presença, no campo ambiental, assim como da conservação, de uma visão que tende a naturalizar a dinâmica de desenvolvimento do capital, com pouca familiaridade ou permeabilidade para a crítica à economia política. O discurso hegemônico apresenta como solução à crise ambiental ou o afastamento de um ser humano genérico e sem historicidade de tudo o que se entende como natureza, separando-os completamente; ou a instrumentalização da conservação por objetivos corporativos (acreditando, ingênua ou desonestamente, no contrário; que a conservação estaria instrumentalizando as corporações em seu benefício). Disso decorre uma concepção de mundo, algo como uma ideologia da preservação que se move entre a referida “sacralização da natureza” – nos casos mais extremos – e o “evangelho da ecoeficiência” de Martinez-Alier (2012). Em ambas se afirmaria uma eventual centralidade humana, mas que, por afirmar a importância de

⁶¹ Um instituto sediado em São Paulo já teria inclusive, ampliado o escopo de unidades a serem concedidas ou privatizadas. Se antes tratavam de parques estaduais e nacionais (UC), hoje já abordam também parques urbanos, sintonizados com gestos, posturas, discursos e mesmo ações adotadas pelo Governo de São Paulo e de sua capital quanto aos espaços verdes urbanos. A mesma instituição da sociedade civil possui acordo de cooperação com órgãos de “desestatização e parcerias” como uma das secretarias da Prefeitura de São Paulo (SÃO PAULO, 2017).

proteger os recursos naturais necessários à reprodução do capital, desloca esse centro à lógica de mercado, não ao bem-estar humano⁶².

* * *

A política ambiental brasileira expressa em um conjunto de normas regulando o acesso a recursos naturais, embora exista desde a década de 1930⁶³ (MOURA, 2016), tem seu desenvolvimento e evolução em períodos posteriores referenciados por marcos históricos internacionais. Dentre eles, o Clube de Roma em 1969 (MEADOWS et al., 1972), o qual se torna conhecido por seu relatório associando limites crescimento econômico, industrial, urbano e demográfico e as Conferências de Estocolmo em 1972 e do Rio de Janeiro em 1992. Dali se desenvolveram propostas com a pretensão de orientar o desenvolvimento dos países de todo o mundo a partir da constatação da insustentabilidade do modelo simbólica e materialmente hegemônico.

Utilizando-se de contribuições da Sociologia Histórica, se percebe que a política ambiental pode ser aproximada àquelas de saneamento e seguridade social. Seriam decorrência da identificação da relação de interdependência dos problemas sociais e ambientais e a sociedade como um todo. É possível observar, no campo ambiental, a geração de uma dinâmica de coletivização dos riscos sociais associados aos problemas ambientais. Esses seriam, inclusive, causadores de impactos a (ou sendo percebidos por) grupos sociais mais bem posicionados nos países e na geopolítica internacional, provocando coalizões e intervenções na maneira como a sociedade se organiza e se ordena para lidar com tais fenômenos.

Um dos importantes autores nessa área do conhecimento, Abram de Swaan (1988), aborda o processo de consolidação do que denomina “ações coletivas” de atenuação da pobreza, saneamento, proteção social e educação. Afirma a substancial dimensão pública de questões como a saúde, a educação e a seguridade social, para

⁶² “Os acordos e mecanismos internacionais que incidem sobre as mudanças climáticas têm favorecido a proposta de conservação e restauração das paisagens desconsiderando a presença humana. A ideia de manter uma área protegida é uma estratégia mercantil da compensação ambiental: enquanto uma área é destruída, há uma outra sendo preservada. Esta ideia é acolhida por ambientalistas, principalmente por ONGs conservacionistas, que também encontra seu lugar neste setor como prestadoras de serviços” (SAORI, 2020:79).

⁶³ Ampliando a perspectiva histórica, Pádua (2005) aponta preocupações com o uso insustentável de recursos naturais no Brasil já no século XVIII, especialmente da madeira. Tais preocupações demandavam, à época, regulações de acesso a bens naturais pelo Estado. Entre 1797 e 1799 a coroa portuguesa teria enviado a governadores de capitanias da colônia cartas régias estabelecendo normas para uso de florestas no litoral brasileiro. E isso não seria necessariamente uma novidade. Segundo o mesmo autor, medidas similares teriam ocorrido ainda no século XVII.

além de outras usualmente tidas como coletivas (a ordem, a paz, a defesa etc.). Todas seriam produtos histórico-sociais, sendo forjadas ao longo do processo que Norbert Elias (1993) denominou “civilizador”. Swaan apresenta, como uma espécie de “sociogênese” das políticas públicas, a relação entre os monopólios, legitimidade, centralidade e alcance territorial do Estado, acrescidos da interconectividade, interdependência e primazia da política na sociedade, também vistos em Elias, Michael Mann (1986) e Karl Polanyi (2000).

De Swaan também observa os problemas compreendidos como coletivos ou sociais que demandam, portanto, respostas também públicas, universais. Para sustentar essa tese, organiza argumentos empiricamente amparados em evidências históricas daqueles processos que podem também ser tomados como civilizadores. Haveria uma tendência de, inicialmente, serem tratados como problemas individuais que geram soluções privadas. Esse movimento proporcionaria, quando não a baixa efetividade em sua solução, externalidades ainda maiores ao conjunto da sociedade.

No caso das questões ambientais não é suficiente pretender isolar-se ou afastar-se dos problemas, à semelhança daqueles problemas de saneamento observados por Swaan. Há também a possibilidade de interpretar as dinâmicas que deliberam medidas protetivas e de melhoria das condições ambientais como “contra-movimentos” dedicados a consolidar medidas e políticas capazes de frear o ímpeto capitalista (POLANYI, 2000) sobre recursos naturais tidos como já escassos.

Em similar proporção, questões afetas à conservação da biodiversidade não estariam isoladas de dinâmicas socioeconômicas. São, além de coletivas, estruturais da forma como as sociedades hodiernas organizam-se para metabolizar sua natureza externa.

No Brasil, Bredariol (2001: 16) afirma que “nos [então] últimos quarenta anos, a política ambiental brasileira nasceu e se desenvolveu como resultado da ação de movimentos sociais locais e de pressões vindas de fora do país”, sugerindo a atuação do Estado relacional de Michael Mann (1986). Ou seja, um poder público atravessado por conflitos sociais que vão sendo institucionalizados: um Estado “polimórfico” que assume morfologia similar àquela dos agentes interessados. Aqui já se observa uma aproximação com a noção de coalizões de Hector Schamis (2002). Nesse caso, de interesses. Coalizões tanto no âmbito de camadas médias da sociedade mobilizadas por grandes organizações não governamentais, como a SOS Mata Atlântica e organismos internacionais de financiamento, como a IUCN (*International Union for Conservation*

of Nature), como também coalizões que influenciaram o desenvolvimento de aparelhos e políticas ambientais no Brasil⁶⁴ (CHAGAS-BASTOS; ROCHMANN, 2008).

Em outra perspectiva teórica, esse mesmo Estado, para Nicos Poulantzas (1985), não deve ser compreendido como um “bloco monolítico” – aliás, nem a própria burguesia, que se dividiria em frações (esferas produtivas, da circulação e do dinheiro). Embora haja hegemonia de uma classe ou de uma fração dessa classe no interior de sua dimensão de “Sociedade Política”, não há, necessariamente, homogeneidade. Haveria aparelhos diferentes e esses se configurariam como

[...] *locus* institucional onde as decisões fundamentais são efetivamente tomadas, inclusive sem nenhuma subordinação hierárquica a outra agência burocrática do sistema estatal. Consequentemente, estes são os locais institucionais do Estado para onde são direcionadas as principais demandas das classes ou frações de classes dominantes (PINTO; BALANCA, 2014: 52, apoiando-se em CODATO, 1997⁶⁵).

Amaral (1995), como exemplo desse segundo condicionamento, expõe estudo sobre a relação entre comércio e meio ambiente que subsidia compreensão sobre medidas de caráter ambiental aplicadas ao comércio internacional, o que potencialmente cria ações no sentido de impor adequações a padrões “ecologicamente” definidos por setores da sociedade civil, tanto quanto de caráter protecionista por grupos de interesses comerciais.

Infere-se as interpenetrações entre “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” no desenvolvimento de uma agenda que contemple as preocupações ambientais. Em havendo predominância de soluções de mercado, o caráter protecionista instrumentaliza tais preocupações e dá o tom de negociações comerciais, escamoteando o sentido demandado pelo próprio movimento ambientalista na sociedade civil. Isso se expressa no conjunto da política ambiental, constringendo alternativas de caráter societário que apontem para a superação das causas estruturais dos problemas tidos como ambientais.

Essas interpenetrações são importantes no decorrer desta tese, pois configuram um aspecto destacado para responder à pergunta da pesquisa. Diante da noção de “Bloco Histórico”, não há o que predomine na superestrutura que não seja dominante da

⁶⁴ Coalizões também articuladas por pequenas associações junto a organizações maiores, mobilizadas por causas ambientais diversas, a exemplo de Assembleias Permanentes de Organizações em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA) ou organizações estaduais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. E mesmo do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais (FBOMS) já no final da década de 1980.

⁶⁵ CODATO, Adriano Nervo. **Sistema Estatal e Política Econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

estrutura. Assim como não há o que dirija as ações da “Sociedade Política” sem que haja um consenso com o que predomina desde a “Sociedade Civil”.

Desenvolvimento da Política Ambiental no Brasil

No Brasil, o que havia até a década de 1960 em termos de política ambiental se compunha basicamente de códigos (água, florestal, caça e pesca) e não necessariamente uma ação coordenada pelo Estado ou mesmo uma instituição que gerisse algo próximo a uma política pública envolvendo diferentes entes públicos e privados. Na década de 1970 é criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) e emerge no seio da sociedade civil o que se tratou de chamar de “movimento ecológico”. Bressan Jr. (1992, *apud* BREDARIOL, 2001) atenta para um aspecto tomado aqui como relevante: esse movimento ambientalista ou “movimento ecológico”, segundo o autor, não teria sofrido no mesmo grau e intensidade o controle político dos órgãos de repressão da ditadura militar do período mencionado. O motivo seria justamente sua aparente distância em relação àqueles movimentos sociais com marcas político-ideológicas identificadas explicitamente com o campo das esquerdas, contrárias ao regime político e econômico vigente.

O movimento ecológico seria avesso à poluição, redução drástica de ecossistemas, ameaças aos biomas nacionais, extinção de espécies etc., sem afirmar-se definitivamente em nenhum ponto do espectro ideológico ou entrar no mérito de identificar causas “estruturais” dos problemas, em termos marxianos (apesar de reconhecer motivações ligadas à essência do capitalismo, como necessidade de crescimento e mercadorização das formas de vida), conforme esclarece Hector Leis (2004). Alguns autores (como VIOLA, 1987; SORRENTINO, 1988; ALEXANDRE, 2003) enfatizam também a luta por liberdades democráticas pelos direitos humanos. Portanto, expõem a resistência política à ditadura militar como presente e intrínseca às ações ambientalistas dos anos 1970, 1980⁶⁶.

⁶⁶ Viola (1987), em seu texto sobre o movimento ecológico no Brasil, aponta que no então denominado Terceiro Mundo (caso do Brasil à época) o movimento tinha sua base em camadas médias da sociedade e ainda buscava permear aquelas mais populares que, segundo o autor, também teriam pautas “ecológicas” (melhores condições e trabalho, saneamento básico, terra para quem produz etc.). Também aponta o autor que o movimento ecológico teria se desenvolvido no bojo da crise do marxismo na década de 1970 (sobretudo no que diz respeito a uma suposta expectativa de desenvolvimento constante das forças produtivas) e, ainda assim, seriam “parcialmente herdeiros” da cultura socialista e da crítica marxista da ética utilitarista. Haveria, portanto, dentre as expectativas dos ecologistas do Sul, para Viola, uma redistribuição drástica da riqueza produzida, orientada por preocupações ecológicas.

Ainda no início da década de 1980 foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/81). Seu objetivo principal: garantir a “preservação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

Bredariol (2001), em sua tese sobre a política ambiental nacional expõe duas questões relevantes ao resgate histórico aqui abreviado: 1) para demandas relacionadas ao saneamento básico, à infraestrutura, à habitação e à agricultura, dadas suas escala e associação simbólica fortemente vinculadas a determinado modelo de desenvolvimento consensuado e, portanto, hegemônico, criaram-se políticas próprias (logo, refratárias a incidências associadas a projetos societários contra-hegemônicos); 2) a política ambiental brasileira se desenvolveu ao largo do projeto de “Brasil Potência” dos governos militares. Octavio Ianni, já no início nos anos 1980, afirmava: “a ideia de um ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, que permitiria a construção do ‘Brasil Potência’ em poucos anos, era mais uma faceta de caráter fascista da ditadura [civil-militar]⁶⁷” (IANNI, 2019: 35-36).

Ambos os destaques desvelam relativo tratamento setorial e predominância dos papéis preventivo e corretivo da política ambiental, não condicionando os padrões ou modelos das demais políticas públicas nem o paradigma hegemônico de produção e consumo. Ao configurar-se como também setorial, por sua dissociação daquelas políticas fundamentais à expressão do modelo de desenvolvimento predominante, a política ambiental também acaba por dar materialidade coercitiva de maneira limitada, como já apontado.

Percebe-se um cenário no qual é extremamente alta a capacidade decisória do Estado (*strictu sensu*), bem como do alcance territorial e infraestrutural de suas decisões (MANN, 1986) e ainda baixa a deliberação por áreas protegidas integradas a dinâmicas de desenvolvimento local ou regional inclusivas (quase imperceptível em função do controle repressivo policial). Nota-se uma evidência de que a perspectiva ambientalista maturada em setores do movimento ecológico não conquistou hegemonia a ponto de

⁶⁷ Esse modelo associado a uma ideia-força de Brasil Potência teria sido determinante como fundamento do projeto societário predatório e explorador de trabalhadores e da natureza implantado à força no país. “Desde que se instalou, a ditadura passou a adotar medidas econômicas e políticas destinadas a dinamizar a expansão do capitalismo no campo, tanto intensiva quanto extensivamente. Assim, por um lado, oferecia incentivos à concentração e centralização do capital na agroindústria canavieira dos Estados de Pernambuco e São Paulo, por exemplo. E, por outro, oferecia incentivos à formação e expansão de empresas de mineração, extrativismo, agropecuária etc. na região da Amazônia legal” (IANNI, 2019:43).

incidir sobre o paradigma hegemônico de produção e consumo e, por consequência, no projeto de país.

No final da década de 1980 é publicado o relatório “Nosso Futuro Comum” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991) pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, antecedendo a 2ª Conferência Mundial de Meio Ambiente, no Rio de Janeiro na década posterior. O mesmo período assiste ao processo de redemocratização e demarcação de demandas sociais no Brasil, que converge e, em certa medida, dialoga, com o crescimento de organizações civis em escala internacional.

Pressões nacionais e internacionais levam o então governo de José Sarney (1985-1990) a reestruturar o aparelho estatal de meio ambiente, unificando sob um instituto recém-criado (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA⁶⁸) diferentes órgãos preexistentes (IBAMA, 2017), sugerindo mais uma vez a perspectiva interacionista do Estado (MANN, 1986), um Estado relacional. Sugere, também, uma maior amplitude do movimento ambientalista e de sua pauta mais relacionada a questões estruturais. Principalmente quando se observam os debates realizados no âmbito da sociedade civil, que se materializam, dentre outras formas, no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e na Carta da Terra. O encontro de organizações da sociedade civil ocorreu em paralelo às discussões entre representantes oficiais dos países participantes e respectivos chefes de Estado, reunindo representantes de organizações e movimentos e tornando-se importante contraponto em termos de pautas e de agenda política.

Ao mesmo tempo em que há condicionamentos externos à política econômica, de infraestrutura e de desenvolvimento, tais pressões fortalecem coalizões de interesses e legislativas, internas, no que diz respeito à demanda por políticas de proteção ambiental. O conceito de “desenvolvimento sustentável” formulado no Relatório Brundtland indicaria ao menos duas posturas (entre inúmeras disputas diante de sua definição razoavelmente genérica): 1) para países ricos demanda transformações nos padrões tecnológicos de produção e consumo, além de preocupações com os descartes; 2) nos países pobres, com maior disponibilidade de bens naturais, mitigação de impactos da exploração dos recursos, redução de desigualdade e geração de empregos (BREDARIOL, 2001). Acrescenta-se: na mesma lógica do capital, sem alterá-la e

⁶⁸ O IBAMA fundiu os órgãos: Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência da Pesca (SUDEPE) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

distante da afirmação de nexos entre modo de produção e crise ambiental. Nesse contexto, a biodiversidade passa ser considerada um recurso estratégico para o desenvolvimento e um promissor “ramo de negócios”, conforme Hathaway (2002), fazendo prevalecer a lógica, hegemônica, de mercado.

2.4 Fases e tendências nas políticas de áreas protegidas e de unidades de conservação: possibilidades à condição de antítese ao modelo hegemônico

A conservação ambiental e sua estratégia de proteção da biodiversidade com a criação de áreas protegidas tem sido analisada com a organização, cronológica, em grandes fases e tendências. Diferentes autores têm buscado relações entre contextos socioeconômicos, políticos e culturais em escala global – a partir do Ocidente – e sentidos atribuídos à proteção da biodiversidade. Sobretudo, aos meios de alcançá-la, ou que características assumem tais áreas protegidas.

Büscher e Whande (2007) revisam as narrativas e tendências que sustentam as diferentes fases à luz da evolução da economia política em escala mundial. Assim, partem do pressuposto de que essas tendências são condicionadas política e economicamente. Moldar-se-iam pela forma de gestão do modelo de desenvolvimento aqui tomado como hegemônico, ainda que de diferentes formas. As tendências que os pesquisadores apontam são por eles denominadas como “*neoliberal conservation*” (conservação neoliberal), “*bioregional conservation*” (conservação biorregional) e “*hijacked conservation*” (conservação “sequestrada”).

Dando aqui enfoque à tendência neoliberal, destaca-se sua mercadorização da natureza que a compreende como fonte de recursos naturais na forma de mercadorias, sobredeterminando a conservação e proteção da biodiversidade essencialmente para suportar demandas de sociedades organizadas sob a lógica capitalista. Uma de suas manifestações seriam os pagamentos pelos serviços ecossistêmicos⁶⁹ providos pela biodiversidade conservada, além de marcos regulatórios sob orientação neoliberal. Essa tendência desenvolveria uma narrativa segundo a qual o setor privado “precisa”

⁶⁹ Em fala sobre os serviços ecossistêmicos e diante do questionamento sobre como seria possível sua desvinculação da mercantilização dos bens ambientais, Rodrigo Victor, da Fundação Florestal, afirma a necessidade de atribuir valor a tais serviços com a finalidade de dimensioná-los em uma escala e tipo de mensuração que possa ser decodificada na linguagem que se pode compreender como hegemônica. Outra finalidade seria buscar a internalização desse “valor” dos serviços nos processos produtivos que deles fazem uso. No entanto, para ele, isso não significaria submissão à lógica de mercado. O valor prevalescente permanece sendo o da conservação em perspectiva ética, não econômico-financeira (VICTOR, 2020). Infere-se que, ainda assim, o potencial de cooptação utilitária e instrumental do conceito tem se demonstrado significativo, com demonstra Saori (2020).

envolver-se com a conservação, seja por interesse, seja por suposta maior eficiência, ou por ambos os motivos.

Vaccaro, Beltran e Paquet (2013) expõem sinteticamente uma cronologia, no campo da ecologia política, do debate sobre conservação na forma de áreas protegidas. Segundo esses pesquisadores, a literatura a respeito teria desenvolvido marcos analíticos em três principais fases que, embora sejam resultado de contextos históricos distintos, também coexistem em muitos locais. Uma, já mencionada, denominada “*fortress conservation*”, seguida por aquela conhecida por diferentes formas de manejar de maneira participativa recursos naturais, de modo a conservá-los, e a terceira fase sendo reconhecida como “conservação neoliberal”. Essa terceira fase configuraria, para os autores (ibid.: 256),

[...] uma reação contra modelos participativos anteriores provocando um retorno a um modelo ‘quase-fortaleza’ austero, com algumas mudanças importantes, incluindo uma concentração de capital, de ciência e de influência política em mãos privadas. Essa reação autoritária se manifesta como áreas de conservação de ‘fortaleza’ de propriedade privada ou na interação entre empreendimentos de exploração privada e o esforço conservacionista público⁷⁰.

Os mesmos pesquisadores (ibid.: 255) trazem uma definição básica que expressa a leitura sobre a criação de área protegidas restritas a agrupamentos humanos configurarem um exemplo paradigmático de uma competição pelo controle ambiental.

Áreas protegidas, por definição, estabelecem jurisdições e fronteiras que definem direitos de exclusão. Eles são implementados por diferentes atores sociais e institucionais (muitas vezes poderosos), sofridos por outros grupos sociais (frequentemente não tão poderosos), e desfrutados por outro grupo de atores (turistas e cientistas)⁷¹.

* * *

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei federal n.º 9.985/2000) é o principal instrumento relacionado às Unidades de Conservação (UC) no país. O SNUC organiza a criação de UC, com uma definição para cada categoria. As UC configuram um tipo específico de área protegida no país,

⁷⁰ No original, em inglês: “Neoliberal conservation appears to have created a backlash against previous participatory models and provoked a return to an austere - and marked-dominated – ‘quasi-fortress’ model, with some important changes, including a concentration of capital, of science and of political clout in private hands. This authoritarian backlash manifests as privately owned ‘fortress’ conservation areas or in the interaction between private exploitation ventures and the public conservationist effort”.

⁷¹ No original, em inglês: “Protected areas, by definition, establish jurisdictions and borders that define exclusionary rights. They are implemented by different social and institutional actors (often powerful), suffered by other social groups (often not so powerful), and enjoyed by yet another set of players (tourists and scientists)”.

abrigo em dois grandes grupos mais de uma dezena de categorias entre aquelas de proteção integral e de uso sustentável. A criação de áreas protegidas, de maneira geral,

[...] pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção (MEDEIROS, 2005: 41).

O referido autor analisa a evolução dos instrumentos de criação de áreas protegidas e de UC no Brasil, revelando contradições e intenções presentes nesse processo.

Medeiros (2004) divide em três grandes fases o processo de evolução da política de proteção da natureza e da política ambiental no Brasil: 1) início da república até década de 1960; 2) período da ditadura militar; 3) pós-redemocratização em 1985. No primeiro período é marcante a atuação de acadêmicos e intelectuais motivados pelo interesse em aspectos cênicos. Na segunda fase a marca é a integração nacional, sendo a criação de áreas protegidas uma estratégia para definir a presença do Estado em regiões remotas ou de interesse nos recursos naturais.

É o Estado, se utilizando de seu poder sobre o território para estender suas políticas até o limite de suas fronteiras (nesse caso, visando a exclusivamente mantê-las), mais a partir de um entendimento de posse do território do que para garantir direitos sociais às suas populações. No terceiro período, a perspectiva de maior participação política de segmentos militantes por “causas ambientais” incide sobre as estratégias de criação de áreas protegidas no Brasil. Nota-se nas duas primeiras fases submissão a uma lógica não necessariamente antagônica aos projetos de país que se implementavam na sociedade brasileira. Já o terceiro abre-se a essa possibilidade, com conquistas importantes no texto da Constituição de 1988 e no próprio debate nacional que se seguiu para se construir o SNUC. No entanto, demonstra não ter alcançado um patamar de incidência da perspectiva ambientalista no alinhamento do processo de redemocratização à inserção do país na ordem mundial.

Como conclusão de seu artigo registrado em um dos principais congressos sobre UC no Brasil, Medeiros (2004) apresenta três questões fundamentais dentre os problemas decorrentes da política de proteção da biodiversidade, especialmente criação de UC: 1) carência de recursos como dificuldade crônica; 2) conflitos gerados na ausência de diálogo e mediação política com diferentes segmentos sociais quando da

criação das UC; 3) inexistência de estruturas e de estratégias de integração dos espaços protegidos às dinâmicas locais em que se inserem quando são criados. O mesmo autor (ibid.: 610) também reforça que

[...] as políticas ambientais só apresentarão os efetivos resultados que dela se esperam quando houver o reconhecimento que ela deve operar de forma integrada a outras ações do Estado (infra-estrutura, energia, planejamento, agricultura, questão agrária, saúde, educação etc.).

Observa-se, portanto, a necessidade de se pensar as políticas ambiental e de conservação da biodiversidade no Brasil sob uma ótica integradora. Permeando políticas setoriais e, principalmente, vinculadas a outros projetos de sociedade. O que se depreende, a priori, é a política ambiental como setorial, potencializando tensões com outras políticas públicas sem necessariamente enfrentar questões estruturais. Isso revela, por vezes, uma correlação de forças significativamente assimétrica, com prejuízo às preocupações ambientais. Mesmo com aparentes avanços na abordagem da questão ambiental: de gerenciamento de aspectos isolados para a proteção de territórios e tangenciando questões estruturais, é perceptível a existência de argumentos na literatura consultada que apontam para a premência de um projeto de nação e que os meios para o realizar devem ser transpassados pela reflexão em perspectiva crítica sobre modelo de desenvolvimento condicionada e permeada pela problemática socioambiental.

2.4.1 Dinâmica na atribuição de sentidos às áreas protegidas

A proteção de determinadas parcelas de territórios com significativos recursos naturais não seria uma exclusividade da modernidade. Em tempos históricos distintos, por diferentes civilizações, espaços eram reservados por motivações similares no que se refere aos atributos naturais. Bensusan (2006; 2014) e Morsello (2001) discorrem sobre reservas na Roma Antiga, na Índia do século III e na Europa Medieval.

A noção de preservação da natureza acompanha as sociedades humanas ao longo de sua história. Morsello (2001) menciona, por exemplo, os povos assírios como uma civilização anterior ao nascimento de Cristo que estabeleceu reservas naturais. A própria palavra “parque”, na Europa medieval, designaria, segundo a autora, “[...] local delimitado no qual animais viviam na natureza em áreas sob responsabilidade do rei” (MORSELLO, 2001: 22). Mesmo na civilização Inca, no atual território do Peru, teria havido limitações físicas e sazonais à caça de determinadas espécies.

Nurit Bensusan (2014) aponta de maneira mais relacionada à cultura duas razões de se delimitar frações do território para proteger a natureza: a preservação de lugares

tidos como sagrados e a manutenção de estoques naturais. A Rússia conteria expressão da primeira motivação, com “florestas sagradas” às quais o acesso era proibido. A Antiguidade guardaria exemplos da segunda razão, de manter estoques de recursos naturais considerados estratégicos. Em síntese, observa-se ambas as questões, religiosas e socioeconômicas (em sentido amplo), como motivações fundamentais à gestão da relação entre sociedade e bens naturais passíveis de serem associadas a formas como os agrupamentos humanos se relacionam com sua natureza externa.

Na segunda metade do século XIX – coincidindo com o amadurecimento da Revolução Industrial, à medida que começa a se tornar evidente a escala da capacidade transformadora das ações humanas, ganha densidade a noção de se proteger paisagens naturais do próprio avanço da sociedade (no caso, ocidental, urbana e industrial). Bensusan (2014) apresenta de maneira sintética uma pista de elemento associado à constatação da capacidade transformadora do ser humano em detrimento de bens naturais. A autora assinala uma compreensão de natureza então como algo em suas condições prístinas, primitivas. Algo merecedor de ser protegido do próprio ser humano – universalmente reduzido àquele ocidentalizado, ao qual o modelo urbano-industrial é paradigmático, já significativamente dissociado da ideia de natureza por força da ciência e da tecnologia, estes como suportes do modo de produção ascendente.

Mencionando autores como Diegues (1994)⁷², Cronon (1995)⁷³ e Olwig (1995)⁷⁴, Bensusan (2014) expõe a vinculação da origem da ideia de área protegida “intocada” e, portanto, desabitada, a mitos judaico-cristãos relativos ao paraíso. A palavra “parque” seria etimologicamente identificada com outra, “paraíso”. O termo “floresta”, talvez um dos principais objetos de proteção em sociedades contemporâneas, derivaria da expressão *foris*, territórios colocados à parte e “excluídos dos códigos romanos e leis consuetudinárias” (SHAMA, 1996⁷⁵, *apud* CAMARGOS, 20016: 14). O verbo *forestare*, em latim, significava reter fora, pôr à parte, excluir. A mesma autora, apoiando-se em Harrison (1992)⁷⁶, informa que a entrada do termo floresta no léxico

⁷² DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec/Nupaub, 1994.

⁷³ CRONON, M. In search of nature e The trouble with wilderness. In: **Uncommon ground**. Ed: W. Cronon. W.W. Norton e Company, New York, 1995.

⁷⁴ OLWIG, K. R. Reinventing common nature: Yosemite and Mount Rushmore – a meandering tale of a double nature. In: **Uncommon ground**. Ed: W. Cronon. W.W. Norton e Company, New York, 1995.

⁷⁵ SHAMA, S. **Paisagem e memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷⁶ HARRISON, Robert. **Forêts: essai sur l’imaginaire occidental**. Trad. Florence Naugrette. Paris: Flammarion, 1992.

coincide com determinado período em que decretos reais reservavam grandes porções de territórios para a caça, não exclusivamente abrigando matas, mas também cultivos e terras habitadas, de senhores feudais, comunais e mesmo cidades inteiras.

A noção moderna de áreas protegidas: resposta e alinhamento resignado a um modo de produção hegemônico

Uma das compreensões sobre as origens da noção de áreas protegidas deriva de debate entre grupos denominados conservacionistas e preservacionistas no século XIX (DIEGUES, 2001; McCORMICK, 1992). A diferença básica entre ambas as posições seria: conservacionistas patrocinavam o manejo racional, adequado e criterioso dos recursos; já preservacionistas a proteção absoluta da natureza frente a um ser humano – genérico e desistoricizado – cuja sociedade (ocidental e capitalista, principalmente) desenvolvia-se urbana e industrialmente apoiada na ciência técnica-instrumental, submetendo a “natureza” à tecnologia e a uma “supremacia” humana sobre todas as demais formas de vida. Observa-se que ambas as correntes de pensamento a respeito da relação sociedade/natureza têm em comum o caráter absolutamente cultural, pela produção de valores, ideias, argumentos, ideologias e projetos de sociedade (por mais preocupados com aquilo que denominam, também culturalmente, “natureza”).

Na virada do século [XIX], o ambientalismo [norte] americano se dividiu em dois campos: os preservacionistas e os conservacionistas. Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável. A visão dos primeiros era talvez filosoficamente mais próxima do ponto de vista do protecionismo britânico; os segundos se fundavam na tradição de uma ciência florestal da variedade alemã (McCORMICK, 1992:30).

O movimento pela criação de áreas protegidas nos EUA teria resultado de ideais preservacionistas que assumiram grande importância no século XIX. Contudo, a perspectiva preservacionista teria surgido ainda antes, na Europa. O desenvolvimento da História Natural e a admiração que naturalistas devotavam às áreas naturais não transformadas pela ação humana teriam contribuído a uma inflexão na percepção da natureza “em estado bruto”. De uma valorização da civilização e suas expressões, como o campo cultivado, a domesticação de animais e mesmo o tratamento dispensado a mulheres, jovens, pobres e deficientes (que não demonstrariam comportamentos tidos como “civilizados” e, por isso, seriam considerados animais, ou próximo disso), para a valorização, inclusive, de pântanos, como habitats de espécies (DIEGUES, 2001,

citando Thomas, 1983⁷⁷). A então contemporânea Revolução Industrial e seus efeitos nocivos já perceptíveis teriam sido outro fator que favoreceu a valorização do “natural”.

Um papel exercido junto à subjetividade das elites letradas e no plano cultural da sociedade da época, na Europa, é exposto também por Diegues (2001). Os escritores românticos teriam ocasionado o que o autor descreve como uma procura pelo que restava de “[...] natureza selvagem, [...] da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime⁷⁸. Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem” (ibid.: 23). Nesse romantizado ideário de natureza em seu estado primitivo por escritores do século XIX não haveria seres humanos habitando ou convivendo de alguma maneira com a “natureza”. Remeteria a áreas idealmente inabitadas. (DIEGUES, 2001).

Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada, e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais, subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação. Até o final do século XIX, grande parte do território americano era ‘wilderness’ (ibid.: 24).

No século XIX, mais precisamente nos EUA, a ideia moderna de área protegida tem sua associação com a noção atual. Resultante de mudanças graduais nas percepções do ambiente, a denominação “Parque Nacional” como instrumento de proteção da natureza derivaria, segundo Morsello (2001), de diferentes fatores, desde o desenvolvimento das ciências naturais e da ciência de maneira geral, passando pelo reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento econômico já em nível mundial seria capaz de transformações nunca antes conhecidas pela humanidade, até a conclusão, objetiva, de que as áreas protegidas seriam a “antítese do desenvolvimento” (BRITO, 1995).

Ainda nos EUA e no mesmo século XIX, a noção moderna de Parque Nacional estaria também vinculada a uma necessidade de afirmação nacional (CAMARGOS, 2006). Diante de uma Europa repleta de monumentos construídos que espelhavam sua história civilizacional e que serviram de esteio à consolidação de identidades nacionais e, frente à inexistência em seu território de algo similar fundamentalmente ligado à construção de uma identidade como nação, a identificação, proteção e declaração de

⁷⁷ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Cia. das Letras, 1983.

⁷⁸ Uma expressão desse tipo de “narrativa” observa-se na obra de Henry David Thoreau: *Walden*, de 1854. Nela se percebe, através dos registros autobiográficos do autor relativos à possibilidade de independência social e autossuficiência em meio à natureza em estado original, uma espécie de manifesto contra o modelo de sociedade industrial que ganhava ares e escala de civilização

monumentos naturais teriam se tornado meios de afirmar a grandeza do país – de seus governantes e de suas elites – para seus cidadãos.

Yellowstone (de 1872), primeiro parque nacional e símbolo de um modelo de proteção da natureza, cumpriria ainda o papel de lugar reservado voltado ao usufruto indireto e lazer da população. Tal reserva preservaria de danos e espoliação as maravilhas ali reservadas, com a intenção, ainda, de possibilitar a retomada das condições naturais originais (CAMARGOS, 2006). A autora, a partir da leitura de texto encontrado em página *on-line* do Parque Nacional Yellowstone, conclui que “[...] o turismo foi uma expectativa chave para o uso do parque, resgatando parte importante de sua função inicial” (idem: 8). A autora também atesta dentre os sentidos e finalidades do parque então recém-criado, o “consumo simbólico” de um bem alinhado conjunto de interesses e expectativas em relação ao *wilderness*, localizado então no Oeste norte-americano. O contato e o consumo, proporcionados pelo turismo, de paisagens tomadas como “sublimes” teria sido um dos principais motes do modelo de parques nacionais.

2.4.2 *Deslocamentos na compreensão sobre áreas protegidas e implicações na noção de unidades de conservação no Brasil*

Esta seção da tese tratará de expor um conjunto de compreensões e sentidos que vêm sendo atribuídos às UC. Seja em nível internacional ou no Brasil. Esta “visão panorâmica” sobre diferentes motivações e expectativas a respeito das áreas protegidas e das UC evidencia que essas compreensões sofrem deslocamentos condicionados por questões de ordem cultural, econômica, política. Aqui se buscará destacá-los, de forma a compor um quadro no qual ganha relevo a possibilidade de questionar uns, corroborar outros, a depender de como se contextualiza as UC, bem como a premência por atribuir sentidos mais associados à transformação das condições objetivas e subjetivas que motivam sua criação.

Assim, o debate traz desde aqueles elementos modernos e outros mais contemporâneos sobre reservar porções de “natureza” e protegê-las de alguma forma, até questionamentos à concepção e modelo decorrente de áreas protegidas, tornado hegemônico, posteriormente revisto no âmbito de encontros internacionais e questionado como solução justa. O esforço será o de demonstrar como se buscam, ao longo de período mais recente e algumas de suas características históricas, políticas e estruturais, novos sentidos às UC no Brasil e nas áreas protegidas pelo mundo. Com

isso, a necessidade de se compreender as UC como antítese de um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável ganha tons mais acentuados.

Inadequações de um modelo importado de áreas protegidas e associações com a predominância de um modelo de desenvolvimento

O modelo norte-americano de área protegida originado na criação do Parque Nacional Yellowstone, teria sido disseminado mundo afora de maneira similar ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial, à revelia de latitudes, populações e modos de vida.

Como essa ideologia se expandiu sobretudo para os países do Terceiro Mundo, seu efeito foi devastador sobre as ‘populações tradicionais’ de extrativistas, pescadores, índios, cuja relação com a natureza é diferente da analisada por [John] Muir⁷⁹ e os primeiros ‘ideólogos’ dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do ‘modelo Yellowstone’ de parques sem moradores vindos de países industrializados e de clima temperado para países do Terceiro Mundo, cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base não só de conflitos insuperáveis, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas. Essa inadequação, aliada a outros fatores como: graves conflitos fundiários em muitos países; noção inadequada de fiscalização; corporativismo dos administradores; expansão urbana; profunda crise econômica e a dívida externa de muitos países subdesenvolvidos, estão na base do que se define como a ‘crise da conservação’ (DIEGUES, 1996: 37).

Diegues contribui ao debate com a sugestão da associação ideológica e consorciada da noção de desenvolvimento urbano-industrial e áreas protegidas, oferecendo margem a interpretações de que fariam parte de uma mesma unidade: desenvolvimento capitalista e proteção de recursos naturais, sendo a segunda derivada da primeira.

Considerando debate mais recente acerca da adaptação de modelo norte-americano de parque nacional que problematiza sua “importação” pelo Brasil, Camargos (2006), pondera:

Por um lado, passou-se a questionar a possibilidade de adaptar o conceito de reservas inabitadas em um país no qual a maior parte dos territórios naturais apresenta-se intensamente ocupada por populações que retiravam seu sustento do manejo dos recursos naturais. Por outro lado, o governo não criou condições para a efetivação das soluções para os problemas fundiários. Tanto a SEMA [Secretaria Especial de Meio Ambiente] quanto o IBDF [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal] contavam com pequena disponibilidade de recursos financeiros para a desapropriação das unidades de conservação sob sua responsabilidade (CAMARGOS, 2006: 81-82).

⁷⁹ John Muir, naturalista norte-americano expoente da corrente preservacionista e tido como “o campeão da preservação das áreas virgens” (McCORMICK, 1992: 30), cujo “rival” era seu contemporâneo Gifford Pinchot, referência do conservacionismo. Pinchot considerava “difícil entender a ética preservacionista da escola de Muir e buscava minimizar sua influência” (Idem: 31).

A transposição de instrumentos de proteção da natureza a países da América do Sul coincide com períodos de maior estímulo ao desenvolvimento do modelo de desenvolvimento industrial e urbano: a primeira metade do século XX. Argentina em 1903, Chile em 1926 e Brasil em 1937 (Parque Nacional Itatiaia, na região sudeste do país). Nesse último, no século anterior – cerca de sessenta anos antes – teria havido esforços do engenheiro abolicionista André Rebouças no sentido de se colocar em debate a criação de um Parque Nacional ao modo norte-americano (MEDEIROS, et al., 2004). O modelo de Parque Nacional foi, de fato, implantado na ditadura Vargas, na região onde o modelo urbano-industrial prosperava no Brasil. Disso em diante foram criados outros parques nacionais e outras denominações foram também utilizadas para designar áreas protegidas no país, tais como reserva biológica, floresta nacional, estação ecológica, área de proteção ambiental, reservas legais e áreas de preservação permanente, com diferentes formas de manejo e dominialidade previstas.

Em outras frentes de pesquisa – como sobre os conflitos sociais em áreas protegidas - também se observa críticas à aplicação desse modelo no país. Ferreira (2004:52) se remete a diferentes pesquisas que demonstram que “[...] as áreas protegidas brasileiras foram sendo implantadas em um contexto em que a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal”.

Aplicação do modelo e adaptações no Brasil: disputa de narrativas materializadas em instituições conciliadoras

A partir da década de 1930, se observa no Brasil “[...] a criação de um conjunto mais amplo de instrumentos legais e de uma estrutura administrativa no aparelho do Estado voltada especificamente para a gestão das áreas protegidas” (MEDEIROS, et al., 2004: 85). Apontam os autores que um cenário de transição do poder político das elites rurais para um avanço da industrialização e urbanização teria contribuído ao fortalecimento do Estado e de suas instituições e, ainda, feito com que a questão ambiental fosse incorporada ao aparato jurídico e institucional brasileiro.

O Código Florestal de 1934 teria conformado uma maneira de se criar espaços protegidos no Brasil segundo uma lógica de categorização guiada pelos objetivos e finalidades das áreas criadas (MEDEIROS, et al., 2004). Até os anos 1990, tal racionalidade originaria um complexo e desarticulado conjunto de áreas protegidas.

Diante da necessidade de se organizar e articular as diferentes categorias, os autores apontam que se inicia no país uma reflexão sobre a exigência de compor um sistema.

O resultado prático deste processo de construção resultou, hoje, num modelo brasileiro que é composto basicamente por duas tipologias distintas de espaços destinados à proteção dos recursos naturais: a) as áreas protegidas territorialmente demarcadas e com dinâmicas de uso e gestão bem definidas – genericamente denominadas de **Unidades de Conservação (Ucs)** – e que fazem parte do SNUC (Lei 9985/00); e b) espaços protegidos através de instrumentos legais pelos seus atributos e serviços, sobretudo ecológicos, mas sem uma prévia delimitação territorial (como ocorre no caso anterior) – as **Áreas de Preservação Permanente (APPs)** e as **Reservas Legais (RL)** – incluídas na segunda versão do Código Florestal de 1965 (Lei 4771/65) (MEDEIROS, et al., 2004: 85, grifos dos autores).

Esses autores divergem das leituras segundo as quais o modelo brasileiro teria sido uma espécie de “cópia” daquele norte-americano. Explicam que em sua gênese, o modelo brasileiro, desde seu instrumento, o Código de 1934, já prenunciava objetivos de conservação em sentido amplo, apontando para o uso sustentável dos recursos naturais. Para além, portanto, da estrita preservação de recursos renováveis. “Uma outra característica importante do modelo brasileiro, já nesta fase, é que este vislumbrava o compartilhamento entre o poder público e a sociedade, na responsabilidade pela proteção dos recursos renováveis” (MEDEIROS, et al., 2004: 86).

Esse elemento importante se expressa, ainda hoje, na forma das reservas legais e área de preservação permanente (criadas pelo Código Florestal de 1965), que se apoiam na corresponsabilidade entre Estado e proprietários rurais na proteção de recursos naturais. Os autores atribuem a expansão nas categorias de áreas protegidas às dimensões continentais, à heterogeneidade espacial, ecológica e cultural do país. Esses aspectos teriam pressionado à criação de categorias de manejo diversas, inclusive, daquelas experimentadas em outras partes do mundo. A aplicação do modelo não se daria, a priori, de maneira mecânica.

Apoiando-se em depoimento de Paulo Nogueira Neto (in: URBAN, 1998⁸⁰), Camargos (2006), esclarece que a indisponibilidade de recursos financeiros para fins de desapropriação de áreas a se tornarem protegidas teria sido um dos principais motivos de idealização da categoria de manejo denominada “Área de Proteção Ambiental” (APA), que prevê a permanência de agrupamentos humanos e o uso direto dos recursos naturais. Tal dinâmica sinaliza a possibilidade de sínteses da relação contraditória entre a ideia de se proteger bens naturais e a realidade material historicamente preexistente,

⁸⁰URBAN, Teresa. **Saudades do Matão**: lembrando a história de conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR/Fundação O Boticário de proteção à natureza/ Fundação MacArthur, 1998.

diga-se, “habitada”. A autora entende que a figura da APA, para além de facilitar a instituição de alguma proteção,

[...] **traduziu uma nova concepção de reservas naturais no espaço do poder público**, uma vez que pela primeira vez absorveu-se a realidade das relações das comunidades residentes com a conservação do meio ambiente (2006: 82, grifo nosso).

Outra motivação apresenta-se como diversa das abordadas anteriormente. Até aqui se mostrou motivos fundamentados no reconhecimento de relações nocivas entre ações humanas no uso de bens naturais ou então na impossibilidade concreta de retirar a presença humana de áreas a ser protegidas. Esta outra motivação indica o surgimento de uma maneira contrastiva de se produzir e proteger a natureza.

De acordo com Bensusan (2014), a reserva extrativista, que carrega no nome o uso direto de bens naturais, resultou da luta de seringueiros no norte do Brasil contra a maneira de ocupação do território e exploração de recursos naturais predominante na região. Projetos tradicionais de colonização incompatíveis com modos de vida de povos denominados “da floresta” previamente estabelecidos comporiam o modelo patrocinado pelo Estado a serviço do capital (IANNI, 2019) e estariam no centro das disputas por território e pela sobrevivência. O acolhimento da proposta de reservas extrativistas pelos seringueiros na década de 1980 pelo governo resultou em sua inserção como projeto de assentamento no Plano Nacional de Reforma Agrária no mesmo período, tornando-se, ainda, uma categoria de Unidade de Conservação anos depois.

As reservas extrativistas guardam potencial de afirmarem-se como antítese de um modelo de desenvolvimento insustentável e hegemônico. Ainda, podem expressar uma espécie de síntese que materializaria o acesso aos recursos naturais e formas de organização social e econômica em outras bases que não essencialmente capitalistas⁸¹.

Esse outro tipo de motivação aponta para novas formas de compreender a “produção da natureza conservada”. Formas diferentes de conservar atributos naturais e ecossistemas de maneira diversa à aposta em sua intangibilidade, contrariando o modelo de concepção estritamente preservacionista. Formas contra-hegemônicas do ponto de vista da conservação de ecossistemas e modos de vida, além de antitéticas com relação a projetos societários. Segundo Bernini (2015: 34)

⁸¹ Contudo, é relevante levar em consideração críticas como as que Lima (1992) já trazia antes mesmo na consolidação do SNUC, sobre esse tipo de reserva configurar-se como inserido em um mercado de *commodities*, com o “extrativismo convencional” – e por isso, reproduzindo o modelo que poderia negar e, eventualmente, apontar concretamente à sua superação. O risco dessa superação implica em fornecer subsídios a argumentos de correntes do ambientalismo que tratam as reservas extrativistas não como UC, mas como projetos de assentamento.

O jogo de forças no campo de lutas da questão ambiental, sobretudo a partir de meados da década de 1980, tem resultado numa configuração política em que a reivindicação do direito à diferença e a valorização desse diferente como alternativa para uma nova forma de produção da ‘natureza conservada’, são levados em consideração na formulação de políticas públicas ambientais e agrárias. Daí surgiram novas unidades de conservação como as Reservas Extrativistas, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e a própria Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, decreto [federal] de 2007.

A denominação “Unidade de Conservação” seria uma invenção brasileira. Maria Tereza Jorge Pádua (2011) lembra a existência “pouco conhecida”, em suas palavras, de um “Plano Nacional de Unidades de Conservação” ainda na década de 1970. Uma “parceria” do governo autoritário de Ernesto Geisel e uma organização da sociedade civil denominada Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Esse testemunho de uma personagem atuante na criação de UC no Brasil dá uma pista sobre origem da expressão “unidade de conservação”. Em seu depoimento na forma de contribuição à publicação que comemorava dez anos de criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza (SNUC), Pádua sugere que o termo unidades de conservação da natureza seria um “abrigo” para diferentes categorias de manejo, algumas já previstas em áreas protegidas e outras ainda não instituídas, mas necessárias de acordo com as características e contextos de proteção.

Avalia negativamente o papel do percurso de construção política de um instrumento legal (Lei Federal) que cria o sistema de unidades de conservação. Afirma-o como uma distorção das intenções originais e tidas por ela como mais “corretas”, porque advindas de “especialistas”. Seria, conseqüentemente, resultante da incidência de legisladores pautados por interesses que entende serem afastados daqueles que teriam credenciais para afirmar como se deve proteger a natureza. Destarte, a autora expressa posicionamento – não menos político e ideológico – contrário ao entendimento de que áreas como as APA, as reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável sejam, a princípio, tão protetivas de bens ambientais como seriam as “verdadeiras unidades de conservação”, ou seja, aquelas apoiadas na dicotomia humano/natureza, de proteção integral.

Constata-se, portanto, uma narrativa em que categorias de UC que permitem o uso direto de bens naturais não seriam efetivas como estratégia de proteção da biodiversidade por corresponderem a interesses dissociados de preocupações ambientais tidas como mais legítimas, amparadas pelo conhecimento essencialmente científico. Não se trata de conviver nem com a ideia ou possibilidade de modelos alternativos de

conservação e de UC, nem com sua complementaridade. Trata-se de afirmar o modelo “importado” de maneira absoluta, na forma de UC de proteção integral. Essa afirmação tende a desistoricizar um modelo de desenvolvimento predatório ao não o enfrentar problematizando seus efeitos sobre o metabolismo entre sociedades humanas e sua natureza externa.

Proteção integral⁸² é a denominação do grupo de unidades de conservação (UC) nas quais o objetivo básico é “[...] preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais [...]” (BRASIL, 2000). Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, as UC de proteção integral totalizam 665 unidades nas três esferas administrativas, protegendo 545.515 quilômetros quadrados do território nacional (MMA, 2017)⁸³.

Bensusan (2014) traz à discussão sobre o SNUC um ponto de vista mais próximo do entendimento segundo o qual em regimes não autoritários, democráticos e não pautados por compreensões exclusivamente científicas representadas por “especialistas”, as políticas públicas instituídas expressam, por vezes, o resultado de processos nos quais há disputas de narrativas que se pretendem instituintes. No caso, sobre o que e como se protege o que se entende por natureza.

Afirma a autora que a Lei federal 9.985/2000 que estabelece o SNUC seria uma “tentativa de conciliação entre visões muito distintas” e que, apesar de não agradar inteiramente a nenhuma das partes envolvidas, significou um avanço na construção de um sistema efetivo de proteção da natureza. Medeiros (2006) atesta um aspecto que considera positivo no processo de concepção e criação de um sistema nacional de unidades de conservação. Seria sua capacidade de reconhecer que ações protetivas somente teriam efetividade se estivessem organizadas de forma integrada e sistemática.

Corroborando essa leitura de construção política de consensos possíveis, ainda que provisórios, Ferreira (2004:57) aponta que,

Apesar dos problemas causados por esses vetos [definição de ‘populações tradicionais’ e obrigatoriedade de lei específica para criação de UC] e das críticas a outros, é importante registrar que o texto da lei é fruto de embates que se traduziram em um tipo de acordo entre sujeitos, ONGs e agências governamentais para que a Lei fosse aprovada e sancionada.

⁸² São cinco as categorias de UC de proteção integral: Estação Ecológica (EE), Reserva Biológica (Rebio), Parque Nacional/Estadual (PN/PE), Monumento Natural (MoNa), Refúgio da Vida Silvestre (Revis).

⁸³ Tabela consolidada das Unidades de Conservação. Brasília, MMA, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80112/CNUC_JUL17%20-%20B_Cat.pdf>. Acesso em 03 fev 2018.

Tal conciliação de visões distintas se expressaria pelo agrupamento de categorias de manejo de UC em grupos de proteção integral e de “uso sustentável”⁸⁴ dos recursos (IRVING; GARAY, 2006). Segundo a Lei que cria o SNUC, o grupo de uso sustentável é aquele cujo objetivo básico é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais” (BRASIL, 2000). Ainda que conciliadora, é notável a predominância que o grupo de proteção integral possui em termos de percepção de proteção de atributos naturais.

Um dos argumentos da narrativa a que Maria Tereza Jorge Pádua (2011) adere e subsidia, é que as UC de uso sustentável, como Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável não protegem a biodiversidade. Aponta a autora que

O Estado fornece enormes áreas a pequenos grupos humanos, para que eles façam, com caráter exclusivo, sua exploração pretensamente ‘sustentável’. Mas, os extrativistas fazem chácaras, criam gado, exploram borracha que vendem a preços subvencionados, assim como castanha e outras plantas, pescam e caçam, pois podem fazê-lo à vontade e alguns até estabelecem piscicultura ou, cada vez mais praticam exploração florestal. Também se constroem nesses locais estradas, postos médicos, escolas e recebem assistência técnica gratuita. Reserva Extrativista não passa de um instrumento de reforma agrária. Em assim sendo não deveria ser considerada uma unidade de conservação (PÁDUA, 2011: 27).

As categorias de uso sustentável destacadas por Pádua coincidem com aquelas que Drummond (2012) caracteriza como as mais participativas, o que, na visão dessa autora, evidencia que proteção da natureza e participação social não caminhariam juntas no SNUC.

Ao não problematizar as razões de categorias de UC de uso sustentável abrigarem práticas insustentáveis, Pádua (2011) concentra-se em questionar o porquê de serem tratadas como unidades de conservação. Acaba por marginalizar, em sua retórica, a possibilidade de servirem, em tese, de instrumento para o fomento e consolidação de modelos alternativos aos modos predominantes de relacionamento entre agrupamentos humanos e bens ambientais. O argumento apresentado restringe-se à naturalização da lógica hegemônica em que operam os agrupamentos humanos e à aposta na inacessibilidade de recursos naturais como estratégia estrita de proteção da

⁸⁴ De acordo com dados consolidados sobre UC do Ministério do Meio Ambiente, as de uso sustentável totalizam 1.435 unidades municipais, estaduais e federais, protegendo 1.044.812 km² (MMA, 2017). Sete são suas categorias de manejo de UC: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional/Estadual (Flona/FE), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (Refau), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

biodiversidade. Como se isso fosse possível – e suficiente – no contexto de hegemonia de um modo de produção e modelo de desenvolvimento que dependem de crescimento contínuo e de escalas cada vez maiores de consumo de recursos naturais.

Em todo caso, Ferla (2018) sintetiza que o Estado brasileiro teria sido condicionado por forças nacionais e supranacionais no estabelecimento de um “robusto sistema nacional de UC”. Essa estrutura teria possibilitado alguma acomodação, ainda que contrariando os distintos agentes e interesses participantes deste campo. Esse mesmo sistema teria promovido, ainda, uma evolução institucional (criação de um órgão gestor – ICMBio) e normativa quanto à criação, planejamento e gestão de UC no Brasil, além de aspectos como quantidade e diversidade de categorias, cobrindo os biomas que integram o território nacional. “Há de se reconhecer que ocorreram avanços significativos no campo da conservação dos recursos naturais no Brasil” (FERLA, 2018: 123).

Predominância da proteção restritiva e busca por ampliações da estratégia

Mesmo com os avanços e acomodações apontados, é predominante no discurso oficial sobre UC, especialmente quando se refere àquelas de proteção integral, a preservação de espécies de fauna e flora e suas relações ecológicas. Mais recentemente, os serviços ambientais ou ecossistêmicos que, embora não imediatamente associados a uma mercantilização explícita de bens ambientais, proporciona aproximações com esse tipo de apropriação.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e o Governo do Estado de São Paulo reconhecem que

A conservação da biodiversidade *in situ*, por meio da criação e implementação de Unidades de Conservação (UC), é uma ferramenta indispensável para que o país consiga cumprir os compromissos constitucionais internos e os diversos acordos internacionais firmados. Além do mais, é primordial para a **preservação** dos bens naturais, minimização dos problemas oriundos da ‘crise ambiental’, e promoção da qualidade de vida da sociedade (SIMÕES, 2008: 03, grifo nosso).

Discurso semelhante é identificado em documento da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, quando aponta que

As Unidades de Conservação são a pedra angular da conservação *in situ* da diversidade biológica. São importantes pelo seu papel na **preservação** da diversidade biológica, do estoque genético representado pelos organismos vivos e na manutenção de serviços essenciais dos ecossistemas em favor da qualidade de vida do ser humano (SÃO PAULO, 2009: 19, grifo nosso).

Em outra frente de justificação da criação de UC, sem associação direta tampouco com a proteção integral, há a construção de mais uma narrativa: os serviços ecossistêmicos fundamentais ao bem-estar humano – de provisão, de regulação, de suporte e culturais. Esses serviços têm sido apresentados como mais um sentido atribuído à preservação ou conservação de porções de territórios nos quais ainda restam elementos naturais significativos, conforme se observa a partir de documentos como a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MILLENNIUM..., 2003).

Configuram, assim, mais um aporte ao debate para se buscar outros sentidos à criação de UC. Encontram maior amparo de órgãos ambientais governamentais, diferente de problematizações sobre o modelo aqui já expostas, ou mesmo sua negação, como será apresentado adiante. Essa narrativa da prestação de serviços por uma natureza preservada convive com possíveis usos no sentido de valorização e mercantilização desses mesmos serviços.

A boa aceitação mencionada pode ser observada em publicações sobre UC, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo.

Ultimamente as Unidades de Conservação têm sido reconhecidas pelo papel que desempenham no fornecimento de serviços ambientais, tais como a produção de oxigênio pelas plantas, a capacidade de produção de água e equilíbrio do ciclo hidrológico, fertilidade do solo, vitalidade dos ecossistemas, a paisagem, o equilíbrio climático e o conforto térmico (SÃO PAULO, SMA, 2009: 21).

Mais esforços de agregar outros “objetos” de atenção às estratégias de conservação podem ser percebidos. Rodrigues, Victor e Pires (2006) destacam um modelo de gestão integrada previsto no SNUC, as Reservas da Biosfera, como decorrentes de um momento ou período de reorientação daquilo que se entende por conservação da biodiversidade e respectivas estratégias. Segundo os autores,

[...] as reservas da biosfera, criadas pelo Programa O Homem e a Biosfera – MAB [Man and Biosphere], da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, baseiam-se em um conceito que aponta explicitamente para a conciliação entre conservação e desenvolvimento, convergindo com os novos rumos que orientam estas questões na atualidade (RODRIGUES, VICTOR, PIRES, 2006: 72).

Santos (2008), a partir de revisão de documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Unesco (com o esforço de equilibrar as relação entre humano e natureza), assim como da UICN (com estratégias de conservação da natureza com tipos de áreas protegidas), aponta que ao pôr em discussão as possibilidades de pessoas habitarem espaços naturais especialmente protegidos, assembleias da UICN na década

de 1970 buscaram alertar à importância de a noção de conservação articular-se à não degradação social, cultural e econômica de grupos humanos (BRITO, 2000). Dali teria ganho força a ideia de se criar mais categorias de manejo prevendo uso direto dos recursos, ampliando o conceito de proteção da natureza *in situ* para observar outros condicionamentos.

Notadamente busca-se ampliar a finalidade de criação de UC para além da proteção da “natureza” *per se* e seus benefícios à qualidade ambiental e de vida das sociedades. Identifica-se preocupações com a gestão de perímetros mais dilatados do que aqueles que definem as UC em sentido estrito. Se há discursos que ainda apresentam tons fortes de preservação da biodiversidade por si, as motivações de existirem UC têm agregado, como observado, os serviços ecossistêmicos “prestados” à qualidade ambiental – e de vida – de populações inteiras por esta natureza protegida. Ainda, a possibilidade de UC serem entendidas como “núcleos de proteção” em territórios que demandam dinâmicas de gestão integradas, articuladas e alinhadas a outros paradigmas de desenvolvimento, como as Reservas da Biosfera. Numa visão consideravelmente otimista,

[...] o conceito de unidade de conservação acabou agregando mais e mais a função de instrumento de gestão territorial e de recursos naturais, adotando desde a proteção integral da natureza, até a gestão ordenada do território e dos bens que o homem pode obter dos ecossistemas. Vê-se, portanto, que hoje as unidades de conservação transcendem a lógica da proteção isolada de fragmentos de habitats, para uma estratégia de proteção de todo o planeta, buscando reorientar opções políticas e econômicas sobre o acesso e uso dos recursos naturais de forma que as funções ecológicas do planeta sejam efetivamente mantidas e que modelos de relações humanas sejam conservados ou criados (SANTOS, 2008: 50-51).

Portanto, outra movimentação captada é o esforço em aproximar a estratégia de criação de áreas protegidas, mesmo de proteção integral, com dinâmicas sociais, econômicas e consequentemente territoriais, demonstrando que o debate persiste⁸⁵. Fica evidente que a dinâmica na acepção de sentidos à conservação da natureza (e às próprias áreas protegidas e especificamente UC) ocorre pela contraposição de narrativas, pautadas por valores e concepções de mundo distintas, estes condicionados historicamente (social, política e economicamente).

⁸⁵ O 3º Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e Caribe em 2019, em Lima - Peru, iniciativa da UICN, teve como tema soluções para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável. Com objetivo de pensar em como promover uma melhor gestão das áreas protegidas a serviço da sociedade, dentre suas linhas estratégicas figuraram temas como “sociedade e áreas protegidas: conexões para o bem-estar”, visões ecorregionais, conservação colaborativa. Sinaliza, portanto, a atualidade do debate sobre sentidos mais amplos atribuídos às UC, para além da preservação descontextualizada e isolada.

Há também uma relação de reciprocidade entre as UC e a própria história. Documentos oficiais, de órgãos ambientais que respondem pela gestão de UC as entendem como exercendo influência “[...] além das suas fronteiras, contribuindo para a organização do espaço geográfico em sua área de entorno imediato e favorecendo o desenvolvimento de processos econômicos sustentáveis” (SÃO PAULO, SMA, 2009: 21). Deve-se acrescentar que as UC não apenas *favorecem*, mas, sobretudo, *demandam* uma reflexão crítica sobre os padrões de desenvolvimento – e, portanto, de relações sociais de produção e do modelo hegemônico de desenvolvimento – nos territórios dos quais fazem parte. Esta reflexão tem sido condicionada pelos já existentes impedimentos legais e aqueles advindos de planos de manejo, mas também pode ser politizada, fortalecida e vetorizada pela gestão das UC, especialmente por meio de seus Conselhos gestores, na medida em que estes aprofundam relações efetivas com seu território e respectivos agentes sociais.

Diante do exposto até aqui, desde a concepção de um modelo de AP, passando sua exportação mundo afora e por adaptações e revisões, observa-se que a criação de áreas protegidas se configura como uma importante estratégia internacional para proteger biomas, ecossistemas e mesmo espécies de fauna e flora.

Diferentes autores, com perspectivas diversas, subsidiam essa percepção. São autores como Runte (1979), Diegues (1996), Simões (2008), Scherl (*et al.*, 2006), Bensusan (2006), Bensusan, Prates (2014), Morsello (2001), Camargos (2006), Irving; Matos (2006), Moreira (2000), Martinez Alier (1992, 2012), Brito (1996, 2000).

A criação de UC configura-se hegemonicamente como uma das principais formas com que governos interferem em determinados territórios com vistas à redução da perda da biodiversidade e da degradação socioambiental impostas pela sociedade contemporânea (VALLEJO, 2002). Protegeriam aquilo que “sobrou” de fragmentos (PISCIOTTA, 2019), com uma tendência – ainda não devidamente incorporada nos processos de gestão – influir positivamente com os territórios que conformam ou de que fazem parte, para além de se proteger deles. Uma confirmação prévia encontra-se em Costa Neto (2018: 21), quando expõe que, no caso de áreas protegidas no Estado de São Paulo,

[...] desde a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, as derrubadas de matas se desenvolveram num ritmo acelerado, gerando pressões sobre as autoridades governamentais para o estabelecimento de políticas públicas de conservação de amostras dos remanescentes florestais.

Corroborando e indicando a eficácia dessa estratégia de proteção, Maretti (2019) afirma categoricamente que as áreas protegidas seriam “o melhor instrumento que a **humanidade** já inventou” (grifo nosso), quando buscam conciliar a conservação da natureza com valores sociais associados. Haveria nessa posição a expectativa de que as UC também protegeriam modos de vida. Comunidades tradicionais seriam, portanto, também “objeto” dessa proteção ambiental, sugerindo algo além dos atributos naturais em sentido estrito, como a diversidade de modos de vida.

Ainda assim, aparenta ter maior peso o modelo centrado em restringir o acesso direto a recursos naturais por parte de humanos genéricos e desistoricizados para uma proteção da “natureza”, para garantir seus serviços a sociedades também genéricas. Com ele, consolida-se a ideia de que as condicionantes e determinações culturais, econômicas, políticas e históricas – sobretudo ideológicas – estariam naturalizadas. De tal maneira que não se deveria discutir com o mesmo ímpeto se a estratégia e suas formas de implantação são justas em termos sociais e se são eficazes, eficientes e suficientes no que diz respeito à proteção de biomas, ecossistemas, espécies etc.

Falar sobre unidades de conservação parece ser, hoje, falar de assunto compacto, bem delimitado, desde sempre preciso e tratado como se a certeza do conceito de reservas dispensasse questionamentos, como acontece com as questões consideradas unânimes (CAMARGOS, 2006: 89).

É importante anotar que o que se atribui atualmente como motivo da importância das UC se distingue daquilo que já se atribuiu nos períodos de criação de áreas protegidas, sobretudo nos séculos XVIII e XIX e início do século XX. Assim, essa dinâmica na atribuição de sentidos às UC – sejam as já criadas ou as que eventualmente venham a existir – guarda relação de reciprocidade, e aqui se reconhece como dialética, com a estrutura econômica da sociedade e as formas como concebe suas relações entre si e com a natureza. Portanto, são passíveis de intervenções conscientes, mesmo teleológicas, e mudanças.

Ainda que o discurso de preservação da “natureza” exerça certa hegemonia, observa-se que tais sentidos atribuídos à ideia de “natureza” e à criação de UC demonstram dinamicidade e deslocamentos ao longo da história, ao serem construídos e modificados de acordo com valores e preocupações forjados por condicionantes culturais, políticos, históricos, sociais e econômicos; não exclusivamente científicos, ecológicos. Medeiros (2006) resgata a necessidade de se compreender as áreas protegidas no Brasil como necessariamente integradas e articuladas a outras tipologias, como as reservas legais e áreas de preservação permanente, assim como a outros

instrumentos e políticas de gestão territorial e mesmo de desenvolvimento. Tal postura transcenderia a redução do debate apenas às UC para conservação do meio ambiente, com o devido estabelecimento de agendas e escalas de planejamento e gestão do território.

Amadurecimento e ampliação de alternativas à perspectiva essencialmente preservacionista

Bensusan (2006) citando Diegues (1994), ao mencionar o 4º Congresso Mundial de Parques, ocorrido na Venezuela em 1992, assinala um deslocamento de compreensão sobre a relação entre determinados grupos sociais⁸⁶ e as áreas protegidas. As recomendações do evento vincularam-se ao esforço de associar a proteção de recursos com dinâmicas territoriais de ordem socioeconômica e cultural, bem como de ampliação das finalidades das áreas protegidas.

Quanto a tais congressos, Souza (2013) sustenta que a percepção sobre conservação da natureza vem se alterando significativamente desde a década de 1980. Em seu trabalho concentrado nos congressos mundiais de parques, conduzidos pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), o autor ressalta a relevância da inserção, no debate internacional, de perspectivas e narrativas dos países periféricos e da sociedade civil quanto àquilo que se entende por conservação.

Nos 40 anos que compreendem a realização das cinco edições dos Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN, de 1962 a 2003, houve um elevado nível de transformação dos conceitos e ações sobre as áreas protegidas. Embora o movimento conservacionista esteja em constante evolução desde as manifestações dos pioneiros, ainda nos séculos XVIII e XIX, o nível de mudança registrado até a segunda metade do século XX foi bastante tímido se comparado com os que ocorreram a partir da década de 1960 (SOUZA, 2013: 206).

O mesmo autor, com base em seu exame dos referidos eventos entre 1962 e 2003 expõe um quadro conclusivo no qual enfatiza, em sua análise, quais seriam as principais transformações quanto às variáveis percepção da natureza, valores ambientais, diagnóstico dos problemas, representações das populações locais, soluções e tecnologias, relações de poder e principais influências da maneira de se conceber conservação.

⁸⁶ Grupos usualmente alijados dos benefícios do modelo de desenvolvimento que leva à criação de UC e, ainda, afetados por sua existência. Tal marca filia-se ao modelo adotado à criação de UC no Brasil e outros países – de inspiração norte-americana e desvinculando habitação humana e proteção da “natureza”.

Destacando algumas das variáveis utilizadas pelo pesquisador, podem ser observadas transformações expressivas no que tange ao que se compreende como percepção da natureza e, sobretudo, como conservá-la. De uma apreensão apegada a condições naturais idealisticamente mais primitivas, sem contato com seres humanos na década de 1960, para um entendimento de conservação em contextos mais amplos de desenvolvimento. Quanto ao discernimento relativo à problemática ambiental, a compreensão e construção de narrativas se deslocam de “superpopulação superior à capacidade de carga da Terra” para desafios associados a noções de governança, a mundialização de um modelo de desenvolvimento e a necessidade de integrar à gestão da conservação atores antes marginalizados. A miséria também é apontada como integrante da problemática que desafia a conservação da natureza. As pessoas, de modo genérico, deixaram de constituir uma ameaça como na década de 1960, e quanto às relações com populações locais, a tônica passou a ser o respeito aos direitos e cogestão com comunidades locais (SOUZA, 2013).

Ao tratar tais deslocamentos na compreensão sobre conservação da natureza ao longo de três décadas, o autor os trata como uma “mudança paradigmática”. Assinala em suas considerações finais que

O surgimento do novo paradigma na segunda metade do século XX representou um processo de expansão do conceito de conservação da natureza e inclusão de novos atores, fundamental para tornar factível a conservação em um mundo repleto de contradições e de uma enorme diversidade de condições sociais, econômicas, políticas e culturais. Foi compreendido que, para ser palpável, as ferramentas para a conservação deveriam ser tão diversificadas quanto o mundo em que eram aplicadas. Assim, é possível afirmar que a criação deste novo modelo – o que não elimina sua relação com o paradigma clássico – relaciona-se com avanços em uma série de tópicos específicos, como o conhecimento científico; a consciência cultural e social; o reconhecimento dos direitos humanos e políticos; o desenvolvimento das práticas de gestão; os avanços tecnológicos; o conhecimento sobre a biologia da conservação; e as demandas econômicas (SOUZA, 2013: 208).

Segundo o autor, antes de se tomar tais transformações simplesmente como uma espécie de evolução linear nas concepções e narrativas, é relevante notar a complementaridade das diferentes formas de definir o que é e como conservar a natureza. Nem concepções biocêntricas que dariam margem a decisões autoritárias em nome da preservação, nem a valorização excessiva de corte antropocêntrico que obscureceria a importância de se reservar áreas estratégicas à vida no planeta. O fundamental, depreende-se a partir de suas conclusões, seria dialeticamente enfrentar o

desafiador esforço de diálogo, complementaridade e correlação entre ambos (“clássico” e o “novo paradigma”).

É imprescindível assimilar que não é moralmente aceitável que a biodiversidade arque com os custos de um modelo de desenvolvimento hegemônico, assim como não é justo que esse padrão de relações sociais de produção se perpetue às custas de enormes contingentes de seres humanos explorados por ele. Compreende-se, portanto, que o modelo de desenvolvimento é que deve ser problematizado, negado e superado, e não legitimado para perpetuar-se excluindo contingentes humanos de seus efeitos para “proteger” a natureza, nem mesmo para reproduzir-se consumindo bens naturais cada vez mais escassos para supostamente ser socioeconomicamente inclusivo. Daí, portanto, as UC como antítese do modelo de desenvolvimento, a requererem outros projetos societários.

Outro registro sobre a necessidade de mudança paradigmática nos critérios decisórios sobre a criação de áreas protegidas, assim como sua relação com populações residentes é apresentado por Lúcia da Costa Ferreira (2004), dialogando com Rios (2001⁸⁷).

A partir da década de 1980, o modelo de exclusão da população parecia sepultado, passando a vigorar, mesmo dentro das agências responsáveis pela criação e gestão de parques, a idéia de que o sucesso da conservação dependeria diretamente da criação de alternativas. A posição que defende a insustentabilidade do modelo da exclusão foi hegemônica no debate internacional por quase duas décadas e foi responsável por um realinhamento importante da orientação institucional no Brasil, tanto no nível federal quanto regional. Nesse período, nenhum documento oficial, de entidade ambientalista ou de instituição financeira internacional, autorizava, como condição para criar Unidades de Conservação (UCs), a utilização de meios visando a expulsão sumária das populações dessas áreas (FERREIRA, 2004:49).

Uma publicação da UICN pode ser tomada como expressão desses deslocamentos de compreensão, especialmente quanto ao reconhecimento de que injustiças socioeconômicas não superadas contribuem à percepção de insuficiências da criação de áreas protegidas *per se*. Nele, se reconhece que, em não sendo possível atestar com segurança que a criação de UC é motivo de reproduzir e aumentar a pobreza, “[...] é mais fácil demonstrar que a pobreza frequentemente tem um efeito nocivo sobre as áreas protegidas” (SCHERL et al., 2006: 25). Em suma, para se proteger algo, não se trata de afastar os mais pobres, mas combater o fenômeno da

⁸⁷ RIOS, Aurélio Virgílio Veiga. Populações humanas em áreas protegidas. In: LIMA, A. (org.), Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica. **Documentos do ISA**, n. 7, Instituto Socioambiental, São Paulo, 2001.

pobreza também em nome de uma sustentabilidade mais ampla do que aquela dos ecossistemas naturais.

O questionamento às concepções de natureza e de como protegê-la: na direção de outros modelo e projetos societários

Há estudos identificados com a necessidade de ponderações mais agudas e em perspectiva crítica sobre a criação de UC como solução eficaz - sobretudo de proteção integral em territorialidades preexistentes. Bernini (2015) em sua tese de doutoramento sobre a “produção da natureza na sociedade contemporânea”, expõe conclusão divergente da suposta eficácia do modelo de AP hegemônico. Tanto em termos de “solução” como de seu alcance na conciliação entre modos de vida e UC. Especialmente naquelas categorias do grupo de “proteção integral”, predominantemente compreendidas – seja em instituições governamentais, seja no campo da conservação - como “eficazes” e “efetivas” quanto ao grau de preservação.

[...] a conservação ambiental que surge em decorrência da produção capitalista da natureza se volta para as áreas de fronteira onde as formas não-capitalistas de produção sofrem investidas do capital, por meio de valorização e grilagem de terras. Modos de vidas tradicionais, cuja relação diferenciada com o meio produziu uma natureza entendida pela sociedade como ‘conservada’, passam a ter suas práticas questionadas e proibidas pelos movimentos de criação de unidades de conservação de proteção integral (BERNINI, 2015: 249).

Observando o que já é instituído no Brasil, o próprio SNUC expressa esse debate a respeito das diferentes maneiras de se entender o que são áreas protegidas, especialmente unidades de conservação, assim como quais os seus “objetos” de proteção. O Sistema Nacional de UC, como já anotado, aponta tanto à proteção da biodiversidade, assim como ao que se denomina sociodiversidade (diversidade de modos de vida e de relacionamento social com os bens ambientais). Também toma as UC como pontos de referência territoriais a demandar outras dinâmicas socioeconômicas e espaciais. Reconhecendo a premência por conservar a natureza como resposta “imediata” ao desenvolvimento capitalista com os modos de vidas de comunidades tradicionais (que há gerações já a conservariam), Bim (2012) compreende a disputa por posições no âmbito da formulação dessa política como um avanço.

Apesar de não oferecer alternativas às comunidades - senão seu reassentamento - é um significativo avanço a presença dessa questão na lei em um capítulo específico do decreto 42.340/2002, pois, anteriormente, a despeito de inúmeras unidades terem populações residentes, esse assunto não era sequer tratado pelos documentos oficiais, nem as populações eram mencionadas nos planos de manejo (BIM, 2012: 76).

Convergingo com essas preocupações e coincidindo com o período inicial da discussão pública que culminaria na lei do SNUC, um documento ratificado por 165 países na Rio 92, a Convenção sobre Diversidade Biológica, prevê em seu artigo 8 (sobre conservação *in situ*), que se promova “[...] desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável em áreas adjacentes a áreas protegidas a fim de reforçar a proteção dessas áreas” (CONVENÇÃO..., 1992). Infere-se que, ainda que seja um documento significativamente dedicado à biodiversidade, há o reconhecimento explícito da ideia de desenvolvimento como forte condicionante das pretensões de proteger atributos naturais em áreas demarcadas para isso.

Nota-se, por conseguinte, movimentos e discussões que demonstram a abertura da gestão das áreas protegidas, mesmo aquelas UC de proteção integral, à participação a partir de espaços como os Conselhos gestores. Mais do que consultas quanto à criação, categorização das UC e sobre seus planos de manejo, o que se coloca no horizonte é a gestão compartilhada ou cogestão⁸⁸ (BERKES, 2009; BORRINI-FEYERABEND, JOHNSTON, PANSKY, 2006) das UC e seus territórios de influência. Direciona-se, inclusive, a transformações de caráter cultural, socioambiental e econômico como condições à sustentabilidade e à proteção da biodiversidade. Disso resulta, portanto, a premência por reflexões, debates e ações na direção de sua construção e consolidação em termos políticos, para além da criação de UC.

Acrescenta-se a essa constatação outra, derivada de um ponto em comum à maior parte das obras consultadas: é fundamental que políticas de criação e gestão de áreas protegidas sejam articuladas a outras, de escalas mais amplas e objetos diversos, vinculadas a um projeto de sociedade, não circunscritos à proteção da natureza. Mesmo autores reticentes quanto a tipos de área protegida mais “permissivos” vinculam sua limitada eficácia, em termos de conservação, à existência de “intenções e diplomas legais”, que não se firmam diante da realidade, marcada por políticas de desenvolvimento incompatíveis com quaisquer noções de conservação.

Uma afirmação que subsidia a necessidade de maior deferência à construção cultural, econômica, social e política mencionada observa-se em Irving e Matos (2006). Citando Brandon *et al.* (1998), as autoras apontam algumas questões para a efetivação das UC como estratégia de proteção da biodiversidade. Segundo as conclusões do estudo citado, exige-se considerar que:

⁸⁸ A participação de comunidades locais na gestão de UC é também um dos eixos temáticos do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (BRASIL, 2006).

[...] a) a maior parte dos desafios enfrentados para a conservação da biodiversidade é política; b) a efetividade de manejo de áreas protegidas depende da compreensão do contexto social; c) a busca e implementação de soluções para a conservação da biodiversidade requer uma nova abordagem conceitual, dentro e fora destas áreas (IRVING; MATOS, 2006:93).

Em outra ponderação, encontrada em material destinado ao fomento da participação qualificada em Conselhos gestores de UC federais, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) registra que

[...] não basta criar novas áreas; é preciso dotá-las de infraestrutura e de mecanismos de gestão capazes de tornar efetivos os objetivos pelos quais foram criadas. Da mesma forma, as UCs não podem ser encaradas como ilhas em um ambiente hostil. Uma gestão eficaz – e, sobretudo, democrática – pressupõe a percepção apurada do contexto socioambiental e geopolítico em que a UC se situa e requer interação com as forças sociais, políticas e econômicas existentes de acordo com os princípios da justiça ambiental (FERREIRA; MOREIRA, 2015: 09).

Em parte da literatura a respeito da conservação ambiental, especialmente aquela dedicada às UC, há autores que problematizam o que chamam, inclusive, de “rosto humano da conservação” (Brockington, 2003). Haveria uma mitificação da ideia de que comunidades vizinhas a áreas protegidas envolvidas com a conservação a garantem em longo prazo. Brockington afirma que injustiças e desigualdades precisam ser superadas por uma questão civilizatória, moral, independentemente do modelo de conservação e se superá-las será bom para a natureza. O questionamento é: em que tipo de sociedade isso seria possível? Na do atual e hegemônico modelo de desenvolvimento? Disso emerge outra questão: qual o grau de intencionalidade dialógica das ciências que subsidiam a determinação do que deve ser protegido com outras formas de produzir conhecimentos, estes sobre outras dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas) das mesmas realidades?

Haveria, já no campo da Ciência, uma desigualdade que se pode associar ao mesmo pragmatismo que caracteriza decisões essencialmente econômicas e financeiras, talvez porque condicionadas pelo mesmo modo de conceber a realidade. Cernea e Schmidt-Soltan (2003) argumentam que haveria diferenças significativas entre o financiamento de modos de desenvolvimento orientados por interesses sociais e aqueles de proteção de recursos naturais, com nítidas desvantagens aos primeiros.

Enquanto as Ciências Biológicas atuaram vigorosamente nas políticas de conservação, a pesquisa social não desenvolveu um argumento generalizado

convicente, capaz de posicionar as questões sociais na conservação no mesmo patamar⁸⁹ (CERNEA; SCHMIDT-SOLTAU, 2003: 42).

Outros apontamentos trazem questões sobre a própria aplicação de estudos no âmbito da Ciências Sociais, assim como das Artes e Humanidades. Para Bennett e Roth, em editorial para a Revista *Biological Conservation* (2019), enquanto o potencial de contribuições dessas áreas do conhecimento é grande, sua aplicação é destinada a tópicos instrumentalizados pela conservação. Ou seja, serviriam para justificar a, em certa medida, atender às necessidades já reconhecidas, no próprio campo da conservação, de aportes das “humanidades”. Assim, “[...] tópicos como governança, cultura, impactos sociais, política, relações de poder, ética, narrativas e conhecimento recebem significativamente menos atenção⁹⁰” (BENNETT; ROTH, 2019: A6).

Não teria sido alcançado, ainda, um equilíbrio entre interesses de populações locais (usualmente reassentadas em função da criação de uma área protegida) e os objetivos de conservação, havendo prejuízos a ambos os lados. Talvez por serem tratados habitualmente como antagônicos. Ao abordarem a noção de governança, autores como Grazia Borrini-Feyerabend (2003) a entendem como poder, relações, transparência e confiança. Com relação a tipos de governança, a pesquisadora aponta a necessidade de o Estado reconhecer como impossível a tarefa de, sozinho, formular e implementar políticas de conservação. No entanto, não se trataria de buscar especificamente no setor privado sua companhia, mas em um conjunto mais complexo de agentes sociais da sociedade civil.

Ao observar suas indicações de tipos de governança, é possível identificar aberturas e potencialidades que transcendem soluções restritas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. A pesquisadora faz uma afirmação importante que auxilia na justificativa de se pesquisar subsídios a um pensamento contra-hegemônico no campo da conservação como contribuição da EA. Segundo ela, “áreas conservadas comunitariamente são exemplos de efetiva e demonstrável conservação, não exemplos de áreas reservadas com o propósito de conservá-las⁹¹” (BORRINI-FEYERABEND, 2003: 95).

⁸⁹ No original, em inglês: “While biological sciences have forcefully made the policy case for conservation, social research has not developed a cogent generalized argument apt to escalate the social issues vested in conservation at the same high policy level”.

⁹⁰ No original, em inglês: “Topics such as governance, culture, social impacts, politics, power relations, ethics, narratives and knowledge receive significantly less attention”.

⁹¹ No original, em inglês: “Community conserved areas are examples of effective and demonstrable conservation, not examples of areas set aside for the purpose of conservation.”

O debate aqui exposto amplia a finalidade de criação de UC para além da proteção da “natureza” *per se* e seus benefícios à qualidade ambiental e de vida de populações. Não prescindindo da proteção de atributos naturais, identifica-se preocupações com a gestão de perímetros mais extensos do que aqueles que definem as áreas protegidas em sentido estrito. Sobretudo, como negação. De forma concreta, porque freia; e imaterial, porque pode simbolizar e referenciar a negação do ímpeto devorador de territórios e recursos (humanos e naturais) que caracteriza fortemente o capitalismo, que de diferentes maneiras é hegemônico no planeta inteiro.

Observa-se que esse amadurecimento na compreensão das áreas protegidas como estratégia não somente de preservação *in situ*, mas também de gestão territorial associa-se a reflexões sobre a que valores, visões de mundo, modo de produção, modelos de desenvolvimento etc. se filiam as narrativas e práticas que disputam predominância em diferentes campos e áreas. Assim como qual mentalidade predomina na orientação das relações entre a sociedade e o território, das UC e seus entornos em escalas maiores.

Quanto aos campos sociais em que há o embate visando à construção de discursos contra-hegemônicos, podem ser apontados os da conservação da natureza e da gestão ambiental *lato sensu*, o das políticas públicas governamentais e na própria área de gestão de UC e dos territórios que com elas se relacionam. Essa reflexão deve guiar o processo de atribuição de sentidos às UC e aos espaços de gestão existentes e possíveis na normatividade vigente, como os Conselhos gestores.

Como observado, as áreas protegidas – e aqui se afirma a necessidade de se estender essa compreensão às UC no Brasil – influenciam o espaço além de suas divisas, podendo condicionar a organização do espaço geográfico em seu entorno apontando para processos econômicos sustentáveis em função de serem justos e não reprodutores de opressões e desigualdades moralmente inaceitáveis. Essa reflexão deve ser politizada, fortalecida e vetorizada pela gestão das UC, especialmente por meio de seus Conselhos gestores, fortalecendo seu sentido político na medida em que representem relações efetivas com seu território, dinâmica e agentes sociais.

Para tanto, tornam-se fundamentais e estratégicas contribuições da Educação Ambiental. Fundamentais porque alicerçam a elaboração de outras visões de mundo, contra-hegemônicas. Estratégicas porque, ao tomar a participação política como base para suas propostas pedagógicas, a EA não só consolida sentidos transformadores de realidades para si, como os projeta para uma determinada realidade: a da gestão de UC e

seus territórios de influência. Uma EA pautada pela práxis, ou seja, pela ação política orientada teleologicamente a determinados fins. Orientação, por sua vez, condicionada por uma compreensão em perspectiva crítica da realidade e sua problemática socioambiental.

***3. Educação Ambiental: contra-hegemonia
como sentido, participação social na gestão
pública como estratégia pedagógica e
incidência política como horizonte***

*“Instruí-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.
 Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.
 Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.”*
 (Antonio Gramsci. *L’Ordine Nuovo*, 1919)

Neste terceiro capítulo a revisão de literatura gira em torno da Educação Ambiental. Para tanto, coloca-se a EA em diálogo com outro campo: das políticas públicas de sua gestão participativa e da incidência política. Apresenta-se a EA como campo social em formação, com disputas internas tanto no plano material, das práticas, como também naquele mais abstrato, simbólico, dos referenciais, discursos e narrativas.

Na sequência, um recorte: a gestão ambiental pública e suas especificidades que apresentam desafios e características que demandam da EA não apenas reconhecimento consciente, mas também propostas a ser pensadas e realizadas politicamente, e não com exclusividade técnica. Para tanto, o diálogo com reflexões sobre a participação social qualificada pela EA para incidir nas políticas públicas, pela via, por exemplo, da ocupação e atuação política em espaços de participação social na gestão pública do meio ambiente. A EA torna-se estratégica para esses espaços tornarem-se comprometidos e engajados com a construção de alternativas contra-hegemônicas.

Neste capítulo, assim como nos anteriores, o cotejamento com as categorias gramscianas previamente expostas proporciona um tratamento analítico, conforme a abordagem feita nas seções anteriores. Assim, explicitam-se as contribuições extraídas da obra de e sobre Antonio Gramsci a uma EA que possa assumir compromissos políticos na direção sugerida pelo presente trabalho.

3.1 Educação Ambiental como campo em formação

Desde que as sociedades ocidentalizadas - em termos gramscianos - desenvolveram um entendimento sobre as limitações do modelo de desenvolvimento em expansão e hegemônico em todo o mundo, alternativas visando a mudanças de mentalidade, a partir de uma perspectiva ambientalista, começaram a ser fermentadas. Relatórios como o do Clube de Roma e a 1ª Conferência Mundial de Meio Ambiente (Estocolmo), no início da década de 1970, faziam emergir com visibilidade o que se convencionou denominar como Educação Ambiental (EA).

No ano de 1975 o Congresso de Belgrado (antiga Iugoslávia, atual Sérvia) se pronuncia sobre a EA como um processo que visa desenvolver e fortalecer a consciência e preocupação com

[...] o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimento, habilidade, atitude, motivação e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção de novos (CARTA DE BELGRADO, 1975).

Chosica, no Peru, sedia no ano seguinte (1976) a Conferência Sub-regional de EA para a Educação Secundária, na qual se define a EA como ação educativa permanente e voltada à compreensão em perspectiva crítica das relações sociais e, também, dos efeitos de tais relações no meio ambiente. A definição de Chosica aponta, assim, para uma EA comprometida com uma dimensão emancipatória da educação – para além de conhecimentos instrumentais e sobre o que se entende por natureza, sobretudo em seus aspectos biológicos. Sinaliza, portanto, a necessidade de se criar condições, coletivamente, para transformações sociais, superando o quadro de crises que demanda a própria necessidade de se desenvolver a EA. Essa definição é aqui considerada importante, já que remete a um debate latino-americano sobre a percepção de crise ambiental associada a um padrão de relações sociais que precisa ser compreendido criticamente e, inclusive, superado.

Um ano depois, em 1977, a antiga União Soviética sediou, em Tbilisi, mais uma conferência, a primeira Intergovernamental de Educação Ambiental, apontada por Lima (2005) como reconhecidamente o marco definidor de EA. Já com a participação de países desenvolvidos, a definição de EA parece passar ao largo de uma reflexão mais aguda sobre as relações sociais intrínsecas a um modo de produção e modelo de desenvolvimento pautados pela exploração crescente de recursos naturais e consumo correspondente.

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI, 1977).

Documento do Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA, 1997), resgata do informe de Tbilisi uma compreensão de EA parte integrante do processo educativo de forma geral, voltada a buscar solucionar problemas concretos. Observa-se a resolução de problemas ambientais como um sentido atribuído à EA, abrindo margem a uma compreensão prática e instrumentalizada. Ainda assim, percebe-se dos resultados de Tbilisi, de forma geral, a reafirmação da crise ambiental associada a um sistema cultural da sociedade industrial. E, além de tal confirmação, a proposta de

trazer “para mais próximo das pessoas” a problemática socioambiental configura um significativo passo visando tanto à percepção como ao engajamento.

Além de questões globais e, a priori, mais distantes das comunidades, como a derrubada de florestas tropicais, redução da camada de ozônio, a desertificação de grandes territórios e o derretimento de calotas polares, devem ser trabalhadas as que afetam direta e cotidianamente a vida de qualquer cidadão. Falta de acesso à água potável e saneamento básico, poluição de corpos hídricos, áreas degradadas, variações bruscas na temperatura e no clima (e seus impactos na saúde pública e na qualidade de vida e de moradia), doenças crônicas causadas por aplicação e alimentação com grandes doses de veneno (agrotóxicos ou “defensivos agrícolas”), processos de gentrificação e periferização urbanas, geração e acúmulo de resíduos, entre outras. Todas elas trazem a problemática socioambiental para mais perto das pessoas em geral, potencializando a percepção, a necessária compreensão e os imprescindíveis engajamento e organização para enfrentá-los.

Layrargues (1999) lança uma ponderação relevante ao amadurecimento do entendimento sobre o sentido da EA. Se Tbilisi avança na direção de situar processos educativos em EA como pautados pela busca de solução a problemas ambientais em nível local, o autor questiona: a resolução de problemas, em EA, deve se confirmar como uma atividade fim ou como um tema gerador? A pergunta suscita imprescindíveis reflexões, trazidas por Layrargues ao longo de seu texto. A principal delas emerge da constatação de pelo menos duas abordagens possíveis a partir da compreensão de EA para resolução de problemas locais. A experiência a ser examinada no capítulo quatro desta tese dialoga com essa questão, uma vez que seu contexto é a fiscalização e os problemas que pressionam as UC.

Como uma atividade fim, instrumentaliza a EA e direcionando-a a soluções por vezes pontuais e descontextualizadas de determinado problema, proporcionando a restrição da EA ao que Brügger (1994) denominou como “adestramento ambiental”. Como tema gerador reconhece o problema local e conflitos associados como “motores” de processos educativos, ou seja, como itinerários formativos programados intencionalmente não necessariamente para resolver essas questões, mas, sobretudo, tomá-las como pontos de partida de processos de compreensão em perspectiva crítica, complexa e contextualizada.

Crítica porque voltada à compreensão das sobre-determinações, razões, conflitos e interesses que estariam na estrutura dos problemas e conflitos, em sua essência e que,

inclusive, os motivam. Complexa porque consciente da necessária mobilização de diferentes saberes e áreas do conhecimento para dar conta de observar causas de diferentes ordens (social, econômica, cultural, política, histórica etc.) na estrutura de sobredeterminações. Contextualizada porque capaz de relacionar tais elementos a uma mentalidade e concepção de mundo hegemônicas, associadas a um padrão de relações sociais que define as maneiras de relacionamento da sociedade com os recursos naturais, seus beneficiários e prejudicados.

Assim como o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, Layrargues afirma, ainda, que a EA não pode ser vista como neutra, mas ideológica. Ou está a manter e reproduzir o padrão de relações sociais e consequentes assimetrias na correlação de forças sociais e políticas, ou comprometida com sua transformação (LAYRARGUES, 1999). Dessa forma, neutra, definitivamente, não é.

Villaverde (2005) apresenta a necessidade de, ao se tratar de EA, observar a crise ambiental que define a atual – e globalizada - sociedade de risco (citando Beck, 2011⁹²). Para a catedrática de Educação Ambiental da Unesco, se há algo que torna evidente essa crise é a necessidade de uma nova forma de olhar e compreender a realidade, apoiada em novos valores, abordando sua complexidade de forma integradora e buscando o necessário equilíbrio dinâmico entre as demandas materiais de maiorias pobres (que requerem alternativas sustentáveis de atendimento) e os limites físicos do planeta. Essa ética emergente é fermentada em movimentos engajados e comprometidos politicamente no âmbito da sociedade civil.

Em relação ao meio ambiente, desde que se celebrou o Encontro da Rio 92 até nossos dias, temos vivido uma verdadeira proliferação de organizações não governamentais, movimentos cidadãos, fundações, associações profissionais... nascidas no calor de uma **vontade transformadora**. Muitas delas têm finalidades educativas e se movem no campo da **educação ambiental não formal**. São parte significativa do amplo movimento de uma **sociedade civil** que pretende estabelecer seu protagonismo como **promotora de mudanças e interlocutora dos poderes públicos** (VILLAVARDE, 2005, p,147, grifos da autora)⁹³.

⁹² BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. Rumo a uma outra modernidade. 2ª ed. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo, Editora 34, 2011.

⁹³ No original, em espanhol: En lo referente al medio ambiente, desde que se celebrara el Encuentro de Río 92 hasta nuestros días, hemos vivido una verdadera proliferación de organizaciones no gubernamentales, movimientos ciudadanos, fundaciones, asociaciones profesionales... nacidas al calor de una *voluntad transformadora*. Muchas de ellas tienen finalidades educativas y se mueven en el campo de la *educación ambiental no formal*. Son parte significativa del amplio movimiento de una *sociedad civil* que pretende establecer su protagonismo como *generadora de cambios e interlocutora de los poderes públicos*.

Para Villaverde, a EA sempre se dedicou a promover um novo modelo de desenvolvimento. Fundamentalmente, anuncia didaticamente a urgência por mudanças sustentadas por valores que reorientem as próprias necessidades humanas, parametrizadas pelo senso de justiça e igualdade e pelos limites do ecossistema global. Para tanto, a estratégia anunciada pela educadora apoia-se em um binômio que aponta para uma transição resultante do processo educador da EA: do “cidadão/educando ao cidadão/participante. Isso, promovido no campo ambiental por organizações da sociedade civil reivindicando outros modos de vida, vem desempenhando papel fundamental para frear o ímpeto da ideologia neoliberal materializar-se em degradação e destruição definitiva de ecossistemas de alto valor ecológico, comunidades indígenas e culturas em risco de extinção.

Essas atuações cidadãs, politizadas e bem articuladas, estariam alimentando-se reciprocamente. Basicamente, seriam “a ação *transformadora* (reivindicações ecologistas, boas práticas de administrações locais, cooperação norte-sul...) e a *educação* (fazendas-escolas, aulas sobre natureza, centros de educação ambiental...)” (VILLAVERDE, 2005: 149)⁹⁴. Nesse cenário, torna-se nítida e evidente a importância da EA não formal, configurando-se como um “fermento social de primeira ordem”.

Voltado ao que entende ser uma lacuna na historiografia da EA, Gaudiano (2001), apresenta uma perspectiva latino-americana para desenlaçar uma matriz de EA mais identificada e condicionada por marcas socioculturais, históricas e políticas mais próprias do hemisfério sul, especialmente na América. Para Gaudiano, os marcos internacionais que foram dando forma a uma concepção genérica de EA partem principalmente de declarações de cúpulas, correspondendo a uma história sem sujeitos e sem fissuras sociais e econômicas. Apenas “problemas ambientais”. Nada mais distante da realidade (GAUDIANO, 2001).

Mirando a década de 1970 e seu contexto internacional e latino-americano, Gaudiano reconhece os grandes impactos trazidos pelos movimentos contraculturais da década anterior, tendo como pano de fundo o auge da Guerra Fria, o existencialismo, os aportes da teoria crítica da Escola de Frankfurt, o movimento *hippie*, feminista, dos homossexuais e dos negros. Todos com contribuições significativas, de natureza política, social e cultural, que influenciaram processos sociais e educacionais, como o

⁹⁴ No original, em espanhol: la *acción transformadora* (reivindicaciones ecologistas, buenas prácticas de las administraciones locales, cooperación norte-sur...) y la *educación* (granjas escuela, aulas de naturaleza, centros de educación ambiental...).

ambientalismo e, em consequência, a EA como sua “porta-voz”⁹⁵. Contudo, segundo o autor, salvo a Revolução Cubana – ainda na década de 1950 – a incidência de natureza política, econômica e cultural da América Latina permanecia bastante limitada devido à hegemonia exercida sobretudo pelos EUA.

Ainda assim, no Cone Sul da América foram se consolidando respostas contra-hegemônicas no campo da educação, como reações regionais contrárias à dominação cultural e pedagógica estadunidense. Exponentes desse enfrentamento são apontados por Gaudiano nas figuras de Paulo Freire como crítico de uma educação bancária, em Leonardo Boff na Teologia da Libertação de uma igreja comprometida com os pobres, entre outros. O autor os inclui dentre os personagens e aspectos que representam a recuperação da noção gramsciana de intelectual orgânico para abrir caminhos ao questionamento de propostas educativas de marxismos dogmáticos, doutrinadores e substancialmente pouco, ou nada, emancipatórios. O faz de modo geral e sem pretender reduzir diferenças e resistências sub-regionais de todo um continente.

Partindo dessa contextualização geográfica do desenvolvimento de concepções educacionais e pedagógicas latino-americanas, razoavelmente distintas daquelas de países tidos como centrais, Gaudiano segue em sua contribuição a um entendimento sobre EA mais condizente com particularidades da América Latina. Não sem antes apontar a uma sequência de críticas às definições e informes de eventos internacionais. Entre elas uma concepção voluntarista de educação, como se bastasse ensinar as pessoas para que estas melhorassem de vida; a ênfase dada às Ciências Naturais e a uma psicologia comportamentalista (além de uma compreensão essencialmente positivista sobre a Ciência); a aposta em processos educativos voltados à formação de sujeitos sociais para um projeto societário predeterminado e o enfoque excessivo dado a uma educação funcionalista, urbana e escolar.

Ressaltando o encontro aqui já mencionado de Chosica, no Peru, Gaudiano resgata uma contribuição fundamental desse evento para a atribuição de sentidos à EA de um ângulo latino-americano. “[...] na América Latina a problemática ambiental não provém da abundância e do alarde, mas da insatisfação com o não atendimento a necessidades básicas, que é também a causa da desnutrição, do analfabetismo, do

⁹⁵ Sorrentino (1988:271) apresenta posição similar a respeito da EA em seu papel originado no movimento ecologista. “Procurando pensar a questão educacional e a questão ecológica chegamos de volta ao movimento ecológico, que é acreditamos, fonte de objetivos perseguidos pela educação ambiental”.

desemprego, da insalubridade etc.⁹⁶ (GAUDIANO, 2001: 147). A importância dada pelo autor a esse encontro é tamanha que ele dedica uma imensa citação direta de documento do evento, justificada por ser, em sua leitura, “uma das melhores definições sobre EA”, que recupera o sentido gramsciano de entender a educação como prática política para transformar a realidade (no caso, latino-americana).

Tratando a questão ambiental como problema, debate e movimento social, na medida em que movimentos sociais com cortes de classe e populares no Brasil absorvem preocupações ambientais de um movimento ambientalista em formação e crescente, Lima (2005) aponta em sua tese a formação e desenvolvimento de um novo campo social: o da EA. Apoiando-se no referencial do sociólogo francês Pierre Bourdieu, Lima defende a posição segundo a qual a evolução da reflexão, do debate e das práticas em EA teriam conformação suficiente para configurarem um novo campo. Para o autor, o campo, segundo Bourdieu, é o universo social em que diferentes pessoas, grupos e instituições que dele participam (produzindo conhecimento, discursos e práticas) se “[...] definem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si, visando a hegemonia simbólica e material sobre esse universo de atividade e de saber” (LIMA, 2005: 36).

Em obras anteriores à tese de Lima, Guimarães (2000, 2004) questiona um suposto consenso em torno do que seria e qual o sentido da EA. Ao perguntar se o consenso ocultaria na realidade um embate, Guimarães sugere em seu trabalho duas grandes correntes na forma de conceber EA. Na medida em que organiza um conjunto de argumentos, justificativas, preocupações e práticas de uma EA denominada “crítica”, o autor desvela a corrente tomada como “conservadora”. Um dos seus argumentos reside na percepção de que estaria se consolidando uma perspectiva de EA que se coaduna com uma compreensão sobre educação, práticas pedagógicas e concepção de mundo alinhadas ideologicamente com a manutenção e reprodução da sociedade atual. Carvalho (2004) corrobora a tese de se fortalecer a demarcação de uma EA crítica. Defendendo o acréscimo do adjetivo “crítica” à EA, a autora afirma que apenas o adjetivo “ambiental” já não é suficiente para definir determinada postura ético-política. Justamente para “[...] situar o ambiente conceitual e político onde a educação ambiental

⁹⁶ No original, em espanhol: “[...] en América Latina la problemática ambiental no proviene de la abundancia y del derroche, sino de la insatisfacción de necesidades básicas, que es también la causa de la desnutrición, el analfabetismo, el desempleo, la insalubridad, etc.”

pode buscar sua fundamentação enquanto projeto educativo que pretende transformar a sociedade” (CARVALHO, 2004: 18).

E a partir dessa perspectiva crítica, há, no Brasil, outras adjetivações à EA. Ecopedagogia (GADOTTI, 2004), EA Transformadora (LOUREIRO, 2004), EA emancipatória (LIMA, 2004). Ainda antes, Sorrentino (1993, 2002a) já teria buscado, no âmbito brasileiro, organizar em momentos distintos as diferentes identidades e correntes observadas pelo autor, tais como EA ao ar livre, EA e economia ecológica, EA conservacionista e EA na gestão ambiental. Desde ali, Sorrentino anunciava, com base em sua análise do período entre os encontros em Tbilisi (1977) e Thessaloniki (1997), a premência de uma EA voltada à incidência política, como nas políticas educacional e a ambiental.

Tais posicionamentos convergem com o debate exposto até aqui. Havendo discursos e práticas de EA apoiados naquilo que Gaudiano caracterizou como positivista, predominantemente escolar e substancialmente alicerçado na transmissão de conhecimentos mais afetos à Ciências Naturais, estar-se-ia diante de uma EA que mantém e reproduz o *status quo* (no mínimo, ao não o reconhecer como fundamental à compreensão da problemática ambiental). Já em uma corrente batizada como crítica, no estranhamento das relações sociais localizando-as na estrutura de problemas socioambientais, estariam valores, identidades, reflexões e práticas correspondentes que, por partirem da perspectiva crítica em termos de análise da sociedade e de sua relação com o meio ambiente, apontariam para transformações sociais e teriam em seu horizonte a superação do padrão de relações sociais de produção hegemônico.

A formação do campo da EA no Brasil teria sido condicionada por marcos internacionais e iniciativas deles decorrentes. A partir de trechos das entrevistas coletadas por Lima (2005) é possível perceber diferentes elementos que subsidiam a percepção de a EA no Brasil carregar influências que se iniciam com a contracultura despertada no ápice da Guerra Fria e consolidação do Estado de Bem-estar Social na Europa e do Keynesianismo nos EUA. Passam pela importância da percepção sensível a direitos de formas de vida não humanas, e mesmo pela luta contra diferentes tipos de opressão advinda dos Novos Movimentos Sociais descendentes de todas essas mobilizações anteriores e acrescidos, em nosso país, da resistência à ditadura civil-militar (1964-1985) e reivindicações democráticas. Assim,

[...] o campo da EA é composto por uma pluralidade diversificada de indivíduos ou grupos sociais que dividem, enquanto membros de um campo,

um núcleo de valores, de normas e de características comuns, embora também tenham outras características que os diferenciam entre si, que têm concepções diferenciadas sobre a questão ambiental e que defendem propostas pedagógicas diversas para abordar essa questão, algumas das quais se identificam primordialmente com a estabilidade e conservação das relações sociais e das relações entre a sociedade e o ambiente e outras que defendem a transformação dessas mesmas relações. Além disso, as diferenças entre as concepções e os projetos de sociedade se refletem, naturalmente, sobre as práticas educativas efetivamente desenvolvidas e, todas essas diferenças internas ao campo quanto às características dos sujeitos, às concepções que esses sujeitos têm da realidade e às ações que eles protagonizam na vida social disputam entre si a hegemonia do campo da EA e a possibilidade de orientá-lo de acordo com sua interpretação e seus interesses (LIMA, 2005: 85).

Ainda segundo Lima (2009), a EA surge como campo entre as décadas de 1970 e 1980 com uma pluralidade de contribuições de diferentes áreas do conhecimento de diferentes disciplinas, matrizes filosóficas, práticas pedagógicas e movimentos sociais. É dessa pluralidade que o autor percebe tendências dominantes que formaram seu perfil, assim como sua trajetória histórica. Tais tendências expressam diferentes perspectivas político-pedagógicas. Não sem antes expressarem também variadas compreensões sobre meio ambiente, educação e, conseqüentemente, Educação Ambiental.

Ortega (2012), realizando um conjunto de interlocuções com diferentes expoentes da EA no México e na Espanha para sua obra a respeito da construção do campo da EA na América Latina, pondera acerca da potencialidade desse campo – por ele reconhecido como “teórico e social” – e da própria prática de EA. Afirma o autor que como campo de conhecimentos, saberes e práticas ainda seria um “campo jovem”, mas ao qual se direcionam expectativas de solucionar uma problemática socioambiental extremamente complexa e que deita suas raízes em um modelo de desenvolvimento, onde estariam suas causas estruturais. Daí adviria, segundo Ortega, que sobre a EA se depositem expectativas de melhorar as condições ambientais do planeta (quando isso não estaria ao seu alcance e, portanto, promoveria mais frustrações do que resultados). Isso, no entanto, não a eximiria de responsabilidade na construção de algum entendimento sobre o momento histórico.

Ortega apresenta algumas debilidades apontadas em análises a respeito do campo da EA, tais como a questão do horizonte temporal. Respostas e ações emitidas pelo campo teriam como característica um curto alcance, buscando respostas imediatas a problemas que demandam elaborações mais amplas e de longo alcance. Como perspectivas para a EA, o autor anuncia que, como campo teórico e social com práticas orientadas à transformação de sujeitos e da vida coletiva, a EA tem o desafio de superar

práticas com viés conservador e alienado em relação a elementos históricos, econômicos, políticos e culturais. Outra característica desafiadora residiria na elaboração de contra-narrativas sobre as questões socioambientais em diferentes escalas (locais, regionais e planetárias). Um estímulo para tanto estaria em subsidiar a construção e a produção de conhecimentos reconhecendo e problematizando dinâmicas que têm gerado degradação, devastação e produzido milhões de seres humanos em situação de pobreza e de marginalização em diferentes sociedades.

Diferentes sentidos e perspectivas de Educação, de Meio Ambiente e de Educação Ambiental

Dermeval Saviani (1990) ressalta, no campo educacional, a relevância de o educador compreender-se como sujeito de práticas pedagógicas vinculadas, conscientemente ou não, a alguma concepção de mundo prévia, não havendo margem a uma autonomização entre teoria e prática. Evocando Antonio Gramsci e sua afirmação de que “todos os homens são filósofos” (porque pensam), Saviani demonstra a necessária “vigilância crítica”, ou seja, o amadurecimento da capacidade daquela(e) que se coloca diante dos desafios postos por objetivos educacionais, de assimilar contribuições de diferentes campos do conhecimento naquilo que concebe como educação, como educar, tanto quanto em suas práticas pedagógicas.

Visando a insistir na coerência e consciência empregadas à ação educadora, Saviani trata como imprescindível o que chama de “elevação” do(a) educador(a) em relação ao senso comum. Para o autor, o senso comum se determina por uma concepção “[...] não elaborada, constituída por aspectos heterogêneos de diferentes concepções filosóficas e por elementos sedimentados pela tradição e acolhidos sem crítica” (SAVIANI, 1990: 08). Assim, a referida elevação passa pela reflexão sobre escolhas expressas nas práticas pedagógicas, que manifestam o que se entende por educação e por educar, à luz de concepções sistematizadas da filosofia da educação. “Com isso será possível explicitar os fundamentos de sua prática e superar suas inconsistências, de modo a torná-la coerente e eficaz” (op. cit.).

No que se refere à Educação Ambiental, tratada como substantivo, Carvalho traz uma especificidade. A de que a EA apresenta condições de abordar e trabalhar as relações entre sociedade e ambiente ou sociedade-natureza. Aprender e intervir nas relações das sociedades com o ambiente que produzem, reproduzem e de que fazem parte. Compreender tais relações e atuar sobre os conflitos ambientais.

[...] Ou seja, um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental (CARVALHO, 2004:20).

Amorim e Cestari (2013) tratam de evidenciar como o campo ambientalista visa introduzir na educação valores, preocupações e discursos previamente desenvolvidos, mediados por valores e concepções já consolidados no campo educacional. Ponderam os autores sobre a adjetivação “ambiental” ao substantivo educação e a possibilidade de desengate entre educação e educação ambiental.

A palavra Educação Ambiental, assim como muitas outras adjetivações do substantivo ‘educação’, não reserva a si o direito pacífico de um significado, mas enseja aos mais diversificados olhos e ouvidos as múltiplas interpretações. Quanto ao entendimento bem presente entre os militantes das causas ambientais e, por isso, desavisados dos riscos que se corre ao introduzir ao domínio educacional as ideias oriundas de suas reivindicações, percebe-se uma semântica que, em princípio, subverte a sintaxe da palavra, e aquilo que era adjetivo adquire um forte apelo de função substantiva (AMORIM e CESTARI, 2013: 06).

Apoiando-se em sentidos atribuídos à EA que a colocam como necessariamente em busca de transformações sociais por meio de processos educadores em perspectiva crítica e vinculados à ampliação da participação social em processos decisórios, Amorim e Cestari atestam que a EA não introduz uma reflexão sobre como se deve educar a partir da perspectiva ambientalista.

Segundo os autores, a EA essencialmente faz confluir preocupações ambientais maturadas em seu respectivo campo social – e a partir de determinadas correntes que dialogam com movimentos populares e preocupações democráticas e por justiça ambiental – com reivindicações já tratadas no campo educacional histórica e politicamente por diferentes movimentos sociais no domínio da educação. Contudo, assumem a EA como potencializadora e revigoradora do discurso crítico preexistente no campo educacional. Sua contribuição seria, assim, aportar preocupações contemporâneas e fundamentais à vida trabalhadas no ambientalismo e reforçar que para enfrentá-las ou atendê-las, valores e concepções críticas da educação precisam ser mobilizados, tanto quanto subsídios de diferentes áreas do conhecimento humano.

[...] a pauta ambientalista é uma reivindicação que vem somar esforços a uma pedagogia que tem assumido como princípio a valorização dos saberes oriundos da cultura popular e que historicamente tem servido de lastro teórico e metodológico para os movimentos de alfabetização nos domínios da alfabetização de adultos e educação popular no Brasil (AMORIM e CESTARI, 2013: 17).

Torna-se relevante, todavia, reforçar o que Lima (2005), quando trata a EA como um campo social em social, traz sobre o suporte desse referencial conceitual e teórico bourdieusiano comporta. A noção de campo social – seja o da conservação, da EA, da Educação, ou o ambiental – carrega uma disputa interna material e simbólica. Quando há referências ao campo ambiental e ao movimento ecológico, é preciso observar que a contribuição do ambientalismo de que tratam os autores supracitados se remete a correntes identificadas com a ideia de crise civilizacional motivada pelo modo de produção e modelo de desenvolvimento hegemônicos.

Tratar-se-ia de uma vertente do movimento ambientalista identificada pela ecologia política como alinhada à esquerda no espectro político-ideológico (ALIMONDA, 2001; MARTINEZ-ALIER, 1995; LÖWY, 1995; FOLADORI, 1999a, 1999b; MONTIBELLER-FILHO, 2000). Que compreende meio ambiente também como resultante das relações sociais e destas com os bens ambientais e outras formas de vida – mesmo a partir de ponderações como as de Lipietz (2003)⁹⁷. Outra observação tomada aqui como importante se refere aos movimentos, valores e a própria concepção filosófica de educação. Todos esses elementos também se reportam a correntes no campo educacional que, como qualquer outro como campo social, é atravessado por diferentes concepções de mundo em sua dimensão simbólica e, materialmente, por práticas políticas vinculadas a projetos societários por vezes antagônicos.

Partindo dessa reflexão sobre EA vinculada intrinsecamente à dimensão emancipatória da ideia de educação, serão destacados dois aspectos aqui depreendidos como elementares ao sentido transformador da EA: a formação em perspectiva crítica e a noção de participação. Ambos são capazes de conformar uma noção que relaciona dialeticamente as noções de educação, de meio ambiente e de EA.

Quanto à formação em perspectiva crítica, Loureiro (2007), Tozoni-Reis (2007), Trein (2007) apresentam como referencial substantivo o pensamento marxiano. Para Loureiro a contribuição indiscutível, fundamental e legítima da tradição marxista ocorre com relação à necessidade de materialização, no campo ambiental, da crítica radical às relações sociais concretas. O autor aponta como igualmente decisivo que essa mesma

⁹⁷ Alain Lipietz, no artigo “Ecologia Política e o futuro do Marxismo” elenca uma série do que considera convergências entre a ecologia política e o marxismo. Seriam ambos os “movimentos” materialistas, dialéticos, historicistas, politicamente progressistas. “Entretanto, os verdes possuem uma grande vantagem em relação à esquerda: eles vêm depois. O paradigma Verde decola de sua própria base distintiva, mas isto inclui uma crítica teórica e prática do paradigma da Esquerda. É um princípio de esperança que se desenvolve num molde que é similar – mas não é o mesmo. É o princípio da esperança remodelado” (LIPIETZ, 2003: 11).

tradição se imponha – não apenas aceite – o desafio de reconhecer “[...] a prioridade constitutiva da natureza e conheçam as dinâmicas ecossistêmicas, assegurando a constituição de uma visão complexa da totalidade natural” (LOUREIRO, 2007, 60).

Tozoni-Reis (2007) resgata a concepção de EA construída por diferentes participações no Fórum Internacional das ONG, em 1992, e registrada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Para a autora, a EA voltada à sustentabilidade, nesse documento, “[...] é uma educação política, na perspectiva democrática, libertadora e transformadora” (TOZONI-REIS, 2007: 177). Ao substituir a expressão “desenvolvimento sustentável” – no singular – por “sociedades sustentáveis” – com destaque ao plural – tal compreensão de EA e atribuição de sentidos à mesma configuraria, por si, deslocamentos substantivos de concepções (de desenvolvimento, de sustentabilidade), produzindo implicações teóricas e políticas profundas. Ainda quanto ao Tratado, para Raymundo, Branco e Biasoli (2018: 338),

A grande marca do Tratado de Educação Ambiental estava no fato de colocar a criticidade e os respectivos processos sócio-históricos de constituição da crise ambiental e civilizatória, em oposição à educação ambiental conservacionista, que não apresentava noções políticas e críticas atreladas às desigualdades sociais e ambientais.

Remetendo-se tanto à Teoria Crítica como também aos estudos do pesquisador estadunidense em Educação e Pedagogia, Henry Giroux⁹⁸, Tozoni-Reis (2007) rememora a origem do termo “pedagogia crítica” e a expande em termos de referencial, propondo-se pensar a pedagogia crítica de forma ampliada, a partir de um referencial comum às “teorias críticas”: o pensamento marxista. Mais adiante, em sua reflexão sobre as contribuições possíveis a uma pedagogia crítica, Tozoni-Reis afirma:

[...] podemos considerar que a educação ambiental como dimensão da educação é atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental (TOZONI-REIS, 2007: 218).

Concluindo sua contribuição a respeito dos aportes fundamentais do pensamento marxista à EA, Eunice Trein (2007) entende que o marxismo apresenta um instrumental significativo, precioso, para subsidiar uma análise sobre a realidade contemporânea,

⁹⁸ Giroux é autor de obras como “Os professores como intelectuais”, “Estudos culturais, pedagogia crítica e democracia”, “Cultura, política e prática educativa” e “Pedagogia e política da esperança”, dentre outros.

além de também fundamentar o empreendimento de uma crítica vigorosa e consistente à ideologia do progresso, da ideia de desenvolvimento e do paradigma científico-tecnológico ainda vigente, todos em relação histórica de reciprocidade com a civilização industrial.

Loureiro (2005) e Pedrosa (2007), além da contribuição marxiana, apontam mais especificamente a Teoria Crítica, vinculada às reflexões e formulações desenvolvidas no âmbito da Escola de Frankfurt. Algumas das razões para se adotar tais reflexões localizam-se em suas características de analisar os processos de legitimação do Estado na sociedade de consumo, a crítica ao uso ideológico da ciência e da tecnologia, a problematização da construção das subjetividades contemporâneas vinculadas a necessidades materiais e simbólicas subsumidas à lógica individualista, competitiva e consumista e à crítica da hegemonia da racionalidade instrumental em detrimento da razão emancipatória.

Pedrosa (2007), apoiando-se em Horkheimer e Adorno, e olhando para o potencial subversivo da EA, pergunta o que afinal seria uma EA subversiva em pleno século XXI? A resposta parte de pistas dos dois pesquisadores sociais da Escola de Frankfurt. A questão não é apenas metodológica, mas teleológica. Para ser subversiva a EA tem que romper o círculo da adaptação⁹⁹. Mais do que dedicar-se a refletir sobre métodos (tidos aqui como táticos), precisa também definir o que move sua intencionalidade pedagógica e seu sentido político, a defini-la, seja onde ocorrer, como uma práxis militante.

[...] Trata-se de criar condições para que o indivíduo, reificado pela lógica que o explora, recupere sua capacidade de refletir sobre as condições de sua reificação: formação pela via da auto-reflexão (PEDROSA, 2007: 109).

Outra expressiva contribuição da Teoria Crítica à EA, para Loureiro (2005), se apoia em sua predisposição em romper com características conservadoras que pressupõem a sociedade como algo dado, sem historicidade, assim como a crença na neutralidade e objetividade do conhecimento para a compreensão de sistemas sociais, ignorando os movimentos da história. O autor indica premissas da teoria crítica que seriam amplamente utilizadas pela EA. São elas:

⁹⁹ O autor utiliza termo “adaptação” no sentido frankfurtiano, como contraparte de “estranhamento”, problematização e emancipação. Adequação/adaptação e emancipação seriam ambas dimensões da razão e da própria educação. À educação caberia tanto adaptar, pela via do uso da dimensão instrumental da razão, como também emancipar (estranhar, problematizar, criticar e transformar), pela via da dimensão emancipatória da razão. Em havendo a predominância da dimensão instrumental da razão no processo formativo, ocorreria o que Theodor Adorno denominou de “semi-formação” e de “semi-cultura” (PUCCI, 1998).

- A crítica à sociedade (à sociedade, à ciência e à argumentação) e a autocrítica (pessoal) são princípios metodológicos;
- A verdade científica está em sua comprovação prática na história, no conhecimento poder ser aplicado para ajudar a humanidade a superar as relações de dominação, alienação e expropriação;
- Teoria e prática não estão descoladas. Conhecer e agir são dimensões próprias que ganham condição para transformar a realidade à medida que se relacionam e se constituem mutuamente;
- Ciência e valores culturais estão ligados e não há como separá-los na pesquisa;
- A ciência crítica é revolucionária, visa superar a dicotomia sujeito-objeto e a mercantilização da vida;
- A ciência crítica se faz partindo do princípio de que nada, nenhum fato ou fenômeno é compreensível em si mesmo, mas somente em relações, formando uma totalidade complexa (LOUREIRO, 2005: 327).

Quanto à tônica dada à questão da participação como elemento chave de uma EA que entende, por um lado, que a crise ambiental se associa e se alimenta de outras crises, como a política, a econômica e a social, Sorrentino (2002b), afirma a participação como essência da EA. Para o autor, a participação, assumindo um olhar forjado na América Latina significaria dar ênfase à questão educacional incorporar em sua práxis o debate sobre “[...] liberdades democráticas e modelos de gestão — como administrar nossos espaços comuns, desde os microespaços cotidianos na família, na casa, no bairro, etc. até o planeta” (SORRENTINO, 2002b: 98).

Com isso, o autor sinaliza uma reivindicação relevante no campo ambiental: o discurso que politiza a questão ambiental e a entrelaça com as assimetrias e injustiças associadas a um padrão de relações sociais de produção que no hemisfério sul, de modo geral, tendem a ser agudizadas por razões históricas, culturais e pela posição que seus países ocupam na divisão internacional do trabalho (fornecedores de matéria-prima, *commodities*, ou seja, economias extrativistas que exploram intensivamente pessoas e recursos naturais). Tal discurso disputaria hegemonia no próprio ambientalismo, exercendo oposição àquele mais identificado com a dicotomia humano/natural e com a superação do quadro de crise por meio da tecnologia, no mesmo marco atual do capitalismo.

Sorrentino ainda sugere cinco dimensões para auxiliar a construção de uma compreensão mais crítica quanto à participação como um sentido forte da EA. Uma primeira, que seria básica à “infraestrutura” da participação e se expressa nas condições objetivas para se participar, como a logística, por exemplo. Uma segunda dimensão se remete à importância da disponibilidade de informações, a fim de afastar-se da possibilidade de entender que a participação se limitaria a dispor diferentes atores e interesses numa sala para tomar decisões (nem todos eles têm o mesmo grau de

conhecimento sobre o que está em discussão, quais são as possibilidades, as alternativas etc.). A terceira dimensão é a existência, construção e/ou conquista de “espaços de locução”, para oportunizar o diálogo, o debate, a reflexão coletiva, a “troca de ideias”, todas capazes de incidir politicamente, a partir do cotidiano vivido, em instituições como políticas públicas. Já a quarta e quinta dimensões estariam vinculadas, respectivamente, às tomadas de decisão e da subjetividade. Esta última dimensão é aqui considerada das mais importantes, já que lida com uma condição tão básica quanto as demais para uma participação efetiva. Também é a dimensão relativa à noção de “[...] pertencimento – do sentir-se pertencente ao local, ao planeta, à humanidade e sentir que tudo isto lhe diz respeito” (SORRENTINO, 2002b: 103).

A opção por colocar essas reflexões sobre participação nesta seção dedicada à EA se deve a um sentido advogado nesta tese. Trata-se do compromisso, sobre o qual a EA pode e deve exercer seu potencial, de atingir sensibilidades, subjetividades, consciências e mentalidades a partir da criação de condições – objetivas e subjetivas – de percepção de questões ambientais (locais e planetárias), a compreensão delas. Portanto, visa ao necessário engajamento que impulsiona o envolvimento e organização coletivos para enfrentamento daquilo que se relaciona com a estrutura ou essência das questões em debate.

Nesse sentido, a EA deve assumir o compromisso de criar condições de elevação de consciências. De possibilitar maior coerência entre o que se pensa e se faz politicamente, assim como a que projetos de sociedade se visa corresponder. Principalmente, a partir de onde, socioeconomicamente, se parte.

Articulando a EA e a participação social na gestão pública do ambiente, Pastuk (1993) aponta que cabe à Educação Ambiental contribuir para a participação pública, com o grau de informação pela população afetada pelos riscos ambientais, no sentido de poder entender e avaliar de que forma e em que medida está sendo afetada. “[...] esta população terá condições de participar das ‘negociações’ políticas acerca do encaminhamento dos mesmos na medida em que tiver acesso à tal informação” (PASTUK, 1993: 40).

Pedro Jacobi (2005), ainda quanto à questão da participação como fundamento da compreensão sobre EA questiona: participação para que? Por quê? E como? Segundo o autor,

A participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos, cujos objetivos são: 1) promover

iniciativas através de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos de interesse coletivo, nas suas diversas possibilidades (JACOBI, 2005: 232).

Ao apontar para objetivos de interesse coletivo e envolvimento em processos decisórios no desenvolvimento de respostas a tais objetivos, o autor indica mais um sentido à EA e seu compromisso, inclusive como estratégia pedagógica, com a participação: mirar a construção de políticas como enfrentamento de problemas ambientais, que são, necessariamente, públicos. Dessa forma, Jacobi afirma a participação como estruturante da noção de EA, sendo instrumento essencial para transformar as relações na sociedade e desta com o meio ambiente. No entanto, reconhece o desafio de, no Brasil, num contexto de agravamento das desigualdades, a construção da cidadania é atravessada por questões que exprimem a urgência de superação do que chama de “bases constitutivas das formas de dominação e de uma cultura política baseada na tutela” (JACOBI, 2005: 234).

Compreendendo a EA como estratégica para enfrentamento de uma crise civilizacional marcada sobretudo por suas dimensões social e cultural, Sorrentino (et al., 2005) estabelecem que a ela cabe contribuir à relação dialética entre Estado (em sentido estrito) e sociedade civil, possibilitando a construção de políticas públicas dialogicamente. “A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO et al., 2005: 287).

Reforçam, portanto, um sentido que complementa aqueles já expostos até aqui no debate sobre EA - o de que a participação esclarecida, porque trabalhada em processos formativos com perspectiva crítica se direciona à ampliação, fortalecimento e qualificação da capacidade de incidir em políticas públicas. Seja em sua formulação, incremento, implementação e acompanhamento/avaliação, tendo como horizonte a transformação da realidade, superando questões que se encontram nas raízes da problemática socioambiental contemporânea. E mais: ampliar as capacidades de os sujeitos manterem-se nesse processo de construção e reconstrução da realidade, pela via da formação em perspectiva crítica, dialética e dialógica.

Para os autores é fundamental o resgate da política para tratar do que o ambientalismo coloca à sociedade (reconhecendo-se a integralidade gramsciana do

Estado) como limites nas relações com a natureza. Como tal resgate se dedicaria à construção de uma nova ética da sustentabilidade advinda desse ambientalismo, a EA orienta-se à cidadania ativa “[...] considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.” (SORRENTINO et al., 2005: 289).

Nesse sentido, para Biasoli e Sorrentino (2018), o campo das políticas públicas é essencial para se buscar a sustentabilidade local e planetária, merecendo atenção de toda a sociedade. Com base nessa concepção de EA que enxerga no horizonte de sua práxis a incidência em políticas públicas, Biasoli (2015) apresenta contribuição significativa pelo debate sobre o que denomina “política do cotidiano”.

Em sua tese de doutorado, a pesquisadora adverte que não se deve conceber política pública essencialmente desenvolvida pela burocracia estatal, nem tampouco com o enfraquecimento desta visando a solucionar aspectos ineficientes, substituindo sua presença pela atuação do terceiro setor e mesmo de empresas. Mencionando Boaventura de Sousa Santos, Biasoli afirma que se trata da transformação solidária e participativa do Estado. Há, portanto, uma compreensão sobre o que vêm a ser políticas públicas.

Segundo Biasoli existe, para além de abordagens “estadocêntricas” que entendem o Estado em sentido estrito como protagonista na formulação e implementação de políticas públicas, concepções mais amplas, que tratam as políticas públicas como uma resposta a um problema construído e compreendido coletivamente como “de todo(a)s, de interesse público”. Apoiando-se em Heidemann (2009), a autora destaca que política pública se define como as decisões e ações de governo e de outros agentes, com destaque à capacidade de incidência desses atores não governamentais, atuantes na sociedade civil.

Essa compreensão significativamente ampliada de desenvolvimento de políticas públicas fundamenta o que Biasoli denomina como “política do cotidiano”. Sua tese visa subsidiar o diálogo sobre a importância que adquirem processos de estruturação de coletivos que veem a EA como estruturante de processos educadores, em perspectiva crítica e orientação socioambientalista. Tomando como experiência empírica a formação e consolidação dos Coletivos Educadores¹⁰⁰ pelo Brasil como política pública que

¹⁰⁰ Segundo o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais (ProFEA), os Coletivos Educadores são definidos como instâncias representativas de interlocução e de referência para as ações

dialeticamente se coloca a construir pontes dialógicas com o Estado para definir outras políticas públicas, Biasoli assim define a política do cotidiano emanada da atuação desses coletivos:

A política do cotidiano está relacionada às subjetividades ou aos componentes subjetivos que motivam a participação individual e coletiva no fazer política cotidianamente. Esta dimensão busca a educação ambiental ‘de corpo e alma’, de processos revolucionários que necessitam da beleza, da subjetividade, mas também da conexão com o real, com a práxis e que almejam a felicidade, produzindo e contribuindo com o novo” (BIASOLI, 2015: 146, grifos da autora).

Outra contribuição da pesquisadora para o enfrentamento do desafio de construir uma mentalidade menos tutelada pelo Estado e mais emancipatória na formulação e implementação de políticas públicas se coloca, em sua tese, nas figuras das forças instituídas e forças instituintes. Utilizando-se de dimensões das políticas públicas apontadas por Frey (2000), quais sejam, *polity* (instituições), *policy* (conteúdo das políticas e seus instrumentos) e *politics* (processos de formulação), Biasoli identifica fundamentalmente as duas primeiras com o pilar da força instituída, formal, da legitimidade pela legalidade e normatividade, do poder. Já a terceira, por se referir aos processos de debate público desde a construção da compreensão sobre um problema publicamente reconhecido, até a definição da resposta na forma de uma política pública, Biasoli identifica com o “pilar do instituinte”.

Essa terceira dimensão das políticas públicas, *politics*, “[...] conecta-se com as forças políticas, com a composição de forças e poderes, numa dimensão processual, e se relaciona aos atores presentes em todo o ciclo da política pública, [...] constituindo a ótica do poder instituinte” (BIASOLI, 2015: 145). E, então, pergunta: “Quanto de instituído pode haver no instituinte e vice-versa?” (op. cit.). Por ser o pilar mais fragilizado, o fortalecimento das forças instituintes configura um acréscimo substantivo de sentido à EA. É possível também aproximá-la da categoria gramsciana de “Vontade Coletiva” tratada no capítulo um desta tese, apontando no horizonte da EA a incidência política, ainda que na normatividade vigente, pautando-se por uma “ambientalização educadora” da sociedade, sua concepção de mundo e da regulação da vida coletiva.

Tamaio (2007), ao analisar o esforço de se construir políticas públicas a partir do diálogo de saberes, com base em conflitos latentes entre interesses diversos, buscou expor contradições inerentes a essa busca de “atuar na mudança de um paradigma” no

educadoras locais. Trata-se também de uma estratégia de formação de educadoras(es) ambientais, para implementação de políticas de diferentes esferas administrativas, sempre aproximando o Estado das práticas sociais da educação popular (BRASIL, 2006).

fazer política pública. Para isso, partiu da pergunta: como compreender um processo que “[...] não é dado pela política pública do Estado, todavia essa política pode contribuir para a emergência de novas leituras e práticas sociais”? (TAMAIIO, 2007: 160). O pesquisador (e um dos que participaram da formulação e implementação dessas políticas) identifica em sua análise das políticas de EA no Governo Federal entre 2003 e 2006 pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (promotoras, dentre outras, da política de formação e consolidação dos coletivos educadores), a construção de espaços interativos com diferentes atores da gestão ambiental, com a intenção de fortalecer práticas emancipatórias e associando a EA com reflexões e práticas concretas de transformação social. Portanto, observa e confirma que tais políticas, mesmo em um governo que, em sua leitura, adotou e referendou referenciais neoliberais, permitiram ou contribuíram para a emergência de práticas contra-hegemônicas e, portanto, com as contradições inerentes a uma EA sendo trabalhada em uma sociedade a ser transformada.

3.2 A gestão ambiental pública a contextualizar a Educação Ambiental

A experiência sobre a qual se pretende, com esta pesquisa, trabalhar os sentidos que podem ser atribuídos às funções das UC e aos papéis de seus Conselhos gestores se desenvolve em um determinado contexto. Trata-se de iniciativa elaborada e realizada no âmbito de uma política de fiscalização. Essa política foi instituída por órgãos ambientais de um sistema do Estado de São Paulo, conhecido como Sistema Ambiental Paulista (como se verá no capítulo quatro). Compõem este sistema a administração direta e indireta da gestão pública do meio ambiente no governo do estado. Diretamente vinculados à então Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) havia as Coordenadorias (Administração, Educação Ambiental, Biodiversidade e Recursos Naturais, Fiscalização Ambiental e Planejamento Ambiental), assim como os institutos de pesquisa (de Botânica, Geológico e Florestal, que também gerem UC estaduais). Como administração indireta ainda há as fundações (Florestal e Zoológico) e a Companhia Ambiental Paulista (CETESB). A Polícia Militar Ambiental (PMA) também compõe o sistema, devido a um convênio da SMA com a pasta de segurança pública. O gabinete da SMA exerce controle político-administrativo sobre todo o sistema, exceto a PMA.

Entender-se-á esse contexto como parte da gestão ambiental pública, para o fim de situar a EA nesse cenário e, assim, contribuir ao amadurecimento de sentidos ao seu

desenvolvimento e possibilidades de exercer seu potencial crítico, transformador e emancipatório, conforme abordado nas subseções anteriores. No caso do Estado de São Paulo, a gestão ambiental pública governamental, em sentido estrito, pode ser compreendida na atuação desses órgãos do Sistema Ambiental Paulista. Cada um deles operacionalizando um ou mais instrumentos da política de meio ambiente, como a avaliação de impactos ambientais e licenciamento ambiental, o incentivo econômico e orientações técnicas para práticas sustentáveis, o zoneamento ambiental, criação e gestão de áreas protegidas, a fiscalização e a educação ambiental, entre outros.

Cada um desses instrumentos define seus objetivos próprios de gestão ambiental e, ao relacionarem-se com a EA, criam expectativas às funções que esta poderia desempenhar para contribuir com as intenções da operacionalização dos instrumentos. Diante de demandas práticas advindas dos objetivos específicos de cada instrumento, torna-se comum a instrumentalização da EA (ANDRADE; SORRENTINO, 2013), que tende a caracterizar-se como conteudística, comportamentalista, conservacionista, biologicista e pragmática. Portanto, esvaziada dos sentidos emancipatórios demonstrados aqui como caros a vertentes de EA com perspectiva crítica. Daí a relevância de refletir sobre o potencial dos processos de gestão ambiental como repletos de potencial educador, desde que identificada e trabalhada sua dimensão educadora em EA.

A EA para a gestão ambiental é apresentada por Layrargues (2000) como uma corrente portadora de conceitos que poderiam responder aos desafios colocados à EA para que esta assumia sentidos identificados com o exercício qualificado da cidadania como estratégia de enfrentamento de conflitos socioambientais. Assim, depreende-se uma EA voltada à participação social na gestão pública, direcionada à qualificação do debate público sobre as questões socioambientais e orientada também à ampliação da capacidade de incidência em políticas públicas, sobretudo, de grupos e segmentos poucos familiarizados com esse tipo de dinâmica, mas afetados por elas. Sorrentino (1993; 2002a) havia observado a EA como orientada por uma corrente por ele denominada de “gestão ambiental”. Esta estaria apoiada em outras duas correntes – ambas seriam chave para definir tanto as intenções do ambientalismo, como das práticas de EA a elas associadas: do desenvolvimento sustentável e das sociedades sustentáveis. A primeira vinculada à manutenção do modelo vigente; a segunda constituindo oposição à primeira, creditando a ela apenas uma “roupagem para a manutenção do *status quo*”. Sendo orientada pelo Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e

Responsabilidade Global, assim como por aspectos contidos no Relatório do Fórum de ONG Brasileiras para a Eco 92, a segunda vertente de EA na gestão ambiental seria caracterizada por:

- Propósito convergente de construir uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente equilibrada;
- Compartilhar da premissa de que o respeito à natureza é inalcançável num quadro de desrespeito e aviltamento do ser humano que a integra;
- Convicção comum de que, para se chegar a essa sociedade mais justa e ecológica, é necessário mudar o sujeito do desenvolvimento brasileiro, colocando-se o povo como autor e gestor do seu próprio projeto de modernidade (SORRENTINO, 2002:111).

Em seu texto sobre EA para a gestão ambiental, Layrargues (2000) traz um questionamento fundamental com base em suas observações a respeito de práticas usuais de EA nas quais predominariam preocupações maiores com as consequências de problemas ambientais, mais do que com suas causas. E pondera: quais seriam as causas dos usos incorretos dos recursos naturais? Quais seriam as motivações por trás de tais problemas? Para além de respostas mais simplificadoras, como aquelas que apontariam para o desconhecimento das consequências dos comportamentos tidos como inadequados e a ser devidamente corrigidos por uma EA de perfil mais conservador, o autor expande a complexidade de suas questões e aponta para respostas não menos profundas.

Mirando associações entre o uso incorreto dos recursos e determinado modelo de desenvolvimento organicamente vinculado a um modo de produção e um padrão de relações sociais de produção, Layrargues expõe a necessidade de outras estratégias educacionais. Nestas, seria imprescindível percorrer outros itinerários nos processos formativos, além daqueles que discorrem sobre o funcionamento de sistemas ecológicos, por exemplo. Seriam fundamentais os conhecimentos e reflexões sobre as relações e sistemas sociais, acerca dos conflitos no acesso aos bens ambientais, tornados recursos em função de condicionamentos de tais pressupostos. Ainda, para Layrargues, as estratégias de EA mais complexas teriam que dispor em seus horizontes formativos a ampliação da capacidade de interferir nas políticas públicas.

Layrargues (2000) também remete a outros dois autores, José Silva Quintas e Maria José Gualda Oliveira o que denomina como corrente de EA para a gestão ambiental. Ambos os educadores da então Divisão de Educação Ambiental do IBAMA, na década de 1990, Quintas e Oliveira desenvolveram no âmbito governamental uma proposta de formação de agentes públicos. Uma das definições mais relevantes é a que

compreende meio ambiente como resultante do trabalho humano, vinculando de maneira determinante que natureza e sociedade não expressam uma dicotomia e recomendando que gestão ambiental não pode se restringir ao manejo de recursos naturais.

Em documentos originados desse seminário, Quintas (2002; 2005; 2006) ressalta, de partida, que gestão ambiental se faz com Estado e com sociedade civil. Trata-se de premissa constitucional. Ambos não se opõem, mas se complementam. Devem, por conseguinte, trabalhar em conjunto, em ações compartilhadas, orientadas por objetivos comuns. Daí o reconhecimento, em textos de introdução à gestão ambiental pública, da necessidade de se buscar caminhos e práticas que contribuam para processos de gestão ambiental participativos (QUINTAS, 2002; 2005; 2006).

Entre as páginas do documento que se apresenta como introdutório, destaca-se uma definição:

A chamada questão ambiental diz respeito aos diferentes modos pelos quais a sociedade, através dos tempos, se relaciona com o **meio físico-natural**. O ser humano sempre dependeu dele para garantir sua sobrevivência. Em nenhum momento de sua história, a humanidade viveu sem o auxílio do meio físico-natural. O seu uso, como **base material** de sustentação da existência humana, bem como as alterações decorrentes deste uso é tão antigo quanto a própria presença do homem no planeta Terra (QUINTAS, 2006: 19-20, grifos do autor).

O meio ambiente, na perspectiva do autor citado, precisa do trabalho humano para ser criado e recriado, não havendo a possibilidade de ideia sobre meio ambiente sem o trabalho humano. No entanto, esse suposto da indissociabilidade entre seres humanos e natureza não seria suficiente, se tomado isoladamente. Seria tão importante quanto, reconhecer que a apreensão das relações entre ambas as dimensões (humana/natural) se dá em processos que ocorrem nas sociedades. Quintas crava: “[...] a chave do entendimento da problemática ambiental está no mundo da cultura, ou seja, na esfera da totalidade da vida em sociedade” (QUINTAS, 2006: 21). Portanto, não se faria possível tratar de gestão ambiental ao prescindir da construção de compreensões acerca de como se organizam as sociedades, como se relacionam diferentes grupos, segmentos e classes sociais para acessar a base de recursos naturais, produzir e distribuir (para entender como se consome, por exemplo).

Esse entendimento configura, por sua vez, o contexto do que o autor irá chamar de gestão ambiental pública, em que o termo público caracteriza a atuação estatal e da sociedade civil na mediação de conflitos socioambientais assumida pela gestão

ambiental. O termo “público” não restringe a Estado/governo, mas se refere ao coletivo e pode ser compreendido também como aproximado à noção de bem-estar geral, de interesse público. O que se entende por conflitos, segundo Quintas (2006) apoiando-se em elucidação de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992)¹⁰¹, tem relação com o choque entre atores sociais e políticos diante do acesso a recursos tomados como escassos, incluindo-se em tais recursos o poder político. O conflito estaria presente, sempre, em qualquer tipo de sociedade, sendo inerente a ela. Nesse cenário, pode-se conceber como conflitos *ambientais* aqueles conflitos sociais e políticos que têm elementos da natureza como objeto que expressam interesses coletivos e interesses privados (SCOTTO, VIANNA, 1997).

Gestão ambiental pública é, então, definida por Quintas (2006: 30, grifos do autor) como o processo de “[...] **mediação de interesses e conflitos** (potenciais ou explícitos) entre **atores sociais que agem** sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...]”. O poder público reúne uma série de responsabilidades para exercer esse papel de mediação. Seriam, segundo Quintas, um conjunto de instrumentos e normas que servem de parâmetro para buscar o que é previsto na Constituição Federal de 1988. São poderes e obrigações estabelecidos pela legislação, que lhe permitem prover ordenamentos, incentivos e mesmo sanções a danos ambientais. Essa mediação não prescinde do reconhecimento de que em uma sociedade como a brasileira há assimetrias na distribuição do poder de decidir e intervir para transformar o ambiente. Os benefícios e custos desse poder de criar e recriar o meio ambiente pela ação humana – desigual em uma sociedade estratificada – também são distribuídos, social e geograficamente, de modo desproporcional, afetando mais a uns do que a outros. Diante disso,

[...] a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio físico-natural ou construído. Daí a importância de se praticar uma **gestão ambiental participativa**. Somente assim é possível avaliar custos e benefícios de forma transparente (QUINTAS, 2006: 31, grifo do autor).

Duas questões são aqui tomadas como fundamentais para a EA na gestão ambiental pública, que Quintas (2005) afirma não como uma “nova” EA, mas uma concepção de educação que toma o processo de gestão ambiental como elemento

¹⁰¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1992.

estruturante de processos educadores. Em ambas se observa uma concepção de Estado dissociada da concepção liberal, mas também afastada da exclusividade protagonista do Estado. Uma é, em princípio, mais técnica ou remetente às competências dos profissionais envolvidos: saber criar e lidar com situações de ensino-aprendizagem com jovens e adultos em contextos sociais diferenciados, além de transitarem por diferentes áreas do conhecimento, em uma perspectiva multi e interdisciplinar (com destaque às ciências humanas e filosofia). Outra se refere ao compromisso político com segmentos da sociedade que nas disputas e conflitos socioambientais são por vezes alijados de direitos e dos benefícios de transformações ambientais, ficando mais próximos de seus custos e ônus.

Em síntese, a EA no contexto da gestão ambiental pública, deve se pautar por

[...] proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente seja físico-natural ou construído (QUINTAS, 2005: 139).

Quintas se posiciona de determinado “lugar” no campo da gestão ambiental, especialmente do IBAMA e dos processos de licenciamento que decidem o que pode ou não ser empreendido e como devem ocorrer os processos de transformação do meio ambiente. No entanto, observa-se com tal citação que a EA na gestão ambiental pública, de modo amplo, pauta-se pela criação de situações nas quais determinados grupos e segmentos sociais – sobretudo aqueles mais vulneráveis – percebam a problemática socioambiental em que estão envolvidos, compreendam as razões de tal problemática se apresentar da forma percebida e, principalmente, desenvolvam coletivamente modos de enfrentamento político das problemáticas compreendidas em suas raízes. Articula-se, assim, com a perspectiva de EA orientada pela incidência em políticas públicas, conforme observado neste capítulo sobre Educação Ambiental e que se associa com a seção subsequente, que tratará das relações entre EA, Conselhos, participação e políticas públicas.

Mais especificamente quanto à gestão de UC no campo da gestão ambiental, a pesquisa para esta tese reconhece como significativos aportes partidos da expectativa de que a EA assuma “[...] um papel estratégico de interlocução prioritariamente com os agentes mais vulneráveis nesta relação.” (FERLA, 2018: 123). Esse mesmo pesquisador, em sua dissertação de mestrado, aponta a disputa por “territorialidades da

EA” na gestão de UC federais, em que se reconhece a existência de diretriz de EA em UC - sob gestão do ICMBio - com perspectiva crítica, o que ainda demanda conquista no estado de São Paulo, seja para a formação de agentes públicos, seja para dar sentido claro às ações de EA na gestão de UC.

3.3 Conselhos gestores, participação social e incidência política: estratégias e horizonte de intervenção socioambiental da Educação Ambiental em perspectiva crítica

Esta seção busca tratar do potencial da participação social em espaços consolidados – como os Conselhos gestores – como uma das principais estratégias pedagógicas da EA no contexto da gestão ambiental pública, estabelecendo como seu horizonte a incidência em políticas públicas. Para tanto, aborda inicialmente reflexões acerca do que se concebe por Conselhos e por participação, dando ênfase àquela adjetivada como “popular”, necessariamente uma característica a ser trabalhada culturalmente.

Na sequência, serão trazidas ao debate considerações a respeito do que se pode compreender como incidência em políticas públicas, expondo sua potência de configurar-se como horizonte dessa relação entre EA, gestão ambiental pública e participação social. Parte-se, portanto, do pressuposto de que as políticas públicas configuram, em uma sociedade como a nossa, importante estratégia – ainda que inicial – de busca por transformação da realidade. Mesmo operando na normatividade vigente e contendo limitações severas em termos de *status quo*, se parte do reconhecimento de sua relevância tática de intervenção na realidade visando à transição para sociedades sustentáveis.

Aqui cabe menção à pertinente problematização realizada por Silva (2011) em relação às noções de “democracia participativa” e a tendência de seus “Intelectuais Orgânicos” em reproduzir de forma relativamente pacífica, segundo o pesquisador, a dicotomia entre sociedade civil e Estado, reforçando o entendimento de separação orgânica entre ambos (o que é negado por Gramsci, que as distingue metodológica, mas não organicamente). As aproximações e diálogos com as categorias gramscianas quanto a participação e incidência política a ser realizadas nesta tese aceitam esse risco e, ao fazê-lo, também reconhecem a necessidade de reforçar a importância estratégica de compreender a dimensão da “Sociedade Política” (que opera, por vezes, as políticas públicas) como expressão da correlação de forças e relações de poder também na “Sociedade Civil”. Não se apontará a uma “sensibilização” ou “convencimento” de

agentes e setores da administração pública que reflitam em políticas públicas, mas sim a uma disputa e busca pela conquista de hegemonia na “Sociedade Política” e na “Sociedade Civil”, expressa inicialmente, entre outras estratégias contra-hegemônicas, também em políticas públicas.

3.3.1 Conselhos gestores como espaços de ensino-aprendizagem

A percepção de que é um dado da realidade a ampliação da participação social na gestão de políticas públicas pode ser apoiada a partir do contato com diferentes autores, tais como Dagnino (2004), Abers; Keck (2008), Moroni (2012), Gohn (1999; 2001; 2002; 2006), Szwako (2012), Souto; Paz (2012). Ainda, é reconhecido que tais espaços problematizam questões coletivas e criam demandas ao Estado em sentido estrito, pois se configuram como direito à participação política permanente para além das eleições. Canais de diálogo entre a administração pública e diferentes segmentos, grupos sociais e respectivas concepções de mundo, perspectivas, interesses e narrativas. São também tidos como possibilidades ou meios de haver maior transparência, consolidação de noções de democracia e “ajuste fino” no desenvolvimento de políticas com participação dos cidadãos, provocando alterações na normatividade instalada.

Conformam-se, pois, como diferentes espaços de encontro e sobreposição entre “Sociedade Civil” e “Sociedade Política”, assim como de participação na elaboração, implantação e/ou monitoramento e avaliação de políticas públicas. Os Conselhos teriam se tornado uma possibilidade – permitida ou conquistada – à familiarização com as complexas maneiras de funcionamento do Estado burguês, emissão de sinais (de forma habermasiana) às tomadas de decisão sobre a agenda pública. “Ao longo das últimas duas décadas, os espaços e canais institucionais assumiram tantas formas e vêm se alastrando com tamanha força pelos três níveis da administração pública brasileira que se tornaram uma realidade inevitável” (SZWAKO, 2012: 13). Em havendo tais possibilidades (mesmo que distantes diante da usual frustração que se abate sobre cidadãos em contato com Conselhos), sua inevitabilidade – ainda que sob ataque¹⁰² - aponta à exigência de ocupação e qualificação de tais espaços e o aprofundamento do valor de seu significado e papel pela participação política permanente que proporcionam, para além da presença periódica em eleições.

¹⁰² Os Decretos 9.759 de abril e 9.812 de maio de 2019 expressam esse tipo de assédio ao princípio constitucional da participação direta, ao visar a explicitamente esvaziar, fragilizar e extinguir Conselhos e outros tipos de colegiados de gestão de políticas públicas no âmbito federal.

A configuração desse tipo de fórum para tratar de assuntos considerados públicos ou comuns a determinado grupo ou sociedade não é recente. É provável até mesmo reconhecer que o formato de “Conselhos” e a própria noção de democracia participativa não seriam novidades originadas no processo de redemocratização no Brasil, exclusivamente. Ao menos em termos gerais. Para Gohn (2006), há pesquisadores que atestam os Conselhos como uma criação histórica que acompanha agrupamentos e sociedades humanas desde há muito tempo, sendo uma invenção tão antiga quanto a própria democracia participativa e teriam suas origens nos clãs visigodos entre os séculos V e VIII.

Embora seja recorrente conferir à Constituição brasileira de 1988 (adjetivada como “cidadã”) a criação de canais de participação como os Conselhos, teria havido experiências participativas, mirando políticas públicas, anteriores à elaboração da Carta Magna. Teriam sido, inclusive, maturadas em período tomado como obscuro quanto a eventuais aberturas à participação coletiva na política; temporada ainda mais desalumiada para a visibilidade e protagonismo político de movimento sociais ou populares (DAGNINO, 2004a; 2004b).

Sem muito espaço para dúvidas, essa compreensão de Conselhos que aproximariam a sociedade civil, supostamente homogênea e a priori separada e relativamente distante do poder público, de órgãos governamentais que protagonizariam políticas públicas, contribui ao reforço a esse entendimento binário. Partir-se-ia, equivocadamente, de uma concepção de sociedade civil como uma espécie de “arena livre” e equilibrada em termos de correlação de forças econômicas e políticas, em que diferentes atores dialogam e, em pé de igualdade fictícia, produzem consensos (LIGUORI, 2007) e estes são refletidos nas políticas pela via dos Conselhos gestores.

No final dos anos 1970 já haveria Conselhos Comunitários direcionados à atuação junto à administração pública municipal, assim como os Conselhos Populares, de caráter reivindicativo e presentes até a década de 1980 (GOHN, 1990; 2006). Esses Conselhos Populares, de acordo com Gohn (2006) seriam decorrentes de conquistas de setores de esquerda em oposição ao regime militar. Teriam surgido com diferentes papéis como, por exemplo, atuar com alguma capacidade de incidência junto ao poder executivo a partir de demandas dos grupos sociais a que se vinculavam.

A participação a partir de Conselhos populares pode ser tomada, em princípio, como uma “abertura” ou concessão por parte do Estado em sentido estrito. Essas experiências e o debate em torno delas, tendo como principais questões seu grau de

participação direta, autonomia em relação poder público instituído e se seria um novo poder embrionário, referenciaram a Assembleia Constituinte (GOMES, 2003), caracterizando os Conselhos gestores como resultantes de um processo histórico de consolidação da participação política direta. Portanto, também conquista.

Dagnino, em palestra proferida no Instituto Municipal de Administração Pública de Curitiba em 2014, aponta que a Constituição de 1988, no que tange à participação especialmente, teria sido um marco institucional e simbólico (que remete à interrupção brutal do processo democrático no Brasil representado pelo golpe civil-militar de 1964) na trajetória política do país como nação (IMAP, 2014). Naquela conjuntura, com uma correlação de forças favorável a um resgate ou reconstrução do processo democrático e de garantia e extensão de direitos sociais teria sido assegurado, institucionalmente, o direito de a sociedade intervir em decisões políticas. A começar do parágrafo único do artigo 1º da Constituição: “todo poder emana do Povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou **diretamente**, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

No entanto, ao passo que conquistados como arranjos de participação política da sociedade na gestão de políticas públicas e uma obrigatoriedade aos governos, os Conselhos teriam sido criados pelo país inteiro e, também, se tornado, na grande maioria, segundo a pesquisadora e professora da Universidade de Campinas, criações “de cima para baixo”. Ou seja, os governos “obedeceram a Lei”.

Gomes (2003), apoiando-se em alerta feito por Carvalho (1998), sublinha os riscos trazidos pelo que se denominou “febre conselhistas”. Além de fragmentar a participação social em diferentes frentes de atuação por distintas políticas e respectivos colegiados de gestão ampliada, esse fenômeno reduziria a capacidade de a sociedade ocupar tantos Conselhos em função da cristalização da representação em expoentes dos movimentos e mesmo integrantes de câmaras municipais (GOMES, 2003, citando levantamento realizado pelo CEPAM sobre Conselhos atuantes em políticas sociais municipais em 2002¹⁰³). Isso retrainha, inclusive, o desenvolvimento da capacidade de democratização do acesso aos próprios Conselhos.

Esses apontamentos oferecem uma pista ao exame dos Conselhos de forma geral e especificamente os de UC. Mais do que sua criação e atenção burocrática às suas renovações formais (por vezes mais motivadas por outros condicionamentos, como

¹⁰³INFORMATIVO CEPAM. **Conselhos Municipais das Áreas Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Unidade de Políticas Públicas, v.1, n.3, 2002.

elaboração de planos de manejo e acesso a recursos), é preciso que o Estado (“Sociedade Política” + “Sociedade Civil”) promova políticas de qualificação e aprofundamento da democracia participativa nestes fóruns. Tais políticas precisam expressar-se como abertura e como conquista, superando essa leitura de que seriam forjados burocrática e unilateralmente. Mesmo partindo da esfera de “Sociedade Política” do Estado necessitam pronunciar-se como resultantes das relações dialógicas e dialéticas entre ambas as dimensões gramscianas do Estado Integral.

Posterior à Constituição de 1988, os Conselhos institucionalizados como canais de participação, tais como são conhecidos atualmente, vêm tendo suas características engendradas desde a década de 1990. O que marca a diferença entre estes mais recentes, pós 1988 e aqueles, populares e vinculados a movimentos sociais seria sua natureza e composição. Se nos Conselhos Populares e Comunitários, por seu caráter essencialmente reivindicatório e relação com movimentos sociais, a composição era exclusivamente dos grupos sociais, nos Conselhos gestores institucionalizados o arranjo inclui representação da sociedade política no mesmo espaço. Se os primeiros eram mobilizadores e exerciam poder de pressão junto à Administração Pública, os Conselhos gestores configuram “[...] novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política” (GOHN, 2006: 07).

Indubitavelmente, a emergência dos conselhos sinaliza uma ruptura com o arcabouço jurídico e institucional vigente até a Constituição de 1988. Suas inovações expressam pelo menos duas dimensões: uma técnico-normativa e outra relativa à ampliação da democracia. Se anteriormente o modelo concebia conselhos comunitários e populares, o modelo atual institui novas atribuições e altera seu perfil: não mais conselhos atuantes no âmbito do microterritório, mas conselhos setoriais paritários em diversas esferas de poder e com poderes deliberativos, alocativos e regulatórios (CARNEIRO, 2006: 149-50).

Segundo a autora, os Conselhos não seriam simplesmente locais para troca de informações ou comunicações unilaterais. A composição paritária entre representantes governamentais e não-governamentais e seu caráter constitucional definiriam os Conselhos como parte do Estado, não como algo externo a ele.

Os conselhos são canais de participação política, de controle público sobre a ação governamental, de deliberação legalmente institucionalizada e de publicização das ações do governo. Dessa forma, constituem espaços de argumentação sobre (e de redefinição de) valores, normas e procedimentos, de formação de consensos, de transformação de preferências e de construção de identidades sociais. Têm poder de agenda e podem interferir, de forma significativa, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos (CARNEIRO, 2006: 150).

A autora apoia-se na categoria habermasiana de esfera pública que, configurando-se como *lócus* da crítica argumentativa e deliberativa e de distribuição do poder político, distingue-se tanto do Estado (em sentido estrito) quanto do mercado, sendo capaz de conservar uma autonomia própria. Assim, atesta os Conselhos como espaços públicos não exclusivamente estatais que “[...] sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública, apresentando um caráter híbrido, uma vez que são, ao mesmo tempo, parte do Estado e da sociedade” (CARNEIRO, 2006: 151). Diferenciam-se, também, de manifestações e movimentos sociais na medida em que são estruturados e instituídos legalmente, além de se caracterizarem pela atuação conjunta com o Estado em sentido estrito para a elaboração e gestão de políticas públicas.

De uma perspectiva gramsciana é possível ler os Conselhos como *lóci* nos quais ambos os momentos do Estado Integral estariam representados. Nessas representações, as expressões de “Hegemonia” nas duas esferas. Ainda assim, um espaço de disputa, do contraditório e que potencializa o encontro de narrativas contra-hegemônicas, seja no interior da “Sociedade Política” ali representada, seja da “Sociedade Civil” (com maiores possibilidades à segunda, uma vez que a primeira usualmente é representada por indicações políticas alinhadas à “Hegemonia” já presente no âmbito governamental). Disso decorre a relevância da disputa desses espaços por aqueles grupos se configuram e manifestam concepções contra-hegemônicas de sociedade (de relações sociais de produção, étnicas, de gênero, de classe), de economia, de relações sociedade/cultura/natureza.

De um ponto de vista mais afeto à noção de correlação de forças presentes em uma sociedade assimétrica como a presente, “[...] a diferença é que eles [Conselhos] são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, pelos liberais, e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda” (GOHN, 2002: 10). A mesma autora (2001), em trabalho sobre Conselhos e participação sociopolítica, os define como espaços que articulam sociedade civil e poder público em discussões e práticas correspondentes à gestão de bens públicos. Teriam sido, para a autora, uma das principais novidades em termos de políticas públicas nas décadas mais recentes, no Brasil. Analisando essa “inovação”, Gohn arremata afirmando-os como “agentes de inovação e espaços de negociação dos conflitos”.

Visando a compreender o papel dos Conselhos gestores em período mais recente, Gohn (2006) indica ser recomendável considerar o panorama político-institucional da Administração Pública na década de 1990, marcado pela reforma do Estado operada naquele período. Com essa reforma e a então denominada Nova Administração Pública foi pavimentado o caminho para a sociedade civil organizada atuar como executora de políticas públicas, ainda dentro de uma noção de participação significativamente diluída.

Diferentemente da década de 1980, em que a sociedade civil organizada tinha um perfil reivindicatório, a partir da década seguinte um novo associativismo civil se fortalece: as organizações não governamentais (ONG) – atualmente Organizações da Sociedade Civil (OSC) - com diferentes maneiras de atuar junto a governos. Muitas configurar-se-iam como prestadoras de serviços, atuando por projetos, articulando parcerias com o Estado e com o setor privado.

Assim, depreende-se que, num primeiro período histórico, setores contra-hegemônicos da “Sociedade Civil” organizava-se para reivindicar participação nos processos decisórios dos quais surgem e amadurecem as políticas públicas. Já posteriormente (década de 1990) observar-se-ia, inclusive, uma disputa por recursos do orçamento público na sociedade civil para executar – prestando serviços de natureza pública – programas e projetos alinhados a políticas concebidas, decididas e gerenciadas por grupos dirigentes, orientados por segmentos dominantes da “Sociedade Civil” (classe social hegemônica) por vezes com acesso direto a tomadores de decisão que galvanizam seus interesses na estruturação do Estado - porque seus representantes também atuam na “Sociedade Política”.

Mesmo contando com tais características presentes no associativismo civil e nos processos de tomada de decisão no âmbito do poder público, os Conselhos gestores precisariam – e, eventualmente, podem, como se pretende indicar nesta tese – despontar como espaços a partir dos quais pode haver conquista da participação. Seja pela influência, seja diretamente. Assim como trabalhar formas dessas contradições emergirem de uma compreensão em perspectiva crítica da sociedade e suas relações com a natureza. Portanto, contra-hegemônica.

Eventuais disputas de hegemonia sobre leituras do papel da sociedade civil (se essencialmente participante nas decisões e no controle de um Estado em sua concepção integral, ou se executora de funções do Estado em uma Nova Administração Pública de corte liberal), e o próprio processo de participação em espaços como os Conselhos,

resguardam o potencial de promover o debate, a experiência consciente e, com isso, a formação em perspectiva crítica, dialogando em boa medida com o repertório gramsciano. Isso no que diz respeito ao potencial de tais colegiados assumirem funções similares às de intelectuais coletivos organicamente vinculados a uma concepção de mundo contra-hegemônica.

Também, como um espaço de formulação de bandeiras políticas a aglutinar diferentes grupos e segmentos sob alguma forma de opressão na sociedade, ou com interesses e valores compartilhados e que apontam à necessidade de transformações sociais estruturais. Ajuntamento político em torno de algo, também similar, a uma noção de “Partido” em sentido ampliado, atuando para incidir politicamente, a priori naquilo que está histórica, política e imediatamente ao alcance: as políticas públicas. Ter-se-ia no horizonte a transformação da própria estrutura do Estado, para além de sua orientação governamental e contrapondo-se à ideia de democracia liberal-burguesa, realizando isso dialeticamente a partir de um mecanismo deste mesmo tipo de democracia (os próprios Conselhos gestores e a incidência em políticas públicas).

Furriela (2002), ao tratar especialmente do Conselho Estadual de Meio Ambiente no estado de São Paulo (Consema), identifica, dentre outras questões desafiadoras, aquela relativa ao papel e às funções exercidas por esse colegiado. Desde sua criação, em 1983 – portanto, anterior à Constituição cidadã, às unidades de conservação como tais e seus Conselhos, no SNUC, além da própria SMA – o Consema lida com uma espécie de dilema: dedicar-se politicamente à discussão pública sobre problemas coletivos que demandam posições e ações públicas na forma de políticas de Estado, ou executar funções associadas às políticas já instituídas, como despende demasiado tempo na análise de processos de licenciamento.

Com isso se observa, até aqui, tanto um avanço em relação ao espaço de interseção dos momentos do Estado Integral gramsciano, quanto uma tendência, conservadora, de compreendê-los como distintos e separados “que se encontrariam” nos Conselhos. Contudo, a possibilidade de participação pela interlocução com outros grupos, segmentos e parcelas da sociedade política guarda elementos que identificariam os Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem, de formação pela EA e de socialização da política. Nesse diapasão, requerem incentivos na direção de amadurecer a qualidade da participação como percurso educador na formação de cidadãos esclarecidos, emancipados, politizados e conscientes do alcance e das limitações seja do Conselho, seja da própria ação pública. Conquistar e galvanizar isso (normativa e

culturalmente) de dentro de “Aparelhos” que também produzem “Hegemonia” a partir da “Sociedade Política” torna-se um desafio substantivo.

Assim como Gramsci compreendeu os Conselhos de Fábrica como espaços nos quais a classe trabalhadora do início do século XX começaria a se apropriar da ideia de autogestão dos processos produtivos, Conselhos gestores de Políticas Públicas, especialmente de políticas ambientais, como a gestão de UC, são aqui tomados como fóruns nos quais pode-se construir compreensões em perspectiva crítica e socioambientalista e, diante disso, formular estratégias de atuação política contra-hegemônica. Diferentemente dos Conselhos de Fábrica, constituídos essencialmente por trabalhadores, os Conselhos de participação na gestão pública, com a tendência de participação de representantes do que é hegemônico na “Sociedade Política” e contra-hegemônico na “Sociedade Civil” caracterizam-se, assim, como arena de disputa, que carece de tomada de consciência. Tomando outra categoria de Gramsci, catarticamente o “ser coletivo em si, ao ser coletivo para si”.

Uma disputa que, ao se apresentar, em princípio, entre “Sociedade Civil” e “Sociedade Política”, aparenta a fantasiosa clivagem maniqueísta negada por Gramsci, mas que deve revelar a necessidade, também estratégica, de identificação mútua e alinhamento político entre representantes de projetos societários de aprofundamento da democracia e superação do modelo de desenvolvimento hegemônico na disputa por espaços como os Conselhos. Grupos contra-hegemônicos presentes em ambas as esferas do “Estado Integral”. Daí seu caráter formativo – que demanda uma EA à altura dessa complexidade e compromisso político –, ao expressar a disputa por hegemonia que se deve buscar à luz da concepção de “Estado Integral”. Esse caráter formativo passa, inexoravelmente, pelo reconhecimento e compreensão do que Evelina Dagnino (2004) trata como “confluência perversa”¹⁰⁴.

O processo de tomada de consciência das desigualdades e o julgamento, a partir de determinados valores, de que são manifestações de injustiça aproximam esse sentido educador pela participação em Conselhos das concepções formuladas por Antonio Gramsci, devido à noção de “Catarse” por ele desenvolvida. Tal itinerário de esclarecimento e de politização com intencionalidade pedagógica, caminharia *pari passu* com o entendimento de que a incidência em políticas públicas – ou na

¹⁰⁴ Expressão utilizada pela pesquisadora para denominar o fenômeno de disputa ideológica entre dois projetos societários antagônicos: um de corte neoliberal e outro de aprofundamento da democracia. Ambos atravessariam sociedade política e sociedade civil e serão tratados adiante nesta mesma seção da tese.

normatividade existente - pode não ser suficiente frente ao horizonte de superação do próprio capitalismo ou da sociedade burguesa, ainda que configure um passo consistente do ponto de vista educativo e de interferência na realidade. Uma experiência de “utopia concreta”, conforme Eric Olin Wright (2019).

Para Gohn (2006: 09), “faltam cursos ou capacitações aos conselheiros, de forma que a participação seja qualificada, por exemplo, à elaboração e gestão das políticas públicas”. Além dessa premência por qualificação da participação social, torna-se também necessário diminuir as desigualdades no que se refere às condições de participação se comparados os representantes do poder público com aqueles da sociedade civil em termos de acesso a informações e instrumentos, infraestrutura e mesmo acesso às reuniões (condições objetivas e subjetivas).

No entanto, não se deve esperar essa qualificação sendo promovida por gestões alinhadas a um projeto neoliberal de sociedade. Isso será objeto de conquistas, sucessivas ou intercorrentes, que demandam articulação política entre setores da “Sociedade Civil” desejosos de transformações sociais estruturais com grupos atuantes na “Sociedade Política” comprometidos com isso. Ambos, setores e grupos contra-hegemônicos de ambos os momentos do “Estado Integral”, coadunados com a perspectiva de um outro Estado.

Dá mais um elemento que coloca à EA os Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem e a participação social como estratégia pedagógica, fornecedores de sentidos quanto a incidência política como horizonte, tendo, ainda, o “inédito viável” de Paulo Freire (1992) e o “ainda-não-consciente” de Ernst Bloch (2006) como “utopia concreta” (WRIGHT, 2019). Conselhos, portanto, compreendidos como espaços educadores de socialização da política.

Ponderações sobre Conselhos no contexto da gestão ambiental pública

A perspectiva que capta a potencialidade política dos Conselhos é reforçada por documento elaborado pelo Instituto Pólis, quando revela que “[...] dependendo da força política de seus integrantes e da centralidade do tema para um projeto de governo, um conselho consultivo pode ser mais efetivo do que um conselho deliberativo” (SOUTO; PAZ, 2012: 06). A ponderação sugere que, independente do grau de competência

decisória sobre ações governamentais, a capacidade de incidência desses colegiados não se retrai, principalmente em função da qualidade política que se pode alcançar.

Haveria também elementos que unificam os Conselhos gestores no Brasil. Abers e Keck (2008: 100), destacam que, no Brasil, embora

[se] diferenciem em termos de origem legal, composição, atribuições formais e influência nas decisões estatais, eles compartilham certas características. São criados por lei e têm certa autoridade formal sobre normas, planos e, ocasionalmente, sobre o orçamento nas suas áreas de atuação. Os membros devem ‘representar’ (no sentido de ‘agir em favor de’) grupos do setor privado, sindicatos de trabalhadores, órgãos estatais e associações civis, com respaldo social amplo e uma missão que corresponda às finalidades do conselho. O Estado normalmente detém até metade das cadeiras.

A força política dos Conselhos passa a ser passível de problematizações ao se considerar outras contribuições de Abers e Keck. Se a representatividade é um dos componentes que sustentam a legitimidade e alinhamento a compreensões sobre a realidade, se observa que, de um lado, os participantes da sociedade civil são sujeitos indicados por organizações escolhidas, por sua vez, por outras organizações. Do outro lado, cerca de metade dos assentos são ocupados por servidores públicos. Esses são indicados para “representar” a posição dos órgãos estatais envolvidos, o que reforça uma tendência à manutenção daquilo que já é hegemônico.

A provocação colocada pelas autoras: “quem estes atores representam?” surge assim que membros indicados por associações civis adquirem responsabilidades formais na definição de políticas públicas. Grande parte das associações da sociedade civil é auto-organizada; seus líderes não são escolhidos ou autorizados diretamente por um público mais amplo que alegam representar. A questão que emerge, portanto, é saber como as associações, e principalmente grupos e segmentos sociais por elas representados podem participar de forma legítima de processos de tomada de decisão na esfera pública (ABERS; KECK, 2008).

Teixeira (2000, *apud* GOMES, 2003: 42) sintetiza os desafios à efetividade dos Conselhos em três aspectos: a paridade, a representatividade e publicização desse tipo de colegiado. Quanto à paridade, os autores ressaltam que deve haver igualdade “[...] de condições de acesso a informações, de capacitação técnico-política dos conselheiros e de disponibilidade de tempo e recursos físicos, humanos e tecnológicos”, além de disponibilidade de tempo e condições de acesso às reuniões (GOHN, 2006), transcendendo o senso comum apegado à quantidade de membros do poder público e sociedade civil. Em relação à representatividade, se exigiria que os indicados pelo poder público detenham capacidade decisória. Já aqueles membros da sociedade civil devem

ser eleitos democraticamente e passíveis de controle e responsabilização. Gomes (2003: 42) pondera que, ainda assim,

[...] estamos diante de um processo de mudanças das relações entre Estado e sociedade em que vários espaços de interlocução e de negociação começam a surgir. Estes passam a ter uma legitimidade que denomina substantiva, embora não se pautem pelas regras de uma legitimidade ‘procedimental’, provinda de eleições ou decisão de maiorias. Embora não sejam eleitos como representantes da maioria da população, a legitimidade dos membros do Conselho decorre da sua estreita vinculação à sociedade através das entidades representadas e do processo de interlocução que estas desenvolvem ou podem desenvolver com a população. Vinculação que precisa ser atentamente preservada¹⁰⁵.

Já no que diz respeito à publicização dos Conselhos, sua importância residiria na necessidade de suas deliberações auferirem força política ao recorrerem ao apoio e mobilização da sociedade civil. “Assim, é necessário enfatizar a publicização do conselho, a divulgação das suas ações e a discussão pública da sua pauta” (GOMES, 2003: 43). Por outro lado, é fundamental compreender que os Conselhos são espaços que expressam, em alguma medida, territorial e politicamente a concepção de Estado Integral, embora se apresentem como essencialmente um lugar de esclarecimento e negociação, não um espaço exclusivo dos movimentos sociais, que são independentes dos governos. Eles são governo¹⁰⁶. São, portanto, espaços a ser disputados. Podem aproximar-se da conotação de aparelhos de hegemonia, da função de intelectuais coletivos orgânicos e alimentar a perspectiva de alinhamento de grupos oprimidos – por aquilo que são e por seus modos de vida – e posicionamentos contra-hegemônicos.

Abers e Keck expõem questões como a representatividade e a legitimidade dos Conselhos como arenas de discussão e deliberação na esfera pública. Não seriam “[...] mais privilegiadas como espaços de identificação dos interesses comuns, mas sim como

¹⁰⁵ O pesquisador desta tese participou do processo recente (2017-2018) de regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (PEEA-SP). A formulação do texto do respectivo decreto foi desenvolvida conjugando contribuições de diferentes segmentos, como redes de educação ambiental do estado, universidades, municípios, educadores da educação formal e da gestão ambiental das três esferas administrativas, apoiando-se em amplo processo de consulta pública por todo o estado em 2012. Dentre as expectativas dessa regulamentação figurava a instituição de um importante instrumento de política pública (LASCOUTES; LE GALÈS, 2007): um colegiado gestor da política, no caso, a Comissão Interinstitucional de EA (CIEA-SP). Observou-se que, diante de problematização associada a essa questão da representatividade e legitimidade limitadas, de qualquer colegiado, esse coletivo formulador construiu uma resposta expressa como uma das atribuições do decreto 63.456/2018. A CIEA-SP, para compor seus posicionamentos e deliberações, deve “proporcionar espaços de diálogo ampliados para participação dos diversos segmentos da sociedade civil, dos órgãos governamentais, das diferentes esferas administrativas e regiões do estado, com o objetivo de subsidiar os seus trabalhos” (SÃO PAULO, 2018). Observa-se uma busca por subsídios e legitimidade ao não compreender o colegiado como espaço exclusivo de debate público sobre determinado conjunto de políticas públicas.

¹⁰⁶ Segundo Suppa (2017:343), para Gramsci o termo governo não deve ser reduzido ao seu sentido imediatamente executivo. “[...] governo é ligado à hegemonia de uma força política, já que esta última, na condição de que já se tenha tornado hegemônica, poderá em seguida aspirar à efetiva ação de governo.”

espaços para expressão e disputa de diferenças e conflitos” (ABERS; KECK, 2008: 108). Mais adiante, explicam:

Nesse caso, a diferença é promovida não porque resulta em justiça ou mesmo em projetos diversos, mas como pré-condição galvanizadora para projetos até então inexistentes. O elemento catalisador é mais do que a interação de idéias e motivos: ele brota da construção de relações concretas entre atores que desenvolvem a capacidade para usar os recursos de forma inédita. A interação afeta não apenas as compreensões, mas também o que as pessoas fazem; ela transforma a capacidade dos atores em influenciar a vida social (op. cit.).

Na trilha dessa “inovação” na maneira de compreender a formulação, implantação e monitoramento/avaliação de políticas públicas, também o campo da gestão ambiental lança mão desse dispositivo constitucional para suas políticas de conservação da biodiversidade, mais especificamente quanto às unidades de conservação.

Da mesma forma que a criação de áreas protegidas (especialmente UC) no Brasil parte de antecedentes internacionais, a “convocação” da sociedade civil à conservação também dialoga com marcos desenvolvidos no debate entre diferentes perspectivas no plano internacional. Souza (2012) e Dantas (2015) estão dentre pesquisadores dedicados ao tema da participação social na gestão da biodiversidade. Ambos resgatam axiomas amadurecidos no bojo da discussão sobre conservação da natureza. Souza retoma o que pode ser tido como uma disputa de narrativas sobre o risco e o potencial do envolvimento de diferentes atores nas formas de conservar bens ambientais. Assim como Dantas, Souza expõe a concepção de proteção da natureza na qual se defende a centralização, a cargo do Estado ou de proprietários da terra. A teoria advogada pela “Tragédia dos Comuns”, de Hardin (1968)¹⁰⁷, teria subsidiado as políticas de conservação da natureza mundo afora, no Brasil expressando-se como a tutela do Estado quanto à gestão de áreas protegidas.

Segundo esse referencial, os usuários de um dado recurso seriam incapazes de estabelecer regras entre si para manejá-lo de modo sustentável. Assim, cada um, isoladamente, buscaria explorar ao máximo o recurso em seu próprio benefício, desconsiderando os demais usuários e causando o desequilíbrio do sistema. As saídas para o dilema apontam para dois sentidos opostos: a privatização dos recursos, definindo claramente os direitos de propriedade; ou o controle por uma terceira parte, em geral o Estado, que define e impõe as regras que regulam o uso (SOUZA, 2012: 34).

¹⁰⁷ Layrargues (2000), citando Morrison (1995) esclarece que Hardin tão somente teria trazido à tona que os comunitários, em realidade, não levariam necessariamente tragédia alguma. O que Garret Hardin demonstrou foi que a liberdade individual precisa ser restringida de maneira a se evitar a anunciada tragédia.

Mencionando a Estratégia Mundial para a Conservação (1980), Dantas assinala que o discurso de defesa da chamada à sociedade em geral para a gestão compartilhada de recursos naturais passou a se tornar comum. Pesquisadores como Elinor Ostrom teriam contribuições significativas para a sedimentação da noção de que a gestão compartilhada se configura como estratégica à conservação, contradizendo o discurso alimentado pela Tragédia dos Comuns (SOUZA, 2012; DANTAS, 2015). Para Souza (2012: 34), Ostrom teria demonstrado que em determinadas situações elementos da dinâmica local podem ser “[...] mobilizados por usuários de um dado recurso que promovem seu uso de forma coletiva, excluindo a ação de agentes externos e regulando a exploração entre os membros da própria comunidade”.

Segundo o autor, as diferentes concepções sobre estratégias de conservação da natureza teriam dado origem a quatro tipos de regime de gestão de recursos naturais: livre acesso em que, não havendo restrições no acesso e uso de recursos escassos, as consequências se aproximam das previsões da Tragédia dos Comuns; propriedade privada, em que a regulação existe, mas é de responsabilidade dos detentores da terra; propriedade comunal, na qual a ideia de exclusão se aplica àqueles indivíduos ou grupos que não pertencem à comunidade que compartilha o uso dos recursos; e propriedade estatal, a partir da qual o Estado define e se responsabiliza pela aplicação e fiscalização das regras.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio’92, teve entre seus principais resultados a Convenção sobre Diversidade Biológica. Seu décimo princípio define que

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos. (CONVENÇÃO..., 1992).

O SNUC também incorporou em seu texto a participação social na gestão das UC. Após sinalizar nos incisos IV e V do artigo 4º que dentre seus objetivos estão os de vincular as UC a políticas mais amplas como a de desenvolvimento, visando à sustentabilidade e à proteção da biodiversidade, o SNUC exige no artigo 22 (parágrafo 1º) que haja consultas públicas para a criação de novas UC.

Na sequência o artigo 27º impõe os planos de manejo para orientar a gestão das UC. Na esteira desse comando, encontra-se mais uma disposição relativa à participação social: os planos devem assegurar, em seu processo de elaboração, a ampla participação da população residente. A sociedade civil organizada institucionalmente também é potencializada pelo SNUC a gerir diretamente as UC, conforme disposto no artigo 30º. Antes, no artigo 29º, já aponta que cada UC deverá contar com um Conselho, presidido pelo órgão gestor e composto por representantes da sociedade civil e do poder público.

Como visto, nas unidades de conservação o Conselho é uma exigência da Lei Federal n.º 9.985 de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). No Decreto Federal n.º 4.340 de 2002 a composição, competências e outros detalhes foram regulamentados em um capítulo do decreto destinado especificamente à orientação sobre Conselhos. Dentre as competências dos Conselhos, o referido decreto afirma que são desde sua auto-organização em se tratando de como funcionará, a acompanhar a elaboração, implantação e revisão dos Planos de Manejo, buscar a integração da UC com outras áreas protegidas e o território como um todo, buscando articular e compatibilizar os interesses de distintos segmentos atuantes no território e entorno das UC com seus objetivos de conservação da natureza. Compete aos Conselhos também observar o orçamento e sua execução a cada exercício, manifestar-se sobre a gestão eventualmente repassada a alguma Organização da Sociedade Civil (OSC), bem como sobre atividades que causam ou podem causar impactos à unidade ou a seu entorno. A derradeira competência dos Conselhos que é estabelecida pelo decreto de regulamentação do SNUC demanda que esses espaços se dediquem à proposição de diretrizes e mesmo de ações voltadas compatibilizar, otimizar e integrar a relação da unidade com a população habitante no entorno ou no interior das UC¹⁰⁸ (BRASIL, 2002).

Registre-se que a lista de competências pode cumprir funções distintas. Propiciam guiar e evitar um vácuo de orientação aos conselheiros e órgãos que os presidem, facilitando o entendimento e participação nos Conselhos. Por outro lado, podem configurar uma lista restrita daquilo que é permitido aos Conselhos fazerem, tendo, assim, um caráter restritivo ao seu alcance político. Ou seja, o quanto os

¹⁰⁸ Esse mesmo decreto estabelece no sexto parágrafo do artigo 17 – sobre Conselhos – que aquelas UC que eventualmente não contarem com seus próprios Conselhos Gestores podem, desde que atendidos os comandos do decreto sobre competências e composição, designar o Conselho Municipal de Meio Ambiente (ou órgão equivalente).

Conselhos podem incidir em decisões políticas se “apenas” observam, propõem, acompanham, elaboram e buscam integrar.

Santos (2008) identifica o que denomina “lacunas” da lei federal que cria o SNUC e o Decreto que o regulamenta, no que se refere aos “poderes dos Conselhos”. Assinala o autor que os verbos utilizados nas competências atribuídas aos Conselhos de UC sinalizam suas atribuições, mas tais “[...] poderes conferidos para os conselhos gestores das unidades de conservação federais em momento nenhum possibilita que ele defina, aprove, dê a última palavra na gestão da unidade de conservação” (SANTOS, 2008: 121). A interpretação e decorrente posicionamento do pesquisador a respeito das competências dos Conselhos de UC demanda reflexões sobre a relação direta entre questões de representatividade, legitimidade e responsabilidade, fundamentais ao debate a respeito das competências.

O que pode delimitar a atuação e alcance político dos Conselhos guarda também possibilidades devido à sua institucionalidade. Em praticamente todos os incisos do decreto federal em tela é concebível fundamentar um papel ativo a Conselhos de UC, mesmo aqueles de natureza consultiva, ainda que os verbos utilizados não deem margem a definições, aprovações e “palavras finais”. A partir das competências dos Conselhos instituídas por um instrumento como um Decreto federal, é significativa a legitimidade de papéis ativos na busca por construção de agendas que visem incidir em políticas setoriais vinculadas ao modelo de desenvolvimento, à compreensão que se tem sobre o território e à própria UC. Embora restritas a uma concepção liberal que dualiza Estado e sociedade e limitadoras da atuação decisória dos Conselhos em relação à gestão das UC, tais competências não encerram, mas abrem o debate e as possibilidades de se trabalhar com esses colegiados em perspectiva educadora, crítica e politizadora de sua atuação, seja em se tratando dos grupos sociais marginalizados social, econômica e politicamente no interior dos Conselhos, seja dos próprios colegiados em suas relações com a ideia de “Estado Integral”.

Conselhos de UC fortalecidos e atuantes, conscientes de sua problemática socioambiental e envolvidos com o território podem reunir condições para interferir em agendas governamentais. Simões, Ferreira e Joly (2011: 23), em artigo dedicado a relatar e analisar uma experiência com o Conselho gestor do Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual Serra do Mar, no litoral norte de São Paulo, ressaltam que

[...] embora o Conselho do NP [Núcleo Picinguaba] apresentasse caráter consultivo, conforme previsto na legislação referente à gestão das Ucs de

Proteção Integral, a sua coordenação e os processos instaurados foram construídos de modo a possibilitar que ocorressem negociações e tomadas de decisão incorporáveis pelas instituições componentes, caracterizando, assim, um Conselho com força para deliberação, por meio de suas Câmaras Técnicas.

A participação no Conselho ocorre, ainda segundo a Lei n.º 9.985/2000 e o Decreto Federal n.º 4.340/2002: (a) De forma consultiva – voz, orientação, opinião e influência nas tomadas de decisão; formação de opinião: traz o conhecimento e os interesses do local e/ou do grupo, da instituição para o Conselho e leva os assuntos tratados e decididos no Conselho para o grupo, comunidade ou instituição; monitora e fiscaliza a gestão da UC. (b) De forma deliberativa – da mesma forma, com uma diferença. O Conselho deliberativo tem maior poder na decisão em dois itens: 1) aprova o Plano de Manejo das UC; 2) ratifica contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSC, na hipótese de gestão compartilhada da unidade.

Para Palmieri e Veríssimo (2009: 15), os principais benefícios da existência de Conselho gestor de UC à Administração Pública seriam que:

- Aumenta o diálogo e a confiança entre o órgão gestor, comunidade local, órgãos públicos e instituições da sociedade civil na medida em que os conselheiros têm acesso a informações e compreendem as limitações e os desafios para gestão da UC;
- Aumenta a governança e o apoio político da UC junto às comunidades locais, setor privado, ONGs, instituições de pesquisa, entre outros atores;
- Amplia o conhecimento sobre a região e sobre o contexto político-institucional em que estão inseridas as Ucs por meio da contribuição técnica dos conselheiros;
- Aumenta o orçamento destinado às Ucs, pois entidades que integram o conselho podem atrair recursos de doações para projetos de fortalecimento da gestão, elaboração e implantação dos Planos de Manejo das Ucs.

Embora possa ser observada como uma leitura idealista e essencialmente positiva a respeito dos Conselhos de UC, os autores citados trazem possibilidades que estariam postas a esses colegiados. Sinteticamente, observa-se os seguintes papéis dos Conselhos gestores de UC: gerir e/ou colaborar com a gestão da UC; refletir e decidir sobre os meios de proteger a UC; dialogar com diferentes formas de entender a UC; mediar o diálogo com o território da UC e respectivos agentes sociais; identificar os problemas da UC e atuar, politicamente, tendo no horizonte sua superação.

Castro e Moura (2009: 10) apontam que a participação nos conselhos de UC acontece de diferentes maneiras e em variados níveis:

- É realizada por meio de diálogos, discussões, articulações e negociações com as pessoas, grupos, comunidades e instituições que formam o conselho (consultivo ou deliberativo).

- A participação das pessoas, grupos e instituições que formam o conselho ocorre em diferentes situações:
- Pelo compartilhamento de informação (receber e passar informação);
- Pela emissão de opiniões, recomendações e aconselhamentos;
- Pela realização de negociações e construção de parcerias;
- Pela tomada de decisão coletiva;
- Pela autogestão do conselho.
- A gestão participativa de Ucs se dá por meio de reuniões dos conselhos; pode também ser ampliada com a organização de grupos de trabalho e de audiências públicas;
- A participação contribui para o fortalecimento do poder de gestão.

Mais uma vez, a narrativa sobre os Conselhos de UC parece ser idealizada, já que em nenhuma das citações diretas seus autores mencionam a palavra “conflito”. Daí a importância, sem abrir mão dessas possibilidades positivas, identificar que por trás dessa composição e superposição de “Sociedade Política” e “Sociedade Civil” devem estar presentes concepções de mundo que dialogam – de forma consciente ou não – com os interesses, posicionamentos e práticas dos sujeitos, grupos sociais e instituições ali representados. Isso aponta, portanto, à questão sobre como esses Conselhos de UC têm sido compostos e conduzidos pelos órgãos gestores e aqueles que respondem pelas unidades.

No estado de São Paulo, além do previsto na lei do SNUC, outros instrumentos normatizam a instituição e gestão de Conselhos de UC sob responsabilidade da esfera estadual. Um decreto (49.672/2005), que dispõe sobre a criação e composição, bem como determina que todos os Conselhos do estado são consultivos (com exceção de Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável¹⁰⁹). Outros dois decretos (51.246/2006 e 48.149/2003) têm disposições especificamente àqueles Conselhos de Áreas de Relevante Interesse Ecológico – de domínio público – e de Proteção Ambiental, respectivamente. A Resolução SMA n.º 88 de 2017 dispõe sobre os procedimentos para instituição de Conselhos gestores de UC sob gestão de órgãos estaduais, vinculados à pasta de meio ambiente.

Essa resolução da Secretaria de Meio Ambiente do estado define a paridade entre membros da sociedade política (nominados como “entes públicos” na norma) e da sociedade civil nos Conselhos. Em seu artigo 5º o instrumento apresenta os segmentos

¹⁰⁹ Para essas categorias de UC de uso sustentável os Conselhos são deliberativos. Por conta disso, a resolução SMA 25/2018 define que devem ser compostos por representações da administração pública, das populações tradicionais e de organizações da sociedade civil com atuação considerada “relevante” no território da UC, sendo definidos pela Fundação Florestal e pelas populações tradicionais. A presidência é exercida pela chefia da unidade. No parágrafo único do artigo 2º dessa resolução é afirmado que “[...] os Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão responsáveis pela gestão da unidade de conservação e pela aprovação de seu Plano de Manejo [...]” (SÃO PAULO, 2018a).

que devem ser mobilizados pelo órgão gestor da UC para ocupar as vagas destinadas à sociedade civil. Devem ser organizações não governamentais ambientalistas com atuação comprovada na região da unidade, comunidade residente no entorno e representantes do comitê de bacia hidrográfica. Quando houver, representantes de residentes ou proprietários de imóveis no interior da UC e trabalhadores do setor privado com atuação no entorno da unidade.

São os órgãos gestores das UC que indicam quais segmentos deverão compor os respectivos Conselhos, com manifestação fundamentada que as justifique. No caso de representantes de comunidades tradicionais, segundo a resolução SMA 88/2017, “a participação é obrigatória” (SÃO PAULO, 2017). Esses representantes devem ser eleitos a partir da divulgação de edital publicado pela pasta de meio ambiente. O 9º parágrafo do artigo 6º determina que populações tradicionais, residentes no interior da UC (e somente elas), que não tiverem organização formal, estão dispensadas da entrega de documentos que comprovem essa formalidade institucional. A quantidade de membros de cada Conselho, bem como sua distribuição fica a cargo de instrumentos específicos, editados pela via de portarias do respectivo órgão gestor.

Nota-se que, apesar de alguns pontos razoavelmente predeterminados, como a dispensabilidade de associação civil apenas para populações tradicionais residentes dentro de UC e um rol específico de segmentos da sociedade civil aceitas para compor os colegiados, é possível vislumbrar uma composição com potencial contra-hegemônico. Ao menos entre os membros da sociedade civil. Ao compreender os Conselhos de UC como espaços abertos, em reuniões públicas das quais qualquer interessado e interessada pode participar com direito a voz (portanto, ao debate), abre-se uma margem para se trabalhar sua composição e convidados. E isso é uma função estratégica do(a) gestor(a)/chefe de unidade, de sua assessoria no órgão gestor e, indiretamente, chefias imediatas, mediatas e dirigentes das instituições.

Disso decorre a importância de, ao se tomar tais instituições da administração pública como uma espécie de “fortalezas” ou “casamatas” no interior da sociedade política (estendendo a elas a condição de “Aparelhos produtores de Hegemonia”), buscar disputá-las na formação e na mentalidade desses profissionais configura-se como tão estratégico quanto a mesma contenda na “Sociedade Civil”. São eles que mapeiam os agentes sociais dos territórios das UC onde trabalham, justificam os segmentos e, principalmente, presidem as reuniões, conduzindo os debates e encaminhamentos. São

atores-chave no momento “Sociedade Política” do “Estado Integral” na perspectiva gramsciana.

Partindo dessas considerações torna-se premente a necessidade de identificar, valorizar e trabalhar a dimensão educadora presente na gestão das UC e respectivos Conselhos, pela participação. O sentido é o de promover a gestão participativa e compartilhada na UC. A formação e organização desses profissionais, gestores e assessores técnicos é axial nessa disputa, que se acirra na medida em que gestores/chefes de unidade são cargos que prescindem de concurso público, similares àqueles de livre provimento no âmbito da administração pública direta. Por isso, além de poderem advir de indicações político-partidárias vinculadas a governos usualmente conservadores, guardam a fragilidade de sua condição de admissão e demissão. Podem ser dispensados sem um processo administrativo que implicaria no direito ao contraditório.

Mais uma vez, não se deve esperar que isso parta organicamente de dentro de um Estado predominantemente liberal. Não é interessante à manutenção do estado de coisas vigente a formação de massa crítica dentro de aparelhos governamentais. É preciso, novamente, apontar a coalizões estratégicas entre setores da “Sociedade Civil” e grupos no interior da “Sociedade Política” no sentido de criar espaços políticos e situações concretas a essas formações.

É também indispensável a reflexão e a ação a respeito da condição de trabalho desses servidores e a natureza do cargo. Seria expressiva a conquista de uma mudança na natureza desses cargos, sendo obrigatória a condição de servidor público concursado, como ocorre no âmbito federal. Isso diminuiria o risco de submissão a conveniências político-partidárias de governos avessos à participação social e de alta rotatividade de gestores, além de reduzir o alto grau de vulnerabilidade do profissional conforme apontam Souza (et al., 2015)¹¹⁰. Diminuir esse risco de submissão não significa evitá-la, uma vez que o perfil desse servidor continua sendo forte condicionante da qualidade de seu trabalho na condução da gestão da UC e respectivo Conselho. No caso de um perfil

¹¹⁰ Os autores de artigo publicado nos anais de congresso de UC afirmam que nos anos de 2012, 2013 e 2014, por exemplo, “[...] a média de permanência dos gestores foi de apenas 7,6 meses. Os resultados indicaram que o modelo de contratação e definição do responsável pela função de gestor UC não garante sua estabilidade. No geral, não foram verificadas diferenças entre as situações de cargos em comissão e permanente, com exceção do período acima citado. Nessa ocasião os cargos em comissão mostraram-se mais vulneráveis às mudanças. Apreende-se das informações e das experiências de gestão que a constante rotatividade na função do gestor implica em prejuízo para a dinâmica interna de funcionamento da UC” (SOUZA, et al. 2015: s/p.).

conservador, em vez de submissão ocorre alinhamento às formas atualmente hegemônicas de conceber as UC em suas relações com seus territórios.

Retornando ao trabalho com Conselhos em UC, Loureiro, Azaziel e Franca (2007) prestam, além do reforço às características bastante lembradas em obras correlatas, uma contribuição de ordem analítica sobre o funcionamento dos Conselhos de UC. Afirmam os autores que

[...] no caso das UC, em que o conselho é uma exigência do Snuc e, portanto, algo que temos que viabilizar, o trabalho deve ser conduzido com o objetivo de o tornar uma instância democrática e legitimada pelos diferentes agentes sociais envolvidos na gestão das UC. Na consolidação de um conselho, isso implica levar em consideração as disparidades na capacidade de participação, de modo a criar condições para a real democratização do processo decisório. Essa situação só é possível se houver o envolvimento efetivo daqueles grupos sociais que sempre estiveram à margem das medidas decorrentes da gestão e se constituem, normalmente, nos mais afetados pela existência das áreas protegidas (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007: 36).

Ao considerar-se as diferenças de recursos, econômicos, políticos, cognitivos e culturais entre os conselheiros e demais participantes do espaço de participação na gestão ambiental pública denominado Conselho gestor de UC, depreende-se a necessidade de se construir processos formativos que almejem não nivelar, mas sim oportunizar a participação de todos os presentes. Sobretudo, daqueles que além de usualmente distantes das decisões sobre a gestão da UC e afetados por sua existência, são historicamente oprimidos pelo modelo de desenvolvimento ora hegemônico. Cada um do seu modo, a seu tempo, mobilizando seus próprios repertórios e perspectivas sobre determinado tema. Formação, reforça-se, também dos gestores de UC e equipes.

Se, segundo os mesmos autores (LOUREIRO; AZAZIEL; FRANCA, 2007: 36) “[...] a palavra participação diz respeito a ‘tomar parte’, mas é preciso entender que isso não é algo espontâneo ou dado, e sim aprendido e conquistado [...]”, é possível vislumbrar um processo razoavelmente longo, mas potencialmente progressivo, no qual os agentes envolvidos desenvolvem aprendizagens no sentido de tomar parte: i) da problemática socioambiental que envolve a UC e o território em que ambos estão inseridos; ii) dos instrumentos de que dispõem para interferir conscientemente em tal problemática; iii) do alcance possível e aquele necessário para desenvolver o papel do Conselho gestor.

O estado de São Paulo possui o que se pode chamar de antecedentes próprios de participação social da gestão de UC, que ainda servem de baliza quanto ao seu potencial na consolidação das unidades em seus respectivos territórios. Souza (2012) se dispõe a

traçar uma linha do tempo entre 1996 e 2010, destacando as políticas que teriam incidido no processo de consolidação da participação na gestão de UC paulistas. Em 1996 houve, em função de parceria entre a SMA e o governo da Alemanha, a implantação do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), cujos objetivos eram consolidar nove UC e melhorar a conservação florestal na região do Vale do Ribeira e litoral sul do estado. O PPMA teria promovido a participação social de outros agentes sociais na implantação do projeto.

A participação como diretriz de projetos socioambientais passou a integrar iniciativas governamentais na década de 1990 a partir de sua consolidação no âmbito da sociedade civil e projetos conduzidos por ONG ambientalistas (RODRIGUES, 2001). A pesquisadora demonstra, com base em trechos do projeto disponibilizados, à época, na página virtual da SMA, que sua ênfase estaria dividida em dois dos quatro de seus componentes: fiscalização e subsídios à aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes para a gestão das unidades. Evidencia-se, portanto, um forte viés preservacionista do projeto, coerente com sua denominação. Contudo, no mesmo documento, se previu a maneira como deveriam ser desenvolvidos os planos de gestão de cada UC envolvida:

Planejar as ações para a implantação das Ucs através dos Planos de Gestão é a principal meta deste Componente [componente C]. Elaborados com a participação da comunidade local, de representantes dos municípios, de cientistas, de ONGs ambientalistas e de instituições diversas, os Planos de Gestão Ambiental são o resultado de **processos dinâmicos, interativos e participativos** para a definição dos objetivos, metas e atividade de uma Unidade de Conservação, dentro dos limites de atuação da Secretaria do Meio Ambiente e diretrizes legais.

O zoneamento, os programas de educação ambiental e ecoturismo, a pesquisa, a interação sócio-ambiental e a conservação dos ecossistemas, vão orientar **estratégias de ação que buscam solucionar ou minimizar conflitos e assegurar sustentabilidade ecológica, econômica e social** de cada Unidade de Conservação (SMA, 2000, *apud* RODRIGUES, 2001: 184. Grifos da autora).

Tais menções e diretrizes à participação na gestão das UC experimentadas pelo PPMA originaram os Comitês de Apoio à Gestão. Segundo Sidnei Raimundo (et al., 2002), estes Comitês seriam os atuais Conselhos Consultivos das UC paulistas. Os mesmos autores concluem, em seu estudo sobre o processo de condução da implantação dos Comitês de Apoio à gestão da UC posteriormente ao SNUC denominados Conselhos Consultivos, que estes demandam “[...] acompanhamento e avaliação periódicos, com apoio de equipe multidisciplinar que não esteja envolvida com aspectos operacionais e administrativos da unidade” (RAIMUNDO et al., 2002: 229). Pode-se

observar que se trata de demanda por políticas de fomento e qualificação da participação nos Conselhos, diante da apreciação positiva pelos pesquisadores mencionados no mesmo artigo.

Rodrigues (2001) revela embates no interior da própria SMA, evidenciando o caráter conflituoso da questão da participação social na burocracia estadual e sugerindo a contenda entre narrativas sobre conservação da natureza. A própria “Sociedade Política”, ainda que dirigida por grupos alinhados à “Hegemonia” associada ao “Bloco Histórico” burguês, configuraria, portanto, uma arena na qual se disputa hegemonia (seja exclusivamente no campo social da conservação, seja de forma associada conscientemente à “Grande Política”), cuja existência incide sobre a elaboração de diferentes normas. Pinto e Balanca (2014: 41), trazem argumentos apoiados em Poulantzas (1985)¹¹¹ sobre o Estado como “[...] *locus* político em que se manifestam as lutas políticas das frações das classes dominantes, bem como as dos segmentos populares”, ainda que funcionando como um “grande organizador tanto da acumulação como da ordem capitalista”. Faz isso na medida em que constrói e coordena esforços normativos, institucionais, coercitivos e econômicos que favorecem a reprodução desse modo de produção.

Um exemplo desse certame entre interesses para além de frações do “bloco no poder”¹¹² do Estado pode ser observado, no caso da gestão de UC, a partir do texto do decreto estadual que regulamenta a participação social na gestão de UC prevista no SNUC. Nele, nota-se uma tentativa de inserção – por parte do grupo de agentes públicos envolvidos em sua redação – de perspectiva de atuação dos Conselhos na direção de incidir na dinâmica da UC em suas relações com o território.

Pisciotta (2019), denomina personagens como esses de “agentes públicos militantes da conservação”. Representariam perspectivas contra-hegemônicas no interior nos aparelhos governamentais com atuação na área ambiental e buscariam incidir nas políticas públicas no interior dos aparelhos da “Sociedade Política”, desde a concepção dos problemas, passando pela constituição de alternativas e, eventualmente, participando das tomadas de decisão.

¹¹¹ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro/RJ, Graal, 1985.

¹¹² “[...] unidade contraditória entre distintas classes e/ou frações de classes, sob a hegemonia no seu interior de uma dessas frações ou classes, em suas relações com o Estado capitalista” (PINTO; BALANCA, 2014: 46). Aqui é possível observar a noção de “Hegemonia” sendo aplicada tanto no âmbito da sociedade política quanto àquele da sociedade civil da concepção de “Estado Integral” de Gramsci (quando essa “Hegemonia” alcança o conjunto da sociedade). Os autores citados denominam como “hegemonia restrita” aquela que ocorreria no “bloco no poder (no Estado/sociedade política); de “hegemonia ampla” a que alcança consolida uma unidade orgânica entre dominantes e dominados.

E aqui se abre uma perspectiva também estratégica. Tanto no que diz respeito à conformação de um conjunto de agentes públicos “militantes da conservação” a ser ampliado quanti e qualitativamente, como também em relação à sua coesão e alinhamento. Esses grupos de agentes públicos militantes da conservação não atuariam isolados. Dialogam permanentemente com setores contra-hegemônicos da “Sociedade Civil”, seja em movimentos sociais, seja na universidade.

Em nível estadual o Decreto n.º 49.672, de 2005, define a composição e as diretrizes do funcionamento dos Conselhos em UC de proteção integral do estado. O referido Decreto Estadual traz em seu artigo 4º princípios que apontam para possibilidades de atuação efetiva dos Conselhos gestores de UC na gestão ambiental do seu território de influência. Dentre eles, destacam-se:

[...] otimização da inserção da Unidade de Conservação no espaço regional, auxiliando no ordenamento das atividades antrópicas no entorno da área; busca de alternativas de desenvolvimento econômico local e regional em bases sustentáveis no entorno da Unidade de Conservação; divulgação da importância dos serviços ambientais prestados pela área protegida, sensibilizando as comunidades local e regional para a preservação” (SÃO PAULO, 2005).

Novamente, os destaques, neste caso da norma que visa regulamentar no estado de São Paulo a participação prevista no SNUC, também apontam na direção de Conselhos ativos no papel de articular as UC em seus respectivos territórios de influência, ainda que consultivos¹¹³. A questão, novamente, é haver gestores/chefes de unidade e instituições para isso, e mesmo uma sociedade civil que compreenda essas normas como instrumentos de controle social.

Na década de 2000 abre-se o que se pode denominar “janela de oportunidade”, que segundo Kingdon (2003) surge quando há uma espécie de alinhamento entre a percepção e sensibilidade a uma determinada questão (no caso, a participação como importante à gestão de UC), a existência de uma resposta desenvolvida à questão (a experiência dos Comitês de Apoio à Gestão de UC e a previsão institucional dos

¹¹³ Outro exemplo dessa disputa no interior da base da sociedade política se revela na Resolução SMA 189 de 2018 (SÃO PAULO, 2018b). Esse instrumento possibilita o acesso de comunidades tradicionais e pequenos agricultores a recursos naturais nativos do Brasil, inclusive em UC. Ao normatizar positivamente esse acesso, o grupo de servidores públicos – membros da anterior Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), hoje removidos na Secretaria da Agricultura, numa manobra administrativa de neutralização – demonstraram a possibilidade de contraditoriamente utilizar instrumentos identificados com o Estado liberal para afirmar outro paradigma de organização da sociedade e de relação com a terra, ao passo que negaram a narrativa segundo a qual haveria uma incompatibilidade intrínseca entre sociedade e natureza. Também não o fizeram de forma isolada, mas sim em diálogo com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e setores da universidade, além de norma desenvolvida a partir de consultas públicas.

Conselhos gestores de UC numa normativa federal, o SNUC), e um advento político (alguma alteração no cenário político em si). Souza (2012) reconhece como janela de oportunidade a criação do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), em 2006.

A criação desse sistema passou à Fundação Florestal cerca de noventa UC (de proteção integral e de uso sustentável) antes sob gestão do Instituto Florestal. Assim, a alteração de natureza política e administrativa – reestruturando e reforçando os quadros da própria Fundação Florestal – teria reintroduzido na agenda pública a participação via Conselhos. “Podemos afirmar que a janela de oportunidade, ou seja, a circunstância em que as condições para apresentações de ideias, soluções ou alternativas é possível, nessa situação, foi a institucionalização do SIEFLOR” (SOUZA, 2012: 19).

3.3.2 Participação social como estratégia pedagógica

No que concerne à participação – não somente como essência da EA, mas como exercício de cidadania nos espaços previstos na legislação, os Conselhos podem ser associados à democracia deliberativa, bem como à existência de espaços públicos que envolvam a cidadania com esse tipo de atuação política na sociedade.

Contudo, apontam-se algumas questões já tidas nesta tese como significativas: participação em que? para quê? como? Jacobi (2013), reforça que a participação configura uma forma de buscar garantir o desenvolvimento e execução de políticas públicas, para além de afirmar-se como referencial de fortalecimento de mecanismos democráticos. Ainda assim, restrito à compreensão que separa sociedade civil e Estado, demonstrando a necessidade de se incorporar e, dialeticamente, superar tal cisão teoricamente e nas ações decorrentes, uma vez que, conforme demonstrado por Gramsci, o Estado é uma totalidade, constituída organicamente por dois momentos, “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” sustentam-se política e reciprocamente.

A participação popular e o compartilhamento dos processos decisórios mostrar-se-iam como caminhos mais adequados para o enfrentamento dos graves e complexos problemas de países em desenvolvimento (BORDENAVE, 1986). Entende o autor que a participação popular, em sentido amplo, quando disseminada em associações e entidades daria equilíbrio e afastaria a tendência de rupturas existentes quando canalizada pela via exclusiva dos partidos políticos.

Participação, para Bordenave, constitui-se como uma necessidade fundamental, inerente à condição humana, para além de instrumento para solução de problemas comuns de determinado grupo, segmento ou sociedade. Para subsidiar tal afirmativa, o

autor recorre ao que define como “duas bases complementares”: a base afetiva, porque haveria prazer em ter contato e interagir; a base instrumental, porque fazer junto, interagindo, seria mais eficaz. E arremata: “tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa” (BORDENAVE, 1986: 17).

Participar é afastar-se da marginalidade, em se tratando de estar fora de algo, às margens de um processo sem nele intervir. Ao problematizar o modelo de desenvolvimento hegemônico, Bordenave (1986) assinala que existem deturpações também quanto à ideia de marginalidade, quando associada exclusivamente a déficits cognitivos e materiais. Tal concepção induziria a equívocos como a busca por “incluir” indivíduos, grupos e segmentos considerados atrasados na mesma lógica que os marginaliza. Não haveria, portanto, “marginalidade”, mas sim “marginalização”. Compreendida desta forma, a “[...] participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito através da tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis” (BORDENAVE, 1986: 20).

Em termos de origem da expressão, participação diz respeito a fazer parte, a ter parte, a tomar parte. Poder-se-ia fazer parte de alguma organização ou processo presenciando-o, sem necessariamente ter parte nele. Da mesma forma que se pode ter parte, interesse, sem tomar parte, posicionar-se. Não teriam, assim, o mesmo significado. Pode-se fazer parte de um espaço como um Conselho, sem necessariamente haver motivação ou concessão de momentos em que seus membros ou participantes tenham parte em algum debate, ou mesmo que tomem parte na discussão e de processos decisórios. Tendo algum contato com Conselhos de UC, por exemplo, não é necessariamente incomum que suas reuniões se pautem por informações transmitidas, comumente pelo responsável pela gestão da unidade.

Bordenave aponta à “macroparticipação” ou participação social, distintas daquela em nível micro, na escala da família, de uma associação ou clube. Podem ser associadas à participação na “macropolítica” e “micropolítica” ou “grande política e “pequena política” gramscianas¹¹⁴. A sociedade não seria um conjunto de associações,

¹¹⁴ “A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicos-estatais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma

demandando, portanto, de cada indivíduo ou grupo a intervenção “[...] nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo” (BORDENAVE, 1986: 24).

O conceito de participação social é transferido deste modo da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas. Em harmonia com o conceito, se uma população apenas produz e não usufrui dessa produção, ou se ela produz e usufrui, mas não toma parte na gestão, não se pode afirmar que ela participe verdadeiramente. Uma sociedade participativa seria, então aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isso possível (BORDENAVE, 1986: 25).

Antes que se manifeste alguma interpretação que qualifique as afirmativas do autor paraguaio-brasileiro como utópicas, por isso inviáveis, Bordenave expõe didaticamente que a construção de uma sociedade participativa se configura como ideia-força e mesmo na utopia que dá sentido à participação, seja em nível cotidiano¹¹⁵, seja na escala da sociedade.

Sherry Arnstein (2002), em artigo de fins da década de 1960, alerta que o debate público “acalorado” sobre participação cidadã e controle social e máximo envolvimento dos pobres, pode estar encoberto de retóricas e eufemismos enganosos. Com base em seu envolvimento com programas federais norte-americanos direcionados ao combate à pobreza e à reforma urbana, Arnstein advoga que participação social é aclamada como unanimidade, mas rompida quando aqueles que a reivindicam são os que a autora denomina “os sem-nada”. Trilhando o mesmo itinerário que aponta participação como algo que vise transformar sociedades injustas – e, acrescente-se, insustentáveis –, Arnstein (2002, s/página), afirma que

Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela é a estratégia pela qual os sem-nada se integram ao processo de decisão acerca de quais as informações a serem divulgadas, quais os objetivos e quais as políticas públicas que serão aprovadas, de que modo os recursos públicos serão alocados, quais

estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Se lembrarmos do conceito gramsciano de ‘catarse’, poderíamos dizer que somente a grande política realiza o ‘momento catártico’, isto é, a passagem do particular ao universal, do momento econômico-corporativo ao ético-político, da necessidade à liberdade” (COUTINHO, 2017: 349). Ainda que se compartilhe dessa leitura de Coutinho a respeito de “Catarse”, esta tese se apropria e a estende, de forma aplicada, aos processos educativos em perspectiva crítica. Portanto, a deslocamentos de compreensão em indivíduos e coletivos, tomados aqui como indispensáveis à sua realização na escala da “Grande Política”.

¹¹⁵ Cabe aqui fazer uma ressalva para não haver confusão entre a noção de pequena política ou micro com a ideia de política do cotidiano já abordada nesta tese. Esta última se refere à possibilidade de discussão, no cotidiano, de questões macro e estruturais com base em naquelas vividas cotidianamente, objetivando incidir na normatividade que sustenta a estrutura.

programas serão executados e quais benefícios, tais como terceirização e contratação de serviços, estarão disponíveis. Resumindo, a participação constitui o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente.

Compreende-se atualmente que a participação política no Brasil vem sendo sublinhada por dois fenômenos tomados como substantivos: o já assinalado aumento das instituições participativas e a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas (AVRITZER, 2007). O mesmo autor levanta que à medida em que foram criadas diferentes instituições de participação social na formulação e gestão de políticas públicas, entre elas as de meio ambiente – proporcionando, inclusive, um maior número de conselheiros do que de vereadores no país – inescapavelmente emergiu um problema. Tal volume e extensão da participação social teria trazido consigo novas formas de representação política.

“Não é difícil, no entanto, perceber que a representação realizada pelos atores da sociedade civil é diferente daquela exercida na instituição representativa por excelência, isto é, no Parlamento” (AVRITZER, 2007: 444). A partir da constatação da diferença, o autor pergunta: seria essa proliferação de formas de representação social uma distorção do funcionamento da representação ou seria mais um caso que demanda repensar a própria noção de representação?

Buscando responder, Avritzer reexamina os fundamentos do debate sobre representação e analisa criticamente abordagens que visam lançar novas luzes à questão. No mesmo artigo, o autor defende o que denomina “representatividade relacional”, apartando representação de autorização em termos hobbesianos e associando-a um vínculo simultâneo entre atores sociais, temas e fóruns capazes de agregá-los. Essa representação por afinidade fundamentaria sua legitimidade não pela autorização estritamente eleitoral, mas pela representação de atores que atuam da mesma maneira que o representante.

Aprofundar a democracia implica em ampliar canais de participação que deem voz a um número cada vez maior de pessoas que compartilhem o poder do Estado nas tomadas de decisões e fortaleçam a representação política (CASTRO, 2010). A participação se configuraria também tanto em uma estratégia de legitimação de políticas originadas nas burocracias governamentais, quanto, ao mesmo tempo, um canal de interlocução e de incidência – ou direcionamento, influência, construção conjunta e mesmo decisão – nas mesmas políticas. Para Valla (1998: 10), a participação popular,

também subsidiada cultural e ideologicamente pela separação entre Estado e sociedade, é

[...] uma participação política das entidades representativas da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pelas políticas públicas na área social. Esta participação, se de um lado legitima a política do Estado diante da população, também abre um canal para as entidades populares disputarem o controle e o destino da verba pública.

Lavalle, Houtzager e Castello (2006), analisando organizações civis no Município de São Paulo, atestam a diversidade nas noções de representação existente nesse campo. “[...] as dinâmicas de representação política no terreno das organizações civis ocorrem não de forma paralela ou alternativa aos canais tradicionais da política, mas em estreita conexão com eles” (ibid.: 44). Apontam os autores que as organizações civis exercem um papel ativo, não necessariamente positivo, nos circuitos tradicionais da política e nas inovações institucionais participativas, como os Conselhos gestores de políticas públicas. Operando “[...] como instâncias de intermediação entre partidos e diferentes segmentos da população [...]” as organizações civis apresentam que

[...] há diferentes argumentos de congruência conciliáveis com exigências democráticas. Entre eles destaca-se uma nova noção de representação explicitamente política e em clara sintonia com os processos de reconfiguração da representação. Nela parecem condensados os experimentos de inovação institucional participativa e de reforma do Estado vividos no Brasil nos últimos anos, evidenciando que no âmago de ambos os fenômenos as próprias dinâmicas de representação no seio das organizações civis mudaram e adquiriram feições assumidamente políticas (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006: 59).

Tais organizações, segundo considerações dos autores citados com base na referida análise, não reivindicariam autenticidade nem representação genuína, mas declarariam compromisso com a intermediação entre representantes e representados. Ou seja, “[...] segmentos da população mal ou sub-representados, de um lado, e Estado e circuitos da política eleitoral, de outro” (LAVALLE, HOUTZAGER, CASTELLO, 2006: 59), reforçando a interpretação de que seriam uma nova instância de mediação, ainda carentes de critérios de legitimidade.

Frente ao questionamento sobre em que participar, ou tomar parte de que, afloram reflexões sobre o papel da participação sociopolítica. Souza e Novicki (2010) advertem às simplificações existentes na identificação imediata da ideia de democracia com todo e qualquer processo de maior atividade da sociedade civil na prestação de serviços públicos. Os autores se referem à tendência fortalecida na década de 1990 no Brasil de, na esteira de redução do Estado e consequências à extensão e qualidade dos

serviços públicos, retirando-o desse tipo de obrigação, políticas descentralizadoras teriam sido desenvolvidas com ênfase em sua dimensão instrumental. O significado desse uso teria sido a abertura à sociedade para que assumisse atribuições antes exclusivas do poder público. No lugar de uma descentralização pela transferência do poder decisório com características emancipatórias, emergiria na prática um processo de desconcentração, com a ocorrência de um simples deslocamento de atribuições, problemas e encargos.

Tratar-se-ia de movimento característico do que Dagnino (2004a; 2004b) denomina de projeto neoliberal instalado nos países latino-americanos na última década do século XX. A ele, a autora contrapõe o que reconhece como projeto de aprofundamento da democracia. A concorrência de ambos os projetos na disputa político-eleitoral de narrativas sobre três categorias tidas como centrais à autora – Sociedade Civil, Participação, Cidadania – é avaliada por Dagnino como uma “confluência perversa”. Esse “[...] processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos distintos, ligados a dois projetos políticos distintos” (DAGNINO, 2004a:196).

No itinerário desse projeto de redemocratização do país, dois marcos teriam se destacado. O primeiro marcado pelo restabelecimento da democracia, de eleições livres e reorganização dos partidos. “Assim, os anos 90 foram cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado” (ibid.: 197). Como consequência desse marco histórico na redemocratização do país teria ganho densidade a aposta na possibilidade de atuação conjunta entre sociedade civil e Estado, superando o confronto e o antagonismo das décadas anteriores.

Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade (op. cit.).

Por outro lado, desde a eleição de Fernando Collor de Melo na primeira eleição pós ditadura e sob influência e orientação do modelo neoliberal organizado a partir do Consenso de Washington, teria havido a emersão de um projeto de Estado mínimo que o isentaria progressivamente de seu papel de garantidor de direitos pelo encolhimento de suas responsabilidades sociais, que seriam transferidas para a sociedade civil. A perversidade dessa afluência estaria, portanto, no fato de que, indicando direções opostas e mesmo antagônicas, os dois projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva.

A malignidade residiria, ainda, nos dilemas causados tanto pela participação em canais e espaços de interlocução, como na atuação conjunta da sociedade civil nas responsabilidades do Estado em sentido estrito.

Essa perversidade é claramente exposta nas avaliações dos movimentos sociais, de representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores, de membros das organizações não governamentais (ONGs) envolvidas em parcerias com o Estado e de outras pessoas que de uma maneira ou de outra vivenciam a experiência desses espaços ou se empenharam na sua criação, apostando no potencial democratizante que eles trariam. Elas percebem essa confluência perversa como um dilema que questiona o seu próprio papel político: ‘o que estamos fazendo aqui?’, ‘que projeto estamos fortalecendo?’, ‘não ganharíamos mais com outro tipo de estratégia que priorizasse a organização e a mobilização da sociedade, ao invés de atuar junto com o Estado?’. O risco –real– que elas percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico (DAGNINO, 2004a: 198).

A clivagem entre Estado e sociedade civil (tendo o primeiro como “encarnação do mal e obstáculo à participação e à democratização” e o segundo como “polo de virtudes democratizantes¹¹⁶”) obscurece compreensões sobre a complexidade na relação entre ambos ao simplificarem-na. Essa noção de projetos políticos subsidia a reflexão que aponta para a existência, portanto, de um e outro projeto que busca constituir-se, inicialmente porque mais fraco politicamente, como contra-hegemonia no interior da “Sociedade Política”, tanto quanto na “Sociedade Civil”. Não se trataria, portanto, de tomar como parâmetro uma suposta secessão entre Estado e sociedade civil, mas sim os dois projetos político-eleitorais, ideológico-discursivos. Tais projetos não coincidiriam com Estado e/ou sociedade civil, mas os atravessariam, disputando hegemonia simbólica e material em ambos os momentos do “Estado Integral” gramsciano.

Em linha similar, a contribuição de Sorrentino, (et al., 2005:287), ressalta o paradoxo em que o poder público se encontra, considerando a contribuição de Gramsci sobre a sociedade civil germinar um novo Estado: em seu interior são congregados setores e atores que se aliam a também setores, áreas, grupos da sociedade civil alinhados a um projeto de aprofundamento da democracia “[...] na transformação

¹¹⁶ O Estado brasileiro estaria associado, histórica e culturalmente, a uma espécie de Leviatã predominantemente violento a partir dos interesses de uma classe; a burguesia associada ao capital internacional, sendo ele próprio, esse Estado, atuante como sócio majoritário. “[...] a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica de transformação do que poderia ser uma taxa de mais-valia em mais-valia efetiva. Nesse sentido é que a ditadura propicia a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, o Estado aparece às classes assalariadas, em geral, mas aos operários e camponeses, em especial, como um **Estado despótico, opressivo, repressivo. Parece um Estado conquistador** (IANNI, 2019: 86, grifo nosso).

cultural e social e na função de estimular a transformação do próprio Estado nessas novas direções”. Opostas, portanto, ao projeto neoliberal que reduz sociedade civil a organização não governamental, representatividade política a competência técnico-administrativa, participação a transferência de responsabilidades com execução de decisões políticas já tomadas e cidadania a uma individualização da noção de solidariedade moral (DAGNINO, 2004a). Esse debate remete, necessariamente, à reflexão e à ação a respeito de como a sociedade germina e se relaciona com o que se convencionou chamar de Estado, visando a transformá-lo.

3.3.3 *Incidência política como horizonte da prática pedagógica da Educação Ambiental*

Tratar da questão da incidência política torna oportuno trazer a esse debate alguns modelos teóricos sobre políticas públicas que dialogam com a abordagem pretendida na tese. Modelos como o de “múltiplos fluxos” (KINGDON, 2003), o de “coalizões de defesa” (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993) e do “equilíbrio pontuado” (BAUMGARTNER; JONES, 1993, *apud* RUA; ROMANINI, 2014).

De acordo com o “modelo de múltiplos fluxos” haveria diferentes agendas, como a sistêmica, a governamental e a agenda de decisões. Para Kingdon (2003), algumas questões adentram a agenda governamental e figuram no “radar” político de governantes. No entanto, algumas delas integram a agenda de decisões, outras não. Para compor essa agenda decisória, além de ter se tornado um “problema político” (que desperta o interesse e atenção dos formuladores de políticas), é preciso que haja a convergência de três outros fluxos, configurando a já abordada “janela de oportunidade”: o fluxo de problemas, o fluxo de alternativas ou soluções e o fluxo da política. Torna-se relevante observar que as alternativas, cujo fluxo é condicionante das respostas que serão formuladas na forma de políticas públicas, são desenvolvidas em espaços sociais que o autor denomina “comunidades de políticas” ou *policy communities*, segundo Kingdon. Estas são compostas por especialistas em determinado campo, como acadêmicos, consultores, funcionários públicos, assessores dos parlamentos, organizações da sociedade civil etc.

Traçando um paralelo inicial entre o referencial teórico e as categorias abordadas e essas comunidades e respectivos atores, é nítida a percepção de que a discussão em âmbito público é subsidiada por valores e concepções de mundo. Forjam tanto a compreensão sobre a problemática sentida e/ou percebida conscientemente, assim como

definem a maneira como as sociedades entendem o que constitui a melhor resposta. Compreensão sobre o problema e da resposta mais adequada são, portanto, originados daquilo que se observa aqui como hegemônico nas mencionadas comunidades de políticas públicas, condicionando os processos deliberativos e determinando as decisões. Essas comunidades, assim, aproximam-se da noção de “aparelhos produtores de hegemonia”. Demandam disputa na formulação de contra-hegemonia, a qual, por seu turno, depende culturalmente da construção de outras éticas apoiadas em valores diversos daqueles que predominariam atualmente.

Buscando responder a lacunas de compreensão quanto às mudanças no decorrer da implementação das políticas públicas, o “modelo de coalizões de defesa” aponta para os valores, as ideias e crenças de diferentes atores como condicionantes de mudanças ocorridas nas políticas públicas. As coalizões seriam formadas justamente por indivíduos e grupos de indivíduos que se alinham em termos de crenças, ideais e valores. Essas coalizões que disputariam, a partir de seus referenciais próprios desde a concepção dos problemas e das respostas necessárias, para a formulação de políticas públicas, articulando-se, inclusive, com quadros de funcionários de organizações governamentais.

No caso da política ambiental ser tomada como setorial ou paralela a outras políticas como de desenvolvimento econômico, infraestrutura, produção industrial, cultural, educacional, agrícola, habitacional etc., o modelo tem sua contribuição no sentido de insinuar a possibilidade de coalizões que extrapolem o campo ambiental em sentido estrito, articulando atores em outros campos, mais afetos às demais políticas setoriais e, portanto, imprimindo uma feição de projeto societário de inspiração socioambientalista que agregue diferentes pautas identificadas como anti-capitalistas. Traz, ainda, a potência de articulação política de diferentes frentes de lutas sociais e políticas contra-hegemônicas porque antagônicas às variadas formas de opressão em sociedades hegemonicamente capitalistas.

Outro modelo teórico sobre formulação e mudanças em políticas públicas é denominado por seus criadores (BAUMGARTNER; JONES, 1993, *apud* RUA; ROMANINI, 2014) como “modelo do equilíbrio pontuado”. Parte-se de questionamentos sobre as razões pelas quais há continuidade e por que há mudanças nas políticas públicas. Por que haveria estabilidade na condução de políticas e por que, em dados momentos ou períodos, ocorreriam alterações significativas que, na sequência, se

estabilizariam? Por que haveria mudanças incrementais em dados momentos e determinadas políticas, ora transformações expressivas, estruturais?

Para esse modelo, governos operam em dois grandes níveis: o macrossistema e os subsistemas. O primeiro se refere ao núcleo governamental, já os subsistemas se remetem àquelas áreas específicas desenvolvidas pelas políticas públicas, podendo também ser compreendidas como setoriais (conforme já abordado anteriormente quanto à política ambiental no Brasil). Em torno de cada subsistema grupos similares às *policy communities* (comunidades de políticas públicas compostas por representantes de diferentes segmentos da sociedade) vão se organizando, congregando interesses alinhados ou disputando hegemonia. Isso corrobora a utilidade do suporte provido pela noção de campo social como tático na disputa por “Hegemonia”, ainda que esta esteja associada, em Gramsci, à “Grande Política”.

Os autores desse modelo nominam “monopólio de política pública” o que aqui também pode ser compreendido como “Hegemonia” exercida em diferentes campos sociais por determinados grupos constituintes de uma mesma classe (que dirige e exerce domínio por meio da coerção propiciada pela normatividade vigente). Há, disseminados por monopólio de política pública, sentidos e concepções nos processos de percepção e entendimento de problemas, de elaboração de respostas e alternativas, nos procedimentos decisórios. A expressão que define tal monopólio é *policy images* ou imagens de uma política pública. São fortemente condicionantes da maneira de entender a realidade, baseando-se em valores, interesses e concepções de mundo compartilhadas pelo grupo hegemônico em determinado subsistema. Com isso facilitam a tradução e a comunicação com parcelas organizadas da sociedade buscando imprimir legitimidade àquela narrativa¹¹⁷. Rua e Romanini (2014) subsidiam a apreensão do modelo teórico do “equilíbrio pontuado” quanto à sua dinâmica.

A forma como se apresenta uma *policy image* constitui uma variável decisiva para a transformação de quaisquer situações em problemas políticos. Porém, a focalização de um problema não garante que seja adotada uma determinada alternativa de solução – problemas e soluções são independentes.

O processo político envolve duras disputas pela instauração de um consenso em torno de uma *policy image*. Esse consenso requer a atuação de empreendedores de políticas públicas, que irão criar argumentos para construir a conexão entre um problema e uma das alternativas de solução, e chamar a atenção dos governantes, que agem no macrossistema. [...]

A macropolítica é, então, o *locus* da política (*politics*) de mudanças de larga escala, as quais acontecem quando um problema político rompe os limites de

¹¹⁷Uma ilustração aplicando esse modelo ao debate sobre os sentidos da conservação da natureza pode ser percebida na disputa por hegemonia entre diferentes compreensões sobre as funções das UC, conforme já observado nesta tese.

seu subsistema *policy monopoly* ali estabelecido, e alcança o macrossistema (RUAS; ROMANINI, 2014: 23-24).

Torna-se possível aproximar o papel exercido pelas *policy communities* e mesmo por esses “empreendedores de políticas públicas” daquele descrito aos intelectuais orgânicos no que diz respeito à formulação, desenvolvimento e disseminação de uma perspectiva, fundamentada, para compreender a realidade. Não se pretende aqui afirmar que são equivalentes, membros das comunidades de políticas públicas e intelectuais orgânicos tais como analisados por Gramsci e seus intérpretes. A aproximação ora realizada se remete a um horizonte possível da atuação dos intelectuais quanto à compreensão da problemática socioambiental e a formulação de alternativas de superá-la em suas causas estruturais. Essa aproximação também há de reconhecer os limites impostos pelas regras de uma dinâmica estabelecida por uma democracia de corte liberal, o que não a torna menos estratégica quanto à transição para sociedades sustentáveis.

É relevante observar, com base nesses modelos teóricos, que as origens e processos de formulação, de incidências e de mudanças de políticas públicas caminham de escalas menores, mais específicas e identificadas com determinados campos (discursivos e de práticas sociais) na direção de escalas maiores, de concepção de mundo, de projeto societário, de política e de governo. É nessas escalas menores, mas política e conscientemente mirando aquelas maiores, estruturais, de escala ampliada, que processos educadores de uma EA em perspectiva crítica têm sua latência observada nesta pesquisa. É na escala do cotidiano dos grupos sociais, sobretudo aqueles subjugados a alguma forma de opressão, que a EA tem como materializar suas contribuições ao orientar-se por construir dialogicamente uma compreensão problematizadora da realidade, desnaturalizando desigualdades, injustiças e uma ética essencialmente utilitarista em relação à natureza – insustentáveis, portanto, além de hegemônicas – e a formulação de alternativas contra-hegemônicas. Ambos os movimentos configurar-se-iam, para a própria EA, um horizonte marcado pela intervenção na realidade, utilizando-se de instrumentos imediatamente postos pela normatividade vigente, visando, dialeticamente, a alterá-la.

Outro elemento aqui considerado pertinente para a reflexão é trazido pela pesquisadora Celina Souza (2006). Essa autora traz noções mais usuais quanto à maneira de se “olhar” para as políticas públicas. Dentre a tipologia apresentada, há o incrementalismo, em que as políticas se caracterizam como uma espécie de fluxo, sendo

periodicamente acrescidas de elementos que a (re)formulam, (re)adequam e mesmo (re)orientam ao longo do tempo. Há também o “ciclo da política pública”, formado por diferentes etapas ou estágios, tais como: definição de agenda, alternativas de resposta aos problemas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação. Este segundo tipo ou modelo aparenta maior utilidade analítica do que para representação teórica de como se desenvolvem as políticas públicas.

Observa-se, com base no debate realizado até esta seção da tese, que tratar de incidência em políticas públicas como horizonte da prática pedagógica da EA visa sinteticamente expor abordagens distintas sobre o que significaria interferir no incremento ou em fases do ciclo de políticas públicas como estratégia de intervenção na realidade, orientando-se tanto por uma compreensão crítica dessa realidade, como pela superação de suas condições estruturais (apreendidas em processos essencialmente educadores e socioambientalistas). A finalidade de tal objetivo é articular essa reflexão com as demais já realizadas na pesquisa para a presente tese, além de também colocá-la em diálogo com as contribuições de Antonio Gramsci a respeito das relações entre os momentos do Estado Integral, assim como a descrição do trabalho de EA com Conselhos gestores e UC no âmbito da gestão pública da sociobiodiversidade¹¹⁸.

Tal articulação e aproximação se mostram importantes na medida em que o debate sobre as políticas ambiental e de conservação da natureza pela estratégia de concepção e criação de UC demonstram mobilidade em termos de sentidos atribuídos e expressões nas normas e instituições, além de o debate sobre Conselhos e participação apontarem no horizonte justamente a ampliação da capacidade de interferência de atores sociais contra-hegemônicos na gestão pública em sentido amplo. Outra evidência dessa relevância é a discussão trazida do campo da EA, em que a ela são atribuídos sentidos e desenvolvidas concepções carregadas de intencionalidade política na defesa e construção educadora de projetos societários orientados por perspectivas socioambientalistas.

Dentre os significados do termo incidir, destaca-se aquele voltado a “manifestar-se sobre”, “ter efeitos sobre”, “obter resultados”, “transformar”. Tais realces às definições registradas se devem ao caráter que se pretende atribuir às perspectivas

¹¹⁸ Segundo portaria interministerial dos antigos Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Meio Ambiente n.º 239 de 2009, sociobiodiversidade é a “inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais” (BRASIL, 2009). Considera-se aqui importante afirmar essa sociobiodiversidade como “objeto” de proteção e conservação, por configurar-se, potencialmente, como contra-hegemonia com relação à concepção de mundo e projeto societário e de relações entre sociedades e o que se entender por natureza.

tratadas até aqui, sobretudo quanto aos modelos expostos sobre políticas públicas. Na sequência, o termo incidência será tomado como uma espécie de abrigo para expressões mais especificamente abordadas pela literatura, como *advocacy* e *lobby*. Ambas serão aqui compreendidas como formas, estratégias ou recursos de incidência em políticas públicas. Contudo, há autores que utilizam o termo incidência e inclusive o diferenciam de outros a depender de quem a realiza e em nome de que tipo de interesse, como será exposto a seguir.

Em manual sobre “como incidir em políticas públicas”, Choy (2005) sugere um entendimento sobre incidência em políticas públicas como a busca por materializar mudanças e, ainda que sejam poucas as organizações que existem para realizar campanhas de incidência, quase todas promoveriam novas formas de cidadãos e cidadãos comuns participarem dos assuntos tidos como públicos. Tais organizações desenvolveriam também inovações nas relações entre Estado e sociedade civil, em uma lógica valorosa, mas também reprodutora da clivagem já significativamente abordada anteriormente no debate sobre Conselhos e participação social.

De todo modo, incidir em políticas públicas se refere, para esta autora, em interferir nos processos decisórios sobre a definição de problemas, sua inserção nas agendas, na escolha, construção e implantação de alternativas. Mily Choy não apresenta restrições ao entendimento do *lobby* (*cabildeo*, como a autora trata em espanhol) como simplesmente uma estratégia de incidência em políticas públicas. No entanto, esclarece o que, em sua leitura, caracteriza as diferenças entre o *lobbying* e o *advocacy*. *Lobby* seria um recurso mais utilizado quando se defendem interesses corporativos diante de ameaças de regulação ou intervenção governamental de algum tipo, aproximando-se, portanto, de uma identidade mais liberal do ponto de vista econômico. *Advocacy* se identificaria com uma estratégia mais próxima a organizações caracterizadas por interesses considerados públicos, independente de questões econômicas, a princípio. Afirma a autora que

A diferença entre *lobby* e *advocacy* é simples, e uma forma de explicá-la é a seguinte: quando se busca alcançar acordos políticos que beneficiem a grupos econômicos, particulares, políticos, isto é, interesses não públicos, mas sim privados, estamos diante ao que se entende por *lobby*. Diferentemente, se o que se busca são acordos políticos que beneficiem à cidadania em geral, que impliquem em processo de mobilização política da sociedade civil, estamos diante do que se entende por incidência (*advocacy*). Por exemplo: quando se busca uma redução de impostos aos cigarros, estamos diante do que se entende por *lobby*. Quando uma organização ambientalista busca a proteção

da baleia azul como espécie ameaçada, estamos diante do que se entende por incidência ou *advocacy*¹¹⁹ (CHOY, 2005: 5).

A associação direta entre incidência e *advocacy* na citação se refere a uma definição particular trazida pela autora em seu manual: a “incidência política cidadã”. E apresenta outras denominações, como *abocacia* (advocacia), *lobby* cívico, defesa e promoção de causas, *policy advocacy*. Incidência seria o desenvolvimento de estratégias de aproximação, persuasão e influência naquelas pessoas que têm algum poder de decisão – e/ou poder de comunicação e difusão de informações – para que, em suas funções, interfiram nas políticas públicas. Para Choy (2005), podem se configurar em dar voz àqueles que não a têm, desenvolver ações pontuais que buscam causar impactos de curto, médio ou longo prazos. Mas é taxativa: tais ações devem estar orientadas ao bem-estar geral. Fazer incidência seria, ao mesmo tempo, buscar informações de interesse da causa ou projeto intencionado, assim como produzir informações e dados visando a fundamentar tanto uma determinada narrativa, como também as decisões que se pretende que sejam tomadas. Esse documento chama a atenção justamente por sua pretensão não acadêmica, mas necessariamente de popularização, fundamentada, de conhecimento organizado, elaborado, sobre incidência política.

Há também diálogos elaborados entre diferentes autores dedicados à práxis política. Reflexões pautadas reciprocamente por práticas, em parte organizadas em edição especial de revista latino-americana dedicada ao tema.

Para Bonnefoy (2007: 59),

A incidência política representa para muitas de nossas organizações [latino-americanas, vinculadas à Educação Popular] uma estratégia recente que surge como um mandato ético-político para situar no espaço público as situações problemáticas que, dia a dia, fragilizam os Direitos em nossos países¹²⁰.

Já Lopez (2007) expande a concepção de incidência, apontando-a para além da influência junto a tomadores de decisões. Para o autor, também se considera incidência política as ações de sensibilização orientadas à população para que se aproprie de ideias

¹¹⁹ No original, em espanhol: “La diferencia entre *lobby* y *advocacy* es simple, y una forma de explicarla es la siguiente: cuando se busca lograr acuerdos políticos que beneficien a grupos económicos, particulares, políticos, es decir intereses no públicos sino privados, estamos frente a lo que se entiende por *lobby*. Mientras que, si se busca lograr acuerdos políticos que beneficien a la ciudadanía en general, que impliquen un proceso de movilización política de la sociedad civil, estamos frente a lo que se entiende por Incidencia (*advocacy*). Por ejemplo: cuando busca una reducción de impuestos a los cigarrillos, estamos frente a lo que se entiende por *lobby*. Cuando organización ambiental busca la protección de la ballena azul como especie en peligro, estamos frente a lo que se entiende por Incidencia o *advocacy*. ”

¹²⁰ No original, em espanhol: “La incidencia política representa para muchas de nuestras organizaciones una estrategia reciente que surge como un mandato ético-político para situar en el espacio público las problemáticas y situaciones que, día a día, vulneran los Derechos en nuestros países”.

e propostas de organizações que fomentam as ações de incidência. Ou seja, o caráter comunicativo, formativo e cultural do processo de incidência aqui é tão valorizado quanto o sentido que esse movimento assume ao buscar influenciar as tomadas de decisões. Isso aproximaria mais a noção de incidência política com a compreensão de “Estado Integral” de Gramsci, uma vez que aparenta transcender a binariedade estado/sociedade civil, ao menos no que concerne ao reconhecimento da necessidade de lutar por “Hegemonia” na “Sociedade Civil” em seus aspectos culturais.

Puga (2007) define a incidência política como expressão do direito à participação política. Associando fortemente a ideia de incidência à “vigilância social”, o autor (2007: 70) arremata seu artigo sobre democracia, ações coletivas e incidência, afirmando que a vigilância, para além da denúncia, se “[...] converte também em uma ação que provoca o diálogo entre partes e impacta nas formas de gestão e governo [...]”¹²¹. Esse “para além da denúncia” pode implicar em dois aspectos, em princípio: um sobre o papel político da sociedade ultrapassar a denúncia e a sinalização ao momento de “Sociedade Política” do mesmo “Estado Integral”; outro, decorrente do primeiro, de potencializar o reconhecimento da “Sociedade Civil” como esfera do mesmo Estado.

Choy expõe que há um(a) personagem que assume a função central de realizar o *cabildeo* (ou lobismo). “Ele ou ela, deve ser capaz de transmitir facilmente a demanda da organização ou do grupo que representa, deve fazer bom uso de seu senso comum e perceber e aproveitar as oportunidades que se apresentem em cada encontro”¹²² (CHOY, 2005: 7). Isso demanda algum grau de conhecimento e de especialização, sem descolamento entre essa pessoa e o grupo com o qual se compromete; função semelhante àquela já associada ao intelectual orgânico de Gramsci.

Esse(a) profissional, portanto, deve ter e estar inserido(a) em um plano de incidência nas políticas com que se preocupa o grupo ou segmento que representa, do qual se origina e se compromete politicamente e com o qual deve manter permanente diálogo em seu processo de elaboração ideológica, de uma nova concepção de mundo, uma nova ética. Assim, depreende-se que *cabildear* exige a previsão de um mapeamento de tomadores de decisão ou pessoas influentes com os quais se planeja

¹²¹ No original, em espanhol: “[...] convierte también em una acción que provoca el diálogo entre partes e impacta en la formas de gestión y gobierno [...]”.

¹²² No original, em espanhol: “El o ella, debe ser capaz de transmitir fácilmente el pedido de la organización o del grupo al cual representa, debe hacer buen uso de su sentido común y percibir y aprovechar las oportunidades que se le presenten en cada encuentro”.

encontrar. E aqui se acrescenta: não apenas no âmbito da “Sociedade Política”, mas também da “Sociedade Civil” e seus “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

A justificativa apresentada por Choy ao questionamento de por que incidir em políticas públicas reconhece que, mesmo sendo lamentável, a representação política característica de uma democracia burguesa falha ou simplesmente não é capaz de expressar os interesses dos cidadãos. Caso conseguisse, a própria ideia de incidência não teria sentido e o sistema político se encarregaria disso com sucesso. Outra razão se localiza na possibilidade, criada pela ideia de incidência, de superar barreiras ou gerar apoio a causas ou projetos específicos, visando a modificar, criar, aprovar, anular, rejeitar dispositivos ou instrumentos legais conforme os valores e interesses dos grupos que se organizam para disputar influência conforme suas narrativas.

Tomada como processo, a incidência em políticas públicas, permite o envolvimento de indivíduos e organizações em um movimento aberto e democrático. Mais ainda, segundo a autora: capacita cidadãs e cidadãos a articularem-se discursiva e politicamente, para expressarem-se e manifestarem suas concepções de mundo, seus valores (CHOY, 2005). Há, portanto, um potencial educador emancipatório significativo associado à noção de incidência concebida até aqui.

Denise Carreira (2007) trata da importância de se reconhecer avanços e retrocessos no processo de incidência em políticas públicas por meio do uso de indicadores. Seu artigo sobre afinar olhares e perspectivas sobre o assunto traz relevante contribuição tanto ao entendimento sobre o que vem a ser incidir em políticas públicas, como, principalmente, de que maneira realizar tal empreendimento de acompanhar e aferir se o que vem sendo desenvolvido está alcançando algum tipo de resultado.

Assumindo a alta complexidade da noção de incidência em política pública – e justamente apoiando-se nisso – a autora dá relevo àqueles indicadores que usualmente seriam menosprezados em nome de outros essencialmente ligados aos resultados, se foram ou não atendidos os objetivos. Carreira propõe a valorização da incidência como um processo, não apenas um produto. Com isso, apresenta indicadores que correspondem à compreensão do ciclo das políticas públicas como suporte, analítico, para se localizar no tempo e no espaço das políticas, bem como para definir o que indicaria os passos conquistados na direção dos objetivos de aprovação, alteração, rejeição, anulação de dispositivos legais.

Além do ciclo, Carreira aponta para outra área sobre a qual é importante adquirir consciência sobre a capacidade e alcance da incidência, como na criação de uma esfera

pública institucionalizada de participação, exposição de diferentes agendas e negociação de pautas públicas. Ao final de seu breve artigo, Carreira expõe um quadro ilustrado na tabela 1, contendo didaticamente sugestões do que seriam indicadores a cada fase do ciclo de política pública.

Tabela 1 – Fases, estratégias e indicadores de efetividade na incidência em políticas públicas.

Fases	Estratégias	Indicadores de sucesso
1. Construção do problema público	1. Produção de conhecimento. 2. Trabalho com os meios de comunicação. 3. Desenvolvimento de campanhas públicas.	Quantidade de documentos elaborados acerca das temáticas específicas que se busca dar visibilidade; quantidade de contato com os meios; quantidade de envio de informações aos meios; quantidade de aparições do tema nos meios; produção de peças para diferentes meios; indicação e referência da organização na temática.
2. Incorporação do problema na agenda	4. Construção de associações, mesas e alianças e formação de redes. 5. Desenvolvimento de capacitação e fortalecimento de pessoas e ou organizações que trabalham o tema. 6. Identificação, desenvolvimento e participação em eventos.	Associações, mesas ou redes construídas sobre o tema; quantidade e tipo de ideias-força incorporadas na fala de atores significativos; atores que têm incorporado as ideias; quantidade de capacitações desenvolvidas no tema; lista de organizações e pessoas capacitadas no tema.
3. Desenho ou formulação da política	7. Demonstração dos resultados das experiências. 8. Ações de <i>lobby</i> . 9. Qualidade da política pública.	Resultados que têm servido de modelo para a política pública; experiências que têm sido tomadas como referência para a política pública; quantidade de menções da política pública à experiência; reuniões com funcionários públicos; transformação de uma política pública em função das propostas de organização e projeto; pontos em comum entre a política pública e as propostas de organização ou projeto.
4. Implementação de uma política	10. Participação, apoio e cogestão na implementação da política	Execução de estratégias, ferramentas e atividades; quantidade de leis [instrumentos] aprovadas
5. Monitoramento, avaliação e controle.	11. Ações de controle e monitoramento de programas, leis etc. durante e ao finalizar a implementação.	Lista de ações de controle e monitoramento realizadas; observação se as metas da política estão sendo cumpridas.

Fonte: Fundação SES (Argentina), adaptado por Carreira (2007: 82).

É possível observar, de uma perspectiva gramsciana a partir de categorias como “Estado Integral” e “Intelectuais Orgânicos”, a relevância que assumem processos educadores desde movimentos cognitivos de compreensão da realidade (percepção,

entendimento e apontamento dos problemas que deverão orientar o processo de incidência política). Aqui a atuação de “Intelectuais Orgânicos”, conforme identifica Ralph Miliband (1970), autor de referência na reflexão sobre o Estado e políticas públicas, assume função estratégica no itinerário de criar e facilitar situações formativas que tenham como propósito reconhecer e compreender a realidade em perspectiva crítica, subsidiando assim formas subsequentes de intervenção transformadora.

Carreira parte do reconhecimento necessário de que o processo de desenvolvimento de políticas públicas não é linear. Assim, da mesma forma que Kingdon (2003) anuncia o que entende serem fluxos, Carreira os toma como momentos. Sendo fluxos ou momentos não lineares ou sequenciais, tornam-se dimensões ou processos simultâneos, permitindo – ou demandando – atuações correspondentes utilizando-se das mesmas estratégias de incidência. Buscando ilustrar tal complexidade, a autora apresenta o que expõe a figura 2.

Figura 2 – Demonstração da possibilidade – e necessidade – de atuação em mais de uma frente

Fonte: Carreira (2007: 83)

Com relação às noções sobre *advocacy*, Brelàz (2007) aponta a ausência de um consenso teórico na definição do termo. Mesmo assim, a autora também traz essa noção como a adoção e promoção de uma causa, tendo como finalidades desde moldar a percepção pública sobre determinada questão, até provocar alterações na legislação. No entanto, esse entendimento se dá a partir de um conjunto de estudos realizados nos EUA.

No Brasil, Brelàz registra a reduzida atenção de pesquisas sobre a *advocacy*, havendo maior dedicação a pesquisas sobre participação da sociedade civil. Essa temática da democracia participativa, na compreensão da pesquisadora, pode ser observada como associada àquilo que se entende por *advocacy*, embora não a substitua, denotando a necessidade de situá-la melhor no debate sobre participação, democracia participativa e influência sobre políticas públicas. Também buscando diferenciar suas intenções, motivações, alcance político e procedimentos quanto ao *lobby*, Brelàz atesta que

Lobbying em muitos casos é utilizado como sinônimo de pressão, tráfico de influência ou corrupção sendo visto, geralmente, como prática exclusiva de grandes corporações que utilizam seu poder econômico para atingir determinados objetivos. Entretanto, esta visão é equivocada, pois existem atividades de *lobbying* que são realizadas no país sem a violação das leis (BRELÀZ, 2007:6).

Mesmo que sejam atividades legais, Brelàz não rejeita a interpretação de *lobby* como recurso ou estratégia comumente utilizada por corporações na defesa de interesses privados, por vezes dissonantes de qualquer noção de “bem-estar geral”. Se fazer *lobby* é insuficiente para significar “atividade ilegal”, a estrutural desigualdade econômica e interesses societários por vezes antagônicos que exercem implicações de ordem política em uma sociedade como a atual (maior poder político a determinados grupos), faz com que “atuar dentro da lei” também seja insuficiente para associar tais práticas de incidência (a partir de interesses corporativos) ao bem-estar geral. Seriam, portanto, ações usualmente desenvolvidas pela manutenção do *status quo*, porque mais “agudas”, mais objetivas e, por vezes, pontuais em termos de provocar alterações na normatividade.

O termo *advocacy* também se remete à influência nos processos de desenvolvimento de políticas públicas. Contudo, assim como os autores já abordados sobre incidência política, o uso da expressão de língua inglesa decorrente do latim *advocare* (ajudar alguém – ou algo – que está em necessidade) buscaria corresponder a algo mais amplo do que simplesmente *lobby*. Libardoni (2000) o associa à defesa e à argumentação em favor de uma causa, uma demanda ou posição, visando a fortalecer determinada perspectiva ou concepção de mundo que orienta determinado ponto de vista em uma esfera pública. A *advocacy* estaria além, inclusive, da própria noção de incidência na política pública em sentido estrito ou vinculado especificamente às suas dimensões de *polity* e *policy* (conteúdos, instrumentos, instituições), já que poderia ser

situada em um contexto político maior do que os parlamentos ou legislativos – na Esfera Pública habermasiana ou, de maneira mais alinhada com o referencial teórico desta tese, no contexto do “Estado Integral” gramsciano.

Haveria uma diferença sensível entre ambos os referenciais supramencionados, para além das denominações Esfera Pública e “Estado Integral”. Se o primeiro reconhece uma *distinção orgânica* – e estratégica – entre Estado e Sociedade Civil, o segundo os diferencia metodologicamente e, pelo contrário, compreende ambos em um mesmo *todo orgânico e unidade dialética*.

Isso marcaria uma acentuada distinção entre ambas as teorias de longo alcance sobre as relações entre Estado e Sociedade. Depreende-se, com base na obra de Gramsci – assim como de seus intérpretes – que as relações entre os momentos de “Sociedade Política” e de “Sociedade Civil”, do mesmo “Estado Integral”, ocorrem a partir da noção de “Hegemonia” exercida em ambas as esferas, compondo o que o pensador elaborou sobre outra categoria, a de “Bloco Histórico”. Sendo assim, grupos organizados no momento “Sociedade Civil” não buscariam incidir em políticas públicas pelo “convencimento” de setores governamentais mirando conquistas pontuais na normatividade vigente, apenas. Essa incidência em políticas públicas ocorreria, também e, talvez principalmente, na direção cultural pelo desenvolvimento de uma nova ética, materializada em outros projetos societários, de outro Estado¹²³.

Esse contexto é a estrutura de oportunidades políticas que oferece o sistema político em termos de possibilidades e limites de ação às organizações da sociedade civil em um momento histórico determinado. Mas essa relação se constitui de maneira dialética. Por um lado, a estrutura de oportunidades políticas oferece possibilidades e limites para o trabalho de incidência política das organizações da sociedade civil, mas por outro lado essas organizações podem, através da ação de *advocacy*, contribuir para a configuração da estrutura de oportunidades e criar as condições para que sua ação política seja mais efetiva. A criação de novos espaços de participação e as mudanças constitucionais de leis e de políticas públicas promovidas pela ação das organizações da sociedade civil vão redefinindo a estrutura político institucional (LIBARDONI, 2000: s/p.).

A depender do contexto e da abertura do sistema político, as ações de *advocacy* podem, inclusive, concentrar-se naquelas identificadas como *lobby* diretamente junto aos tomadores de decisão. Podem também enfatizar a presença e participação em espaços de participação institucionalizados, como fóruns, conselhos, comissões, comitês etc. Ou então concentrar esforços em desencadear processos comunicativos, educativos

¹²³ Se na Esfera Pública habermasiana haveria um movimento similar ao de “eclusas” no qual, após incidir no “sistema” o “mundo da vida” retorna, sem tornar-se sistema, na concepção de “Estado Integral” gramsciano, o que se busca é construir e realizar outro Estado.

e/ou persuasivos e mesmo ações de enfrentamento e contestação com o poder ou noção hegemônica de algo. Em seu horizonte podem figurar, inclusive, transformações nos processos deliberativos e até mesmo nos personagens que tomariam decisões. Ainda assim, segundo Libardoni, quando se trata de *advocacy*, se fala de política e de processos de transformação cultural, de transformação de valores e de crenças, de consciência.

Falamos sobre democratizar as relações de poder e ampliar a participação dos segmentos historicamente excluídos nos processos de tomada de decisões, de maneira a promover uma nova visão de sociedade e um mundo onde as relações sejam mais equitativas (LIBARDONI, 2000, s/p).

Advocacy, com base em tal perspectiva, aproxima-se, portanto, de determinada concepção de mundo, de valores e de um projeto societário de aprofundamento da democracia e superação de desigualdades e injustiças. Portanto, potencialmente contra-hegemônico.

Considerando os apontamentos trazidos do debate sobre incidência política, torna-se mais tangível a relação entre essa intencionalidade política – de organizar-se, formular uma leitura da realidade sensível e disputar por espaço político reivindicando tomar parte no debate público que se materializa em normatividade da vida coletiva – e processos educadores. Em sendo a EA um processo formativo a partir do qual se buscam criar diferentes situações e condições de apreensão da realidade socioambiental, há aqui uma contribuição estrutural. Tratar-se-ia, a EA, de condição fundamental para um comprometimento crítico com a vida em sua totalidade, desde as relações entre indivíduos, em sociedade e desta com a natureza e o planeta. Não haveria, portanto, como vislumbrar qualidade dessa incidência política sem contribuições efetivas da EA (em suas vertentes comprometidas com perspectivas contra-hegemônicas, não reprodutivistas).

3.4 Antonio Gramsci, contra-hegemonia e contribuições para uma Educação Ambiental em perspectiva crítica e transformadora

O pensamento de Gramsci reconhecidamente contribuiu ao campo educacional. Um dos motivos é por tomar a cultura como dimensão estratégica de luta pela superação do capitalismo, restabelecendo a importância que possui a compreensão sobre o mundo na forma como indivíduos, grupos sociais, classes e sociedades lidam concretamente com ele, reproduzindo, contestando ou transformando-o. Tratou a educação e a cultura, portanto, de forma ampliada, para além do senso comum que as restringe à escola e à

erudição. Afirmou todos os seres humanos como filósofos, como intelectuais, como sujeitos e “dirigentes” (de sua própria vida, no coletivo, na sociedade, no Estado). Portanto, emancipados.

Ainda assim, outra forte razão se relaciona com a potencialidade de espaços escolares – por conseguinte, formais, de educação e formação da cultura – não se limitarem a “Aparelhos Ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1987). A partir de Gramsci a escola assume a potência de germinar – ou ao menos exercitar – outras sociedades, deixando de ser mera reprodução mecânica do capital (DORE, 2006).

Gramsci, no Brasil, teve no campo educacional terreno dos mais férteis à apropriação de seu pensamento. Afinal, afasta, fundamentando filosófica e politicamente, a ideia segundo a qual as concepções hegemônicas de mundo, que dirigem a sociedade capitalista – e garantem o tão importante consenso ou consentimento sobre o “lugar” de cada um e de cada classe social no mundo – somente poderiam ser transformadas quando, um dia, o próprio capitalismo se desintegrasse, apenas em função do acirramento de suas contradições. O entendimento nada dogmático ou ortodoxo do repertório marxiano por um militante marxista italiano do início do século XX, impacta a Educação de maneira substantiva. Sem volta. A valoriza, na medida em que a coloca em um patamar elevado na luta política.

Para Paolo Nosella e Mário Luiz Neves de Azevedo (2012:25-26),

Entre suas preocupações, a educação e a escola mereceram atenção especial por duas razões principais. Primeiramente, porque Gramsci acreditava que o mundo pode ser transformado e a educação e a cultura podem ser causa e efeito dessa mudança, enquanto espaços de formação, informação, reflexão e construção do consenso na sociedade. Em segundo lugar, porque a escolarização é um meio de formação ‘massiva’ de quadros dirigentes e de cidadãos em geral.

Dois dos mais importantes pensadores na área da educação no país, Paulo Freire e Dermeval Saviani, tiveram em Gramsci referência notória em suas obras. Ambos os educadores assumem funções típicas de intelectuais orgânicos, tendo em seus horizontes pedagógicos a formação de outros intelectuais orgânicos, também com capacidade dirigente na sociedade (educadores, protagonistas populares, lideranças trabalhadoras, comunitárias). Nos dois pensadores brasileiros influenciados por Antonio Gramsci, a busca por uma Educação que eduque para a capacidade de decidir, de incidir, para fortalecer a responsabilidade social e política da sociedade¹²⁴.

¹²⁴ Portanto, embora se reconheça uma disputa simbólica no campo educacional entre as correntes pedagógicas que Saviani e Freire subsidiam, sobretudo na escola - respectivamente, histórico-crítica a

Freire por seu método de alfabetização política como processo catártico, com ampliação da capacidade – ou retirada do estado de “dormência” – de leitura crítica do mundo, em comunhão com outros seres humanos (FREIRE, 1987), dentro e fora da escola, nos Círculos de Cultura. O reconhecimento humanista do ser humano e sua “vocação ontológica para ser sujeito” (FREIRE, 1967). Ou mesmo na utilização do senso comum dos educandos – suas realidades vividas e apreendidas – como recurso pedagógico de sua pedagogia como prática da liberdade, buscando seus “núcleos sadios”, que Gramsci chamou de “bom senso”.

Ou, ainda, o momento pedagógico de problematizar a realidade buscando a mudança na percepção e compreensão do mundo, superando uma visão ingênua em direção a uma perspectiva crítica. Sobretudo, o entendimento de que educar e educar-se são atos políticos, e que a educação transforma pessoas que, por sua vez, interferem na História e mudam o mundo. Uma Educação que, “gramscianamente”, tem consciência da necessária luta com forças que não irão aceitá-la pacificamente, uma vez que seu interesse maior se encontra na alienação da sociedade. E que também sabe que, para produzir o consenso de que precisam para naturalizar diferentes manifestações de opressão,

[...] massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se ‘apoderam’ das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa (FREIRE, 1967: 37).

Já Saviani, de forma mais explícita, na sua formulação da Pedagogia Histórico Crítica, cujo método, também “gramscianamente”, parte do senso comum dos educandos, de seu conhecimento ainda desorganizado, sincrético, da realidade vivida, para uma apreensão mais ampla, contextualizada, coerente, organizada, consciente e, por isso, sintética. Para tanto, um itinerário marcado por passos firmes e claros, que fazem emergir do repertório dos educandos um conjunto de apontamentos sobre determinada realidade comum a alunos e professor, que na sequência problematizam-se e identificando lacunas de conhecimentos necessários para lidar com as questões surgidas. No momento catártico desse percurso, promove uma reelaboração – mais consciente, coerente e organizada – sobre a mesma realidade, a que o aluno ascendeu na

partir dos conteúdos e educação popular (GOUVÊA da SILVA; PERNAMBUCO, 2014) – esta tese opta por ressaltar a convergência de dois dos maiores pensadores contemporâneos da Educação no Brasil e América Latina.

medida em que se apropriou do conhecimento universalmente construído pela humanidade. Tal itinerário tem, como ponto de chegada, a mesma prática social do ponto de partida, compreendida, contudo, não mais sincreticamente, e sim sinteticamente, de forma mais “elevada” (SAVIANI, 2005).

Partindo dessas considerações breves sobre as significativas contribuições de Gramsci à Educação no Brasil, esta tese parte para uma análise das contribuições de categorias conceituais gramscianas à Educação Ambiental. Toma-se como pressuposto que tais contribuições são determinantes para que a própria EA se qualifique de maneira a realizar aportes relevantes, críticos e intencionalmente emancipatórios, à gestão de UC tomando seus Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem e estas áreas protegidas como antíteses do capital. Partir-se-á das categorias abordadas no primeiro capítulo, para então expor suas contribuições à EA.

* * *

Com relação à noção de “Bloco Histórico”, a questão ambiental não estaria acima e muito menos “descolada” das relações de produção. Seria, portanto, decorrente do padrão hegemônico nas relações sociais de produção e do modelo de desenvolvimento que, por um lado, geram injustiça e desigualdade no acesso aos bens ambientais e, por outro, reproduzem uma dependência crônica de crescimento econômico frente às limitações físicas dos recursos naturais. Em síntese, superexploração de recursos naturais em benefício de poucos, com distribuição desigual dos impactos e seus desdobramentos.

Limitada é a compreensão sobre a questão ambiental se não tratar de refletir e agir no sentido tanto de experimentar e praticar alternativas concretas, assim como compreendê-las como necessariamente contra-hegemônicas também do ponto de vista cultural, observando a relação dialética, sobretudo de reciprocidade, entre ação concreta (em aspectos estruturais das relações sociais e econômicas – condições objetivas, forças materiais) e a imprescindível correspondência em termos superestruturais (condições subjetivas, forma ideológica e mesmo sua expressão na normatividade). O ato, na EA, de conhecer os elementos estruturais da questão ambiental abordada, desnaturalizando as relações sociais de produção e suas decorrências socioambientais já configura uma intervenção (embora essa intervenção não se restrinja à construção desse entendimento;

é fundamental experimentar e colocar concretamente algo “no lugar” daquilo que se critica).

Intervenção tanto ao nível da consciência de mulheres e homens, via consenso, como também quanto à construção e conquista de garantias e espaços no seio da “Sociedade Política” (via coerção de grupos sociais que antes privilegiados passam a ser contrariados), visando à transformação necessária no alinhamento entre estrutura e superestrutura.

Trata-se, em suma, de uma EA comprometida “praxicamente” com a “Grande Política”, ainda que partindo prxicamente da realidade vivida, associando-a taticamente à “Pequena Política”, promovendo a passagem do particular ao universal (“Catarse”). E, no que se relaciona a essa “alta política”, está em jogo a construção de uma nova “Hegemonia” (uma concepção de mundo, nova filosofia, nova mentalidade etc., mas também uma nova maneira de produzir, de distribuir, de consumir, de viver). Esse compromisso político se orienta pelo horizonte de compreensão e problematização desse alinhamento entre estrutura e superestrutura, entre valores e padrões éticos e como subsidiam relações sociais e entre sociedade e natureza, entre modos de pensar o mundo, a sociedade e como se organiza socioeconomicamente para manejar, produzir, distribuir, consumir, enfim, metabolizar enquanto sociedade/natureza.

A categoria “Estado Integral” – sociedade civil/sociedade política – contribui na medida em que permite compreender que a localização da sociedade civil na superestrutura a traz para o campo da produção de ideologia em termos de concepção de mundo que galvaniza o que predomina na estrutura – também se nutrindo dela. Capaz de elevar-se, portanto, ao grau de consistência de filosofia (para além de ideologia). Essa concepção de mundo produzida no âmbito da sociedade civil não se faz de maneira desarticulada das condições objetivas ou forças materiais, da produção em si. Sociedade civil, assim, não se restringe às relações de produção material. Também – e sobretudo – abrange as concepções que se fazem a respeito de padrões de relações sociais de produção, em um processo essencialmente educador, na medida em que subsidiado (não restrito) à perspectiva da crítica à economia política.

A EA, portanto, passa a se orientar por tomar a problemática ambiental como aquilo que se “sente” para daí se desdobrar em compreensões sobre os problemas ambientais percebidos principalmente em suas origens não imediatamente entendidas ou mesmo observadas no senso comum. Com isso a EA assume o papel de produção de compreensões que sustentam práticas e concepções de mundo a partir da crítica às

relações sociais de produção concretas que se desdobram em problemas ambientais (não sem antes serem sociais e econômicos). Uma EA que parte do concreto e possibilita a construção dialógica de compreensões abstratas que demandam, por sua vez, intervenções no concreto compreendido, definindo sua práxis.

Outra contribuição relativa à sociedade civil é o reconhecimento de sua complexidade em sociedades de “tipo ocidental” (nas quais há um processo avançado de socialização da política). A identificação das “trincheiras e casamatas” que cercam o Estado (em sentido estrito) possibilita compreendê-las como espaços estratégicos a ser disputados por concepções contra-hegemônicas. Desde espaços midiáticos e comunicacionais, até diferentes campos sociais e aqueles espaços burocráticos e normativos, passando pelos de formação em diferentes níveis e escalas. A contribuição de uma leitura conjuntural ampla desses “Aparelhos de Hegemonia” da “Sociedade Civil” (também no interior da própria “Sociedade Política”) torna-se, em si, recurso e pauta da EA.

Em sendo um outro momento da concepção de “Estado Integral”, a “Sociedade Política” gramsciana também faz parte da superestrutura, galvanizando condições subjetivas e objetivas já hegemônicas em seu outro momento, da “Sociedade Civil”. “Sociedade Política” como expressão da “Sociedade Civil” e vice-versa. Aqui a contribuição à EA ocorre em termos de ampliação de horizonte de sua prática política.

Para além de promover deslocamentos de compreensão sobre a realidade socioambiental baseados em – e orientando – intervenções nessa mesma realidade apreendida, a EA também se guia por mirar na “Sociedade Política”. Ou seja, disputando “corações e mentes” na “Sociedade Civil”, sem renunciar à disputa pelo Estado *strictu senso*. Seja articulando agentes associados a ambos os momentos desse “Estado Integral”, seja buscando transformações na esfera da “Sociedade Política” e em como opera e legitima as relações sociais de produção (seus aparelhos jurídicos, coercitivos, formas de relação com a sociedade civil). Assim como não há priorização entre teoria e prática na filosofia da práxis (mas sim uma relação permanente e dialética), não haveria uma ordem de prioridade tal como “primeiro atuar junto à “Sociedade Civil” e depois de uma suposta “Hegemonia” nessa esfera, buscar atuar junto à “Sociedade Política”. São atuações a ser realizadas juntas e combinadas. Sinteticamente, trata-se de uma coisa só.

Com o conceito de “Hegemonia”, Gramsci afirma que seu desenvolvimento político configura um grande progresso filosófico, já que implica em transformações

intelectuais e éticas alinhadas a uma compreensão da realidade que já superou o senso comum e tornou-se crítica. Tais compreensões nessa perspectiva se associam a uma mudança de valores e uma outra ética na convivência em sociedade e desta com o que entende por natureza.

Precisam tornar-se consenso, produzir alianças. Precisam “dirigir” intelectualmente a sociedade, não em termos de condução alienada por um grupo dirigente e esclarecido, mas em termos de ideias-força, valores compartilhados coletivamente que sustentam uma compreensão hegemônica daquilo que se quer como sociedade e aquilo que não se admite nas relações com a natureza (seja por razões éticas ambientalmente orientadas ou mesmo pragmáticas, utilitárias e antropocêntricas, relativas à sobrevivência da espécie humana).

Por outro lado, a fórmula gramsciana para “Hegemonia”, qual seja, “consenso + coerção”, aponta para um aspecto de dominação que se torna indeclinável à medida em que nenhum consenso é absoluto. Mesmo havendo eventual conquista da predominância de uma concepção de mundo que é esteio de relações sociais libertárias, emancipadoras, sustentáveis, não haveria garantias de que todos, mulheres e homens antes privilegiados, não flertariam com impulsos individualistas e promotores de injustiça, desigualdade, extrativismo predatório, degradação socioambiental seja na relação entre as pessoas ou dessas com a natureza. Daí a necessidade de mecanismos de controle – necessariamente coletivos – e de obrigatoriedade (disso a importância de atuação junto à sociedade política, que se constitui de aparelhos burocráticos, normativos e coercitivos).

Assim, a contribuição à EA se dá na forma de recomendar que se assuma o papel de promover situações formativas, em diferentes escalas, voltadas à construção desse consenso dialeticamente forjado a partir do senso comum, mas visando a superá-lo, tornando-o coerente, consciente (do sincrético ao sintético, de Dermeval Saviani). Esse consenso não se caracterizaria como uma espécie de “bricolagem” entre diferentes perspectivas de atores com interesses distintos e invariavelmente condicionados pela assimilação acrítica e naturalização do atual padrão de relações sociais de produção e modelo de desenvolvimento.

Trata-se de processos eminentemente formativos, trabalhados por “Intelectuais Orgânicos” que se assumem como educadores – assim como educadores que se assumem como “Intelectuais Orgânicos” comprometidos com os grupos sociais aliçados do modelo de desenvolvimento hegemônico e desigualmente impactados por desequilíbrios socioambientais desse mesmo modelo. Assim sendo, sua

intencionalidade pedagógica está apoiada em uma questão ampla de método (dialética materialista, ou, ao menos, estranhamento e problematização das condições objetivas e forças materiais, o modo como se produz concretamente) e por uma questão ampla de horizonte político (transformação social e construção de outros projetos societários). Em suma, uma EA que se comprometa em compartilhar a premissa de que o sistema capitalista é incapaz de produzir respostas à crise civilizatória que provocou, demonstrando essa incapacidade de maneira empiricamente relacionada à sensibilidade e realidade vivida dos educandos. Uma EA que busca compartilhar e trabalhar o entendimento de “Hegemonia” como síntese de desenvolvimento econômico e de consciência crítica.

Com relação à categoria que aborda os denominados por Gramsci como “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia”, depreende-se que são, na análise gramsciana a partir da sociedade de seu tempo, órgãos, instituições, organizações, enfim, espaços sociais de alcance público. Produzem e reproduzem concepções de mundo alinhadas aos interesses da classe fundamental com a qual se identificam – ou, ao menos os valores nos quais se reconhecem. A partir deles se desenvolve a reforma filosófica, novas concepções de mundo, novas mentalidades.

Tomando-se a crise civilizatória que se apresenta como concreta e implacável, atualizações possíveis se remetem à percepção de contribuições significativas trazidas por diferentes movimentos que, conscientes e articulados, identificam-se como lutas anticapitalistas. Casos dos movimentos socioambientalistas alinhados àqueles que lutam contra qualquer tipo de opressão (lutas antissexista, antirracista, pela terra, pela conservação de modos de vida e territorialidades, pela produção limpa de alimentos que não reproduza opressão e exploração de animais não humanos, por habitação e trabalho dignos dentre tantas outras que emergem nas sociedades contemporâneas, das contradições características do capitalismo).

O aporte desta categoria gramsciana à EA, para que se contribua com novos sentidos, por exemplo, à existência de UC e atuação política de seus CG, não é menor que os demais. A começar pela possibilidade de os próprios CG assumirem-se – e serem assumidos por quem trabalhar com eles – como aparelhos produtores de contra-hegemonia. Aqui se sugere outro papel à EA diante desse tipo de espaço colegiado de participação social: contribuir para que nele estejam predominantemente grupos sociais usualmente afastados do conhecimento, da gestão pública e da política. O protagonismo dos CG na direção de sociedades sustentáveis adviria fundamentalmente da qualidade

de sua composição (não apenas em termos formais, de cadeiras, mas também de quem os frequenta e condiciona sua atenção, seus debates, decisões e atuação política). Ao tomar os CG como aparelhos de “Hegemonia” (ou contra-hegemonia), a EA assume a função não apenas de consolidar uma compreensão em perspectiva crítica de determinada realidade.

Isso, por certo, transgride a noção consolidada no senso comum sobre Conselhos – tomá-lo como espaço formal constituído por membros devidamente nomeados por uma autoridade. Sob a ótica gramsciana, aos CG se reconhece a importância da institucionalidade e legitimidade da nomeação, mas não se restringe a ela. Se compreende, sim, os CG como espaços públicos, de participação aberta àqueles agentes sociais interessados no diálogo, até mesmo como expressão de interesse político em suas reflexões e posicionamentos, condicionando suas composições. Um espaço de gestão e lugar de encontro; de diálogo para compreender a realidade em perspectiva crítica e projetar incidência política com orientação socioambientalista.

Assume, ainda, o dever de subsidiar a projeção concreta de tal compreensão nessa mesma realidade, enfeixando-se com outros campos sociais e outros campos de luta e/ou resistência anticapitalista, tais como aqueles já mencionados, compreendendo que se trata de uma luta a ser unificada pela identificação com outros projetos societários, sustentáveis (logo, anticapitalistas, não sexistas, não racistas, não acumuladores, não econômica e politicamente concentradores, não predatórios, não exploradores de animais não humanos etc.)¹²⁵. Uma EA, portanto, comprometida com a criação de um novo terreno ideológico, que agregue a uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, configurando-se um fato filosófico. Que faça germinar uma nova moral e outra ética conforme a uma nova concepção do mundo. Uma EA que torne evidente a possibilidade de inserir-se no debate público a partir de maneiras contra-hegemônicas de conceber os problemas socioambientais, suas causas e efeitos e, consequentemente, as maneiras de enfrentá-los visando à sua superação.

“Intelectuais Orgânicos” talvez seja uma das categorias conceituais de Gramsci mais significativas à Educação e à EA. Ao afirmar todos os homens e mulheres como filósofos e filósofas, Gramsci reconhece todas e todos como intelectualmente capazes

¹²⁵ John Bellamy Foster (2020) em artigo recente questiona sobre o surgimento de um “proletariado ambiental” que emerge de lutas por justiça ambiental, sobretudo, no Sul do mundo. “[...] o proletariado ambiental pode ser percebido como uma força emergente em todo o mundo, como fica evidente na atual luta ecológico-epidemiológica em relação à COVID-19. No entanto, diante da dura realidade do ‘imperialismo no Antropoceno’, o principal *locus* da ação ecológico-revolucionária imediata continua sendo o Sul”.

não apenas de pensar sobre o que fazem e como vivem, agindo de acordo com alguma concepção de mundo – por mais sincrética que seja. São também competentes para pensar o mundo, construir e produzir socialmente conhecimento.

Mesmo reconhecendo haver aqueles cujo trabalho especializado seja pensar e compartilhar – os “Intelectuais Orgânicos” – Gramsci entende que todos e todas pensam e agem dialeticamente no mundo. Ao afirmar isso, o pensador sardo questiona sobre o que seria melhor: pensar sem disto ter consciência crítica, sem refletir sobre a concepção de mundo meramente “transmitida” ou repassada de diferentes modos e reproduzida de maneira alienada? Ou participar da elaboração e reelaboração de uma concepção de mundo, sendo o guia de si mesmo não aceitando, do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Trata-se, sem dúvida, de um processo educador e emancipatório, coadunando-se com intenções já existentes no campo educacional e bem apropriados nas reflexões, debates e mesmo práticas de EA. É o caso, pois, de reforçar esse comprometimento. A contribuição mais efetiva à EA não seria, como visto, associada exclusivamente ao horizonte emancipatório da prática educativa com orientação socioambientalista. É, também, quanto ao fundamento dessa orientação, que não se furta de reconhecer que se trata de superar o capitalismo como modo de produção, de organização da sociedade, de modelo de desenvolvimento e, tão importante quanto, maneira de conceber o mundo, as relações entre as pessoas e destas com a natureza, enfim, a vida.

No campo da EA, seriam os educadores ambientais aqueles com funções de “Intelectuais Orgânicos”, utilizando-se das situações e espaços formativos como *lóci* para sua prática de mobilizar os repertórios preexistentes, as compreensões sincréticas sobre questões ambientais vividas e, em diálogo com o devido aporte de elementos constituintes de uma perspectiva crítica e socioambientalista, facilitar a construção, organizada, coerente e sintética, de outra compreensão, mais elevada filosoficamente e apontando para a superação do *status quo* hegemônico. E mais, na condição de “Intelectuais Orgânicos”, promover o que será abordado mais adiante com a categoria “Catarse”.

Já no campo da gestão de UC, seus CG podem ter no horizonte atuar como “Intelectuais Orgânicos” nos respectivos territórios, mais uma vez transgredindo a concepção de CG limitada à sua composição formal. Intelectuais coletivos, capazes de tanto produzir sínteses como intervir na realidade (por exemplo, incidindo na normatividade vigente), atuando de forma similar à compreensão gramsciana sobre a

missão dos “Partidos” (não restritos a agremiações políticas formais, mas como frentes de lutas identificadas por valores e projetos societários alinhados¹²⁶). Também por sua função de elaborar e disseminar concepções de mundo e tornarem-se “experimentadores históricos” dessas concepções. Filippini (2017), apoiando-se em Gramsci, recorda que ninguém se encontra desorganizado e sem partido. Para tal é preciso que se entendam organização e partido em sentido amplo, e não formal¹²⁷.

Ao efetivar-se a possibilidade de os CG consolidarem-se como produtores de contra-hegemonia resultante de processos educadores críticos e emancipatórios, sua projeção nos territórios de influência das UC de onde partem recomenda assumir funções semelhantes às de um *intelectual orgânico coletivo*. *Intelectual* porque elaborador de uma compreensão sobre a problemática socioambiental e de como superá-la em diálogo – eventualmente maiêutico – com o senso comum e comprometidos não necessariamente exclusivamente com uma fração de classe social (operário ou da esfera produtiva, por exemplo), mas com todo um conjunto de grupos sociais reconhecidamente subordinados a uma lógica humana e ecologicamente opressora e degradante. Essa seria a “classe” – aqui tomada como fundamental –, subalterna, com a qual haveria o compromisso desse intelectual coletivo vinculado¹²⁸, por isso *orgânico*. *Coletivo* em função de sua condição de organismo politicamente estruturado e que compartilha em grande medida de uma concepção de mundo, uma ética e projetos societários comprometidos com a superação do *status quo*.

¹²⁶ Segundo Gramsci (2001: 24), “[...] o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.”

¹²⁷ Uma das principais funções da noção de partido seria, com a atuação estratégica dos intelectuais, contribuir para elevar o patamar de consciência dos grupos sociais subalternizados, daquele mais econômico e corporativo àquele de classe, ético-político, em função da necessidade de superação de movimentos espontâneos, mirando o patamar de direção política consciente. Isso pode ser aproximado da elaboração de Sorrentino (1988) que, embora trate diretamente sobre entidades ambientalistas, é aqui colocado em diálogo com a atuação política a partir de colegiados como os Conselhos de UC impulsionados por ações de EA em perspectiva crítica. Afirma o autor que, “[...] gerando o fato social, canalizando e ecoando as reivindicações e expressando a necessidade de mudanças e sua utopia, as entidades ambientalistas tornam-se movimentos sociais capazes de contribuir para o engajamento de mais pessoas na luta por uma transformação social” (Idem: 278).

¹²⁸ Isso não restringe, necessariamente, o público a ser alcançado pela EA. Contudo, diante do compromisso emancipador, é mais nítida a necessidade de grupos mais vulneráveis, mesmo que, numa perspectiva freireana, quem se beneficia desse modelo de desenvolvimento hegemônico também carece de libertação.

Esses intelectuais teriam uma função estratégica, que é a de estarem na “Sociedade Civil” e na “Sociedade Política” (portanto, atuando em ambas as esferas na superestrutura), elaborando/legitimando a ideologia elaborada pela filosofia da práxis, tornando-a a uma concepção de mundo que lhe fornece sua consciência de classe. Teriam, ainda, a função não menos estratégica de fazer permear pelo corpo social tal filosofia, ideologia (inclusive àquelas classes contrariadas) – pela via do consenso, fazendo com que classes não dominantes apreendam e compartilhem dessa nova concepção de mundo para torná-la dominante. No entanto, sem prescindir de eventuais medidas coercitivas, já no momento de sociedade política, àqueles grupos dissonantes, porque contrariados em seus valores afastados de uma nova ética.

Na atuação dos “Intelectuais Orgânicos”, sua elaboração, embora espiritual no sentido intelectual, não é meramente abstrata, mas sim construída de modo concreto, com base no real e na experiência efetiva dos grupos sociais com os quais trabalha. Assim, em reforço àquilo já apontado em relação às demais categorias gramscianas, há a necessidade de a EA pautar-se por situações práticas, teóricas a partir da prática e vice-versa, tomando-se como prática a experimentação concreta de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Quanto ao “Senso Comum”, este pode ser compreendido, a priori, como a concepção de vida mais difundida, assemelhando-se a uma “colcha de retalhos”, dadas as diversas origens e referenciais distintos entre si e que subsidiam um entendimento sobre a realidade. Fragmentos que mesclam conhecimentos científicos, de economia, valores, opiniões de caráter filosófico, posturas e posicionamentos perante o mundo com grande diversidade de origens, desde a religião e a convivência com o grupo social de que se faz parte. Trata-se de um conjunto de conhecimentos difundido pela classe ou grupos sociais que dirigem culturalmente uma sociedade e, assim, pelo consenso, a dominam, tendo o Estado como legitimador dessa “Hegemonia”, principalmente, pelo Direito.

Ainda assim, esse “Senso Comum”, por mais que tenda a reproduzir valores e entendimentos que sustentam um estado de coisas a ser necessariamente superado, não deve ser tomado exclusivamente como uma adversidade. Deve ser compreendido como um ponto de partida, um reservatório de conhecimentos e referências que, pela via do diálogo e da maiêutica, seja transformado e se transforme em um novo “Senso Comum”, a que é necessário chegar no âmbito da luta pela “Hegemonia”.

A contribuição desta categoria à EA se assenta na observação de que o senso comum ou a compreensão distorcida, incoerente, desorganizada que se tem sobre determinado fenômeno socioambiental é ponto de partida para um processo verdadeiramente emancipatório (intelectual e politicamente), organizador, intelectual, cultural, enfim, educador da filosofia da práxis ao qual “Intelectuais Orgânicos” se entregam. É desse “Senso Comum” e aproveitando seus “núcleos sadios de ‘Bom Senso’” que se extraem elementos a ser “estranhados”, problematizados e questionados à luz da crítica à economia política, do materialismo histórico, pela filosofia da práxis, (re)organizando tal compreensão, já em perspectiva crítica.

A categoria “Catarse” é aqui tomada como sendo tão central quanto “Hegemonia”, sobretudo em se tratando de seu potencial de contribuição à EA. Trata-se de um movimento de primeiro reconhecer criticamente o contexto e causas de problemas tomados como socioambientais, percebidos direta ou indiretamente pelos grupos sociais trabalhados e, na sequência, compreendê-los como associados a questões estruturais da sociedade. Problemas também sociais, porque coletivos. Um movimento essencialmente prático, no qual as condições objetivas nas quais vivem as pessoas servem de esteio a um processo, educador, de compreensão e elaboração abstrata que se configura já como intervenção na realidade (por compreendê-la de maneira crítica), dando suporte a outros tipos de intervenções concretas.

Sua contribuição à EA se dá à medida em que o movimento catártico pode ser entendido como uma passagem do objetivo ao subjetivo, retornando ao objetivo sob outra perspectiva e provocando outras relações entre o concreto (antes apenas vivido, agora pensado) com a subjetividade dos indivíduos no contexto do coletivo. Da vivência das condições socioambientais materiais e concretas à compreensão e intervenção em perspectiva crítica sobre elas. Movimento, portanto, eminentemente educador, cultural e político, sobre a relação dialética entre estrutura e superestrutura na consciência de mulheres e homens, que se desdobra em intervenção consciente, em um processo prático.

A categoria “Guerra de Posições” subsidia a resposta à reflexão que Gramsci faz a respeito de sua pergunta original (sobre o porquê de revoluções não terem logrado êxito nos países da Europa ocidental). Alinhando-se àquilo já identificado como contribuições das demais categorias conceituais à EA, traz à tona a importância de: 1) reconhecer a “Sociedade Civil” como uma espécie de momento de germinação de outro Estado, que demanda um processo histórico – dilatado no tempo e no espaço – de lutas

e conquistas de diferentes posições (as trincheiras e casamatas cercando o Estado em sentido estrito). 2) Reconhecer que tomar o Estado de assalto não é suficiente em sociedades de capitalismo mais desenvolvido. 3) Reconhecer que tal disputa por posições implica também buscar a expressão dessa hegemonia no interior de aparelhos governamentais, com a necessária aliança entre setores da “Sociedade Civil” e aqueles no interior da “Sociedade Política” (seja no executivo, legislativo, judiciário).

Ao se reconhecer que essa disputa demanda movimentações táticas visando à conquista de posições, “casamatas” e “fortalezas” avançando por diferentes trincheiras até se criarem condições mais objetivas – e subjetivas – de se conquistar e manter o Estado, se infere que o “fôlego” de qualquer projeto societário contra-hegemônico precisa ganhar terreno significativo, senão predominante (acumulando condições econômicas, sociais e políticas), também e principalmente na sociedade civil. Portanto, a “Guerra de Posições” é válida para os Estados democráticos modernos (o que não significa, necessariamente, abrir mão de movimentos ou manobras, como paralisações, ocupações etc.).

A contribuição desta categoria à EA também sugere a assunção de uma espécie de missão, de construção e elaboração permanentes, pela filosofia da práxis, de compreensões sobre a realidade socioambiental e, também, de meios concretos de superá-la. Isso deve ocorrer em diferentes campos sociais e de lutas. Como já dito, alinhavando lutas e frentes diversas que se identificam na premência pela superação do capital e suas manifestações opressoras.

Das categorias observadas no capítulo um, a de “Vontade Política” também pode ser colocada em diálogo profícuo com o horizonte aqui posto à EA: a incidência política. Como observado em sua aproximação com a noção de “Política do Cotidiano” de Semíramis Biasoli (2015) na seção 2.1, a “Vontade Coletiva” pode e deve ser trabalhada na relação dialética entre a vontade de uma perspectiva ética e a vontade advinda das causalidades históricas e, portanto, materiais.

Tais causalidades permitem a compreensão de questões estruturais intrínsecas ao modo de produção atualmente hegemônico, que sobredeterminam manifestações de questões socioambientais vividas concretamente e sentidas, por vezes literalmente, “na pele”. São questões que atingem em cheio a qualidade ambiental e de vida a que estão sujeitos mulheres e homens de classes subalternas e grupos sociais oprimidos pela lógica do capital. No processo educador e socioambientalista de formação de “Vontade Coletiva”, estes sujeitos passam então a desvelar uma sociedade estruturada em classes

fundamentais e diversos grupos sociais oprimidos, identificando-se e localizando-se nessa estrutura.

Compreendem, ainda que em noções básicas, a força das sobredeterminações exercida pela dinâmica da acumulação privada no acesso àquilo que deve ser público, coletivo, comum. Servem de ponto de partida para processos educadores socioambientalistas em perspectiva crítica. Essa compreensão torna-se, ainda, substrato muito rico para a germinação e o florescimento de algo além da consciência crítica somada àquela socioambientalista: a consciência política, abrindo espaço, portanto, à construção de uma “Vontade Coletiva” direcionada – como aponta Gramsci – a ações e metas concretas, organizadas, planejadas e conscientes, visando a intervir na realidade apreendida.

Considerando a afirmação de Martinez-Alier mencionada no capítulo anterior, sobre haver nas classes subalternas um terreno fértil para o ambientalismo e formação de ambientalistas¹²⁹, retoma-se a associação ali já feita, com o acréscimo de que os agentes dessa formação de ambientalistas em perspectiva crítica e relação dialética com a compreensão dos sistemas sociais são os educadores e educadoras ambientais. É função da EA construir bases para que se desenvolva essa vontade coletiva, tendo como sujeitos mulheres e homens de classes subalternas oprimidas pela lógica capitalista, e orientadas a um horizonte em que se visualize outro projeto de sociedade.

¹²⁹ Aqui vale o testemunho de Chico Mendes, em depoimento citado por Michel Löwy em seu livro “Ecologia e Socialismo” se apresenta surpreso com a alcunha de ambientalista atribuída a ele a suas lutas em defesa dos povos da floresta. Teria dito a sua companheira de luta à época, Marina Silva: “Nega velha, isso que a gente faz aqui é ecologia. Acabei de descobrir isso no Rio de Janeiro.” (LÖWY, 2005:16). Aqui cabe também chamar a atenção para a noção, em Gramsci, sobre intelectuais orgânicos que compreendem, mas não sentem, apontando a necessidade de associar conscientemente sentimento – vivência, sensações – e compreensão em práxis.

***4. Potencial contra-hegemônico da Educação
Ambiental na gestão de unidades de
conservação***

“O meu estado de ânimo sintetiza estes dois sentimentos e supera-os: sou pessimista com a inteligência, mas otimista pela vontade”¹³⁰
(Antonio Gramsci, Carta a Carlo, 1929)

O presente capítulo relata a experiência compreendida em determinado período, denominada Formação Socioambiental, ocorrida entre 2013 e 2016 e expõe o contexto em que se desenvolveu. A primeira seção dará conta do ambiente institucional e movimentações feitas visando à afirmação da EA na fiscalização ambiental. E isso como conquista de posição discursiva e prática da EA na seara da conservação em espaços tomados aqui como “aparelhos” que podem ser identificados no momento “Sociedade Política”. Buscar-se-á tornar evidente a procura por caminhos para efetivar uma incidência política no âmbito de instituições governamentais. Incidência potencializada pela contemporânea porosidade de tais aparelhos, condição que pode ser tributada ao processo de redemocratização do país, de seu marco constitucional e do próprio processo de socialização da política e aspectos importantes de “ocidentalização” da sociedade brasileira.

Antes, duas ressalvas. Primeiro, que aqui a EA é compreendida tanto como uma espécie de sujeito que visa incidir na realidade em que é trabalhada e com a qual interage, assim também como campo social, a partir do qual, conforme exposto no capítulo três, se buscam referências naquelas vertentes críticas e contextos de políticas públicas em termos conceituais, teóricos e metodológicos. Todas as vezes que estiver escrito EA, é esta compreensão a ser tomada em conta. A segunda é que as categorias gramscianas trabalhadas no capítulo um estarão presentes como perspectiva de análise, residindo no viés analítico dos elementos e aspectos trazidos ao longo deste capítulo.

Na sequência, a segunda seção deste capítulo traz evidências do potencial contra-hegemônico da EA em Conselhos de UC com base no registro e reflexões sobre seus produtos e resultados, fornecendo suporte à possibilidade de se trabalhar a incidência política (a priori em políticas públicas) como horizonte de uma prática pedagógica de EA no contato entre ambas as dimensões do “Estado Integral” no recorte da gestão de UC.

¹³⁰Essa expressão utilizada por Gramsci é de autoria do escritor francês Romain Rolland. Carlo foi seu irmão mais novo de seis irmãos e irmãs.

Para realizá-lo como capítulo que traz o aporte de uma base empírica para a busca por respostas à questão que deu origem à investigação¹³¹, utilizou-se das seguintes fontes documentais, aqui tomadas como fonte de evidências¹³²:

- i) Projeto e relatório de pesquisa da equipe de educadores da SMA sobre o desenvolvimento da FS (SÃO PAULO, 2013b);
- ii) Publicação sobre o método de ação de EA no contexto da gestão de UC, denominado “Contribuição dos Conselhos gestores à Proteção das Unidades de Conservação” (SÃO PAULO, 2017);
- iii) Registros feitos em página virtual da FS, abrigado institucionalmente em sistema de informações de gestão ambiental (SIGAM) da SMA (SÃO PAULO, sem data¹³³);
- iv) Publicação resultante de formação e capacitação de gestores e equipes de UC paulistas realizado na Academia da Biodiversidade (AcadeBio), vinculada ao ICMBio, em parceria com a então SMA¹³⁴ e respectiva estrutura (CFA, CEA, IF, FF, Cetesb e PMA)¹³⁵, denominada “Manual de Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 2019);

¹³¹ Qual seja: quais contribuições teria a EA para fortalecer i) a gestão de UC como espaço de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica e ii) a participação social na regulação de territórios via Conselhos Gestores como forma de resistência político-democrática e construção de contra-hegemonia (seja no campo da conservação, seja na acepção de desenvolvimento e mesmo de gestão pública).

¹³² Os documentos trazem tanto dados e informações, reflexões e análises, como também, em si, evidências em si do potencial de contribuição da EA à gestão de UC.

¹³³ Disponível, assim como os demais documentos, em: <https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=13234>

¹³⁴ Em março de 2019, uma nova gestão de governo estadual então recém-eleita altera a organização da secretaria. Passa a denominá-la Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Além de trazer as agendas de infraestrutura (mineração, energia, gás, petróleo, saneamento e recursos hídricos) para junto da gestão ambiental, extinguiu a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, transferindo boa parte de sua agenda para a Secretaria da Agricultura. O que restou da estrutura dessa coordenadoria foi abrigado institucionalmente em um departamento da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade. O Departamento de Fomento à Proteção da Biodiversidade comporta o que aqui se entende como a institucionalização de uma contradição antes latente: um Centro Técnico de Ações Preventivas. Se institui formal e institucionalmente que para proteger a biodiversidade são necessárias as ações preventivas. Agendas positivas que guardam o potencial de promover outros paradigmas a orientar culturalmente e subsidiar tecnológica e normativamente práticas contra-hegemônicas, como demonstram os esforços atuais de instituir o Programa Estadual de Ações Preventivas, na esteira da Resolução SMA 123/2018.

¹³⁵ Mais informações a respeito dessa iniciativa, que recebeu aportes aqui tomados como significativos, da FS, podem ser acessadas neste link: <https://smastr12.blob.core.windows.net/fundacaoflorestal/sites/243/2020/06/manual-protec%CC%A7a%CC%83o-ucs-ff.pdf>.

- v) Registros de diálogo realizado com profissionais envolvidos em alguma medida com a FS, utilizando-se da técnica de grupo focal¹³⁶;
- vi) Registros de observação participante¹³⁷.

Os demais são documentos como decretos, resoluções, propostas formais de políticas, relatórios técnicos e outros documentos internos à SMA, tratados aqui como “literatura cinza”¹³⁸ (BOTELHO; OLIVEIRA, 2015).

Vale também ressaltar que os documentos i), ii) e iii), aqui usados como fontes de evidências, tiveram participação deste pesquisador, devido a seu envolvimento com a ação de EA analisada na pesquisa para esta tese. Essa participação foi equivalente àquela de outros agentes públicos constituintes de grupos e equipes de trabalho em torno dessa ação educadora.

À época de sua elaboração, não havia perspectiva de uma pesquisa com análise em maior profundidade. Contudo, é possível considerar esses resultados prévios da práxis já mencionada na seção de metodologia na parte introdutória deste trabalho como dados e informações do âmbito da pesquisa para a presente tese.

* * *

4.1 A construção de situações educadoras no contexto da fiscalização ambiental em unidades de conservação

A contextualização a seguir apoia-se em evidências colhidas tanto em documentos que registram o trabalho da ação de EA em análise no contexto da fiscalização ambiental em UC, como em depoimentos de agentes públicos formuladores

¹³⁶ O grupo focal, conforme já explicado na seção relativa à metodologia de pesquisa na introdução a esta tese, deu origem a duas sessões de diálogos com seus participantes. Tais diálogos foram transcritos e encontram-se no apêndice C. Dessas transcrições foram extraídos destaques considerados mais relevantes à pesquisa por trazerem elementos que subsidiam a elaboração de compreensões sobre a ação de EA analisada, seu alcance, resultados, lacunas e desafios sob a ótica daquelas e daquelas que nela trabalharam. Esses excertos compõem o apêndice B, em um quadro que expõe análises feitas por este pesquisador à luz das reflexões dos demais capítulos. Essas elaborações próprias do pesquisador foram alinhavadas ao longo deste capítulo quatro. Trata-se de uma opção do pesquisador para buscar maior fluidez ao texto, sem interrupções de citações literais. Para se buscar confrontações dessa elaboração própria com sua respectiva base empírica, recomenda-se acessar ambos os apêndices mencionados nesta nota. O mesmo tratamento foi dado às demais fontes de evidências: documentos sobre a FS (apêndice A) e a observação participante (apêndice D).

¹³⁷ As fontes iii) a vi) serviram para cobrir um período maior que aquele das duas primeiras fontes de evidências. Se as primeiras – i) e ii) - serviram para a descrição, as demais contribuíram para fornecer informações sobre desdobramentos em perspectivas distintas entre si, com informações não possibilitadas pelos documentos.

¹³⁸ Integram esse tipo de literatura aqueles relatórios e registro da realização de experimentos que subsidiam o desenvolvimento de políticas públicas, no âmbito da administração pública. São documentos públicos, mas não acessados por meios convencionais de publicação, como editoras, embora venham sendo disponibilizados digitalmente por praticamente todos os órgãos públicos.

e implementadores dessa ação de EA. Os principais documentos são o relatório de pesquisa realizada no âmbito da SMA e uma publicação posterior à sua implantação. O primeiro relata toda a experiência de campo entre os anos iniciais de 2013 e 2015; o segundo materializa o que se convencionou chamar de metodologia para envolver os Conselhos de UC com sua gestão, partindo de problemas de fiscalização. Houve, ainda, cotejamento com informações das demais fontes de evidência (também documentais), para fins de complementação. Já o grupo focal foi realizado em abril e junho de 2020, com representantes de três órgãos ambientais do Sistema Ambiental Paulista, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB – antiga CFA) e Fundação Florestal (FF)¹³⁹.

Esse contexto, de acordo com as participações, nesta pesquisa, de agentes públicos que podem ser identificados como “militantes da conservação” (PISCIOTTA, 2019), seria marcado por uma contradição contingente tomada como brecha para desenvolver ação de EA com aspectos de contra-hegemonia. A proposta de EA em Conselhos de UC foi compreendida como alternativa de trabalho (e resistência) em um contexto ruim do ponto de vista da gestão ambiental, especialmente da EA e das UC. Uma aparente contradição em termos de construção de caminhos em contextos supostamente desfavoráveis, somada a outra, associada à origem da proposta inicial: a fiscalização ambiental, em uma política de comando e controle (plano de fiscalização de UC). O referido período ruim recebe este adjetivo em função do início das investidas para desestruturar o órgão executor da Política Estadual de EA no estado, assim como de significativa instabilidade no órgão gestor de UC, a FF.

Essa política de fiscalização ambiental no estado recebeu, em setembro de 2012, a denominação de “Plano de Fiscalização Integrada de Unidades de Conservação de Proteção Integral (UCPI)”. De acordo com documento dos “Planos de Fiscalização”, interno à SMA, esse plano voltado às UCPI tem como objetivo

[...] o estabelecimento de ações integradas de fiscalização e monitoramento dos recursos naturais no interior e zona de amortecimento das Unidades de Conservação da Natureza administradas pelo Governo do Estado de São Paulo, integrando os diversos órgãos que atuam no controle e fiscalização dessas áreas com o propósito de otimizar os esforços na contenção das degradações ambientais e na restauração ambiental (SÃO PAULO; CFA, 2012: 11).

¹³⁹ Os tratamentos dados às informações e dados dos documentos e participações registradas estão, respectivamente, nos apêndices A, B, C e D.

Em seu objetivo geral, se propõe diretamente executar ações de fiscalização daquilo que as normativas consideram crimes e infrações ambientais nos territórios das UCPI (incluindo suas Zonas de Amortecimento), geridos por órgãos gestores de UC, tais como a FF e o Instituto Florestal (IF) e o Instituto de Botânica (IBt). O mesmo objetivo geral aponta também à **prevenção e antecipação às ações degradantes** como intenções explícitas. Dentre aqueles objetivos específicos, estão presentes, para além da prevenção e repressão tanto dentro como no entorno das UCPI, a pretensão de padronizar conceitos e procedimentos tidos como essenciais ao exercício da fiscalização, estabelecer metodologia para planejar ações de fiscalização, monitorá-las e avaliá-las, organizar o fluxo de informações decorrentes das ações repressivas e articular-se com instituições como prefeituras, Ministério Público, Procuradoria Geral do Estado entre outros.

Observa-se nessas intenções duas oportunidades. Uma relativa à consideração da necessidade de prevenção sem predefinir o que vem a ser prevenir, embora se possa crer que o senso comum seja hegemônico na linha de disseminar as normas vigentes como função da EA na fiscalização, tendo isso como forma de prevenção. Assim como na vigilância policial que se anteciparia a eventuais infratores e criminosos.

Outra oportunidade estaria no esforço previsto de articulação entre instituições que elaboram e reproduzem concepções de proteção de atributos naturais e conservação ambiental. Portanto, espaços produtores de hegemonia nesse campo social da conservação e, assim, a ser disputados em termos de discursos e práticas. Ou seja, quanto àquilo que se concebe por proteção, prevenção, conservação ambiental, em relação de reciprocidade com o que se materializa e se executa em termos de políticas públicas, contextualizados pela conjuntura de maior escala; de elementos que caracterizam opções políticas que podem ser associadas ao projeto de sociedade em curso.

O documento técnico sobre o referido plano de fiscalização expõe vetores de pressão e ameaças à integridade das UC. São listadas desde aquelas mais reconhecidas e comuns (como a caça, a extração de produtos florestais e outras como o desenvolvimento urbano, atividades econômicas como o turismo) até as que configuram intervenções infraestruturais, inclusive as de “interesse público” (como a instalação de linhas de transmissão e estradas). Todas alinhadas a uma concepção de conservação ambiental e de proteção que foca essencialmente nas **manifestações** de questões econômicas, sociais, culturais, históricas etc. Portanto, sobredeterminações estruturais,

ao passo que também decorrentes, de nossa formação social e vinculadas intrinsecamente ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Assim, concentram-se nas aparências de problemas que tangem a uma noção específica de conservação ambiental.

Como instâncias para a execução do plano de fiscalização o documento prevê a criação de “grupos de trabalho”, como a “supervisão geral” composta por dirigentes dos órgãos envolvidos (CFA, PMA, FF, IF, IBt), o “grupo gestor operacional” com representantes designados e sua “gerência executiva”, a “coordenação regional” composta por comandantes das companhias do policiamento ambiental¹⁴⁰, diretores regionais de fiscalização (CFA)¹⁴¹ e os gerentes regionais das UCPI¹⁴² da FF; gerência operacional, composta por diretores regionais ou técnicos designados da CFA, por gestores das UCPI e por comandantes do policiamento local mais próximos das áreas protegidas.

A previsão desses “espaços” de planejamento articulado entre militares e civis responsáveis pelas UC já permite, por si, a possibilidade de conflitos entre diferentes formas de se compreender o papel da fiscalização e da proteção de atributos dessas unidades de conservação. Haveria uma postura militarizada, instrumental e automaticamente repressiva, em contato com outra, civil e em contato obrigatório – mesmo que mediado – com diferentes interesses, expectativas e posicionamentos sobre os territórios fiscalizados.

Esse conflito propicia situações potencialmente exploráveis em termos de abordar contradições do modelo de desenvolvimento hegemônico, uma vez que é de suas “sínteses” que saem as orientações para onde vão os esforços de fiscalização. Se na direção de infrações pontuais e esparsas, usualmente associadas a grupos sociais mais vulneráveis, ou em busca de infrações e crimes de maior escala e grau de depredação, geralmente proporcionados por grupos com maior poder econômico e político. E mesmo qual o “objeto” dessa proteção; se exclusivamente aqueles atributos tidos como naturais, ou não humanos, ou também modos de vida que podem ser compreendidos como sustentáveis sob diferentes aspectos.

¹⁴⁰ A PMA é organizada no estado por batalhões, constituídos por companhias que são compostas por pelotões de policiamento ambiental. Os batalhões são subordinados ao comando de policiamento ambiental, hierarquicamente submetido à Polícia Militar.

¹⁴¹ A CFA se organiza no território estadual em dez centros regionais.

¹⁴² FF, IF e IBt têm suas respectivas organizações no território, considerando ou não a distribuição das UCPI. A FF conta com três diretorias regionais (Metropolitana/Interior, Litoral Norte/Vale do Paraíba/Serra da Mantiqueira, Litoral Sul/Vale do Ribeira/Serra do Paranapiacaba), nas quais cada sub-região conta com uma gerência regional.

Em resumo, uma política que visa orientar sua implementação a partir de planos de ação locais como expressão concreta. Assim, há toda uma sequência de procedimentos para a construção, em nível local, de planos de ação a partir de repertórios dos implementadores da referida política: gestores de UC, policiais locais e respectivas equipes, já prevendo significativo grau de discricionariedade dos operadores quanto ao rumo da fiscalização e buscando condicioná-los quanto ao método.

Essa discricionariedade também pode ser compreendida como “espaço” de disputa, uma vez que seu principal substrato é a compreensão que o agente público tem acerca da problemática socioambiental com que se relaciona concretamente. Em havendo discricionariedade há, também, possibilidades de intervenção em como a política se materializa no cotidiano. Disso decorre a importância da formação pelo diálogo permanente com tais agentes de conservação ou, no mínimo, seu envolvimento em processos que podem ser tomados como educadores em perspectiva crítica. E para criar tais oportunidades formativas, a construção de consensos com instâncias diretivas das instituições envolvidas demonstrou-se taticamente imprescindível.

O Plano de Fiscalização em UCPI prevê em sua estrutura, para além da significativa parcela dedicada a orientações de planejamento das investidas policiais com caráter repressivo, um “programa de suporte de interação socioambiental”, direcionado a

[...] estreitar o relacionamento com os órgãos ambientais que atuam regionalmente de forma a otimizar os recursos – humanos e financeiros – e o tempo necessário para conter, prevenir ou corrigir uma atividade danosa ao meio ambiente. Objetiva também buscar estratégias de educação ambiental e comunicação com a população (SÃO PAULO, 2012: 25-26).

Esse programa de suporte constituiria, em um plano de fiscalização, a abertura objetiva para se desenvolver uma proposta de EA orientada à prevenção, oferecendo condições mais claras de se repensar, em outras bases, a ideia de proteção ambiental, assim como trabalhá-la concretamente.

A política de fiscalização recortada para fins de pesquisa é incremental. Acrescenta, assim, alguns elementos a uma forma de lidar com incompatibilidades entre as maneiras de conviver com os recursos naturais de indivíduos, grupos e segmentos sociais e econômicos e a normativa ambiental que vem sendo construída social, histórica e politicamente. Esses “incrementos” a políticas em curso proporcionam possibilidades de provocar deslocamentos tanto de compreensão abstrata como de realização concreta.

Um deslocamento aparentemente posto em movimento ocorre no sentido de equilibrar formas distintas de se perceber a problemática ambiental. Considerando a contribuição de Subrats (2006), as formas como se definem os problemas coletivos condicionam as maneiras de trabalhá-los em termos de políticas públicas. É possível perceber que tal movimento permite observar algo próximo a uma disputa de compreensões sobre as incompatibilidades entre grupos e segmentos sociais, as normativas ambientais e o modo de enfrentá-las. Para além da integração, otimização de recursos e padronização de procedimentos planejados para fiscalizar, o que potencialmente se colocou em jogo foram também concepções contrapostas que se tem a respeito do que seria proteger e fiscalizar o meio ambiente (perspectivas militar e civil, preservacionista e conservacionista, naturalística e socioambiental).

O plano, mesmo que não intencionalmente e nitidamente voltado a questões mais metodológicas e práticas, converteu-se em um instrumento de política pública promotor de contradições. Essas, por sua vez, expressam espaços de disputas entre compreensões diferentes sobre conservação ambiental, ainda com assimetrias nas relações de poder sobre o que define a orientação das ações de fiscalização. O espaço formal, criado por instrumento normativo (resolução SMA), denominado “grupo operacional”, ao reunir o comandante do policiamento local (militar) e o gestor da UC (civil) para traçar formas de enfrentar os vetores de pressão à biodiversidade, abre a possibilidade de “oxigenar” e “desnaturalizar” a maneira de tratar as incompatibilidades mencionadas. Isso no âmbito das instituições que respondem pela gestão das UC e respectivos programas de proteção (FF, IF, IBt, CFA e PMA) e operacionalização da política de fiscalização de UC.

Torna-se mais claro que nessa mesma política abre-se outra circunstância ou contingência explorada em um viés formativo. Pelos documentos consultados, a experiência aqui recortada nessa política de fiscalização se pretende promotora de maior e mais qualificado envolvimento de diferentes agentes sociais atuantes nos territórios de influências das UC com o desenvolvimento de abordagens preventivas àqueles vetores de pressão, ameaças e “problemas de fiscalização” que afetam negativamente as UC, para além da orientação restrita ao comando e controle.

Segundo os agentes públicos envolvidos e participantes desta pesquisa, a EA foi tomada como organicamente articulada à gestão da UC como estratégia de aproximação e engajamento de diferentes agentes sociais que orbitam a gestão das UC. Assim, a ação observada na pesquisa exercitaria a EA em sua transversalidade. Seja por partir de um

problema de fiscalização, seja porque toma colegiados de participação social na gestão pública como espaços de ensino-aprendizagem. Em alguma medida teria materializado – já como proposta inicial de trabalho – sentidos atribuídos à EA e de difícil colocação em prática.

O contexto também foi marcado pela criação de uma Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, que em sua estrutura administrativa original já abrigava um departamento de planejamento da fiscalização, responsável por desenvolver meios para subsidiar e orientar a atuação dos agentes fiscalizadores. Foi nele que se identificou a emersão da iniciativa que atraiu a atenção, observação e exame da pesquisa para a presente tese. Conforme apontado anteriormente, o plano de fiscalização dedicado às UC previu em seu escopo tratar da promoção de medidas preventivas e projetou expectativas à EA na tarefa de responder ao desafio de lidar com a relação entre processos formativos com o campo árido da fiscalização, historicamente associado a problemas cujo tratamento usualmente é policial e repressivo.

A figura 3 demonstra um percurso realizado para se desenvolver, no cenário descrito, uma proposta que tratasse de EA vinculada a uma noção sobre prevenção aparentemente mais elástica que aquela comumente aplicada pelo viés repressivo da fiscalização ambiental, qual seja, o de monitoramento e vigilância. Observa-se, para além de vigiar e reprimir, a pretensão de construir compreensões a respeito das motivações dos problemas que afetam negativamente as UC e tal movimento sendo compreendido, a priori, como potencialmente formativo.

Figura 3 – Processo de elaboração da proposta de se trabalhar a EA no contexto de um plano de fiscalização de UCPI

Fonte: (SÃO PAULO, 2017)

Um dos documentos examinados foi a proposta original da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental. É denominado “Formação Socioambiental no Contexto da Fiscalização” e sugere a fundamentação de uma proposta de Educação Ambiental nas atribuições do Departamento de Planejamento e Monitoramento da Fiscalização Ambiental (DPM) estabelecidas por um decreto de reorganização da SMA (57.933/2012).

Logo em seu início, insere a Formação Socioambiental como parte de um campo da EA “ainda em formação” e abrigando diferentes entendimentos sobre Educação e sobre meio ambiente. Daí o texto parte para definir estes dois pressupostos.

Podemos entender formação como prática social e processo de formação humana. Visa familiarizar e adequar indivíduos ao mundo tal como este se apresenta, dotando-os de capacidades e instrumentos de leitura e compreensão da realidade. Contudo, deve ter a intenção, também, de criar condições para que estes mesmos indivíduos desenvolvam suas capacidades de refletir criticamente e projetar visões de mundo com vistas a intervir conscientemente na realidade apreendida, transformando-a.

Partindo deste entendimento, articulado com uma compreensão de que meio ambiente resulta das relações (sociais, econômicas, culturais, políticas etc.) internas à sociedade e desta com o que se denomina ‘natureza’, a FS assume características de formação humana direcionada à compreensão relativamente autônoma de questões socioambientais, bem como desenvolvimento de capacidade de intervir em tais questões (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2012: 01).

São evocadas as atribuições da então Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e os objetivos de seu Departamento de Planejamento e Monitoramento (DPM). Num

contexto em que o DPM se orienta pela estratégia de desenvolver planos de fiscalização, o documento localiza a Formação Socioambiental (FS) como potencialmente presente em todos eles (de UC, de pesca costeira, de fauna, incêndios florestais e outros então previstos). Tomando a fiscalização como potencialmente criadora de situações das quais emergiria uma dimensão educadora – a ser reconhecida e trabalhada pela FS –, o texto consultado aponta a possibilidade de se desenvolver iniciativas educadoras em espaços de participação social na gestão ambiental pública, como Conselhos de UC, Conselhos de Meio Ambiente Municipais, Comitês de Bacia Hidrográfica entre outros. A cada espaço de participação, as temáticas dos planos poderiam ser mobilizadas e articuladas entre si. Como expectativas desse tipo de ação, o documento ainda aponta como desdobramentos da FS:

- Maior capacidade de compreensão e visão estratégica dos envolvidos sobre gestão ambiental (em sentido ampliado), promovendo e proporcionando maior eficiência;
- Desconcentração pelo território do Estado de São Paulo (sob orientação da SMA) do acompanhamento e fiscalização, com ampliação de agentes sociais (indivíduos, grupos, órgãos, instituições etc.) para sua realização;
- Maior articulação e coordenação de esforços entre as linhas de planejamento da fiscalização ambiental a partir dos espaços de participação já definidos dentro da gestão ambiental pública (Conselhos de UCs ou APAs, Comitês de Bacias Hidrográficas etc.);
- Maior atenção ao território (bacia hidrográfica, unidades de conservação, áreas de proteção ambiental, região etc.) podendo aumentar tanto o fluxo de comunicação entre estes espaços de gestão ambiental com suas respectivas comunidades, como mediar e administrar eventuais conflitos (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2012: 03).

Na sequência, a proposta correspondente à fase inicial indica três possibilidades de expressão da Formação Socioambiental no contexto da fiscalização, sendo uma de caráter “preventivo”, outra “institucional” e a terceira de natureza “reeducadora”. A primeira linha ocorreria nos espaços de participação social na gestão pública. A segunda seria dedicada à formação de agentes públicos e a terceira voltada a cidadãos autuados. Quanto à terceira, o documento acrescenta que objetiva que além de trabalhar o pressuposto já dado pela CFA, buscaria também outras motivações que poderiam ser trabalhadas em futuros processos de FS no contexto de fiscalização ambiental (idem). Uma evidência de agregação “molecular” como conquista de posições no âmbito da “Sociedade Política” gramsciana se encontra na institucionalização de parte significativas das elaborações contidas nesse documento. A já mencionada Resolução SMA 123 de 2018 (SÃO PAULO, 2018) – que institui o Plano Estadual de Ações

Preventivas - materializa essas ideias desenvolvidas a partir de apreensões sobre a insuficiência da fiscalização tomada como repressão.

Percebe-se uma tentativa de articular o dado da própria coordenadoria (de que os autuados cometeriam infrações ambientais por desconhecimento das normativas), com a possibilidade de levantamento de outras razões pelas quais as infrações ocorrem (para além do desconhecimento). Para cada linha uma estratégia é proposta com as respectivas metas.

Essa proposta teria dado origem a uma reunião realizada internamente ao DPM e documentada. Com ela, a intenção de cancelar no âmbito da CFA uma forma de corresponder à expectativa dos planos de fiscalização (como o de UCPI, inicialmente) contarem com um programa de suporte alinhado com a perspectiva preventiva, de “interação socioambiental”, conforme previa a Resolução SMA 76/2012 que instituiu a política. Depreende-se que essa reunião, mesmo na esfera do departamento e da coordenadoria, teria marcado o reconhecimento institucional da ideia de se realizar um projeto que reconheceria dali em diante os Conselhos gestores como espaços de ensino-aprendizagem. Aptos, assim, a abrigar situações formativas a partir do tema gerador da fiscalização ambiental. Em suma, seria um passo inicial de reconhecimento institucional, talvez ainda simbólico, da proposta de EA na fiscalização.

Outro documento (SÃO PAULO, CFA/SMA, 2013a), também disponível em página virtual sobre a Formação Socioambiental traduz um esforço de justificar a necessidade de haver ações de caráter preventivo, com intencionalidade pedagógica e atrelada à preocupação com conservação de bens ambientais. Nele, são registradas questões que seriam justificativas para se desenvolver a FS naquela coordenadoria recém-criada, responsável por uma agenda pouco familiarizada com a EA. Foram aqui tomados como evidências da construção de subsídios para a proposta ser defendida internamente na CFA.

Dentre as razões apontadas nesse segundo documento consultado, destaca-se a de que ainda haveria dificuldades de se estabelecerem nexos entre problemas ambientais observados e percebidos e o atual estilo de desenvolvimento e respectivas práticas produtivas. Portanto, a EA deveria se pautar por abordar e trabalhar tais nexos como essenciais à compreensão das pressões antrópicas às UC. Haveria também assimetria na capacidade de diferentes atores sociais em compreender, participar e intervir em espaços de gestão ambiental pública (como Conselhos de UC e comitês de bacia, por exemplo) e uma necessidade de maior capacidade de diálogo e compreensão

sobre os valores, interesses, preocupações e papéis dos atores sociais, entre eles o próprio Estado em sentido estrito (SÃO PAULO, CFA/SMA, 2013a).

Ambos os documentos consultados demonstram preocupação de seus formuladores em construir um entendimento sobre potenciais relações entre o campo da fiscalização ambiental, sua estrutura organizacional no Sistema Ambiental Paulista, as atribuições governamentais instituídas e o campo da Educação Ambiental.

O documento seguinte (SÃO PAULO, CFA/SMA, 2013b), desenvolvido em sequência cronológica, assim como os demais abordados nesta descrição, trata de projeto de pesquisa desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de outros órgãos (para além da CFA) do então denominado Sistema Ambiental Paulista (instituições vinculadas ao Gabinete da SMA, mais a Polícia Ambiental). Nessa aqui denominada “fase de desenvolvimento da proposta”, fazem parte atores de outras instituições, tais como uma pesquisadora científica na área da Educação Ambiental do Instituto Florestal, uma Assessora Técnica de Educação Ambiental da Diretoria Executiva da Fundação Florestal, um servidor do Núcleo de Pesquisa de Educação para Conservação do Instituto de Botânica e um oficial da Polícia Militar Ambiental.

O período é início de 2013, posterior à criação, instituição e implementação da política ambiental de fiscalização por meio do plano de UCPI. Nesse contexto, a formação do grupo de trabalho interinstitucional sugere a busca pelo diálogo com outras instituições envolvidas com a gestão e proteção de UC. Observa-se a intenção de definir as bases de algum consenso sobre o posicionamento e expectativas colocadas à EA na fiscalização de UC, assim como por respaldo e legitimidade no âmbito do Sistema Ambiental Paulista.

Desse gesto se depreende uma “movimentação” da proposta e seu percurso de firmar-se institucionalmente no cenário criado pela política já referida. Um movimento que pode ser assimilado utilizando-se da chave analítica associada à categoria gramsciana que trata da busca por conquistar posições. Nesse caso, posições no interior de um sistema marcadamente orientado pela perspectiva preservacionista de conservação ambiental, mais bem materializada em políticas de comando e controle. Pode-se inferir que se tratou de uma disputa estratégica e tática no interior das instituições, especialmente aquelas vinculadas à fiscalização como estratégia de conservação.

Desde sua criação até aqui, a Formação Socioambiental, já integrada ao plano de fiscalização de UCPI (daqui em diante tratado como SIM-UC, de Sistema Integrado de

Monitoramento para Unidades de Conservação) e reconhecida institucionalmente no âmbito da CFA, apresenta um ganho de escala de reconhecimento, de consenso materializando-se em narrativas sobre EA na fiscalização e sua legitimação: na direção de outros órgãos fundamentais àquele plano, quais sejam, órgãos gestores de UC e Polícia Ambiental. A figura 4 ilustra a movimentação aqui destacada a partir dos documentos e seus respectivos contextos. Observa-se, assim, uma primeira característica da Formação Socioambiental: a busca de legitimação de um ponto de vista mais cultural – de base científica - no âmbito institucional.

Figura 4 – Escalas de reconhecimento e legitimação da proposta em seu início de elaboração

Fonte: elaboração própria, 2018

Um projeto de pesquisa, proposto pela CFA e chancelado pelo IF¹⁴³, sobre trabalhar os Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem no âmbito da fiscalização ambiental foi desenvolvido no âmbito institucional da própria SMA. Já refletindo a colaboração de outros órgãos, notadamente da representante do Instituto Florestal, se percebe outro movimento importante para a busca de legitimação no cenário de uma secretaria e de uma política dedicada à fiscalização que, como já observado, é condicionada por uma visão predominante de proteção associada à repressão de atos considerados ilícitos, dissociados, por princípio, de suas motivações.

Como objetivos, o referido projeto de pesquisa, já elaborado pelo grupo de trabalho interinstitucional, continha: i) construir um processo de formação direcionado ao monitoramento ambiental, visando a contribuir com a melhoria ambiental do entorno das UC e demais territórios; ii) acompanhar e registrar dados e informações sobre os

¹⁴³ Toda pesquisa desenvolvida em UC sob gestão do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR) deve ser submetida, analisada e aprovada pela Comissão Técnica Científica (COTEC-IF) composta por pesquisadores do IF.

encontros formativos proporcionados pelo programa de Formação Socioambiental (FS) do SIM-UC originado na CFA em parceria com o IF, FF, PMA e IBt, a ocorrerem nas UC gerenciadas pelo SIEFLOR¹⁴⁴ e Instituto de Botânica; iii) avaliar o processo do ponto de vista da formação dos envolvidos, da pertinência da proposta para a fiscalização ambiental e da importância da qualificação da participação em espaços de gestão ambiental pública.

Observa-se nesse projeto de pesquisa no âmbito institucional outra característica da Formação Socioambiental: a intenção de registrar subsídios relevantes à produção de conhecimento sobre a vinculação de processos de Educação Ambiental na fiscalização de UC, utilizando os espaços de participação social na gestão pública do meio ambiente. Tratou-se de uma iniciativa inspirada pela pesquisa-ação participante (ao se colocar como objetivos tanto agir criando os espaços formativos, como também registrar e avaliar).

Tal característica pode ser compreendida como mais um movimento tático de legitimação importante para conquistar posições e expandir-se para movimentos subsequentes. Os movimentos se deram na direção de i) contribuir para um discurso sobre as limitações do viés repressivo para a conservação ambiental, ii) expor evidências de contribuição da Formação Socioambiental à noção de fiscalização ambiental, principalmente em uma coordenadoria recém-criada e numa política na mesma condição.

Tendo por base as participações no grupo focal dos agentes públicos envolvidos, essa tática foi observada como importante para conquistar espaço institucional adquirindo densidade e consistência teórico-metodológica. Isso teria fornecido sustentação conceitual às perspectivas políticas contidas na ação de EA – estabelecimento consciente de uma práxis. Ao ser inicialmente proposta em um órgão de fiscalização, este hegemonicamente associado ao comando e controle (e este à manutenção do *status quo* socioambiental e político), a ação de EA observada teria provocado reflexões que problematizariam esse senso comum sobre fiscalização e tornar-se-ia uma espécie de vetor de busca por caminhos que abrissem espaços para a EA. Infere-se que a ação educadora tenderia a tornar-se materialização de uma ideia-força, de uma mentalidade e de uma forma de conceber e atribuir sentidos

¹⁴⁴ Sistema Estadual de Florestas criado pelo Decreto Estadual 51.453 de 2006, com objetivo de integrar sob a gestão da FF e do IF o conjunto de UC do Estado de São Paulo, o que na prática passou à FF a gestão da maior parte das UC estaduais cujas categorias correspondessem ao SNUC, mantendo sob gestão do IF as Estações Experimentais e algumas UC abrigadas pelo SNUC.

(eventualmente preexistentes) sobre conservação, proteção e fiscalização, além da própria EA.

O uso da tática de atrelar-se a um (e como um) projeto de pesquisa promoveu um ganho de “densidade”. Tanto no que diz respeito a algum acúmulo de repertório prévio, antes de ir a campo, colecionando reflexões e práticas anteriormente analisadas em outros tempos, espaços e atores nos campos da EA e da gestão de UC, como também, principalmente, com base nos registros sobre a implementação da ação de EA e respectivas reflexões, descobertas, sistematizações. Tal tática foi relevante para uma projeção da própria EA como instrumento de gestão ambiental estruturante das políticas ambientais de forma tanto materializada quanto discursiva. Pode-se reconhecer, inclusive, que essa tática estabelece um vínculo dialógico – e ideológico, em termos gramscianos - entre as duas esferas do “Estado Integral”, uma vez que, de dentro de um aparelho da “Sociedade Política”, se buscou dialogar com elaborações conceituais, teóricas e mesmo metodológicas desenvolvidas no âmbito de aparelhos produtores de hegemonia na sociedade civil, como coletivos de EA, grupos de pesquisadores, estudiosos e educadores.

O documento consultado (projeto de pesquisa no âmbito do Sistema Ambiental Paulista) inaugura o que aqui se reconhece como “fase de implementação da proposta”. Essa fase, além da característica acima apontada, demarca o momento percebido como de maior esforço, já que a equipe formuladora – e agora também executora - inicia duas ações simultâneas: i) a realização das reuniões com Conselhos gestores das UC cujos gestores demonstraram intenção de receber a Formação Socioambiental nas unidades sob sua gestão; ii) colher e registrar evidências correspondentes aos objetivos da pesquisa para sistematizá-las em um relatório de pesquisa.

Dentre as justificativas do projeto de pesquisa que marca a implantação da proposta de EA na política de fiscalização de UC, observam-se menções à importância de avaliar uma iniciativa em viés preventivo tomada como complementar àquele repressivo que marcaria a noção hegemônica de proteção e, por extensão, de fiscalização ambiental. Outra questão que justificaria a realização de tal projeto seria o reconhecimento de que os problemas ambientais tidos como objeto de preocupação do plano de fiscalização de UC não teriam origem, predominantemente, no interior das UC, mas sim no seu entorno, sugerindo que para enfrentá-los, reprimi-los e mesmo neutralizá-los episodicamente não seria suficiente. Seriam problemas sobredeterminados por fatores complexos de diferentes ordens, como culturais, históricas, sociais,

econômicas, políticas e legais. Um trecho do documento, especificamente na justificativa do projeto apresentado à COTEC-IF expõe que,

Em síntese, compreende-se que dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas muitas vezes condicionam fortemente agentes sociais (sejam indivíduos, grupos, instituições etc.) a portarem-se de forma conflitante com objetivos de conservação de áreas protegidas, chegando a infringir normas dentro e fora da UC, causando impactos negativos à biodiversidade ali protegida e mesmo às condições de vida de populações tomadas como tradicionais. Trata-se, portanto, de criar situações de reflexão crítica e problematização de questões socioambientais que afetam as UC e, tomando-as como ‘temas geradores’ de processos formativos, identificar as causas que condicionam tais conflitos. A partir da identificação de tais causas e agentes sociais a elas relacionados, a proposta pretende compartilhar técnicas de planejamento para fomentar intervenções com vistas ao enfrentamento de causas dos problemas que afetam as UC (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2013: 02).

Um destaque ao texto de justificativa se remete a uma reflexão sintética sobre a relação entre Educação Ambiental e a gestão ambiental. Com a afirmação de que se objetivou “[...] uma formação integrada ao processo de fiscalização, servindo aos objetivos da gestão ambiental e, também, a explorar esse contexto para seus fins educacionais mais amplos [...]” (op. cit.) emerge a intenção equilibrar ou colocar no mesmo nível as expectativas postas à Educação Ambiental pelos objetivos mais instrumentais de gestão, com aquelas fornecidas pela própria EA, por suas intenções orientadas por uma perspectiva emancipatória e não alienadora (“fins educacionais mais amplos”). Portanto, a EA se servindo da fiscalização e da gestão ambiental, não exclusivamente o contrário.

Outros aspectos apresentados para justificar o projeto eram: i) formas internas (à equipe que desenvolveu e que executaria a Formação Socioambiental nas UC) de acompanhamento e registro¹⁴⁵; ii) análises e avaliações de diferentes perspectivas (no caso, do ponto de vista da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, da Fundação Florestal e do Instituto Florestal, da Polícia Militar Ambiental e do Instituto de Botânica que compõem a equipe de execução da FS); iii) revisão crítica da proposta de se

¹⁴⁵ Esse aspecto proporcionou o desenvolvimento de recursos que, mais tarde, foram utilizados em outras duas políticas, o programa de conciliação ambiental e o novo roteiro para elaboração de planos de manejo. Subsidiou e interferiu também na concepção e planejamento de capacitação em proteção e fiscalização de Unidades de Conservação que articulou esforços da Fundação Florestal e do ICMBio, entre dezembro de 2018 e meados de 2019. Tendo por base os depoimentos dialogados no grupo focal, diferentes aspectos conceituais e metodológicos da ação de EA têm sido incorporados no desenvolvimento de políticas de EA em vários dos demais instrumentos de gestão ambiental. Nisso se inclui, desde 2019/2020, sua incidência na estruturação de um plano estratégico da nova Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, visando a agregar a dimensão educadora da perspectiva preventiva da proteção ambiental em sua identidade institucional.

trabalhar a dimensão formativa da fiscalização ambiental; iv) ganho de escala da proposta dentro de uma Coordenadoria de Fiscalização em formação.

Esses aspectos indicam o que se pode avaliar como um esforço para fortalecer uma perspectiva educadora para a fiscalização de UC dentro dos órgãos competentes. Com base na revisão de literatura sobre as categorias gramscianas que referenciam o olhar para a experiência empírica, os aspectos destacados aproximam-se assim de uma disputa por espaço, por posições nas instituições com papel relevante na identificação de problemas socioambientais e na formulação de políticas correspondentes. Uma silenciosa “Guerra de Posições” na esfera da “Sociedade Política”, alinhada, como já afirmado, por condicionamentos elaborados em “Aparelhos ‘Privados’ de Hegemonia” de setores contra-hegemônicos da “Sociedade Civil”, também em relação de reciprocidade com aparelhos da “Sociedade Política” (casos das relações entre o NUPEM-UFRJ¹⁴⁶ e IBAMA quanto à concepção de Gestão Ambiental Pública e da Oca-Esalq/USP¹⁴⁷ e DEA-MMA com relação à formação de educadores ambientais e de coletivos educadores, por exemplo). Ainda que desenvolvida abaixo dos escalões dirigentes, sua evolução subsidiou tomadas de decisões e foi incorporada a discursos e práticas institucionais.

Não foi possível, nos recortes feitos, observar tais incidências como definitivas ou mesmo como significativas. Foi viável, em princípio, identificá-las como indícios de potencialidades a ser exploradas. Restaria saber como seus limites estariam além ou aquém da estrutura de pensamento que subsidia o que se entende por conservação, por proteção de UC e sobre o papel da EA, assim como efetivá-los. A inferência não reduz sua importância, dada a indicação de sua possibilidade e subsídio para consciência e organização de quem busca, ou pretende buscar, incidir politicamente de dentro das instituições, dialogando com quem está em outros espaços na sociedade civil.

O documento “projeto de pesquisa” também apresenta expectativas, dentre as quais se destacam:

- Obter maior clareza sobre o que condiciona os problemas de fiscalização nas UC;
- O papel e atuação que poderiam assumir os Conselhos gestores;

¹⁴⁶ Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé, Universidade Federal do Rio de Janeiro, no caso do Projeto Pólen.

¹⁴⁷ Laboratório de Educação e Política Ambiental da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, nos casos da formação dos coletivos educadores, EA na formação de agentes de fiscalização no IBAMA e ICMBio e políticas multicêntricas.

- Maior capacidade de integração da gestão das UC com a gestão dos territórios nos quais estão inseridas;
- Potencialização do diálogo entre os programas de gestão das UC que já contassem com seus respectivos planos de manejo.

Quanto à literatura, o documento examinado apresenta uma primeira seção dedicada ao reconhecimento, à valorização e ao trabalho com a dimensão educadora contida em processos de gestão ambiental pública. Assim, evidencia esse diálogo de atores da “Sociedade Política” com elaborações amadurecidas na “Sociedade Civil”. Na seção relativa à revisão de literatura, uma afirmação merece destaque pela explicitação de uma das intenções educadoras da iniciativa. Nela não se observam menções a uma perspectiva *crítica* para entender determinada realidade, apenas “compreensão ampliada e complexa” sugerindo a necessidade de amadurecimento da própria FS no sentido de assumir-se como contra-hegemônica em relação a modelo de desenvolvimento aqui já anotado como dominante.

[...] todo o trabalho direciona-se a proporcionar condições e compartilhar instrumentos com os Conselhos, para que construam uma **compreensão ampliada e mais complexa** (para além daquela compreensão que já têm) sobre determinados problemas que se manifestam nas UC, bem como vislumbrem – e planejem – intervenções conscientes (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2013b: 06, grifo nosso).

Outra seção da revisão de literatura que fundamenta conceitual e teoricamente o projeto de pesquisa analisado se refere ao necessário acompanhamento sistemático e avaliação da proposta em tela. Nele se discorre sobre a afirmação de avaliar metodicamente a iniciativa, assim como o que fundamenta as opções teórico-metodológicas sobre avaliação. Por se tratar de processos educativos, o documento aponta que estes seriam

[...] situações pedagógicas para questionar a realidade historicamente dada e propor intervenções socioambientais voltadas a problemas locais. O problema ambiental é uma manifestação de conflitos de interesses entre os próprios homens: o meio ambiente é explorado por ações produtivas e mercantis. Já a educação ambiental prioriza ações pedagógicas voltadas à reflexão sobre o funcionamento dos sistemas sociais (há uma concepção complexa da problemática socioambiental, que articula social com natural) (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2013b: 06-07).

Um destaque aqui feito quanto ao conteúdo do projeto de pesquisa estudado se remete às opções quanto à avaliação da FS como processo educativo. Apoiando-se em diferentes referenciais, o texto expõe que

[...] foram estabelecidos – dialogicamente com a proposta de avaliação e mesmo deste projeto aqui exposto, os objetivos, finalidades e metodologia de execução da Formação Socioambiental – de forma a construirmos ambos (desenvolvimento da formação e avaliação da mesma) de maneira a corresponder às concepções de educação, de meio ambiente, de educação e gestão ambiental, apresentadas anteriormente. Não é a formação que gira em torno da avaliação, nem o contrário. Busca-se o diálogo entre ambas, uma vez que, como será uma avaliação processual (DEMO, 2012¹⁴⁸), pretende-se que análises realizadas ao longo da formação subsidiem reflexões e correções de percurso, de acordo com os objetivos colocados (SÃO PAULO, SMA/CFA, 2013b: 10).

A análise dos destaques extraídos do referencial conceitual e teórico do projeto de pesquisa da SMA permite identificar a intenção de reforçar e ampliar o alcance da própria EA, para além de configurar-se como instrumento de objetivos alheios ao acúmulo em seu próprio campo. No que tange à proteção, teria buscado promover um entendimento segundo o qual as pressões à integridade das UC não teriam origem simplesmente nas aparências características das infrações e crimes buscados pela própria política de fiscalização. As motivações dessas pressões estariam essencialmente vinculadas a um modelo de desenvolvimento injusto, insustentável e tornado hegemônico. E, no campo da EA, ao tomar os Conselhos como espaço educador, os referenciais destacados apontam para um papel emancipador de processos educadores que tomam a problemática socioambiental como temário gerador.

Depreende-se que toda uma forma de compreender as origens e causas da problemática socioambiental que exerce pressões sobre a biodiversidade protegida - elaborada “fora” da “Sociedade Política” (em aparelhos produtores de hegemonia como setores da universidade, organizações civis, coletivos educadores) - foi trazida para “dentro”, de maneira a incidir sobre a materialização de uma ação de EA no interior de uma política ambiental, tornando-se, anos depois, ela própria uma outra política instituída.

Qualquer trabalho de EA que tome a participação social na gestão da UC como estratégia pedagógica irá, invariavelmente, trabalhar predominantemente com adultos. Aqui cabe recorrer a uma consideração de Marília Pastuk (1993) afirmando que, ao considerar que a EA voltada para adultos é voluntariamente realizada pelos mesmos, a ação do cidadão e da cidadã em problemas específicos é indubitavelmente de grande valor educacional, na medida em que desperta sua consciência. A essa menção a problemas específicos é possível relacionar a intenção da FS em perceber os problemas

¹⁴⁸ DEMO, Pedro. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação** – I. Série Documental. Textos para Discussão. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2012.

de fiscalização ambiental em UC como temas geradores de itinerários formativos. Não seriam problemas restritos às UC, mas sim complexamente enlaçados com dinâmicas territoriais e com o cotidiano dos participantes.

Um terceiro documento consultado para subsidiar a descrição da Formação Socioambiental foi o relatório de pesquisa decorrente do projeto validado pela COTEC-IF. Denominado simplesmente “Relatório da FS”, o documento está disponível na mesma página virtual¹⁴⁹ em que se encontram os demais documentos, materiais e registros produzidos ao longo da experiência e que baseiam este levantamento descritivo.

O “Relatório da FS” é organizado, além dos elementos pré-textuais, em cinco capítulos, que tratam primeiramente do referencial teórico utilizado, representando as reflexões iniciais que subsidiaram a proposta e aparentam maior elaboração no relatório observado do que no projeto de pesquisa. O capítulo seguinte dá conta de “descrever a FS como resposta para realizar os pressupostos conceituais e teóricos”. O terceiro capítulo expõe os procedimentos utilizados para registrar e avaliar a experiência, seguido do capítulo quarto, dedicado a expor de maneira mais detalhada os indicadores oriundos da matriz de avaliação já demonstrada a partir da consulta ao projeto de pesquisa. O último capítulo apresenta os resultados e a discussão, em perspectiva analítica, dos indicadores obtidos na pesquisa.

É possível representar a FS como proposta concreta de atuação da EA no contexto da fiscalização de UC a partir de uma ilustração, demonstrada na figura 5.

Figura 5 – Formato previsto inicialmente para a Formação Socioambiental

Fonte: São Paulo (2014)

¹⁴⁹ Acessível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=13234>

Observa-se na figura 5 a estrutura do formato, marcada por três grandes momentos. Eles permitem caracterizar a FS, ao menos inicialmente: 1) o acesso proporcionado a alguns pressupostos de temas considerados pertinentes para iniciar um alinhamento entre os participantes (Conselhos, participação etc.); 2) a construção de um panorama da problemática socioambiental a partir dos olhares constituintes do plano de fiscalização (SIM-UC) e uma compreensão a respeito de suas causas; 3) o desenvolvimento de uma agenda de intervenção nas causas elencadas como prioritárias, considerando atribuições convencionais e sentidos atribuídos/reforçados aos colegiados¹⁵⁰.

Para o primeiro momento se previa inicialmente exposições sobre temas como os mencionados na figura 5. Os próprios técnicos/educadores faziam os aportes, tomando por base as reflexões trazidas anteriormente à elaboração da proposta de trabalho (sobretudo aquelas contidas no então projeto de pesquisa registrado junto à COTEC-IF). Já a partir daqui teria se materializado o diálogo entre agentes, perspectivas e interesses como esforço para construir leituras comuns, a participação dos agentes envolvidos nesta pesquisa. Foi apontada uma capacidade de sintetizar perspectivas e construir agendas comuns. O pressuposto de natureza e meio ambiente como termos polissêmicos teria permitido ampliar a capacidade de diálogo dos educadores envolvidos, na medida em que reconheciam a existência prévia de entendimentos diferentes, eventualmente antagônicos e, ainda, em dissonância com aquelas compreensões que orientam normativas ambientais.

Para o segundo momento, o documento consultado traz a previsão de compartilhar técnicas que facilitem o diálogo entre os presentes e seus respectivos olhares e interesses para conceber uma compreensão mais complexa sobre o problema também definido como prioritário. Como recursos pedagógicos desse momento, recorreu-se a ferramentas de reconhecimento territorial, análise situacional e mapeamento de agentes sociais.

No terceiro momento, são trabalhadas outras técnicas com os participantes, vinculadas à necessidade de planejar conjuntamente uma agenda para atuação política a partir do próprio Conselho, visando a incidir sobre causas consideradas críticas daquele problema já priorizado. Como exemplo sugerido de componentes possíveis dessa

¹⁵⁰ O relatório de pesquisa aponta o incremento à metodologia das FS de um quarto momento, de acompanhamento e avaliação da implementação da agenda produzida pelos participantes do processo formativo nos Conselhos.

agenda, o relatório aponta ações como acompanhamento de medidas tomadas por agentes responsáveis, contato com autoridades, articulação com outros atores. O documento não estabelece relações diretas entre políticas públicas e o que chama de “causas” dos problemas de fiscalização¹⁵¹.

Segundo o “Relatório da FS”, analisando criticamente cada um dos momentos e as previsões de abordagens,

Destaca-se uma escolha metodológica no quadro: a opção por trabalhar inicialmente com abordagens mais abstratas, para somente na sequência partir para aquelas mais práticas, em encontros semelhantes a oficinas de trabalho. Se, por um lado o compartilhamento das técnicas de identificação, mapeamento e organização de pessoas, ideias e decisões seria realizado num processo ativo e prático, o mesmo não foi dedicado às questões de ordem conceitual e teórica (gestão ambiental, representações sociais, conselhos, participação, UCs) (SÃO PAULO, 2014: 87).

Essa autocrítica registrada no relatório apresenta a descrição de um movimento prático na implantação do trabalho de EA de forma que essa mesma lógica fosse compartilhada com os participantes do processo formativo. Ou seja, a FS teria passado a contar com uma articulação mais teórico-prática, buscando afastar-se de uma lógica mais formal e conservadora de primeiro abordar conceitos para somente depois praticar algo, sem necessariamente produzir sínteses sobre as contradições entre teoria e ação. O trabalho de EA caracterizou-se por partir das relações entre o abstrato e o concreto, de forma a se buscar propiciar compreensões mais organizadas, tornadas uma espécie de “concreto pensado”¹⁵².

Documento posterior sobre a FS, denominado “Contribuição dos Conselhos gestores à Proteção das Unidades de Conservação” (SÃO PAULO, 2017) expõe um momento acrescido a esses três da figura 5. Trata-se do momento de acompanhamento e avaliação da eficácia das ações. Ou seja, se elas estariam atingindo aos objetivos estabelecidos. Segundo o documento, neste momento 4,

151 A relação surge objetivamente em um dos polos trabalhados mais tarde, em 2015-2016 (Estação Ecológica Bananal, no Vale do Paraíba), sugerindo aos participantes que as causas estariam associadas de alguma forma às políticas públicas que organizam o território que envolve a UC. Essa UC foi trabalhada posteriormente ao término do relatório da citada pesquisa no âmbito da SMA. Indica, assim, que o exercício de pôr em prática, analisar e avaliar o percurso propiciou reflexões que amadureceram a EA na gestão de UC a partir da fiscalização ambiental.

152 Como exemplo observado no relatório da EA nos Conselhos, há: abordagem dialogada sobre as diferentes formas de compreender o que é natureza, meio ambiente e UC junto a uma oficina de apontamentos de quais seriam os aspectos constituintes da problemática socioambiental de cada território; abordagem sobre participação e conselhos, junto de oficina para um entendimento mais elaborado sobre as causas de problema priorizado; abordagem sobre gestão ambiental, horizontes utópicos e políticas públicas, na oficina para construir coletivamente as agendas políticas dos Conselhos.

[...] o trabalho é destinado ao acompanhamento de perto e sistematicamente, da implantação e execução das ações planejadas, de forma a registrar os resultados, avanços e as dificuldades; e subsidiar a avaliação da atuação do Conselho e dos responsáveis por cada uma das ações, em determinado período. Este momento também se dedica a, em conjunto, se pensar quais são as alternativas para os casos em que as ações previstas não foram executadas e/ou tenham surgido novas ideias e propostas para sua realização durante a caminhada (SÃO PAULO, 2017: 80).

Para efeito de contextualização da FS no cenário da fiscalização ambiental, em esforço correspondente àquelas características de buscar legitimidade e institucionalidade no Sistema Ambiental Paulista, o relatório expõe outro esquema ilustrativo desse empenho. Aqui se traz na figura 6 um diagrama representativo dessa tentativa de inserir a FS a partir da EA como integrante e articulada com a própria fiscalização ambiental.

Figura 6 - “Localização” da proposta de Formação Socioambiental

Fonte: São Paulo (2014)

Observa-se a “localização” da FS na interseção de diferentes campos, notadamente da “gestão de UC” com o da “Fiscalização Ambiental”, ambos, por seu turno, inseridos no espaço de convergências entre os campos da Educação Ambiental com a Gestão Ambiental Pública. É evidente a reivindicação de um “espaço” da EA no “território” da fiscalização.

Primeiros movimentos da prática: reunião com gestores

Segundo o “Relatório da FS” (SÃO PAULO, 2014), o movimento inicial para colocar em prática a proposta foi o de apresentar àqueles gestores das UC indicadas pela FF e IF o trabalho previsto, antes de se chegar aos conselheiros e convidados. O propósito disso pode ser observado a partir dos objetivos do encontro: 1) esclarecer a

proposta; 2) avaliar sua viabilidade e pertinência; 3) compartilhar com os responsáveis pelas UC a ideia de se trabalhar a construção de agendas dos Conselhos com base em “problemas de fiscalização ambiental”; 4) alinhar procedimentos, o compromisso dos gestores e os encaminhamentos necessários (tais como se reunir com os Conselhos e dar notícia das intenções da FS, suas relações com a política de fiscalização de UC já em implementação e a perspectiva de uma reunião inicial para a equipe de São Paulo ir a cada UC submeter a proposta aos conselheiros. “Buscou-se ainda construir o encontro a partir da mesma dinâmica e percurso formativo a serem utilizados com os Conselhos [...]” (SÃO PAULO, 2014: 88).

Esses primeiros movimentos práticos da FS evidenciam uma busca por dialogar com aqueles responsáveis pela gestão das UC. Portanto, os agentes públicos seriam responsáveis, na ponta, pela implementação da política de fiscalização de UCPI, o que se pode aproximar da ideia de construção de um consenso sobre o trabalho de EA nas UC. Especialmente uma EA não restrita à transmissão de conteúdo ou comportamentos tidos como adequados, nem limitada a explicações sobre o funcionamento de sistemas ecológicos. Esse diálogo apresenta potencialidade formativa, já que se desenvolveu da mesma forma prevista aos Conselhos. Em razão dessa interlocução, também foram identificadas situações de conflito de entendimentos sobre como se idealiza e como deve se materializar a proteção de atributos naturais, assim como deslocamentos importantes acerca do papel da EA nesse contexto de fiscalização. Assim, esse primeiro movimento prático pode ser caracterizado como formativo aos envolvidos, configurando uma contribuição da EA à gestão de UC e dos Conselhos.

As UC trabalhadas inicialmente pela FS em julho de 2013 são expostas na tabela 2, a seguir. Observando o tratamento dado ao termo “Polo” no trabalho da FS e no relatório consultado, depreende-se que corresponde a um agrupamento de UC estaduais ou geridas por outras esferas administrativas, compartilhando a gestão de um território em comum.

Tabela 2 - Polos e UC trabalhadas no início da FS em 2013

Polo	Unidades de Conservação	Data do primeiro encontro da FS
1	1. PE Itapetinga	03 de julho de 2013
	2. MONA Pedra Grande	
	3. PE Itaberaba	
2	4. FE Edmundo Navarro de Andrade	31 de outubro de 2013
3	5. EE Angatuba – IF*	-
4	6. PE Aguapeí	23 de agosto de 2013
	7. PE Rio do Peixe	
	8. PE Morro do Diabo	
5	9. MONA Pedra do Baú	09 de agosto de 2013
	10. PE Mananciais de Campos do Jordão	
	11. PE Campos do Jordão	
6	12. PE Serra do Mar – Caraguatatuba*	07 de outubro de 2013
7	13. PE Serra do Mar - Itutinga Pilões*	10 de julho de 2013
8	14. PE Lagamar de Cananéia*	19 de setembro de 2013
9	15. PE Carlos Botelho	-

* Polos onde foram realizados encontros iniciais, realizados pela equipe da CFA, para apresentação do SIM e da FS.

Fonte: São Paulo (2014)

O primeiro momento da FS

O primeiro encontro foi projetado para ser uma oportunidade de expor aos participantes a proposta de formação a partir do envolvimento com a fiscalização, concentrando-se na apresentação de um quadro que ilustrava o percurso formativo proposto aos Conselhos. Os objetivos explicitados para este primeiro momento foram: 1) Diminuir eventuais assimetrias com relação à familiaridade com temas importantes à atuação do conselho; 2) Ampliar as noções sobre meio ambiente, gestão e participação; 3) Compreender a importância de se considerar os conflitos socioambientais no processo de gestão; 4) Construir um referencial para observar o território da UC, identificando problemas ambientais (preparação para o 2º momento formativo) (SÃO PAULO, 2014: 91).

Observa-se uma preocupação em desenvolver com os participantes alguns pontos de partida quanto aos olhares a partir dos quais todos iriam dali em diante começar a construir um entendimento da problemática socioambiental que envolve as UC, tomando, inclusive, os conflitos como importantes nesse percurso. Destaque seja feito a uma opção metodológica do trabalho: a seleção de outras linguagens para expressar intenções e perspectivas para dar conta de tal construção. De acordo com o documento examinado, “Poesia, literatura, gravuras e pinturas serviram de recursos que visavam ao enriquecimento da linguagem, como também a facilitar a apreensão do que estava sendo posto em evidência ou em debate” (SÃO PAULO, 2014: 91). Exemplo desse uso da poesia pode ser constatado na mensagem contida nos versos de Thiago de Mello no poema “para repartir com todos” (MELLO, 1983). Nele, a intenção expressa foi a de “convidar a todos para um trabalho conjunto”, uma vez que a obra escolhida trata de um “diamante” (tomado como horizonte utópico) a ser procurado e buscado

coletivamente e, ao ser encontrado, ser repartido mesmo com aqueles impedidos de ajudar porque “faltos de sonho”.

Ainda nesse primeiro encontro nos Conselhos observa-se uma tentativa de alinhar temas e abordagens. Inicialmente se apresenta que as diferentes possibilidades de entendimentos sobre o que vem a ser meio ambiente, natureza e UC ressaltam uma característica dos Conselhos destacada no trabalho. Trata-se do espaço onde o contraditório deve ser desvelado para então ser objeto de reflexão, debate e mediação de interesses e pontos de vista.

Apoiando-se na contribuição de Isabel Carvalho (2004) ao debate sobre a EA na formação do sujeito ecológico, a abordagem coloca sob suspeita, em uma atitude filosófica, a noção de que a realidade é o que ela é, mesmo que se interprete a partir sua aparência ou compreensão usual. Ou seja, “As compreensões e definições que construímos seriam a realidade ou refletem projeções que fazemos naquilo que entendemos por realidade?” (ibid.: 92). Como esteio para desenvolver tal reflexão e debate, ainda se apoiando no uso que Carvalho faz de obra do pintor belga René Magritte (*A Condição Humana*, de 1933), a equipe da FS tratou de compartilhar com os participantes a dificuldade de definir de forma categórica o que vem a ser meio ambiente, natureza e mesmo UC, ainda que se reconheçam os esforços legais e normativos para tal tarefa. Na mesma linha e atividade, foi feito uso novamente de linguagem poética, desta vez de Fernando Pessoa, quanto este traz em versos que “O universo não é uma ideia minha. A minha ideia de universo é que é uma ideia minha” (PESSOA, 2005: 113).

Nesse tema abordado nota-se a importância de subsidiar a problematização das compreensões hegemônicas que sustentam a normatividade vigente, apontando para a possibilidade de incidir nas perspectivas dominantes e, em esforço político associado, nas normas que expressariam tais compreensões, materializando políticas públicas. Isso aproxima essas abordagens a uma EA com inspiração gramsciana, na medida em que, diante de grupos sociais alijados cultural e politicamente de espaços de gestão pública, são potencializadas suas compreensões, seus sistemas de valores e leituras do mundo, em diálogo com aportes que apontam para a necessidade da política para lidar com conflitos de diferentes ordens.

O tema “gestão ambiental” foi trabalhado de maneira expositiva, conforme o relatório consultado. Seguindo a mesma linha de diferentes perspectivas a definir o que entende por - e que se pratica em - gestão ambiental, as primeiras reuniões nos espaços

dos Conselhos expunham os conceitos debatidos sucintamente no projeto de pesquisa da proposta. Depreende-se que isso evidencia que a EA contribui ao entendimento de que a própria gestão da UC, compartilhada em alguma medida com o Conselho, deve ser relacionada também ao território onde estariam ambos localizados. Quanto às vertentes sobre gestão ambiental, houve

[...] 1) Uma que contrapõe uma humanidade genérica a uma compreensão de natureza desumanizada, pautando uma gestão ambiental preocupada em protegê-la de seres humanos e sua incapacidade intrínseca e natural de lidar com a natureza sem destruí-la. [...] Uma questão de fundo era lembrada a cada primeiro encontro: de que ‘ser humano’ e de que sociedade estamos a falar quando nos referimos a ‘proteger a natureza’? 2) A visão que estabelece a ‘natureza’ como a base do desenvolvimento econômico predominantemente orientado para o crescimento *ad aeternum*, segundo a qual é preciso desenvolver tecnologias de baixo impacto a fim de gerir os recursos naturais sem comprometê-los, preservando o modelo de desenvolvimento e modo de produção hegemônicos [...] (SÃO PAULO, 2014: 93-94).

Uma terceira maneira de compreender a noção de gestão ambiental foi trabalhada de maneira a ser articulada a diferentes campos, visando a corresponder à complexidade das questões socioambientais. Como pontos de referência ilustrativos e que remetiam a alternativas contra-hegemônicas nos próprios campos mobilizados para compor a terceira ideia sobre gestão ambiental, era abordada a produção e o consumo de alimentos, sugerindo aproximações com a produção familiar, orgânica, agroecológica, economicamente solidária e possivelmente associada ao movimento *slow food*¹⁵³. Os demais campos nos quais se indicavam alternativas contra-hegemônicas, além de vinculadas a uma necessária expansão da concepção de gestão ambiental, foram os da produção de energia (fontes alternativas), habitação e urbanismo, saneamento, mobilidade, economia (economia solidária) e, principalmente, a participação social como intrinsecamente correlacionada a uma noção expandida de gestão ambiental. Tal articulação da noção de gestão ambiental com diferentes campos sociais se coaduna com a necessidade de políticas setoriais receberem aportes do campo ambiental no sentido de reorientarem um projeto de sociedade.

Aqui, sob uma análise em perspectiva a partir das chaves analíticas gramscianas, a extensão do conceito de gestão ambiental para a regulação da vida coletiva de um território maior que a UC – mas inerentemente relacionado a ela – sinaliza um esforço de reconhecer a dimensão política da gestão da UC, tanto quanto da atuação do

¹⁵³ Segundo o relatório consultado define, o *Slow Food* posiciona-se como movimento contrário à hegemônica maneira de produzir e consumir alimentos no mundo globalizado, defendendo a necessidade de se repensar como produzimos e como nos alimentamos.

Conselho nesse território mais amplo. Além disso, aponta para a necessidade de se pensar projetos societários a partir da importância da conservação ambiental representada pela existência da UC. Ainda que a FS não aborde – nem mencione – aspectos da crítica à economia política ou ao capitalismo de maneira objetiva, trata-se de um indício desse potencial, segundo o qual será inviável a conservação dissociada de uma práxis política na direção de vislumbrar e construir outras sociedades não organizadas pelo capital.

No mesmo primeiro encontro da FS nos Conselhos o tema participação foi previsto para ser exposto conforme as considerações que orientaram a construção da proposta, sugerindo que a FS deveria ser compreendida como espaço/tempo no qual educadoras e educadores buscam compartilhar uma narrativa sobre as funções das UC e papéis dos Conselhos. A iniciativa educadora é abrigada e inserida em uma política de fiscalização ambiental (SIM-UC), mas direcionada para pôr sob suspeita noções convencionais vinculadas ao senso comum sobre os temas abordados.

A FS aparenta possuir, a partir disso, outra característica marcante: criar situações presenciais e dialogadas que problematizem tanto noções convencionais de UC e da atuação de colegiados como os Conselhos. No caso específico da “participação social”, a FS expunha, claramente apontando para os Conselhos como vetores de incidência em políticas públicas relativas àqueles mesmos temas que

[...] no horizonte desta proposta de intervenção em conselhos gestores de UCs, enxergamos a participação como ‘controle social’, no sentido de os setores organizados da sociedade participarem na formulação e acompanhamento da execução de políticas públicas para que estas atendam aos interesses da coletividade. A participação social não é algo que se nasce sabendo. Aprende-se na prática, mediante processos educativos, geralmente informais, inseridos na prática diária (SÃO PAULO, 2014: 96).

Esse destaque na abordagem sobre participação realizada na FS aponta para a possibilidade de assimilar direcionamentos a partir daquilo que lhe é explícito: a incidência política, embora não sugira proximidade direta com alguma chave analítica tratada no capítulo inicial desta tese. Contudo, nenhuma incidência política é neutra, mas parte de um conjunto de interesses apoiados por um sistema de valores e uma ética correspondente, definindo uma concepção de mundo e uma postura diante dela. Diante disso, a EA assume um papel literalmente fundamental. Ao promover o acesso à participação política com horizonte de incidência na regulação da vida coletiva, é preciso guardar distância de tendências de reprodução de um modelo de desenvolvimento predatório e que exclui a amplos contingentes de seres humanos.

Para os agentes públicos consultados, os Conselhos teriam sido tratados como espaços de ensino-aprendizagem não restritos à composição formal. A ação de EA teria promovido uma ampliação desses espaços colegiados quanto à possibilidade de participação, uma vez que se estendia àquelas pessoas que não teriam titularidade formal de uma cadeira no Conselho. Isso, por seu turno, também teria efeitos sobre outra ampliação, esta de sentidos sobre a participação nos diálogos realizados com estímulos da ação educadora. Ao levar perspectivas, interesses e demandas àqueles colegiados, os participantes estariam incidindo na construção de narrativas sobre o território e, também, sobre possíveis atuações em um nível mais político.

Por apontar participação como controle social tendo a incidência em políticas públicas como uma estratégia, emerge o pressuposto da qualificação dessa participação. Para qualificá-la, a EA reforça seu sentido emancipador subsidiado pela perspectiva crítica da Educação, tratada na reflexão acumulada neste campo social e já exposta no capítulo anterior. Daí a potência de diálogo com categorias gramscianas como: i) “Intelectuais Orgânicos”, demandando esclarecimento, posicionamento e compromisso político dos educadores envolvidos; ii) “Catarse”, na medida em que vem a ser uma espécie de propósito pedagógico da ação educadora; iii) “Senso Comum” e “Hegemonia”, em função do reconhecimento de que o senso comum mobilizado usualmente para subsidiar percepções e entendimentos iniciais sobre questões socioambientais é similar a uma “colcha de retalhos” em que predomina uma concepção de mundo hegemônica sobre como se dão as relações sociais, como se organizam os grupos sociais para produzir e distribuir, comumente naturalizando o modelo dominante. Precisam, portanto, de abordagens educadoras que partam do interesse em deslocar compreensões sincréticas, colocando-as sob suspeita, àquelas que sintetizem uma apreensão coerente de determinada realidade.

A fala seguinte nos primeiros encontros foi sobre Conselhos. Identificou-se que o tema foi abordado de maneira a pôr em análise algumas características mais convencionais sobre os colegiados. Questões sobre natureza consultiva ou deliberativa e suas atribuições no caso de UC (tendo por base a legislação) foram trabalhadas, segundo o “Relatório da FS”, como base para compartilhar com os participantes um entendimento, aparentemente tido como opção política da FS (e aqui tomado como mais uma contribuição da EA).

A oportunidade de, por um lado, corresponder à realidade de estar diante de Conselhos *consultivos* e, por outro, promover situações de empoderamento,

no sentido de refletir sobre a capacidade de os Conselhos *tomarem decisões e agirem*, serviu para inserir na exposição – e no debate com os participantes – elementos que contribuíram para o estabelecimento de algumas linhas divisórias mais claras entre a competência de *influenciar* decisões sobre a gestão da UC (por seu turno, de competência do órgão gestor e, portanto, de sua responsabilidade), e a possibilidade de *decidir*, efetivamente, o que os Conselhos e seus representantes podem realizar em termos de enfrentamento de causas dos problemas ambientais nas UCs. Em síntese, para ‘dentro’ das UCs os Conselhos opinam, manifestam-se etc.; para ‘fora’ delas – e orientados pelos objetivos de conservação das UCs – os Conselhos decidem e agem em iniciativas de sua responsabilidade e de seus membros e demais participantes (SÃO PAULO, 2014: 97-98).

Há um risco considerável nessa afirmação supracitada. O de naturalizar a condição consultiva dos Conselhos de UC como insuperável. Direciona-se o olhar dos Conselhos para fora das UC e, com isso, se atrofia seu potencial de gerir o território da própria unidade tomada como bem comum. Uma espécie de “desvio de foco”. No entanto, a partir dessa mesma citação torna-se evidente um sentido atribuído ao papel dos Conselhos, mesmo diante de sua natureza consultiva. Observa-se que a FS atribui aos colegiados um papel político *também* voltado ao território que envolve a UC.

Se no âmbito da gestão os Conselhos firmam posicionamentos e “deliberam”, constroem decisões que servem de manifestação política quanto àquelas decisões de competência do órgão gestor, a FS compartilha com os participantes para que mirem o território mais amplo do qual a UC faz parte, observando as políticas públicas setoriais que dizem respeito a causas relacionadas às pressões sobre os bens ambientais, serviços ecossistêmicos e recursos naturais ali protegidos. Mesmo com o risco apontado, trata-se de um salto quanto ao sentido do papel dos Conselhos, ao menos discursivamente.

Finalizando os primeiros encontros que se dedicaram à exposição dialogada de perspectivas sobre temas considerados importantes para tratar dos problemas de fiscalização ambiental nas UC, o tema Unidades de Conservação foi trabalhado, tomando como “fio condutor” o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Houve a problematização sobre a inserção do termo ‘natureza’ na denominação do sistema (SNUC), sem haver sua definição nos artigos iniciais da Lei Federal (como houve no caso de outros conceitos relacionados com o SNUC). Três das questões colocadas foram: por que razão não há a definição? Por conta de ser ‘óbvia’ a definição de natureza, ou por ser muito complexa para se definir em poucas palavras? Afinal, qual natureza que o SNUC protege? Uma pista para eventuais respostas foi apresentada como sendo ligada às categorias de UCs que o SNUC determina. A Lei indica dois grandes grupos, sendo um que entende uma natureza desumanizada, a ser separada e protegida de seres humanos (UCs de proteção integral); outra que integra culturas intrinsecamente ligadas ao meio que habitam e mutuamente dependentes ou então que já possuem ocupações historicamente constituídas em ambientes consideravelmente ricos em biodiversidade. Portanto, passíveis

de proteção tanto quanto os bens ambientais (UCs de uso sustentável) (SÃO PAULO, 2014: 99).

A intenção percebida na opção de abordar o SNUC em sua abrangência de noções distintas sobre como conservar a natureza seria a de demonstrar a dinamicidade na atribuição de sentidos às funções que pode cumprir a criação de UC nos territórios onde são instaladas, dialogando com o debate exposto na seção sobre Unidades de Conservação no capítulo dois desta tese. Na esteira dessa demonstração, identifica-se o potencial de provocar tanto deslocamentos de compreensão sobre o sentido de se criar áreas protegidas, como também reflexões sobre quem seriam – e deveriam ser – os sujeitos que normatizam a vida coletiva, que concepções, preocupações e interesses orientam as tomadas de decisão etc.

O encerramento dos primeiros encontros contava com os encaminhamentos. Entre eles, algumas demandas na forma de perguntas sinalizam as intenções e expectativas de trabalho para o encontro seguinte, adentrando outra dinâmica: iniciar um trabalho de leitura coletiva e dialogada do território que envolve a UC, sua problemática socioambiental e uma espécie de cartografia social¹⁵⁴ relacionada. Segundo o documento consultado, as perguntas foram: 1) Quais são os problemas ambientais que ocorrem no interior da UC? Há relações destes problemas com a parte externa da UC? Quais? Que agentes sociais têm relação com o problema? 2) Qual é o território desta UC? Seria o entorno/Zona de Amortecimento? A Bacia Hidrográfica? Ou outra região? 3) Que agentes sociais (órgãos públicos, organizações sociais, entidades, associações, instituições diversas) se encontram neste território e se relacionam direta ou indiretamente com a UC?

O segundo momento da FS

O que se denominou como “segunda rodada de encontros” da FS apresentou como intenções reconhecer o quadro da problemática socioambiental do território que envolve as UC sob a perspectiva da fiscalização ambiental. Com base nesse quadro, os participantes definiam quais seriam as prioridades a ser trabalhadas a partir dos Conselhos, assim como desenvolviam uma compreensão em perspectiva crítica (porque voltada a suas causas) e complexa (porque multidimensional e sob múltiplas determinações). Nos encontros do segundo momento também eram mapeados diferentes

¹⁵⁴ Ferramenta que vem sendo utilizada tanto para se construir coletivamente conhecimento de base popular epistemologicamente válido, como também para subsidiar compreensões sobre a realidade de determinado território e formas de transformá-la (COSTA, et al., 2016).

agentes sociais relacionados pelos próprios participantes, a partir de seus repertórios, com aquelas causas consideradas críticas para os problemas priorizados.

O “Relatório da FS” indica que, em função da avaliação dinâmica realizada no acompanhamento da ação educadora pelos próprios formuladores e operadores do trabalho, alterações foram feitas para essa segunda rodada com os participantes nos espaços dos Conselhos de UC. Antes de partir para um conjunto de reflexões, debates e definições fazendo emergir uma análise situacional do território, optou-se por inserir uma exposição sobre a política de fiscalização. Isso possibilitou uma situação aqui considerada importante.

Essa apresentação do SIM-UC demonstrava que o direcionamento da fiscalização não era ali uma exclusividade da Polícia Ambiental, mas sim resultante de um diálogo com a gestão da UC, em espaço previsto na própria política de fiscalização em implementação. A partir disso a própria FS pode ser considerada um espaço em paralelo para se discutir o que pode ou deve orientar a fiscalização da UC, já que os Conselhos são espaços de gestão e os gestores de UC ocupam lugar privilegiado em ambas as situações: nos Conselhos e no planejamento local da fiscalização. Observa-se, portanto, uma possibilidade, a princípio, de incidência na operacionalização local de uma política de fiscalização de UC.

Ainda assim, o documento consultado expõe que a intenção da apresentação de informações sobre o plano de fiscalização foi demonstrar o esforço realizado no sentido de proteger as UC, localizando a FS como um trabalho complementar: “desenvolver abordagens preventivas às causas daqueles problemas que se planejava reprimir com a Polícia Ambiental”.

Concluída essa parte correspondente à alteração feita no “bloco de conteúdos” desse segundo momento da FS e de uma recapitulação dos temas tratados no momento anterior, os trabalhos se dedicavam a introduzir as dinâmicas previstas para desenvolver a mencionada análise situacional. De início, dois recursos foram usados. Uma frase de Marcel Proust, de um dos volumes da monumental obra “Em Busca do Tempo Perdido¹⁵⁵”; outra pintura do artista belga Magritte (“Clairvoyant”, Clarividente ou Perspicaz). A frase de Proust sugere a necessidade de colocar sob suspeita aquilo que parece naturalizado. O quadro de Magritte traz a figura de um pintor (autorretrato) que

¹⁵⁵ Trecho extraído do volume denominado “A Prisioneira”, de Em Busca do Tempo Perdido. “A única viagem verdadeira, o único banho de Juventude seria não partir em demanda de novas paisagens, mas ter outros olhos [...]” (PROUST, 1983: 218).

ao olhar para um ovo, pinta na tela um pássaro, sendo o uso desse quadro uma indicação da necessidade de se projetar teleologicamente as possibilidades dos próprios Conselhos ao olharem para si, bem como para as UC, no contexto que seria dali em diante compreendido conjuntamente.

Ambos os recursos reforçavam a ideia já trazida no encontro anterior sobre a existência de diferentes conhecimentos e perspectivas sobre questões similares. Esses conhecimentos, avisam o quadro de Magritte e a frase de Proust, seriam mobilizados, mesmo que diversos, para buscar compor uma compreensão coletiva da problemática socioambiental do território.

A finalidade, tanto da frase como da pintura, foi chamar a atenção para a possibilidade e importância de buscarmos ‘deslocamentos de compreensão’, para além daquilo que já julgamos conhecer e entender. O que consideramos desconhecer pode ser mais bem compreendido com novos modos de interpretar. Tratou-se [de] um convite ao diálogo e exposição, inclusive, ao contraditório. Afinal, o que se previa para o momento era a participação de todos os presentes no levantamento de maneiras de entender os problemas que impactam as UCs (SÃO PAULO, 2014: 107).

Na sequência de expor os problemas de fiscalização, as pressões sofridas pelas UC sob o ponto de vista de operadores da política de fiscalização em seu viés repressivo (gestores das UC e comandantes do policiamento ambiental local), a condução desse segundo momento da FS dirigia a palavra aos participantes em dois sentidos. Um de solicitar que problematizassem a perspectiva exposta, acrescentando ou redefinindo aqueles problemas apresentados. Outro de, diante daquele conjunto de problemas apontados pelos participantes e expostos a eles, debater e definir qual seria priorizado.

A dinâmica construída para estes debates, embora tivesse como ponto central os problemas de fiscalização, buscou permitir que todos pudessem falar e serem ouvidos, dando coerência aos pressupostos apontados no referencial das representações sociais e participação tomados como base tanto para a elaboração da proposta, como para a abordagem com os Conselhos. A escolha por trabalhos em grupo e a exposição constante das opiniões de cada um dos envolvidos foram, assim, constantemente valorizadas durante todo o percurso formativo construído, mesmo que demandassem um maior tempo investido para sua realização (SÃO PAULO, 2014: 108).

A figura 7 ilustra o exercício de apontamento de problemas de fiscalização e, com base na reflexão e debate dos participantes, a definição de uma prioridade.

Figura 7 – *Slide* utilizado na FS para representar o processo de definição de um problema prioritário (caso do Parque Estadual Lagamar de Cananeia, no Mosaico Jacupiranga, Vale do Ribeira)

Fonte: São Paulo (2014)

Nos primeiros polos a definição do problema prioritário foi inicialmente desenvolvida no segundo momento da FS, na sequência das exposições dialogadas sobre os temas considerados relevantes. No entanto, esta definição de uma prioridade pelos participantes foi transferida para o primeiro momento de encontro da FS nos demais polos, como forma de corresponder às avaliações dos próprios participantes sobre o grau elevado de abstração concentrado em um só encontro inicial.

Essa dinâmica de definição de problema prioritário indica, como recurso pedagógico da EA analisada, a problematização do olhar da Administração Pública e aqueles órgãos com alguma competência para orientar a fiscalização ambiental em UC. Convida os participantes de diferentes segmentos e grupos sociais para elaborarem outras problemáticas que eventualmente não estão no rol de preocupações das “autoridades”. Os Conselhos passam a ser, portanto, espaços de diálogo sobre as preocupações com o território, de intercâmbio de informações, de construção de conhecimentos válidos para compor o acervo que subsidia análises que orientam a proteção. Configuram, assim, uma evidência da possibilidade de incidir na operacionalização da política de fiscalização ambiental em UC.

Ainda que não dialogando com a perspectiva gramsciana buscada nesta tese, o trabalho de EA observado criou objetivamente situações que permitem o aporte de contribuições de categorias desenvolvidas por Antonio Gramsci. Aquela relativa à definição que o pensador sardo traz sobre o “Senso Comum” é uma delas, ao possibilitar o emergir de uma compreensão razoavelmente sincrética sobre dada realidade. Outra é “Hegemonia”, ao proporcionar uma análise sobre esse entendimento

assemelhado a uma “colcha de retalhos”. Aqui se evidencia também contribuições da EA a uma exploração mais vertical, inclusive, a reflexões sobre o que se entende por “problemas”, suas aparências e seus aspectos essenciais.

Poder-se-ia apontar aproximações com a ideia de “Consenso” como componente teórico da categoria “Hegemonia”. No entanto, no documento consultado não se identificou uma perspectiva de análise da realidade prévia levada pela equipe de educadores. Teria havido mais o esforço de alinhar as contribuições dos participantes, do que tomar como parâmetro uma compreensão prévia baseada em alguma crítica à economia política, por exemplo.

Após definir o problema prioritário, proporcionando assim a identificação de todo o grupo no Conselho com uma prioridade comum, os trabalhos passaram à dinâmica de construir uma compreensão em perspectiva crítica, complexa e a partir dos repertórios dos participantes da FS. A técnica usada inspirou-se no Método Altadir de Planificación Popular (MAPP), de autoria do economista chileno Carlos Matus. Segundo essa técnica, as formas como determinado problema se apresenta ou se manifesta são chamadas de “descritores” (MATUS, 2007). Ajudam a descrevê-lo. Os motivos e condicionantes do problema são tratados como “causas” e suas consequências de “efeitos”. Partir de um problema, identificar seus descritores e, na sequência, suas causas e efeitos dá origem ao que se convencionou denominar “árvore de problemas”.

A função do uso desta técnica foi dupla: 1) descrever como o problema definido se manifesta na UC, como é percebido e observado pelos agentes sociais representados na segunda rodada de encontros da FS; 2) ampliar a compreensão dos participantes sobre o problema ambiental de fiscalização, contribuindo não somente àquele grupo, mas a todos os envolvidos com a fiscalização ambiental de UCs, uma vez que a reflexão e o debate demarcavam claramente que a via repressiva atua sobre a manifestação ou efeito do problema, sendo este constituído por outros aspectos, como as causas (SÃO PAULO, 2014: 109).

Com base na citação observa-se uma evidente intenção de deslocar a compreensão sobre o problema de fiscalização que deu origem à dinâmica. De problema de fiscalização que demanda ações repressivas devidamente previstas na política ambiental, emerge uma compreensão – desenvolvida pelo diálogo entre diferentes atores presentes ao encontro – que traz à tona a complexidade das sobredeterminações por trás daquele problema fetichizado pela fiscalização, desnaturalizando-o. A prioridade passa a ser também entendida como questão social, econômica, cultural, histórica, exigindo outros tratamentos que não exclusivamente repressivos. A figura 8

ilustra uma simulação elaborada pela equipe da FS como forma de exercitar e ao mesmo tempo antecipar a dinâmica, como forma de preparação.

Figura 8 - Simulação prévia à segunda rodada de encontros da FS inspirada no método MAPP

Fonte: São Paulo (2014)

Na sequência do apontamento das causas a partir dos descritores do problema priorizado os participantes eram convidados a observar quais seriam as causas críticas. Causas críticas seriam aquelas que estariam na base (motivando outras causas) ou aquelas que, uma vez “resolvidas”, promoveriam a solução de outras causas. Contudo, a FS optou por orientar os participantes a utilizar como baliza para esse exercício de priorização de causas as seguintes questões: possibilidade de, no espaço do Conselho, haver maior aprendizado sobre elas; a intervenção nas causas depender em boa parte da atuação do Conselho (possibilidade de prospectar ações sob governabilidade do Conselho); viabilidade da intervenção ser planejada, executada e avaliada a partir do Conselho. A figura 9 traz a representação gráfica de resultado alcançado no denominado polo 14, que reuniu as UC do Mosaico Paranaíacaba¹⁵⁶.

¹⁵⁶ O mosaico abrange seis UC (uma APA, uma EEC e quatro Parque Estaduais) e onze municípios.

Figura 9 - Representação do exercício de apontamento de descritores e causas de problema priorizado.
Destaques às causas consideradas críticas pelos participantes reunidos nos Conselhos do polo 14

Fonte: São Paulo (2014)

Na figura 9 é possível observar a riqueza de informações advindas de participantes de comunidades tradicionais, corporações que exploram a mineração, órgãos públicos locais, estaduais e federais, universidades e sociedade civil organizada. É evidente, na leitura destacada, que o distanciamento entre setor público e sociedade civil estaria na origem de causas sociais, econômicas, culturais e políticas estruturais. Essas, por sua vez, motivariam manifestações diversas – e respectivas consequências – de problema também definido por eles como prioritário: a degradação socioambiental associada à extração de uma espécie em extinção.

A FS, considerando os registros observados, não teria esgotado toda a potencialidade educadora e transformadora de apontamentos como esses ilustrados na figura 9. Mesmo trazendo elementos significativos para se começar a construir um consenso na direção de negar o modelo de desenvolvimento hegemônico, isso não foi alcançado. Todavia, aqui se reconhece como mais uma evidência de contribuição da EA. Ao inspirar-se no conjunto do pensamento gramsciano a EA pode se pautar também por aprofundar as reflexões e análises a respeito dos apontamentos feitos, de forma a qualificar politicamente a capacidade de compreensão em perspectiva crítica e a construção de consensos (tanto em termos de apreensão da realidade, quanto de projeto societário necessário) que teriam na estratégia da incidência política uma forma para sua materialização e, assim, conquista de posições.

De todo modo, é possível reconhecer que teria havido um deslocamento de compreensão aproximado à ideia de “Catarse” apresentada por Gramsci. Se “Catarse” se caracteriza por um movimento não só de elevação – em termos qualitativos – da organização do pensamento que sustenta a compreensão da realidade, mas também pelo reconhecimento das diferenças entre aparência e essência de algum fenômeno, isso ocorreu na experiência da ação de EA examinada. Não teria ocorrido, nem com esforço de aproximação, aquilo que a categoria “Catarse” também traz, em termos de emancipação política, ou seja, o deslocamento da consciência de “classe em si” a “classe para si”, ao menos entre aqueles grupos subalternizados.

Definidas as causas consideradas críticas pelos presentes à oficina da segunda rodada de encontros da FS, os trabalhos se pautaram por outro mapeamento, com base no resultado anterior. O mapeamento de agentes sociais relacionados às causas críticas do problema priorizado promoveu a identificação de atores presentes no território de influência da UC que, na visão dos participantes, contribuiriam tanto para a existência das causas críticas como para seu enfrentamento e eventual superação.

A finalidade de tal mapeamento é buscar reforçar a compreensão da UC integrada a um território que, por mais abstrato que possa ser, sugere que há condicionantes externos às UCs que interferem negativamente em seus objetivos de conservação. Em suma, tais condicionantes envolvem agentes sociais dispostos no território, relacionados direta ou indiretamente com os problemas de fiscalização. Para esta atividade, a técnica escolhida foi o ‘Diagrama de Venn’. Inspirada por seu uso diante da ‘Teoria dos Conjuntos’, do campo da Matemática, a técnica quando aplicada num contexto de Ciências Sociais subsidia a reflexão sobre conjuntos de pessoas (ou, no caso, grupos sociais, instituições, entidades, órgãos públicos etc.) e suas relações; entre si e com as causas em questão (SÃO PAULO, 2014: 112).

Citando Faria (2006), o relatório afirma que o uso da referida técnica de mapeamento viabiliza a identificação e registro de diferentes agentes sociais e suas inter-relações em determinado território de maneira exploratória, permitindo uma visão geral das conexões entre diversas organizações e grupos sociais. Mais uma vez, uma simulação visou ilustrar e preparar a equipe da FS para conduzir a oficina, demonstrada na figura 10.

Figura 10 - Simulação do mapeamento de agentes sociais tendo como causa crítica “hábitos culturais de grupos sociais da região”

Fonte: São Paulo (2014)

No diagrama exposto pela figura 10 cada círculo representa hipoteticamente um grupo social, tendo ao centro a causa crítica. O tamanho dos círculos demonstra o poder político a ele atribuído, sua capacidade de atingir seus objetivos politicamente estabelecidos. A distância entre os agentes sociais e a causas ilustram o grau de contribuição dos agentes à existência da causa em tela. As linhas e distâncias entre os

Nota-se, a partir da figura 11, que a causa da extração do palmito Juçara estaria na precarização das condições socioeconômicas das famílias da região onde se estabeleceram UC de proteção integral de maneira divorciada de agendas de políticas públicas voltadas a formas alternativas de geração de trabalho e de renda em um paradigma alternativo ao modelo de desenvolvimento hegemônico (predatório e acumulativo em capital).

Isso demonstra que, antes de se compreender como uma análise situacional já razoavelmente conhecida, trata-se de um deslocamento no entendimento sobre o que é aparência nos problemas à proteção da biodiversidade e o que viria a constituir sua essência. Ou seja, para se proteger especialmente a espécie *Euterpe edulis* (Palmeira-Juçara), é preciso muito mais do que fiscalização repressiva ou prevenção pela via da vigilância. Embora sejam estratégias fundamentais de proteção, estaria aqui uma evidente demonstração de insuficiência. Para se proteger a biodiversidade é preciso enfrentar o que motiva o fenômeno da extração de uma espécie bastante ameaçada.

Além disso, o diagrama da figura 11 demonstra que há uma rede de agentes sociais associados à causa tratada como crítica. Alguns dele que demandam ações, a partir do Conselho, voltadas à formulação ou efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento e viabilização de alternativas de renda aos grupos sociais mais vulneráveis, identificados com o problema priorizado.

Esse mapeamento configura uma evidência de contribuição da EA para a articulação política entre agentes sociais que se identificam enquanto classe social e adesão a um consenso acerca da análise sobre a problemática socioambiental. Aqui se observa o potencial de diálogo com categorias como a de “Partido” conforme as aproximações realizadas no capítulo um desta tese.

O terceiro momento da FS

O que marca a passagem do segundo para o terceiro momento da FS é uma possível virada no papel do Conselho como espaço de gestão de UC. Até aqui as reflexões, diálogos e tomadas de posição dos participantes se dirigiram a construir uma leitura da realidade em perspectiva crítica e complexa, um discurso sobre a problemática socioambiental que afeta as UC a partir da priorização de um problema que demanda esforços de fiscalização ambiental. Nesse terceiro momento, os encontros dedicados a concluir o percurso da FS passam a se dirigir ao desenvolvimento, também

coletivo, de uma agenda a ser realizada tendo como ator político os Conselhos gestores, já não mais restritos exclusivamente a seus conselheiros.

Os encontros relativos a este terceiro momento da FS se abriram com algumas palavras do cineasta argentino Fernando Birri (1925-2017), talvez mais conhecidas por falas do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015), sobre a utopia. "A Utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a Utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar".

A terceira rodada de encontros teve sua dinâmica também marcada pelo caráter de oficina de trabalho, na qual os participantes tiveram como objetivo geral desenvolver formas de enfrentamento das causas eleitas no encontro anterior e, assim, trabalhar uma agenda dos Conselhos no sentido de também abordar os problemas de fiscalização ambiental. Os objetivos específicos deste terceiro momento da FS foram: 1) definir situação objetivo em relação a cada causa escolhida; 2) definir modos de enfrentamento das causas observadas e escolhidas; 3) construir quadro de ações; 4) definir tópicos do plano de ações (SÃO PAULO, 2014: 119)

Tendo como acúmulo a definição de causas críticas de um problema priorizado pelo conjunto de participantes das oficinas anteriores, os trabalhos se dedicaram à construção de agendas de enfrentamento das causas dos problemas de fiscalização. Essa compreensão estende o entendimento sobre prevenção. De simplesmente monitoramento e vigilância para que ninguém cometa infrações porque está sendo observado, para a demonstração, construída pelo diálogo e por tomadas de posição legitimadas pelos Conselhos de UC, de que prevenir também significa compreender e atuar sobre as motivações das pressões sobre as UC.

Segundo publicação¹⁵⁷ sobre o método consolidado da FS, para a construção dessa agenda, os passos dados pelos participantes na FS foram: 1) definição de uma situação ideal para cada causa crítica; 2) definição de ações a ser realizadas para se caminhar na direção da situação idealizada; 3) apontamento de uma meta para cada ação, que demonstre que, uma vez alcançada, sugira que se caminhou concretamente no sentido pretendido; 4) indicação de agentes sociais a ser articulados, mobilizados ou configurarem como interlocutores a quem as ações seriam remetidas; 5) detalhamento de cada ação, com justificativa, procedimentos, responsáveis e prazos (SÃO PAULO, 2017).

¹⁵⁷ "Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades de Conservação: um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva".

A figura 12 demonstra resultado simulado da função cumprida pela síntese da análise situacional que marca os momentos 1 e 2 da FS diante do trabalho característico do momento 3.

Figura 12 - Representação gráfica do cenário decorrente da análise situacional (no quadro tracejado) do problema “uso e ocupação do solo no entorno da UC” (Parque Estadual da Cantareira) e de ação, meta e agentes a ser articulados na direção da situação idealizada (simulação dos educadores para preparação da oficina).

Fonte: São Paulo (2017)

Outros registros consultados, aqui tomados também como documentos na página virtual da FS, expõem mais resultados que são apresentados na figura 13. Nela estão contidas definições consolidadas no mesmo “polo 13”, ancorado no Parque Estadual da Cantareira”.

Figura 13 - Ilustração de parte de agenda construída no espaço do Conselho em oficina do terceiro momento da FS no Parque Estadual da Cantareira

Fonte: São Paulo (2018)

Ação voltada à reivindicação de plano de monitoramento de áreas de risco (acidentes geológicos).

Depreende-se a partir das figuras 12 e 13 a indicação de um papel mais político dos Conselhos¹⁵⁸, no qual se assumem como espaços de mediação e de articulação de diferentes agentes sociais atuantes nos territórios de influência das UC, observando a dinâmica desses mesmos territórios como forma de reduzir pressões sobre as UC mirando as causas complexas dos problemas que as afetam. Esse papel pode ser compreendido como potencializador da capacidade de incidência política dos próprios Conselhos, no caso de identificarem as políticas públicas relacionadas com as causas consideradas críticas.

Com base nas evidências colhidas sobre esse terceiro momento, é possível aproximá-las de categorias como “Catarse”, “Consenso” e “Partido”. “Catarse” em função do movimento que parte de uma atuação intuitiva e desorganizada na direção de outra, consciente e articulada, politicamente organizada a partir de um espaço e mirando objetivos tangíveis. “Consenso” na medida em que, no mínimo, se lançam algumas bases de um projeto de sociedade que ainda deverá ser configurado, posteriormente e dependendo da condução dessa agenda. Finalmente, “Partido”, considerando a menção feita ainda no primeiro capítulo desta tese, como frente que articula diferentes grupos sociais identificados tanto com uma classe fundamental, como também em se tratando de elaboração de contra-hegemonia e atuação política articulada.

Por fim, do ponto de vista do contexto institucional no qual essa proposta de ação de EA foi formulada, uma informação identificada é relevante. Trata-se das características registradas nos Relatórios de Qualidade Ambiental (RQA), publicados anualmente pela SMA. Em 2016 o RQA registrou a FS como ação em desenvolvimento. Em 2017 deu conta de informar que havia apenas dois polos sendo trabalhados (o 12, Estação Ecológica Bananal e o 14, Mosaico Paranapiacaba). Em 2018 se restringiu ao acompanhamento, sem expandir-se a outros polos e unidades de conservação. Em 2019 o RQA demonstrou a FS em outra movimentação, mais interna à SMA do que externa, nos territórios das UC, com o esforço de institucionalizar, via resolução SMA, uma política de ações preventivas¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Como expressão da materialização desse papel mais politizado dos Conselhos, o caso do Parque Estadual da Cantareira traz exemplo. Cerca de dois anos após a intervenção educadora nesse colegiado, uma das representações da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da capital solicitou, em nome do Conselho, o desenvolvimento da mesma metodologia no espaço do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Casa Verde-Cachoeirinha). O motivo seria a sobreposição de território deste CADES com parte da Zona de Amortecimento do PEC, numa porção crítica do ponto de vista habitacional e de pressões sobre o parque.

¹⁵⁹ Resolução SMA 123/2018, que institui o Plano Estadual de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental. Esse programa cria uma linha de atuação oriunda da FS chamada “redução de pressões:

Além disso, documento lançado em 2020 pela SIMA (atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente traz outra evidência de capilaridade e conquista de posição no debate e ações de proteção e fiscalização de UC. Entre fins de 2018 e meados de 2019 foi realizada uma capacitação para agentes públicos vinculados à gestão de UC em São Paulo. Fundação Florestal, CFA, CEA e membros da AcadeBio e do ICMBio, com mediação e facilitação de profissionais da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), desenvolveram em conjunto uma capacitação que envolveu também agentes da Cetesb, do IF e da PMA. Nela, a dimensão preventiva deu origem a um módulo completo do curso, assim como resultou em diretrizes transversais de posturas preventivas associadas à compreensão e atuação sobre as causas dos problemas de fiscalização das UC (SÃO PAULO, 2019).

São nítidos dois movimentos: 1) a redução das atividades, em um período que coincide com a gestão como secretário estadual, daquele que viria a ser o ministro de Meio Ambiente da gestão de Jair Bolsonaro, Ricardo Salles. Portanto, explícita e reiteradamente avesso à participação social, a Conselhos gestores e mesmo a qualquer preocupação ambiental; 2) o redirecionamento dos trabalhos dos educadores envolvidos: do campo para a burocracia, atuando em uma espécie de “retaguarda” visando à garantia, pela institucionalização, da possibilidade de retomada dos trabalhos em conjuntura menos desfavorável politicamente. Ainda assim, sem perder de vista a incidência direta em iniciativas identificadas com esforços de formação de agentes de proteção e fiscalização de UC.

4.2 Evidências empíricas: contribuições educadoras, socioambientais e potencialmente contra-hegemônicas

A seguir são trazidos elementos, aspectos e características da experiência analisada. Esta análise foi feita com base em registros documentais dos quais este pesquisador participou ao longo do desenvolvimento da ação de EA em tela (entre 2013 e 2014). São registros organizados em relatório, também de pesquisa, conduzida no âmbito da SMA nos dois primeiros anos da ação (SÃO PAULO, 2014). Assim, se a seção anterior contextualiza essa experiência e expõe evidências que dão conta de conformar um entendimento sobre as estratégias e táticas de educadores no interior de aparelhos na sociedade política, esta buscará apresentar evidências colhidas da execução

atuação em espaços de participação da gestão ambiental pública, buscando fomentar e qualificar a participação social para redução de pressões sobre bens socioambientais” (SÃO PAULO, 2018).

da proposta em contato com diferentes UC, Conselhos e respectivas realidades. Trata, portanto, do alcance da ação de EA.

O apêndice A da tese organiza excertos do referido relatório da FS, os analisa e aponta contribuições da ação de EA consideradas indícios empíricos¹⁶⁰ de educação em perspectiva crítica e socioambientalista. Tanto contribuições quanto desafios analisados são redigidos a seguir, em subseções sustentadas pelos referidos apêndices. Além disso, problematiza quais seriam suas potencialidades de contribuir à construção de contra-hegemonia, inspiradas nas categorias gramscianas destacadas no capítulo um. O que se apresentará como desafios, muitos decorrentes das próprias contribuições, se referem àquilo não observado na ação de EA estudada.

Os apêndices B e C dão conta, respectivamente, de organizar o tratamento e análises dados aos registros de transcrição dos depoimentos dados na forma de diálogo em grupo focal. Deles se originam outras contribuições, alcance e desafios à ação de EA no cenário de gestão ambiental também analisado. Já o apêndice D apresenta a forma como se deram os registros de observação participante do pesquisador junto a dois espaços trabalhados pela ação de EA: a realização da agenda decorrente da FS no Conselho da Estação Ecológica Bananal e com representantes dos Conselhos das UC que compõem o Mosaico Paranapiacaba.

O motivo de escolha por esses dois espaços foram: i) os dois trabalhos de FS mais maduros à época (meados de 2016 a meados de 2017); ii) representavam duas regiões importantes do ponto de vista da conservação (Vales do Paraíba e do Ribeira); iii) eram dois exemplos opostos em termos de organização: EEC Bananal constituía uma UCPI praticamente isolada no âmbito da FS (com algumas articulações com RPPN e uma APA municipal) e bom relacionamento com o entorno imediato e vizinhança bastante elitizada; Mosaico Paranapiacaba composto por diferentes UC e categorias, além de uma realidade bem mais conflituosa do ponto de vista da conservação e relacionamento das UC com as dinâmicas do entorno.

A seguir, as sintetizações são feitas a partir do agrupamento de indícios e evidências de contribuições da EA à gestão de UC com base no trabalho analisado. Esses agrupamentos receberam uma denominação, seguida de descrições e análises, empiricamente embasadas nos apêndices mencionados.

¹⁶⁰São aqui tomados como empíricos porque colhidos em investigação sobre a experiência concreta, ao longo de seu desenvolvimento.

Manutenção do espaço colegiado ativo, institucionalização da participação e representatividade do território

Observaram-se contribuições da EA no sentido de manter o espaço do Conselho ativo, mesmo nos casos em que ainda não havia sido formalizado. Também proporcionou a participação de agentes sociais sem representação formal naqueles colegiados já constituídos. Uma contribuição indireta, decorrente das anteriores, foi ampliar o grau de conhecimento da gestão das UC sobre a necessidade de haver representação de atores também associados a conflitos com essas áreas protegidas.

Tais contribuições trazem consigo desafios associados. Primeiro de manter e ampliar a representatividade – se não na representação formal, ao menos na participação nos diálogos – de grupos sociais usualmente afastados dos debates e decisões públicos. Sobretudo, aqueles agentes sociais que teriam parte nos conflitos envolvendo as UC. Segundo o próprio relatório, é evidente a distância entre a opção política da ação educadora nos campos da EA e da gestão ambiental e o que foi possível alcançar.

Os indicadores sobre participação também afastam a FS e seus resultados da proposta de gestão ambiental pública, quando esta afirma a necessidade de se buscar a integração de grupos sociais com menores recursos econômicos e políticos e afetados por decisões da gestão ambiental levada a cabo pelo Estado.

[...] Outro distanciamento revela-se com a não politização dos conflitos relacionados às causas. Nem por parte da FS, nem por parte dos participantes. A ausência de representantes de grupos sociais em conflitos com as UCs reforça esta leitura (SÃO PAULO, 2014: 218).

Além disso, a formalização dos Conselhos demonstrou ser importante condicionante ao envolvimento e comprometimento dos participantes não somente nos encontros, mas também nos desdobramentos da denominada “agenda do Conselho” (que configura um resultado tangível da ação de EA).

O tipo de trabalho de EA examinado proporcionou maior representatividade do território, mesmo que não tenha alcançado aqueles grupos sociais em condições mais vulneráveis. Mais ampliado que sua composição formal. Houve mobilização e envolvimento de setores da sociedade civil, ainda que predominando a presença do setor público. Embora o recorte da experiência analisada trate de oito pólos concluídos¹⁶¹ (de um total alcançado de 16 em 2016), observa-se esse padrão de representatividade maior

¹⁶¹ Cinco polos abrigando 14 UC diretamente e 13 indiretamente (representantes de Conselhos de UC de uso sustentável próximas e/ou unidades administradas pela esfera federal. Entre 2013 e 2016, 24 UC de proteção integral atendidas pela política de fiscalização que abrigou a ação de EA estudada, mais 23 UC indiretamente.

do setor público que demanda atenção. Ao passo que é válido por possibilitar a formação de agentes públicos e eventuais deslocamentos de compreensão sobre o sentido político de sua atuação profissional, afasta-se do intento de compartilhar os mesmos sentidos – também atribuídos às UC e aos Conselhos – com agentes da sociedade civil.

Essa potencialidade paradoxalmente corresponde a um desafio objetivo. Ao constatar que ações de EA nos Conselhos não precisam nem devem restringir-se àqueles segmentos e grupos já representados, emerge o desafio de efetivamente buscar maior articulação entre a UC e o território no qual está inserida, buscando viabilizar o envolvimento de atores da sociedade civil. Sobretudo, como já mencionado, daqueles grupos sociais mais distantes do ponto de vista político, mas mais próximos quanto a conflitos com a unidade.

Nesse aspecto a ação de EA em perspectiva crítica e orientação socioambientalista pode inspirar-se pela concepção gramsciana de “Intelectuais Orgânicos” - aos quais estariam em condição similar aqueles educadores comprometidos com grupos sociais de uma classe fundamental. Nesse cenário da conservação ambiental e da gestão de UC, seriam aqueles grupos sociais situados socioeconômica e politicamente à margem do modelo de desenvolvimento hegemônico e afetados pelo tipo de “produção de natureza” associado à criação, planejamento e gestão de UC.

Trata-se, portanto, de evidência do desafio posto a esse tipo de trabalho: a condição do Conselho quanto à sua formalização e representatividade popular com grupos sociais vulneráveis econômica e politicamente e, ainda, a existência/manutenção de educadores com esse grau de compromisso. Com a FS servindo para manter o espaço ocupado e atuando de alguma forma, o mapeamento de agentes sociais subsidia composições do Conselho, já considerando aqueles agentes desconhecidos até ali, mas associados a conflitos que estariam na essência dos problemas de fiscalização.

Com relação a esses desafios postos à EA, de seu alcance ser condicionado à formalização e representatividade, pode-se entender que é uma dependência relativa. Não impede a realização da EA nem, necessariamente, sua continuidade. No entanto, os dados empíricos em determinado polo da FS (no Polo 8 – P.E. Lagamar de Cananéia) em que teria ocorrido redução no número de participantes ao longo da experiência sugere a formalização como importante aos próprios representantes de agentes sociais da região. Embora a resposta a esse desafio não dependa diretamente da ação de EA, ele

aponta para a possibilidade de se considerar o percurso realizado como mapeamento de conflitos e agentes a eles relacionados, subsidiando um levantamento e mobilização para composição formal de Conselhos em situação semelhante.

Portanto, observa-se que a EA: 1) criou uma situação que demandou a presença de agentes sociais mesmo sem a formalização do Conselho; 2) apontou a necessidade de promover a representação daqueles segmentos e grupos sociais mais distantes não só da gestão da UC, mas também da relação com a administração pública de modo geral (caso de UC coexistentes com comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, de agricultores familiares etc.). Essa potencialidade e desafios da composição e formalização do Conselho, no entanto, dependem de responder a outra situação: a estabilidade, formação e compromisso político de gestores e gestoras de UC. Algo a ser viabilizado pela resistência contra-hegemônica nos campos ambiental e da gestão de UC, ou seja, tanto na sociedade civil como política. São desafios postos, sobretudo, aos órgãos gestores, mas também devem ser apreendidos hegemonicamente por movimentos militantes no campo da conservação.

Essa geração de demanda pela composição e formalização dos Conselhos gestores caracteriza a FS como indutora da formação de demanda ao longo de sua realização como ação de EA. O “Relatório da FS” (SÃO PAULO, 2014) também expõe evidenciada sensibilidade - à época - na direção política de médio escalão (diretores regionais) dos órgãos gestores de UC e das próprias unidades sobre esse tipo de trabalho de EA. No entanto, sem referirem-se à questão da representatividade. Há também a necessidade dessa sensibilidade obter predominância nas instituições envolvidas com a gestão de UC especificamente, sem afastar a busca por hegemonia no Estado como um todo.

Ampliação de repertórios e sentidos atribuídos às funções das UC e aos papéis dos Conselhos

Há indícios de que a EA contribuiu para ampliar o repertório dos participantes com relação às UC, sua gestão e papel dos Conselhos. Além disso, a própria EA, materializada em metodologia de trabalho com seus respectivos pressupostos teóricos e conceituais sobre gestão de UC, teria incidido em políticas correlatas, como de fiscalização¹⁶² e de elaboração de planos de manejo¹⁶³.

¹⁶² O Decreto estadual 64.132 de 2019 cria, na estrutura da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, um centro técnico de ações preventivas.

O deslocamento de compreensões sobre os papéis dos Conselhos configura-se em uma evidência do caráter educativo da FS. A valorização e apreensão do papel político do Conselho de UC aproxima a ação de EA estudada da perspectiva crítica no respectivo campo social. Isso efetivou o potencial educador do Conselho como espaço de ensino-aprendizagem, mesmo no interior de uma política de fiscalização, explorando uma contradição entre iniciativa coercitiva e sua demanda por EA. Outro traço de criticidade dessa EA localiza-se na promoção do engajamento. Mobilizou a participação atribuindo uma direção (definida coletivamente e no âmbito de um colegiado de política pública).

Aqui se observa outro ponto de contato, a ser desenvolvido, com o repertório gramsciano. A construção de um consenso com base no estranhamento do senso comum sobre o que pressiona as UC pode vir a ser o principal substrato para se explorar mais a necessária negação de um modelo de desenvolvimento predatório e injusto. O mesmo com relação ao amadurecimento do papel político do Conselho, atuando como catalisador de perspectivas críticas e articulador de contra-hegemonia e engajamento, mirando inicial e estrategicamente na regulação da vida coletiva no território de influência da UC, com a incidência em políticas públicas.

Dois dos aspectos acima destacados (ampliação do Conselho e sua promoção como agente político) possibilitam a exposição de diferentes pontos de vista sobre as questões abordadas, inicialmente como problemas aparentes, seguindo na direção de compreender suas causas estruturais. Demonstram viabilidade de problematizar os sentidos comumente atribuídos às UC, afirmando-a como negação de um modelo de desenvolvimento, partindo do senso comum que emerge de ações como a de EA analisada. Também viabilizam compartilhar o papel do Conselho como elaborador de sínteses e ator político visando a incidir nas políticas que regulam as dinâmicas territoriais.

Desses deslocamentos emerge o potencial desse tipo de ação de EA aproveitar melhor e de forma consciente a desnaturalização de um conjunto de relações sociais de produção, organizado por uma lógica insustentável de acumulação em que trabalhadores

¹⁶³ O trabalho relativo à busca por qualificar a participação social na elaboração dos planos de manejo das UC paulistas, significativamente subsidiado pela FS, proporcionou internamente na SMA a integração do órgão de EA no Comitê de Integração dos Planos de Manejo. Criado em 2016, esse comitê até 2018 não contava com a presença da EA institucionalmente. Apesar da predominância do senso comum sobre EA, de todas as dificuldades e dos bloqueios que podem ser tomados como culturais à ideia de participação social na gestão pública, trata-se de uma posição importante que, por seu turno, possibilita buscar pautar o debate sobre EA e sobre participação nas políticas relativas à gestão de UC em uma instância decisória sobre elas.

não se realizam por transformarem a realidade visando ao bem comum, mas essencialmente como consumidores. Ainda que se reconheça os limites desse aproveitamento no âmbito de toda uma cultura e um Estado hegemonicamente permeados por essa lógica em sua integralidade (sociedade civil e sociedade política), há indícios que apontam para a necessidade e potencialidade de fazê-lo, explorando contradições nas instituições e nas políticas instituídas.

Permitir e potencializar a capacidade de expressão e de diálogo de diferentes grupos, inclusive catalisando experiências anteriores, configura-se em outra contribuição da EA à gestão de UC e de Conselhos gestores, de acordo com análise anexa (Apêndice B). Qualificar e ajudar a organizar melhor, dialogicamente, o conhecimento que se tem sobre dada realidade é mais um aporte da EA.

Demonstra-se como relevante do ponto de vista político. O compromisso político buscado e a intencionalidade pedagógica do processo de engajamento, potencializam a ampliação da capacidade de expressão e de diálogo. São condições para o amadurecimento necessário à elaboração de sínteses (e horizontes, direção) que fundamentem a atuação política dos Conselhos em busca de algo que transforme aspectos da realidade apreendida.

Trata-se de fortalecer a capacidade de elaboração intelectual dos participantes – portanto, capacidade dirigente - de forma que desenvolvam leituras críticas sobre a realidade socioambiental que lhes diz respeito a partir de suas relações com as UC e desta com o território mais amplo. Com base nessas sínteses, dirigir ações políticas nos territórios de influência das UC. Tais ações políticas direcionam-se tanto à disseminação, sempre dialogada, da leitura de mundo elaborada na ação de EA, como também visando a interferir naquilo que regula a dinâmica de desenvolvimento desses mesmos territórios.

Trata-se também de mais uma evidência do caráter de EA e proximidade com o acúmulo da perspectiva crítica (definição coletiva e relativamente autônoma de rumo, engajamento e sentido político à participação naqueles espaços). Indicação também de contribuição da EA às noções i) de UC como antítese da ideia de desenvolvimento apoiado no crescimento dependente do extrativismo e do consumismo e ii) dos Conselhos como produtores de sínteses. Em suma, contribuição da EA para elaboração de contra-hegemonia na gestão de UC.

Deslocamentos de compreensão sobre o problema aparente para sua essência estrutural, inerente a um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável

Os deslocamentos de compreensão observados sobre o que seria o problema: da aparência na direção de sua essência, configura-se como outra possível contribuição da EA, ao passo que também é desafio. Observou-se na experiência analisada a necessidade, ainda não correspondida, de aprofundamento das reflexões considerando os diferentes – e escassos – tempos (dos educadores, da gestão da UC, dos Conselhos e dos participantes).

Da mesma forma que a EA parece ter contribuído à ampliação do entendimento sobre o papel do Conselho, politizando-o, deslocou compreensões sobre o que vem a ser um problema de natureza socioambiental. Ao fazer isso a EA pode contribuir para potencializar o desvelamento da essência, da estrutura desses problemas e suas sobredeterminações, passando a tomá-los como manifestações, aparências. Isso, no campo da gestão da UC, demanda delimitar as expectativas de resultados quanto à repressão. A proteção de atributos naturais e mesmo de modos de vida que “produzem natureza” de forma contra-hegemônica demanda conhecer e enfrentar o que causa os vetores de pressão às UC. Aqui, observa-se um percurso, educativo, que parte do senso comum sobre o concreto, na direção de um “concreto pensado”, identificando-se com a categoria gramsciana “Catarse” (condição seminal para se vislumbrar transformações sociais necessárias que se tornam horizonte da atuação política).

A EA subsidiou a articulação entre diferentes campos que se sintetizam na realidade concreta da gestão ambiental, em especial da sociobiodiversidade. O desafio decorrente dessa mesma contribuição é trabalhar melhor, de maneira mais didática, essa articulação entre diferentes campos que contribuem a uma apreensão mais complexa da realidade. De um prisma gramsciano a partir das categorias “Senso Comum” e “Bom Senso”, seria similar a explorar os “núcleos sadios do senso comum” para reelaborar uma compreensão crítica da problemática socioambiental. Esses núcleos sadios aproximam-se desses “pontos de chegada” alcançados pela FS (do ponto de vista de resultado educacional da ação de EA).

Registrou-se evidência da boa entrada de ações educadoras nos Conselhos de UC. Isso demonstra que o caráter de EA da FS, expresso na abordagem expositiva e dialogada sobre temas que seriam “alinhavados” ao longo dos encontros, foi bem aceito. Tal evidência também se apresenta como relevante ponto de partida para a construção

de consensos sobre o que se espera da EA no contexto da gestão de UC e mesmo da fiscalização ambiental: uma EA que tem seu sentido associado à promoção e qualificação da participação social na gestão pública da sociobiodiversidade, apontando para necessárias transformações estruturais que possui objetivos educacionais próprios e que se serve da realização de outro instrumento da política de meio ambiente para emergir problematizando a realidade socioambiental. Objetivos comprometidos com a transparência, o esclarecimento e engajamento político, conforme demonstrado no capítulo três.

Essa demonstração pedagógica – tanto para os participantes da ação, como também para dirigentes de instituições gestoras de UC - elaborada com base no diálogo, sobre a complexidade que envolve a problemática socioambiental em torno dessas áreas protegidas (bem como sua gestão compartilhada com os Conselhos) pode contribuir à consolidação de processos de EA. Itinerários formativos que trabalhem questões como o papel do Estado diante das assimetrias características de uma sociedade insustentável e de uma compreensão sobre desenvolvimento como restrito a progresso econômico/financeiro. Seja esse progresso organizado por uma lógica de acumulação privada e concentradora de riqueza, seja pelo que se convencionou denominar como “esquerda progressista”, que experimentou distribuição de riqueza menos concentradora e maior acesso a direitos sociais, mas operando em uma lógica congênere em termos de insustentabilidade (GUDYNAS, 2017; 2018; 2019; SVAMPA, 2019).

Passa, também, por noções de participação mais politizadas e a necessidade de negar um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável. Fazer isso de forma aprofundada e compreendendo que se trata de uma disputa permanente de posições e concepções sobre a realidade e as formas de lidar com elas (transformando-as) configura um desafio cuja resposta não foi identificada nos registros da ação de EA examinada. Ainda assim, seu potencial de realização foi percebido.

Houve contribuição da EA ao demonstrar a funcionalidade tanto de sua relação com a gestão da UC, como também para qualificar a atuação dos conselhos. A FS como ação educadora também contribuiu à formação de gestores pelo envolvimento com trabalhos de EA na gestão de UC. Essa contribuição, no entanto, não demonstrou ter sido bem trabalhada, ao menos com intencionalidade. Apenas percebida a partir de indícios relativos à ampliação na compreensão sobre o papel político dos Conselhos, bem como ampliação da função da UC para além de proteger atributos naturais.

O aceite da ação de EA nos Conselhos ocorreu na medida em que os educadores e educadoras ouviram os participantes a respeito da proposta e dinâmica de trabalho. A abordagem pedagógica da EA precisou ser retrabalhada para não reproduzir o que a EA crítica questiona: uma educação despolitizada, bancária e desconectada de questões cotidianas. Essa boa aceitação da FS pode ser observada como oportunidade de absorção dessa perspectiva de EA na gestão das UC e de relação com os Conselhos. Estabeleceu-se um “ponto de contato”.

A partir da já mencionada ampliação da compreensão sobre o "problema de fiscalização" para além de sua aparência, a EA reforçou uma narrativa segundo a qual a prevenção – compreendida como reconhecimento e enfrentamentos de causas das pressões às UC – tende a ser mais efetiva na proteção, além de menos desgastante com comunidades do mesmo território. Além disso, criou condições para que se revelasse, pelos próprios participantes, elementos que estariam na estrutura dos problemas de fiscalização combatidos de forma repressiva, demonstrando sua insuficiência¹⁶⁴. Por fim, a ação de EA analisada criou demanda por mais EA, se justificando no âmbito da gestão das UC.

Trata-se de uma evidência que pode ser associada ao potencial de avanço dessa perspectiva de EA no âmbito do próprio sistema ambiental, no sentido de co-formação, pelo diálogo, de mentalidades pela *práxis* de interpretar/lidar com a realidade socioambiental apreendida. Reforça a hipótese de que a EA a ser desenvolvida na gestão de UC tem condições significativas de criar situações de elaboração de contra-hegemonia. A constatação repousa na observação de que essa valorização da perspectiva preventiva pelos participantes, associada ao entendimento de que o enfrentamento das pressões à sociobiodiversidade deve se dirigir às suas causas estruturais (socioeconômicas e culturais). Tal valorização e entendimento são tomados aqui como substrato de uma EA que compartilha a UC como negação do modelo de desenvolvimento hegemônico.

Houve evidências do reconhecimento da necessidade da conservação e reivindicam uma forma de proporcioná-la: incluindo as populações locais na reflexão,

¹⁶⁴As situações criadas pela FS permitiram reflexões a partir de problemas de fiscalização priorizados. No caso da extração ilegal de Palmito Juçara, por exemplo, sua compreensão para além de sua aparência possibilitou aos agentes sociais envolvidos observar e apontar, com base no diálogo de perspectivas, questões estruturais que culminam na exploração - ilegal e insustentável - de um importante atributo natural da região, hoje em extinção. Mais especificamente, apontaram a precarização das condições de vida das comunidades vizinhas às UC no Vale do Ribeira em razão do conjunto de restrições normativas que atingiram em cheio boa parte de seus meios de vida. Ao não ser enfrentados por outras políticas públicas, não serão superados como problemas que pressionam as UC.

no diálogo e nas decisões que promovam algum modelo de desenvolvimento compatível com uma realidade de coexistência de atributos naturais com comunidades que vivem deles em modos de vidas que “produzem natureza” em outra racionalidade¹⁶⁵.

As proporções do conjunto de ações dos Conselhos¹⁶⁶ registradas no relatório de pesquisa sobre a FS sinalizam tanto uma demanda para trabalhos de EA nesses colegiados, como também abertura significativa para ações similares à FS que assumam o caráter de política pública direcionada aos Conselhos. Isso amplia a potência de ação da EA para contribuir, em perspectiva crítica, para a atribuição de sentidos às UC e aos Conselhos como os desenvolvidos e fundamentados nesta tese.

Educação Ambiental e potencialização da ação política

Um dos dados destacados no relatório da FS¹⁶⁷ aponta empoderamento relativo. Por um lado, para aprendizados que ampliam a potência de agir dos participantes em Conselhos, como maior compreensão sobre o papel desse colegiado e sobre as pressões recebidas pela UC, aumento da capacidade e oportunidade para se expressar, se posicionar e tomar parte nas discussões no Conselho e na gestão da UC. Por outro lado, a atribuição de significados à FS vinculados à articulação política e institucional, de auto-organização e capacidade de agir esteve pouco presente.

A ação de EA foi capaz de corresponder à dimensão cultural, corroborando a hipótese desta pesquisa na medida em que se tratou de EA em perspectiva crítica. Contudo, essa mesma perspectiva é fragilizada em função da experiência não ter efetivado o potencial de atuação política na apreensão dos participantes.

Aqui um desafio estrutural: a estabilidade, formação e compromisso político dos gestores e gestoras. A dinâmica de condução das UC (trocas de gestão extemporâneas), os desgastes decorrentes e mesmo inabilidade na condução dos Conselhos produziram reflexos na credibilidade de ações que visaram a instrumentalizar os próprios colegiados¹⁶⁸. Ressalta-se a importância estratégica (como apontado na seção anterior) de haver essa perspectiva fortalecida nos órgãos gestores.

¹⁶⁵Embora indique predisposição para adequação a uma normatividade instalada à revelia de muitos daqueles representantes e representados em determinados Conselhos (P.E. Lagamar de Cananéia e das UC do Mosaico Paranapiacaba), também sugere algo de síntese protagonizada pelos participantes da FS nesses Conselhos de UC no Vale do Ribeira.

¹⁶⁶Ações para melhorar a informação/comunicação dentro e para fora dos Conselhos, aumentando sua articulação, qualificação e capacidade decisória.

¹⁶⁷No gráfico 64 do relatório da FS (“Significados do processo aos participantes”, p.200).

¹⁶⁸Esse foi o caso, por exemplo, de três polos trabalhados pela FS. Na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA) em Rio Claro, nas UC P.E. Campos do Jordão e Monumento Natural (MoNA) Pedra do Baú na Serra da Mantiqueira e no Núcleo Itutinga-Pilões do P.E. Serra do Mar em

A necessidade de associar valores, concepções de mundo e mentalidades com interesses, relações sociais e entre sociedade e meio ambiente

Compreender e trabalhar as razões pelas quais os Conselhos tenderiam a reconhecer razões estruturais de ordem socioeconômica, mas optar pelo compromisso com aquelas de ordem sociocultural constituem outro desafio, também não tratado pela ação de EA observada. Identificou-se a necessidade de promover situações de ensino-aprendizagem que articulem ambas as ordens. O relatório da FS trata esse distanciamento como algo estranho¹⁶⁹. Como se configurasse uma “atuação menor” ou menos importante agir nas causas classificadas como culturais.

Esse desafio se configura como um dos mais enriquecedores, devido à possibilidade que cria de relacionar causas estruturais de ordem socioeconômica (mais relacionadas à estrutura) com aquelas tomadas por culturais (que Gramsci vincula com a superestrutura, no “Estado Integral”). Tanto Gramsci como os próprios Conselhos ensinam, neste aspecto destacado como desafio à EA, que a busca por incidir politicamente naquilo que conforma uma mentalidade, uma concepção de mundo e mesmo em uma cosmovisão hegemônicas, são estratégicas à transição para sociedades sustentáveis e contribuições significativas da gestão compartilhada de UC a partir da negação de um modelo de desenvolvimento dominante e que dirige um estado de (semi)formação cultural¹⁷⁰.

Há, ainda, o desafio de assumir a intencionalidade pedagógica dessa ação formativa, de maneira a aprimorá-la conscientemente, assumindo-a como práxis educadora. É preciso tornar mais claros seus objetivos educacionais, já que, mesmo caracterizando-se como um processo de EA com intenções próprias desse campo,

Cubatão. No primeiro caso houve troca de gestão no meio do desenvolvimento da FS e em função de um grande desgaste político entre sociedade civil, município e governo do estado. No segundo caso, as trocas de gestores foram tão frequentes que desgastou a presença de qualquer agente público nos Conselhos, mesmo que em ações de EA visando a fortalecê-los. Já em Cubatão a distância entre a gestão da UC e do Conselho e da ação de EA tiveram reflexos na qualidade da presença e participação dos envolvidos.

¹⁶⁹“O indicador que distancia as causas levantadas (socioeconômicas) e as escolhidas (culturais e vinculadas à gestão da UC e à fiscalização) sugere esse distanciamento. Os Conselhos, com base neste indicador, aparentam não observar (em princípio) seu papel vinculado à vetorização de debates públicos e mesmo de ‘vanguarda’ política no que se refere à discussão (e identificação de alternativas) sobre a problemática socioambiental do território” (SÃO PAULO, 2014: 219).

¹⁷⁰Duas evidências permitem essa análise: 1) deslocamento de compreensão sobre o que pressiona a proteção da biodiversidade nas UC (de questões pontuais e aparentes, os “problemas de fiscalização”, para questões mais estruturais figurando significativamente dentre as causas); 2) vinculação das causas estruturais escolhidas às questões de ordem cultural (valores, mentalidade, compreensão, informação, educação, comunicação).

continuou sendo subordinada àqueles do campo da fiscalização. Inclusive no entendimento dos próprios participantes.

Intencionalidade política de incidir em ações forjadas institucionalmente de dentro da “Sociedade Política”, mas orientadas por perspectivas contra-hegemônicas

Demonstrou-se um percurso da ação de EA que, tendo como uma de suas características o registro acompanhado de reflexão analítica que subsidia sua própria práxis, caminha na direção de compreender como necessária a busca por consolidar-se como política pública. De postura de revisão em perspectiva crítica de conceitos relacionados à conservação, proteção, fiscalização e EA, para a colocação da incidência nas políticas públicas (incrementando-as ou as formulando) em seu horizonte político.

Houve também, de acordo com os depoimentos, o uso do acúmulo de repertório da ação de EA observada para incidência em outras políticas ambientais. Esse expediente aparenta ancorar-se em uma práxis que, por sua natureza, também dialoga com outros sujeitos, associados a outras experiências em outros *loci* institucionais e no momento “Sociedade Civil”. Reforça a compreensão de percurso marcado pela disputa por posições nas formas de se trabalhar a EA em suas relações com diferentes instrumentos de gestão ambiental (planejamento e gestão de UC e um conjunto significativo de ações preventivas voltadas à redução de pressões sobre a sociobiodiversidade), tendo como estratégia pedagógica a participação social.

Teria havido, contudo, frustração das expectativas de efetividade da ação de EA no território, diferentemente da efetividade observada quanto à sua incidência em outras políticas ambientais. Trata-se de uma leitura de agentes públicos participantes desta pesquisa que demonstra um movimento caracterizado como uma espécie de ciclo que se pronuncia, mas não se completa. Há o estabelecimento de pontos de contato, identificação e diálogo com acúmulos anteriores à ação de EA, desenvolvidos no órgão gestor de UC. Há também o desenvolvimento de agendas comuns (como a ação observada ocorrendo simultaneamente à elaboração de um plano de manejo), consolidando expectativas, mesmo em meio a uma conjuntura cada vez mais desfavorável na gestão ambiental em geral e, especificamente, das UC.

O movimento se completa com o sentimento final – ou atualizado – de frustração, diante da não efetividade da ação educadora, por exemplo no território do polo¹⁴, que congregou as UC constituintes do Mosaico Paranapiacaba. A agenda construída pelos participantes, decorrente do desenvolvimento dialogado de uma

narrativa sobre a problemática social, cultural, econômica e ecológica que envolve a extração de uma espécie em extinção como a *Euterpe edulis* (Palmito Juçara) não foi posta em prática, senão apenas em ações iniciais, como um seminário teórico e prático regional sobre beneficiamento dos frutos daquela planta como alternativa social, econômica e ecológica. Essa frustração fica evidenciada em contribuições dos participantes do grupo focal, conforme demonstrado no Apêndice B.

Resgate institucional do órgão executor de EA do ponto de vista político, normativo, conceitual e metodológico

O órgão executor da política estadual de EA estaria emergindo de uma conjuntura de incapacidade do próprio cumprimento de suas atribuições decretadas, dentre elas a de fazer a EA permear pelos demais instrumentos da política de meio ambiente. Tal cenário teria favorecido a ação de EA tanto como catalisadora de uma demanda reprimida da EA por trabalhar com políticas públicas (não se limitando a desenvolver publicações sem práxis associadas), como também de servir como um ponto de referência, uma que vez que se inspirava em perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas já vislumbradas na CEA.

Isso teria feito com que a própria EA despontasse como estratégia política de organização, co-formação e engajamento para “Guerra de Posições”, do âmbito da “Sociedade Política” ao compartilhamento com segmentos da esfera “Sociedade Civil” do “Estado Integral”.

Há elementos na documentação consultada e segundo as interpretações expressas no Apêndice B, para se afirmar que houve a viabilização da possibilidade de ampliar quantitativa e qualitativamente o alcance dessa contra-hegemonia. Seja em função do acúmulo de aprendizados da EA, seja do diálogo da ação de EA analisada com outras experiências que compartilham valores equivalentes quanto ao apreço pela educação e participação emancipatórias.

Ao menos em termos de formação, de articulação co-formativa de massa crítica no sistema ambiental, houve um movimento estratégico na direção de conquistar espaços e posições e formar alianças internas, ainda que em sucessivas gestões governamentais adversas em termos políticos e ideológicos.

Para os agentes públicos consultados, outro resultado foi que a ação de EA conscientemente ampliou repertórios de seus próprios desenvolvedores, como decorrência de seus propósitos políticos. Houve apontamentos que evidenciam o caráter

auto-formativo da ação de EA, que pode ser projetado para o caráter emancipador não dessa iniciativa em específico, mas de ações de EA motivadas pelas mesmas buscas, de emancipação coletiva, de transformação socioambiental.

Teria havido também o aproveitamento de oportunidade condicionada pela inicial incompreensão da intencionalidade e alcance políticos da ação de EA, o que define a percepção de uma brecha proporcionada por contradições já apontadas anteriormente, vinculadas à condição de EA na fiscalização. Essa brecha, ao passo que possibilita que o trabalho se desenvolva e, eventualmente, vá conquistando alguns espaços e posições enquanto instâncias superiores hegemonicamente ideologizadas não se dão conta, também configura um desafio significativo. O reconhecimento do potencial e alcance desse tipo de ação de EA pode significar sua interrupção, caso não haja meios de incorporação, por restrições essencialmente ideológicas.

Ainda assim, aparentemente houve espaços para incorporação de narrativas – ou aspectos delas – ao longo do desenvolvimento de políticas ambientais. Conforme apontado, naquelas de fiscalização, ao estendê-la conceitualmente com a sua dimensão preventiva e institucionalizá-la. Com isso, criou-se condições mais objetivas de realização de ações educadoras em perspectiva crítica, reforçando-a como política pública.

Lacunas percebidas como desafios, não entraves ou limitações

Nos depoimentos foram apontadas lacunas não tratadas pela ação de EA que atendeu pela denominação de FS. O que pode ser tomado como limitações dessa ação de EA, pode ser também compreendido como espaços de atuação a ser desenvolvidos. Ou posições (trincheiras, fortalezas etc.) a ser conquistadas, diante de um mapeamento previamente observado e já reconhecido. O desconhecimento generalizado dos nexos entre condições materiais, subjetivas e políticas assimétricas e as pressões sobre a sociobiodiversidade transfigura-se em um campo de atuação já percebido a partir dos esforços - ainda que intuitivos - de relacionar dialeticamente a EA com o conjunto de instrumentos de gestão ambiental.

Os agentes públicos participantes da pesquisa, de três instituições envolvidas, apontaram a existência do que seria uma narrativa sobre estratégia de conservação ambiental associada à necessidade de transformações socioambientais estruturais integradas, a priori em nível discursivo, à agenda da proteção da biodiversidade e fiscalização ambiental. Tais apontamentos evidenciam a possibilidade de incidência.

Neste caso, não especificamente de uma ação de EA como a observada nesta pesquisa, mas sim da narrativa decorrente que acabou por existir (e resistir) no âmbito da fiscalização, usualmente associada como uma das principais estratégias de proteger bens ambientais e, também, comumente reduzida à sua dimensão de comando e controle.

Portanto, essa evidência configuraria um vislumbre de alcance e de horizonte desse tipo de incidência política por dentro do Estado em sentido estrito. “Alcance” porque fornece subsídios para atribuir sentidos à EA, à fiscalização e à gestão de UC, por exemplo. “Horizonte” porque reconhece que tal incorporação discursiva, por si e desacompanhada de materializações institucionais e práticas, não é suficiente para efetivar transformações necessárias (maior capacidade de diálogo do Estado e de seus agentes, menor ênfase à coerção dissociada do reconhecimento das assimetrias características de um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável).

Houve percepções opostas sobre resultados da ação de EA aparentemente condicionados pelo lugar institucional e expectativas depositadas. Naquele de fiscalização, incidência na orientação de políticas posteriores; naquele de gestão de UC, que lida diretamente com os territórios e já acumula experiências em EA e participação social, sentimento de frustração. Dois apontamentos que expressam percepções contrárias. Especialmente em relação a desdobramentos posteriores da ação de EA observada em outras políticas, como a de elaboração de planos de manejo.

Ainda de um terceiro ponto de vista, a compreensão da ação analisada e, principalmente, sua base conceitual e teórica sobre conservação e os sentidos atribuídos à EA e as funções e alcance da fiscalização. Esta, apoiada também na prevenção e exercendo papel fundante de uma reestruturação política relevante na maneira de pensar e fazer política pública do órgão governamental de EA, a CEA.

De outro, a percepção a partir de outro órgão, com maior experiência tangente à criação de UC, à participação social em sua gestão e à elaboração – também – participativa – de seus planos de manejo.

A distinção de compreensões, que adquiriu tons claros nas falas participantes do grupo focal, aparenta se remeter ao peso que uma ação de EA teve para uma instituição em comparação com um hipotético impacto que não teria ocorrido naquele órgão responsável pela gestão de UC.

Outra característica elementar das diferentes posições em relação a uma eventual influência da FS para redução de restrições à participação social se localizaria - para além de experiências anteriores no órgão gestor de UC – na maneira como a FS serviu

de lastro para a participação da equipe de educadores envolvida naquilo que se tornou uma tentativa explícita de incidir na política – então em formulação – de elaboração de planos de manejo.

Infere-se que, portanto, as diferentes percepções sobre alcance e potencialidade da ação de EA dependem da inserção institucional das pessoas envolvidas: i) fiscalização, com identidade institucional em construção; ii) órgão executivo de EA, em permanente estado de fragilização conceitual e institucional; iii) órgão gestor de UC, já com acúmulos prévios com relação à participação social na gestão pública da biodiversidade). Identificaram-se pontos que evidenciam contribuições e resultados da ação educadora nas diferentes instituições representadas na coleta de informações. E observaram-se alterações quanto àquilo que compete, inclusive, a um órgão de fiscalização. A recente criação de um centro técnico (em 2019, mas projetado em 2016) para desenvolver políticas preventivas sinaliza, no mínimo, um acréscimo no rol de competências de um órgão comumente associado a políticas de comando e controle.

Além dessa forma de se criar condições institucionais que podem configurar algumas conquistas relevantes de posições no âmbito de aparelhos da sociedade política quanto à conservação, mais um elemento apontado se refere a outra expressão institucional. A criação de um instrumento normativo, uma resolução (que manifesta um comando do responsável pela pasta), institui uma política de ações preventivas. Nela, a previsão, formal, de a fiscalização ambiental também se pautar por iniciativas de uma agenda positiva, ou seja, alternativas ao comando e controle e mais próximas da afirmação de outro paradigma com relação ao acesso e uso da biodiversidade no enfrentamento de causas das pressões que são objeto das atenções inicialmente coercitivas. Essa política deu início, no cenário de 2020, ao desenvolvimento de um programa de ações preventivas a conectar as agendas “negativa” e “positiva”, da fiscalização e do fomento à proteção da biodiversidade, respectivamente, com reconhecido e significativo aporte dos acúmulos da experiência da ação de EA aqui analisada e seus desdobramentos no sistema ambiental.

Ou seja, ao passo que se aponta à complementaridade da perspectiva preventiva àquela repressiva na proteção da biodiversidade, finca-se uma espécie de bandeira nesse território da fiscalização e da proteção em sentido mais amplo. Proteger e fiscalizar passam a ser reivindicados discursiva e praticamente como também prevenir; prevenir é disputado como desenvolver uma “contra-narrativa” quanto ao uso da biodiversidade, em associação com modelos contra-hegemônicos. Tais elementos constituirão aspectos

discursivos incorporados por personagens dirigentes, expressos em políticas instituídas e em institucionalização, é aqui compreendido como conquista de posições. E, antes de serem tomados como abstratos porque discursivos, as informações colhidas nas participações no grupo focal afirmam sua origem concreta, partida da experiência e de seus resultados organizados e publicizados, além de trabalhados internamente ao sistema ambiental.

No entanto, ao passo que em uma instituição – de fiscalização – teria havido evidências de provocação de alterações discursivas e institucionais (portanto, a priori, mais concretas), naquela instituição gestora das UC a percepção foi, como apontado, de frustração. Qualquer impacto, inclusive, estaria condicionado a uma continuidade interrompida por circunstâncias negativas do ponto de vista da direção da própria pasta, que teria paralisado iniciativas relativas à participação nos Conselhos de UC e até mesmo em atividades de EA.

No âmbito do órgão de fiscalização da SMA a contribuição da FS foi, talvez, mais efetiva, uma vez que não haveria precedentes quanto à prevenção, à participação e à EA. Já no órgão gestor de UC a importância da FS não se coaduna com uma perspectiva tida como “nova”. Na história desse órgão haveria um razoável acúmulo de experiências de EA associadas à participação social no planejamento e na gestão de UC, sendo a FS uma espécie de dispositivo metodológico e oportunidade de resgatar e atualizar tais experiências prévias.

Depreende-se que adviria disso o sentimento de frustração, configurando também um elemento importante de análise: para caracterizar-se como conquista de posições em instituições com essa característica de experiência prévias, a incorporação discursiva e estrutural não é suficiente. É preciso, sobretudo, que tais políticas se materializem “na ponta” e transformem materialmente as vidas nesses “territórios de conservação” que são as UC e entornos. Caso contrário, corre-se o grave risco de constituírem-se em movimento essencialmente burocrático em sentido pejorativo, de distanciamento da realidade. Ainda assim, teria havido uma importante incidência na formação de profissionais na gestão de UC, gestores e respectivas equipes de gestão. Diante de alguma capacidade de comunicação das características da FS no trabalho de EA nos Conselhos gestores como importante elemento preventivo da fiscalização ambiental, um movimento de capacitação em proteção e fiscalização – pensado e planejado por duas instâncias de gestão, ICMBio (MMA) e FF (SMA-SP) – incorporou

a FS tanto como em um módulo do curso, como também sua lógica de prevenção como estratégia de proteção da biodiversidade.

Já o órgão responsável pela execução da política de EA no estado de São Paulo, a CEA, traz a partir do olhar das educadoras participantes da pesquisa outra dimensão de impacto da FS. Se na fiscalização a FS contribui a um deslocamento na compreensão sobre a extensão da proteção da biodiversidade em sentido amplo, provocando frustrações no órgão gestor de UC especificamente. Na EA o impacto teria sido mais forte. Se deu como “um divisor de águas”, na medida em que teria estabelecido uma referência robusta que subsidiou a consolidação de sentidos até então conhecidos, mas sem perspectivas de adquirir materialidade em iniciativas concretas, ainda que experimentais, muito menos de políticas de EA. Depreende-se que a FS teria contribuído, a partir de uma experiência na fiscalização, com o fortalecimento de perspectivas sobre o que orienta a concepção de EA e sua relação com os demais instrumentos da política de meio ambiente.

A FS, de acordo com as análises daqueles e daquelas que, de alguma forma, a desenvolveram, teria projetado ou lançado uma compreensão sobre como a participação, além de um direito pode ser educadora e mesmo “funcional” a diferentes instrumentos de gestão ambiental (para além da fiscalização). Por óbvio, esse termo “funcional” demanda associação a uma visão de mundo, no mínimo, compatível com a expectativa de grupos sociais intervirem na formulação e condução de respostas a problemas percebidos coletiva e socialmente, na forma de políticas públicas.

É também significativo identificar que esse movimento de observar impactos e contribuições que uma ação de EA com as características da FS teve sobre diferentes instituições com as quais estabeleceu diferentes pontos de contato - induziu a criação de expectativas sobre instituições como a Polícia Ambiental.

Tida como de participação aquém do necessário ao longo da implementação da ação de EA em tela, foram criadas expectativas de que elementos da FS como abertura ao diálogo sobre o que vem a ser prevenir, fiscalizar e proteger a biodiversidade permeassem a orientação prática e concreta de um aparelho coercitivo por origem, natureza e excelência.

Essa ação de EA, circunstancialmente denominada FS e desenvolvida no âmbito da gestão de UC, carregaria algo relevante do ponto de vista metodológico, mas, principalmente, das concepções que articula. Sobre participação social, sobre a própria EA, sobre a gestão de UC e sobre conservação e a proteção da biodiversidade. E sobre o

Estado em um esforço de amadurecer uma perspectiva socioambientalista sobre seu papel. Ou, ao menos, contribuir para isso nessa práxis tomada como objeto de pesquisa para esta tese.

Embora não haja indícios ou evidências de uma ação de EA comprometida explicitamente com outros projetos societários, a FS congregaria elementos que permitem caracterizá-la, no mínimo, como estratégica. Seja para firmar a EA como processo emancipatório de tomada de consciência dialogada e organizada por agentes sociais usualmente oprimidos ou marginalizados, seja por apontar – e exigir – uma gestão pública do meio ambiente que, utopicamente, aponta para a necessidade de outros padrões de relacionamentos na sociedade e desta com o meio ambiente.

Ação de EA configurando-se em vértice de reflexões estruturantes na construção de contra-hegemonia – problemática socioambiental, concepção de Estado e projetos societários

Os participantes do grupo focal que sintetizaram as demais leituras sobre potencialidades localizando a ação de EA observada como vértice da construção dialogada de uma narrativa sobre a problemática socioambiental, a concepção de Estado e de potenciais projetos de sociedade.

O desenvolvimento consciente e dialogado dessa narrativa passa pela revisão conceitos em uma disputa por posições institucionais e no próprio campo ambiental e da conservação. E talvez, justamente, por isso, estaria chamando a atenção de personagens distintos. Ora contrários, ora favoráveis porque identificados com a mesma luta, as mesmas disputas na mesma – ainda que não tão conscientemente reconhecida – “Guerra de Posições”.

Ação de EA projetando a possibilidade e forma de materializar e trabalhar a dimensão educadora de outros instrumentos da política de meio ambiente

As potencialidades da FS, segundo os(as) participantes da pesquisa, apoiar-se-iam em uma compreensão da FS como ação de EA passível de transversalização. Ou seja, de diálogo e incidência da EA nas diferentes estratégias de gestão ambiental. Não como instrumento destas últimas, mas sim como *lóci* de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica, intencionalidade emancipatória e que estabelece um horizonte político de transformação social, reivindicando o Estado como mediador de conflitos socioambientais (aqueles com corte significativo de classe, originados ou relacionados diretamente com a regulação do acesso aos bens ambientais).

Desafio de expandir o que se pode entender como sistema de valores e ideia força apoiada na perspectiva crítica

Há desafios apontados pelos(as) participantes da pesquisa que podem ser associados à necessidade de um ganho qualitativo e quantitativo, ainda no interior de um sistema, o ambiental, no âmbito da “Sociedade Política”.

Em uma mão, em termos de buscar alcançar o maior número possível de agentes públicos em processos formativos – não formais e informais. Informais compreendidos aqui como aqueles sem intencionalidade pedagógica explícita ou programada, e não formais usualmente em iniciativas de gestão pública não escolarizada, com dimensão formativa pronunciada.

Em outra mão também de forma fundamentada, consistente e conscientemente vinculada a um sistema de valores e uma perspectiva crítica condizentes com alternativas paradigmáticas contra-hegemônicas. E isso sem perder de vista o risco de cooptação, por sua vez passível de aproximação com uma categoria gramsciana não tratada no capítulo um desta tese, o “transformismo”. Segundo Cavalluzzi (2017) trata-se de um movimento de incorporação, pela elite dominante, de quadros expoentes e elementos ativos antes adversários.

Amadurecimento de narrativas e seu compartilhamento e disseminação com intenção de incidir na realidade

A ação de EA provocou reflexões e ações que podem expressar um modo de operação aos Conselhos. Ao organizarem-se de forma já conhecida, como em grupos de trabalho, seus integrantes trabalharam para compreender em maior profundidade as questões levantadas ao longo das oficinas. Com isso amadureceram narrativas sobre o que pressiona as UC.

Desse amadurecimento surgiram dois movimentos: i) demandar do Estado o que há em suas agendas que agregue ao repertório do Conselhos e dos atores vinculados, seja como aporte de conhecimento, seja para inserirem-se em políticas em desenvolvimento; ii) compartilhar essas narrativas mais maduras com outras instâncias de regulação da vida coletiva, buscando incidir em suas orientações e mesmo tomadas de decisão.

Desafio explícito de efetivar o envolvimento de grupos sociais em situações vulneráveis, tanto na construção de narrativas sobre a problemática socioambiental, quanto, principalmente, como agentes ativos e beneficiários de intervenções políticas e socioeconômicas na realidade

Observou-se, diante de todo o exposto até aqui, que o Estado promoveu – ainda que sob condução de um determinado conjunto de agentes públicos “militantes da conservação” - um movimento com intencionalidade inclusiva, transformadora e emancipatória. Intencionalidade que se materializou conforme diferentes aspectos, também expostos anteriormente.

A ação de EA provou de uma aproximação até então inusual entre as agendas de fiscalização e de desenvolvimento sustentável do DDS (Departamento de Desenvolvimento Sustentável da CBRN). Além dessa articulação interinstitucional, a provocação à CBRN de orientar-se por respostas propositivas a questões negativas identificadas pela fiscalização ambiental, tendo as UC como pontos de referência no território.

Essas respostas positivas ligavam-se diretamente às possibilidades – normativas e tecnológicas – de uso e exploração da biodiversidade inscritas em paradigmas até certo ponto contra-hegemônicos, também resultantes de diálogos construídos entre agências públicas da “Sociedade Política” e setores da “Sociedade Civil”, incluindo setores contra-hegemônicos nas universidades.

Políticas públicas de Manejo de Sistemas Agroflorestais e para Transição Agroecológica foram disponibilizadas a agentes sociais vinculados a essa questão no território de uma das UC acompanhadas na observação participante. A intenção teria sido oferecer alternativas que pressionassem menos a unidade e, principalmente, ampliar a compreensão dos participantes em relação à importância de agregar as dimensões social e política à ideia de agricultura orgânica previamente colocada no próprio Conselho por aqueles que o compreenderam – a partir da ação de EA – como espaço de gestão estratégico à incidência em políticas públicas naquele território.

Outra fonte de pressão compreendida, no espaço do Conselho, como causa crítica (a desorganização da atividade turística no município que envolve parcela da UC observada) do problema priorizado (vetores de pressões diversos à UC), também provocou a articulação com outro espaço de gestão territorial. Agentes públicos dedicados à gestão articulada da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) foram mobilizados – pela gestão da UC, apoiada pelo Conselho - para levarem uma

capacitação de agentes sociais atuantes na área do turismo. Observou-se um esforço desses agentes envolvidos em, ao participarem do debate, agregar o envolvimento de grupos sociais em situações vulneráveis, promovendo uma atividade econômica orientada pela inclusão socioeconômica – e com isso, criar alternativas à lógica hegemônica de reprodução desse fenômeno social que é o turismo.

Contudo, identificou-se a tendência de grupos já privilegiados (social, econômica e politicamente) se apropriarem do que foi posto à disposição. Tanto nas reflexões, diálogos e encaminhamentos relativos à produção agrícola, quanto à busca por reorientar o turismo. Esses grupos já se encontravam organizados previamente e teriam consolidada a ideia de agricultura orgânica e de turismo como atividades econômicas orientadas essencialmente pela reprodução do capital em sentido estrito, pelo lucro. Eram proprietários que produziam orgânicos e “empreendedores” do turismo. Contavam, em alguns casos, com mão de obra contratada. Assim, aparentemente refratários em relação à maior complexidade da Agroecologia e do Turismo de Base Local ou Comunitária associados à Economia Solidária. Portavam-se de forma significativamente pragmática quanto à busca por certificações que agregassem valor àquilo que, eventualmente, já produziam.

Evidencia-se aqui (assim como nas ações atreladas ao ordenamento do turismo) a predominância da participação de agentes beneficiários do acesso à informação e relativo poder econômico que se expressa politicamente. Em ambas as ações a mesma tendência foi notada: apropriação e elitização, mesmo com advertências da gestão da UC e dos demais agentes públicos de que isso poderia reproduzir as sobredeterminações socioeconômicas das causas observadas.

Desafio associado aos limites impostos pelo próprio funcionamento da “Sociedade Política”, que interrompem abruptamente os trabalhos e fragilizam articulações entre setores de ambas as esferas do “Estado Integral”

A interrupção abrupta dos trabalhos em decorrência de alterações na condução da gestão ambiental no estado, expressa em medidas antagônicas aos esforços representados pela ação de EA – tanto em nível político, como institucional e administrativo, expõem um contratempo de difícil superação “por dentro” da “Sociedade Política”. Representaria toda a força da arbitrariedade possível e legitimada pela própria normatividade vigente.

Considerações finais

Espera-se que esta tese contribua, em linhas gerais, a ambas as esferas do “Estado Integral”. Ou seja, tanto àqueles agentes públicos que militam pela conservação e resistem às investidas e ataques de governos orientados pela lógica liberal, quanto também àqueles que atuam na sociedade civil resistindo, buscando e experimentando alternativas que precisam acumular forças e adquirir escala. Melhor ainda se contribuir para uma atuação consciente em ambos os momentos desse “Estado Integral”.

Ficou demonstrada a possibilidade de aproximação e diálogo - ainda que indiretos - entre agentes atuantes no interior do Estado em sentido estrito e aqueles na sociedade civil a promover vínculos políticos, conceituais, teóricos e metodológicos, desdobrados em ações de EA que materializam tais perspectivas e as retroalimentam ao incidir em políticas públicas. Essa demonstração reforça a ideia de unidade dialética nessa atuação política que se enxergaria atuando nessa totalidade.

Partiu-se implicitamente de pressupostos segundo os quais a insustentabilidade percebida hodiernamente, em diversas manifestações, é intrínseca à reprodução do modo de vida capitalista. A título de menção às bases fundamentais disso observou-se indícios em Marx e nos diferentes intérpretes recentes em seus esforços de decifrar a obra mais proeminente do pensador alemão¹⁷¹.

Os estudos que a tese organiza foram de aproximações iniciais entre categorias gramscianas e reflexões e práticas voltadas a atribuir mais sentidos às funções das UC e aos papéis dos seus Conselhos, tendo na EA uma estratégia para viabilizar tal diálogo. Funções que se somam à proteção da natureza e devem ser somadas à luta anticapitalista.

Partiu-se do pressuposto de que as UC, ainda que criadas nos mesmos marcos de um modelo predatório, podem assumir dialeticamente o sentido de negação desse

¹⁷¹ Já no livro 1 (seção III, cap. 5 e, sobretudo, seção IV, cap. 13) de *O Capital* se expõe fraturas no metabolismo relacional entre sociedade e natureza, expressa nos antagonismos devastadores e insustentáveis entre capital e trabalho, cidade e campo, grande indústria e agricultura, sociedade capitalista e natureza. A própria crítica ao fetichismo da mercadoria configura um fundamento dessa insustentabilidade, uma vez que denuncia o ocultamento dos processos predatórios de pessoas e natureza reificados. Aqui há um célebre trecho que, dentre outros, daria conta de subsidiar leituras contemporâneas de demonstrar o capitalismo como lógica por trás das causas estruturais da atual crise civilizatória. “Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais” (MARX, 2013: 702).

modelo de desenvolvimento hegemônico. Negação que aponte para a superação do modo de produção indissociável daquele modelo. Para tanto, devem contar com um sujeito político que possa sintetizar essa contradição. Esse sujeito foi aqui apontado como os Conselhos gestores. Não necessariamente por uma predileção por esses espaços, mas sim por sua relação inerente com a gestão das UC, configurando também uma relativa contradição: um espaço de participação social nos marcos de um modelo de democracia burguesa.

Buscou-se uma aproximação dialógica – conforme anuncia o subtítulo – entre a teoria política de longo alcance de Gramsci com diferentes campos sociais afetos às questões socioambientais, como o da conservação ambiental e o da EA, em um contexto caracterizado pela gestão de uma estratégia de conservação: a gestão de UC. Ao tomá-los como campos sociais, compreendeu-se – como demonstrado - que há disputas por hegemonia em seu interior. Não necessariamente em um sentido estritamente gramsciano, já que o pensador italiano trata “Hegemonia” como essencialmente vinculada à “Grande Política”. No entanto, tratar como necessária a disputa por hegemonia em diferentes campos e apontar à estratégica correlação dialética entre eles - contextualizados por uma crise civilizacional e ecológica planetária, partindo do pressuposto supramencionado - aponta a necessidade de entender que tais disputas por hegemonia em campos sociais, ainda que relacionadas e substantivas, são parciais. Precisam compreender-se como tática de acúmulo de forças em uma estratégia de projeto societário no terreno da “Grande Política”.

A tese se desenvolveu em torno de três grandes reflexões: 1) sobre categorias gramscianas úteis para se construir sua principal perspectiva teórica; 2) sobre as noções e expressões da conservação ambiental e como tendem a conformar-se, insustentavelmente, ao *status quo*; 3) a EA em sua perspectiva crítica, apta a processar e trabalhar aportes gramscianos como os da tese e direcioná-los a uma das “trincheiras” – aqui tomada como potencialmente anticapitalista: a conservação da sociobiodiversidade em sua materialização mais conhecida como Unidade de Conservação. A essas reflexões foi oferecida uma experiência concreta que tanto deu origem à pesquisa, como se tornou seu “objeto” de análise, caracterizando a práxis que envolve a investigação.

Foi tomada como referência objetiva a pergunta e respectiva hipótese, de que a EA contribui à gestão das UC tornando-as vértices de transformações socioambientais em seus territórios, inspirando-se em reflexões e práticas subsidiadas por categorias

gramscianas visando a qualificar a participação social nos Conselhos de UC. Essa qualificação se dirigiria: i) à apreensão crítica da realidade socioambiental, ii) à elaboração de perspectiva contra-hegemônica; iii) à incidência política, conclui-se que a EA contribui à gestão de UC na medida em que organiza uma perspectiva crítica na própria elaboração de sua realização como ação educadora e compartilha dessa visão de mundo com diferentes agentes sociais reunidos. Mantendo-se como processo educador que produz deslocamentos de compreensão sobre a realidade vivida, sem perder de vista a necessidade de intervir concretamente nessa mesma realidade.

Esse espaço de reunião de agentes sociais distintos tornou-se educador ao compartilhar uma perspectiva crítica sobre questões socioambientais e ao construir situações dialógicas e “co-labor-ativas” para: i) uma compreensão sintética (concreto pensado) sobre a problemática socioambiental; ii) um sentido político compartilhado tendo como horizonte incidir politicamente na organização do território.

Na dimensão empírica da pesquisa foram também observados aspectos que permitem afirmar essa potencialidade. Mas há a necessidade de se efetivar conscientemente tanto a potencialidade quanto a perspectiva gramsciana (que não esteve presente, ao menos consciente ou intencionalmente).

Quanto ao capítulo inicial, relativo ao primeiro objetivo específico da pesquisa, o referencial gramsciano serviu para dois movimentos contraditórios. Um no sentido de subsidiar de maneira significativa, consistente, uma leitura e análise da potencialidade de atuação no interior de aparelhos da “Sociedade Política” da concepção de “Estado Integral”. Atuação dialogada tanto interna como externamente com setores da sociedade civil orientados e comprometidos com “erodir por dentro” e com a utopia de superar o modelo capitalista de organização da socioeconomia, de relação com o meio ambiente e de concepção de mundo. Foi demonstrada essa potencialidade à medida que se sustentou conceitual e teoricamente e se descreveu uma experiência empírica levada a cabo entre 2013 e 2016 e que ainda “reverbera” atualmente na gestão ambiental pública estadual.

O outro movimento ocorre na medida em que o mesmo referencial dá conta de tornar claro que toda essa potencialidade não é suficiente para transformações efetivas e revolucionárias, em razão de operarem no âmbito do sistema hegemônico de regras, dinâmicas e correlações de forças preestabelecidas. Ao passo que diferentes agentes, em nome de transformações sociais efetivas, disputam o Estado de dentro dele, é preciso

reconhecer que tais agentes também são disputados pelo funcionamento e lógica hegemonicamente burguesa do próprio Estado¹⁷².

Gramsci ajuda a compreender como discursos ou narrativas dominantes nas “Sociedades Civil” e Política emplacam orientações de governo, reproduzindo a manutenção do “Bloco Histórico” e carreando a ideia de conservação da natureza consigo. Tais como as “imprescindíveis” privatizações nos anos 1990 e 2000 e o “irresistível” extrativismo que faria os países da América Latina se desenvolverem (à direita neoliberal) e que financiaria adequações na distribuição de renda (à esquerda “progressista”)¹⁷³.

Em outras palavras, contribui para reforçar a necessidade de a EA partir de alguns pressupostos, aqui tomados como básicos para atender às expectativas geradas pelas vertentes críticas de seu campo social. Um deles é compreender a necessidade de politizar o “ambiental”, relacionando-o com reflexões, análises e mesmo críticas à economia política.

Nesse mesmo exercício estratégico para uma compreensão transformadora da questão ambiental, a conservação precisa estar posicionada, tanto em termos de relação, como de opção política. Daí adviria a potencialização das UC como antítese de uma concepção e respectivo modelo de desenvolvimento atualmente hegemônicos, assim como os Conselhos como sujeitos políticos potencialmente capazes de produzir sínteses, desde que instrumentalizados por uma EA intencionalmente dirigida a isso.

Nessa linha, a EA torna-se uma espécie de trincheira ou campo de luta política. Ainda que aparente configurar uma linguagem bélica, não se restringe a ela, sendo o diálogo um recurso poderoso em termos de acúmulo de forças, principalmente. Diálogo no sentido de buscar construir consensos ou acordos visando a outra “Hegemonia”: sobre projeto societário, a socioeconomia e nossa relação com os bens ambientais.

Outra contribuição de Gramsci à EA é a tonificação do sentido emancipatório da Educação a partir de questões socioambientais, ao criar condições – objetivas e subjetivas – de se buscar compreender transformações sociais de formas não descoladas da necessidade de superação do capitalismo. E não de contemporização com um modo de produção predatório e injusto. Portanto, insustentável.

¹⁷² Como afirma Victor Neves (2020), ao comentar a “estratégia democrático-popular” dos governos petistas desde 2003 até o golpe de 2016, em diálogo com o professor Mauro Iasi.

¹⁷³ Svampa (2019: 42) denomina essa narrativa mais recente (anos 2010) como o “Consenso das *Commodities*”. Segundo a autora, aludiria “[...] à ideia de um acordo - tácito ou explícito - acerca do caráter irresistível da atual dinâmica extrativista, produto de uma crescente demanda por bens primários”.

Quanto ao que se refere às formas de atuação política observadas, a perspectiva gramsciana permite identificar – e afirmar – a existência de espaço para práxis no interior da “Sociedade Política”, devidamente em sua relação dialética com setores da “Sociedade Civil” do “Estado Integral”, identificados e alinhados com essa compreensão da imprescindibilidade da superação do capitalismo. Esse espaço para a práxis permite observar, analisar e atuar nas brechas proporcionadas pelas contradições sempre existentes independentemente de governos, reestruturações de seus aparelhos e políticas públicas.

Evidências dessas contradições podem ser encontradas desde a estrutura da SMA e da CFA, que serviram de conjuntura na qual se operaram as estratégias e táticas expostas no capítulo quatro, assim como na atual configuração conjuntural da presente SIMA (que agrega políticas de infraestrutura e de meio ambiente na mesma pasta) e CFB (que junta a fiscalização onde já havia disputa de sentidos e práticas conforme exposto nesta tese, com parte do “espólio” da CBRN, em parcela de sua agenda positiva dedicada ao fomento de outras possibilidades de acesso e uso da biodiversidade). Ainda que tenha havido mudanças na estrutura organizacional, as contradições permanecem, mantendo, com elas, os mesmos espaços para a práxis.

No capítulo dois - decorrente do segundo objetivo específico proposto - fez-se necessário reforçar, na contextualização da política ambiental e de criação de UC aqueles elementos tidos como associáveis ao bloco histórico que resulta do quadro de hegemonia do pensamento utilitário e economia liberal (quanto à livre exploração de bens ambientais e do trabalho humano), produzindo desequilíbrio ecológico e injustiça social. Se destacou elementos substantivos – já conhecidos - à compreensão de sentidos atribuídos às UC, boa parte ainda alinhado a uma retórica idealista de reserva natural e preservação de algo externo às sociedades e suas dinâmicas políticas e históricas, dialogando com o que Pisciotta (2019) reconheceu como “paradigma da ciência moderna” no campo da conservação. Ainda que reconhecendo esforços e conquistas históricos expressos na normatividade vigente (como a previsão no SNUC de categorias de uso sustentável), se expôs que esse paradigma de ciência moderna ainda é hegemônico e que, no entanto, existem elaborações – disputando hegemonia nesse campo social - apoiadas na necessidade de problematizar o modo de produção e modelo de desenvolvimento dominantes.

A política ambiental precisaria ter (ou tornar) mais claros seu(s) projeto(s) societário(s) – para além de encerrar-se numa agenda negativa, de tentativa de controlar

um modelo de desenvolvimento dependente da própria perspectiva de expansão ilimitada. Em um quadro de reprodução do capital pela normatividade vigente, isso configura tarefa com inúmeros percalços que variam entre a inviabilidade e os limites postos pelo pensamento hegemônico.

Dado o grau de desigualdade econômica e política em sociedades capitalistas – especialmente em países periféricos – no que tange às questões ambientais é possível observar expressões dos elementos “consenso” e “coerção” da categoria “Hegemonia”. No que se refere às normas, é usual que se afirmem como instrumento de coerção de políticas ambientais a grupos sociais politicamente mais fracos – ou subalternizados. Decorrem de um consenso em torno do modelo de desenvolvimento, uma vez que políticas ambientais tendem ao alinhamento e, conseqüentemente, à “não busca” por superar o modelo hegemônico, retraindo-se a aspectos considerados “técnicos” das questões ambientais. Portanto, fazendo o possível para proteger atributos naturais quando – e se – for viável econômica e politicamente nos marcos do próprio capitalismo.

De maneira sintética, a coerção pela norma torna-se aguda em relação a grupos sociais em situações vulneráveis. Principalmente quando desacompanhada de alternativas socioeconômicas. Àqueles da “Sociedade Civil” com maior concentração de poder econômico e político (maior capacidade de organização, influência econômica e incidência política, com representantes diretos na esfera da “Sociedade Política”), a coerção é ponderada. É como se agentes da administração pública, mesmo que preocupados tecnicamente com a conservação de atributos naturais, mas partindo de uma adesão – ou, no mínimo, do reconhecimento e resignação – a um consenso generalizado sobre o modelo de desenvolvimento predominante, ponderam no uso da coerção¹⁷⁴. Quando isso não ocorre, observa-se uma reorganização de forças no sentido

¹⁷⁴ Essa constatação, advinda da pesquisa à luz das categorias gramscianas, tornou-se mais nítida para o pesquisador em seu envolvimento profissional com o desenvolvimento de planos de manejo de UC estaduais. Observou-se um padrão em reuniões de um colegiado “técnico” segundo o qual o tom da normatização era modulado em função do poder econômico e político do grupo a ser “atingido” pelas normas incidentes sobre determinado território no entorno de UC. Grupos vinculados ao agronegócio, à mineração ou ao extrativismo em geral, por sua capacidade representativa em colegiados de gestão ambiental pública e econômico-política em gabinetes da administração pública, condicionavam – indiretamente – ponderações sobre o “grau” de restrição de suas atividades. Esse processo assemelha-se a uma auto-censura baseada em um consenso tácito. Ainda que não haja concordância com o que representam tais grupos em termos de interesse e paradigma de desenvolvimento, no mínimo se reconhece sua força e, assim, o reproduz, evidenciando que não haveria uma clivagem entre Estado “*strictu sensu*” e sociedade civil, mas sim interpenetrações. Em outra síntese, trata-se de decisões técnicas sob ângulo nitidamente político; ao passo que decisões obviamente políticas, com grande esforço de fundamentação técnica.

de alterar a normatividade em favor de interesses sempre privados e de acumulação de capital.

Diferentes campos sociais e espaços instituídos foram, nesta tese, problematizados com relação a uma eventual naturalização nas atuais configurações. Foram, portanto, abordados dialeticamente (simbólica e materialmente). Expôs-se as UC como estratégias de negação anticapitalista e superação do modelo de desenvolvimento hegemônico¹⁷⁵, na sequência da identificação da dinâmica de atribuição de sentidos a elas e observação da possibilidade de disputar e materializar outros sentidos, contra-hegemônicos. Os Conselhos como espaços a ser ocupados estendidos para além de suas cadeiras.

A “Sociedade Civil” e “Sociedade Política” como arenas nas quais se disputa hegemonia tanto na forma de compreender a realidade, configurar horizontes utópicos e alinhar estratégias de como caminhar em sua direção, dialogando com aquelas apontadas por Erik Olin Wright (2019) para “erodir” o capitalismo: domesticá-lo, desmontá-lo (por dentro do Estado), resistir a ele e realizar experimentos que simbolizem fuga, mas ao tempo apontem alternativas concretas no âmbito da sociedade civil.

A transformação socioambiental dificilmente virá de mudanças de postura que se limitem à tecnologia que classes dominantes podem vir, eventualmente, a assumir. Essa limitação não permitiria alcançar a superação da injustiça nas relações sociais de produção entre homens e mulheres. Portanto, não eliminaria – nem reduziria dignamente – as causas da pobreza e da relação predatória com o trabalho e a biodiversidade.

Com base na sugestão de Martinez-Alier (1997) de que é nas classes subalternas que se encontra terreno fértil para o ambientalismo e formação de ambientalistas, infere-se que os processos formativos que visem contribuir a transformações socioambientais não devem esperar, sem tensionamentos e incoerências, sua inserção tranquila em um modelo que exclui grupos subalternizados/silenciados e degrada condições de reprodução da vida em sentido amplo, em nome da reprodução ampliada do capital. Não haverá convites ou mesmo espaços conscientemente cedidos a essa concepção de EA

¹⁷⁵ Essas configuram, por óbvio, uma das estratégias possíveis, já que as UC e respectivos territórios não pairam, conceitual nem territorialmente, acima das dinâmicas desse mesmo modelo. Não estão “descoladas”, em uma realidade à parte. Contudo, demonstrou-se que podem catalisar, potencializar e materializar processos de resistência anticapitalista, assim como de alternativas concretas que deveriam ganhar escala.

em governos assumidamente liberais ou mesmo em um Estado burguês. Contudo, a dinâmica do capital e suas expressões reprodutoras nesse mesmo Estado, governo após governo, produzem e reproduzem contradições a ser tomadas como brechas potencialmente exploráveis.

Esses processos educadores socioambientalistas devem, pois, apresentar-se como estratégia inspirada na noção gramsciana de construção de “Vontade Coletiva”. Fazer isso a partir de espaços sociais e políticos concretos (tais, como nesta tese, são tratados so Conselhos de UC e colegiados de políticas públicas em sentido amplo). Uma vontade que é coletiva não somente por juntar indivíduos, mas sim porque também articula lutas, segmentos e frações da classe social composta por aqueles que dependem de sua força de trabalho. Uma vontade dirigida pelo consenso coletivamente partilhado na elaboração a partir da práxis, orientado por questões socioambientais contemporâneas problematizadas a partir de uma perspectiva crítica ao capitalismo como modo de produção e de organização da vida no planeta.

Diante do exposto, o capítulo três traz mais um campo social – o da Educação Ambiental - também repleto de disputas simbólicas e materiais, acompanhadas de substantiva potência política. Assim, a EA inspirada em Gramsci é portadora de alternativas contra-hegemônicas, colocando-as em discussão à luz da compreensão/leitura crítica da realidade apreendida nos processos formativos. Nesse capítulo já se expõem resultados de pesquisa em sua dimensão teórica: contribuições do repertório gramsciano à EA.

Para tanto, entendeu-se necessário e relevante percorrer um itinerário eventualmente conhecido sobre o campo da EA, desde alguns marcos históricos até as vertentes que definem esse campo social abordado na pesquisa. O motivo foi, além do esforço didático àqueles que desconhecem o campo, demonstrar essa pluralidade e como há, por um lado, contra-hegemonia a partir de reflexões e práticas. Por outro, o desafio de torná-la cada vez mais material, sobretudo em termos de escala.

Essa EA contra-hegemônica parte do reconhecimento de que a participação política é educadora, mesmo que, a priori, sem intencionalidade pedagógica, de maneira informal. Contribui, portanto, para realçar dimensão educadora reconhecida e trabalhada, qualificando essa mesma participação a partir do diálogo do senso comum preexistente e seus “núcleos de bom senso” com ferramentas e perspectivas críticas sobre a realidade. Ao fazer isso, assume o compromisso político da intencionalidade pedagógica, o que permite a escolha consciente pelo referencial crítico.

Para fundamentar a ideia de contra-hegemonia como sentido prático, histórico e político a ser atribuído à EA, buscou-se a compreensão de diferentes categorias gramscianas. A razão se deve à complexidade e totalidade de seu pensamento. Seria insuficiente tratar de contra-hegemonia a partir da apreensão de apenas uma categoria diretamente associada, descolada das demais trazidas a esta tese.

Identificou-se, contudo, contradições, incoerências, distanciamentos, insuficiências do horizonte proposto pela tese à EA - a incidência em políticas públicas - em relação ao aporte gramsciano. Este, embora se caracterize como valorizando a dimensão cultural e abstrata da unidade dialética da práxis, mantém-se revolucionário. O horizonte da incidência em políticas públicas pode ser considerado curto frente ao alcance da teoria política de Gramsci, já que a aposta desse horizonte ainda pode se limitar à normatividade vigente.

A ação de EA analisada na pesquisa aponta para questionamentos às políticas que reafirmam e reproduzem desigualdades, injustiças e galvanizam a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico. Pode ser potencializada pela tomada de consciência de seu alcance, desde que subsidiada por contribuições da EA em perspectiva crítica inspirada por categorias gramscianas, o que possibilitaria, no mínimo, questionar o capitalismo em sua forma contemporânea: neoliberal e financeirizada.

Ainda que de forma aproximada em termos de proporções e eventuais equivalências, tornou-se evidente que o repertório gramsciano contribui efetivamente para politizar e dar sentido a essa politização no campo da EA, tanto em se tratando de práticas, como também em relação àquilo que dialoga de maneira práxica com ela.

A EA pode contribuir para “ambientalizar” essa Educação que se assume como política e comprometida com determinados valores que conduzem a uma outra moral e outras demandas éticas, tanto quanto subsidia a atualização necessária nos seguintes termos: além das contradições entre capital e trabalho, é preciso – e urgente – tratar daquelas entre capital e natureza.

A EA tem a contribuir com o campo ambiental - e, tomando-se o recorte desta pesquisa, em especial com o da conservação pela via da gestão pública da sociobiodiversidade - na medida em que subsidia o desenvolvimento e reforço de uma mentalidade associada a um posicionamento político, ambos em relações de reciprocidade com ações materiais de intervenção na realidade. Essa práxis, por seu turno, ocupa lugar destacado, crítico, ativo e consciente diante dos conflitos

socioambientais produzidos em decorrência da agudização na relação de sociedades guiadas por expressões mais contemporâneas do capitalismo (manifestadas, na América Latina, pelo neoextrativismo) com os diversos biomas e ecossistemas.

Ao cumprir essa contribuição à gestão de UC a EA, portanto, fornece sentidos à atuação dos Conselhos gestores, incrementando reflexões e ações relativas à sua composição, dinâmica e atuação nos respectivos territórios. Ao consolidar sentido político contra-hegemônico às UC e seus Conselhos, a EA assume papéis, também, no âmbito da disputa por hegemonia no momento “Sociedade Política”.

O que se pode compreender por campo ambiental contra-hegemônico passa pelo reconhecimento da urgência de negar de forma consciente, consistente e organizada um modelo de desenvolvimento que demanda uma formação social e uma expectativa de crescimento insustentáveis e injustas. E, para além de negar, construir alternativas também contra-hegemônicas em nível estrutural.

Tomando o Direito e, especialmente, o Direito Ambiental como expressões superestruturais da formação social atualmente hegemônica¹⁷⁶, vale a indicação de configurarem como objetos de estudos e análises em perspectiva gramsciana. Sobre o quanto e como expressariam o pensamento hegemônico para além da naturalização de contradições tidas como “insuperáveis” (porque naturais) entre capital e trabalho, indo na direção também daquelas entre capital e natureza.

No capítulo quatro, direcionado pelo terceiro objetivo específico da investigação e dedicado à dimensão empírica desta tese, verificou-se que parte significativa dos problemas priorizados no âmbito da ação de EA podem ser associados à esfera político-administrativa local (municípios). Isso aproxima significativamente a atuação dos Conselhos – e a partir deles – aos seus agentes na sociedade política e na sociedade civil.

Olhar para Gramsci – e mesmo para a EA – a partir do enfoque dado às UC tende a reduzir o alcance estrutural de seus subsídios e contribuições, respectivamente. Já quando a remissão é ao campo da conservação, alinhado a outras frentes de resistência ao capital, amplia-se esse alcance na direção da necessidade de haver uma oportunidade histórica de servir como um dos referenciais civilizatórios, desde que não aponte à reprodução da mentalidade e decorrente modelo de desenvolvimento que gerou a emergência do campo ambiental e da conservação.

¹⁷⁶ Como já advertia Friederich Engels em texto com Karl Kautsky sobre o “socialismo jurídico” (ENGELS; KAUTSKY, 2012).

Ou seja, desde que o próprio campo se configure em um polo de resistência ao capital. E as UC podem ter um significativo papel nisso, ao materializarem a negação desse modelo injusto e insustentável. Unidades de Conservação como polos de reorganização da cultura, como unidade dialética entre simbólico e material, abstrato e concreto, superestrutura e infraestrutura, teoria e prática.

Alguns aspectos são destacados quanto ao desenvolvimento de condições práticas para a EA contribuir à gestão de UC e de Conselhos. Das evidências coletadas no levantamento sobre o contexto no qual se desenvolveu a EA na gestão de UC (a partir da fiscalização ambiental), emergiu a necessidade de identificar e estabelecer dois planos, um em nível estratégico e outro tático.

O primeiro é de médio e longo prazos, visando a conquistar posições. Sejam espaços institucionais, instrumentos etc., sejam aspectos que fortalecem uma narrativa ou discurso sobre EA, sobre conservação e gestão de UC no âmbito da “Sociedade Política”. E mesmo posições que promovam e reforcem aproximações e diálogos profícuos com setores da “Sociedade Civil” comprometidos e engajados com transformações sociais em diferentes áreas. Preferencialmente, conquistar posições em ambas as esferas.

O segundo é mais dinâmico, opera no curto prazo e é circunstancial. É subordinado às condições concretamente postas pela realidade. Portanto, deverá ser relacionado a situações percebidas e compreendidas a cada momento. Tratará das movimentações de operacionalização das estratégias observadas como viáveis e necessárias para efetivar o potencial de EA a contribuir para apontar as UC como antagônicas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Da experiência analisada sobressaem algumas estratégias: i) disputar espaço institucional a partir de uma perspectiva contra-hegemônica nos campos da EA, da conservação e do papel dos Conselhos; ii) compartilhar essa forma de compreender os sentidos atribuídos às UC e aos Conselhos com o maior número de pessoas, grupos e segmentos possível. Pela via de itinerários educadores, visando tanto a deslocar compreensões, como também a pavimentar caminhos para a ação política potencialmente transformadora; iii) perpassando as outras duas, disputar termos, interpretações de normas e políticas já instituídas e as próprias formas de organização de instituições envolvidas.

Ter buscado atribuir outros sentidos à ideia de prevenção na fiscalização ambiental, às funções das UC (inicialmente em seus territórios e para além deles) e aos

papéis dos Conselhos são exemplos dessas disputas, alinhadas a reinterpretações e ressignificações das próprias atribuições institucionais como, por exemplo, para estabelecer as relações entre EA e um setor do sistema ambiental sem atribuição de promovê-la.

Dessas estratégias emerge outra, mais identificada com o campo da EA, que não se configurou como “algo a mais” ou “à parte” da operacionalização cotidiana de qualquer instrumento da política de meio ambiente (no caso em tela, a fiscalização ambiental na gestão de UC). A EA se expressou no fazer desses outros instrumentos. Atribuiu-se sentido educador à execução da política de fiscalização associada àquela de gestão de UC. A EA se manifestou como parte da execução da política de fiscalização de UC observada.

Revestiu-se como uma estratégia, preventiva, da própria fiscalização ambiental. Com isso se potencializa um inicial desequilíbrio naquilo de senso comum que existe no que tange à conservação ambiental, à proteção e à fiscalização em UC. Abre-se a possibilidade de se consolidar à medida em que o trabalho se desenvolve e presta contribuições à gestão das UC e dos Conselhos, além de subsidiar a própria fiscalização em sentido estrito, podendo redirecioná-la.

Além disso, a participação de agentes públicos operadores das políticas de EA na pesquisa evidenciou a relevância desse tipo de ação educadora para referenciar mudanças estruturais na instituição responsável por essa agenda na gestão ambiental. Uma disputa que, apesar da correlação de forças desfavorável, se mantém como uma espécie de resistência, segundo a contribuição dos agentes públicos participantes na intervenção e nesta pesquisa. Educadoras atuantes na CEA, órgão responsável pela política estadual de EA, têm demonstrado apropriar-se do que seria a essência de ação de EA observada nesta pesquisa, buscando materializá-la em distintas oportunidades de ações públicas, dialogando internamente quanto às formas como a EA incide na operacionalização dos demais instrumentos de gestão ambiental públicas, tanto quanto no diálogo com a sociedade civil e outras esferas administrativas, haja visto a conquista de instituição de um colegiado estadual para tratar das políticas públicas de EA em São Paulo¹⁷⁷.

¹⁷⁷ Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, instituída pelo decreto n.º 63.456 de 2018, após mais de dez anos da Lei que definiu a política estadual. São Paulo foi o último estado da federação a criar esse tipo de colegiado, após importantes articulações e construções conjuntas entre agentes públicos das áreas educacional e ambiental e diferentes segmentos da sociedade civil.

Importante anotar que essas educadoras disputam posições no interior desse órgão. O fazem para também disputar, institucionalmente, posições no sistema ambiental e projetar-se a outros campos, associados aos demais instrumentos de gestão ambiental e outras políticas setoriais. Portanto, infere-se que além do nítido aspecto de resistência militante, trata-se de um desafio quase ciclópico¹⁷⁸, por vezes sisífico¹⁷⁹.

Da seção que tratou do contexto da experiência no mesmo capítulo, emergiram diferentes movimentações em nível tático. A consolidação de uma proposta com algum grau de consistência do ponto de vista teórico-metodológico, seguida de sua afirmação e reconhecimento no âmbito técnico-profissional-institucional imediato (departamento técnico, mais a própria coordenadoria), tornando a proposta mais institucional e menos personalizada.

A partir dessa primeira “camada” de institucionalidade, observou-se mais um movimento no plano tático: a expansão da proposta àquelas instituições operadoras de outros instrumentos da política de meio ambiente, especialmente nos campos da conservação e da gestão de UC. Além desse movimento em busca de legitimação já no âmbito de um sistema ambiental, identificou-se a criação e uso de um recurso transversal às demais movimentações. Aqui se refere à produção de conhecimento, reconhecendo que além de desenvolver e executar políticas públicas, é possível e necessário produzir conhecimento organizado e promotor de perspectivas contra-hegemônicas para subsidiar a continuidade dessa guerra de posições no Estado em sua integralidade.

Outras características emergentes dessa descrição – já contando com subsídios dos formuladores e implementadores da ação de EA examinada – se referem a seus elementos “universais” e aplicáveis, portanto, a outras situações de gestão ambiental governamentais distintas daquela que a abrigou originalmente. Distanciando-se de configurar-se simplesmente como um caso, estudado em relativa profundidade, a ação

¹⁷⁸ Relativo aos ciclopes gregos, mitológicos gigantes; trabalhadores ferreiros que forjavam os raios usados por Zeus. Aqui utilizados em analogia a esforços significativos que demandam grande energia em termos de observação, articulação, engajamento e atuação política em contexto predominantemente adverso.

¹⁷⁹ Relativo ao personagem também grego Sísifo, condenado a rolar uma grande rocha montanha acima em direção ao seu topo. Ao alcançar sua meta, devido ao cansaço e ao excessivo peso carregado, a rocha desce toda a montanha, exigindo o reinício de tudo. Vale registrar que tal condenação teria se devido à audácia de desafiar os deuses (enfrentando a morte), sobretudo Zeus. O escritor Albert Camus escreveu sobre esse mito antigo, talvez por se referir à negação em aceitar o destino como algo dado, negando-se a aceitá-lo. “[...] Sísifo é o herói absurdo. Ele o é tanto por suas paixões como por seu tormento. O desprezo pelos deuses, o ódio à Morte e a paixão pela vida lhe valeram esse suplício indescritível em que todo o ser se ocupa em não completar nada. É o preço a pagar pelas paixões deste mundo (CAMUS, 2018:138).

de EA denominada FS aparece como resgate, organização e amadurecimento de acúmulos significativos em diferentes campos: da gestão ambiental, das estratégias de conservação e sua concretude nas UC, da EA e do desenvolvimento e gestão de políticas públicas.

A ação de EA aparece, ainda e principalmente, como materialização disso tudo. Dos pontos de vistas conceitual e metodológico, apresentando-se, com auxílio desta tese, com aspectos teóricos, de modelo explicativo correspondente à pergunta de pesquisa com suporte empírico.

A observação participante proporcionou um acompanhamento ainda pouco usual nas políticas públicas: seu impacto, ou o quanto daquilo que se alcançou como resultados da intervenção (efetividade), impactou a realidade à qual se dirigiu. Esse acompanhamento proporcionou a emergência de aspectos aqui considerados extremamente relevantes, uma vez que configurariam fragilidades – uma espécie de “calcanhar de Aquiles” - que podem ser tomadas como desafios a ser superados para ampliar os impactos desejados, por sua vez fundamentados nas reflexões trazidas, indícios confirmados e potencialidades afloradas nesta tese.

* * *

Ao longo do presente trabalho buscou-se demonstrar a complexidade do objeto e tema de pesquisa que, desde a materialidade da ação de EA, configurou-se como contraditória ao contexto do qual emergiu (uma política de comando e controle). Dessa materialidade como ponto de partida, a pesquisa caracterizou-se pela reflexão verticalizada dialogando com estudos e elaborações de diferentes campos sociais que podem ser associados a ela. Seu ponto de chegada configura-se como um “concreto pensado”. Como uma análise em perspectiva (gramsciana) realizada como fechamento do percurso da pesquisa para a tese.

De maneira geral, uma resposta sintética possível à pergunta de pesquisa posta, diante do acúmulo desta tese, é que a EA pode contribuir à resignificação do sentido da conservação de porções de territórios delimitados como UC e, também, para a sua forma de gestão e relação com seus contextos. Se não uma resignificação, ao menos um reforço significativo no sentido de promovê-la e compreendê-la como antítese do modelo de desenvolvimento hegemônico. E para materializar essa contribuição, a EA deve expressar-se em formação política, em perspectiva crítica e orientação socioambientalista de pessoas e de coletivos, com a finalidade de subsidiar a elaboração

de narrativas contra-hegemônicas e organização política características de um “sujeito político” que viabilize essa condição de antítese.

Ainda assim, do ponto de vista gramsciano e já antecipado parágrafos acima, observa-se uma tendência – ou risco - iminente. De tudo isso restringir-se inconscientemente no que Gramsci definiu como “Pequena Política”. Risco de contribuir ao predomínio de um reformismo limitante e legitimador por conta de permanente assédio cooptativo. Risco, enfim, de escamotear a perspectiva revolucionária de Gramsci, de superação do capitalismo pelo enfrentamento objetivo daqueles grupos sociais beneficiários do modo de produção e modelo de desenvolvimento hegemônico.

Por outro lado, esse risco relaciona-se a um “uso” relativamente limitado – ou modesto – da perspectiva gramsciana nesta pesquisa, uma vez que, dado seu recorte (de gestão ambiental, de EA e de gestão de UC), tenha havido algo como “olhar com uma lupa” para um determinado e específico aspecto da realidade. Contudo, não se observou indicativos de baixa potencialidade, seja a partir do ângulo dessa estratégia de conservação, seja na capacidade – e necessidade – de a perspectiva socioambientalista incidir efetivamente em quaisquer buscas por superação do capitalismo em escalas mais amplas. Aí sim, tendo as UC como antíteses em potencial e seus Conselhos como espaços de consolidação de sujeitos políticos que materializam e vocalizam essa capacidade antitética.

Diante disso e a título prospectivo, aponta-se aqui para investigações similares e como continuação desta, instrumentalizadas com o ferramental oferecido por obra de autores como Nicos Poulantzas. Podem demonstrar-se politicamente relevantes, além de produzirem conhecimento válido e valioso a partir de categorias poulantzianas como “bloco no poder” constituído por “frações de classe”, dentre outras, como imperialismo (ao considerar-se o alinhamento e associação de blocos no poder a governarem o Estado – e, em decorrência, a gestão de recursos naturais - de maneira alinhada a interesses internacionais em uma geopolítica planetária). Serviriam também para se pensar na complexidade das classes sociais e respectivas “frações de classe” trabalhadas por este filósofo e teórico político, sobretudo da classe trabalhadora. Subsidiariam análises a partir do que se convencionou reconhecer como uma teoria de Estado, além de teoria política a partir do legado marxiano.

Pode-se inferir que o trabalho de EA analisado se definiu sobremaneira em disputas por posições no interior da “Sociedade Política”, no âmbito da gestão

ambiental a partir de um de seus instrumentos (UC) e seguindo uma lógica normativa intrínseca ao Estado burguês, assim como definiu-se como tendo em seu horizonte a incidência na normatividade vigente, como já reconhecido. Ainda assim, do ponto de vista da Educação e da EA, um “proto-trabalho” de base contra-hegemônico e com orientação socioambientalista em perspectiva crítica.

É preciso ter no horizonte a utopia – outra “Hegemonia” - da transformação da sociedade em sua totalidade, do modo de produção e do que se entende por desenvolvimento como condições indispensáveis para se pensar em reduções de pressões à sociobiodiversidade, buscando universalizar (outros) padrões civilizatórios.

É imprescindível atuar mirando, dialogando e incidindo também na “Grande Política”. No terreno dos projetos de sociedade, das decisões que estruturam a socioeconomia e as demais macro políticas públicas que organizam todo um país, sem deixar de relacioná-las – também dialógica e dialeticamente – com reflexões e ações em escalas maiores, como as regionais e planetárias.

Ao mesmo tempo – portanto, dialeticamente – não é possível permitir-se abdicar desse caminho que guarda o risco de aprisionar-se no terreno daquela “Pequena Política”. O motivo é que não se transformaria as sociedades nessas grandes escalas sem refletir sobre o local, sobre o agora, sem fermentar perspectivas e acúmulos contra-hegemônicos que sirvam de parâmetros éticos, padrões de relações sociais e modos de produção que não reproduzam – simbólica e materialmente – aquilo que se nega.

Reconhecer a imprendiscibilidade da “Grande Política” como terreno preferencial da disputa por “Hegemonia” em termos gramscianos não limitou, na pesquisa nem nesta tese, o uso da pretensão de disputar hegemonia em terrenos mais imediatos, ainda que com o risco reconhecido e enfrentado. Daí, portanto, o recurso à noção de campos sociais como suporte teórico tanto ao reconhecimento da importância de lutas táticas em campos sociais fundamentais para o panorama socioambiental contemporâneo de crises civilizatória e ecológica.

Disputar hegemonia em campos sociais aqui tomados como fundamentais, tais como o campo ambiental, da conservação (e gestão de UC) e da EA - torna-se estratégico para subsidiar a disputa - no terreno da “Grande Política” gramsciana, por “Hegemonia” e de projeto societário. Elevou-se o patamar desses campos sociais à mesma “estatura estratégica” de outros, tidos até hoje como mais importantes ou fundamentais, como da socioeconomia, por exemplo. A disputa por “Hegemonia” em tais campos tem seu início na elaboração dialogada e consciente de contra-hegemonia.

É preciso que essa disputa por “Hegemonia” se dê de forma educadora (emancipatória) a partir da “socioambientalização” dos demais campos que conformam projetos societários alternativos. Caso contrário há o risco de, ao não serem “socioambientalizados de forma educadora”, sua perspectiva crítica cair em armadilhas economicistas, deterministas, instrucionistas e outros mecanicismos que terminam por reproduzir padrões de sociabilidade e de relações sociais e ambientais insustentáveis cultural, econômica e ecologicamente.

Nesse percurso de disputa política, a pesquisa levantou, inspirando-se em Gramsci, a possibilidade de se pensar em “Intelectuais Orgânicos” atuando também no seio da “Sociedade Política”. Partiu-se de uma compreensão do Estado contemporâneo – em sentido estrito – mais poroso tanto às lutas sociais, absorvendo suas demandas de diferentes formas e por diversos meios, como também sendo integrado por atores identificados com tais lutas políticas. Ainda que restritos às inúmeras limitações impostas por estatutos, barreiras e mesmo ameaças, apoiam-se por vezes nos próprios instrumentos que materializam, do ponto de vista normativo, demandas politicamente colocadas por distintos movimentos sociais. São esses atores que integram espaços da “Sociedade Política” que, além de terem suas origens na sociedade civil, articulam-se e dialogam com seus segmentos produtores de contra-hegemonia, compondo coalizões em torno de ideias, concepções, projetos e políticas.

Paulo Freire já afirmou que a Educação não transforma o mundo; transforma as pessoas e essas transformam o mundo. É possível dizer que a perspectiva crítica – sobretudo marxiana – não revoluciona, por si, o mundo; mas sem ela não se revoluciona nada. Também é preciso reconhecer que se ações locais, no contexto na “pequena política” não alteram o estado de coisas da socioeconomia e da “macro política”, sem seus acúmulos – culturais, de forças e de experiências – articulados como impulsos transformadores, não se altera a realidade de forma justa e sustentável.

Referências

- ABICHARED, Carlos Felipe de Andrea; TALBOT, Virgínia (orgs.). *Conselhos Gestores e Unidades de Conservação Federais. Um guia para gestores e conselheiros*. Brasília, ICMBio, 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo, Editora Elefante, 2019.
- ABREU, Stefano Pagin Paredes de. **Transformações de um instrumento de política pública: habitação de interesse social nas Operações Urbanas Consorciadas em São Paulo**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 131p.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, jan. 2010.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro: uma nova contribuição à criticado movimento. **Ambiente e Educação**. v.8, n.1, 73-94. 2003
- ALIMONDA, Héctor. Una herencia en Comala (Apuntes sobre Ecología Política latinoamericana y la tradición marxista). **Ambiente & Sociedad** - Ano IV - No 9 - 2o Semestre de 2001.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª edição. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1987.
- ALTVATER, Elmar. ?Existe um marxismo ecológico? In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). **La teoría marxista hoy: problemas y perspectivas**. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.
- AMARAL, Eduardo Antônio R. **Parques e comunidades rurais são compatíveis?** Estudo de caso no P.E. Serrado Tabuleiro. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Florianópolis, 1998.
- AMARAL, Sérgio Silva. Meio Ambiente na agenda internacional: comércio e financiamento. **Estudos Avançados**. Vol.9 no.23 São Paulo Jan/Apr. 1995.
- AMORIM, Celeste D.; CESTARI, Luiz Artur dos S. Discursos ambientalistas no campo educacional. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 30, n. 1, p. 4 - 22, jan./jun. 2013.
- ANDRADE, Daniel Fonseca de; SORRENTINO, Marcos. Da gestão ambiental à Educação Ambiental: as dimensões subjetiva e intersubjetiva nas práticas de Educação Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 8, n. 1, pp. 88-98, São Paulo, 2013.
- ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 443 a 464.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. **Sociedade, natureza e reforma agrária: assentamentos rurais e unidades de conservação na região do Pontal do Paranapanema**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, 97p.
- BENNETT, Nathan J.; ROTH, Robin. Realizing the transformative potential of conservation through the social sciences, arts and humanities. **Biological Conservation**. v.229, pp.A6-A8, 2019.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERKES, Fikret. Evolution of co-management: Role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. **Journal of Environmental Management**. v. 90, n. 5, p.1692–1702, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301479708003587>>. Acesso em ago 16.
- BERNINI, Carina Inserra. **Guapiruvu. A produção da ‘natureza conservada’ na sociedade moderna: uma análise do Mosaico Jacupiranga, Vale do Ribeira – SP**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda. 2008.
- BIASOLI, Semíramis A. **Institucionalização de políticas públicas de educação ambiental: subsídios para a defesa da política do cotidiano**. Tese (Doutorado em Ciências). 235 fls. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2015.
- BIASOLI, Semíramis; SORRENTINO, Marcos. Dimensões das políticas públicas de educação ambiental: a necessária inclusão da política do cotidiano. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo. Vol. 21, 2018.
- BIM, Ocimar José Batista. **Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BIM, Ocimar José Batista; CAMPOLIN, Marcos Bühner. Participação social e contexto territorial na implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. **IF. Sér. Reg.** n. 54 p. 59-77 maio 2016.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol.1. Trad. Nelio Schneider. São Paulo, Contraponto, 2005.

- BOBBIO, Norberto. **O conceito de Sociedade Civil**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BONNEFOY L., Mónica. Deserción escolar em Chile: uma experiencia de incidencia desde la sociedade civil. **La Piragua**, v. 26, p. 54-60, 2007.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?** 5ª ed. Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia. Governance of protected areas: innovations in the air. **Policy Matters**. n.12: Community Empowerment for Conservation. CEESP/IUCN, Gland, Switzerland, p. 92-101, 2003.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia; JOHNSTON, Jim; PANSKY, Diane. Governance of Protected Areas, pp. 116-145. In: LOCKWOOD, Michael; WORBOYS, Graeme; KOTHARI, Ashish (eds.). **Managing Protected Areas: a global guide**. Earthscan, Londres, 2006.
- BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina da Cruz. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ci.Inf.**, Brasília, DF, v.44 n.3, p.501-513, set./dez. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 fev. 2018.
- _____. **Decreto n.º 5.758 de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP. Brasília, 2006.
- _____. **Portaria Interministerial MDA e MDS e MMA nº 239 de 21 de julho de 2009**. Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/portarias/2009/PCT%20Portaria%20Interministerial%20MDA-%20MDS%20e%20MMA%20no%20239-%20de%2021%20de%20julho%20de%202009.pdf>. Acesso em out 2019.
- _____. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais**: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade, ProFEA. Brasília: Série Documentos Técnicos, n. 8, 2006.
- BRAZ, Danielle Cristina. Análise Gramsciana do Estatuto do Partido Rede Sustentabilidade: Candidatura Cívica Independente. **V Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo**, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/9598627/An%C3%A1lise_Gramsciana_do_estatuto_do_partido_Rede_Sustentabilidade_candidatura_c%C3%ADvica_independente>. Acesso em mar. 2020.
- BREDARIOL, Celso. **Conflito ambiental e negociação para uma política local de meio ambiente**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPE, 2001.
- BRELÀZ, Gabriela de. Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: Principais Descobertas de um Estudo Comparativo entre Brasil e Estados Unidos. Anais do XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro, 2007.

- BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- BROCKINGTON, Dan. Injustice and conservation: is local support necessary for sustainable protected areas? **Policy Matters**. n.12: Community Empowerment for Conservation. CEESP/IUCN, Gland, Switzerland, p. 22-30, 2003.
- BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Letras Contemporâneas. 1994.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- BÜSCHER, Bram. Reassessing Fortress Conservation? New Media and the Politics of Distinction in Kruger National Park. **Annals of the American Association of Geographers**, 106:1, pp. 114-129, 2016.
- BÜSCHER, Bram; WHANDE, Webster. Whims of the winds of time? Emerging trends in biodiversity conservation and protected areas management. **Conservation and Society**. V. 5. N.º 1, pp. 22-43, 2007.
- CAMPOS, Gloria Goulart da Silva. O projeto do decrescimento e a centralidade da categoria trabalho: uma perspectiva ontológica. **VII Colóquio Internacional Marx Engels – GT 9 “Socialismo no século XXI”**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP), Campinas, 2012. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/7143_Campos_Gloria.pdf>. Acesso em mai 2020.
- CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. São Paulo, Record, 2018.
- CARDOSO, Mário Mariano Ruiz. **Catarse e Educação: contribuições de Gramsci e o significado na Pedagogia Histórico Crítica**. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (orgs.). **Políticas Públicas: coletânea**. Vol. 2. Brasília: ENAP, 2006.
- CARREIRA, Denise. Indicadores de incidência em políticas públicas: afinando olhares e perspectivas. **La Piragua**, v. 26, p. 79-84, 2007.
- CARTA DE BELGRADO. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crt_belgrado.pdf. Acesso em mai 2018.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Participação Social no Brasil Hoje**. Instituto Pólis. 1998. Disponível em: <<https://polis.org.br/publicacoes/participacao-social-no-brasil-hoje/>>. Acesso em: mai 2019.
- CARVALHO, Isabel Cristina de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, MMA, 2004.
- _____. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Marcos de. **O que é Natureza**. 2º ed. Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Brasiliense, 2003.

- CASTRO, Marina Pimenta Spínola. **Participação social, democracia e deliberação pública** – as experiências das Conferências Nacionais. (Monografia). 38fl. Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.
- CAVALLUZZI, Rafaelle. Verbete: transformismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- CERNEA, Michael; SCHMIDT-SOLTAU, Kai. The end of forcible displacements? Making conservation and impoverishment incompatible. **Policy Matters**. n.12: Community Empowerment for Conservation. CEESP/IUCN, Gland, Switzerland, p. 42-51, 2003.
- CHAGAS-BASTOS, Fabrício H.; ROCHMAN, Alexandre Ratner. As organizações Internacionais de Financiamento, o Meio Ambiente e o desenvolvimento Sul-Americano. **Grupo de Estudos em Direito Internacional** (UFMG). Disponível em: <http://gedi.objectis.net/eventos-1/ilsabrazil2008/artigos/dema/bastoserochman.pdf>. Acesso em: jun 2017.
- CICCARELLI, Roberto. Verbete: guerra de posição. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- CHOY, Mily. **Cómo incidir em políticas públicas**. Vol.1. Manual. Asunción, Paraguay, Fundación Centro de Información y Recursos para el Desarrollo, 2005.
- COHEN, Michael D.; MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. A garbage can model of organization choice. **Administrative Science Quarterly**. V. 17, n.1, p.1-25, 1972.
- COIMBRA, Ana Renata Borges. Permacultura como ferramenta para Educação Ambiental. In: MANESCHY, Diogo (et al.) (orgs.). **Convergências Socioambientais: Pesquisas em Permacultura, Agroecologia e Educação Ambiental**. Macaé: Editora NUPEM, 2020.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL DE TBILISI. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>. Acesso em: mai 2018.
- CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf. Acesso em fev. 2019.
- COSTA, Nátane Oliveira da (et al.). Cartografia Social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86.

- COSTA NETO, Joaquim de Britto. **A complexidade da questão fundiária nos parques e estações ecológicas do estado de São Paulo**: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário. São Paulo, Instituto Florestal, 2018.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. Trad. Anna Palma. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 12 n. 1 p. 32-40 jan./jun. 2009.
- _____. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo, Boitempo, 2011.
- _____. Verbete: catarse. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- _____. Verbete: grande/pequena política. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (orgs.). **Gramsci e a América Latina**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- CRUZ, Gisele dos Reis; FREIRE, Jussara. Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local. **CADERNOS METRÓPOLE**, n. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003.
- DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericana**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 195-216.
- _____. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). In: MATO, Daniel (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- _____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- DE FARIA, Ivani. Metodologias participantes e conhecimento indígena na Amazônia: propostas interculturais para a autonomia. In: MENESES, M. & BIDASECA, K. (Eds.), **Epistemologías del Sur**: Epistemologias do Sul (pp. 133-164). Argentina: CLACSO. Retrieved June 11, 2020, from www.jstor.org/stable/j.ctvnp0k5d.8, 2018.
- DECLARAÇÃO DE TBLISI. Disponível em: http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/EA_DocOficiais.pdf. Acesso em fev. 2019.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos anos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, jan/jun., vol 6, 1 e 2, pp. 22-29, 1992.

- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: USP/NUPAUB, 2003. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf>. Acesso em set 2019.
- DINIZ, Celina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Aula 5: o método dialético e suas possibilidades reflexivas. Campina Grande; Natal, UEPB/UFRN, 2008.
- DORE, Rosemary. Apresentação: Gramsci, intelectuais e educação. *Cad. CEDES* [online]. 2006, vol.26, n.70, pp.285-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000300001&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622006000300001>>. Acesso em ago 2019.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? 2º ed. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.
- DRUMMOND, Helena Ribeiro. Políticas de unidades de conservação no Brasil à luz do desenvolvimento territorial: considerações iniciais. **Revista Discente Expressões Geográficas**, n.08, ano VIII, p.93-112. Florianópolis, 2012.
- DUARTE, Newton. Vigotski e a Pedagogia Histórico-Crítica: a questão do desenvolvimento psíquico. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2013.
- DUMONT, Rene. **Ecologia Socialista**. Barcelona, Martinez Roca, 1980.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos Intelectuais em Gramsci. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014
- ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Vol. 2. Formação do Estado e Civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. 2ª ed. rev. Trad. Livia Cotrin e Mário Bilharinho Alves. São Paulo, Boitempo, 2012.
- ESTANCIONE, Luiz Maria Brandão. **Governança ambiental e aprendizagem social**: estudo de caso da APA Itupararanga. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ESTRATÉGIA MUNDIAL PARA A CONSERVAÇÃO. Disponível em: <[http://moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/a_estrategia_mundial_para_conservacao.doc#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Mundial%20para%20a%20Conserva%C3%A7%C3%A3o&text=Em%201981%2C%20a%20Uni%C3%A3o%20Internacional,a%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9320World%20Conservation%20Strategy](http://moodle.fgv.br/cursos/centro_rec/docs/a_estrategia_mundial_para_conservacao.doc#:~:text=A%20Estrat%C3%A9gia%20Mundial%20para%20a%20Conserva%C3%A7%C3%A3o&text=Em%201981%2C%20a%20Uni%C3%A3o%20Internacional,a%20Conserva%C3%A7%C3%A3o%20E2%80%9320World%20Conservation%20Strategy.)>. Acesso em: fev. 2019.
- FASANELLO, Marina Tarnowski; NUNES, João Arriscado; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social. **Reciis – Rev Eletrôn Comun Inf Inov Saúde**. 2018 out.- dez.;12(4).
- FERLA, Marcio Ricardo. **As territorialidades da educação ambiental no Sistema Federal de Unidades de Conservação da Natureza**. 2018, 150 f. Dissertação

- (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Dimensões Humanas da Biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VII n°. 1 jan./jun. 2004.
- FILIPPINI, Michelle. Verbete Partido. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FOLADORI, Guillermo. O Capitalismo e a crise ambiental. **Raízes**. Ano XVIII, n.º19, maio, 1999a.
- _____. Sustentabilidad ambiental e contradiciones sociales. **Ambiente & Sociedade**. Ano II, n.º5, 2º semestre, 1999b.
- FOSTER, John Bellamy. A ecologia da economia política marxista. **Lutas Sociais**. São Paulo, n.28, p.87-104. 2012.
- _____. Será a hora do proletariado ambiental? **Outras Palavras**. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/a-possivel-emergencia-do-proletariado-ambiental/>>.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli (et al.). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, n.21, p.211-259, jun. 2000.
- FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. Em torno al gobierno participativo com poder de decisión. In: _____. **Democracia em profundidad**. Trad. Alvin Góngora. Colombia, Universidad Nacional de Colombia, Faculdade de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2003.
- FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.
- FURLAN, Sueli Ângelo. **Florestas culturais, manejo sociocultural, territorialidades e água**. 2018. (29m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P3sUtXjWA5g>>. Acesso em 17 mai 2020.
- FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo, Annablume, 2002.
- GALASTRI, Leandro. Gramsci, luta de classes e a questão estrutura versus superestrutura. **Anais do Seminário Nacional de Teoria Marxista**. Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://www.seminariomarx.com.br/eixo03/Gramsci,%20luta%20de%20classes%20e%20superestrutura>>.

- 20e%20a%20questao%20estrutura%20versus%20superestrutura.pdf>. Acesso em jun 2017.
- GAUDIANO, Edgar. Otra lectura a la historia de la educación ambiental em América Latina y el Caribe. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 141-158, jan./jun. 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. Conselhos Gestores e Gestão Pública. **Ciências Sociais Unisinos**. Jan.abr. v.42. n.1. Universidade do Vale dos Sinos. Pp. 5-11. São Leopoldo, 2006.
- GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas: Democracia, Controle Social e Instituições**. 110 p. (Dissertação) Mestrado em Administração Pública e Governo da EAESP/FGV. São Paulo: 2003.
- GOUVÊA da SILVA, Antônio Fernando; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. Paulo Freire: uma proposta pedagógica ético-crítica para a Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (orgs.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo, Cortez, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 6ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. **Cartas do Cárcere**. Antologia. Trad. Carlos Diegues. Galícia, Espanha, Estaleiro Editora, 2011.
- GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GUDYNAS, Eduardo. Los ambientalismos frente a los extractivismos. **Nueva Sociedad**. Nª 268, marzo-abril de 2017.
- _____. Hasta la última gota: las narrativas que sostienen a los extractivismos. **RevIISE**. Vol 13, Año 13. abril 2019 - septiembre 2019.
- _____. **Direitos da natureza: ética biocêntricas e políticas ambientais**. Trad. Igor Ojeda. São Paulo, Editora Elefante, 2019.
- GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, MMA, 2004.
- _____. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** Campinas, Papirus, 2000.

- _____. Intervenção Educacional. In: FERRARO JR. Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005.
- HARDIN, Garret. Tragedy of the commons. **Science**, v.162, n.3859, p.1243-1248, 1968. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/cgi/content/full/162/3859/1243>>. Acesso em 13 fev. 2018.
- HATHAWAY, D. Biodiversidade e Garimpagem Genética. **Cadernos de Proposta**. ano 2 n.3 Fatheuer T.W. org. Rio de Janeiro: FASE/ SACTES. 1995.
- HOLMES, George; SANDBROOKE, Chris; FISHER, Janet A. Understanding conservationists' perspectives on the new-conservation debate. **Conservation Biology**. Volume 31, No. 2, 353–363, 2013.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.
- IBAMA. **Educação ambiental:** as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi. organizado pela UNESCO. — Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.
- _____. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama#historico>>. Acesso em 25 fev 2017.
- IERVOLINO, Solange Abrocesi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.
- IMAP Curitiba. Evelina Dagnino - **Tema: Estado Ampliado:** Para Além da Democracia Representativa. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=39cEQ3nzBWI>>. Acesso em 09 fev. 2018.
- IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, n.2, p. 89 - 96, 2006.
- IRVING, Marta; GARAY, Irene. Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: IRVING, Marta; BECKER, Bertha K. (orgs.). **Dimensões humanas da biodiversidade:** os desafios de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2006.
- JACOBI, Pedro Roberto. (org.) **Aprendizagem social: Diálogos e Ferramentas Participativas:** aprender juntos para cuidar da água. São Paulo, IEE/PROCAM, 2011.
- JACOBI, Pedro Roberto (coord.) **Aprendizagem social e unidades de conservação:** aprender juntos para cuidar dos recursos naturais. São Paulo: IEE/PROCAM, 2013.
- JACOBI, Pedro Roberto. Participação. In: FERRARO JR. Luiz Antônio (org.). **Encontros e Caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília, MMA, 2005.
- _____. Reflexões sobre as possibilidades de inovação na relação poder público-sociedade civil no Brasil. **Organ. Soc.** [online]. 2001, vol.8, n.22 [cited 2016-08-31], pp.1-31. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302001000300006&lng=en&nrm=iso>.

KAREIVA, Peter; MARVIER, Michelle. What is Conservation Science? **BioScience**. Volume 62, Issue 11, November 2012, Pages 962–969.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies**. New York: Harper Collins, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, marina de Andrade. **Metodologia Cinetífica**. 2^a ed. São Paulo, Atlas, 1992.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Introduction: understanding public policy through its instruments – from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation. **Governance**, n. 20, p. 1-22, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 21 Nº. 60. pp.43-66, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A crise ambiental e suas implicações para a educação. In: QUINTAS, José Silva (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 2. ed. rev. ampl. Brasília: IBAMA, 2002.

_____. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

_____. A resolução de problemas locais deve ser um tema-gerador ou uma atividade fim da Educação Ambiental. In: REIGOTA, Marcos (org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999.

_____. Muito além da natureza: Educação Ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C.F.B.; Layrargues, P.P. & Castro, R.C. De (Orgs.) **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez. p. 72-103. 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável**. As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo, Uruguai, Coscoroba Ediciones, 2004.

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da *advocacy*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 207, jan. 2000.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Trad. Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

- LIMA, Mário José. Reservas Extrativistas: elementos para uma crítica. **São Paulo em Perspectiva**, jan/jun., vol 6, 1 e 2, pp. 168-174, 1992.
- LIMA, Gustavo Costa Ferreira. **Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil**: emergência, identidades, desafios. Tese (doutorado em Ciências Sociais). 207 fl. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2005.
- _____. Educação Ambiental Crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.35, n.1, p. 145-163, jan./abr. 2009.
- LIPIETZ, Allain. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003.
- LOPEZ G., Félix. Escuela de incidencia politica para lideres de la sociedade civil em Nicaragua. **La Piragua**, v. 26, p. 61-65, 2007.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico**: uma abordagem política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.
- _____. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro, Quartet, 2007.
- _____. Teoria Crítica. In: FERRARO JR. Luiz Antônio (org.). **Encontros e Caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília, MMA, 2005.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda. **Educação ambiental e conselho em unidade de conservação**: aspectos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: IBASE; Instituto Terra Azul, Parque Nacional da Tijuca, 2007.
- LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972-92). **Revista da Administração Pública**. Rio de Janeiro. 29 (4): 137-53. OUT/DEZ. 1995.
- LÖWY, M. De Karl Marx a Emiliano Zapata: la dialéctica marxiana del progreso y la apuesta actual de los movimientos eco-sociales., **Ecología Política**, n. 10, Barcelona, 1995.
- LÖWY, Michel. **Ecologia e socialismo**. São Paulo, Cortez: 2005.
- _____. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n.28. Campinas: 2009, p.35-50.
- MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MAGRINI, Alessandra. **Legislação e Gestão Ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro:PPE/ COPPE/ UFRJ, 2005. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-56.pdf>>. Acesso em 17 jun 2017.
- MANN, Michael. The Autonomous Power of the State: Its Origins, Mechanisms and Results. In: J. A. HALL (ed.) **States in History**. Basil: Blackwell, 1986.

- MARETTI, Cláudio. **Áreas Protegidas, conservação colaborativa e relações sociedade-natureza**. São Paulo, 27 nov. 2019. 115 slides. Apresentação em Power Point.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**.
- MARINHO, Maurício de Alcântara. **Territorialidade e governança em áreas protegidas: o caso da comunidade do Marujá, no parque Estadual da Ilha do Cardoso (Cananeia, SP)**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, universidade de São Paulo, São Paulo, 2013).
- MARQUES, Janote Pires. A ‘observação participante’ na pesquisa de campo em Educação. **Educação em Foco**, ano 19 - n. 28 – mai./ago. 2016 p. 263-284.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MARTINEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Trad. Márcio Waldman. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **De la Economía Ecológica al Ecologismo Popular**, Montevideo, Nordan - Comunidad/Icaria, 1995.
- MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.
- _____. Gramsci, Filosofia e Educação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 13-40, jan./jun.2013.
- _____. Práxis e ‘catarsis’ como referências avaliativas das ações educacionais das ONG’s, dos sindicatos e dos partidos políticos. **Avaliação**, Campinas, v. 16, n. 3, p.533-558, nov. 2011.
- MARVIER, Michelle. New conservation is true conservation. Editorial. **Conservation Biology**. Volume 28, No. 1, 1–3, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo, Boitempo, 2007
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I** – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.
- MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Trad. Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BERHENS III, Willian W. **Limites to growth: a report for the Club of Rome’s Project on predicamento of mankind**. New York: Universe Books, 1972.
- MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, vol.IX, n.1, 2006.

- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta de Azevedo; GARAY, Irene. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, Marta de Azevedo. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio, Aquarius, 2006. p. 15-40.
- _____. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **RDE _Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano IV, n.9, Salvador, 2004.
- MELLO, Thiago de. **Mormaço na Floresta**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- MENEZES, Juliana (et al.). Diálogos entre Permacultura, Agroecologia e Educação Ambiental: reflexões e perspectivas futuras. In: MANESCHY, Diogo (et al.) (orgs.). **Convergências Socioambientais: Pesquisas em Permacultura, Agroecologia e Educação Ambiental**. Macaé: Editora NUPEM, 2020.
- MÉZÁROS, István. **O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva**. Texto lido na conferência da Cúpula dos Parlamentares Latino-Americanos. Caracas, 2001. Tradução de Paulo Maurício. Disponível em: <https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html>. Acesso em mai 2020.
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystems and human well-being: a framework for assessment**. Washington: Island Press, 2003.
- MILLER, Brian; SOULÉ, Michael; TERBORGH, J. 'New conservation' or surrender to development? **Anim. Conserv.** 17, 509–515, 2014.
- MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Trad. Fanny Tabak. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecomarxismo e capitalismo. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, EDUFSC, n.28, p.107-132, out. de 2000.
- _____. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- MOREIRA, Tereza; FERREIRA, Luiz Fernando. **A unidade de conservação e o território: Reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico**. Série Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação. Caderno 1. Brasília, ICMBio, 2015.
- MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.
- MOURA, Adriana Maria M. (org.). **Governança Ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016.
- NOSELLA, Paolo; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. A Educação em Gramsci. **Rev. Teoria e Prática da Educação**, v. 15, n. 2, p. 25-33, maio./ago. 2012.
- O'CONNOR, James. A Theoretical Introduction. **Capitalism, Nature, Socialism**, v. 1, nº 1, p.11-38, 1988.
- ORTEGA, Miguel Ángel Arias. **La construcción del campo de la educación ambiental: análisis, biografías y futuros posibles**. GuadalajaraJalisco: Editorial Universitaria, 2012.

- PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fábio França Silva. (orgs.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro**. Brasília: MMA, 2011.
- PÁDUA, José Augusto. Pensamento ilustrado e crítica da destruição no Brasil colonial. **Nomadas (Col)**. n. 22, abr 2005, pp. 152-163, Universidad Central, Bogotá, Colombia.
- PASTUK, Marília. **Estado e participação pública em questões ambientais urbanas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.
- PEDROSA, José Geraldo. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007.
- PESSOA, Fernando. **Poesia completa de Alberto Caeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014.
- PISCIOTTA, Kátia Regina. **Conservação da natureza: um espaço dialógico - reflexões do agente público sobre o sistema de áreas protegidas no Estado de São Paulo**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- PODCAST 70: a estratégia democrático-popular. Entrevistador: Diego Miranda. Entrevistados: Isabel Mansur, Mauro Iasi e Victor Neves. [S.I.] Revolushow 08 abr. 2020. Disponível em: <<https://revolushow.com/70-a-estrategica-democratico-popular/>>. Acesso em out. 2020.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2004.
- PUGA, Edgardo Alvarez. Democraci, acciones colectivas e incidencia. **La Piragua**, v. 26, p. 66-70, 2007.
- QUEIROZ, Joao S. de. Presentaciones – UICN. In: ELBERS, Jörg (Ed.). **Las Areas Protegidas de America Latina**. Situación actual y perspectivas para el futuro. Quito, Ecuador, UICN, 2011.
- QUINTAS, José Silva. Educação na Gestão Ambiental Pública. In: FERRARO JR., Luiz Antonio (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília, MMA, 2005.
- _____. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2. ed. rev. Brasília: IBAMA, 2006.
- RAIMUNDO, Sidnei. (et al.). A criação dos Conselhos Consultivos nas Unidades de Proteção Integral: estudo de caso no Estado de São Paulo. In: Fundação O

- Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga. III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. pp.223-233. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fortaleza, 2002.
- RAMOS, Adriana. Unidades de Conservação no contexto das políticas públicas. In: CASES, Maria Olatz. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Brasília, WWF-Brasil, 2012.
- RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRANCO, Evandro; BIASOLI, Semíramis. Indicadores de Políticas Públicas de Educação Ambiental: Construção à Luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da Política Nacional de Educação Ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, Número Especial, p.337-358 2018.
- RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos (orgs.). **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** [livro eletrônico] São Carlos (SP), Diagrama Editorial, 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/thaisbrianezi/docs/como-construir-pp-ebook-01>>. Acesso em abr 2016.
- REVISTA O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, MMA, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao05072011052951.pdf>. Acesso em 03 fev 2018.
- RODRIGUES, Elaine Aparecida; VICTOR, Rodrigo Antonio Braga Moraes; PIRES, Bely Clemente Camacho. A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo como marco para a gestão integrada da cidade, seus serviços ambientais e o bem-estar humano. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.2, p.71-89, abr./jun. 2006.
- RODRIGUES, Arlindo Manuel Esteves. **Ecossocialismo: uma utopia concreta**. Estudo das correntes ecossocialistas na França e no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Teorias e modelos de análise contemporâneos de políticas públicas (unidade VII), In: **Para aprender políticas públicas – Volume 1 Conceito e Teorias**. Brasília: IGEPP, 2014.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANDBROOKE, Chris; (et al.). The global conservation movement is diverse, but not divided. **Nature Sustainability**. vol.2, abril 2019, p.316-323.
- SANTOS, Anthony Állison Brandão. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação**. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Florestais), 199 fls. Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília, Brasília: 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.

- _____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.
- SÃO PAULO (Município). **Prefeitura SP firma acordo de cooperação com o Instituto Semeia para estudos de concessão dos parques municipais.** Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/noticias/?p=244352>>. Acesso em: out 2018.
- SÃO PAULO (Estado). **Razões para se trabalhar a Formação Socioambiental no contexto da Fiscalização Ambiental.** São Paulo, CFA/SMA, 2013a. Disponível em: <http://sigamweb01.eastus2.cloudapp.azure.com/sigam3/Repositorio/472/Documents/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Referencias/Razoes_FS_Fisc.pdf>. Acesso em: set 18.
- _____. **Acompanhamento e Avaliação da Formação Socioambiental junto aos Conselhos de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo:** subsídios à construção de metodologia de fomento à participação na gestão ambiental pública. São Paulo, CFA/SMA, 2013b. Disponível em: <http://sigamweb01.eastus2.cloudapp.azure.com/sigam3/Repositorio/472/Documents/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/CFA-SMA.PROJETO%20COTEC%20IF_FS-SIM.pdf>. Acesso em: set. 18.
- _____. **Relatório da Formação Socioambiental nos Planos de Fiscalização de Unidades de Conservação - SIM,** Sistema Integrado de Monitoramento. São Paulo, SMA/CFA, 2014. Disponível em: <http://sigamweb01.eastus2.cloudapp.azure.com/sigam3/Repositorio/472/Documents/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Relatorio_Pesquisa.pdf>. Acesso em set 2018.
- _____. **Contribuição dos Conselhos Gestores à Proteção das Unidades de Conservação:** um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva. Beatriz Truffi Alves; Rodrigo Machado (Orgs.)- São Paulo: SMA/CEA, 2017.
- _____. **Relatório de Qualidade Ambiental 2016.** Org. Edgar César de Barros. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 2016.
- _____. **Formação Socioambiental – Polo 13, P.E. Cantareira: 3º e 4º Encontros - Definindo a situação ideal para cada causas, a meta e a ação necessária.** Disponível em: <<http://sigamweb01.eastus2.cloudapp.azure.com/sigam3/Default.aspx?idPagina=14166>>. Acesso em out.18.
- _____. **Decreto nº 60.302, de 27 de março de 2014.** Institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60302-27.03.2014.html>>. Acesso em out. 2019.
- SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 49.672, de 06 de junho de 2005.** Dispõe sobre a criação dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Estado de São Paulo, define sua composição e as diretrizes para seu funcionamento e dá providências correlatas. Disponível em:

- <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49672-06.06.2005.html>>. Acesso em out. 2019.
- _____. **Decreto nº 51.246, de 06 de novembro de 2006.** Estabelece procedimentos para a instituição de Área de Relevante Interesse Ecológico - ÁRIE no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-51246-06.11.2006.html>>. Acesso em out. 2019.
- _____. **Decreto nº 48.149, de 09 de outubro de 2003.** Dispõe sobre a criação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Áreas de Proteção Ambiental - APAs no Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2003/decreto-48149-09.10.2003.html>>. Acesso em out. 2019.
- _____. **Resolução SMA nº 88, de 1 de setembro de 2017.** Dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2017/09/resolucao-sma-088-2017-processo-ff-147-2016-conselhos-consultivos-versao-31-08-2017-pos-cj.pdf>>. Acesso em out. 2019.
- _____. **Lei n.º 16.260,** de 29 de junho de 2016, que autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso em maio de 2019.
- _____. **Relatório da Formação Socioambiental nos Planos de Fiscalização de Unidades de Conservação - SIM,** Sistema Integrado de Monitoramento. São Paulo, SMA/CFA, 2014. Disponível em: http://sigamweb01.eastus2.cloudapp.azure.com/sigam3/Repositorio/472/Documents/Mural_PlanosdeFiscalizacao/FormacaoSocioambiental/Relatorio_Pesquisa.pdf>. Acesso em set 2018.
- _____. **Relatório da Qualidade Ambiental 2017.** São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2018.
- _____. **Relatório da Qualidade Ambiental 2018.** São Paulo, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2019.
- _____. **Resolução SMA 25,** de 13 de março de 2018. Dispõe sobre procedimentos para a instituição dos Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas e das Reservas de Desenvolvimento Sustentável administradas pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, e revoga disposições em contrário. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2018/03/resolucao-sma-025-2018-conselhos-rds-e-resex-versao-final-republicada.pdf>>. Acesso em nov 2019.
- SÃO PAULO (Estado). **Resolução SMA 123,** de 25 de setembro de 2018. Dispõe sobre a instituição do Plano Estadual de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental

- e do Comitê Gestor para sua execução, gestão e coordenação, e dá outras providências. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2018/09/resolucao-sma-123-2018-processo-5491-2018-instituicao-do-plano-estadual-de-acoes-preventivas-em-fiscalizacao-ambiental.pdf>>. Acesso em jan. 2020.
- _____. **Resolução SMA 189**, de 21 de dezembro de 2018. Estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2018/12/resolucao-sma-189-2018-processo-11895-2013-criterios-e-procedimentos-para-exploracao-sustentavel-de-especies-nativas.pdf>>. Acesso em setembro de 2019.
- _____. **Decreto nº 63.456, de 5 de junho de 2018**. Regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.780, de 30 de novembro de 2007, institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63456-05.06.2018.html>>. Acesso em out 2019.
- _____. **Manual de Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo**. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Fundação Florestal, São Paulo, 2019.
- SAVIANI, Dermeval. Contribuições da filosofia para a educação. **Em Aberto**. Brasília, ano 9, n. 45. Jan-mar. 1990.
- _____. **Do senso comum à consciência filosófica**. Coleção Educação Contemporânea. 11ª ed. Campinas, Autores Associados, 1996.
- _____. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, Autores Associados, 2005.
- SCHAMIS, Hector F. **Re-Forming the State: the politics of privatization in Latin America and Europe**. Ann Arbor: Universit of Michigan Press, 2002, pp. 29-70.
- SCHERL, Lea M. *et al.* **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.
- SCOTTO, Gabriela; VIANNA, Ângela Ramalho. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, IBASE, 1997.
- SELLTIZ, Claire *etal.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2ª edição. São Paulo: EPU, 1987.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida – SP, Ideias e Letras, 2006.
- _____. Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 29, p. 95-104, nov. 2007.
- SESSIN-DILASCIO, Karla. **Cogestão adaptativa e capital social na gestão de unidades de conservação brasileiras com comunidades: o estudo de caso do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e da comunidade do Marujá**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

- SILVA, Pedro Claesen Dutra. **Gramsci e a crítica à democracia participativa**. Dissertação (Mestrado). Programa Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.
- SIMÕES, Eliane; FERREIRA, Lúcia da Costa; JOLY, Carlos Alfredo. O dilema de populações humanas em parque: gestão integrada entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba. **Sustentabilidade em debate**, Brasília, v.2, n.1, p.17-32, 2011.
- SIMÕES, Luciana Lopes (coord.). **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo: WWF-Brasil, 2008.
- SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 2ª ed. São Paulo: Vozes, 1998.
- SORRENTINO, Marcos. **Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos: subsídios para a compreensão das relações entre movimento ecológico e educação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1988.
- _____. Situação atual e as perspectivas da educação ambiental no Brasil. In: Pagnoccheschi, Bruno. (Org.) **EA: experiências e perspectivas**. Brasília: Inep. 1993.
- _____. Crise ambiental e educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2002b.
- _____. De Tbilissi a Thessalonik: a educação ambiental no Brasil. In: Quintas, J.S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2002a.
- _____. Patrimônio Natural e Cultural: transição educadora para sociedades sustentáveis. In: SILVA, Davis Ramos (org.). **Livro de Actas da XXIV Jornadas IPedagógicas de Educação Ambiental**. Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), Setubal, Portugal, 2019.
- SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; FERRARO JR., Luiz Antônio. Políticas públicas de Educação Ambiental. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 31, n. 2, p.285-299.
- SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; FERRARO JR., Luiz Antônio. Educação Ambiental como Política Pública. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.
- SOULÉ, Michael E. What is conservation Biology? A new synthetic discipline addresses the dynamics and problems of perturbed species, communities and ecosystems. **BioScience**, Vol. 35, No. 11, The Biological Diversity Crisis (Dec.), pp. 727-734, 1985.
- _____. The 'New Conservation'. Editorial. **Conservation Biology**, Volume 27, No. 5, 895–897, 2013.
- SOUZA, João Vitor Campos. **Congressos Mundiais de Parques da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma de conservação da natureza**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável (Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília). 225 fls. Universidade de Brasília: Brasília, 2013.

- SOUZA, Felipe Augusto Zanusso. **Desafios e perspectivas da participação social nos conselhos gestores de duas unidades de conservação na Baixada Santista do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental (Instituto de Energia e Ambiente). 119 fls. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.
- SOUZA, Felipe Augusto Zanusso (et al.). Mudar ou não mudar, eis a gestão? A situação dos gestores de unidades de conservação no estado de São Paulo. **Anais do VIII CBUC**, 2015. Disponível em: <<https://eventos.fundacaogrupoboticario.org.br/Anais/Anais/TrabalhosTecnicos?ids=4803>>. Acesso em out. 2019.
- STRAUSS, Anselm L.; CORBIN, Juliet M. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- SUPPA, Silvio. Verbete Governo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano**. Tradução: Ana Maria Chiarini, Diego S. C. Ferreira, Leandro O. Galastri, Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.
- SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo, Elefante, 2019.
- SWAAN, A. **In Care of the State**. Health Care, Education and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era. Polity Press, Cambridge 1988.
- TAMAIÓ, Irirneu. **A política pública de Educação Ambiental: sentidos e contradições na experiência de gestores/educadores**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 176 fl. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2007.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **Movimentos Sociais e Conselhos**. Cadernos ABONG, no 7, julho de 1996.
- TOZONI-REIS, Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007.
- TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.777-796, 2009.
- TREIN, Eunice. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro, Quartet, 2007.
- TURGATTO, Sérgio Miguel. Gramsci: educação e vontade coletiva. In: LOLE, Ana; SEMERARO, Giovanni; SILVA, Percival Tavares da. (orgs.). **Estado e vontade coletiva em Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2018.
- VACCA, Giuseppe. **Egemonia e política-potenza**. La filosofia dela praxis come programa. In: Idem. Gramsci i Togliatti. Roma: Riuniti, 1991.
- VACCARO, Ismael; BELTRAN, Oriol; PAQUET, Pierre Alexandre. Political ecology and conservation policies: some theoretical genealogies. **Journal of Political Ecology**. Review: political ecology and conservation. Vol.20, 2013.

- VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14(Sup. 2):7-18, 1998.
- VICTOR, Rodrigo Antônio Moraes Braga. **Serviços ecossistêmicos na gestão urbana**. 2020. (38m25s). Disponível em: <<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/educacaoambiental/videos/participe-servicos-ecossistemicos-na-gestao-urbana/>>. Acesso em 15 jul 2020.
- VILLAYERDE, María Nova. Educación ambiental y educación no formal: dos realidades que se realimentan. **Revista de Educación**, núm. 338 (2005), pp. 145-165.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.) **Ecologia & política no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, Espaço & Tempo, 1987.
- VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Héctor Ricardo. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentado. In: HOGAN, Daniel Joseph; VIEIRA, Paulo Freire (Eds.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- WRIGHT, Erik Olin. **Envisioning real utopias**. Verso, London; New York, 2010.
- _____. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília, maio - agosto de 2015, pp. 121-163.
- _____. **Como ser anticapitalista no século XXI?** Trad. Fernando Cauduro Pureza. São Paulo, Boitempo, 2019.
- WRM. **Como a linguagem da dominação provoca desmatamento**. In: Boletim 247, 2020a. Disponível em: <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/nosso-ponto-de-vista/como-a-linguagem-da-dominacao-provoca-desmatamento/>

Apêndice A - Contribuições e desafios da Educação Ambiental na gestão de UC e de Conselhos gestores

Este apêndice traz resultados de levantamento realizado no relatório da FS, elaborado no âmbito de grupo de trabalho constituído por agentes públicos da CFA, da FF e do IF. Esse relatório se deve a uma pesquisa feita internamente à SMA, na medida em que se buscou elaborar, implementar, acompanhar e avaliar uma ação de EA no contexto da gestão de UC no estado de São Paulo, especificamente a partir de uma política de fiscalização. Na primeira coluna estão as contribuições identificadas nas análises da coluna seguinte. As análises, por sua vez, apoiam-se nos excertos com dados e informações extraídos do documento consultado. Esses excertos foram tomados aqui como evidências empíricas da pesquisa.

Contribuições da EA	Análise em perspectiva	Extratos - evidências
<p>Contribuições no sentido de manter o espaço do Conselho ativo, mesmo que ainda não formalizado; também de proporcionar a participação de agentes sociais sem representação formal naqueles Conselhos já constituídos. Uma contribuição indireta, decorrente das anteriores, foi ampliar o grau de conhecimento da gestão das UC sobre a necessidade de haver representação de atores também associados a conflitos com as UC.</p> <p>Essas contribuições trazem consigo desafios associados. Primeiro de manter e ampliar a representatividade – se não na representação formal, ao menos na participação nos diálogos – de grupos sociais usualmente afastados dos debates e decisões públicos. Sobretudo, aqueles agentes sociais que teriam parte nos conflitos envolvendo</p>	<p>O tipo de trabalho examinado proporcionou maior representatividade do território. Mais ampliado que a possibilidade formal de sua composição.</p> <p>Houve mobilização e envolvimento de setores da sociedade civil, ainda que com predominância de presença do setor público. Embora o recorte trate de seis polos (de um total alcançado de 14 em 2015), observa-se um padrão que demanda atenção.</p> <p>Essa potencialidade paradoxalmente corresponde a um desafio objetivo. Ao constatar que ações de EA no Conselhos não precisam, nem devem restringir-se àqueles segmentos e grupos já representados, emerge o desafio de efetivamente buscar maior articulação entre a UC e o território de que faz parte, buscando viabilizar o envolvimento de atores da sociedade civil. Sobretudo, como já mencionado, daqueles grupos sociais mais</p>	<p>“O polo 8 apresentou uma curva descendente, desde o pré-encontro até o último encontro. Neste polo deve-se considerar que o Conselho sequer está formado. O grupo com que trabalhamos é composto por membros anteriores de uma gestão já terminada, e reunia-se exclusivamente por demanda da FS. Isso “relativiza” uma análise inicial de baixa participação”. p.151</p> <p>“1) como já afirmado, do alcance quantitativo da FS. Ao trabalharmos o espaço dos Conselhos abriu-se a possibilidade de envolver não somente aqueles participantes que já frequentam ou têm cadeira nos Conselhos, mas também outros agentes e grupos sociais, do território. Isso demonstra o potencial de alcance de se trabalhar com espaços de participação como o Conselho de UC. De um ponto de vista “institucional” (Conselho e gestão da UC), a FS ampliou a abrangência e a participação, pela quantidade de contribuições dadas ao processo de construção da leitura sobre a problemática socioambiental e a decorrente definição de ações para enfrentar suas causas. 2) da limitação da em função da alta rotatividade dos presentes aos encontros e oficinas. Embora seja positivo alcançar muitas e diferentes pessoas, visões e interesses, o dado sobre a rotatividade nos expõe ao desafio de repensar a forma de manter ao menos um “núcleo” ou “grupo estável” de participantes que sinalize a continuidade dos trabalhos após o término da FS. Neste caso, de implantação e avaliação da proposta em termos metodológicos e institucionais, sugere a necessidade de acompanhamento mais próximo dos Conselhos que concluíram o ciclo de encontros de diagnóstico e planejamento. De um ponto de vista formativo e que almeje, no médio e longo prazo, aumento da qualidade da participação, a alta rotatividade sugere baixa eficácia”. p.158-159.</p> <p>“Este potencial ultrapassa a mera soma de conselheiros, podendo alcançar um número e eventual representatividade maior dos territórios em trabalhos formativos orientados pelo planejamento de intervenções socioambientais a partir dos Conselhos”. p.159</p> <p>“Constata-se predominância da participação de representantes ligados ao poder público em cinco</p>

<p>as UC. Além disso, a formalização dos Conselhos demonstrou tornar-se importante condicionante ao envolvimento e comprometimento dos participantes não somente nos encontros, mas também nos desdobramentos da denominada “agenda do Conselho”.</p>	<p>distantes do ponto de vista político, mas próximo quanto a conflitos com a unidade.</p> <p>Evidência de desafio posto a este tipo de trabalho: condição do Conselho quanto à sua formalização.</p> <p>Observação participante: FS teria servido para manter o espaço ocupado e atuando de alguma forma, além de o mapeamento de agentes sociais subsidiar os movimentos posteriores para composições futuras do Conselho.</p> <p>Com relação a esse desafio posto à EA, de seu alcance ser condicionado à formalização dos Conselhos, pode-se entender que é uma dependência relativa. Não impede a realização da EA nem, necessariamente, sua continuidade. No entanto, os dados empíricos em determinado polo da FS em que teria ocorrido redução no número de participantes ao longo da experiência sugere a formalização como importante aos próprios representantes de agentes sociais da região. Embora não dependa diretamente da ação de EA, esse desafio aponta para a possibilidade de se considerar o percurso realizado como mapeamento de conflitos e agentes a eles relacionados, subsidiando um levantamento e mobilização para composição formal do Conselhos desse polo de FS. Observa-se que a EA: 1) criou uma situação que demandou a presença de agentes sociais mesmo que sem a formalização do Conselho; 2) apontou a possibilidade de promover a</p>	<p>dos seis polos trabalhados”. P.160</p> <p>“[...] nos espaços onde os Conselhos ainda não estavam formalizados, como levar o plano de ações adiante”. p.169</p> <p>“O contexto no qual ocorreu o único encontro possível (o 1º) foi marcado por frequentes trocas de gestores do MONA Pedra do Baú e demonstração de insatisfação da sociedade civil (proprietários de terras internas ao território do MONA) com o Estado e, especialmente com a SMA e FF. Ao considerarmos isso, podemos construir a hipótese de que a compreensão dos participantes em relação à FS é bastante sensível à relação que têm com o Estado”. p.175</p>
---	---	---

	<p>representação daqueles segmentos e grupos sociais mais distantes não só da gestão da UC, mas também da relação com a administração pública de modo geral (caso de UC coexistentes com comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, de agricultores familiares etc.).</p> <p>Essa potencialidade da composição e formalização do Conselho, no entanto, depende de responder ao desafio da estabilidade, formação e compromisso político de gestores e gestoras. Algo a ser viabilizado pela resistência contra-hegemônica nos campos ambiental e da gestão de UC, ou seja, tanto na sociedade civil como política.</p> <p>São desafios postos, sobretudo, aos órgãos gestores. Potencial de geração de demanda pela composição e formalização. FS como indutora pela formação de demanda.</p> <p>Os desafios evidenciam a sensibilidade desse tipo de trabalho à condução dos órgãos gestores de UC e das próprias unidades. Indicam também a necessidade dessa sensibilidade obter predominância nas instituições envolvidas com a gestão de UC.</p>	
<p>Contribuições de ampliar o repertório dos participantes com relação à UC, sua gestão e papel dos conselhos.</p> <p>Além disso, a própria EA, materializada em metodologia de trabalho com seus respectivos pressupostos teóricos e conceituais sobre gestão de UC, teria incidido em políticas correlatas.</p>	<p>Evidência do caráter educativo da FS: deslocamento de compreensões sobre os papéis dos Conselhos. EA crítica em função da valorização e apreensão do papel político do Conselho de UC.</p> <p>Evidência do potencial educador do conselho como espaço de ensino-aprendizagem. E da FS como ação de EA crítica na medida em que amplia e pretende politizar a participação nos</p>	<p>“Ao trabalhar o espaço dos Conselhos Gestores das UCs, o alcance quantitativo da FS pode ser considerado maior que o número de cadeiras dos Conselhos. Ao todo envolveram-se e contribuíram, em diferentes níveis e intensidades, 283 pessoas diferentes, a representar agentes e grupos sociais diversos e trazerem ao debate suas respectivas visões de mundo e representações sociais de meio ambiente, de natureza e de unidade de conservação. Além disso, diferentes – e conflitantes – formas de compreender o que é o Conselho, seu papel e formas de atuação. Ao consideramos a passagem de todos os participantes, pelos três encontros, chegamos à soma de mais de 380 participações”. p.158</p> <p>“Observa-se que o entendimento predominante por parte dos participantes sobre as contribuições da FS identifica-se muito com a ideia de um espaço de expressão e de diálogo que subsidia e proporciona uma ampliação da compreensão sobre diferentes temas e aspectos sobre a UC, sua gestão e o Conselho”. p.164</p>

	<p>conselhos.</p> <p>Evidência de associação com EA crítica na medida em que se promove o engajamento. Mobilizou a participação atribuindo uma direção (definida coletivamente).</p> <p>Evidência de incidência no conteúdo de uma política pública (no caso, a formulação de um instrumento de gestão estratégico às UC, o plano de manejo).</p> <p>Há dois aspectos que se destacam na informação coletada a partir da experiência da FS: 1) a ação de EA proporcionou a ampliação do Conselho, potencializando esse espaço para além daqueles segmentos já representados. Isso possibilitou a exposição de diferentes pontos de vista sobre as questões abordadas; 2) tocou na questão do papel político dos Conselhos. Ambos os aspectos demonstram viabilidade de se trabalhar o sentido da UC (negação de um modelo de desenvolvimento partindo do senso comum que emerge de ações como a analisada, assim como compartilhar o horizonte do Conselho como elaborador de sínteses e ator político visando a incidir nas políticas que regulam o território.</p>	<p>“Tão ou mais importante que as duas contribuições mencionadas, há aquela que sugere o fomento à mobilização dos participantes em Conselhos Gestores, também com 23% das respostas”. p.164</p> <p>“Um fato relevante a ser denotado sobre o material produzido, foi a utilização do mesmo para elaboração de um Termo de Referência para contratação da elaboração do Plano de Manejo para uma das UCs envolvidas, no caso o Parque Estadual de Itaberaba”. p.171</p>
Contribuições no sentido de permitir e potencializar a capacidade de expressão e de diálogo de diferentes grupos, sugerindo que isso não havia antes. Também por mobilizar a participação atribuindo uma direção (definida coletivamente).	<p>Evidência da FS como EA. Essa contribuição demonstra-se como relevante do ponto de vista político. Não apenas em termos de qualificar e ajudar a organizar melhor o conhecimento que se tem sobre dada realidade. Também no sentido de possibilitar, desde que com esse compromisso político e intencionalidade pedagógica, que essa ampliação da capacidade</p>	<p>“[...] a FS contribuiu à atuação dos Conselhos Gestores envolvidos, principalmente, como um espaço a valorizar a expressão e o diálogo entre diferentes agentes sociais e perspectivas, contribuindo para uma compreensão ampliada - e coletiva - sobre determinado problema, além de mobilizar os envolvidos a elaborarem e executarem planos de ação”. p.165</p> <p>“[...] o trabalho contribuiu para o estabelecimento de rumos aos Conselhos; maior sentido à participação no Conselho de uma UC”. p.169</p> <p>“[...] ações, são notáveis os avanços no sentido de os próprios Conselhos estabelecerem rumos para suas atuações na gestão ambiental, não somente das UCs, mas dos territórios que as envolvem”. p.171</p>

	<p>de expressão e de diálogo amadureçam para elaboração de sínteses (e horizontes, direção) que fundamentem a atuação política dos Conselhos em busca de algo que transforme aspectos da realidade apreendida.</p> <p>Trata-se também de uma evidência do caráter de EA e proximidade com EA crítica (rumo, engajamento e sentido político à participação naqueles espaços). De contribuição da EA à UC como antítese e conselhos como produtores de sínteses.</p> <p>Evidência de contribuição da EA para contra-hegemonia.</p>	
<p>Contribuição da abordagem crítica que permitiu deslocamento de compreensão sobre o que seria o problema: da aparência para na direção de sua essência.</p> <p>Desafio posto à EA: aprofundamento das reflexões vs. tempos (dos educadores, da gestão da UC, dos conselhos e dos participantes).</p>	<p>Há evidências do caráter educador em perspectiva crítica da FS. E de como essa EA pode contribuir a um papel da UC no território, como representação da negação; o conselho como produtor de sínteses.</p> <p>Da mesma forma que a EA contribuiu à ampliação do entendimento sobre o papel do Conselho, politizando-o, deslocou compreensões sobre o que vem a ser um problema de natureza socioambiental. Ao fazer isso a EA contribui potencializando o desvelamento da essência, da estrutura desses problemas, passando a tomá-los como manifestações. Isso, no campo da gestão da UC, demanda delimitar as expectativas de resultados quanto à repressão. A proteção de atributos naturais e mesmo de modos de vida que “produzem natureza” de forma contra-hegemônica demanda conhecer e enfrentar o que causa os vetores de pressão às UC. Aqui, observa-se um percurso, educativo, que parte do</p>	<p>“[...] pôde-se observar que a produção dos Conselhos, no que se refere à compreensão da problemática socioambiental do território das UCs foi alcançada de maneira satisfatória, com base nas opções conceituais e teóricas do trabalho. [...]foi possível perceber o deslocamento consciente do reconhecimento de problemas ambientais como manifestações, nas UCs, de causas estruturais de ordem social, econômica, histórica, política cultural etc.”. p.170</p>

	senso comum sobre o concreto, na direção de um “concreto pensado”, identificando-se com a categoria gramsciana catarse (condição seminal para se vislumbrar transformações sociais necessárias que se tornam horizonte da atuação política).	
<p>EA contribuiu para se promover a articulação entre diferentes campos que se sintetizam na realidade concreta da gestão ambiental, em especial da sociobiodiversidade.</p> <p>O desafio decorrente dessa mesma contribuição é trabalhar melhor, de maneira mais didática, essa articulação entre diferentes campos que contribuem a uma apreensão mais complexa da realidade.</p>	<p>Evidência da boa entrada de ações educadoras nos conselhos de UC.</p> <p>Evidência de que o caráter de EA da FS, expresso na abordagem expositiva e dialogada sobre temas que seriam "alinhavados" ao longo dos encontros, foi muito bem aceito.</p> <p>Essa demonstração pedagógica, elaborada com base no diálogo, sobre a complexidade que envolve a problemática socioambiental em torno da UC (bem como sua gestão compartilhada com os Conselhos) subsidia a pavimentação de caminhos para serem trabalhadas, de forma mais aprofundada, questões como o papel do Estado diante das assimetrias características de uma sociedade como a nossa, passando por noções de participação mais politizadas e necessidade de negar um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável.</p> <p>Também configura um desafio efetivar essa potencialidade advinda da contribuição observada</p>	<p>“De modo geral, os temas foram considerados “muito importantes” pela maioria absoluta dos participantes que responderam às fichas entregues ao final do primeiro encontro. Nela, perguntava-se o grau de importância atribuído a cada tema. A intenção foi avaliar a pertinência do tema, não qualificar sua abordagem dada pela equipe”. p.173</p> <p>“No geral, 80% dos respondentes consideram úteis as exposições e atividades, embora clareza e complexidade sugerem a necessidade de maior atenção por parte da equipe organizadora”. p.174</p>
Contribuição da EA ao demonstrar utilidade tanto de sua relação com a gestão da UC, como também para qualificar a atuação dos conselhos. A	Evidência da boa entrada da EA nos conselhos. A abordagem pedagógica da EA precisou ser retrabalhada para não reproduzir o que a EA crítica questiona: uma educação depositária e	<p>“No geral, 83% dos respondentes consideram úteis as exposições e atividades, embora, novamente, clareza e complexidade sugerem a necessidade de maior atenção por parte da equipe organizadora”. p. 176</p> <p>“Em praticamente 90% dos polos trabalhados houve presença efetiva e participação dos gestores envolvidos”. p.180</p>

<p>FS como ação educadora também formou gestores pelo envolvimento com trabalhos de EA na gestão de UC. Também demonstrou aos órgãos gestores da necessidade de fomentar e qualificar a participação social na gestão das UC.</p>	<p>desconectada de questões cotidianas). Essa boa aceitação da FS ode ser observado como oportunidade de absorção dessa perspectiva de EA na gestão das UC e de relação com os Conselhos.</p> <p>Evidência de potencial formativo da FS em EA inclusive para gestores. Porém, não devidamente explorada.</p>	<p>“[Diretores regionais da FF] São sensíveis à importância de se trabalhar processos formativos, com os Conselhos, como aporte aos esforços de fiscalização ambiental em UC;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Compreendem que a FS qualifica e diferencia o SIM de outras iniciativas de organizar e integrar a fiscalização ambiental; · Apontam a consistência e efetividade da FS em decorrência dos indicadores positivos e respostas aos desafios surgidos no percurso”. p.182
<p>A EA reforçou uma narrativa segundo a qual a prevenção – compreendida como reconhecimento e enfrentamentos de causas das pressões às UC – tende a ser mais efetiva na proteção, além de menos desgastante com comunidades do mesmo território.</p> <p>Ampliou o entendimento dos participantes sobre sentidos que podem ser atribuídos às funções das UC em seus territórios e ao papel dos Conselhos.</p> <p>Além disso, criou condições para que se revelasse, pelos próprios participantes, elementos que estariam na estrutura dos problemas de fiscalização combatidos de forma repressiva.</p> <p>Por fim, a ação de EA analisada criou demanda por mais EA, se justificando no âmbito da gestão das UC.</p>	<p>A FS como EA e em perspectiva crítica. Há uma ampliação da compreensão do "problema de fiscalização" para além de sua aparência.</p> <p>Evidência que pode ser associada ao potencial de avanço dessa perspectiva de EA no âmbito do próprio sistema, no sentido de co-formação, pelo diálogo, de mentalidades pela <i>práxis</i> de interpretar/lidar com a realidade socioambiental apreendida. Reforça a hipótese de que a EA a ser desenvolvida na gestão de UC tem condições significativas de criar situações de elaboração de contra-hegemonia. Essa constatação repousa na observação de que essa valorização da perspectiva preventiva pelos participantes, associada ao entendimento de que o enfrentamento das pressões à sociobiodiversidade, deve se dirigir às suas causas estruturais (socioeconômicas e culturais). Compreende-se aqui como substrato dessa EA que compartilha a UC como negação do modelo de desenvolvimento hegemônico.</p> <p>Situações criadas pela FS permitiram que se</p>	<p>“Demonstraram entendê-la como alinhada a processos de articulação política, institucional e comunitária com vistas à gestão dos territórios nos quais se localizam as UC. Reconhecem, em algumas falas, até maior importância a trabalhos preventivos na fiscalização em contraposição àqueles de natureza repressiva (mais desgastantes nas relações entre Estado e sociedade e, mais especificamente, entre os órgãos gestores e comunidades), embora gerem resultados em prazos mais dilatados”. p.182</p> <p>“Maior compreensão sobre a gestão da UC, o papel do Conselho e suas formas de atuação; sobre a problemática socioambiental que envolve a UC e seu território; sobre o papel da fiscalização. Síntese com base nos indicadores: FS contribuiu criando espaço de expressão e diálogo, ampliando a compreensão e mobilizando à ação”. p.183</p> <p>“O apontamento de efeitos do problema escolhido serve tanto para ampliar a dimensão da compreensão do problema, como para criar uma ‘ponte’ de reflexão sobre suas causas”. p. 189</p> <p>“A causa foi definida como ‘desestruturação da renda familiar e a dificuldade de implantar alternativas no entorno da UC’. Esta causa ainda reúne característica de ordem política, em nossa análise, por ser potencialmente vinculada à existência ou não de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento com inserção das famílias que vivem na região”. p.192</p> <p>“No que se refere à causa escolhida, observa-se que os aspectos de ordem social, econômico e cultural foram mantidos. Aqueles mais identificados com a legislação (e assim, de ordem legal em nossa classificação) não se mantiveram. Isso sugere que as escolhas dos participantes tenderam para adequarem-se à legislação em vigor (entendida como restritiva) e buscarem alternativas aceitas pelas leis de restrição ao uso do solo na região”. p.193</p> <p>Gráfico 58 do relatório da FS “Total geral”.</p>

promovessem reflexões a partir do problema de fiscalização priorizado (no caso, da extração do Palmito Juçara). Essa extensão da compreensão do problema para além de sua aparência possibilitou aos agentes sociais envolvidos com o trabalho de EA observar e apontar, com base no diálogo de perspectivas, questões estruturais que culminam, no caso recortado, na exploração - ilegal e insustentável - de um importante atributo natural da região, hoje em extinção.

Embora indique predisposição à adequação a uma normatividade instalada à revelia de muitos daqueles representantes e representados no Conselho em questão [P.E. Lagamar de Cananéia], essa informação também sugere algo de síntese protagonizada pelos participantes da FS nesses Conselhos de UC no Vale do Ribeira. Reconhecem a necessidade da conservação e reivindicam uma forma de proporcioná-la: incluindo as populações locais em um modelo de desenvolvimento compatível com uma realidade de coexistência de atributos naturais tido como valiosíssimos com comunidades que vivem desses mesmos recursos naturais.

As proporções do conjunto de ações dos Conselhos trabalhados e registrados no relatório de pesquisa sobre a FS (ações para melhorar a informação/comunicação dentro e para fora dos Conselhos, aumentando sua articulação, qualificação e capacidade decisória) sinalizam tanto uma demanda para trabalhos de EA nesses colegiados, como também abertura significativa para ações similares à FS, que assumam o

Fonte (SÃO PAULO, 2017).

“Proporções observadas sobre a avaliação dos participantes quanto ao nível de aprendizagem”.
p.199 (gráficos 60 a 63).

Gráficos 60 a 63 - Proporções observadas sobre a avaliação dos participantes quanto ao nível de aprendizagem.

Fonte (SÃO PAULO, 2017).

	<p>caráter de política pública direcionada aos Conselhos. Isso ampliaria a potência de ação da EA contribuir, em perspectiva crítica, à atribuição de sentidos às UC e aos Conselhos como desenvolvidos e fundamentados nesta tese.</p> <p>Evidência da FS como EA, com aproximação da perspectiva crítica ao tratar de assuntos como papel dos Conselhos, participação em uma política ambiental (de fiscalização) e compreensão de causas das pressões às UC. Reconhecendo que simplesmente tratar não é o mesmo - nem suficiente - para se efetivar uma EA em perspectiva crítica, utiliza-se o termo potencial, por se criar uma oportunidade de, ao tratar desses temas, abordá-los de maneira a problematizar e desnaturalizar aspectos que reproduzem o senso comum. é preciso reconhecer que simplesmente tratar não é o mesmo - nem suficiente - para se efetivar uma EA em perspectiva crítica. Utiliza-se o termo potencial, por se criar uma oportunidade de, ao tratar desses temas, abordá-los de maneira a problematizar e desnaturalizar aspectos que reproduzem o senso comum.</p>	
<p>A ação de EA, por um lado, foi capaz de corresponder à dimensão cultural, corroborando a hipótese na medida em que se tratou de EA em perspectiva crítica; por outro, essa mesma perspectiva é fragilizada em função de não efetivar o potencial de atuação política na apreensão dos participantes.</p>	<p>O gráfico 64 do relatório da FS (“Significados do processo aos participantes”, p.200) aponta a um empoderamento relativo. Explica-se. Por um lado, houve aprendizados que ampliam a potência de agir dos participantes em Conselhos, como maior compreensão sobre o papel desse colegiado e sobre as pressões recebidas pela UC, aumento da capacidade e oportunidade para se expressar, se posicionar e tomar parte nas discussões no Conselho e na</p>	<p>Gráfico 64 (p.200)</p>

	gestão da UC. Por outro lado, baixos índices de atribuição de significados à FS vinculados à articulação política e institucional, de auto-organização e capacidade de agir.	<p>Gráfico 64 - Critério 4.4 Significados do processo aos participantes - Aprendizado com o processo</p> <p>Fonte (SÃO PAULO, 2017).</p>
Desafio de estabilidade, formação e compromisso político dos gestores e gestoras.	<p>A dinâmica de condução da UC (troca de gestão extemporânea) e desgastes decorrentes. Inabilidade na condução do Conselho e reflexos na credibilidade de ações que visam instrumentalizar os próprios conselhos. Ressalta a importância de haver essa perspectiva fortalecida nos órgãos gestores.</p> <p>Um dos Conselhos (Polo 7 – Cubatão) estava formalizado. A mobilização dos agentes sociais participantes dependeu da gestão da UC. Quanto menos próximo o gestor da FS, menor a identificação com o trabalho e o sentido atribuído. Daí o menor esforço de mobilização e consequente diminuição na frequência. A realização na sede também se mostrou prejudicial, por ser de difícil acesso, sobretudo em dias de clima instável/chuvoso.</p> <p>Evidência da importância de haver determinado perfil para chefes de unidade: comprometidos com a atuação dos conselhos. Indicação de substancial importância de se investir politicamente na formação dos gestores.</p>	<p>“O polo 2 contou com significativa participação no 1º encontro, caindo para menos da metade no segundo encontro. Isso se deve a alterações na gestão da UC dias antes do encontro de FS. No caso em tela, o Conselho chegou a se reunir para discutir tais mudanças e, segundo informações obtidas no dia do 2º encontro da FS com os presentes, isso teria gerado um desgaste, tanto em se tratando de tempo para despendar a um encontro na UC, como também do crédito dado à proposta de o Conselho participar da gestão”. p.150</p> <p>“O polo 7 contou com participação expressiva no pré-encontro, que coincidiu com uma reunião do Conselho realizada numa base do PESM-NIP, em São Bernardo do Campo, recém reformada. Contudo, nos encontros da FS, realizados todos na sede do PESM-NIP, em Cubatão, a participação foi baixa em comparação com o pré-encontro. Aumentou no 2º encontro e no último encontro caiu abaixo do 1º”. p.151</p> <p>“Outra demanda apresentada aos gestores se referiu ao contato e articulação com os conselheiros e demais participantes. Foi comum haver dificuldades na comunicação entre a UC e os participantes. Até hoje há informações de que nenhum participante recebeu convite, nem mesmo material com as apresentações e produtos produzidos nos encontros realizados. Neste sentido, uma das estratégias adotadas pela equipe foi disponibilizar todo o material na página da Formação Socioambiental no SIGAM, dando acesso aberto e livre a todos os interessados. Embora esta medida tenha sido adotada, há o reconhecimento de que nem todos os conselheiros ou participantes da FS têm acesso, com facilidade, aos meios disponibilizados via rede mundial de computadores (<i>internet</i>)”. p.167-168</p>

<p>Desafio de compreender e trabalhar as razões pelas quais os conselhos tenderiam a reconhecer razões estruturais de ordem socioeconômica, mas trabalhar aquelas de ordem sociocultural; promover situações de ensino-aprendizagem que articulem ambas as ordens.</p>	<p>O relatório da FS trata esse distanciamento como algo estranho. Como se configurasse uma “atuação menor” ou menos importante atuar nas causas de ordem cultural.</p> <p>Esse desafio configura um dos mais enriquecedores, devido à possibilidade que cria de relacionar causas estruturais de ordem socioeconômica (mais relacionadas à estrutura) com aquelas tomadas por culturais (que Gramsci enxerga mais relacionadas à superestrutura, no Estado Integral). Tanto Gramsci como os próprios os Conselhos ensinam, neste aspecto destacado como desafio à EA, que a busca por incidir politicamente naquilo que conforma uma mentalidade, uma concepção de mundo e mesmo em uma cosmovisão hegemônicas, são estratégias à transição para sociedades sustentáveis e contribuições significativas da gestão compartilhada de UC a partir da negação de um modelo de desenvolvimento dominante e que dirige nossa (semi)formação cultural.</p> <p>Mais duas evidências: 1) deslocamento de compreensão sobre o que pressiona a proteção da biodiversidade nas UC (de questões pontuais a aparentes, os "problemas de fiscalização", para questões mais estruturais figurando significativamente dentre as causas); 2) vinculação das causas estruturais escolhidas às questões de ordem cultural (mentalidade, compreensão, informação, educação, comunicação).</p>	<p>“[...] evidente distanciamento nas proporções entre aquelas causas reconhecidas como predominantes e aquelas escolhidas para o enfrentamento”. p.171</p> <p>“Observa-se, pelo tamanho da fonte, predominância de causas de ordem social e econômica, ou socioeconômica, entre as causas levantadas. Por sua vez, entre as causas escolhidas observa-se a predominância das causas de ordem cultural”. p.187</p> <p>Figura 27 - Representação das proporções entre causas levantadas pelos participantes da FS.</p> <p>Figura 28 - Representação das proporções entre as causas escolhidas pelos participantes da FS.</p>
<p>Desafio de, nesse contexto de fiscalização, ampliar-se na direção de outros aspectos da gestão de UC.</p>	<p>A experiência demonstrou ser ainda restrita ao contexto da fiscalização; não se estendo à gestão da UC como um todo.</p>	

<p>Há, contudo, o desafio de assumir a intencionalidade pedagógica dessa ação formativa, de maneira a aprimorá-la conscientemente, assumindo-se como práxis educadora.</p> <p>É preciso tornar claros seus objetivos educacionais, já que, mesmo participando de um processo de EA com intenções próprias desse campo, continuou sendo subordinada àqueles do campo da fiscalização.</p>	<p>A EA configurou-se como estratégica à problematização de sentidos atribuídos às UC e aos Conselhos; às perspectivas preservacionista e politicamente conservadora, respectivamente. Portanto, evidencia-se aqui a EA como contra-hegemônica, ainda que com os desafios observados.</p> <p>A FS, dado seu conteúdo e potencial demonstrado pelas contribuições aqui destacadas, também possibilita a formação dos gestores envolvidos. Essa categoria profissional, em função do papel que exerce na gestão das UC em relação com seus territórios e agentes sociais, é estratégica, como já apontado. Assume essa condição de estratégico devido à sensibilidade, capacidade e compromissos políticos necessários, para além do conhecimento técnico (que viria em relação de reciprocidade com seu compromisso político).</p> <p>Há evidência de que a FS, na compreensão dos participantes, consiste em um trabalho de EA. No entanto, não é possível associá-lo à perspectiva crítica, em função da expectativa depositada à EA (atender aos objetivos da fiscalização).</p>	<p>“É nítida a consistência da compreensão da educação como recurso da gestão ambiental, no caso, da fiscalização ambiental, para atingir objetivos já estabelecidos, com 64% das respostas identificadas nesta categoria”. p.184</p>
--	--	---

Apêndice B - Análise do diálogo com agentes públicos formuladores e implementadores da ação de EA examinada em grupo focal

Este apêndice organiza trechos considerados relevantes para subsidiar apontamentos – interpretações, aproximações com o referencial teórico desta pesquisa. Esses apontamentos foram agrupados em conjuntos caracterizados como categorias interpretativas das declarações analisadas (linhas intermediárias).

Apontamentos destacados com base nas declarações de agentes públicos envolvidos com o desenvolvimento da ação de EA	Excertos das declarações que lastreiam os apontamentos
Contradição contingente tomada como brecha para desenvolver ação de EA	

<p>Proposta de EA em conselhos de UC compreendida como alternativa de trabalho em um contexto ruim, do ponto de vista da gestão ambiental, especialmente da EA e das UC. Uma aparente contradição em termos de construção de caminhos em contextos supostamente desfavoráveis, somada a outra, associada à origem da proposta inicial: a fiscalização ambiental, em uma política de comando e controle (plano de fiscalização de UC).</p>	<p>“[...] o momento que a gente estava vivendo: vocês saídos da CEA. Vocês numa discussão da área de EA. Vocês indo para a área de fiscalização. A gente tendo tido contato ainda na CEA. Nós na gestão das unidades num momento bem triste. Então isso tudo se misturou para a gente estar pensando um pouco o que seria esse trabalho junto com os conselhos [...] lembro muito esse momento turbulento.</p> <p>Quando vocês mandaram esse documento, talvez esse mesmo texto que o (Participante.07) está falando – era duas ou três páginas, era uma proposta ainda, uma ideia – então eu li aquilo, Pesquisadora-IF estava próxima também e leu, e a gente viu uma luz”. (Participante.01)</p> <p>“Eu estava em um momento difícil, tinha acabado de sair da EA e sido mandada para a fiscalização e acho que a gente estava num intento conjunto, no caso, naquele lugar, para criar um espaço onde a EA integrasse a agenda da fiscalização. Então, embora tenha sido um momento difícil, também foi um momento oportuno”. (Participante.06)</p> <p>“[...] um momento difícil, a Fundação Florestal numa crise gigante, com esses dirigentes todos se posicionando, pessoas sem confiabilidade técnica, sem referência para poder ser dirigente de uma instituição como essa. E de repente aparece uma coisa ali. Eu mesma não acreditava que aquilo era verdade. ‘Meu Deus do Céu! Será que é isso mesmo? Eu estou vivendo isso?’”. (Participante.02)</p>
EA organicamente articulada à gestão da UC como estratégia de aproximação e engajamento	
<p>A ação observada exercitava a EA em sua transversalidade. Seja por partir de um problema de fiscalização, seja porque toma colegiados de participação social na gestão pública como espaços de ensino-aprendizagem. Em alguma medida teria, também, materializado – já como proposta inicial de trabalho – sentidos atribuídos à EA e de difícil colocação em prática.</p>	<p>“A gente viu: ‘olha, esse é o momento que a gente poder estar aproveitando e olhando para a EA daquela forma que a gente sempre falava. A EA é transversal. Os outros programas podem – podem não – têm que estar associados aos processos educativos...’. E acho que esse foi o despertar. Da gente poder estar fazendo alguma coisa em que a gente entendesse que aquela comunidade que a gente quer que esteja junto na gestão, ela esteja mesmo”. (Participante.01)</p>
Diálogo entre agentes, perspectivas e interesses como esforço para construir leituras comuns	

<p>Foi apontada uma capacidade de sintetizar perspectivas e construir agendas comuns. O pressuposto de natureza e meio ambiente como termos polissêmicos teria permitido ampliar a capacidade de diálogo dos educadores envolvidos, na medida em que reconheciam a existência prévia de entendimentos diferentes, eventualmente antagônicos e, ainda, em dissonância com aquelas compreensões que orientam normativas ambientais.</p>	<p>“Para mim significava várias perspectivas a respeito daquilo que a gente define como natureza. Não existe ‘a natureza’, mas existem várias naturezas de acordo com o sujeito que a define. De acordo com o sujeito que com ela estabelece relações. Eu acho que aí foi minha aproximação coma FS e meu envolvimento, até no desenvolvimento da participação nos conselhos, foi trabalhar essa questão” (Participante.07).</p> <p>“[...] me chamava a atenção essa densidade do discurso que era construído junto aos conselheiros e essa capacidade de colocar perspectivas muito, muitas vezes contraditórias e visões até... atores que representavam visões conservacionistas em diálogo e conseguir sair dali uma agenda comum. Uma capacidade que a FS conseguiu desenvolver através da metodologia.” (Participante.03)</p>
<p>Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem não restritos à composição formal</p>	
<p>A ação de EA teria promovido uma ampliação desses espaços colegiados quanto à possibilidade de participação, uma vez que se estendia àquelas pessoas que não teriam titularidade formal de uma cadeira. Isso, por seu turno, também teria efeitos sobre outra ampliação, esta de sentidos sobre a participação nos diálogos realizados com estímulos da ação educadora. Ao levar perspectivas, interesses e demandas àqueles colegiados, os participantes estariam incidindo na construção de narrativas sobre o território e, também, sobre possíveis atuações em um nível mais político.</p>	<p>“Mas o que chama bastante foi ali esse fortalecimento e, embora as pessoas não sendo conselheiras, é de dar voz às pessoas ali do território. Isso aí para mim foi bem interessante. E essa questão de poder participar de algumas coisas ligadas à Igreja Católica, às associações de bairro, as assembleias de bairro. Então recordou bastante essa questão de, embora você não tenha muitos espaços, na periferia e em outros lugares, mas é de ampliar essa visão da participação. Eu não preciso, de fato, compor aquele espaço, mas posso ir participar e fazer com que os meus pleitos ou dos territórios possam ser incorporados nessa agenda”. (Participante.04)</p>
<p>Estratégia de conquistar espaço institucional usando tática de ganho de densidade e consistência teórico-metodológica que daria sustentação conceitual às perspectivas políticas contidas na ação de EA – estabelecimento consciente de uma práxis</p>	

<p>Ao ser inicialmente proposta em um órgão de fiscalização, este hegemonicamente associada ao comando e controle, a ação de EA observada teria provocado reflexões que problematizariam esse senso comum sobre fiscalização e tornar-se-ia uma espécie de vértice na busca por caminhos que abrissem espaços para a EA. Infere-se que a ação educadora tenderia a tornar-se “mera” materialização de uma ideia-força, de uma mentalidade e de uma forma de conceber e atribuir sentidos (eventualmente preexistentes) sobre conservação, proteção e fiscalização, além da própria EA.</p> <p>O uso da tática de atrelar-se a um (e como um) projeto de pesquisa promoveu um ganho de “densidade”. Tanto no que diz respeito a algum acúmulo de repertório prévio, antes de ir a campo, colecionando reflexões e práticas anteriormente analisadas em outros tempos, espaços e atores nos campos da EA e da gestão de UC, como também, principalmente, com base nos registros sobre a implementação da ação de EA e respectivas reflexões, descobertas, sistematizações. Tal tática teria sido relevante para uma projeção da própria EA como instrumento de gestão ambiental estruturante das políticas ambientais de forma mais materializada do que discursiva.</p>	<p>“[...] para a EA teve vários frutos. Acho que abriu uma perspectiva de atuação que a gente não tinha até então e começou a dialogar com ela e tentar se alinhar com essa visão, dessa perspectiva. Das políticas públicas, da EA como uma facilitadora da participação social. E reconhecendo os espaços de participação social como legítimos. Como atores fundamentais para serem envolvidos nas ações”.</p> <p>(Participante.03)</p> <p>“[...] através do Litoral Sustentável [Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID] que teriam, enfim, um recurso para aplicar a FS junto às UC no âmbito do litoral [...] a gente vê que novamente é através da FS que vai ter uma agenda de EA voltada mesmo à questão da gestão ambiental pública, da questão da participação. É uma das agendas que a gente tenta manter lá na CEA”. (Participante.04)</p> <p>“[...] muito interessantes os apontamentos da Participante.02 sobre a FS fazer uma revisão de conceitos. Eu acho que essa é uma característica marcante da FS que é essa questão que a gente chama de ‘densidade’. O fato dela ter sido proposta como projeto de pesquisa, ter feito um acúmulo conceitual, isso reflete na forma como o trabalho é conduzido. Acho que ajuda muito a garantir a qualidade do processo e fazer essa revisão de conceitos que são importantes e que a Participante.02 bem colocou. A questão do socioambientalismo, da desmistificação da participação, da democracia. Me chamou a atenção que ela falou que ‘o estado se fortalece com a participação’. Eu acho que a FS ela tem esse potencial de provocar uma reflexão sobre o que seria o papel do Estado na gestão ambiental. Porque essa possibilidade de construir uma agenda compartilhada com a sociedade civil para a proteção das UC no caso, ela provoca essa reflexão sobre o papel do Estado. [...] os deslocamentos, eles não são só de compreensão, mas também de preparo para a ação. Então a gente vê que os conselheiros, eles estavam engajados, eles estavam mobilizados, eles assumiam um papel articulador maior.” (Participante.03)</p>
<p>Evidência de intencionalidade política de incidir em ações forçadas institucionalmente de dentro da sociedade política, mas orientadas por perspectivas contra-hegemônicas.</p>	
<p>Demonstra-se um percurso da ação de EA que, tendo como uma de suas características o registro acompanhado de reflexão analítica que subsidia sua própria práxis, caminha na direção de compreender como necessária a busca</p>	<p>“A gente se propôs, ao longo do percurso inteiro, sempre olhar sobre aquilo que a gente estava fazendo e refletir sobre isso. E quando a gente teve a oportunidade de construir, por incentivo da Pesquisadora-IF e da Participante.01, como você lembrou, de construir um projeto de pesquisa sobre isso, acho que a gente só</p>

<p>por consolidar-se como política pública. De postura de revisão em perspectiva crítica de conceitos relacionados à conservação, proteção, fiscalização e EA, para a colocação da incidência nas políticas públicas (incrementando-as ou as formulando) em seu horizonte político.</p>	<p>fortaleceu essa ideia de refletir sobre a FS e ganhou um peso muito maior. Então eu me envolvi também nessa discussão, e eu acho que a gente ganhou corpo para depois, num outro momento, em que também tive um envolvimento, de como que a gente poderia fortalecer isso enquanto política pública. Não como uma ação pontual, da EA na fiscalização. Mas, transcendendo isso, como que a gente pensava a participação social no âmbito da fiscalização e no âmbito dos instrumentos da política ambiental - no caso, a fiscalização como uma delas – mas também a gestão das UC, a partir da fiscalização, mas não só nela”. (Participante.06)</p>
<p>Uso do acúmulo de repertório da ação de EA observada para incidência em outras políticas ambientais</p>	
<p>Esse itinerário aparenta ancorar-se no acúmulo de uma práxis que, por sua natureza, também dialoga com outros sujeitos, associados a outras experiências em outros <i>loci</i> institucionais. Reforça a compreensão de percurso marcado pela disputa por posições nas formas de se trabalhar a EA em suas relações com diferentes instrumentos de gestão ambiental (planejamento e gestão de UC e um conjunto significativo de ações preventivas voltadas à redução de pressões à sociobiodiversidade), tendo como estratégia pedagógica a participação social.</p>	<p>“[...] mais recentemente aí nos últimos tempos, na ideia também de como usar essa experiência como fonte para o desenvolvimento de outras iniciativas. E o desenvolvimento de outras metodologias. Então eu acho que o meu envolvimento ainda está acontecendo, embora a FS esteja em um momento, digamos, de hibernação na aplicação da metodologia. Eu acho que a gente tem ainda um caminho grande porque ela foi pensada para uma aplicação em um programa que a gente tem que repensar ela para aplicar nesse programa. A gente usou ela na aplicação da participação social na elaboração dos planos de manejo. A gente pode usar ela na formulação dos acordos voluntários, nos manejos de espécies sustentáveis [Resolução SMA 189/18]. Então eu acho que a gente está nesse momento ainda de envolvimento com essa perspectiva das ações preventivas, que é um outro programa. Então, como é que a gente se inspira também no que a gente construiu para um desenvolvimento de outros processos de outros processos que estão acontecendo, de outras políticas públicas, de outros programas. Então eu acho que é isso”. (Participante.06)</p>
<p>Frustração das expectativas de efetividade da ação de EA no território, diferentemente de efetividade quanto à sua incidência em outras políticas ambientais.</p>	

<p>Perspectiva que demonstra um movimento completo, desde o estabelecimento de pontos de contato, identificação e diálogo com acúmulos anteriores à ação de EA, passando pelo desenvolvimento de agendas comuns (como a ação observada ocorrendo simultaneamente à elaboração de um plano de manejo), consolidando expectativas, mesmo em meio a uma conjuntura cada vez mais desfavorável na gestão ambiental em geral e, especificamente, das UC. O movimento se completa com o sentimento final – ou atualizado – de frustração, diante da não materialização da efetividade da ação educadora em dado território (o polo 14 congregou as UC constituintes do Mosaico Paranapiacaba). A agenda construída pelos participantes e decorrente do desenvolvimento dialogado de uma narrativa sobre a problemática social, cultural, econômica e ecológica que envolve a extração de uma espécie em extinção como a <i>Euterpe edulis</i> (Palmito Juçara) não foi posta em prática, senão apenas em ações iniciais, como um seminário teórico e prático regional sobre beneficiamento dos frutos daquela planta como alternativa social, econômica e ecológica.</p>	<p>“Achei que foi assim uma experiência muito boa ter uma oportunidade de falar de coisas tão concretas, tão reais, de poder potencializar o que a gente estava estudando há tanto tempo e consolidar essas ideias do que é uma área de contiguidade para a unidade ali, de proteção integral. Então, o meu envolvimento eu acho que foi assim, para mim excepcional”. (Participante.02)</p> <p>“[...] demonstrar para os conselhos gestores [...] de que existia uma perspectiva real de trabalho. De sociedade civil, de Estado, de setores, de fiscalização, de perspectiva de futuro”. (Participante.02)</p> <p>“[...] mas infelizmente foi interrompido. E isso eu acho uma coisa bastante grave o que aconteceu. Em especial no polo 14. Porque foi isso: teve ali uma chama, uma perspectiva de uma boa construção que era absolutamente necessária para o mosaico. Parecia que a coisa ia andar e daí as coisas desabaram e eu acho que isso foi muito ruim”. (Participante.02)</p> <p>“[...] a gente estava encerrando o plano de manejo do PETAR de fato como uma organização de gestão territorial. A gente estava consolidando tudo o que estava nos outros planos de manejo, e a FS veio assim como uma luva para fazer essa discussão, essa consolidação, essa seriedade no pensamento da contiguidade dos territórios. E isso tudo ser perdido... não sei, eu tenho a impressão de que é uma perda irreparável”. (Participante.02)</p> <p>“Então, existe frustração, existe perspectiva de não confiança no Estado. Existe uma coisa que ficou para trás e que, na verdade, a gente fica um pouco representado como pessoas que não trouxeram uma perspectiva concreta”. (Participante.02)</p>
Resgate institucional do órgão executor de EA do ponto de vista político, normativo, conceitual e metodológico	
<p>O órgão executor da política estadual de EA estaria emergindo de uma conjuntura de fechamento em relação ao próprio cumprimento de suas atribuições decretadas, dentre elas a de fazer a EA permear pelos demais instrumentos da política de meio ambiente. Tal cenário teria favorecido a ação de EA tanto como catalisadora de uma demanda reprimida das educadoras ambientais por trabalhar com políticas públicas (em vez da constrição a desenvolver publicações sem práxis associadas), como também</p>	<p>“[...] a CEA vinha de uma gestão de isolamento com relação ao sistema ambiental. A gente ficava lá no Villa Lobos, numa perspectiva de atender demanda de publicações, demanda de pastelaria, de dar visibilidade, fazer ações que não tinham identificação com essa perspectiva de fazer política pública. E a partir da gestão do Gilson houve uma abertura para a equipe começar a construir uma proposta mais articulada com o sistema. E a FS veio como um farol para a gente. Eu já conhecia uma perspectiva próxima a partir da EA, que é a leitura da EA na gestão ambiental pública, os textos do prof. Quintas sobre participação na gestão e foi surpreendente</p>

<p>de servir como um ponto de referência, uma que vez que se inspirava em perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas já vislumbradas na própria CEA.</p>	<p>ver uma iniciativa com o peso, com a densidade da FS sendo implantada numa escala do estado”. (Participante.03)</p> <p>“[...] um desdobramento do trabalho da FS teve a questão da metodologia de participação nos planos de manejo que foi, da agenda, para mim – como posso colocar – projetou a CEA para o sistema ambiental paulista. Algumas áreas da secretaria passaram a ver, a enxergar a atuação da CEA de uma outra maneira. Eu acho que então foi esse desdobramento que trouxe uma importância para a CEA e para a EA”. (Participante.04)</p> <p>“E aí da perspectiva da projeção da EA para o sistema e da própria readequação da própria agenda da CEA, mostrando o que é efetivo como política pública de EA. Essa reestruturação da própria agenda e atuação da coordenadoria”. (Participante.04)</p> <p>“Eu acho que para mim assim foi um divisor de águas. A FS e o impacto dela na CEA. Não tanto na nossa atuação por meio da FS, mas nos desdobramentos que ela trouxe por ser um trabalho de referência na questão da qualificação da participação social. Então a partir da FS a gente começou os Diálogos de EA [ação de EA da CEA] na ideia de compartilhar com o sistema uma perspectiva de EA que é diferente do senso comum. Do que geralmente se identifica enquanto EA. Os diálogos – eu lembro do Diálogos de áreas protegidas que vocês apresentaram, foi o lançamento do guia da FS - e isso acabou pautando um pouco a nossa relação com a FF como área de EA em diálogo. A gente estava começando a conhecer e se aproximar da FF por meio da Participante.01 e a gente teve a tentativa de contratar o professor Loureiro para fazer uma capacitação para os gestores. Então a gente começou a pensar uma atuação da CEA baseada na formação de gestores, que era uma linha de atuação que a gente namorava, mas nunca tinha conseguido pautar como ação. Depois a gente trabalhou a questão dos programas de EA, mas sempre tentando trazer essa perspectiva que a FS abriu de olhar para o território, olhar para as questões socioambientais, olhar para as relações do território e não só a questão do uso público – enquanto EA em áreas protegidas. E eu acho que FS ajudou a gente a ganhar segurança nesse discurso e conseguir pautar nas nossas ações, nos nossos planejamentos a questão de trabalhar a participação social e de alguma forma desmistificar essa perspectiva. Acho que ela serviu para o sistema [ambiental] como um todo.” (Participante.03)</p>
<p>EA despontando como estratégia política de organização, co-formação e engajamento para “guerra de posições”, do âmbito da sociedade política ao compartilhamento com a esfera sociedade civil do Estado Integral</p>	

<p>Teria havido, em função de um acúmulo de aprendizados e diálogos da ação de EA analisada com outras experiências que compartilham valores equivalentes quanto ao apreço pela educação e participação emancipatórias, a viabilização da possibilidade de ampliar quantitativa e qualitativamente o alcance dessa contra-hegemonia. Ao menos em termos de, se não de formação, de articulação co-formativa de massa crítica no sistema ambiental. Movimento estratégico na direção de conquistar espaços e posições e formar alianças e mesmo coalizões internas, ainda que em gestões governamentais adversas em termos ideológicos.</p>	<p>“[...] outra preocupação que a gente já destacou aqui, com relação à pesquisa e tudo o mais, mas na questão que a gente se preocupou no envolvimento também de registro. De registro do que estava acontecendo. De registro não só sobre a questão da reflexão, mas o registro do próprio método, da reflexão sobre ele, que são as publicações que a gente sobre ele hoje também”. (Participante.06)</p> <p>“[...] a gente também se envolveu na questão da formação de outros atores para se envolver com a metodologia. Eu acho que a gente teve momentos de formação dos gestores que iam participar e também das equipes. No caso da CEA e no caso de outras equipes que começaram a se envolver no trabalho”. (Participante.06)</p> <p>“Um impacto muito bom, com certeza é esse grupo, que em determinados momentos foi ampliado, e que por circunstâncias e contextualização a gente foi se distanciando, mas eu vejo que talvez estejamos num momento de recuperá-lo”. (Participante.01)</p>
<p>Ação de EA conscientemente ampliando repertórios de seus próprios desenvolvedores, como decorrência de seus propósitos políticos</p>	
<p>Apontamentos que evidenciam o caráter auto-formativo da ação de EA, que pode ser projetado para o caráter emancipador não dessa iniciativa em específico, mas de ações de EA motivadas pelas mesmas buscas, de emancipação coletiva, de transformação socioambiental.</p>	<p>“[...] a gente sempre teve esse trabalho coletivo. Por isso que eu acho que a gente tem a sensação de participação tímida. Porque elas são iguais. Cada um com o que pode contribuir mais naquele momento”. (Participante.01)</p> <p>“[...] foi um grande aprendizado”. (Participante.07)</p> <p>“Toda vez que eu leio alguma coisa da FS eu falo: ‘nossa, olha, aprendi isso aí, ou tomei mais conhecimento desse momento’”. (Participante.04)</p> <p>“[...] essa questão do aprendizado. Eu também, o tempo todo, sei que estou aprendendo alguma coisa quando eu leio de novo alguma coisa sobre a participação. E eu ultimamente, agora, pensar nos planos de manejo e na metodologia da participação social nos planos de manejo. Então eu acho que é isso. Eu no começo também eu ficava muito assustada. Eu falava: ‘nossa, quanta coisa a gente precisa aprender para trabalhar com esse tema. Mas aí você vai vendo que o aprendizado é sempre. E acho que uma coisa que a Participante.06 também falou dos grupos. Nós também tínhamos essa preocupação com o grupo. De estarmos em constante formação, trazendo as experiências e os conteúdos de todos nós.” (Participante.01)</p>
<p>Aproveitamento de oportunidade condicionada pela inicial incompreensão da intencionalidade e alcance políticos da ação de EA</p>	

Percepção de uma brecha proporcionada por contradições já apontadas anteriormente, vinculadas à condição de EA na fiscalização. Essa brecha, ao passo que possibilita que o trabalho se desenvolva e, eventualmente, vá conquistando alguns espaços e posições enquanto instâncias superiores hegemonicamente ideologizadas não se dão conta, também configura um desafio significativo. O reconhecimento do potencial e alcance desse tipo de ação de EA pode significar sua interrupção, caso não haja meios de incorporação por restrições essencialmente ideológicas.

Contudo, aparentemente haveria espaços para incorporação de narrativas – ou aspectos delas – ao longo do desenvolvimento de políticas ambientais. Conforme apontado, naquelas de fiscalização, ao estendê-la conceitualmente com a dimensão preventiva, institucionalizá-la e, com isso criar condições mais objetivas de realização de ações educadoras em perspectiva crítica.

“[...] a gente às vezes achava que as pessoas não estavam entendendo o que a gente estava fazendo. Por isso que a gente podia fazer. Acho que elas não tinham compreendido a dimensão que a gente podia alcançar com o trabalho. Até pela dificuldade que eu sinto – compartilho com os colegas esse sentimento – de desenvolver qualquer aspecto de participação social. É difícil. É sempre um entrave. Seja em qualquer política. E a gente sempre conversava um pouco sobre isso. Então a gente achava que as pessoas não estavam entendendo exatamente o que a gente estava fazendo e por isso estavam deixando a gente fazer”. (Participante.06)

“Mas eu acho que teve uma compreensão assim, do que era o trabalho e do que ele poderia alcançar. Como que eu avalio o desenvolvimento do trabalho na instituição. Como eu mencionei também inicialmente na minha fala, a gente teve uma abertura para desenvolver uma proposta e ela não foi, em absoluto, vetada. Eu lembro que até na própria pesquisa que a gente desenvolveu, um dos indicadores que a gente colocava era se a gente estava tendo inclusive condições de desenvolver o que a gente tinha se proposto. Então, se a gente tinha disponibilidade de carro, se a gente tinha agendas conflitantes que a gente tinha que fazer outra coisa ao invés de fazer isso”. (Participante.06)

“[...] de forma geral eu acho que positivo. Pelo menos eu avalio como positivo na instituição. Eu entendo que a própria formação ela agregou muito ao trabalho no caso da fiscalização especificamente. E agregou no sentido do diálogo com o tema, na verdade nesse território que a gente chama de UC. Porque ela proporcionou uma compreensão maior. Que os problemas que a gente lida na área da fiscalização eles são muito maiores. Os conflitos, eles têm além de causas distintas, eles têm diversas questões que precisam ser trabalhadas”. (Participante.06)

“Eles não tinham a menor ideia do que a gente estava fazendo. É por isso que a gente pôde continuar fazendo. Eu também não acho que houve grande percepção deles enquanto a gente estava fazendo. Mas houve uma certa percepção depois. E eu diria, com uma perspectiva – não é negativa. Não acho que tem positivo nem negativo no que eu queria falar – mas uma perspectiva sombria, que o impacto foi esse. O impacto, por exemplo, para mim, já que cada um está falando na primeira pessoa, é que eu praticamente não estou envolvida em nenhum trabalho mais”. (Participante.02)

“[...] na hora parece que se percebe o que parece que tá se construindo, o que é realmente você promover a participação das pessoas e, principalmente, dos grupos menos favorecidos, dos excluídos, que têm uma maior dificuldade, parece que isso dá uma tremedeira.” (Participante.01)

Lacunas percebidas como desafios, não entraves ou limitações	
<p>Foram apontadas lacunas não tratadas pela ação de EA que atendeu pela denominação de FS. O que pode ser tomado como limitações dessa ação de EA, pode ser também compreendido como espaços de atuação a serem desenvolvidos. Ou posições (trincheiras, fortalezas etc.) a serem conquistadas, diante de um mapeamento previamente observado e já reconhecido. O desconhecimento generalizado dos nexos entre condições materiais, subjetivas e políticas assimétricas e as pressões sobre a sociobiodiversidade transfigura-se em um campo de atuação já percebido a partir dos esforços - ainda que intuitivos - de relacionar dialeticamente a EA com o conjunto de instrumento de gestão ambiental.</p>	<p>“São temas que eu acho que precisam amadurecer ainda porque a gente não alcançou. A gente não alcançou. Mas a FS possibilita ou ela pode contribuir com alguns aspectos para essa discussão interna. Para trabalhar algumas questões que eu entendo que são importantes aí, que a gente não alcançou. De territórios específicos, de populações tradicionais. E que no bolo da fiscalização, as pessoas acabam vendo tudo como uma coisa só. Não fazem uma compreensão das distinções, das diferenças dos extratos sociais, das diferenças de acesso às políticas públicas, de acesso ao governo. No entendimento da legislação. Eu acho que a FS, em alguma medida... eu acho que esse tipo de atuação, seja lá pela própria FS, ela pode possibilitar essas reflexões. E eu acho que isso é, já, um impacto, do que a FS pode, que eu entendo que ela pode... que eu entendo que ela tenha sobre essa agenda específica da instituição que eu atuo, que é da agenda que hoje virou CFB como um todo. E aí eu acho que ela tem outras perspectivas de incidência. Não só no lado da fiscalização, mas até em toda a prospecção de agendas que hoje a gente vem discutindo no programa de ações preventivas. Eu acho que é uma incidência sim, da FS, que está agregada a esta política pública que está instituída por meio de uma resolução. De reconhecer que a gente precisa trabalhar com as causas dos problemas”. (Participante.06)</p>
<p>Narrativa sobre estratégia de conservação ambiental associada à necessidade de transformações socioambientais estruturais integrada, a priori em nível discursivo, à agenda da proteção da biodiversidade e fiscalização ambiental</p>	

<p>Apontamento que evidencia a possibilidade de incidência. Neste caso, não especificamente de uma ação de EA como a observada nesta pesquisa, mas sim da narrativa que acabou por existir (e resistir) no âmbito da fiscalização, usualmente associada como uma das principais estratégias de proteger bens ambientais e, também, comumente reduzida à sua dimensão de comando e controle. Portanto, essa evidência apontada configuraria, mesmo que ancorada numa percepção individual, um vislumbre de alcance e de horizonte desse tipo de incidência política por dentro do Estado. “Alcance” porque fornece subsídios para atribuir sentidos à EA, à fiscalização e à gestão de UC, por exemplo. “Horizonte” porque reconhece que tal incorporação discursiva, por si e desacompanhada de materializações institucionais e práticas, não é suficiente para efetivar transformações necessárias (maior capacidade de diálogo do Estado e de seus agentes, menor ênfase à coerção dissociada do reconhecimento das assimetrias características de um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável).</p>	<p>“[...] a hora que eu ouço o discurso do coordenador [de fiscalização e biodiversidade] falando isso, que a gente precisa compreender que os problemas da fiscalização, que a gente precisa compreender que as causas dos problemas e que a gente tem uma agenda, que é a agenda do incentivo a uma produção mais sustentável, pelo menos no âmbito do meio ambiente, na prospecção da secretaria de infraestrutura e meio ambiente, que a gente pode aplicar, eu entendo que isso é uma incidência diretamente relacionada a esse tipo de trabalho que foi desenvolvido”.</p> <p>(Participante.06)</p> <p>“[...] minha percepção é de que assim: foi muito bom para o grupo. Institucionalmente, eu acho que nós não conseguimos que ficasse institucionalizada.” (Participante.01)</p> <p>“A FS trouxe essa reflexão do sentido da EA, do diálogo, da participação”.</p> <p>(Participante.04)</p>
<p>Percepções opostas sobre resultados da ação de EA aparentemente condicionados pelo lugar institucional e expectativas depositadas. Naquele de fiscalização, incidência na orientação de políticas posteriores; naquele de gestão de UC, que lida diretamente com os territórios e já acumula experiências em EA e participação social, sentimento de frustração.</p>	
<p>Dois apontamentos que expressam percepções contrárias. Especialmente em relação a desdobramentos posteriores da ação de EA observada em outras políticas – aqui, de elaboração de planos de manejo.</p> <p>De um lado a compreensão da ação analisada e, principalmente, sua base conceitual e teórica sobre conservação e os sentidos atribuídos à EA e às funções e alcance da fiscalização. Esta, apoiada também na prevenção e exercendo um papel fundante de uma reestruturação política relevante na maneira de pensar e fazer política pública do órgão governamental de EA, a CEA.</p> <p>De outro, a percepção a partir de outro órgão, com maior experiência tangente à criação de UC, à participação social em sua gestão e à elaboração – também – participativa – de seus planos de manejo.</p> <p>A distinção de compreensões, que adquire tons claros, aparenta se remeter ao peso que uma ação de EA teve para uma instituição em comparação com</p>	<p>“Desmistificar a participação social como algo perigoso, arriscado e isso influenciou nos planos de manejo, na possibilidade da CEA se envolver com esse tipo de trabalho e ajudar no grupo de trabalho que foi criado. E acho que indiretamente influenciou a retomada da CIEA [Comissão Interinstitucional de EA], porque graças a essa perspectiva da participação social houve uma abertura para uma gestão de retomar os diálogos com a sociedade civil para conseguir regulamentar a política e implementar a CIEA. [...] Teve vários impactos. Eu acredito que foi um divisor de águas mesmo para a EA do estado”. (Participante.03)</p> <p>“para mim isso soa estranhíssimo. Não soa bem para mim. Para o meu ouvido. Não acompanhei absolutamente nada desse processo da formação do comitê dos planos de manejo e de vocês serem convidados para fazer um trabalho que, com certeza, é um trabalho muito legal e muito bom. Talvez tenha da minha parte um pensamento bem anterior sobre desmistificar a participação social talvez. Nos planos de manejo que eu já participei. Talvez na implantação dos conselhos gestores. Antes do SNUC, depois do SNUC. Quando eu trabalhava no IF há... o nosso trabalho era de</p>

um hipotético impacto que não teria ocorrido à FF.

Outra característica elementar das diferentes posições em relação a uma eventual influência da FS para redução de restrições à participação social se localizaria - para além de experiências anteriores no órgão gestor de UC - na maneira como a FS serviu de lastro para a participação da equipe de educadores envolvida naquilo que se tornou uma tentativa explícita de incidir na política - então em formulação - de elaboração de planos de manejo.

Aqui cabe uma digressão que auxilia na compreensão de ambas as posições, de forma a buscar sua complementaridade.

À época da composição de um comitê de integração, com representações de todos os órgãos do sistema ambiental, para tratar de planos de manejo e a revisão do roteiro metodológico para o Estado de São Paulo, a CEA sequer tinha sido convidada. Assim como a Assessoria Técnica de EA da FF também estava alijada das discussões e decisões desse comitê, coordenado diretamente pelo gabinete da então SMA. Nesse cenário, e diante da imposição legal de haver participação social no percurso de elaboração dos planos, a CEA e a referida Assessoria Técnica foram demandadas a dar conta dessa participação social obrigatória (por uma conquista civilizatória da sociedade brasileira).

Personificados em duas educadoras, uma da CEA e outra da FF, ambas sem assento no comitê, esses dois lugares institucionais já haviam sido convencidos (pela práxis que lastreava, recentemente, a possibilidade de se trabalhar a EA em perspectiva crítica na gestão ambiental e, em especial, de UC). Teriam buscado, por isso, compor um grupo de trabalho com aqueles mesmos educadores envolvidos com a FS.

Diante da concordância do comitê - por não poder contar com a contratação externa para realizar essa participação social nos planos e descartar as opções consolidadas historicamente na própria FF por razões político-ideológicas - esse grupo de trabalho buscou sintetizar o acúmulo de experiências da FS no então recente trabalho educador com conselhos, com repertórios da própria FF, de maneira a buscar incidir naquela política em desenvolvimento.

montagem de conselhos. Eu comecei a trabalhar no IF a partir do ano 2000 e foi mais menos concomitante. A equipe que eu trabalhava tinha como atribuição montar conselhos nas UC. A agente fazia isso loucamente. Tinha lá as nossas distribuições regionais. Eu trabalhava mais na Serra do Mar do que no Vale do Ribeira. Mas eu também trabalhava no Vale do Ribeira. Então, me soa - não sei. Eu não sei achar a palavra - para mim. Eu entendo, eu fico contente assim, quando vocês relatam isso.

Que vocês veem isso como um desdobramento que quase salva - mesmo sem eu saber nada do que acontece nos planos de manejo - a impressão que eu tenho é que vocês quase salvam o processo inteiro. Mas, não sei. Talvez seja uma coisa de cabeça dura, mas eu não acredito que a coordenação desse comitê ou a FF tenha avaliado o trabalho da FF e tenha dito: 'ah, é esse o trabalho que a gente quer para os planos. É essa desmistificação da participação social'. Eu acho que vocês se encaixaram num momento em que não era para ninguém ser contratado e vocês são pessoas com extrema competência em conduzir processos. Então vocês serviam para fazer isso lá. Mas lamento muito dizer isso. Peço desculpas para você, Moderador, porque estou um pouco ácida aqui nas respostas, mas não posso não ser absolutamente sincera. Principalmente com você. E eu sinto isso. Talvez seja até desconsiderável esse apontamento. É mais um sentimento do que uma análise."

(Participante.02)

Portanto, não teria sido o comitê a convidar esses educadores diretamente e muito menos em função da perspectiva educadora e emancipatória da FS (que talvez sequer conhecessem). Mas aceitaram porque observaram que haveria experiência prévia do grupo com participação via conselhos de UC e porque precisavam de pessoas, do sistema ambiental, para isso.

Nesse cenário, esses educadores vislumbraram a possibilidade de institucionalizar essa qualidade de EA e participação social na gestão de UC pela via da incorporação metodológica de seu trabalho no que se tornou o “novo roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo das UC paulistas”.

A questão da desmistificação teria sido, também, do próprio grupo que, apesar de aceito pelo comitê, foi recebido com razoável desconfiança daqueles profissionais comprometidos com a execução do cronograma, mas pouco familiarizados com as demandas inerentes à participação, como o respeito ao tempo dos participantes, a necessidade imperativa da escuta ativa e a incorporação, nos planos, das contribuições advindas das oficinas participativas.

Diante do esforço do grupo de educadores em compatibilizar participação e cronograma, assim como de um inicial entendimento desse grupo de trabalho de que estariam ocorrendo alterações nessas relações entre membros do comitê e a proposta metodológica que estendia significativamente a participação (em comparação com as expectativas iniciais da SMA), teria ganho terreno a compreensão de que a participação estava sendo desmistificada.

Contudo, essa desmistificação teve seu alcance limitado, confirmando que a correlação de forças tende a ser repressiva em relação a iniciativas contra-hegemônicas. Nem a metodologia de participação em planos de manejo foi incorporada ao novo roteiro, nem o grupo de trabalho continuou existindo com os mesmos educadores.

Ainda assim, o uso do termo “desmistificação” e do argumento de que a participação social teria contribuído sobremaneira à construção e aprovação civilizadas dos planos podem ser tomados como recursos político-discursivos. Algo como capital político a ser usado numa guerra de posições

<p>nesse quadrante ambiental da sociedade política no Estado Integral. Foram utilizados na tentativa de “auto-valorizar” politicamente esse recente esforço institucional de fincar uma bandeira da participação educadora em perspectiva crítica e horizonte emancipatório no território do planejamento de UC. Isso no lugar de qualquer reivindicação de “invenção” da participação social na gestão ambiental, e muito menos da gestão de UC.</p>	
Diferentes percepções sobre alcance e potencialidade da ação de EA a depender da instituição envolvida (fiscalização, gestão de UC e EA)	
<p>Pontos que evidenciam contribuições e resultados da ação educadora nas diferentes instituições representadas na coleta de informações. E observa alterações quanto àquilo que compete, inclusive, a um órgão de fiscalização. A criação de um centro técnico para desenvolver políticas preventivas sinaliza, no mínimo, um acréscimo no rol de competência de um órgão comumente associado a políticas de comando e controle. Além dessa forma de se criar condições institucionais que podem configurar algumas conquistas relevantes de posições no âmbito de aparelhos da sociedade política quanto à conservação, outro elemento apontado se refere a uma outra expressão institucional. A criação de um instrumento normativo, uma resolução (que manifesta um comando do responsável pela pasta), institui uma política de ações preventivas. Nela, a previsão, formal, de a fiscalização ambiental também se pautar por iniciativas de uma agenda positiva, ou seja, alternativas ao comando e controle e mais próximas da afirmação de outro paradigma com relação ao acesso e uso da biodiversidade no enfrentamento de causas da pressões que são objeto das atenções inicialmente coercitivas. Ou seja, ao passo que se aponta à complementaridade da perspectiva preventiva àquela repressiva na proteção da biodiversidade, finca-se uma espécie de bandeira nesse território da fiscalização. Fiscalizar passa a ser reivindicado como prevenir; prevenir é disputado como desenvolver uma “contra-narrativa” quanto ao uso da biodiversidade, em associação com modelos contra-hegemônicos. Tais elementos constituirão aspectos discursivos incorporados por personagens dirigentes é compreendido como conquista de posição também. E, antes de serem tomados como abstratos porque discursivos, as informações colhidas nos depoimentos afirmam sua origem concreta, partida da experiência e de seus resultados organizados e</p>	<p>“[...] na CFA – agora CFB na época – e eu vou falar especificamente da agenda de fiscalização, a FS foi importante para compartilhar a reflexão – e eu entendo que ela chegou ao ponto de institucionalização – do reconhecimento de que a fiscalização é insuficiente para solucionar os problemas que a gente enfrenta. Os problemas ambientais que são enfrentados pela própria fiscalização” (Participante.06)</p> <p>“E uma outra coisa que eu acho que é um indício, que é a gente, numa conversa com o coordenador, ele pontuar, justamente, que a missão da CFB é atuar sobre as causas desses problemas. Então eu acho isso muito importante. E acho que embora ainda esteja num âmbito pessoal, de algumas pessoas, são pessoas chave, que estão em papéis importantes e eu acho que o trabalho, agora, é passar do discurso para efetivar uma prática muito associada a essa questão. E eu acho que isso tem aberturas importantes. E eu acho que isso, para mim, é um impacto do reconhecimento do trabalho que a FS iniciou – e eu não vejo que é só a FS, obviamente – mas também num reconhecimento do que ela traz. A questão da própria EA, como ela é esse instrumento importante em todas os outros instrumentos da política ambiental”. (Participante.06)</p> <p>“[...] eu lembrei um pouco do curso, lá da capacitação em proteção e fiscalização que foi organizada, no caso, pelo Gustavo [ex-assessor técnico de monitoramento e fiscalização da diretoria executiva da FF] e pelo Alberto [técnico da FF interlocutor do BID em projetos financiados por este banco], e que foi muito importante o aporte da própria questão da FS, que foi tratada no curso, no aspecto... eu acho que se a gente não conseguiu um alcance institucional de entendimento do que e como ela pode agir, eu acho que a gente conseguiu um espaço nesse curso para tratar da FS, especificamente, relatando um pouco desse esforço. Inclusive tratar da EA e do programa de EA da FF, no âmbito do curso de proteção e fiscalização. Junto a gestores, guarda-parques, funcionário do IF que atuam na fiscalização das unidades da FF. Então, eu acho que também eu entendo isso como um impacto, assim, do trabalho. E até na perspectiva do curso, de reconhecer a perspectiva preventiva</p>

publicizados, além de trabalhados internamente ao sistema ambiental. No entanto, ao passo que em uma instituição – de fiscalização – teria havido evidências de provocação de alterações discursivas e institucionais (portanto, a priori, mais concretas), naquela instituição gestora das UC a percepção é de frustração. Qualquer impacto, inclusive, estaria condicionado a uma continuidade interrompida por circunstâncias negativas do ponto de vista da direção da própria pasta, que teria paralisado iniciativas relativas à participação aos Conselhos de UC e até mesmo à EA.

Se no âmbito do órgão de fiscalização da SMA a contribuição da FS foi, talvez, mais efetiva, uma vez que não haveria precedentes quanto à prevenção, à participação e à EA. No órgão gestor de UC a importância da FS não se coaduna com uma perspectiva tida como “nova”. Na história desse órgão haveria um razoável acúmulo de experiência de EA associada à participação social no planejamento e na gestão de UC, sendo a FS uma espécie de dispositivo metodológico e oportunidade de resgatar e atualizar tais experiências prévias. Depreende-se que adviria disso o sentimento de frustração, configurando também um elemento importante de análise: para configurar conquista de posições em instituições com essa característica de experiência prévias, a incorporação discursiva e estrutural não é suficiente.

É preciso, sobretudo, que tais políticas se materializem “na ponta” e transformem materialmente as vidas nesses “territórios de conservação” que são as UC e entornos. Caso contrário, corre-se o grave risco de constituir-se em movimento essencialmente burocráticos em sentido pejorativo, de distanciamento da realidade. Ainda assim, teria havido uma importante incidência na formação de profissionais na gestão de UC, gestores e respectivas equipes de gestão. Diante de alguma capacidade de comunicação das características da FS no trabalho de EA nos Conselhos gestores como importante elemento preventivo da fiscalização ambiental, um movimento de capacitação em proteção e fiscalização – pensado e planejado por duas instâncias de gestão, ICMBio (MMA) e FF (SMA-SP) – incorporou a FS tanto como em um módulo do curso, como também sua lógica de prevenção

como estratégia de proteção da biodiversidade.

Já o órgão responsável pela execução da política de EA no estado de São

como componente essencial da proteção e fiscalização ambiental das UC. Isso estava como objetivo, inclusive, do curso. Isso vai estar registrado tanto nas aulas que foram gravadas e que vão ser disponibilizadas para gestores e tudo mais. E também vai estar no manual de proteção e fiscalização que foi elaborado. Então, eu acho que é um impacto importante. É mais uma contribuição. Eu acho que, quando principalmente a Participante.02 e a Participante.01 falam dessa dificuldade de ver esse impacto, talvez, eu não sei se essa palavra impacto ela é, ela é muito forte. Não sei se seria um impacto direto, mas é uma contribuição que essa perspectiva trouxe para essa discussão. Então quando a gente foi montar um curso de proteção e fiscalização ambiental, a perspectiva preventiva entrou como um objetivo específico. A gente conseguiu levar essa reflexão e contribuir, levar essa discussão para compartilhar com todos esses atores”. (Participante.06)

“Um projeto que tem uma perspectiva de impacto de recuperação de conceitos, de preceitos, de perspectivas muito importante, muito interessante. O que aconteceu, na minha visão? Como conquista e o resultado ele foi interrompido. O impacto, eu avaliaria, o parâmetro do impacto teria sido a gente conseguir continuar mais um pouco. E todo o esforço metodológico e organizativo das causas de um grave problema, no caso, que era o impacto da extração do palmito sobre a fauna, que era isso que a gente acabou amarrando como a perspectiva para a discussão no polo 14, se isso tivesse podido ser continuado. Quando o projeto foi interrompido, o movimento foi interrompido. O impacto que poderia ter havido não se estabeleceu. Aí a gente diria: ‘ah, porque os gestores não estavam suficientemente treinados. Porque a equipe da FF não assumiu o projeto’. Não! A mesma contingência que fez o projeto desaparecer foi a que submeteu os gestores, a assessoria técnica, a instituição, a ficar paralisado, a ter outros rumos e a ter muita dificuldade para discutir participação social.” (Participante.02)

“[...] a questão da participação social é uma coisa posta. O que a FS faz é atualizar, é decodificar, é trazer isso para o seu real papel, mas isso não é uma coisa desvendada naquele momento [do desenvolvimento da FS]”. (Participante.02)

“[...] se a gente olha para o histórico, se a gente olha para trás e todos nós reconhecemos a FS como um projeto imprescindível para o programa de proteção de todas as unidades, a gente pode olhar para todos os nossos históricos também”. (Participante.02)

“Acho que a FS, ela impactou muito na nossa forma de pensar os processos formativos e na forma de pensar o próprio papel da EA nos espaços e nos instrumentos de gestão. Acho que isso, ele refletiu muito no trabalho do comitê de

Paulo, a CEA, traz a partir do olhar das educadoras consultadas outra dimensão de impacto da FS. Se na fiscalização a FS contribui a um deslocamento na compreensão sobre a extensão da proteção da biodiversidade em sentido amplo, provocando frustrações no órgão de gestor de UC especificamente, na EA o impacto teria sido mais forte. Se deu como “um divisor de águas”, na medida em que teria estabelecido uma referência robusta que subsidiou a consolidação de sentido até então conhecidos, mas sem perspectivas de adquirir materialidade de iniciativas, ainda que experimentais, muito menos de políticas de EA. Depreende-se que a FS teria contribuído, a partir de uma experiência na fiscalização, com o fortalecimento de perspectivas sobre o que orienta a concepção de EA e sua relação com os demais instrumentos da política de meio ambiente.

A FS, de acordo com as análises colhidas por aqueles e aquelas que, de alguma forma, a desenvolveram, teria projetado ou lançado uma compreensão sobre como a participação, além de um direito, pode ser educadora e mesmo “funcional” a diferentes instrumentos de gestão ambiental (para além da fiscalização). Por óbvio, esse termo “funcional” demanda associação a uma visão de mundo, no mínimo, compatível com a expectativa de grupos sociais intervirem na formulação e condução de respostas a problemas percebidos coletiva e socialmente, na forma de políticas públicas. E é também significativo identificar que esse movimento de observar impactos e contribuições que uma ação de EA com as características da FS teve sobre diferentes instituições com as quais estabeleceu diferentes pontos de contato, induziu a criação de expectativas sobre instituições como a Polícia Ambiental. Tida como de participação aquém do necessário ao longo da implementação da ação de EA em tela, foram criadas expectativas de que elementos da FS como abertura ao diálogo sobre o que vem a ser prevenir, fiscalizar e proteger a biodiversidade permeassem a orientação prática e concreta de um aparelho coercitivo por origem, natureza e excelência.

Essa ação de EA, circunstancialmente denominada FS e desenvolvida no âmbito da gestão de UC, carregaria algo relevante do ponto de vista metodológico, mas, principalmente, das concepções que articula. Sobre

integração de EA, nos Diálogos, como uma ferramenta para construir diretrizes de EA. Isso ficou claro no Diálogo de fiscalização, isso refletiu no Diálogo de áreas protegidas e, de alguma maneira a gente tenta extrapolar isso para outros instrumentos, como recursos hídricos, resíduos sólidos. A gente sempre pensa que tipo de intervenção a gente pode fazer para qualificar os espaços de participação. Os conselhos, os comitês. Na CEA a gente elaborou alguns projetos com inspiração na FS”. (Participante.03)

“[...] eu estou no monitoramento, a gente trabalha com esse lance de ficar fazendo denúncia, monitorar, encaminhar para a polícia [ambiental] – então talvez eu tenha um pouco de dificuldade de fazer essa dissociação do trabalho de fiscalização, com o trabalho que a polícia faz. Que é um trabalho de cooperação entre as duas instituições. Mas, talvez eu tenha levado o lance da utopia a uma camada estratosférica assim. Lá para o mundo da lua”. (Participante.07)

“Nas nossas oficinas sempre tinha alguém da polícia. Acho que com a participação que, claro, deixava a desejar. Mas quando eu olhava para isso eu sempre pensava que esse aí – voltando para essa questão do impacto – esse seria então um impacto também, primordial. Que a polícia pudesse compreender melhor o que é a participação social. Que a polícia fosse além do é comando e controle. Que a polícia participando daquelas oficinas e daquele planejamento – porque, por fim, tínhamos um planejamento e que sem a polícia, também, aquele planejamento ficaria inexequível, ficaria capenga.” (Participante.02)

“[...] dentro de um determinado contexto a FS ela acabou... se ela não inventou a roda e nem era essa a intenção, ela acabou alcançando um grau de referência para outras atividades que surgiram e que foram sendo desenvolvidas a partir ou depois da FS”. (Participante.07)

“[...]o alcance talvez por um lado, no sentido um pouco difuso, que diferentes atores dentro do sistema, parece que estão percebendo que tem alguma coisa ali que funciona. Independentemente de eles concordarem ou não com essa visão de mundo. Isso é uma coisa que parece que acontece para tudo quanto é lado, assim. E é uma coisa forte para mim. Eu não estive diretamente envolvida. Sou aqui, de todos os participantes, a que tem o contato mais distante com isso tudo, mas me chama bastante atenção assim, ao longo do tempo, nos diferentes espaços da instituição, como vai aparecendo essa manifestação de que as pessoas estão identificando ali, na proposição da FS, tem alguma coisa de muito valioso. Ou se muito significativo. Seja eu contra ou a favor da perspectiva. Eu acho que – não sei se vou conseguir formular muito bem a ideia aqui nesse momento – mas a questão da potencialidade,

<p>participação social, sobre a própria EA, sobre a gestão de UC e sobre conservação e a proteção da biodiversidade. E sobre o Estado em um esforço de amadurecer uma perspectiva socioambientalista sobre seu papel. Ou, ao menos, contribuir para isso nessa práxis tomada como objeto de pesquisa para esta tese. Embora não haja indícios ou evidências de uma ação de EA comprometida explicitamente com outros projetos societários, a FS congregaria elementos que permitem caracterizá-la, no mínimo, como estratégica. Seja para firmar a EA como processo emancipatório de tomada de consciência dialogada e organizada por agentes sociais usualmente oprimidos ou marginalizados, seja por apontar – e exigir – uma gestão pública do meio ambiente que, utopicamente, aponta para a necessidade de outros padrões de relacionamentos na sociedade e desta com o meio ambiente.</p>	<p>para mim, ela está voltando na fala ali da Participante.03. Tem alguma coisa na proposta que tocou na essência. E é por isso que a gente consegue puxar para diferentes contextos que ainda não aconteceram. Então talvez eu possa refinar esse pensamento, assim, com mais tempo, mas isso me chama muito a atenção. Tem alguma coisa que está sintetizada na metodologia da FS. Talvez porque ela traz de uma maneira muito prática, muito concreta todo um acúmulo de fundamentos, de pressupostos, de perspectivas que se expressa numa forma prática de intervenção. Ela é muito densa. E porque ela vai nessa essência da dimensão educadora da participação social. Isso para mim é o cerne da potencialidade. Em tese ela pode ser ampliada para contextos infinitamente diversos [...]” Participante.05</p>
<p>Ação de EA configurando-se em vértice de reflexões estruturantes à construção de contra-hegemonia – problemática socioambiental, concepção de Estado e projetos societários</p>	
<p>Houve análise dos Participantes que sintetizaram as demais leituras sobre potencialidades localizando a FS como vértice da construção dialogada de uma narrativa sobre a problemática socioambiental e a concepção de Estado e de potenciais projetos de sociedade que passam pela revisão conceitos em uma disputa por posições institucionais e no próprio campo ambiental e da conservação. E talvez, justamente, por isso, estaria chamando a atenção de personagens distintos. Ora contrários, ora favoráveis porque identificados com a mesma luta, as mesmas disputas na mesma – ainda que não tão conscientemente reconhecida – guerra de posições.</p>	<p>“[...] só funciona, só é a FS, o projeto só se estabelece se o alcance for para o sistema. Não tem como o alcance ser só para a CFA. Não tem como ser o alcance ser só para as unidades de proteção integral que é o que mais a gente trabalhou nos polos. Não tem sentido. É o alcance do sistema. Por isso que eu acho que o projeto, em si, ele é tão assertivo. Porque faz um olhar do sistema de meio ambiente. E o que o sistema de meio ambiente precisa? Precisa ir além em vários conceitos. E aí eu junto com as potencialidades. Quais são as potencialidades da FS? Possibilitar a revisão e a absorção de muitos conceitos importantes. Então, alguns vão ser revisados. Talvez os mais velhos, as pessoas, os funcionários, os atores sociais de dentro e de fora, das instituições do sistema ambiental podem revisar. [...] Como muitos ficaram muito contentes, como o Gilberto Ohta [liderança comunitária no Bairro Guapiruvu, em Sete Barras, Vale do Ribeira], que a gente sempre fala disso – eu nunca me esqueço, numa das nossas oficinas, que o Gilberto levantou e disse: ‘num estou acreditando que eu tenho um espaço para dizer isso numa reunião que é institucional’. Quem tinha que falar pelas bordas, de repente compondo uma narrativa de um momento institucional e que tinha uma meta e que tinha uma pretensão e que estava lá, registrado, gravado. Então, um potencial de revisão de</p>

	<p>conceitos da conservação. Do socioambientalismo. Então, isso é um potencial bem grande”. (Participante.02)</p> <p>“[...] a potencialidade de desmistificar a participação social – porque a FS, como a Participante.03 bem falou, faz isso. Vai lá, organiza, puxa, com tranquilidade e com democracia. Possibilita que a participação social se estabeleça como uma coisa inerente à gestão de espaço protegido. Quer dizer, demonstra. Não existe nenhum risco ao poder do Estado a participação social. Pelo contrário. O Estado se fortalece. Uma outra potencialidade é de valorizar os Conselhos das unidades. No caso os conselhos consultivos porque a FS, até onde eu percebi não trabalhou com que não fosse [UC de] proteção integral, com uso sustentável. Então só conselhos consultivos. Então valorizar... como que você falava, Moderador? ‘O espaço. O conselho consultivo é o espaço’. Nessa síntese que você fez para apresentar aqui para nós a discussão e para ontem, que você apresentou. Algumas coisas que eu sempre ouvi de você eu não vi. Talvez porque eu não vi ou não me chamou a atenção. Mas coisas como essa: o conselho consultivo como o espaço de discussão. O espaço de participação. O espaço de consolidação. O espaço de percepção do que acontece no território. Então a FS abriu uma perspectiva maior para os Conselhos que acho que em outros tempos existia essa perspectiva, mas que no momento da FS isso era uma lacuna mesmo. Então, e aí ainda por cima, juntando vários conselhos num mesmo espaço de discussão como foi o polo 14, que tinha várias unidades e vários conselhos e vários grupos discutindo temas ao mesmo tempo. E também consolidar nos conselhos o conceito de proteção. (Participante.02)</p> <p>“[...] o alcance do trabalho é fortalecer, somado às diversas experiências outras que já existentes, essa perspectiva da EA como fomentadora da participação social nos instrumentos da política de meio ambiente. Entendo que esse alcance é muito importante porque a gente sempre está falando aqui da participação social como ‘eixo 1’, mas a gente está entendendo essa formação como processo formativo também. Então eu queria aí esse reconhecimento do aspecto da EA como fomentadora desse processo de participação social. Que vem todo um aporte importante, formativo.” (Participante.06)</p>
Ação de EA projetando a possibilidade e forma de materializar e trabalhar a dimensão educadora de outros instrumentos da política de meio ambiente	
As potencialidades da ação educadora examinada, segundo os depoimentos colhidos, apoiar-se-iam em uma compreensão da FS como ação de EA passível de transversalização. Ou seja, de diálogo e incidência da EA nas diferentes estratégias de gestão ambiental. Não como instrumento destas	<p>“[...] eu colocaria a potencialidade de criar alguns deslocamentos importantes aí, de visão. Eu falo isso sob o aspecto especialmente da fiscalização. Eu acho que o potencial que criou foi essa perspectiva de compreender que os problemas de fiscalização especificamente estão atrelados a causas que vão muito além daquilo</p>

<p>últimas, mas sim como <i>lóci</i> de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica, intencionalidade emancipatória e que estabelece um horizonte político de transformação social, reivindicando o Estado como mediador de conflitos socioambientais (aqueles com corte significativo de classe, originados ou relacionados diretamente com as regulação do acesso aos bens ambientais).</p>	<p>que a gente enfrenta. Por isso o entendimento de que o comando e controle não é suficiente”. [...] é um desafio que a gente teria que alcançar – que eu não sei seria suficiente só a FS, mas talvez todo esse arcabouço e esses desdobramentos e alcances que ela tem – para a gente alcançar, chegar, por exemplo, na polícia. Porque eu super compreendo que nosso impacto sobre o entendimento da polícia – embora a gente tenha feito várias conversas tentando explicar para a polícia que quando a gente falava ‘preventivo’, estava além do patrulhamento – não são suficientes. Embora a gente tenha trazido – é bom compartilhar – a gente tem trazido um pouco essa discussão agora numa outra demanda junto com a polícia que o planejamento anual estratégico da fiscalização. Em que a perspectiva preventiva também entrou nessa discussão. Então, a gente fez pouco discussões ainda com a polícia, mas da gente entender que a gente precisa olhar para os setores, a gente precisa de outros trabalhos além daquele trabalho de fazer a autuação, ir lá e repreender pela execução de uma infração, enfim. Então eu acho que é uma potencialidade. Que inda vejo como um desafio. Não é uma potencialidade alcançada. Mas acho que ela inspira esses desdobramentos. Esses deslocamentos de visão. Que, para mim, na fiscalização são muito importantes. Foram muito importantes com a realização dessa iniciativa especificamente”. (Participante.06)</p> <p>“[...] um ponto central seria esse do papel do Estado na gestão ambiental. E ela dá essa oxigenada e na nossa conjuntura atual de autoritarismo, de um certo recolhimento do Estado democrático, seria um potencial grande assim”. (Participante.03)</p>
<p>Desafio de expandir o que se pode entender como sistema de valores e ideia força apoiada na perspectiva crítica</p>	
<p>Há desafios apontados pelos depoimentos que podem ser associados à necessidade de um ganho qualitativo e quantitativo, ainda no interior de um sistema, o ambiental, no âmbito da sociedade política. Ou seja, tanto em termos de buscar alcançar o maior número possível de agentes públicos em processos formativos – não formais e também informais (aqueles sem intencionalidade pedagógica explícita ou programada, usualmente em iniciativas de gestão pública com dimensão formativa pronunciada – quanto também de forma fundamentada, consistente e conscientemente vinculada a um sistema de valores e uma perspectiva crítica condizentes com alternativas paradigmáticas contra-hegemônicas. E isso sem perder de vista o risco de cooptação, por sua vez passível de aproximação com uma categoria gramsciana não tratada no capítulo um desta tese, o</p>	<p>“[...] me parece que um desafio – que é o desafio da FS, enquanto um projeto já com alguma idade desde 2005 [na verdade, 2013] com vários experimentos feitos – mas um desafio que se agrega nesse momento é a gente superar esses desafios. Quer dizer, um desafio seria a gente superar esse momento. A gente superar essas dificuldades. E aí, uma coisa que eu já queria ter falado aqui e não consegui é a palavra que você usa de contra-hegemonia que, nem ontem, nem hoje a gente falou desse conceito também. Lá na minha tese eu acabo, muito inspirada também em você, colocando esse conceito de hegemonia. Porque quando eu chego lá naquele conceito de ‘agente público militante da conservação’, ele é contra-hegemônico. Ele percebe uma hegemonia que o Estado absorve e quando essa... existe essa potencialidade de conceitos básicos, de preceitos, de princípios, esse agente contra-hegemônico ele trabalha nas bordas. Ela está lá dentro fazendo projetos de FS. É isso. É isso que esse agente público militante da conservação que foi desenhado lá</p>

“transformismo”.	<p>naquela tese faz. Faz exatamente isso e congrega os seus pares. Depois tenta congrega todo mundo. [...] quando eu penso um pouco no que você falou do desafio eu acho que é ter calma, paciência, é ter resiliência, é ser resistente. É ter consciência do que a gente é. E esse é um desafio colocado por quem conduz um projeto como a FS. E como vocês que conduziram são esse perfil: gente forte, gente que sabe o que está falando, gente com uma formação social aprofundada. Então, o desafio é continuar nessa linha. É não deixar esse projeto ser cooptado e ser limado, e ser diluído nesse movimento hegemônico. Que ele continue na contra-hegemonia”. (Participante.02)</p>
------------------	--

Apêndice C - Transcrição do grupo focal com agentes públicos formuladores e implementadores da ação de EA

1ª parte do encontro – 14 de abril de 2020 – 15h40 às 17h – realizado por videoconferência em razão da quarentena (COVID-19)

Transcrição 1º encontro

Moderador: agora a gente inaugura a 2ª parte (a 1ª havia sido destinada a uma exposição breve sobre a pesquisa). São 15h40, a gente pode ir até umas 16h30. Se a gente conseguir terminar as questões agora bem, senão a gente faz um intervalo. Cada um e cada uma de vocês se entendendo como uma pessoa que participou, de alguma forma, de algum lugar, e partindo das considerações feitas pela pesquisa – quais sejam: aquelas enviadas por email e expostas há pouco, como vocês se apresentam e como analisam seu envolvimento com a Formação Socioambiental. Para responder a essa pergunta, é pedir a palavra. Podemos tentar essa dinâmica. Quem começa?

Participante.02: fala você, moderador, quem começa.

Moderador: pode ser então? Eu começaria pelo Participante.07. Pode ser Participante.07?

Participante.07: Sim.

Moderador: como você Participante.07, se apresenta; onde você estava no começo da FS e como você analisa seu envolvimento com ela.

Participante.07: bom, eu me aproximei de vocês, Moderador e Participante.06, logo que vocês foram para a fiscalização. Eu já estava na fiscalização, no monitoramento e não tinha nenhum envolvimento com EA. Embora na época do concurso a minha opção, na carreira, tenha sido EA. Mas quando eu assumi e acabei indo para outra coordenadoria. Então eu acabei me aproximando de vocês. Trocar uma ideia, ver o que estava acontecendo, se vocês precisavam de alguma coisa. A gente sentava mais ou menos próximo e ouvia um pouco das conversas iniciais que você (Moderador) tinha com Participante.06 a respeito da FS. E aí eu comecei a ter algum interesse e fui falar. Não se falei primeiro com você ou com a Participante.06 e você me mostrou alguns textos bem iniciais sobre as primeiras ideias, imagino eu, com o que você gostaria de desenvolver ali na fiscalização. Ali acho que estava a semente do que seria a FS. E eu lembro que... eu não lembro exatamente o conteúdo completo. Era um texto de duas ou três páginas. Eu lembro que quando cheguei no segundo parágrafo – eu já contei essa história para você, não sei se para os outros – você escrevia a palavra natureza entre aspas. E foi o que me chamou a atenção; foi o que me fez buscar estabelecer um contato maior sobre o assunto. Porque eu havia estudado na faculdade essa questão de definição ou conceito de natureza etc. E quando você escreveu entre aspas eu pensei: ‘opa, eu acho que algumas coisas que eu estudei, na época da faculdade, e que de alguma maneira já dialogavam com a EA, eu poderia retomar nesse trabalho que você estava apresentando’. E eu acho que meu envolvimento mais significativo – ele até foi meio restrito – mas eu acho que ele tem a ver com essa discussão sobre, a princípio, o que significa essa natureza entre aspas. Para mim significava várias perspectivas a respeito daquilo que a gente define como natureza. Não existe ‘a natureza’, mas existem várias naturezas de acordo com o sujeito que a define. De acordo com o sujeito que com ela estabelece relações. Eu acho que aí foi minha aproximação com a FS e meu envolvimento, até no desenvolvimento da participação nos conselhos, foi trabalhar essa questão. A princípio uma discussão sobre o que é natureza, o que era meio ambiente, e que acabou chegando numa discussão sobre o que era representação social etc. Foi um pouco por aí. Eu não sei até que ponto eu posso estender a minha resposta. Ou até que ponto a minha resposta está respondendo efetivamente essa pergunta. Agora eu preciso de alguma manifestação sua, ou dos outros a respeito do que eu falei aqui.

Moderador: eu fiz de propósito escolher você primeiro Participante.07. Você não precisa se preocupar em esgotar a resposta na primeira vez, na sua primeira fala. À medida que outra pessoa responder do ponto de vista dela e da compreensão dela sobre a pergunta, você pode querer complementar alguma coisa da sua resposta. A gente podia mudar. Eu vou fazer o seguinte: vou usar como critério as

instituições que estão representadas aqui. Então o Participante.07 falou como CFA na época agora, então vou passar para a FF e vou pedir para a Participante.01 responder. Tudo bem?

Participante.01: Tudo bem. Enquanto Participante.07 estava respondendo eu estava pensando. Estava tentando lembrar. Como é que foi tudo? Aí as coisas estão vindo, um pouco sem organização. Mas o momento que a gente estava vivendo: vocês saídos da CEA. Vocês numa discussão da área de EA. Vocês indo para a área de fiscalização. A gente tendo tido contato ainda na CEA. Nós na gestão das unidades num momento bem triste. Então isso tudo se misturou para a gente estar pensando um pouco o que seria esse trabalho junto com os conselhos. E daí junto com a Pesquisadora-IF [pesquisadora do Instituto Florestal – IF] ... Então eu acho que a minha entrada foi... lembro muito esse momento turbulento. Quando vocês mandaram esse documento, talvez esse mesmo texto que o Participante.07 está falando – era duas ou três páginas, era uma proposta ainda, uma ideia – então eu li aquilo, Pesquisadora-IF estava próxima também e leu, e a gente viu uma luz. A gente viu: ‘olha, esse é o momento que a gente poder estar aproveitando e olhando para a EA daquela forma que a gente sempre falava. A EA é transversal. Os outros programas podem – podem não – têm que estar associados aos processos educativos...’. E acho que esse foi o despertar. Da gente poder estar fazendo alguma coisa em que a gente entendesse que aquela comunidade que a gente quer que esteja junto na gestão, ela esteja mesmo. Isso para mim é muito forte. Para mim é muito forte. Até hoje é muito forte com relação a isso. Acho que também não esgotei, mas acho que dá para começar a conversa. E aí só aproveitando, hoje por acaso eu conversei com a Pesquisadora-IF pelo Whatsapp. Perguntando como ela estava nesse momento e tal. E falei com ela: ‘olha, daqui a pouco a gente vai fazer uma conversa. Você não quer?’ E ela falou: ‘Ah, não me tenta!’ Mas hoje ela não podia. Ela falou: ‘Hoje eu não posso. Está bem difícil toda essa rotina da casa’. Eu acho que deve estar para todo mundo. O Moderador, com dois filhos então... Aqui em casa são cinco. Mas depois eu vou falar com ela. Se, de repente, ela se integrar. Sei lá, pode ser o momento. Mas é isso. Eu acho que dá para começar a engatilhar a conversa.

Moderador: bom, agora eu vou passar para a Participante.04 (CEA). Está aí Participante.04?

Participante.04: Ai, por que para mim? Eu queria ouvir mais histórias... Afinal eu entrei por último na FS e neste diálogo de hoje.

Moderador: A questão é exatamente essa: como você se apresenta e isso que acho que pode ser uma coisa mais exposta aqui. Você estava na CEA, enfim, o panorama, o contexto na CEA e como foi o seu envolvimento a partir do contato e da articulação com o que vinha sendo feito na FS.

Participante.04: Em 2015 vocês apresentaram a proposta. A gente tinha conhecido o Moderador e a Participante.06 por meio de uma agenda integrada com a fiscalização, que era no âmbito do conduta ambiental legal, e depois disso eles apresentaram essa proposta da FS – Moderador, Participante.06 e Vivi – apresentaram para o Gilson, que era coordenador da CEA na época. Me recordo que o Gilson falou que as reuniões para ele eram, no máximo, de vinte minutos, e que essa reunião foi bem interessante. Acho que durou cerca de uma hora, uma hora e meia. Ele disse que foi a primeira reunião que ele realmente gostou. Das falas, do conteúdo, de todo esse envolvimento, tanto de articulação, como da proposta ali, consolidada. Aí eles foram apresentar para ter essa articulação e envolvimento da CEA. E a partir daí nós fizemos uma imersão. Moderador e Participante.06 disponibilizaram todos os textos para gente tomar pé de todo esse trabalho que já estava consolidado por vocês. Aí começamos a fazer as reuniões para nos inteirarmos da proposta. Depois nós participamos no Mosaico Paranapiacaba e no Parque da Cantareira, tendo essa vivência de tudo. Da metodologia ali nos conselhos. Participaram algumas pessoas da CEA. Algumas com envolvimento e outras não. Lembro que também a Carol Gruber, quando vocês foram apresentar o Gilson colocou algumas pessoas da equipe. E aí eu lembro que ela lamentou assim para mim: ‘puta, quando tem uma agenda superbacana escolhem outras pessoas’. E aí ela fez toda uma articulação para poder se envolver na proposta. Eu acho que foi uma das meninas que colaboraram bastante. Isso fica para vocês, mas eu acho que ela agregou bastante pela CEA na proposta. Para mim, além das reuniões no parque, nas unidades de conservação, o que chamou a atenção para mim foi a dinâmica do CADES [Conselho Regional de Meio Ambiente, desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz do Município de São Paulo], depois, com o desdobramento da FS no Parque Estadual da Cantareira. Teve um desdobramento e o Moderador apresentou a metodologia junto ao CADES da Casa Verde. Eu acompanhei algumas reuniões. E essa questão de pertencimento do território. Das pessoas ali. Num público diversificado, que tinha ali tanto da... a diferença que se tem na composição dos conselhos no âmbito das UC. São pessoa ali com um grau de conhecimento ou de formação. E dessa questão da participação do pessoal do CADES, que são lideranças comunitárias, que têm ali as suas reivindicações.

Cada um com sua reivindicação. Mas o que chama bastante foi ali esse fortalecimento e, embora as pessoas não sendo conselheiras, é de dar voz às pessoas ali do território. Isso aí para foi bem interessante. E essa questão de poder participar de algumas coisas ligadas à Igreja Católica, às associações de bairro, às assembleias de bairro. Então recordou bastante essa questão de, embora você não tenha muitos espaços, na periferia e em outros lugares, mas é de ampliar essa visão da participação. Eu não preciso, de fato, compor aquele espaço, mas posso ir participar e fazer com os meus pleitos ou dos territórios possam ser incorporados nessa agenda. Acho que é isso. Não sei se eu ajudei ou se eu confundo mais ainda.

Moderador: Não, não. A gente pode ir voltando, como eu já disse. Você vai pensando e à medida em que as outras pessoas vão respondendo pode surgir alguma outra coisa que você queira falar nessa mesma rodada. Então agora, Participante.06.

Participante.06: Vou tentar ser sucinta. Deixa eu ler de novo a pergunta. ‘Como você se apresenta e como analisa seu envolvimento com a FS’. Bom, primeiro que eu acho que primeiro como eu me apresento. Eu estava em um momento difícil, tinha acabado de sair da EA e sido mandada para a fiscalização e acho que a gente estava num intento conjunto, no caso, naquele lugar, para criar um espaço onde a EA integrasse a agenda da fiscalização. Então, embora tenha sido um momento difícil, também foi um momento oportuno. A gente teve abertura para desenvolver um trabalho e acho que a gente se dedicou a pensar e a discutir uma ação que pudesse então estar articulada numa agenda que a gente entendi então que fazia mais sentido, que era a agenda da EA. Ouvindo um pouco os relatos dos colegas, acho interessante que vai pipocando diversas outras ações que a gente conseguiu conquistar também nesse espaço da fiscalização. Seja no âmbito do Conduta Ambiental [publicação de EA no âmbito da fiscalização, voltada a autuados] ou de outras atividades, que a gente acabou desenvolvendo em conjunto e ganhando espaço. Então entendo que a FS foi um ponto importante para abrir um caminho para essa discussão: como que a EA se integra na fiscalização. E meu envolvimento com a FS foi justamente desde o início. Tanto na criação da proposta, então na discussão do que ela se baseava, depois na aplicação dessa proposta na prática, que era a realização da metodologia que a gente tinha inicialmente desenhado, construído para aplicar, e depois no envolvimento na reflexão sobre essa metodologia. Não só a cada encontro – porque a gente aproveitou muito os momentos em que a gente estava voltando das viagens para discutir esse momento da FS (nossas viagens a Dracena, muitas horas no carro) – então a gente teve muitas oportunidades de rediscutir. A gente se propôs, ao longo do percurso inteiro, sempre olhar sobre aquilo que a gente estava fazendo e refletir sobre isso. E quando a gente teve a oportunidade de construir, por incentivo da Pesquisadora-IF e da Participante.01, como você lembrou, de construir um projeto de pesquisa sobre isso, acho que a gente só fortaleceu essa ideia de refletir sobre a FS e ganhou um peso muito maior. Então eu me envolvi também nessa discussão, e eu acho que a gente ganhou corpo para depois, num outro momento, em que também tive um envolvimento, de como que a gente poderia fortalecer isso enquanto política pública. Não como uma ação pontual, da EA na fiscalização. Mas, transcendendo isso, como que a gente pensava a participação social no âmbito da fiscalização e no âmbito dos instrumentos da política ambiental - no caso, a fiscalização como uma delas – mas também a gestão das UC, a partir da fiscalização, mas não só nela. Porque eu acho que a gente discutiu temas que estão relacionados a outras questões que envolvem a gestão das UC aí nesse bolo, embora a gente partisse da linha da fiscalização. Acho que é isso para o momento. Eu acho que me envolvi em todos esses percursos. O desenvolvimento, a reflexão, na aplicação. Depois a reflexão mais na pesquisa e depois no momento de fortalecer isso enquanto política pública. E eu acho que, mais recentemente aí nos últimos tempos, na ideia também de como usar essa experiência como fonte para o desenvolvimento de outras iniciativas. E o desenvolvimento de outras metodologias. Então eu acho que o meu envolvimento ainda está acontecendo, embora a FS esteja em um momento, digamos, de hibernação na aplicação da metodologia. Eu acho que a gente tem ainda um caminho grande porque ela foi pensada para uma aplicação em um programa que a gente tem que repensar ela para aplicar nesse programa. A gente usou ela na aplicação da participação social na elaboração dos planos de manejo. A gente pode usar ela na formulação dos acordos voluntários, nos manejos de espécies sustentáveis [Resolução SMA 189/18]. Então eu acho que a gente está nesse momento ainda de envolvimento com essa perspectiva das ações preventivas, que é um outro programa. Então, como é que a gente se inspira também no que a gente construiu para um desenvolvimento de outros processos de outros processos que estão acontecendo, de outras políticas públicas, de outros programas. Então eu acho que é isso.

Moderador: legal Participante.06, obrigado. Agora Participante.02.

Participante.02: Vou fazer que nem a Participante.06: ‘como você se apresenta e como analisa seu envolvimento com a FS’. Na FS, como participante da formação, eu me apresento assim, como mão

de obra. Porque, quando eu me envolvi, pude me envolver, o projeto já estava bem avançado. Foi só quando chegou na região onde eu trabalho – no caso era o polo 14 [Mosaico Paranapiacaba] – foi que eu pude perceber, ter um momento muito legal, de muita felicidade em encontrar esse trabalho. Antes disso eu não acompanhava. Acho que até sabia. Participante.01 me contava, acho que tinha conhecido o Moderador um pouquinho antes até e sabia que existia esse trabalho, mas de fato não tinha nenhuma aproximação real. Então eu me sinto assim: eu me apresento dentro de um método que estava desenhado, com representações regionais, onde existia mais de uma representação na região – tinha o Alexandre e tinha eu, da nossa diretoria – e então a gente começou a ingressar em uma discussão mais de fundo. De como fazer isso, de como aplicar, de como compreender essa perspectiva de política pública, de como olhar o que é regional. Enfim, eram muitas discussões de fundo, muitas discussões teóricas, mas também... eu participei de poucas reuniões de base. Acho que uma vez lá no Horto que teve uma reunião que era um grupo mais inteiro em que eu tive oportunidade e quando a gente já estava aqui na secretaria, ainda no sufoco de manter a FS viva, a gente fazia análises de como a gente ia manter isso. Eu também achava muito importante poder colaborar. Mas do ponto de vista de trabalho mesmo eu me senti muito incluída e avalio que consegui contribuir nos trabalhos de campo. Quando a gente foi mesmo implementar o polo 14, que então se fazia essas reuniões lá. E eu acho que foram momentos – acho que é a segunda parte: ‘como analisa seu envolvimento’. Esses momentos de campo, para mim foram momentos quase como um resgate da perspectiva de um trabalho consistente, de um trabalho sério, de um trabalho que eu sempre quis fazer. Que é um trabalho que eu gosto de fazer na gestão das unidades. O fato de vocês terem possibilitado que isso acontecesse para mim foi um verdadeiro alento mesmo. Naquele momento eu acho que estava já como a Participante.01 colocou, um momento difícil, a Fundação Florestal numa crise gigante, com esses dirigentes todos se posicionando, pessoas sem confiabilidade técnica, sem referência para poder ser dirigente de uma instituição como essa. E de repente aparece uma coisa ali. Eu mesma não acreditava que aquilo era verdade. ‘Meu Deus do Céu! Será que é isso mesmo? Eu estou vivendo isso?’. E eu acho que eu estava... o plano de manejo do PETAR demorou tantos anos se consolidando e se reinventando e se reescrevendo – oito anos até o diabo do trabalho ser aprovado – e quando encontrei vocês, principalmente a Participante.06 e o Moderador (Participante.03 não me lembro agora se foi nessa primeira viagem) que a gente foi lá para o PETAR e aí eu fiquei toda entusiasmada e fiquei falando para vocês da Zona de Amortecimento e levando mapa. Achei que foi assim uma experiência muito boa ter uma oportunidade de falar de coisas tão concretas, tão reais, de poder potencializar o que a gente estava estudando há tanto tempo e consolidar essas ideias do que é uma área de contiguidade para a unidade ali, de proteção integral. Então, o meu envolvimento eu acho que foi assim, para mim excepcional. Lá, eu acho que a gente fez muita coisa boa. Vocês conduziram muito bem. Eu tentei dar o suporte que eu tinha a obrigação e a responsabilidade de dar, sendo representante regional, mas infelizmente foi interrompido. E isso eu acho uma coisa bastante grave o que aconteceu. Em especial no polo 14. Porque foi isso: teve ali uma chama, uma perspectiva de uma boa construção que era absolutamente necessária para o mosaico. Parecia que a coisa ia andar e daí as coisas desabaram e eu acho que isso foi muito ruim. Porque vocês tinham uma habilidade muito boa, uma competência no encaminhamento das coisas e com objetivos e metas e indicações e tudo aquilo estava organizado para ser feito [a agenda resultante da FS] e não foi feito. Então, existe frustração, existe perspectiva de não confiança no Estado. Existe uma coisa que ficou para trás e que, na verdade, a gente fica um pouco representado como pessoas que não trouxeram uma perspectiva concreta. Hoje eu acho – não sei como você vai usar essa gravação – que hoje está péssimo. Eu acho que como estava antes da FS, estava bem ruim. Quando vem, a gente estava trabalhando, estava fazendo plano de manejo, estava – no caso do polo 14. Não vou falar dos outros porque, de fato, não posso dizer nada sobre nenhum outro polo – mas a gente estava encerrando o plano de manejo do PETAR de fato como uma organização de gestão territorial. A gente estava consolidando tudo o que estava nos outros planos de manejo, e a FS veio assim como uma luva para fazer essa discussão, essa consolidação, essa seriedade no pensamento da contiguidade dos territórios. E isso tudo ser perdido... não sei, eu tenho a impressão de que é uma perda irreparável. Acho que para refazer isso, não sei. Não é a discussão aqui, não é Moderador, mas isso me traz uma perspectiva de não segurança. Eu acho que umas das questões também que eu resolvi fazer a tese que eu fiz [dos agentes públicos militantes da conservação], esse doutorado, sobre essa perspectiva que eu fiz. Parece que tem uma resistência muito forte. Porque essas ideias estão nas nossas mentes. É assim que a gente acha que tem que conduzir uma política pública. A Participante.06 acabou de dizer uma série de desdobramentos que mantêm essa perspectiva viva. Mas eu, no caso, eu estou fora disso. Não conheço absolutamente nada disso. Não sou capaz de saber o que está nessa resolução, não sei o que são esses programas desdobrados na CFA, CFB – desgracia que existe CFB – então, é um pouco isso. Tem duas questões que eu anotei aqui, mas eu tenho a impressão de que você vai pôr isso nas próximas perguntas. Uma questão é o foco nas UC. A FS tendo foco nas UC. U queria fazer algumas reflexões, eventualmente ouvir os outros sobre isso. Porque, na fala da Participante.06, por exemplo, quando ela fala de

fiscalização, agenda de EA, a UC não entra nessa fala na perspectiva que eu sinto o que significa como território no Estado de São Paulo ou na UC. Então, talvez tenha sido aqui, como você está perguntando, qual o meu envolvimento é focado a partir da unidade. Do sistema de unidade. De que valor social existe e como a fiscalização entra – e não entra – mas acho que talvez você abra essa perspectiva nas outras duas questões que você vai fazer.

Moderador: eu acredito que é principalmente na questão que você já inaugurou aí das perspectivas, e em que dá para reforçar essa dimensão de ser a partir da UC, isso com certeza aparece mais para frente nas perguntas. Para encerra essa primeira leva da rodada, vamos dizer assim – porque a gente pode manter essa rodada adiante, se for necessário – eu vou passar a palavra para a Participante.03 agora. Você está aí Participante.03?

Participante.03: Oi Moderador, estou sim. Bom, falar depois dos apontamentos da Participante.02... difícil. Ela já adentrou em questões bem específicas. Eu me identifiquei muito com a descrição da Participante.04. Com o contexto de como a gente na EA, a CEA vinha de uma gestão de isolamento com relação ao sistema ambiental. A gente ficava lá no Villa Lobos, numa perspectiva de atender demanda de publicações, demanda de pastelaria, de dar visibilidade, fazer ações que não tinham identificação com essa perspectiva de fazer política pública. E a partir da gestão do Gilson houve uma abertura para a equipe começar a construir uma proposta mais articulada com o sistema. E a FS veio como um farol para a gente. Eu já conhecia uma perspectiva próxima a partir da EA, que é a leitura da EA na gestão ambiental pública, os textos do prof. Quintas sobre participação na gestão e foi surpreendente ver uma iniciativa com o peso, com a densidade da FS sendo implantada numa escala do estado. Em várias UC do estado. Então, assim como a Participante.02 falou que estava surpresa de ver que essa iniciativa ganhava legitimidade, ela seguia sendo implantada com seriedade e com respeito, sendo reconhecida pelos órgãos – pela FF, pela fiscalização – foi bem especial. Foi um momento muito rico. Eu também participei, mais diretamente, no polo 14 – no mosaico - e na Cantareira. E a minha participação foi tímida também. Dava um suporte nas oficinas, nas dinâmicas, nos grupos. Ajudava. Mas era meio que uma estagiária. Eu estava conhecendo a metodologia, me apropriando do discurso, entendendo o contexto e ajudando no que era possível, dentro da possibilidade ali, do meu entendimento. E me chamava a atenção essa densidade do discurso que era construído junto aos conselheiros e essa capacidade de colocar perspectivas muito, muitas vezes contraditórias e visões até... atores que representavam visões conservacionistas em diálogo e conseguir sair dali uma agenda comum. Uma capacidade que a FS conseguiu desenvolver através da metodologia. Acho que tem que ser reconhecida e enfatizada. O que mais? Acho que é isso. Eu demorei bastante para entender o que era a FS. Não foi nas primeiras reuniões nem foi no primeiro polo. E até hoje ainda reverbera assim em alguns aprendizados dessa experiência. Acho que para a EA teve vários frutos. Acho que abriu uma perspectiva de atuação que a gente não tinha até então e começou a dialogar com ela e tentar se alinhar com essa visão, dessa perspectiva. Das políticas públicas, da EA como uma facilitadora da participação social. E reconhecendo os espaços de participação social como legítimos. Como atores fundamentais para serem envolvidos nas ações. Acho que a princípio é isso. Depois a gente pode aprofundar.

Moderador: Legal Participante.03. Bom, primeiro agradecer todo mundo dessa primeira rodada, e perguntar se alguém que já se manifestou nessa primeira pergunta gostaria de complementar alguma coisa antes de partir para a segunda questão. O Participante.07, a Participante.06 que estão mais distantes. Participante.01 que também estava na primeira leva. Vocês querem? Participante.04...

Participante.06: eu quero.

Participante.04: eu também quero.

Participante.07: eu também posso falar alguma coisa.

Moderador: então Participante.06, Participante.04 e Participante.07. Nessa ordem.

Participante.06 [00:38:24]: É bem singela minha complementação. É mais no sentido de destacar. Eu acho que meu envolvimento e a preocupação que a gente teve na questão da formação das equipes. Sobre o método. Enfim, eu acho que é importante destacar. Eu que a gente também se envolveu na questão da formação de outros atores para se envolver com a metodologia. Eu acho que a gente teve momentos de formação dos gestores que iam participar e também das equipes. No caso da CEA e no caso de outras equipes que começaram a se envolver no trabalho. E, uma outra preocupação que a gente já

destacou aqui, com relação à pesquisa e tudo o mais, mas na questão que a gente se preocupou no envolvimento também de registro. De registro do que estava acontecendo. De registro não só sobre a questão da reflexão, mas o registro do próprio método, da reflexão sobre ele, que são as publicações que a gente sobre ele hoje também. Era só isso.

Moderador: Obrigado Participante.06. Participante.04.

Participante.04: O meu acho que não entra nesse contexto agora não. Pode passar.

Moderador: o seu o que? Seu comentário, sua complementação?

Participante.04: Meu comentário, é.

Moderador: Pode fazer.

Participante.04: É porque é assim: a FS, essa agenda, essa metodologia. Ela chega na CEA, num momento como a Participante.03 descreveu, da EA resumida a publicação. A gente se apropria e a agora chega novamente tem todo esse desmonte de novo, digamos assim, na CEA. Ou prioridades de gabinete. E até tinha conversado com Moderador esses dias, de que através do Litoral Sustentável [Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista] que teriam, enfim, um recurso para aplicar a FS junto às UC no âmbito do litoral e aí novamente essa questão de novo do retorno do Moderador para a CFB. E estava até colocando para ele: e agora como que a gente faz toda essa adaptação da metodologia, quem ficou lá na CEA, eu a Participante.05 e a Participante.03, e aí a gente vê que novamente é através da FS que vai ter uma agenda de EA voltada mesmo à questão da gestão ambiental pública, da questão da participação. É uma das agendas que a gente tenta manter lá na CEA, novamente. Acho que era isso.

Moderador: legal Participante.04, obrigado. Agora, Participante.07.

Participante.07: Rapidamente também. A Participante.03 falou sobre uma participação tímida e demorou para entender a FS, a proposta, a metodologia etc. Eu tenho que dizer que, embora eu esteja ou estivesse desde o início, praticamente do início, eu acho que minha participação também foi tímida. E a minha capacidade de compreensão geral também sempre foi limitada. Até hoje. Mas eu fico bastante satisfeito quando eu li aquela apresentação que você mandou [ppt de apoio aos participantes] e aquilo que a Participante.03 também disse a respeito da possibilidade de a FS, entre outros fatores, trabalhar com essa... com o contraditório, que envolve diferentes perspectivas sobre um determinado tema. Eu fico bastante contente. Porque, embora minha participação tenha sido restrita, eu acho que ela bateu aí. E, no fundo, no fundo, foi o que me chamou a atenção lá desde o início. Eu não consegui avançar para outros momentos da FS, da reflexão etc. Eu acho que era um pouco isso, assim. Dizer que, embora eu esteja desde o início, a minha dificuldade, a minha participação talvez tímida, não é por falta de abertura. Eu queria deixar bem claro aqui. Sempre teve abertura. Foi muito mais por uma incapacidade minha. Alguma coisa nesse sentido. Mas foi um grande aprendizado. É difícil falar depois do Moderador nas apresentações.

Participante.04: Pois é, né Participante.07? Toda vez que eu leio alguma coisa da FS eu falo: ‘nossa, olha, aprendi isso aí, ou tomei mais conhecimento desse momento’.

Participante.01: Eu queria acrescentar nessa linha também. Porque assim, embora também estivesse desde o começo, eu acho que a gente sempre teve esse trabalho coletivo. Por isso que eu acho que a gente tem a sensação de participação tímida. Porque elas são iguais. Cada um com o que pode contribuir mais naquele momento. E essa questão do aprendizado. Eu também, o tempo todo, sei que estou aprendendo alguma coisa quando eu leio de novo alguma coisa sobre a participação. E eu ultimamente, agora, pensar nos planos de manejo e na metodologia da participação social nos planos de manejo. Então eu acho que é isso. Eu no começo também eu ficava muito assustada. Eu falava: ‘nossa, quanta coisa a gente precisa aprender para trabalhar com esse tema. Mas aí você vai vendo que o aprendizado é sempre. E acho que uma coisa que a Participante.06 também falou dos grupos. Nós também tínhamos essa preocupação com o grupo. De estarmos em constante formação, trazendo as experiências e os conteúdos de todos nós. E também me preocupa – eu acho que vai vir mais para a frente – essa questão da retomada em alguns lugares, com destaque lá para o polo 14. Pronto, é isso. Beijo.

Moderador: Legal. Antes da gente partir para a segunda, mais uma vez, ficou faltando a Participante.03 e Participante.02. Vocês querem complementar alguma coisa da resposta de vocês? A gente pode partir para a segunda?

Participante.02: Não. Eu acho que eu falei tudo que queria. Por enquanto.

Moderador: Participante.03?

Participante.03: Também não. Pode seguir.

Moderador: Tá. Então vou compartilhar de novo aqui.

Participante.02: Moderador, eu só preciso tomar uma água. Que horas são aqui? Você falou até 16h30, né?

Moderador: É. Mais dez minutinhos. Se vocês quiserem a gente pode fazer o intervalo agora também.

Participante.02: Não. Eu só preciso pegar uma água. Já volto.

Moderador: Participante.02, eu vou só fazer a pergunta então. Aí você pega a água. Pode ser?

Participante.02: Tá, mas não vá tirar a pergunta que eu preciso saber qual é.

Moderador: A pergunta é essa daqui: ‘como que cada um de vocês avalia o desenvolvimento do trabalho dentro da instituição em que vocês atuam. E se teria havido algum tipo de impacto desse desenvolvimento do trabalho nas atividades ou na mentalidade da instituição, na forma predominante de pensar. É como que vocês avaliam isso. Tudo bem? Então é como avalia o desenvolvimento do trabalho em cada uma das instituições que estão aqui representadas. Na que você representa, especialmente, e se teria havido algum tipo de impacto, algum tipo de influência, de incidência desse desenvolvimento do trabalho na respectiva instituição. Então eu começar com o Participante.07, de novo. Pode ser Participante.07?

Participante.07: Eu não se consigo responder assim de pronto assim. Eu confesso que eu preciso pensar. Talvez até ouvir alguma consideração aí para ter alguma. Assim, a princípio, dentro da fiscalização... ah não, eu preciso pensar. Eu passo.

Moderador: Tá. Então, seguindo a instituição, Participante.06, você pode assumir?

Participante.06: Eu posso falar alguma coisa.

Moderador: Tá. Nossa, a pergunta é tão difícil assim?

Participante.06: Eu acho que até já adiantei aqui alguma coisa. Na minha própria fala eu um pouco respondi.

Moderador: isso, eu também acho. Eu acho que dá para você desenvolver agora, se for o caso, se você se sentir confortável. Você mencionou outros desdobramentos, outras ações as quais recorreram a algum acúmulo da FS, do que você respondeu. Eu acho que nessa pergunta é o caso de você desenvolver isso. Dar uma aprofundada, demonstrar, enfim. Fique à vontade.

Participante.06: Acho que, antes, primeiro quero responder à primeira. Como você avalia o desenvolvimento do trabalho dentro da instituição. Eu acho interessantes as colocações de todos sobre o momento em que a gente desenvolveu a própria FS e que a gente às vezes achava que as pessoas não estavam entendendo o que a gente estava fazendo. Por isso que a gente podia fazer. Acho que elas não tinham compreendido a dimensão que a gente podia alcançar com o trabalho. Até pela dificuldade que eu sinto – compartilho com os colegas esse sentimento – de desenvolver qualquer aspecto de participação social. É difícil. É sempre um entrave. Seja em qualquer política. E a gente sempre conversava um pouco sobre isso. Então a gente achava que as pessoas não estavam entendendo exatamente o que a gente estava fazendo e por isso estavam deixando a gente fazer. Mas eu acho que teve uma compreensão assim, do que

era o trabalho e do que ele poderia alcançar. Como que eu avalio o desenvolvimento do trabalho na instituição. Como eu mencionei também inicialmente na minha fala, a gente uma abertura para desenvolver uma proposta e ela não foi, em absoluto, vetada. Eu lembro que até na própria pesquisa que a gente desenvolveu, um dos indicadores que a gente colocava era se a gente estava tendo inclusive condições de desenvolver o que a gente tinha se proposto. Então, se a gente tinha disponibilidade de carro, se a gente tinha agendas conflitantes que a gente tinha que fazer outra coisa ao invés de fazer isso. E a gente não teve empecilhos para fazer. Não foi o que aconteceu posteriormente. Eu estou falando bem do início do trabalho, 2013. Eu acho que foi o momento mais intenso, em que a gente teve o maior número de polos iniciais, iniciados e que a gente tinha que dar conta. Não foi o que aconteceu posteriormente, como colocaram essa questão. Depois a gente acabou tendo locais em que a gente não pôde atuar em função das dinâmicas e teve que interromper o trabalho ou por diversas questões. Mas, de forma geral eu acho que positivo. Pelo menos eu avalio como positivo na instituição. Eu entendo que a própria formação ela agregou muito ao trabalho no caso da fiscalização especificamente. E agregou no sentido do diálogo com o tema, na verdade nesse território que a gente chama de UC. Porque ela proporcionou uma compreensão maior. Que os problemas que a gente lida na área da fiscalização eles são muito maiores. Os conflitos, eles têm além de causas distintas, eles têm diversas questões que precisam ser trabalhadas. De diferenças sociais que a gente tem. Então a gente... São temas que eu acho que precisam amadurecer ainda porque a gente não alcançou. A gente não alcançou. Mas a FS possibilita ou ela pode contribuir com alguns aspectos para essa discussão interna. Para trabalhar algumas questões que eu entendo que são importantes aí, que a gente não alcançou. De territórios específicos, de populações tradicionais. E que no bolo da fiscalização, as pessoas acabam vendo tudo como uma coisa só. Não fazem uma compreensão das distinções, das diferenças dos extratos sociais, das diferenças de acesso às políticas públicas, de acesso ao governo. No entendimento da legislação. Eu acho que a FS, em alguma medida... eu acho que esse tipo de atuação, seja lá pela própria FS, ela pode possibilitar essas reflexões. E eu acho que isso é, já, um impacto, do que a FS pode, que eu entendo que ela pode... que eu entendo que ela tenha sobre essa agenda específica da instituição que eu atuo, que é da agenda que hoje virou CFB como um todo. E aí eu acho que ela tem outras perspectivas de incidência. Não só no lado da fiscalização, mas até em toda a prospecção de agendas que hoje a gente vem discutindo no programa de ações preventivas. Eu acho que é uma incidência sim, da FS, que está agregada a esta política pública que está instituída por meio de uma resolução. De reconhecer que a gente precisa trabalhar com as causas dos problemas. Eu entendo... a hora que eu ouço o discurso do coordenador [de fiscalização e biodiversidade] falando isso, que a gente precisa compreender que os problemas da fiscalização, que a gente precisa compreender que as causas dos problemas e que a gente tem uma agenda, que é a agenda do incentivo a uma produção mais sustentável, pelo menos no âmbito do meio ambiente, na prospecção da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que a gente pode aplicar, eu entendo que isso é uma incidência diretamente relacionada a esse tipo de trabalho que foi desenvolvido. Impacto... deixa eu pensar outras questões. Eu acho que também tem... acho que essa reflexão das causas dos problemas atreladas à fiscalização ou atreladas aos problemas que a gente enfrenta na fiscalização é um impacto. Entender que não só aquele problema. Eu preciso olhar para o todo. E aí eu acho que isso contribui numa visão do território. A Participante.02 levantou essa demanda de olhar para o sistema de UC como um todo e eu acho que quando a gente olha para o território, a gente consegue enxergar. O local da UC e como que ela se relaciona com todo o espaço onde ela está. Então eu acho que isso é uma contribuição. Não sei se é um impacto direto, mas eu acho que ele contribui na reflexão sobre o desenvolvimento de qualquer uma das políticas que vão ser realizadas. Eu preciso pensar mais agora em outros impactos. Obviamente que ela teve contribuições naquilo que a gente discutiu: no desenvolvimento de outras agendas. Então, por exemplo, a questão do próprio desenvolvimento da metodologia de participação para a elaboração dos planos de manejo. É um impacto direto da equipe da FS, que foi convidada para atuar nesse desenvolvimento de uma metodologia, tendo o reconhecimento de que a gente tinha feito um esforço de realmente alcançar algum tipo de participação social. Então de poder alcançar isso em outra política, em outro instrumento de gestão ambiental. Bom, aí eu preciso pensar mais, ouvir mais o que as pessoas têm para falar também para poder o que mais que eu posso falar. Eu falei muito, também. Acho que é isso, por enquanto.

Moderador: Ok Participante.06, obrigado. Alguém da Fundação? Participante.01 ou Participante.02?

Participante.01: Posso falar um pouquinho. Eu acho que é muito difícil essa pergunta. Muito. Fiquei aqui pensando e acho que talvez seja... nós vamos ter que voltar nela, em outros momentos, sabe Moderador? Não sei se a gente esgota. Porque é assim: como avaliar? Num primeiro momento eu concordo com a Participante.06. Eu acho que naquele primeiro momento eu avalio como positivo e lembro quando a gente fez aquela reunião com os diretores técnicos, lá no Horto ainda. E que a gente teve

a participação dos diretores, de alguns gerentes. E você percebia ali uma atenção, uma vontade de que aquilo realmente acontecesse. Mas aí eu fico pensando: ao longo do tempo, efetivamente, o quanto que ela foi institucionalizada? Muito pouco. Então a minha percepção é de que assim: foi muito bom para o grupo. Institucionalmente, eu acho que nós não conseguimos que ficasse institucionalizada. Essa é a minha sensação. Acho que num primeiro momento a gente teve o apoio, até por conta daquilo que a Participante.06 colocou. Talvez nem nós, nem eles exatamente sabiam o que estava acontecendo. A gente estava construindo tudo. Então é bem difícil. Aí quando aconteceu a questão do convite da equipe, isso que a Participante.06 lembrou dos planos de manejo, eu achei que a gente, puxa vida, ‘vai ficar algo institucionalizado’. E ficou por um momento. Só que também não aconteceu. Porque na hora parece que se percebe o que parece que tá se construindo, o que é realmente você promover a participação das pessoas e, principalmente, dos grupos menos favorecidos, dos excluídos, que têm uma maior dificuldade, parece que isso dá uma tremedeira. Por outro lado, também fico pensando: será que não foi bom não ter sido instituída? A nossa instituição não ter assumido mesmo? Então é difícil. Eu acho que são duas questões que a gente vai ter que voltar. Eu mesmo tinha uma perspectiva de aproveitar toda essa metodologia para a construção dos programas de EA das UC, e não conseguimos ainda fazer. Então, se mistura um pouco, o que é nossa perspectiva, como é que a gente avalia e quais são os impactos na instituição. Um impacto muito bom, com certeza é esse grupo, que em determinados momentos foi ampliado, e que por circunstâncias e contextualização a gente foi se distanciando, mas eu vejo que talvez estejamos num momento de recuperá-lo. Eu vejo muito essa sua... o fato de a gente ter se debruçado e, num momento que seria mais fácil ter dito ‘não’ para estar participando dessa sua pesquisa, a gente disse ‘sim’. E ficou feliz de estar dizendo ‘sim’. Então isso eu acho que são coisas... são impactos positivos na instituição, mesmo que sejam indiretos. Por enquanto é isso.

Participante.02: Posso falar na sequência?

Moderador: Pode, claro. Por favor.

Participante.02: Continuo a Fundação, né Dri? Eu penso, Moderador, que para responder essa pergunta... você está pedindo que cada um de nós coloque ‘como você avalia o desenvolvimento do trabalho dentro da instituição em que trabalha’. O meu caso, talvez por um vício já da idade, ou talvez porque eu estive super envolvida em fazer perguntas acadêmicas e, de certa forma, existe esse processo acadêmico aqui nessas perguntas que você faz, eu penso que não é possível responder, assim, linearmente como avaliar o desenvolvimento do trabalho sem ter o cenário. Sem ter sob que perspectiva esse trabalho se desenvolveu. Perspectiva não é um bom trabalho [termo?]. Mas sob que base. Quando foi que ele chegou? E isso já foi dito na abordagem na pergunta anterior. E do ponto de vista da instituição em que eu trabalho – no caso Participante.01 e eu, a Fundação Florestal – que desenho ela tinha? Como ela estava? Como que ela estava se colocando no cenário da conservação ambiental? No cenário político? Na perspectiva de participação de gestão territorial? E entre 2014 até um pouco o momento em que a gente interrompeu, em 2017, por aí, a Fundação Florestal viveu um período muito atribulado. Então eu acho que é difícil responder como é que um projeto desse tipo, como é que ele tem acolhimento dentro de uma instituição com essa característica temporal, política. Então, acho que a análise da Participante.01 é perfeita. Acolhimento nenhum. E aí a análise da Participante.06 é perfeita. Eles não tinham a menor ideia do que a gente estava fazendo. É por isso que a gente pôde continuar fazendo. Eu também não acho que houve grande percepção deles enquanto a gente estava fazendo. Mas houve uma certa percepção depois. E eu diria, com uma perspectiva – não é negativa. Não acho que tem positivo nem negativo no que eu queria falar – mas uma perspectiva sombria, que o impacto foi esse. O impacto, por exemplo, para mim, já que cada um está falando na primeira pessoa, é que eu praticamente não estou envolvida em nenhum trabalho mais. Alguns. Eu fiz uma lista aqui dos trabalhos em que estou envolvida agora. É uma lista longa. Mas, da mesma forma são trabalhos que eu cavo para estar. Outras pessoas não estão eu vou lá e me enfio ali e depois quando se vê é por isso que eu estou nesse trabalho da zoonose [Biota Sínteses], porque não tem ninguém dentro da Fundação Florestal que tem nenhuma preocupação, de fato, com a febre amarela. Não tem com a questão da cinomose nos animais, da vacinação. Então sobram coisas marginais que, de repente, tem uma importância, se aparece e aí se possibilita que determinadas pessoas possam contribuir. Mas um dos impactos – é sombrio mesmo – é que esse trabalho revelou pessoas para a instituição. Deu a cara que essas pessoas têm. Demonstrou como os grupos poderiam se organizar. E o impacto foi que muitos de nós saímos mal nessa história, ou saímos bem. Não sei dizer. Mas, enfim. Acho que eu precisaria pensar um pouco nisso que você disse. Ou talvez você pensar e apresentar para a gente um cruzamento do momento institucional mesmo, no caso, da Fundação Florestal e de como chega um projeto como esse, com essa garra e com esse valor ambiental que é a FS. Me ocorre um pouco de que, um pouco antes, nas gestões anteriores, da própria Fundação, o SIM, isto é, um sistema de

fiscalização, tenha aparecido, tenha se fortalecido, tem já mobilizado equipes de coordenação e ainda até hoje isso está posto. Inclusive lá na FF tinha uma caixinha para monitoramento que não era vinculada à fiscalização e daqui a pouco essa caixinha, que era para uma outra perspectiva de monitoramento ambiental virou a institucionalidade da fiscalização. Que é o SIM como sistema, o SIMMar. E que para mim também é uma coisa etérea. Não consigo compreender exatamente como se dá o trabalho do SIM e a FS vinculada ao SIM. Então eu acho que... eu também tenho bastante dificuldade de poder dizer o desenvolvimento dentro disso tudo. E aí eu volto só para a minha experiência concreta daquele tempo de fazer no polo 14 e que eu acho que foi assim, como eu já disse na sua outra questão. Foi um momento absolutamente mágico. De demonstrar para os conselhos gestores – ali, no caso, os conselhos consultivos, a gente só estava trabalhando com [UC de] proteção integral ali – de que existia uma perspectiva real de trabalho. De sociedade civil, de Estado, de setores, de fiscalização, de perspectiva de futuro. E, no caso, como foi o palmito que foi eleito – que continua sendo o mesmo problema do palmito ali, no polo 14 continua – o palmito foi eleito com uma leitura, com uma perspectiva outra, que não era só a extração criminosa do palmito. Que é um pouco a referência que a Participante.06 faz. Para como é que se olha para a fiscalização sem ser apenas comando e controle, como vocês sempre disseram: ‘fiscalização não é só comando e controle’. O SIM ainda é só comando e controle. A FS não é. E por fim só quando a Participante.06 coloca que ‘não houve empecilhos’ - e eu concordo com ela, não houve, porque a perspectiva real da dimensão gigante que esse projeto tinha e tem – e a Participante.06 diz que agregou na fiscalização. Eu não consigo ver isso de muito longe, da instituição onde eu estou. Fico contente, fico feliz que alguém da CFA e alguém agora da CFB possa dizer que existe perspectiva de agregação de novos olhares de território. Eu vejo isso nas pessoas. Eu vejo isso na Participante.06, no Rafael [diretor técnico de fiscalização na CFB], vejo na Thaís [diretora técnica na fauna], vejo em você, Moderador, agora que de novo está na CFB. Mas na CFB eu não vejo isso, de jeito nenhum. Como não via na CFA, não vejo na CFB, qualquer modificação com relação ao olhar da fiscalização. Mas aí, acredito que são as limitações que eu tenha nos acessos de poder ver as coisas. É mais ou menos isso.

Moderador: Obrigado, Participante.02. Faltam aqui o Participante.07, a Participante.03 e a Participante.04. São 16h50. Eu acho que a gente poderia ir até um pouco além das 17h e fazer o intervalo. O que vocês acham?

Participante.02: Tudo bem.

Moderador: Pode ser, Participante.03 e Participante.04? Uma de vocês duas, pela CEA? Quem de vocês duas?

Participante.06: Espere aí. Eu quero saber. No intervalo você vai servir bolo? É isso?

Moderador: Eu vou mostrar para vocês. Eu fiz uns pães ontem, e o João [filho] já acabou com eles. Então não dá nem para mostrar. Ficou muito bom. Ele achou que era da padaria. Para vocês terem uma ideia. Participante.04, você começa então? Ou Participante.03, tanto faz.

Participante.01: Gente, eu confesso que eu não sei o quanto... eu estou meio cansada, com muita tosse. Então eu não sei se depois do intervalo, eu conseguiria ficar tão envolvida até as 18h.

Moderador: uma alternativa é a gente fazer mais essa. Em vez do intervalo encerrar e agendar uma outra reunião, que é aquela primeira alternativa que havia. A gente marcou duas datas. Uma hoje e a outra amanhã de manhã. Amanhã às 10h. Se todo mundo tiver agenda de fazer amanhã às 10h, a gente pode retomar na terceira questão. E retomar eventualmente até nessa segunda [pergunta], que está demandando um pouco mais de reflexão. O que vocês acham?

Participante.06: Moderador, meu calendário falou que você tem uma reunião comigo às 10h30. É melhor você não marcar em cima.

Participante.01: Eu já tinha pré-agendado esse horário nosso amanhã de manhã.

Moderador: E se a gente fizesse amanhã às 9h? É ruim para vocês?

Participante.06: Eu não posso. Sinceramente eu acho bom ter outra reunião. Essa coisa de burilar um pouco o que as pessoas falaram e a memória também vai ativando. Eu acho que tem essas questões que contribuem. É cansativo porque é denso. E para você deve ser mais ainda. Para a gente é

mais sossegado porque é só vir e falar. Você que vai ter o trabalho depois de falar o que você vai fazer com isso. Mas eu acho legal. A gente quer contribuir com o trabalho. Acho super válido.

Moderador: E a ideia é que o trabalho dê uma retribuição a todos. Que a pesquisa dê uma contribuição ao próprio trabalho. Porque uma coisa que faltou eu dizer, tanto na apresentação que eu mandei, como agora nesse resgate prévio, é da questão da práxis. Porque a gente desenvolveu uma reflexão inicial, embrionária, que são esses papéis que rolaram nas primeiras respostas – os textos de duas páginas – depois algum grau de reflexão e mais estudo para preparar uma proposta concreta e que seria colocada em prática. Essa proposta colocada em prática se tornou objeto de reflexão, como a Participante.06 repisou algumas vezes nas respostas dela, e gerou outras adequações, ou outras correções de rumo na própria execução da proposta dali em diante. E aí essa execução da proposta, desse percurso todo está sendo objeto de estudo de uma boa parte, de uma parte significativa de uma pesquisa com um pouco mais de fôlego, vamos dizer assim. Por mais que venha sendo feita por uma pessoa dessa equipe toda. Mas a ideia, o horizonte dessa pesquisa é justamente dar esse retorno e servir para todo mundo ler. Por isso que eu fiquei muito feliz quando Participante.01 pede para ler o primeiro capítulo, por exemplo. Porque aí eu já mando para todo mundo. Aí todo mundo lendo a gente volta nessa retomada necessária para esse tipo de trabalho, se expressando seja lá onde for. Se expressando dentro de um plano de fiscalização, dentro de um programa de ações preventivas que está recomeçando, dentro de um projeto financiado pelo BID [Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista], que Participante.04 apontou. Ou seja, da forma como for. O espírito desse projeto, essa narrativa se expressando da maneira como for, ela seja subsidiada pelas reflexões, pelas descobertas até eu diria, que estão no bojo da pesquisa. Então a ideia da pesquisa é retribuir para todo mundo. E aí voltando à questão de como a gente se organiza, eu sugiro o seguinte, tentando fazer uma síntese aqui. A gente agenda uma outra data – aí a gente vê a agenda de todo mundo aqui – depois que a Participante.04 e Participante.03 responderem a essa rodada da segunda pergunta. Porque aí a gente retoma essa segunda pergunta, com maior intervalo de tempo para todo mundo refletir sobre as respostas possíveis, e avança para a terceira e última questão. Tudo bem?

Participante.01: Eu concordo. Eu acho super bom.

Moderador: Então primeiro a gente faria o término dessa rodada da segunda pergunta. Essa primeira leva, vamos dizer assim, com Participante.04 Participante.07 e Participante.03. Nessa ordem, se possível. E aí a gente agenda uma segunda data. Então vamos lá Participante.04?

Participante.04: Bom eu acho que para a CEA trouxe assim um impacto positivo. A FS trouxe essa reflexão do sentido da EA, do diálogo, da participação. Não para todos as pessoas, a equipe, mas de uma boa parcela de pessoas comprometidas com a EA. Eu acho que também, como a Participante.06 colocou, um desdobramento do trabalho da FS teve a questão da metodologia de participação nos planos de manejo que foi, da agenda, para mim – como posso colocar – projetou a CEA para o sistema ambiental paulista. Algumas áreas da secretaria passaram a ver, a enxergar a atuação da CEA de uma outra maneira. Eu acho que então foi esse desdobramento que trouxe uma importância para a CEA e para a EA. Eu acho que a Participante.03 pode complementar um pouco mais. Mas, para mim foi um impacto bem positivo. E aí da perspectiva da projeção da EA para o sistema e da própria readequação da própria agenda da CEA, mostrando o que é efetivo como política pública de EA. Essa reestruturação da própria agenda e atuação da coordenadoria. Acho que foi isso. Participante.03 pode complementar.

Moderador: Participante.03, quer complementar agora, já?

Participante.03: Pode ser. Ou posso ficar para depois. Tanto faz.

Moderador: Participante.07, você quer falar? Ou quer deixar para a Participante.03, o que você prefere?

Participante.07: eu não queria ser o primeiro, mas também não quero ser o último. Eu fiz algumas anotações enquanto vocês falavam. Provavelmente eu perdi alguma coisa. Minha dificuldade de escrever e ouvir e prestar atenção em várias coisas ao mesmo tempo. Mas eu vou tentar organizar aquilo que eu anotei aqui para tentar deixar um pouco claro. Mas eu queria deixar, antes de tudo, eu posso citar? Uma frase aqui, de um filósofo? Pré-socrático? Posso né? Ele fala mais ou menos assim: ‘nada é permanente além da mudança’. Estou dizendo isso, vou repetir: ‘nada é permanente além da mudança’. Heráclito de Éfeso. Porque o que eu vou dizer aqui pode ser que eu diga de maneira diferente numa

próxima reunião, por vários motivos. Dito isso, eu quero algumas anotações aqui. A pergunta ‘como avalia o desenvolvimento do trabalho dentro da instituição’. Primeiro que a instituição ela tem vários graus, vários níveis. Pode ser desde o impacto ou do desenvolvimento da FS no próprio centro de monitoramento, onde eu trabalho. Pode ser no nível da coordenadoria. Pode ser no nível da secretaria. Do sistema ambiental. No estabelecimento de aproximação com outros órgãos. Então eu acho que o desenvolvimento do trabalho, e o impacto que eu avalio primeiramente, mas não necessariamente nessa ordem, foi o fato de ter proporcionado essa aproximação com outros setores ou outras instituições ou outros órgãos. Principalmente a FF e a CEA. E o desenvolvimento da FS em outros trabalhos, em outros grupos de trabalho, como a Participante.06 e a Participante.04 já citaram. Acho que seriam alguns impactos que eu me lembro aqui. Mas ao mesmo tempo, eu fico pensando o seguinte: a instituição é uma abstração. Então aí me chama a atenção aquilo que a Participante.02 falou, que são as pessoas. Então dentro, por exemplo, da CFA na época, a Participante.06 e a Participante.01 falaram, talvez as pessoas não soubessem exatamente o que estava sendo construído com a FS e, portanto, a gente teria esse espaço para desenvolver, principalmente o Moderador e a Participante.06 lá na CFA. Mas ao mesmo tempo em que talvez eles não soubessem eventualmente o tamanho disso, eu lembro que sempre teve uma preocupação na CFA do Moderador e da Participante.06

Em sempre deixar claro para o pessoal da chefia – para o diretor do departamento, para o coordenador – o que que a gente estava fazendo. Isso era sempre apresentado e sempre deixava muito claro. Se eles compreendiam ou não, aí já é outra questão. E uma outra questão aqui, que é uma pergunta, na verdade. Eu vou fazer porque talvez eu esteja esperando demais. Mas quando pensando dentro da CFA, ou CFB, e pensando em instituição, não é fácil dissociar fiscalização do trabalho, por exemplo, que a polícia realiza. Seja dentro de UC, por meio do SIM, ou seja fora de UC. E aí eu fico pensando no desenvolvimento do trabalho dentro dessa instituição, digamos assim, parceira da fiscalização que é a polícia. Porque eu fico lembrando – posso estar enganado, minha memória às vezes me trai. E eu nem participei de todas as oficinas em todas as UC, em todos os polos – mas pelo que eu me lembro a participação da polícia era bastante reduzida, se eu não me engano. Eu fico pensando: talvez eu esteja esperando demais, mas foi uma questão que me surgiu agora aqui. Também em outros momentos eu nunca pensei nisso. É uma questão que veio neste momento. Talvez numa reunião seguinte, no dia seguinte eu nem considere uma questão importante. Mas é isso que eu queria dizer. E outra coisa, pensando não nas instituições, mas nas pessoas, eu não sei se eu estou enganado, mas ao mesmo tempo que tinha uma abertura lá na CFA, para desenvolver o trabalho, em nenhum momento teve um – na CFA - acréscimo no grupo de pessoas que, por exemplo, faziam as viagens. É claro que as pessoas tinham suas outras demandas. E também eu fico me perguntando se lá na fiscalização não havia algum tipo de restrição ao desenvolvimento do trabalho. Eu imagino – eu não vou... estou especulando e até por isso... e mesmo se eu tivesse certeza e não citaria nome de ninguém aqui – mas eu fico pensando: talvez não nos cargos de chefia, mas em outras pessoas. Eu fico pensando se talvez teve algum tipo de restrição ao trabalho que foi desenvolvido. Acho que é isso que eu consegui organizar aqui. Nem sei se está de forma tão organizada assim. Mas, é isso.

Moderador: Valeu Participante.07, obrigado. Participante.03, você quer falar? Você ficou com o encerramento aí, dessa segunda rodada.

Participante.03: Que responsabilidade! Acho que a Participante.04 já adiantou um pouco do que eu ia falar. Eu já falei também na primeira fala. Eu acho que para mim assim foi um divisor de águas. A FS e o impacto dela na CEA. Não tanto na nossa atuação por meio da FS, mas nos desdobramentos que ela trouxe por ser um trabalho de referência na questão da qualificação da participação social. Então a partir da FS a gente começou os Diálogos de EA [ação de EA da CEA] na ideia de compartilhar com o sistema uma perspectiva de EA que é diferente do senso comum. Do que geralmente se identifica enquanto EA. Os diálogos – eu lembro do Diálogos de áreas protegidas que vocês apresentaram, foi o lançamento do guia da FS - e isso acabou pautando um pouco a nossa relação com a FF como área de EA em diálogo. A gente estava começando a conhecer e se aproximar da FF por meio da Participante.01 e a gente teve a tentativa de contratar o professor Loureiro para fazer uma capacitação para os gestores. Então a gente começou a pensar uma atuação da CEA baseada na formação de gestores, que era uma linha de atuação que a gente namorava, mas nunca tinha conseguido pautar como ação. Depois a gente trabalhou a questão dos programas de EA, mas sempre tentando trazer essa perspectiva que a FS abriu de olhar para o território, olhar para as questões socioambientais, olhar para as relações do território e não só a questão do uso público – enquanto EA em áreas protegidas. E eu acho que FS ajudou a gente a ganhar segurança nesse discurso e conseguir pautar nas nossas ações, nos nossos planejamentos a questão de trabalhar a participação social e de alguma forma desmistificar essa perspectiva. Acho que ela serviu para o sistema [ambiental] como um todo. Desmistificar a participação social como algo perigoso, arriscado e isso

influenciou nos planos de manejo, na possibilidade da CEA se envolver com esse tipo de trabalho e ajudar no grupo de trabalho que foi criado. E acho que indiretamente influenciou a retomada da CIEA [Comissão Interinstitucional de EA], porque graças a essa perspectiva da participação social houve uma abertura para uma gestão de retomar os diálogos com a sociedade civil para conseguir regulamentar a política e implementar a CIEA. Enfim, acho que é isso. Teve vários impactos. Eu acredito que foi um divisor de águas mesmo para a EA do estado.

Moderador: Participante.02, agora você pediu a palavra, é isso?

Participante.02: É. Você vai encerrar, não é Moderador? Mas eu vou fazer uma colocação aqui – acho que não é boa. Até peço que vocês não respondam, e depois vocês pensam e você em especial, Moderador, e Participante.01, talvez, possam me falar, em particular – porque a Participante.06, a Participante.03 e a Participante.04 colocaram essa mesma visão do desdobramento da FS e agora a Participante.03 colocou de um jeito bem bom, que eu anotei, ‘a desmistificação da participação social’. Achei muito bom, Participante.03, você codificar isso: ‘a FS como um processo de desmistificação da participação social’. E aí vocês trouxeram isso como desdobramento e consequência para a participação de vocês no comitê de planos de manejo, na perspectiva de fazer uma discussão melhor ou da possibilidade de trazer a participação social para os planos de manejo nesse momento. O que eu ia dizer é que para mim isso soa estranhíssimo. Não soa bem para mim. Para o meu ouvido. Não acompanhei absolutamente nada desse processo da formação do comitê dos planos de manejo e de vocês serem convidados para fazer um trabalho que, com certeza, é um trabalho muito legal e muito bom. Talvez tenha da minha parte um pensamento bem anterior sobre desmistificar a participação social talvez. Nos planos de manejo que eu já participei. Talvez na implantação dos conselhos gestores. Antes do SNUC, depois do SNUC. Quando eu trabalhava no IF há... o nosso trabalho era de montagem de conselhos. Eu comecei a trabalhar no IF a partir do ano 2000 e foi mais menos concomitante. A equipe que eu trabalhava tinha como atribuição montar conselhos nas UC. A agente fazia isso loucamente. Tinha lá as nossas distribuições regionais. Eu trabalhava mais na Serra do Mar do que no Vale do Ribeira. Mas eu também trabalhava no Vale do Ribeira. Então, me soa – não sei. Eu não sei achar a palavra – para mim. Eu entendo, eu fico contente assim, quando vocês relatam isso. Que vocês veem isso como um desdobramento que quase salva – mesmo sem eu saber nada do que acontece nos planos de manejo – a impressão que eu tenho é que vocês quase salvam o processo inteiro. Mas, não sei. Talvez seja uma coisa de cabeça dura, mas eu não acredito que a coordenação desse comitê ou a FF tenha avaliado o trabalho da FF e tenha dito: ‘ah, é esse o trabalho que a gente quer para os planos. É essa desmistificação da participação social’. Eu acho que vocês se encaixaram num momento em que não era para ninguém ser contratado e vocês são pessoas com extrema competência em conduzir processos. Então vocês serviam para fazer isso lá. Mas lamento muito dizer isso. Peço desculpas para você, Moderador, porque estou um pouco ácida aqui nas respostas, mas não posso não ser absolutamente sincera. Principalmente com você. E eu sinto isso. Talvez seja até desconsiderável esse apontamento. É mais um sentimento do que uma análise.

Moderador: Bom, não para para responder agora, né? Porque eu concordo plenamente com o que você está falando e eu colocaria em momentos distintos. Sem querer desenvolver uma resposta aqui, mas eu acho que esse é um debate por ser feito. Talvez na próxima reunião nossa. Mas são momentos distintos. Eu acho não teve realmente essa leitura. Uma coisa é como a FS ela deixa de acontecer na prática e passa a buscar por outros caminhos se institucionalizar. Outra coisa é como essa questão da participação social se evapora dos planos de manejo. Quase isso, eu diria. Eu acho que são momentos distintos. A FS não atingiu o clímax dela do ponto de vista da participação social. Eu acho que ela ficou girando muito na chave que a Participante.06 colocou, concordando com ela. Agora, a participação social nos planos de manejo, ela experimentou esticar um pouco mais a corda, eu sinto. Por isso que eu falo que são momentos distintos. E concordo com você quando você diz que a coordenação do comitê de planos de manejo não olhou para o potencial do trabalho da FS e falou: ‘ah, é o que nós queremos isso nos planos de manejo’. Mas, não tem como não dizer que, uma vez a Participante.04 estando junto com a Rachel, na época em que a CEA foi mobilizada para cuidar da participação social, a referência que elas tiveram foi da FS e, portanto, o convite a mim e a Participante.06 especialmente quando a gente estava na CFA, juntos, na época. Assim, tem como concordar com você e concordar com o que Participante.04, Participante.03 e Participante.06 colocaram, entendeu. É aí onde eu estou querendo chegar. Acho que a leitura que você está fazendo é isso: a gente entrou num momento em que precisava de gente para tocar um negócio que não ia ter recurso para contratar gente para fazer. Concordo. Mas não tem como não dizer que circunstancialmente as pessoas que estavam com essa incumbência de tocar, olharam para a FS como referência e houve um espaço a ser explorado. É que a exploração desse espaço – e aqui numa leitura

muito pessoal minha – levou a um esticamento dessa corda, que tensionou o suficiente para haver um movimento brusco. Um movimento concatenado. Aí olhando para mim especialmente. Concatenado entre uma coordenadora que não queria mais uma determinada situação e precisava do apoio de um outro personagem, que no caso é o coordenador do comitê de planos de manejo – precisava do apoio dele para tomar uma medida. E aí se juntou a fome – numa leitura hipotética – juntou a fome com a vontade de comer. E aí dá essa fragilizada. Mas eu acredito que se houvesse fôlego, daria para continuar insistindo por outras frentes nessa questão da participação e continuar esticando a corda. É que existe um baque. Eu acho que a gente ainda está no meio desse baque. Mas olhando o conjunto das coisas, eu acho que dá para fazer uma síntese entre a leitura que você está fazendo, que eu concordo e a leitura que elas demonstraram. Que eu também concordo. Eu vejo, por exemplo, com todo o custo da CBRN, de perdermos uma CBRN, criou uma agenda de biodiversidade com o que sobrou da CBRN na CFB atualmente, que tem um departamento para isso. E dentro desse departamento, como a Participante.06 anunciou, a gente vem se desdobrando aí para implantar um programa de ações preventivas. Só de haver dentro desse lance de ações preventivas dentro de uma coordenadoria de fiscalização, pode significar alguma coisa. Como pode não significar nada. Do ponto de vista político. Mas pode vir a significar uma oportunidade também. De novo: dependendo do fôlego e da quantidade de gente impactada. Porque isso foi uma coisa bem presente nas falas de vocês. O impacto nas pessoas, Mas aí se eu for na linha do Participante.07 e entender que as instituições são abstrações constituídas por pessoas, eu poderia fazer uma conta de padaria aqui e dizer que as instituições também refletem o conjunto dessas pessoas, o conjunto do entendimento dessas pessoas? Se for isso, se essa conta for ok, então investir na formação dessas mentalidades, investir na formação dessas pessoas pode, eventualmente, ter algum impacto sobre essa abstração que são as instituições. Não sei. É uma possibilidade. Sem querer avançar muito numa eventual resposta a essa provocação que você fez e eu achei maravilhosa. Por mais pessimista que ela pareça, eu acho que ela tem nela a necessidade de transcender. Transcender uma leitura, agregar outros elementos, enfim. Então...

Participante.02: desculpa, o que eu acho que tenho vontade de dizer assim é: acho ótimo. Acho perfeito e acho muito bom que se faça uma leitura disso de desdobramentos de uma coisa tão interessante e como eu acabei de dizer antes: salvando um processo que não parecia tão interessante assim. Mas, é isso. Era só para dizer que eu tenho essa visão assim. Meio amarga e tal, mas reconheço que é ótimo, é muito bom.

Moderador: e assim, tem um destaque só para encerrar minha parte. Tem um destaque dessa última fala da Participante.03, que eu me identifiquei muito pessoalmente com esse aspecto da resposta dela, que é o fornecimento de mais segurança. Eu não sei se isso aconteceu com a Participante.06 também, com a Participante.04, eventualmente com Participante.01, com o Participante.07. Mas eu me identifico com isso. Na medida em que você experimenta e consegue contato com pessoas como você como Sandra e outros personagens pelo meio do caminho, você vai sentindo mais segurança naquilo que você está fazendo e esse é o destaque que eu queria fazer e que talvez seja um dos desdobramentos a serem destacados como impacto. Não só nas instituições, obviamente, mas nas pessoas. É que o caso da CEA é um caso à parte porque a CEA estava trancada. Estava completamente apartada. Acho que foi muito nessa linha a resposta da Participante.03 e da Participante.04. Para encerra nossa conversa eu gostaria de marcar uma outra data. Até para a gente não sair daqui sem nenhuma data. E aí eu já fico com o encaminhamento, com a lição de casa de, baixando esse arquivo aqui [gravação] compartilhar com vocês ou ver uma forma de compartilhar pelo próprio programa para vocês terem acesso à gravação. Acho que pode ajudar, como subsídio à próxima reunião. Que datas vocês podem. A Participante.06 não pode amanhã de manhã. Alguém pode de tarde? A própria Participante.06, não sei.

Participante.03: amanhã para a gente está difícil, viu. Tem reunião da equipe da CEA. Acho que na sexta. Não, amanhã é quarta, né?

Participante.04: Amanhã é quarta. Para gente, a Malu [coordenadora CEA] mudou a reunião. Amanhã à tarde está livre.

Participante.01: eu também posso amanhã à tarde.

Moderador: Participante.01 também pode amanhã à tarde. Participante.06, você pode amanhã à tarde?

Participante.06: eu posso.

Moderador: à tarde você pode?

Participante.06: à tarde sim. De manhã não.

Moderador: de manhã não. Ok. Participante.02, você pode amanhã à tarde?

Participante.02: inaudível.

Moderador: Participante.07, você pode?

Participante.07: A princípio sim.

Moderador: só falta a confirmação da Participante.02.

Participante.02: Está me vendo aqui, me ouvindo?

Moderador: você pode amanhã à tarde, Participante.02?

Participante.02: posso. Eu estava lá na minha agenda do Gmail, ouvindo vocês e daí eu perguntei que horas e vi que vocês não me ouviam. Aí eu tive que entrar tudo de novo. Só para a gente aprender. Nesse Teams aqui, se sair dele, continua ouvindo, mas sai fora. Você falou 15h Moderador?

Moderador: é. O mesmo horário de hoje. Mas aí a gente começa efetivamente às 15h. Com todo mundo já sabendo entrar e não tendo nenhuma apresentação. Vai ter, no máximo, um resgate da questão 2 e a gente fazer uma ou duas levas da terceira rodada que é da questão 3. E aí eu acredito, portanto, que demore menos tempo do que hoje. Hoje a gente teve o período de todo mundo entrar, mais o período da apresentação e agente começou eram quase 16h. Então amanhã vai ser entre 15h e 16h, provavelmente. Menos pesado de tempo.

Participante.02: Tá bom. 15h.

Moderador: eu vou agendar e vou mandar para todo mundo. Aí vocês usam esse convite como meio para ingressar na reunião amanhã. Tá bom? Então obrigado viu?

Anotações durante encontro:

1) Reforço da UC como referência territorial.

Proposta de EA em conselhos de UC compreendida como alternativa de trabalho em um contexto ruim, do ponto de vista da gestão ambiental, especialmente da EA e das UC. Uma aparente contradição em termos de construção de caminhos em contextos supostamente desfavoráveis, somada a outra, associada uma à origem da proposta inicial: a fiscalização ambiental, em uma política de comando e controle (plano de fiscalização de UC).

A FS exercitava a EA em sua transversalidade. Seja por partir de um problema de fiscalização, seja porque toma colegiados de participação social na gestão pública como espaços de ensino-aprendizagem. Em alguma medida teria, também, materializado – já como proposta inicial de trabalho – sentidos atribuídos à EA e de difícil colocação em prática.

Resgate da CEA como instituição governamental de EA.

Diálogo e práxis da FS com referencial conceitual e teórico preexistente (EA na GAP).

Capacidade de sintetizar perspectivas e construir agendas comuns. O pressuposto de natureza e meio ambiente como termos polissêmicos teria permitido ampliar a capacidade de diálogo dos educadores envolvidos, na medida em que reconheciam a existência prévia de entendimentos diferentes, eventualmente antagônicos e, ainda, em dissonância com aquelas compreensões que orientam normativas ambientais.

2) quando começa a emergir claramente o que a participação social promove, restrições institucionais aparecem também.

O aparente "não entendimento" é oportunidade ao passo que é também uma limitação no médio prazo, devido à necessidade de o trabalho perpetuar-se pela via de sua institucionalização e incorporação em diferentes esferas (de agentes públicos) e instâncias (dirigentes e de tomadas de decisão).

Houve impactos nas instituições, mas, sobretudo, nas pessoas.

Um dos impactos é a revelação das narrativas e seus agentes, o que configura uma ameaça significativa, com desdobramentos associados a afastamentos de agentes públicos (de atividades e de setores).

Também projeta a CEA como órgão governamental para o restante do sistema ambiental. E em outro sentido atribuído à própria EA.

Deu maior segurança com relação à narrativa que promovia a participação social e a associa à EA, assim à premência do diálogo com a sociedade civil.

2ª parte do encontro – 15 de abril de 2020 – 15h às 16h40 realizado por videoconferência em razão da quarentena (COVID-19)

Transcrição do 2º encontro

Moderador: Alguém tem preferência por continuar a resposta da segunda. Ou vocês querem que eu faça que nem ontem e aponte o dedo aqui “dedocraticamente”? Está todo mundo com o microfone cortado. Ninguém nem abre para responder.

Participante.06: eu posso começar a falar. Apesar que eu comecei ontem também. Tem alguém que está dando eco aí na minha fala.

Moderador: vou fechar o meu aqui.

Participante.06: não é você não. Acho. Mas eu acho que foi bom essa parada de ontem para hoje. Eu acho que a gente refletiu um pouco mais. Eu não pude me debruçar muito, mas eu acabei fazendo algumas anotações aqui. Até em função da provocação que a Participante.02 colocou ontem. E pensando especificamente nessa parte de que tipo de impacto pode ter havido. Então, não só na minha instituição, mas pensando na questão dos planos de manejo, eu entendo que é indício e evidência que a FS, ela inspirou a elaboração da metodologia que coloca em discussão a participação social como elemento essencial na gestão dos espaços protegidos. Então, eu acho que a discussão que a gente colocou de... não é que eu entendo que a FS, ela foi um ponto culminante... ela não é um ponto culminante na elaboração dos planos de manejo, mas ela foi, ela inspirou esse grupo a colocar esse aspecto da participação social como elemento essencial nesse contexto de elaboração de planos de manejo. No entendimento de que a gestão de espaços protegidos, ela deve ser feita com a participação da sociedade. Talvez a gente não tenha alcançado a institucionalização disso como consenso entre todos, em função até das diversas perspectivas que a gente tem dentro desse espaço que é o comitê onde estão sendo elaborados os planos de manejo, mas a gente não pode negar que esse aspecto foi imposto por esse grupo. E argumentado por esse grupo nesse espaço. E a gente vem tentando defender – ou estava tentando defender – essa perspectiva nesse contexto. E aí apontando a EA como elemento, como instrumento primordial para se alcançar essa participação. Tanto no aspecto da qualificação dessas pessoas para o entendimento sobre o que é um espaço protegido, do que é a elaboração de um plano de manejo, quanto também possibilitando aí a sua intervenção nesse instrumento que é o plano de manejo. Então, contribuindo de diversas formas. Foi um pouco a reflexão que eu fiz sobre esse aspecto do plano de manejo em si. Então, eu acho que a FS, ela teve papel fundamental em inspirar e compartilhar essa perspectiva nesse grupo. E se ela vai ser institucionalizada, se ela vai alcançar o máximo, eu entendo que não. Até por como esse grupo trabalha. Mas que a defesa... e aí, óbvio, é claro – a discussão que a gente teve ontem – as pessoas que estavam envolvidas, principalmente que defendem esse aspecto. Mas essas outras pessoas que estão nesse espaço aí, de discussão, elas foram submetidas a todo esse repertório. É óbvio que teve algumas mudanças. A gente vê algumas mudanças – embora elas sejam pequenas - mas transformações a gente consegue identificar na própria atuação de alguns entes, sobre essa perspectiva, especificamente. E na CFA – agora CFB na época – e eu vou falar especificamente da agenda de fiscalização, a FS foi importante para compartilhar a reflexão – e eu entendo que ela chegou ao ponto de

institucionalização – do reconhecimento de que a fiscalização é insuficiente para solucionar os problemas que a gente enfrenta. Os problemas ambientais que são enfrentados pela própria fiscalização. E nisso compreender que existem causas que não estão sendo atingidas. E aí eu acho que uma evidência disso, primeiro um indício disso foi a tentativa de, na reestruturação que foi proposta, mas não efetivada, quando estava o Ricardo Salles [como secretário estadual de meio ambiente] na possibilidade de criar um centro de ações preventivas, dentro do departamento de planejamento e monitoramento da coordenadoria de fiscalização ambiental. Não foi efetivada. Porém, quando teve a reestruturação e a junção da CFA com a CBRN, esse centro foi criado. O centro de ações preventivas. E aí eu vejo como evidência também a própria Resolução [SMA] 123 [de setembro de 2018] que cria o programa de ações preventivas e que traz essa perspectiva da necessidade de entender as causas dos problemas de fiscalização como uma das linhas de ação específicas desse programa. E, embora a gente não tenha alcançado uma mudança de visão geral da coordenadoria como instituição, eu acho que existem evidências claras aí de mudanças de posturas nas falas, principalmente de alguns diretores. Sei lá, o Rafael [diretor do departamento de fiscalização] que se aproximou mais e que hoje está no departamento de fiscalização, seja da própria Naiana que está como diretora do centro de planejamento, que inclusive colocou a equipe – além de mim – do centro de planejamento à disposição de participar do grupo de trabalho, para trabalhar nos planos de manejo – o grupo de trabalho para participação social. Entendendo isso como um processo formativo dessa perspectiva de participação social. E uma outra coisa que eu acho que é um indício, que é a gente, numa conversa com o coordenador, ele pontuar, justamente, que a missão da CFB é atuar sobre as causas desses problemas. Então eu acho isso muito importante. E acho que embora ainda esteja num âmbito pessoal, de algumas pessoas, são pessoas chave, que estão em papéis importantes e eu acho que o trabalho, agora, é passar do discurso para efetivar uma prática muito associada a essa questão. E eu acho que isso tem aberturas importantes. E eu acho que isso, para mim, é um impacto do reconhecimento do trabalho que a FS iniciou – e eu não vejo que é só a FS, obviamente – mas também num reconhecimento do que ela traz. A questão da própria EA, como ela é esse instrumento importante em todas os outros instrumentos da política ambiental. Incluindo a fiscalização, que é a mais árida. Mas como ela contribui imensamente. Não sei. Foram algumas reflexões que eu tentei ser mais – não sei se fui, óbvio – mais objetiva de encontrar essas evidências sob o meu ponto de vistas, obviamente, para colocar aqui sobre esses impactos. Não sei se eu poderia dizer “impactos”. Enfim. Mas eu acho que é isso, um pouco.

Moderador: Obrigado, Participante.06. Eu tenho... eu queria pedir a permissão de vocês para fazer duas questões, a partir dessa conversa que emergiu das diferenças de pontos de vista, que eu acho que isso é um aspecto interessante de grupo focal. De todo mundo poder responder um para o outro, inclusive. A primeira pergunta seria para a Participante.04. Para a Participante.04 trazer um pouco... deixa eu organizar melhor. A Participante.06 resgatou aqui que a FS teria sido importante para justificar o convite para determinadas pessoas comporem um grupo de trabalho que havia sido demandado pelo comitê de planos de manejo à CEA. Então foi pedido para a CEA que cuidasse da questão das oficinas participativas ou da participação social. E a Participante.04, em função do contato que já tinha com a equipe da FS, convidou pessoas dessa equipe para ajudar a formar um grupo de trabalho e ajudar a construir uma resposta, portanto, junto com a CEA, para o comitê de planos de manejo. Então, diante desse contexto, eu queria perguntar para a Participante.04: e se não houvesse nem esse seu contato com o grupo – claro que é contrafactual isso. O que passaria, como que você imagina que a CEA faria no contexto em que ela estava, se não houvesse esse contato com a equipe da FS, ou se não houvesse a própria experiência da FS nos conselhos de UC? Deu para entender a pergunta?

Participante.04: Oi, boa tarde. Eu não acompanhei a fala da Participante.06, por conta que a minha internet hoje está bem difícil aqui.

Moderador: Deixa eu só – desculpa te interromper – mas é assim, a fala da Participante.06 não é determinante para essa resposta. Só resgatei a partir da fala dela, que ela marcou bem essa... você, por conhecer bem o trabalho da FS, e por ter contato com membros da equipe, e diante de uma demanda do comitê para a CEA, você buscou mobilizar essa, articular esse contato que você já tinha. Então que queria saber: se não houvesse o contato ou se não tivesse havido a experiência da FS, como que você imagina que a CEA teria que se virar ou construir uma resposta no âmbito do comitê.

Participante.04: Tá. No momento em que foi feito o convite, e como a CEA se encontrava, eu acho que não teria realizado a proposta. Eu acho que aí o comitê ia avaliar uma outra perspectiva. Porque a gente estava, tinha... a CEA tinha sido esvaziada. Estava na gestão do Ricardo Salles ainda. E tinha sido esvaziado e as pessoas, os técnicos, tinham ido ou para a fiscalização e de lá da fiscalização para outros setores e para a Cetesb. E aí a gente estava na CPLA. Se não me engano. Eu não acompanhei todas as tratativas do comitê desde o começo. Acredito que a Rachel [servidora da CEA] acompanhou algumas vezes, alguma reunião lá do comitê e o Trani [à época coordenador de planejamento ambiental que estava respondendo interinamente pela CEA] falou que a CEA, em algum momento, teria que se envolver com a metodologia [de elaboração de planos de manejo], com essa agenda dos planos de manejo. Aí, quando foi

feito o convite – eu lembro que estava a Kitty [servidora da CPLA], a Lie [assessora de gabinete da SMA] e a própria Fernanda [coordenadora do núcleo de planos de manejo da FF] e aí chamaram a gente junto para uma conversa, junto com a Participante.01. Que aí a ideia era ter a EA junto à assessoria de EA [da diretoria executiva da FF] para desenvolver essa proposta. Acho que se não tivesse conhecimento da metodologia da FS e nem do contato, e naquele recorte da CEA, eu acho que era uma agenda que a gente não teria como dar conta. Assim, até pelas próprias pessoas que estavam na CEA. Então, no momento eu acho que é [seria] bem difícil mesmo da CEA dar conta dessa agenda. Eu não sei nem se procurariam a gente, na real situação em que a gente se encontrava.

Moderador: Bom, obrigado Participante.04. A segunda pergunta seria para a Participante.02, mas é aberta para qualquer outra pessoa. Assim como essa primeira. Se alguém quiser se manifestar, por exemplo a Participante.03, se quiser se manifestar sobre essa primeira questão também, está aberto. Mas eu queria colocar uma segunda questão também e gostaria que a Participante.02 começasse respondendo, se fosse possível, que é: que aspectos que ajudam a definir o que seria impacto na instituição? A Participante.06 apontou alguns: a disponibilização de profissionais para ações preventivas, a incorporação, no nível do discurso, de um deslocamento importante que estava no bojo das ações preventivas (entender a prevenção, que era emplacar uma ideia de prevenção como entendimento, identificação e compreensão das causas daquela pressão sobre a biodiversidade de forma geral, mesmo a institucionalização, seja por uma resolução, seja pela criação de um centro técnico – porque esse centro técnico de ações preventivas, é bom demarcar, ele não vem em função da extinção da CBRN. Ele já havia sido pensado antes, quando era a CEA que estava para ser extinta. Então é uma dimensão a ação preventiva que já estava presente desde antes dessa última reestruturação da secretaria. Então a Participante.06 apontou alguns aspectos que, na leitura dela, caracterizariam aí, o que seria esse impacto na instituição. E ontem, a partir do questionamento que a Participante.02 fez, eu fiquei com essa pergunta na cabeça. Foi bom para mim também esse intervalo que a gente fez. E aí minha pergunta seria: que aspectos que ajudam a definir e o que seria impacto, para eu colocar nessa caixa: ah isso é impacto significativo ou é algum impacto na instituição?

Participante.02: Bom, primeiro, eu falei para a Participante.01 se ela queria acompanhar pelo Whatsapp. Não sei se vocês viram. A Participante.01 está aqui olhem [mostrando a Participante.01 pelo celular]. Ela está ouvindo [acerta o posicionamento do celular de forma que Participante.01 – sem acesso à plataforma da videoconferência – possa participar pelo celular]. Participante.01, fala só alguma coisa para ver se eles te ouvem.

Participante.01: Oi gente! Vocês me ouvem? [sinais de positivo daqueles que ouviram]

Participante.02: Então, Moderador, você pode...

Participante.01: Mas a conexão aqui pelo Whatsapp também está bem ruim. Eu escuto vocês com uma interferência bastante forte. Mas tá bom. Está funcionando. Vamos indo!

Participante.02: Bom, Moderador, se você quiser incluir a Participante.01 aí... Então tá. Bom, nesse momento de colaboração com seu trabalho, eu penso que a minha colaboração tem um certo recorte que é o que eu tentei colocar na sua primeira pergunta. Então, de um envolvimento muito recortado em um determinado momento da FS, num determinado território, com um determinado grupo de atores sociais. E daí na sua segunda pergunta você coloca o impacto para a instituição em que eu trabalho. Então eu penso que quando você pergunta assim: ‘o que seriam os parâmetros para um impacto’, eu acho que quando a Participante.06 coloca esses parâmetros de impacto, eles são impacto para o sistema como um todo. Porque no caso da CFA, CFB, existe um olhar, sei lá, de um “guarda-chuva”, de uma perspectiva muito ampla, olhando para o conjunto das UC da FF, do IF e as outras instituições que fazem gestão de espaços protegidos como a gente está colocando. Então, não é só a FF. Então, é um impacto para o sistema. Eu tenho dificuldade de fazer leituras desse impacto no sistema. Esse impacto institucional no sistema ambiental. [aqui cabe uma análise: o termo “impacto talvez tenha induzido as análises no sentido de buscar identificar aquilo que teria sido alterado nas instituições, em razão de desdobramentos de ações como a FS. Seria o caso de “calibrar” melhor o uso do termo, para permitir que tais “impactos” sejam tomados como alterações que permitam, ampliem ou mesmo institucionalizem condições que garantam a continuidade de, no mínimo, aspectos considerados significativos e estratégicos para esse tipo de trabalho] Pela própria, pelo próprio formato de trabalho da instituição a que eu estou vinculada, que é muito hermética a processos mais amplos. Processos reais de participação. Mais amplos. E talvez também porque nos últimos anos e desde esse momento em que a FS surgiu, existe uma crise da FF. Talvez agora a crise é um pouco menos, assim, menos acentuada, porque tem uma certa, um certo equilíbrio, com um dirigente mais seguro, há mais tempo na instituição. E antes, a gente estava muito em uma corda bamba, em um processo muito complicado. Então, essa minha resposta, ela é reflexo do que eu, como técnica, estava vivendo e estava vendo. Então, quando você pergunta: um projeto como esse, o meu olhar, é de absolutamente de deslumbramento, como eu coloquei antes. Um projeto que tem uma perspectiva de impacto de recuperação de conceitos, de preceitos, de perspectivas muito importante, muito interessante.

O que aconteceu, na minha visão? Como conquista e o resultado ele foi interrompido. O impacto, eu avaliaria, o parâmetro do impacto teria sido a gente conseguir continuar mais um pouco. E todo o esforço metodológico e organizativo das causas de um grave problema, no caso, que era o impacto da extração do palmito sobre a fauna, que era isso que a gente acabou amarrando como a perspectiva para a discussão no polo 14, se isso tivesse podido ser continuado. Quando o projeto foi interrompido, o movimento foi interrompido. O impacto que poderia ter havido não se estabeleceu. Aí a gente diria: ‘ah, porque os gestores não estavam suficientemente treinados. Porque a equipe da FF não assumiu o projeto’. Não! A mesma contingência que fez o projeto desaparecer foi a que submeteu os gestores, a assessoria técnica, a instituição, a ficar paralisado, a ter outros rumos e a ter muita dificuldade para discutir participação social. Então, não sei se eu consegui responder o que você perguntou. Mas aí é uma coisa, sei lá, talvez bem particular diante de vocês todos que trabalharam no âmbito mais amplo do projeto. O que eu vi foi o vislumbamento de uma coisa muito importante naquele momento e que foi secada. Então, depois vocês continuaram – isso me deixa, sei lá, feliz, muito satisfeita – e eu gostaria de ver como que isso vem e rebata, e gostaria de colaborar nisso e de trazer, para que a gente possa reativar. Eu estava conversando com um gestor agora, entre duas e três horas, a situação não está simples. E agora [inaudível] a participação social como um ponto que pudesse fazer com que a gestão fosse potencializada de fato como é. Então... não estou conseguindo falar direito. O que eu estou querendo dizer é: o que a Participante.06 defende, coloca, eu acho perfeito. Eu acho que é uma visão muito lúcida. Mas do ponto de vista, do meu ponto de vista de componente técnico em um determinado momento dessa equipe, a questão da participação social é uma coisa posta. O que a FS faz é atualizar, é decodificar, é trazer isso para o seu real papel, mas isso não é uma coisa desvendada naquele momento [do desenvolvimento da FS]. Se a gente olha o plano de manejo do PETAR, por exemplo – que eu sempre falo porque eu tenho essa experiência – a Participante.01 e o Marcos Sorrentino coordenaram o programa de EA de uma forma brilhante. Eles pegaram todos os programas e transformaram em um programa. A decodificação de cada programa – o programa de administração, o programa de fiscalização e proteção, o programa de pesquisa, o programa de uso público – todos os programas foram, sob uma releitura da participação social, que a gente chamou de programa de EA. Quando é que o comitê de planos de manejo foi olhar para esse programa, que tinha sido feito na instituição, e por muitas dessas pessoas que estão no comitê, e olhar: ‘olha aqui como a participação social é uma coisa que dá certo, que é importante’. Então, quando eu digo que não foi por isso que vocês participaram, foi porque era quem estava ali disponível e podia fazer e alguém tinha que fazer, mas eu sinto assim que talvez tenha uma agressividade nessa minha fala. Mas vocês me perdoem, por favor. A intenção não é essa. Mas, se a gente olha para o histórico, se a gente olha para trás e todos nós reconhecemos a FS como um projeto imprescindível para o programa de proteção de todas as unidades, a gente pode olhar para todos os nossos históricos também. A gente pode olhar como foi que cada um dos vinte e tantos planos de manejo anteriores trabalhou a participação social. Então, não sei. Talvez eu esteja falando sob uma perspectiva pesada, de chateação. Acho que tem isso também. Fico chateada em que instituição dá as costas para o que duramente um grupo de técnicos tentou fazer. Se junta toda a nossa experiência de participação social com os planos de manejo anteriores, mais toda a experiência e a garra e a juventude e a vitalidade de vocês, a gente vai ter planos de manejo muito melhores que os anteriores, inclusive. Mas é um pouco nessa linha. Não sei. Desculpa Moderador, se eu... se é por aí que você queria a resposta. Quer falar Participante.01?

Participante.01: Posso. Ai, estou aqui pensando, embora está bem cortado o que eu estou ouvindo de vocês, mas não tem como a gente não voltar a várias situações. Acho que como você lembrou do PETAR, a gente teve a sorte de ter todo o grupo do Marcos Sorrentino coordenando todo esse programa e olhando para a questão da EA como a gente sempre... como a gente gostaria que fosse olhada. Permeiar tudo, é estratégia para tudo. E realmente, o que se propôs ali – embora a gente saiba que tem muita coisa que precisa melhorar ali – mas o cerne, a intenção foi essa. Mas aí a gente... é duro isso que você falou porque eu compartilho completamente isso. De como a gente vai esquecendo. A gente não. A instituição esquecendo. E vai fazendo questão, parece, de esquecer essas conquistas e aí nós, mais velhos, representamos isso. Então eu acho que é intencional mesmo. E aí eu penso, quando a Participante.04 fala que se ela não tivesse o conhecimento [incompreensível] do comitê, de todo o processo da FS, a CEA não teria conseguido levar uma proposta e eu tenho certeza, também, que de nenhuma forma aquele grupo teria olhado para a EA da FF e como a assessoria pudesse, de alguma forma, como fazer uma proposta. Como nunca olhou. E aí também vem uma coisa nossa. Minha particularmente. E que eu conversei várias vezes com vocês. Eu sempre fiquei numa crise com essa questão de participar da discussão da participação social. Tinha certeza de que a gente podia contribuir, que nosso grupo podia contribuir, mas era sempre um esforço muito grande saber o momento em que... dar conta daquele momento em que a gente estava. Estar naquele grupo de comitê de plano de manejo, conhecendo a história toda, não me vendo como parte daquilo, mas ao mesmo tempo me vendo como parte daquele grupo, querendo contribuir. Então, eu acho que a gente, enquanto técnico, nesse momento, naquele momento todo que a

gente estava passando, sempre... para mim sempre foi um exercício constante de estar apostando. E de estar tentando – como é que fala? – me distanciar daquele grupo que tinha... que ainda carrega toda uma história. Eu acho que aí compartilho com você, que parece uma coisa... é um ranço, é uma coisa que a gente tem que tomar cuidado até para não ser agressivo. Porque o fato também da gente estar no grupo da participação social e poder, de alguma forma, ter contribuído, é muito bom. É muito difícil, viu gente? É muito difícil mesmo e eu não vejo que a nossa instituição, a FF, ela tenha incorporado, sabe? Não acho que incorporou. E agora eu acho que os dirigentes nem sabem o que é FS. Os atuais. E, assim, chamo para mim algumas responsabilidades também. Agora, por exemplo, não tenho nenhuma vontade de, por exemplo, promover uma reunião como aquela que a gente promoveu no início. Chamar os diretores, conversar. E isso foi se diluindo no tempo. Não tenho vontade de chamar uma reunião agora e falar: ‘vamos pensar...’. O Alexandre [assessor técnico de fiscalização e monitoramento da diretoria executiva da FF] até colocou isso numa reunião de diretoria – aliás, ele não está aqui, né? Nesse grupo? Você convidou, não é, Moderador?

Moderador: Convidei. Convidei e ele falou que não poderia participar porque ele estaria envolvido em outras demandas.

Participante.01: Ah tá. Então, mas... eu não sei, gente. [incompreensível] parece que eu estou fazendo uma terapia aqui com vocês. Me desculpem. Mas, é isso. Vem mais coisa por aí. Eu estou ouvindo vocês muito cortado.

Participante.06: a gente te ouviu bem, viu? Foi bom.

Moderador: foi muito bom mesmo. Essa fala da Participante.01, somada à fala da Participante.02 e a pergunta – ajudam a responder a pergunta que a Participante.02 fez: se ela teria respondido ou ajudado a responder a pergunta que eu fiz. Eu acho que você respondeu a Participante.02. Eu vou, na medida em que as anotações que fiz aqui e a gravação vão me ajudar a construir um entendimento que aí eu acredito que o relatório de uma espécie de devolutiva, eu acho que vai ajudar a criar um diálogo aí no sentido de depurar isso, de refinar essa resposta, complementada pela sua resposta, complementada pela resposta da Participante.06, a resposta que a Participante.04 ajudou a dar, que a própria Participante.03 também ajudou a dar desde ontem e por aí vai. A resposta que o Participante.07 também deu ontem. Então eu acho que, com certeza, ajudou. Eu não vou falar a leitura agora porque senão eu vou acabar tomando o espaço desse diálogo entre os participantes que eu acho que é mais importante nesse momento. Eu acho que vale a pena eu tentar depurar isso, construir uma resposta e devolver para todo mundo validar e, eventualmente, corrigir alguma coisa, complementar etc. Aí eu queria saber dos demais, das demais participantes principalmente, se alguma de vocês quer fazer mais uma rodada de respostas a essa segunda pergunta. Ou se a gente já pode partir para a terceira pergunta. No caso é Participante.04, Participante.03. Participante.01, desculpe. Participante.01, você quer complementar alguma coisa da resposta que você deu ontem?

Participante.01: acho que por, está ok.

Moderador: Participante.04? Participante.03?

[inaudível]

Moderador: Não? Isso foi um não? Participante.07?

Participante.03: Moderador [incompreensível] no meu microfone. Eu não sei se o que eu tenho a falar vai além do que eu já falei. Mas, assim, ouvindo um pouco acho que a Participante.02 e a Participante.01 trazem muito bem algumas reflexões que a gente fazia sobre os desafios da FF. Acho que nessa questão das unidades e nessa questão de aproveitar a experiência das pessoas, dos técnicos e garantir alguma continuidade do trabalho. Acho que são questões que a gente observando bem de fora, porque a CEA entrou já existia todo um arranjo da FS em andamento, e a gente pegou o bonde andando, assim. Mas a gente via que essa expectativa que a Participante.02 trouxe com relação à continuidade do trabalho na ponta, no território, ela acaba se frustrando por uma questão de descontinuidade da gestão. E a gente conseguia ver essa dificuldade e, enfim, é difícil intervir nesse processo. Mas eu lembrei que a CEA teve um plano de ação junto com a FF que a gente escreveu. Um termo de parceria que a intenção era tentar garantir uma continuidade da FS e ao mesmo tempo uma atuação na construção dos programas de EA. A gente acompanhou, mas não conseguiu, assim, se envolver tão como era esperado. A gente fez um acompanhamento e tal, mas acabou não dando conta de estar tão junto da Participante.01 nesse processo. Enfim, para a CEA já está meio que respondido assim. Acho que a FS, ela impactou muito na nossa forma de pensar os processos formativos e na forma de pensar o próprio papel da EA nos espaços e nos instrumentos de gestão. Acho que isso, ele refletiu muito no trabalho do comitê de integração de EA, nos Diálogos, como uma ferramenta para construir diretrizes de EA. Isso ficou claro no Diálogo de fiscalização, isso refletiu no Diálogo de áreas protegidas e, de alguma maneira a gente tenta extrapolar isso para outros instrumentos, como recursos hídricos, resíduos sólidos. A gente sempre pensa que tipo de intervenção a gente pode fazer para qualificar os espaços de participação. Os conselhos, os comitês. Na CEA a gente elaborou alguns projetos com inspiração na FS. Um projeto voltado para o Parque Ecológico

da Guarapiranga, que acabou não acontecendo. Era um termo de ajuste de conduta. E agora está inspirando uma proposta para as áreas de mananciais. A gente vai tentar adaptar essa proposta, e agora, mais recente, o litoral sustentável [Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista – PDSLP], que eu acho importante enfatizar que não só uma proposta da CEA, mas que foi identificado por pessoas do sistema ambiental que faltava o componente de EA no programa e foi sugerida a FS como metodologia para desenvolver esse componente. Então eu acho que é importante registrar isso. Enfim, acho que era isso a minha complementação.

Moderador: ok Participante.03, obrigado. Participante.05 [agente pública educadora da CEA que, embora não tenha se envolvido com a FS, participou desse encontro do grupo focal devido à sua participação em uma adequação da FS ao PDSLP] você tem alguma coisa que você queira dizer? A mesma coisa o Participante.07 também, se quiser complementar a resposta que deu ontem. Você foi um dos que concordaram em postergar o tempo de reflexão para construir uma resposta à segunda pergunta, não é Participante.07?

Participante.07: Ah, não, mas eu não... a Participante.06, ela é bem mais atenta e atuante do que eu no que acontece lá na fiscalização. Acho que ela consegue e conseguiu dizer com mais propriedade. Acho que eu dei uma... eu fiquei pensando depois, eu dei uma viajada naquela minha... quando eu citei a polícia. Se teve algum impacto no trabalho da fiscalização, eu falei que é difícil dissociar – embora a gente esteja falando de prevenção – acho que mesmo assim é um pouco difícil dissociar o trabalho que a gente faz lá – e talvez eu esteja falando isso porque eu estou no monitoramento, a gente trabalha com esse lance de ficar fazendo denúncia, monitorar, encaminhar para a polícia [ambiental] – então talvez eu tenha um pouco de dificuldade de fazer essa dissociação do trabalho de fiscalização, com o trabalho que a polícia faz. Que é um trabalho de cooperação entre as duas instituições. Mas, talvez eu tenha levado o lance da utopia a uma camada estratosférica assim. Lá para o mundo da lua. Mas fora isso eu não... como eu disse a Participante.06, ela está muito mais atenta do que eu. Consegue dizer mais sobre isso.

Moderador: Participante.02.

Participante.02: Moderador, Eu queria fazer um comentário sobre o que o Participante.07 falou. Você falou ontem e você voltou agora para isso [Participante.07]. Eu achei excelente que você colocou a instituição a instituição polícia – que não está aqui, para se colocar – você fez um apontamento bem importante para gente pensar o quanto a polícia estava lá. A CFA estava lá, encaminhando, coordenando, encabeçando. E a polícia estava participando – ou um pouco menos do que participar – mas eu penso que não é viajada não. Eu acho que, sem a polícia, nem existe programa de proteção nas UC. Não existe. A gente pode até fazer uma análise, geral. Em cada uma das UC a gente vai ter cenários bem diferenciados, inclusive. Intervalos, por exemplo: lá para trás na década de noventa a gente chegou a ter quase... uma equipe de quase trinta, que a gente chamava de guarda-parque. Ou vigilantes. Na época a gente chamava de vigilantes e agora tem uma carreira, entre aspas, um cargo de guarda-parque aqui na FF, que praticamente só os de Intervalos foram mudados para essa denominação. E hoje a gente tem em Intervalos nove. Nove guarda-parques. Esses nove guarda-parques dão suporte para o contínuo, contínuo não, para o mosaico inteiro. Porque lá no [Parque Estadual] Carlos Botelho a gente não tem mais nenhum. Tinha, depois de Intervalos – da FF – tinha o Seu Chico, que acho que se aposentou. E tem alguns, do IF, que não é conversa aqui para o Moderador, mas no plano de manejo do PETAR tem um super longa discussão sobre isso. Que os vigias. Na Intervalos era chamado de vigilante. Porque sempre houve esse paralelismo entre o que a FF fazia e como chamava seus funcionários, e o que o IF fazia. FF cuidava só de Intervalos, o IF cuidava das outras unidades – e, no caso, dos parques vizinhos – mas existia uma diferença de posicionamento ou de postura ou de possibilidade. Uma instituição que cuida de uma unidade com certeza vai ter possibilidade de fazer coisas diferentes de uma instituição que cuida – na época, antes do SIEFLOR [Sistema Estadual de Florestas, composto por Instituto e Fundação Florestal] – de trinta, quarenta unidades. Mas, os vigias do IF, que são funcionários públicos foram dez anos atrás rebaixados à categoria de auxiliares. Auxiliares de campo. E isso – na época a gente estava fazendo o plano de manejo do PETAR – gerou uma crise muito grande de pertencimento, de auto-apreço. Eles já não podiam mais usar armas. Eles já não podiam mais fazer rondas. Eles já não sei o quê. Aí eles foram rebaixados, eles não eram mais vigias. Eles eram... eu estou falando errado. Eu acho que é [auxiliares de] serviços gerais. Exatamente. É isso que ficou como especificação lá no holerite deles – que antes era vigia e ficou serviços gerais. E tem UC que não tem nenhum vigia, vigilante, guarda-parque. Então, sem a polícia, é impossível fazer qualquer pensamento, qualquer projeto de programa de proteção. Qualquer coisa na UC. Então, a polícia é fundamental. E na FS, para mim, isso era, a polícia estava lá. Nas nossas oficinas sempre tinha alguém da polícia. Acho que com a participação que, claro, deixava a desejar. Mas quando eu olhava para isso eu sempre pensava que esse aí – voltando para essa questão do impacto – esse seria então um impacto também, primordial. Que a polícia pudesse compreender melhor o que é a participação social. Que a polícia fosse além do é comando e controle. Que a polícia participando daquelas oficinas e daquele planejamento – porque, por fim, tínhamos um planejamento e que sem a polícia, também, aquele

planejamento ficaria inexecutável, ficaria capenga – então Participante.07, eu acho que quando você coloca a polícia, pelo menos para mim soa perfeito. Muito obrigada. Achei ótimo.

Moderador: bom, a gente pode partir para a terceira pergunta? Alguém quer falar algo mais da segunda?

Participante.06: Posso só fazer um acréscimo? É que a Participante.01 comentou aí do Alexandre. E eu lembrei um pouco do curso, lá da capacitação em proteção e fiscalização que foi organizada, no caso, pelo Gustavo [ex-assessor técnico de monitoramento e fiscalização da diretoria executiva da FF] e pelo Alberto [técnico da FF interlocutor do BID em projetos financiados por este banco], e que foi muito importante o aporte da própria questão da FS, que foi tratada no curso, no aspecto... eu acho que se a gente não conseguiu um alcance institucional de entendimento do que e como ela pode agir, eu acho que a gente conseguiu um espaço nesse curso para tratar da FS, especificamente, relatando um pouco desse esforço. Inclusive tratar da EA e do programa de EA da FF, no âmbito do curso de proteção e fiscalização. Junto a gestores, guarda-parques, funcionário do IF que atuam na fiscalização das unidades da FF. Então, eu acho que também eu entendo isso como um impacto, assim, do trabalho. E até na perspectiva do curso, de reconhecer a perspectiva preventiva como componente essencial da proteção e fiscalização ambiental das UC. Isso estava como objetivo, inclusive, do curso. Isso vai estar registrado tanto nas aulas que foram gravadas e que vão ser disponibilizadas para gestores e tudo mais. E também vai estar no manual de proteção e fiscalização que foi elaborado. Então, eu acho que é um impacto importante. É mais uma contribuição. Eu acho que, quando principalmente a Participante.02 e a Participante.01 falam dessa dificuldade de ver esse impacto, talvez, eu não sei se essa palavra impacto ela é, ela é muito forte. Não sei se seria um impacto direto, mas é uma contribuição que essa perspectiva trouxe para essa discussão. Então quando a gente foi montar um curso de proteção e fiscalização ambiental, a perspectiva preventiva entrou como um objetivo específico. A gente conseguiu levar essa reflexão e contribuir, levar essa discussão para compartilhar com todos esses atores. E eu achei legal que uma das dinâmicas que a gente fez, deles relatarem as ações de fiscalização [na verdade, de EA] que eles entendiam que contribuíam para a proteção e a fiscalização, a gente trouxe uma gama de ações que são desenvolvidas no âmbito das UC e que a gente nem esperava. Eu lembro da fala da Participante.01, de ter ficado feliz de reconhecer tudo aquilo que as pessoas faziam, deles terem reconhecido que aquelas diversas ações que eles faziam ali, de EA, contribuíam para minimizar impactos, reduzir pressões, mas que contribuíam para a atuação da fiscalização. Então, acho importante destacar isso, porque eu tinha esquecido. Acho que já tinha conversado com você [Moderador], até já te passei o manual, para você também colocar como evidência, mas eu acho que vale fazer esse destaque. E só uma outra coisa que eu queria pontuar assim, que eu super entendo a colocação da Participante.02 e da Participante.01 com relação especificamente aos planos de manejo. Não vejo como agressivo, eu acho que é uma luta e eu acho que é super importante vocês colocarem. E eu acho que um trabalho que a gente não alcançou, enquanto grupo, foi inclusive a perspectiva de participação social em todos os aspectos. Quando a gente colocou que a gente queria trazer todas as experiências do sistema ambiental para contribuir com toda a elaboração tanto da metodologia, quanto da avaliação daquilo que estava sendo feito. E aí a gente queria experiências não só das instituições do órgão gestor – obviamente elas eram primordiais - e acho que isso acabou sendo de forma paralela, o próprio Moderador fez um trabalho de tête-à-tête com a Participante.02, com a Sandra, de conversar mais, de levantar essas perspectivas, mas a gente, obviamente não alcançou isso. Acho que isso foi um desafio que ficou pendente. Eu acho que a gente não alcançou no âmbito até desse grupo de trazer isso e isso ser realmente instituído no âmbito desse comitê e desse trabalho, desse grupo de trabalho da participação social na elaboração dos planos de manejo. É isso.

Moderador: Bom, beleza. Agora eu vou passar para a terceira. Não vou nem perguntar, tá bom? Senão vocês continuam respondendo a segunda. Participante.06, eu queria agradecer a palavra “contribuição” no lugar de “impacto”. Eu coloquei entre aspas porque eu estava inseguro e também, é verdade, é muito forte. E eu acho que seguir na linha de da ideia de “contribuição”, além de ampliar muito mais, ela é mais adequada. E concordo com você também – faço questão de responder a Participante.02 – eu não vejo com agressividade nenhuma Participante.02. A vontade é de conseguir concatenar esses preceitos – eu até coloquei como anotação aqui – a necessidade de resgatar essas experiências prévias, anteriores à própria FS, anteriores até à nossa própria chegada na secretaria [atual SIMA] e muito anteriores, inclusive, à nossa experiência de contato com a EA na gestão de UC e o quanto isso foi sendo podado. Então isso, de certa forma, evidencia alguma coisa que a gente precisa organizar – eu, pelo menos, sinto vontade de organizar melhor, para saber lidar com isso – porque as tentativas como a Participante.03 resgatou bem na fala dela, as tentativas foram inúmeras, de estabelecer pontos de contato formais ou informais - como a Participante.06 lembrou agora das tentativas paralelas – mas de criar na própria metodologia – no caso, especialmente dos planos de manejo – espaços que possibilitassem os pontos de contato e de diálogo para que rolasse uma incorporação desses acúmulos de experiências prévias de participação e de EA. Seja no planejamento ou na gestão de UC. Então eu acho

que esse apontamento que você faz tem a validade fundamentada nisso: de demandar essa organização. Por que que quando a gente tenta independente das questões pessoais - porque eu acho que no episódio “planos de manejo”, as questões pessoais, as relações pessoais interferiram muito, geraram muito ruído - mas eu acho que tem algo além das questões pessoais. Tem questões de visões de mundo. Tanto é que é por isso que eu disse ontem: que na minha leitura quando a gente força, estica mais a corda no que diz respeito à participação social como a distribuição de poder político num determinado território para incidir na elaboração de uma política pública, quando a gente esticou no comitê de planos de manejo, a resposta foi pesada. A resposta seja nas caras, seja nas reações, enfim, essas respostas ainda vão ser dadas. Vão continuar sendo dadas. Mas assim, a sensação que eu tive é que a resposta foi muito mais forte do que quando a gente trabalhava na FS. Porque na FS a impressão que eu tenho, a partir das respostas, inclusive, ela era revestida de muitas outras coisas. A experiência da FS, de certa forma, ajudou a gente a ter clareza do que a gente estava falando em termos de participação social. E quando a gente organizou melhor essa narrativa e apresentou, já no contexto dos planos de manejo, ficou explícito o que a gente estava trabalhando. Então, toda aquela conversa que veio ontem - e que já era antiga - de que não era claro para as pessoas o que a gente queria, eu acho que nos planos de manejo eu acho que a gente conseguiu deixar isso mais claro. Por isso que a resposta foi um pouco mais forte. E o que a gente queria, tanto em termos de resgate - desse repertório acumulado na casa, especialmente a FF e pessoalmente aí falando de vc [Participante.02], Sandra, Participante.01, Geanette e outras companheiras - e no que se refere à participação política de outros grupos na formulação de um instrumento importante como o plano de manejo. Então eu acho que quando a gente deixou isso claro e evidente para todo mundo que aquilo que a gente estava falando era aquilo que vocês vinham tentando falar - ou algo muito próximo do que vocês tinham tentado lá atrás - aí, voou pena. Para usar uma expressão grosseira, mas ajuda a entender o que tem acontecido. Então a terceira pergunta - desculpa eu me estender nessa discussão, mas é que...

Participante.05: Posso só fazer um comentário bem rápido?

Moderador: Por favor, Participante.05!

Participante.05: Bem rapidinho. Vocês estão discutindo sobre a questão de impacto ou talvez contribuição - que seria menos agudo, talvez, do que impacto. Eu ia sugerir, talvez, em vez de impacto, na palavra alcance. Porque que me ocorre: por exemplo, na fala da Participante.03, quando ela diz que a gente na CEA, depois da FS, a gente está sempre procurando essa mesma essência. Como é que a gente vai realizar isso em resíduos sólidos? Como é que a gente vai isso em outros âmbitos? E me veio também na cabeça que no contexto do litoral sustentável, salvo engano, houve um convite para que entrasse no componente da CEA para que entrasse a FS. Se não me engano partindo do Alexandre [técnico da carreira de especialista ambiental responsável pelo PDSLP no “Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Projetos Estratégicos - GTAPE” que, tendo trabalhado anteriormente na fiscalização ambiental, teve contato com a FS] - não sei se está correto. Acho que Participante.04 pode precisar melhor. Isso me faz pensar que ao tempo que tem essa cegueira ou essa resistência, também tem vários indícios de reconhecimento. Mesmo também de alguém que não acompanhou tão de perto ou não conheceu. Mas existe também alguma identificação. Ela está tendo um alcance. Ela está sendo puxada para outros contextos. Fez sentido?

Moderador: Legal, Participante.05. É muito bom você poder participar dessa conversa. Anotei aqui: contribuição, impacto - que é agudo, é forte como disse a Participante.06. Contribuição expande e alcance dá essa ideia de expansão realmente. Bacana. Bom, indo para terceira pergunta. Aí eu acho que a Participante.05 poderia até se sentir convidada efetivamente a participar em função dos contatos - aí, na minha leitura, já justificando a participação dela para além do convite que Participante.03 tinha feito - do contato que ela vem tendo com esse alcance que ela demonstrou agora. Com eventuais desdobramentos de um acúmulo da experiência, das experiências relacionadas aí com a FS no desenvolvimento de outros trabalhos. Na interface da EA com outros instrumentos. E especialmente aí a gestão de UC. Então a pergunta é: como que cada um e cada uma de vocês avalia o alcance - e aí voltando à palavra alcance - e as potencialidades da FS? Seja especificamente no âmbito da gestão de UC ou mesmo ampliando aí para outros instrumentos de gestão ambiental? Aí eu vou apontar agora, não é? Então eu vou começar com o Participante.07, para repetir ontem. Pode ser Participante.07?

Participante.07: Pode. Não sei se o meu distanciamento das conversas, das oficinas, dos trabalhos - acho que vocês estão ouvindo uma interferência, um ruído. O pessoal está lavando o quintal agora aqui. Não sei se vocês conseguiram me ouvir bem.

Moderador: Está ótimo.

Participante.07: beleza. Então, a minha dificuldade não só com essa, mas com as perguntas anteriores, tem a ver com o fato de eu não ter, não ter tido uma continuidade da minha participação nesses trabalhos que acabaram se desenvolvendo de alguma maneira a partir ou tendo como referência a FS. Seja nos grupos de trabalho nos planos de manejo, ou na formação de agentes de outras instituições. Então eu fico com um pouco de dificuldade de avaliar esse alcance e essa potencialidade. Uma coisa que eu acabo,

de alguma maneira, enxergando – até como uma forma de resumir o que eu ouvi e aprendi. É um aprendizado para mim desde o início – é justamente essa, dentro de um determinado contexto a FS ela acabou... se ela não inventou a roda e nem era essa a intenção, ela acabou alcançando um grau de referência para outras atividades que surgiram e que foram sendo desenvolvidas a partir ou depois da FS. Seja porque o Moderador e a Participante.06 foram para participar desses trabalhos que surgiram depois, ou porque pessoas, o pessoal da CEA: a Participante.04, a Participante.03, que participaram da FS puderam, de certa maneira, capilarizar isso, sem necessariamente ter a participação do Moderador ou da Participante.06. Das ideias, das propostas da FS. Então, eu acho que nesse sentido o alcance foi bastante significativo. Ainda mais pensando que, de certa maneira, ele partiu - aqui na minha leitura – de uma situação, que foi conversada ontem, meio... problemática talvez. Não sei se esse é o termo. Que foi a transferência do Moderador e da Participante.06 da CEA para a fiscalização – que até onde eu sei, foi compulsória – e vocês lá, quando chegaram, acho que ainda tinha aquele impacto dessa transferência obrigatória. Foram para a fiscalização, pegaram aquele limão, fizeram uma limonada e que está rendendo até hoje. Então essa... acho que o alcance, ele pode ser traduzido ou ilustrado nessa limonada que o pessoal está degustando aí. Agora de... eu não consigo ir muito além na minha avaliação a respeito disso, viu. Ela acaba ficando restrita a partir desse meu, da minha, talvez da incapacidade de acompanhar a leitura que vocês fazem até onde chegou a FS. Eu não sei se isso foi uma resposta ou uma desculpa para eu não responder a pergunta – o que eu falei aqui para vocês agora.

Moderador: Ajudou muito sim Participante.07. Com certeza. Eu quero passar a palavra agora para a Participante.03, da CEA.

Participante.03: Posso ficar para depois?

Moderador: Pode, claro!

Participante.03: Eu estou amamentando o Miguel agora.

Moderador: Claro Participante.03. Foi mal. Participante.04, você pode responder agora a terceira, pela CEA? [sem resposta]. Bom, diante do silêncio da Participante.04 – ela está aqui, mas ela não está, acho que não está ouvindo – eu vou pedir para a Participante.05, para aproveitar a questão da instituição nessa rodada que a gente faz, tem feito desde ontem. Acho que poderia ser o caso de até desdobrar ou aprofundar uma parte do comentário que você fez anteriormente não é Participante.05? Quando você até usou a palavra “alcance” e aí eu estou acrescentando aí as potencialidades. O alcance daquilo que você alcançou efetivamente, que você já pincelou, e potencialidades que tem a ver com perspectivas.

Participante.05: Beleza. Quero dizer que eu não conhecia a terceira pergunta! Por causa da palavra “alcance”. Então, antes de mais nada, eu queria dizer para vocês que eu estou super feliz de estar aqui com vocês. E que, de verdade assim, escutando também a Participante.02 e a Participante.01, tive essa mesma sensação assim, dá uma vontade muito grande de sistematizar tudo o que já teve um tempo atrás, não é? E que isso tem que ser alguma coisa que a gente consiga dar mais corpo e que ajude a dar mais musculatura. Independentemente que a gente vai continuar amargando essas resistências e tudo o mais que acontece. Mas eu queria somar aí com as coisas que vocês já falaram nesse sentido. Foi muito bom ouvir as duas e que me deu, me instigou assim a que a gente procure uma forma de resgatar e de dar muito mais visibilidade. Não sei. Só para compartilhar isso. E que, de um modo geral para esse período da quarentena, é também muito oxigenador estar aqui com vocês. Mesmo que fosse só na condição de ouvinte. Quero agradecer aí o convite. Voltando ao alcance, então, o alcance talvez por um lado, no sentido um pouco difuso, que diferentes atores dentro do sistema, parece que estão percebendo que tem alguma coisa ali que funciona. Independentemente de eles concordarem ou não com essa visão de mundo. Isso é uma coisa que parece que acontece para tudo quanto é lado, assim. E é uma coisa forte para mim. Eu não estive diretamente envolvida. Sou aqui, de todos os participantes, a que tem o contato mais distante com isso tudo, mas me chama bastante atenção assim, ao longo do tempo, nos diferentes espaços da instituição, como vai aparecendo essa manifestação de que as pessoas estão identificando ali, na proposição da FS, tem alguma coisa de muito valioso. Ou se muito significativo. Seja eu contra ou a favor da perspectiva. Eu acho que – não sei se vou conseguir formular muito bem a ideia aqui nesse momento – mas a questão da potencialidade, para mim, ela está voltando na fala ali da Participante.03. Tem alguma coisa na proposta que tocou na essência. E é por isso que a gente consegue puxar para diferentes contextos que ainda não aconteceram. Então talvez eu possa refinar esse pensamento, assim, com mais tempo, mas isso me chama muito a atenção. Tem alguma coisa que está sintetizada na metodologia da FS. Talvez porque ela traz de uma maneira muito prática, muito concreta todo um acúmulo de fundamentos, de pressupostos, de perspectivas que se expressa numa forma prática de intervenção. Ela é muito densa. E porque ela vai nessa essência da dimensão educadora da participação social. Isso para mim é o cerne da potencialidade. Em tese ela pode ser ampliada para contextos infinitamente diversos, na minha opinião. Por causa disso. Acho que era isso.

Moderador: Legal Participante.05. Obrigado. Agora partir para a FF. Participante.01?

Participante.02: A Participante.01 caiu Moderador. Ela não voltou.

Moderador: Caiu? Então Participante.02, você, por gentileza.

Participante.02: Eu vou te pedir licença, que eu vou responder a pergunta que você fez, mas depois eu quero fazer um comentário sobre a fala da Participante.05, que eu acho que é importante, enfim. Como a Participante.05 falou, é um respiro a gente estar conversando assim. E aí me ocorrem algumas ideias que talvez sejam interessantes, especialmente para você. Fica registrado, de alguma forma. Que não seja para o doutorado, mas para conversas futuras entre nós todo aí. Mas aí eu pensei o seguinte: quando você pergunta o alcance e a potencialidade talvez tenha duas formas de responder, que talvez seja com adjetivo: ‘o alcance é grande; as potencialidades são infinitas’. Poderia responder assim. ‘Qual é o alcance da FS?’. Existe uma potencialidade de alcance, eu acho. Porque, potencialmente, o alcance da FS, pela forma como foi pensada, elaborada, organizada, pelo cuidado e por todo o teste em todos os polos, existe uma potencialidade de um alcance para todo o sistema ambiental. Então, eu diria isso. Qual é o alcance? Talvez, qual é o alcance potencial. Não sei. Misturei as duas coisas que você falou. Mas é para o sistema ambiental inteiro. E aí o que a Participante.06 colocou, principalmente hoje, denota e comprova isso. É uma análise que a Participante.06 faz e que para mim soa como um alcance para o sistema ambiental. Não é uma coisa de ter uma pretensão. Mas é que só funciona, só é a FS, o projeto só se estabelece se o alcance for para o sistema. Não tem como o alcance ser só para a CFA. Não tem como ser o alcance ser só para as unidades de proteção integral que é o que mais a gente trabalhou nos polos. Não tem sentido. É o alcance do sistema. Por isso que eu acho que o projeto, em si, ele é tão assertivo. Porque faz um olhar do sistema de meio ambiente. E o que o sistema de meio ambiente precisa? Precisa ir além em vários conceitos. E aí eu junto com as potencialidades. Quais são as potencialidades da FS? Possibilitar a revisão e a absorção de muitos conceitos importantes. Então, alguns vão ser revisados. Talvez os mais velhos, as pessoas, os funcionários, os atores sociais de dentro e de fora, das instituições do sistema ambiental podem revisar. Como muitos ficaram muito contentes, como o Gilberto Ohta [liderança comunitária no Bairro Guapiruvu, em Sete Barras, Vale do Ribeira], que a gente sempre fala disso – eu nunca me esqueço, numa das nossas oficinas, que o Gilberto levantou e disse: ‘num estou acreditando que eu tenho um espaço para dizer isso numa reunião que é institucional’. Quem tinha que falar pelas bordas, de repente compondo uma narrativa de um momento institucional e que tinha uma meta e que tinha uma pretensão e que estava lá, registrado, gravado. Então, um potencial de revisão de conceitos da conservação. Do socioambientalismo. Então, isso é um potencial bem grande. Aí voltando ao que algumas de nós falou, um potencial, a potencialidade de desmistificar a participação social – porque a FS, como a Participante.03 bem falou, faz isso. Vai lá, organiza, puxa, com tranquilidade e com democracia. Possibilita que a participação social se estabeleça como uma coisa inerente à gestão de espaço protegido. Quer dizer, demonstra. Não existe nenhum risco ao poder do Estado a participação social. Pelo contrário. O Estado se fortalece. Uma outra potencialidade é de valorizar os Conselhos das unidades. No caso os conselhos consultivos porque a FS, até onde eu percebi não trabalhou com que não fosse [UC de] proteção integral, com uso sustentável. Então só conselhos consultivos. Então valorizar... como que você falava, Moderador? ‘O espaço. O conselho consultivo é o espaço’. Nessa síntese que você fez para apresentar aqui para nós a discussão e para ontem, que você apresentou. Algumas coisas que eu sempre ouvi de você eu não vi. Talvez porque eu não vi ou não me chamou a atenção. Mas coisas como essa: o conselho consultivo como o espaço de discussão. O espaço de participação. O espaço de consolidação. O espaço de percepção do que acontece no território. Então a FS abriu uma perspectiva maior para os Conselhos que acho que em outros tempos existia essa perspectiva, mas que no momento da FS isso era uma lacuna mesmo. Então, e aí ainda por cima, juntando vários conselhos num mesmo espaço de discussão como foi o polo 14, que tinha várias unidades e vários conselhos e vários grupos discutindo temas ao mesmo tempo. E também consolidar nos conselhos o conceito de proteção. A gente demorou – quando eu falo a gente é... esses trinta anos de gestão de unidades, das áreas protegidas – a gente demorou para mudar o nome do programa de fiscalização para proteção. Então voltando a falar do PETAR, a gente faz lá no plano de manejo, no programa de proteção uma discussão ampla sobre isso. Por que que é o programa de proteção? Por que é um programa que olha - não é um programa de fiscalização - é um programa que olha na perspectiva de cuidado, na perspectiva de percepção. É uma das diretrizes do plano de manejo do PETAR está relacionada à proteção de algumas espécies como, por exemplo, onça pintada; está relacionada à proteção de cavernas. Então, dentro do programa de proteção tem um diálogo com o programa de interação socioambiental – com o programa de EA, obviamente, que faz um diálogo com todos – e com o programa de pesquisa, porque se cuidar, se proteger, se perceber as causas dos problemas, se a gente não cotiza, não correlaciona às outras ações de gestão. Então, a FS também traz isso. CFA, polícia... não é só comando e controle. É proteção. É conservação da natureza. É compreender o que representam esses espaços protegidos para a felicidade, para a saúde e para tudo isso que tem sido falado aqui e agora nessa época do corona vírus, que a natureza precisa ter um olhar maior, para ter um entendimento do que está acontecendo. Então, acho que dava para fazer uma lista enorme de

potencialidades. Só consegui fazer essas aqui no intervalo que você me deu, antes de me chamar para responder. Mas acho que vocês mesmos, coordenadores do projeto podem fazer que são os resultados. Os resultados potenciais, que em alguns polos foram alcançados e em alguns ficaram interrompidos. Mas como a Participante.06 bem falou, quando voltou para isso, essa perspectiva, essa semente aparece lá no curso [de proteção e fiscalização de UC]. Muito legal. E agora, para não me estender muito, mas é só pegando um pouco o que a Participante.05 falou, eu penso que a gente tem uma documentação muito robusta sobre participação social - nos últimos trinta anos mesmo - no sistema ambiental de UC. Porque, quando... eu digo esses trinta anos porque é o tempo que eu estou olhando para isso. Então até consigo falar. Mas quando eu entrei no sistema, primeiro na secretaria da agricultura, acompanhando muito o trabalho do IF depois – acompanhei lá na FF e tal – existia um número muito limitado de UC e na década de oitenta estourou bastante esse número de unidades e na década de noventa se começou a fazer uma discussão muito forte sobre participação social e sobre a presença das comunidades dentro das – ainda não eram chamadas de UC na década de noventa, que eram os parques e reservas que estavam no IF na DRPE [Divisão de Reservas e Parques Estaduais]. Tem uma discussão muito forte porque tinha pessoas que achavam que participação era o mesmo que presença. Então fazer reunião era o mesmo que possibilitar participação. Ainda acho que tem muita gente que pensa assim. Então você possibilita uma reunião, você possibilitou participação. E o próprio Consema [Conselho Estadual de Meio Ambiente], trabalhando lá com as audiências públicas. E os planos de manejo, que depois foram saindo a partir dos anos 2000, quase todos eles vão ter essa discussão. E acho que se a gente quiser sistematizar isso como um todo, para as UC, a gente já tem muito boas referências para começar, para fazer isso, nos planos de manejo. Nos capítulos de interação socioambiental e também até, nos capítulos de proteção. Nos programas que tem nos capítulos. Na DRPE quando eu estava trabalhando lá, entre 2001 e 2007, nós fizemos dois seminários que falavam sobre participação social. E eu tenho esse material. Tenho até no papel, que eu guardei. Mas tem digital também. Eu acho que dá para fazer uma análise, pensar. Foram dois seminários de uma semana inteira. E tem outras questões que, finalmente, pré-SNUC discutem essas questões das comunidades tradicionais até chegar no artigo 42 [que define como ficam as comunidades tradicionais diante da criação de UC de proteção integral]. Então tem uma discussão muito forte sobre o que seria permitido sobre participação social dentro do Estado e tal. Mas eu acho que isso você falou Participante.05, é primordial. Existem materiais e quem quiser fazer uma sistematização daqui para trás, eu acho que é possível. Se quiser começar a sistematizar, fazer um recorte no presente, eu acho que também é possível. Aí eu acho que com as memórias das reuniões dos conselhos gestores de UC de uso sustentável, que é um material maravilhoso de poder fazer essa análise. Desculpa falar demais.

Moderador: Eu estou achando interessante o quanto que essa conversa nossa, embora ela tenha sido motivada para gerar subsídios a uma pesquisa específica, ela acaba – isso a gente até já tinha comentado antes, quando a gente fez o convite, quando a gente conversou sobre esta reunião – o quanto ela subsidia perspectivas sobre a FS para eventuais retomadas em diferentes instrumentos e, especificamente, no caso da gestão de UC. Então eu acho que esse exercício, que a Participante.05 aponta como valioso, como importante e que a Participante.02 diz que é viável fazer porque tem material para subsidiar esse tipo de pesquisa, de organização, de sistematização, isso pode servir como um passo para... inicial para a gente começar a repensar retomadas, não da FS em específico, mas de como trabalhar a participação em específico na gestão de UC e também subsídio para outros instrumentos. Participante.06, você pode falar pela CFB agora? Respondendo à terceira pergunta?

Participante.06: Oi. Posso. Desculpa, eu cáí, saí, perdi uma parte, mas acho que consegui voltar a tempo da fala da Participante.05. Eu perdi a fala do Participante.07, né? Vamos lá. Sobre o alcance e as potencialidades. Eu fico um pouco confusa porque eu acho que quando a gente falou do impacto, na nossa tentativa de leitura do impacto, não sei se a gente já falou também um pouco, misturou algumas questões. Mas o que eu diria do alcance, eu acho que o alcance do trabalho é fortalecer, somado às diversas experiências outras que já existentes, essa perspectiva da EA como fomentadora da participação social nos instrumentos da política de meio ambiente. Entendo que esse alcance é muito importante porque a gente sempre está falando aqui da participação social como ‘eixo 1’, mas a gente está entendendo essa formação como processo formativo também. Então eu queria aí esse reconhecimento do aspecto da EA como fomentadora desse processo de participação social. Que vem todo um aporte importante, formativo. E de potencialidades, eu não sei, não me deu esse tempo assim, de formular muito. Mas eu colocaria a potencialidade de criar alguns deslocamentos importantes aí, de visão. Eu falo isso sob o aspecto especialmente da fiscalização. Eu acho que o potencial que criou foi essa perspectiva de compreender que os problemas de fiscalização especificamente estão atrelados a causas que vão muito além daquilo que a gente enfrenta. Por isso o entendimento de que o comando e controle não é suficiente. E aí eu acho que isso super se alinha com o que a Participante.02 mencionou aqui nesse entendimento que não é um programa de fiscalização. É um programa de proteção. E aí para mim isso é um desdobramento importante. E aí eu nem sei. Você não colocou esse aspecto da questão aí. Mas eu traria que é um desafio

que a gente teria que alcançar – que eu não sei seria suficiente só a FS, mas talvez todo esse arcabouço e esses desdobramentos e alcances que ela tem – para a gente alcançar, chegar, por exemplo, na polícia. Porque eu super compreendo que nosso impacto sobre o entendimento da polícia – embora a gente tenha feito várias conversas tentando explicar para a polícia que quando a gente falava ‘preventivo’, estava além do patrulhamento – não são suficientes. Embora a gente tenha trazido – é bom compartilhar – a gente tem trazido um pouco essa discussão agora numa outra demanda junto com a polícia que o planejamento anual estratégico da fiscalização. Em que a perspectiva preventiva também entrou nessa discussão. Então, a gente fez pouco discussões ainda com a polícia, mas da gente entender que a gente precisa olhar para os setores, a gente precisa de outros trabalhos além daquele trabalho de fazer a autuação, ir lá e repreender pela execução de uma infração, enfim. Então eu acho que é uma potencialidade. Que inda vejo como um desafio. Não é uma potencialidade alcançada. Mas acho que ela inspira esses desdobramentos. Esses deslocamentos de visão. Que, para mim, na fiscalização são muito importantes. Foram muito importantes com a realização dessa iniciativa especificamente. Eu acho que por enquanto é isso que eu tenho a dizer.

Moderador: Obrigado Participante.06. Participante.03 ou Participante.04. Participante.04 não está mais, não é? Participante.03, você pode agora?

Participante.03: Posso sim. Já faz um tempinho. Foi bom porque outras pessoas falaram depois da Participante.05 e deu uma alimentada nas ideias. Eu achei muito interessantes os apontamentos da Participante.02 sobre a FS fazer uma revisão de conceitos. Eu acho que essa é uma característica marcante da FS que é essa questão que a gente chama de ‘densidade’. O fato dela ter sido proposta como projeto de pesquisa, ter feito um acúmulo conceitual, isso reflete na forma como o trabalho é conduzido. Acho que ajuda muito a garantir a qualidade do processo e fazer essa revisão de conceitos que são importantes e que a Participante.02 bem colocou. A questão do socioambientalismo, da desmistificação da participação, da democracia. Me chamou a atenção que ela falou que ‘o estado se fortalece com a participação’. Eu acho que a FS ela tem esse potencial de provocar uma reflexão sobre o que seria o papel do Estado na gestão ambiental. Porque essa possibilidade de construir uma agenda compartilhada com a sociedade civil para a proteção das UC no caso, ela provoca essa reflexão sobre o papel do Estado. O Moderador usa muito a palavra ‘oxigenação’. Então, acho que o processo da FS ele leva a uma oxigenação do papel do Estado. Ainda que as agendas não necessariamente foram implementadas em todos os casos, acho que provoca uma reflexão também sobre o papel do conselheiro em diálogo com o Estado. Acho que os deslocamentos, eles não são só de compreensão, mas também de preparo para a ação. Então a gente vê que os conselheiros, eles estavam engajados, eles estavam mobilizados, eles assumiam um papel articulador maior. Então, eu acho que é isso. De tudo o que a gente falou, a Participante.02 falou muito do potencial da FS para o sistema ambiental paulista. Eu acho que um ponto central seria esse do papel do Estado na gestão ambiental. E ela dá essa oxigenada e na nossa conjuntura atual de autoritarismo, de um certo recolhimento do Estado democrático, seria um potencial grande assim.

Moderador: Bom, alguém mais quer complementar ou fazer algum outro comentário? Por exemplo, eu pergunto isso muito em função do que a Participante.06 chamou a atenção e realmente, é uma lacuna que a pergunta tem. Que eu complementaria corrigindo, a partir do detalhe que a Participante.06 percebeu, que é: ‘como avalia as potencialidades e que desafios essas potencialidades carregam?’. Se alguém quiser colocar alguma coisa, ela colocou... esses desafios estão presentes nas respostas de certa forma. Mas se algum de vocês quer destacar um desafio que é inerente a uma potencialidade. Para a gente também ancorar essa potencialidade no real. No que a gente apreende do real. A partir do que a Participante.02 colocou, se existem potencialidades, inúmeras potencialidades, elas acabam – na minha leitura a partir do detalhe que a Participante.06 percebeu, correndo o risco de se desprender do concreto, das condições objetivas que a gente lida cotidianamente nos nossos trabalhos. E na medida em que a gente traz e busca os desafios, a gente projeta essa potencialidade, entende que tem um certo ‘pessimismo da razão’ aí que traz a gente de volta para o real e, esse horizonte aberto pela potencialidade meio que empurra a gente para a frente. Para encarar esses desafios. Daí eu acho que talvez seja importante se a gente puder destacar que desafios seriam inerentes às potencialidades que vocês apontaram. O que vocês acham?

Participante.02: Difícil também, Moderador. Você só põe coisa difícil. Meu deus do céu. Se você não tivesse colocado outra questão eu ia querer fazer só um pequeno comentário de encerramento, mas eu acho que conjuga com o que você colocou que é o momento que a gente está vivendo, de uma pandemia. De um vírus que tem origem, ao que tudo indica, em um animal silvestre. Enfim, todas essas questões eu cada um de nós pode pensar com relação ao que a gente está vivendo hoje. Ficar em quarentena, ficar isolado ou enfrentar alguma coisa que a gente não sabe o que é, mas que tem risco muito grande. E no nosso repertório de falar sobre conservação da natureza, um pouco esses conceitos sempre tiveram presentes: o princípio da precaução. Então não se deve ou não se pode fazer isso porque de fato a gente não sabe qual é o alcance, qual é a dimensão. A questão lá do efeito borboleta: uma borboleta bate a

asa aqui e você tem tsunami ali. Então a gente sempre teve um pouco esse olhar amplo e interligado das coisas. No sistema de UC, no sistema ambiental, a FS veio muito, como a gente já disse, organizando um pouco isso e possibilitando aprofundamento das nossas perguntas, naquele método que vocês usaram, inclusive, e o Participante.07 trouxe de novo: a ideia de utopia, que o Moderador sempre trazia, pelo menos das vezes que eu acompanhei. E que era olhar para isso. ‘A gente pode’. Então, me parece que um desafio – que é o desafio da FS, enquanto um projeto já com alguma idade desde 2005 [na verdade, 2013] com vários experimentos feitos – mas um desafio que se agrega nesse momento é a gente superar esses desafios. Quer dizer, um desafio seria a gente superar esse momento. A gente superar essas dificuldades. E aí, uma coisa que eu já queria ter falado aqui e não consegui é a palavra que você usa de contra-hegemonia que, nem ontem, nem hoje a gente falou desse conceito também. Lá na minha tese eu acabo, muito inspirada também em você, colocando esse conceito de hegemonia. Porque quando eu chego lá naquele conceito de ‘agente público militante da conservação’, ele é contra-hegemônico. Ele percebe uma hegemonia que o Estado absorve e quando essa... existe essa potencialidade de conceitos básicos, de preceitos, de princípios, esse agente contra-hegemônico ele trabalha nas bordas. Ela está lá dentro fazendo projetos de FS. É isso. É isso que esse agente público militante da conservação que foi desenhado lá naquela tese faz. Faz exatamente isso e congrega os seus pares. Depois tenta congrega todo mundo. Até que quando – acho que foi você ou foi a Participante.06 que disse. Não, foi a Participante.05 – que quando o Alexandre [servidor no GTAPE, mas que Participante.02 parece confundir com seu homônimo, assessor de fiscalização na FF] coloca em alguma da CEA e a FS passa a ter um status, ainda não tem essa percepção do que é que está sendo enfiado lá dentro. E talvez o próprio Alexandre, quando ele faz isso, ele mesmo não tem – não vou falar, que eticamente não é correto eu estar colocando isso aqui. Mas é só um pensamento para a gente ter. Um desafio seria superar isso. Essa... a Participante.03 usou um tema muito bom para falar da nossa perda dos processos democráticos. Agora não lembro exatamente como ela falou, mas era bem adequado. Então a gente tem que superar. E o que me parece um pouco – vocês me desculpem se isso não é adequado, mas isso ficou, sei lá, como ideia para mim – é o SUS. Quando eu estava fazendo o desenho lá, do meu doutorado, eu fiquei lendo muitas coisas sobre o SUS. Eu não consegui enfiar, porque senão eu acabaria fazendo uma tese de 450 páginas. Mas o SUS e o sistema ambiental do Brasil e esse paulista, eles têm mais ou menos a mesma idade. Então, tem uma coisa do SUS que nasceu lá no Vale do Ribeira com as UEACS [sigla não encontrada] – que eu não sei se vocês conhecem esse projeto – com o sistema de atenção primária. Tinha uma enfermeira que trabalhava no Ministério da Saúde e que estava fazendo um doutorado pela Universidade de Brasília para organizar e analisar o sistema de atenção à saúde – de atenção primária à saúde – e era lá no Vale do Ribeira que ela estava fazendo isso com os agentes comunitários eleitos pela comunidade na década de oitenta. Entre [19]85 e [19]87 e tal. Governo Montoro. Em São Paulo. E eu tive a sorte de ser assistente dela lá, de campo, depois ajudei a fazer a tese. E aí esse sistema de saúde... a discussão sobre meio ambiente é pífia, não tinha. Tinha já parque. Já tinha Parque [Estadual] da Ilha do Cardoso desde [19]62. E um dos agentes de saúde mais proeminentes era o Seu Ezequiel – que morreu agora recentemente – que foi eleito pela comunidade, que estava nesse projeto que a moça estava fazendo, que deu solidificação para os agentes de saúde que hoje... bem, enfim... Mas eu vejo isso, a destruição do SUS, que já estava quase na boca com este governo, deu uma certa virada agora. Porque se não fosse o SUS, o que seria dessa pandemia? Pior ainda. Então, pensando também no que a Participante.03 falou, o fortalecimento do Estado na participação social – porque o SUS é isso, é base social, para dar direito de saúde para todo mundo. Então se a gente olha nos conceitos que a gente tem lá no SUS, a gente vai recuperar também nossos conceitos de conselho consultivo, de ... também a gente vai ver isso. Então, quando eu penso um pouco no que você falou do desafio eu acho que é ter calma, paciência, é ter resiliência, é ser resistente. É ter consciência do que a gente é. E esse é um desafio colocado por quem conduz um projeto como a FS. E como vocês que conduziram são esse perfil: gente forte, gente que sabe o que está falando, gente com uma formação social aprofundada. Então, o desafio é continuar nessa linha. É não deixar esse projeto ser cooptado e ser limado, e ser diluído nesse movimento hegemônico. Que ele continue na contra-hegemonia.

Moderador: Muito bem. Bom gente, obrigado então. Alguém quer fazer algum comentário de encerramento? Não? Bem, então é isso. Eu acho que foi... em breve enviarei um relato. Eu acho que foi muito bacana... é engraçado, né, alinhamento de astro parece. É muito bacana, quinze minutos antes na nossa reunião começar, a Participante.03 me manda uma mensagem de *whatsapp* perguntando sobre a participação da Participante.05. Eu acho que a participação da Participante.05 agregou muito. E eu estava pensando agora: ‘poxa, se ela tivesse vindo ontem... mas ontem ela não teria como participar. Porque a pergunta, que foi a primeira, principalmente, era sobre o envolvimento com a FS. E ela participou coincidentemente quando a gente resgata a segunda pergunta em diante. Então eu acho que agregou bastante a uma discussão que já estava muito rica. Que com certeza, como eu falei: contribui bastante não só à pesquisa, mas também, à ampliação das possibilidades de retomada e de reencaminhamento de trabalhos como o da FS, que eu acho que a gente podia achar um nome que desse uma identificação mais

ampla que ela vem alcançando, de certa forma. Essa essência a que a Participante.05 se referiu, eu acho que ela merece uma denominação. Porque eu acho que isso gera um elemento de resistência forte, de identidade, de sentido forte, tanto para a EA no sistema ambiental paulista, como também para o órgão gestor dessa EA. O órgão executor da política de EA no estado que é a CEA. Então na medida em que a gente achar uma denominação para isso, que represente esses acúmulos todos, não só da FS, mas de todos os acúmulos anteriores a ela, eu acho que a gente fortalece esse elemento, que é um elemento forte de resistência. Então tá. Eu quero agradecer de novo a paciência de todo mundo, a disposição de participar dessa conversa e principalmente a Participante.02 que ajudou a tomar coragem de fazer a distância. Porque eu tinha quase desisti de fazer a ideia de grupo focal depois que a gente entrou em teletrabalho. Eu já estava com um pouco de receio por conta do período. De estar fazendo um movimento tão vertical. Mergulhar num debate de várias perspectivas de pessoas que têm uma capacidade de adensar o pensamento muito grande. E aí quando ficou a distância eu pensei: ‘bom, ferrou, desencana’. Mandeí um email para todo mundo dizendo: ‘bom, deixa para lá. Deixa para outra hora quando a gente sair da pandemia’. Aí a Participante.02 incentivou a fazer a distância e acabou dando certo. Então é isso. Se alguém quiser fazer uma última palavra aí, está aberto. Vocês não vão querer que eu aponte quem vai dar a última palavra.

Participante.02: É a Participante.03.

Participante.05: Eu ia dizer...

Participante.03: É que meu microfone... [inaudível]. Eu queria agradecer a participação. Eu acho que ter um espaço sobre a experiência é muito bom... a clarear um pouco nosso papel nessa instituição aqui, neste momento. E sobre a fala da Participante.05, de tentar sistematizar um pouco essa experiência da participação em outros momentos na questão da conservação e os aportes que a Participante.02 fez, eu fiquei lembrando da nossa publicação sobre o plano de manejo [publicação que reflete sobre conceitos de participação e de EA com base na descrição da experiência de desenvolver metodologia de participação social para elaboração no planos de manejo em São Paulo]. Sobre a metodologia da participação social. Se não era o caso de a gente pensar um pouco nessa chave que você propôs, Moderador. Mudar o foco para uma experiência localizada e pontual, que ela responde a uma conjuntura circunscrita, se a gente não conseguiria, tentar [incompreensível] com mais fôlego.

Moderador: Ampliar o projeto, não é?

Participante.03: É.

Moderador: Concordo.

Participante.05: Oi. Pode ser eu? Tem alguém na fila? Em cima dessa colocação da Participante.03, eu penso que talvez valesse a pena as duas coisas, não sei. A se pensar. Talvez não perder essa publicação específica e depois fazer um esforço da ampliação. Só para pensar. Porque essa aí ela está meio que quase pronta, não é? E ela marca também alguma coisa, não é? Não sei, estou pensando alto. A outra coisa é que eu queria dizer para vocês – e aí eu vou ficar emocionada – porque é muito bom sentir esse pertencimento a um grupo de pessoas que com todas as loucuras que a gente passa ao longo de décadas, todos nós com diferentes experiências do que é estar no campo contra-hegemônico. É doloroso, mas é o que dá sentido também. Então, muito gostoso estar com vocês e sentir que este grupo existe. E que a gente pode nadar mais aí, por esse mar. E parabéns aí pelo trabalho, Moderador. Fundamental. Bons ventos aí para sua tese! É isso.

Moderador: Bom, se mais ninguém quiser falar... Participante.07?

Participante.07: Não. Valeu. Obrigado. É sempre uma oportunidade de aprendizagem. Muito mais – e desde o início – do que, de certa forma, contribuir, de alguma maneira. Minha contribuição sempre foi bastante tímida, mas o aprendizado é inversamente proporcional. Então eu agradeço, mais uma vez a oportunidade de estar com vocês. De ouvi-los.

Moderador: Valeu. Eu também achei muito mais formativo do que extrativo, não é Participante.02?

Participante.02: Ah, sim! Não foi nada extrativo. ‘Não extrativista’.

Moderador: Aprendi muito. Gente, obrigado.

Participante.02: Obrigada. Você agradeceu, mas eu tenho que te agradecer. Você viu que quando eu falei para você, para a gente fazer, é porque eu achei que ‘ah, imagina que não vai fazer só por causa de uma pandemia! Não vai fazer isso?’ Deu certo. Eu acho que você conduziu bem e todo mundo é bem disciplinado. Então deu certo.

Moderador: legal. E aí eu sugiro dois encaminhamentos para além da questão da pesquisa. Um encaminhamento é a gente agendar, se possível, uma conversa sobre a publicação. Aí, no caso, puxada pela CEA especialmente. E a gente agendar uma conversa – e aí envolvendo a FF especialmente – sobre essa, tanto para projetar... eu acho que essa conversa que a CEA puxaria ajudaria a amadurecer a incorporação – como sugeriu a Participante.03 – dessa dimensão histórica da participação social na conservação, nessa publicação. Ou então - a sugestão que a Participante.05 deu para pensar – da gente

aproveitar essa oportunidade e fechar uma publicação que está avançada e abrir uma outra, que é desse resgate histórico. Talvez um gancho dessa publicação com essa investigação de fôlego, que é sistematizar essas experiências que dão lastro, inclusive, para esta publicação. Então, para a publicação, eventualmente não sair antes de algo que a precede historicamente, e que a influencia em termos de visão de mundo e de conservação... algum gancho previsto, enfim. Acho que isso é objeto dessa conversa que a CEA puxaria. E com a FF eu acho que investir nessa questão da sistematização de qualquer forma, independente se vai incluir ou não numa publicação em andamento, e principalmente a retomada de trabalhos de participação social que revejam conceitos, que revejam conceitos fundamentais à conservação, ao campo da conservação, no âmbito da gestão de UC. Seja com a FS ou não. Eu acho que o acúmulo desta conversa permite a gente perceber que é algo muito maior do que a experiência. A experiência serve só como um mote para a gente tanto resgatar, como ampliar o alcance. Então, a síntese bem provisória que sai desse debate – desse diálogo, aliás - de ontem e de hoje. E é isso. Eu vou tentar sistematizar o mais breve possível essas gravações e as anotações que eu fiz e faço uma devolutiva para vocês, com algumas, com alguns pedidos para vocês, num espécie de validação, de reconhecimento, de identificação de cada uma das perspectivas que foram colocadas em diálogo, com o documento que vai servir de base, de fonte de evidência mesmo, de indícios, que seja, para ser cotejado, incrementar ainda mais o capítulo quatro que descreve a experiência empírica que dá uma ancorada na discussão mais teórica, filosófica mesmo da tese. Ok? Então, até as próximas! E obrigado! De novo.

Participante.06: Boa! Obrigada a você.

Participante.02: Obrigada!

Participante.05: E quando a gente achar esse nome da experiência que é um nome mais amplo, a gente pinta numa camiseta, tá bom? Vou usar com muito gosto!

Anotações

- destaque à influência da FS, em alguma medida, a outras políticas no que se refere à participação social e sua relação com a EA.
- Alguns aspectos ajudam a definir o que seria impacto: alterações institucionais (criação de um centro técnico), disponibilização de profissionais para ações preventivas (associadas à EA), instituição de um instrumento como resolução respaldando a perspectiva preventiva num órgão de fiscalização. E mesmo servir de referência a outras políticas, como planejamento de UC e gestão de autos de infração (e outros a serem abrigados em programa de ações preventivas).
- Destaque à FS como RESGATE de preceitos anteriormente já buscados no âmbito de um órgão gestor de UC.
- Nesse órgão gestor esse movimento foi paralisado quando a FS teve de ser "congelada", sem proporcionar a efetivação daquilo que se vislumbrou quando do seu desenvolvimento.
- Essa questão do resgate de preceitos já trabalhados em uma série de experiências anteriores à FS, na FF, é fundamental para compreender a expectativas de impactos mais efetivos nessa instituição gestora.
- Teria havido um impacto talvez negativo, na medida em que "recobriu" ou "escondeu" essas experiências anteriores e, sobretudo, os acúmulos de repertório dos personagens envolvidos, que, aliás, foram aliçados das discussões sobre planos de manejo, por exemplo.
- Teria havido esforços no sentido de resgatar efetivamente os preceitos alinhados a uma perspectiva crítica da EA e da participação social (devidamente associadas).
- A FS continua servido de referência tanto para um sentido disputa à EA e seu papel a ser promovido pela CEA, como também em ações diversas atreladas a diferentes instrumentos de gestão ambiental.
- Em vez de "impacto", usar o termo "contribuição" para a incidência da FS no pensar e fazer gestão ambiental com EA. Além disso, pensar o termo "alcance". Essa EA que tem acúmulo teóricos e práticos com a FS "alcança" outras áreas da gestão ambiental pública.
- Há algo que a dinâmica da FS sintetiza e que é essencial à dimensão educadora da participação social que a EA deve assumir e desenvolver.

- Esse alcance se justifica e se viabiliza na medida em que se projeta para o conjunto dos instrumentos de gestão ambiental realizados pelo Estado.
- Potencializa a revisão de conceitos fundantes da conservação ambiental, a partir de uma ótica socioambientalista, pondo em diálogo as duas esferas do Estado Integral.
- destacar no capítulo 4 o pressuposto do Conselho como espaço de gestão ampliada da UC e do território que a influencia.
- Importante mencionar os desafios à FS, para além de suas potencialidades. Um dele se remete a como incidir na mentalidade dominante da polícia ambiental quanto àquilo que orienta a proteção e fiscalização de UC.
- Teria havido deslocamentos também de posturas, além a daqueles de compreensão no percurso de revisão de conceitos mencionado.

Destaques de Participante.04 (off-line em função da conexão da internet)

- Acho que como grau de referência pro sistema pra CEA tem sido fundamental como já citado seja nas agendas (Diálogos, Circulando, agora o Litoral [PDSLPI]) que estamos [nós da CEA] quebrando a cabeça sem vocês [da CFB]. E até pro Ministério Público quando lembro do [Eduardo] Trani [Subsecretário de Meio Ambiente da SIMA] super valorizando o processo participativo (participação nos planos de manejos)
- Acho que tanto o Estado como alguns agentes veem a participação como um entrave nas discussões políticas, acho que é por isso que só contemplam a participação nas avaliações e jamais criam espaços pra que aconteçam na elaboração e execução das políticas e acho que a FS consolidada da forma que é sinaliza isso , desmistifica esse olhar
- E o alcance está aí. Uma proposta de atuação financiada pelo Bid.

***Apêndice D* - Tratamento e análise dos registros da observação participante**

Este apêndice organiza registros interpretativos de observações de campo em dois polos da FS. As observações foram feitas nos anos de 2016 e 2017 nos polos 12 (Estação Ecológica Bananal, no Vale do Paraíba) e das seis UC do polo 14 (Mosaico Paranapiacaba, no Vale do Ribeira). A primeira coluna traz análises feitas a partir dos registros transcritos na coluna seguinte.

Análise	Registro que fornece base empírica à análise	Polo FS de UC acompanhado
	2016 – 2017 (acompanhamento de reuniões do Conselho da Estação Ecológica (EEc))	
A ação de EA provocou reflexões e ações e expressariam um modo de operação aos Conselhos. Ao organizarem-se de forma já conhecida, como em grupos de trabalho, seus integrantes trabalharam para compreender em maior profundidade as questões levantadas ao longo das oficinas. Com isso amadureceram narrativas sobre o que pressiona a UC acompanhada. Desse amadurecimento surgiram dois movimentos: i) demandar do Estado o que há em suas agendas que agreguem ao repertório do Conselhos e atores vinculados, seja como aporte de conhecimento, seja para inserirem-se em políticas em desenvolvimento; ii) compartilhar essas narrativas mais maduras	Conselho da EEc Bananal “incuba” as discussões sobre as causas críticas – problematizações colocadas e discutidas pelos próprios participantes da ação de EA (FS)	Polo 12 – Estação Ecológica Bananal
	Amadurecimento da conversa, agregação de mais agentes no diálogo e expansão do alcance da discussão – Nas falas é possível perceber pontos de contato com “filosofia da práxis”	
	Discussão mais madura; mais agentes envolvidos; atendimento à necessidade de aprofundar a compreensão e partir para a ação concreta – aqui o coletivo discute articulações entre as ações constituintes da agenda resultante da ação de EA (FS)	
	Encaminha-se organização específica para aquela temática – é preciso evoluir na ideia de a agenda se vetorizar a partir da UC	
	O Conselho ensaia o movimento de abrigar um determinado debate pertinente à conservação da UC, o amadurece e coloca esse mesmo debate à sociedade – Haveria reciprocidade na medida em que esse movimento demande legitimidade e ação do estado	
	Demanda de ordenamento do turismo no município (vínculo com causa crítica do problema priorizado pelo Conselho). Solicitação à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) de capacitação de agentes ligados ao turismo na região. Curso realizado no espaço do Conselho em novembro de 2016. Registro noticiado pela FF:	

<p>com outras instâncias de regulação da vida coletiva, buscando incidir em suas orientações e mesmo tomadas de decisão.</p>	<p>https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2016/11/estacao-ecologica-bananal-inicia-ciclo-de-capacitacoes-voltado-para-trade-turistico-da-regiao/</p> <p>Composição de Grupo de Trabalho (GT) no Conselho gestor da UC para trabalhar as questões ligadas ao turismo na região. Esse Conselho amadurece um posicionamento e procura incidir na organização da dinâmica do turismo na cidade da Bananal, junto à Câmara dos Vereadores e ao Conselho Municipal de Turismo.</p>	
<p>O Estado promove um movimento com intencionalidade inclusiva, transformadora e emancipatória. A ação de EA provou uma aproximação até então rara entre as agendas de fiscalização e de desenvolvimento sustentável do DDS (Departamento de Desenvolvimento Sustentável da CBRN). Além dessa articulação interinstitucional, a provocação à CBRN de orientar-se por respostas positivas a questões negativas identificadas pela fiscalização ambiental, tendo as UC como pontos de referência no território. Mas há a tendência de grupos já privilegiados se apropriarem do que foi posto à disposição. Evidencia-se aqui (assim como nas ações atreladas ao ordenamento do turismo) a predominância da participação de agentes beneficiários do acesso à informação e relativo poder econômico que se expressa politicamente. Em ambas as ações a mesma tendência foi notada: apropriação e elitização, mesmo com advertências da gestão (da UC e dos órgãos governamentais) de que isso poderia reproduzir a estrutura socioeconômica das</p>	<p>Outra demanda percebida pelo Conselho, desta vez associada às pressões exercidas pela produção agrícola no entorno da UC e região. O Conselho cria outro GT para amadurecer uma compreensão e agir. Demanda ao Estado de mais informações sobre agenda da SMA para produção e manejo sustentáveis. Em 2017 CBRN envia duas agentes públicas para tratarem do Protocolo de Transição Agroecológica aos conselheiros e convidados articulados pelo GT. Observou-se a intenção de: agregar ao repertório dos participantes algumas noções sobre agroecologia, como forma de abrigar outras produções, além da agrícola e com potencial de incluir grupos mais vulneráveis, além de reduzir pressões sobre a biodiversidade protegida na estação. Essa questão da agricultura parece guardar relação forte com o problema priorizado na ação de EA (vetores de pressão no entorno da UC). Observada tendência de o processo cristalizar na questão de produção e certificação orgânica, deixando de lado grupos vulneráveis. Essa cristalização, em termos de perfil do grupo, é de produtores interessados em agregar valor pela certificação de produção orgânica. Tentativas da gestão governamental em reforçar a reflexão sobre agroecologia (para além de orgânicos). Expectativa de o GT pautar o Conselho, para que esse “oxigênio” o debate mais amplo na sociedade, sobretudo no âmbito do projeto Conexão Mata Atlântica (que visa subsidiar – via BID - produções sustentáveis no entorno de UC), evitando a elitização do processo. Observou-se que os GT poderiam assumir a função de incidir na mentalidade que predomina nas atividades produtivas do turismo e agricultura. Não se conseguiu aproximação com grupos sociais mais vulneráveis. Nem por membros do Conselho, nem da gestão da UC.</p>	

causas observadas.		
	2016 – Acompanhamento de desdobramentos da ação de EA (FS) no polo 14	
<p>Os participantes estabeleceram como ação estratégica a disseminação de uma forma de compreender o problema priorizado. Forma essa desenvolvida na evolução da ação de EA, com base no diálogo de perspectivas, com destaque à participação de lideranças comunitárias (agricultores familiares, comunidades tradicionais e quilombolas), que incidiram diretamente na redação que representou o problema priorizado (colocando as comunidades e seus modos de vida como “atributo” a ser também protegido). Essa narrativa já amadurecida ao longo da ação de EA ganhou escala na medida em que se materializou como ação dos Conselhos envolvidos na realização de um seminário (que já estava previsto, mas ganhou tons mais fortes associados às alternativas de manejo, beneficiamento e consumo dos frutos da palmeira Juçara).</p>	<p>Seminário puxado pela CFA como ação estratégica prevista na agenda do Conselho para enfrentar causa crítica (distanciamento entre sociedade civil, poder público e setor produtivo) do problema priorizado (degradação socioambiental em decorrência da extração de palmito Juçara e da caça associada).</p> <p>O evento foi organizado por um GT criado no desenrolar da FS, voltado a tratar de ações dedicadas aos usos possíveis do palmito Juçara. Ocorreu em uma unidade da FATEC em Capão Bonito em novembro de 2016, trazendo exposições sobre o beneficiamento da polpa de Juçara como alternativa de enriquecimento de dieta, produção local, conservação da espécie de geração de renda de forma inclusiva. Um registro institucional do evento encontra-se neste link: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2016/11/fundacao-florestal-realiza-forum-sobre-uso-sustentavel-da-palmeira-jucara/</p>	Polo 14 – Mosaico Paranapiacaba
<p>Os participantes estabeleceram como ação estratégica a disseminação de uma forma de compreender o problema priorizado. Forma essa desenvolvida na evolução da ação de EA, com base no diálogo de perspectivas, com destaque à participação de lideranças comunitárias (agricultores familiares,</p>	<p>Os desdobramentos da agenda organizada pelos participantes da ação de EA junto aos Conselhos das UC do Mosaico Paranapiacaba sofreram uma interrupção decorrente de medidas tomadas pelo então secretário de meio ambiente em São Paulo, Ricardo Salles. Ainda que de forma indireta, as condições subjetivas – políticas – e objetivas – institucionais – foram reduzidas. Intervenções contrárias a qualquer noção de participação social, redução arbitrárias na composição dos Conselhos de UC e indicações políticas de gestores de UC em sua base eleitoral (Vale do Ribeira), associadas ao esvaziamento da CEA, alinhado a um reforço absoluto do viés repressivo</p>	

<p>comunidades tradicionais e quilombolas), que incidiram diretamente na redação que representou o problema priorizado (colocando as comunidades e seus modos de vida como “atributo” a ser também protegido). Essa narrativa já amadurecida ao longo da ação de EA ganhou escala na medida em que se materializou como ação dos Conselhos envolvidos na realização de um seminário (que já estava previsto, mas ganhou tons mais fortes associados às alternativas de manejo, beneficiamento e consumo dos frutos da palmeira Juçara).</p> <p>A interrupção abrupta dos trabalhos em decorrência de alterações na condução da gestão ambiental no estado, expressa em medidas antagônicas aos esforços representados pela ação de EA – tanto em nível político, como institucional e administrativo, expõem um contratempo de difícil superação “por dentro” da sociedade política. Representaria toda a força da arbitrariedade possível e legitimada pela própria normatividade vigente.</p>	<p>da fiscalização, em detrimento de espaço institucional à prevenção como compreensão e enfrentamento de causas de pressões às UC.</p> <p>O próprio GT, já composto por diversos agentes públicos do órgão gestor de UC (FF), deliberadamente se recolheu e paralisou sua atuação em relação à condução daquela agenda junto aos Conselhos.</p>	
---	--	--